Relatório Anual
Integrado 2023

# Lideramos com impacto

nas pessoas,
no planeta e no negócio



Sonae

O presente relatório constitui uma versão não oficial e não auditada do Relatório Anual Integrado da Sonae em formato ESEF, divulgado no dia 3 de abril no site da CMVM e no site institucional da empresa. Não obstante, e embora noutro formato, esta versão é uma cópia fiel do respetivo relatório oficial. Em caso de discrepância entre as duas versões, prevalece a versão oficial em ESEF.

.

Sonae





# Lideramos com impacto

## nas pessoas, no planeta e no negócio

Acreditamos que o futuro é humano. Um futuro que respeita pessoas, comunidades e planeta.

Para o alcançarmos desbravamos novos caminhos e fazemos a diferença num mundo em constante mudança.

Enquanto grupo diversificado, tiramos partido das nossas competências e desafiamo-nos a criar um futuro melhor, todos os dias.

Trabalhamos para estarmos presentes, de forma única, na vida das pessoas.

É assim que deixamos a nossa marca junto dos milhões de pessoas que tocamos.

Estamos cá para criar o futuro que todos queremos e precisamos.

Sempre orientados pelos nossos Valores:
Lideramos com impacto
Conduzimos o amanhã
Avançamos juntos
Descomplicamos desafios
Fazemos o que está certo

**Criamos hoje um amanhã melhor, para todos.**

# Sobre este relatório

Em 2023, a Sonae reforçou os critérios ESG (ambientais, sociais e de governo) no processo de tomada de decisão de gestão, com a revisão da Estratégia de Sustentabilidade para 2023-2026. O Relatório Anual Integrado da Sonae mostra o progresso contínuo na gestão integrada, consolidando toda a informação num documento abrangente. Isto inclui uma visão detalhada da nossa estratégia integrada e desempenho ao longo do ano. O nosso compromisso com a transparência também é evidente neste relatório, uma vez que nos esforçamos por comunicar abertamente com todos os *stakeholders*. Este relatório foi projetado para oferecer uma avaliação autêntica, justa e equilibrada do nosso modelo de negócio, estratégia, desempenho, gestão dos riscos e perspetivas. O nosso objetivo é abordar todas as questões financeiras, económicas, sociais, ambientais e de governo de forma abrangente. O relatório procura também apresentar uma imagem completa e imparcial dos principais tópicos da Sonae e dos impactos e oportunidades que lhes estão associados. Para além disto, o nosso Relatório Integrado demonstra como a nossa abordagem de criação de valor está alinhada com o quadro de reporte integrado, nomeadamente com os capitais financeiro, humano, social, intelectual e natural, e destaca o nosso desempenho de acordo com os Princípios do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

**Âmbito**

Este Relatório Integrado fornece informações detalhadas sobre o desempenho financeiro, económico, ambiental, social e de governo consolidado da empresa-mãe e de todos os nossos negócios de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023. Quando necessário, são incluídas notas e explicações adicionais para apoiar o texto e os quadros dos nossos indicadores de desempenho.

**Normas de apresentação**

O nosso relatório é o resultado da harmonização de vários quadros e normas. A informação apresentada neste relatório foi elaborada de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente, a Lei das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários, o Código e regulamentos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), bem como os requisitos do Decreto-Lei n.º 89/2017, publicado em 28 de julho (Portugal), Lei n.º 11/2018, publicada em 28 de dezembro (Espanha), e o Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Governo das Sociedades (IPCG), publicado em 2018, alterado em 2020 e revisto em 2023. Além disto, cumprimos os requisitos da Estrutura de Reporte Integrado, das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), das Diretrizes da Iniciativa Global de Relato (Normas GRI) - 2021, do Regulamento de Taxonomia da UE e do Conselho de Normas de Contabilidade de Sustentabilidade (SASB).

**Relatórios e Garantias Externas**

Este Relatório Anual Integrado inclui o Relatório Integrado de Gestão, o Relatório de Governo da Sociedade (incluindo o Relatório sobre Remunerações), as Demonstrações Financeiras e um capítulo final com toda a informação adicional, nomeadamente (i) as Normas de Reporte de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative*, GRI 1: Fundamentos 2021; (ii) as demonstrações não financeiras, respondendo aos requisitos do Decreto-Lei n.º 89/2017, publicado em 28 de julho (Portugal), e da Lei n.º 11/2018, publicada em 28 de dezembro (Espanha); iii) o relatório sobre a avaliação dos riscos relacionados com o clima de acordo com as recomendações da da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) do Conselho de Estabilidade Financeira; iv) o relatório sobre os indicadores-chave de desempenho específicos sobre a elegibilidade e alinhamento das atividades ambientais, redigido em conformidade com o Regulamento Taxonomia da UE; e (v) o relatório de acordo com *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB).

Contratamos duas organizações para fornecer uma garantia independente do conteúdo deste relatório em 2023.

*PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*, audita todas as secções, excluindo o capítulo da Informação Adicional.

*KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.*, verifica as informações de sustentabilidade nos capítulos do Relatório de Gestão Integrado e nas Diretrizes de Relatório de Sustentabilidade GRI.

Sonae

# Conteúdos

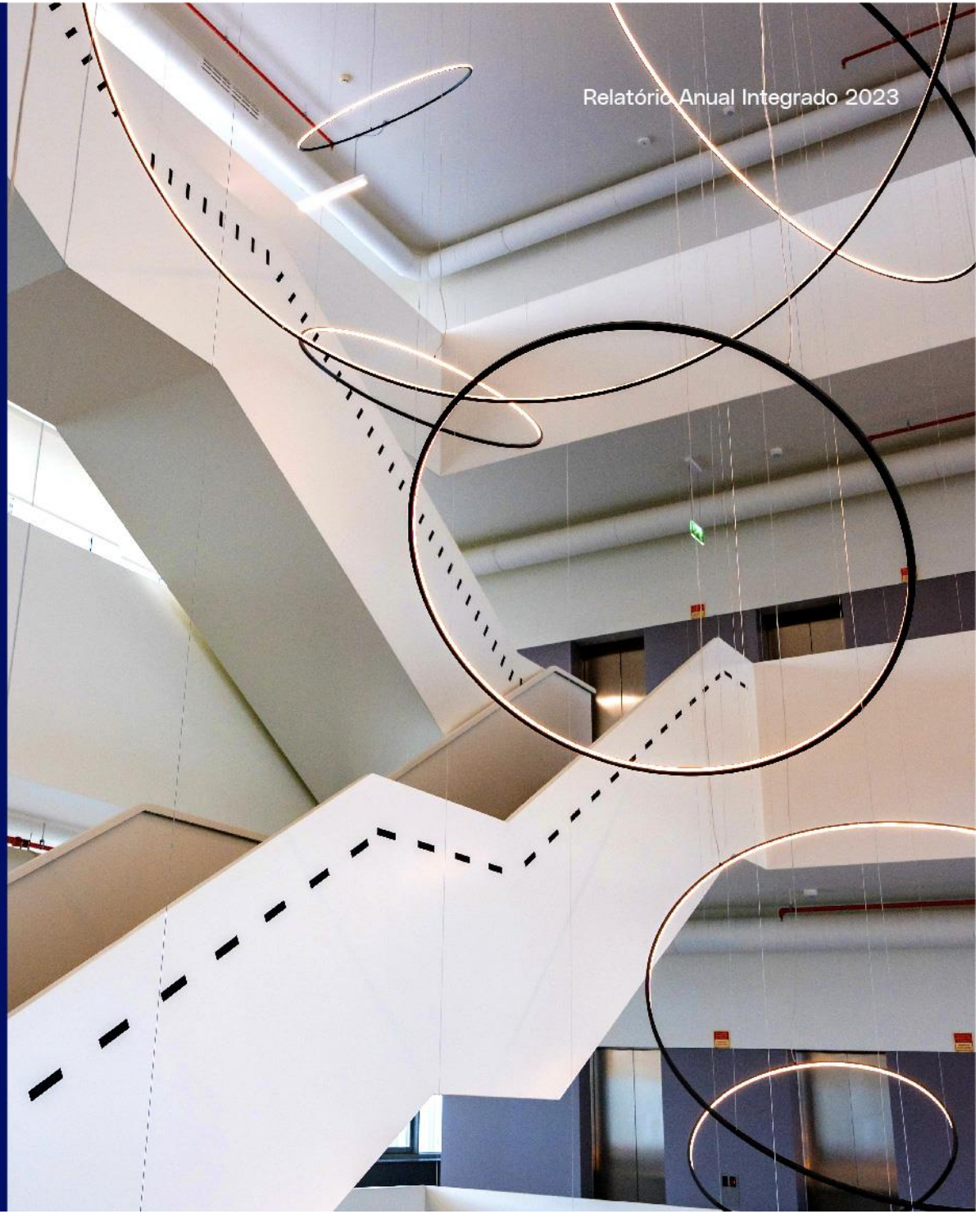
## Relatório Anual Integrado 2023


1 Relatório de Gestão Integrado

2 Relatório de Governo da Sociedade

3 Demonstrações Financeiras

4 Informação Adicional

# Índice

## 1. Relatório de Gestão Integrado

1.1. Visão geral do ano
- 1.1.1. O nosso ano em resumo
- 1.1.2. Carta do nosso Presidente
- 1.1.3. Carta da Presidente da Comissão Executiva
- 1.1.4. O nosso *investment* case

1.2. O nosso modelo de criação de valor
- 1.2.1. O nosso percurso até agora
- 1.2.2. A nossa Missão e os nossos Valores
- 1.2.3. O nosso modelo de criação de valor
- 1.2.4. A nossa estratégia
- 1.2.5. Os nossos *stakeholders*

1.3. A nossa liderança
- 1.3.1. A nossa estrutura acionista
- 1.3.2. A nossa estrutura de modelo de governo
- 1.3.3. As nossas ligações entre os negócios

1.4. O nosso portefólio forte e resiliente
- 1.4.1. O nosso portefólio e as alterações durante o ano
- 1.4.2. Os nossos negócios de retalho
- 1.4.3. O nosso negócio de imobiliário
- 1.4.4. Os nossos negócios de telecomunicações e tecnologias

1.5. A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia
- 1.5.1. A nossa jornada rumo à sustentabilidade
- 1.5.2. A nossa abordagem de sustentabilidade
- 1.5.3. A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026

1.6. Gestão dos nossos riscos e criação de oportunidades
- 1.6.1. Como gerimos os nossos riscos
- 1.6.2. Os nossos principais riscos e oportunidades

1.7. O nosso desempenho
- 1.7.1. O nosso contexto
- 1.7.2. A nossa evolução durante o ano
- 1.7.3. Perspetivas futuras

## 2. Relatório de Governo da Sociedade

2.1. Parte I: Estrutura acionista, Organização e Governo Societário
- A. Estrutura Acionista
- B. Órgãos Sociais e Comissões
- C. Organização interna
- D. Remunerações
- E. Transações com Partes relacionadas

2.2. Parte II: Avaliação do Governo Societário
2.3. Parte III: Relatório sobre Remunerações
2.4. Anexo

## 3. Demonstrações Financeiras

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas
3.2. Demonstrações Financeiras Separadas
3.3. Certificações legais e relatórios de auditoria
3.4. Relatório e parecer do Conselho Fiscal

## 4. Informação Adicional

4.1. Considerações finais e agradecimentos
4.2. Proposta de aplicação dos resultados
4.3. Estrutura ESG
- 4.3.1 GRI
- 4.3.2 Demonstração não-financeira
- 4.3.3 TCFD
- 4.3.4 EU Taxonomia
- 4.3.5 SASB
- 4.3.6 Garantia externa

4.4. Glossário
4.5. Contactos



# Lideramos com impacto através de uma estratégia integrada





# 1 Relatório de Gestão Integrado


1.1 Visão geral do ano
1.2 O nosso modelo de criação de valor
1.3 A nossa liderança
1.4 O nosso portefólio forte e resiliente
1.5 A nossa ambição de sustentabilidade: a nova estratégia
1.6 Gestão dos nossos riscos e criação de oportunidades
1.7 O nosso desempenho

# 1.1. Visão geral do ano

## 1.1.1 O nosso ano em resumo




## Valor económico

**€4,5mm**
Valor líquido do portefólio
+14% face a 2022

**€8,4mm**
Volume de negócios
+9% face a 2022

**0,6%**
*Holding Loan to Value*
Objetivo < 15%

**€103m**
Dividendos pagos
aos nossos acionistas
+5% em termos homólogos

**€1,0mm**
EBITDA
+7% face a 2022

**13,0%**
Retorno do Capital Investido
Objetivo > 10%

Nota: O Retorno do Capital Investido é calculado com valores proporcionais e com a Sierra e a Bright Pixel a custo histórico.
*Holding Loan to Value* é calculado com a dívida líquida média.

## Valor Social e Natural

**-6% $tCO_{2eq}$**
Emissões de GEE
(âmbito 1+2) face a 2022

**40%**
Consumo de eletricidade
de fontes renováveis
+3 p.p. face a 2022

**48mil**
Colaboradores

**€33m**
Apoio à comunidade
+4% face a 2022

**87%**
Embalagens de plástico reutilizáveis,
recicláveis ou compostáveis
+6 p.p. face a 2022

**58%**
Sem desflorestação

**40%**
Cargos de liderança
ocupados por mulheres

**362mil**
Beneficiários impactados
pelos nossos projetos de educação

Nota: O indicador de "sem desflorestação" considera a primeira avaliação do nosso progresso (para 2022) e a MC, Worten e Zeitreel , com o critério de ausência de risco de país ou de desflorestação através de um esquema de certificação ou outros mecanismos de controlo e monitorização das matérias-primas adquiridas.



## 1.1.2 Carta do nosso Presidente



As maiores empresas do nosso portefólio progrediram com sucesso na melhoria da sua posição competitiva, enquanto fomos capazes de acelerar a expansão de setores de rápido crescimento e lançar novas sementes de crescimento futuro.

A dificuldade do desafio de atingir simultaneamente estes objetivos é obviamente acrescida em tempos de baixo crescimento macroeconómico, elevadas taxas de juro e incerteza geopolítica. Nossas equipas, mais uma vez, encontraram o caminho certo para prosperar nessas circunstâncias e temos o prazer de reportar bons resultados financeiros e passos estratégicos em todas as frentes.

Como já é bem compreendido e valorizado pela grande maioria dos nossos *stakeholders*, estes resultados não seriam motivo de satisfação ou celebração se não tivéssemos simultaneamente sido capazes de reforçar o nosso compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e alcançar resultados sociais e ambientais concretos. Na Sonae, sabemos que temos de fazer a nossa parte das difíceis e profundas mudanças que têm de ser empreendidas para chegarmos a sociedades verdadeiramente sustentáveis. Congratulamo-nos com estes desafios, uma vez que falam dos nossos valores e crenças fundamentais, e continuaremos a assumir objetivos cada vez mais exigentes e a partilhar publicamente o nosso progresso no sentido de os alcançar.

Destacarei alguns dos nossos progressos significativos em 2023 no que diz respeito à criação de valor Natural, Social e Económico.

> “O futuro está nas nossas mãos e, para nós, trata-se de impulsionar a sustentabilidade, elevar a fasquia da gestão social e do capital natural, acolher a inovação e a tecnologia, construir vantagens competitivas e fomentar relações fortes com todos os nossos *stakeholders*.”

## Valor Natural

A estratégia de sustentabilidade renovada do Grupo define claramente como iremos (i) acelerar a descarbonização e eliminar gradualmente os combustíveis fósseis, (ii) promover a biodiversidade, a proteção da água e a restauração da natureza, (iii) aumentar a circularidade dos negócios, (iv) melhorar o desenvolvimento humano e (v) garantir que gerimos com critérios ESG, integrando-os formalmente nos processos de decisão do nosso portefólio, assegurando cadeias de abastecimento social e ambientalmente responsáveis e promovendo comportamentos mais sustentáveis e escolhas entre os clientes e parceiros das nossas empresas.

As nossas quatro maiores empresas submeteram Metas de Base Científica para a Ação Climática (SBTi) e três delas viram as metas propostas aprovadas. Temos ainda o prazer de informar que à Sonae (juntamente com a MC) foi-lhe atribuída a classificação "A" pelo CDP e integra a prestigiada Lista A do CDP 2023.

O progresso na redução de emissões em 2023 foi de acordo com nosso *roadmap* para atingir nossas metas de redução de 53% até 2032 e alcançar a neutralidade de carbono das nossas operações (âmbito 1 e 2) até 2040 e registámos uma redução de 6% nas nossas emissões totais de GEE em 2023, apesar da expansão do nosso portefólio. Ampliámos em 30% a oferta total própria de geração de eletricidade renovável, em relação a 2022. A eletricidade produzida e consumida a partir dos parques de painéis solares existentes, combinada com contratos de fornecimento verde, aumentou para 273 GWh, representando agora 40% da eletricidade consumida (a percentagem de fontes renováveis nos restantes 60% foi de acordo com a produção de fornecedores locais).

Como parte da cadeia de abastecimento alimentar, temos uma grande responsabilidade na procura de soluções para o impacto ambiental que a produção e distribuição de alimentos tem atualmente. Em suma, temos de fazer a nossa parte para garantir regimes alimentares sustentáveis e saudáveis para a crescente população mundial, promovendo simultaneamente uma agricultura de baixo impacto no que diz respeito aos ciclos de nutrientes, às emissões de gases com efeito de estufa, ao consumo de água e à utilização dos solos. O nosso negócio de retalho alimentar aderiu assim ao Programa de Envolvimento Corporativo da *Science Based Targets Network* (SBTN), envolvido no desenvolvimento e recente lançamento do primeiro conjunto de metodologias para definir metas baseadas na ciência para a natureza (uso da terra e água), e orientar a definição de planos para promover a biodiversidade e reduzir o impacto das alterações climáticas.

No que diz respeito à circularidade dos modelos de negócio, temos visto vários projetos a serem desenvolvidos em todos os nossos negócios com enorme empenho das nossas equipas. São demasiados para descrever aqui, mas gostaria de salientar dois grandes esforços desenvolvidos com sucesso no último ano: i) o desenvolvimento pela MC de um Manual de Embalagem Sustentável abrangente que promove o eco-design e estabelece padrões de *design4recycling* em toda a sua gama de marca própria, e (ii) a implementação pela Worten de uma extensa rede de reparação e recondicionamento como um serviço aos clientes e a venda de produtos de segunda vida que recondicionaram mais de 154 mil dispositivos em 2023. Intensificámos o nosso envolvimento com os agentes da cadeia de abastecimento para promover práticas sustentáveis e os nossos fornecedores de marca própria são agora avaliados e auditados de acordo com critérios ESG. Estou particularmente orgulhoso do progresso do Clube de Produtores Continente (CPC) que acaba de celebrar 25 anos, e já apoia cerca de 340 produtores locais, promovendo as melhores práticas de produção para fomentar o crescimento e a eficiência com impactos cada vez menores na natureza. O CPC cresceu 10% no ano em volume de negócios e atingiu 11.350 hectares de terrenos agrícolas e 34% de todas as compras de produtos frescos da MC.



## Valor social

A Sonae, no âmbito da sua estratégia de potenciar o desenvolvimento humano, está a utilizar ativamente a sua larga pegada social assente nos seus colaboradores e comunidades, e a participar entusiasticamente em vários fóruns para promover uma agenda focada na educação, inovação e empreendedorismo. Em 2023, lançámos um novo ciclo de conferências designado *Innovator's Forum*, uma iniciativa destinada a disseminar conhecimento sobre aspetos críticos que afetam a vida das pessoas, em áreas em que a Sonae investiu e desenvolveu competências. A primeira edição centrou-se no futuro da educação, enfatizando a necessidade de integrar a diversidade e, ao mesmo tempo, alinhar os modelos educativos com as exigências do mercado e a progressão social. Foi um evento inspirador que mostrou o potencial de inovadores com visão de futuro, culminando com o anúncio dos vencedores do Prémio Sonae Educação que orgulhosamente estabelecemos para reconhecer aqueles que estão na vanguarda de novos objectivos educacionais.

Internamente, intensificámos os esforços para garantir a diversidade nas nossas equipas a todos os níveis. Estamos particularmente orgulhosos de ter superado nosso compromisso público de alcançar 39% dos cargos de liderança ocupados por mulheres em 2023. Também aqui estabelecemos novas metas e pretendemos atingir a paridade de género até 2026 (definida como >45% e <55%).

O nosso programa de integração "Pessoas com a diferença", lançado em 2021, voltou a crescer bem (+15%) e já integrámos um total de 370 novos colegas através deste programa.

A requalificação também tem sido um foco importante. Com 48 mil colaboradores e um portefólio amplo e forte, estamos em uma posição privilegiada para antecipar e nos preparar para as tendências que moldarão o cenário social e económico de amanhã. É igualmente evidente que as mudanças impostas pelos rápidos avanços tecnológicos, associadas às iniciativas europeias digitais e ecológicas, terão um forte impacto no mercado de trabalho, com milhões de europeus sem as competências necessárias para preencher novos empregos. Estamos verdadeiramente empenhados no programa *Reskilling 4 Employment* e no PRO_MOV em conjunto com a *European Roundtable for Industry* (ERT) e a Business *RoundTable Portugal* (BRP). No final de 2023, o programa já estava em funcionamento em oito países, tendo requalificado cerca de 26 mil pessoas na Europa, sendo Portugal um caso particular de sucesso com 32 cursos técnicos em funcionamento. Pessoas qualificadas e motivadas são os principais motores de uma sociedade melhor e de um futuro próspero.

Também intensificámos os nossos esforços para promover o envolvimento da comunidade. Continuámos a colaborar com inúmeras entidades locais, trabalhando meticulosamente para escolher os projetos e causas mais impactantes, para garantir a maior abrangência possível. O total de donativos em bens e apoio financeiro atingiu um recorde de 33 milhões de euros durante o ano.

## Valor económico

Como observado anteriormente, os nossos maiores negócios tiveram um bom desempenho enfrentando novos *players* e maior concorrência, melhorando o desempenho financeiro, preparando modelos de negócios para o futuro e desenvolvendo novos focos de crescimento.

A MC cresceu 11% e manteve a sua quota de mercado com forte desempenho financeiro no meio da forte expansão de inúmeros *players* e do aumento das dificuldades de alguns operadores. A Worten aumentou a sua quota de mercado offline e online e continuou a progredir para uma estratégia omnicanal/*marketplace*. A NOS conseguiu aumentar a quota de mercado e a rentabilidade operacional com provas crescentes de superioridade da qualidade da rede face aos concorrentes. A Sierra tem melhorado o desempenho operacional dos seus centros comerciais, ao ponto de mais do que compensar os impactos negativos de valorização nos mercados com expansão das yields e acelerou o seu crescimento no negócio de serviços. As nossas vias de crescimento foram marcadas por dois movimentos significativos – duas grandes conquistas para as nossas equipas de gestão. Saúde, Bem-Estar e Beleza agora cresceu para incluir uma nova parceria com os fundadores da Druni. Wells, Arenal e Druni

juntas são hoje o *player* líder neste segmento na Península Ibérica e contamos com a experiência de ambos os nossos parceiros para reforçar a nossa posição neste mercado.

Já em 2024, o consórcio liderado pela Sonae assegurou o controlo da Musti, a principal especialista nórdica de retalho de cuidados para animais de estimação, na sequência da oferta pública lançada a 29 de novembro de 2023. A aquisição da Musti marca uma mudança significativa no perfil do nosso portefólio. É uma nova oportunidade de crescimento muito considerável, uma vez que o retalho de cuidados para animais de estimação oferece oportunidades únicas de crescimento e criação de valor, e permite à Sonae entrar em novas geografias com economias sólidas e sustentáveis. Mais uma vez, conseguimos assegurar uma estreita parceria com uma equipa de gestão com um historial notável.

Também anunciámos uma nova semente para o crescimento futuro que preparámos nos últimos 3 anos. A Sparkfood, dedica-se a investir em soluções saudáveis e sustentáveis no setor alimentar, nomeadamente em alimentos alternativos e novos ingredientes. Vemos este setor como uma tendência de crescimento significativo e de longo prazo, que será fundamental para a sustentabilidade da cadeia de abastecimento alimentar global e apresenta potencial e oportunidades para a criação de valor natural, social e económico. Até ao final de 2023, a Sparkfood tinha investido mais de 120 milhões de euros na aquisição de seis empresas no Reino Unido, Alemanha, Itália e França. Em 2024, esta equipa entrou em negociações exclusivas para investir na BCF Life Sciences, uma empresa localizada em França que produz ingredientes de elevado valor a partir de resíduos do processo de produção alimentar, um excelente ativo suportado nos princípios da economia circular e da inovação e, portanto, totalmente alinhado com a nossa estratégia e objetivos de sustentabilidade.

A nossa atividade de gestão ativa de portefólio, juntamente com um desempenho operacional sólido e resiliente dos nossos negócios durante o ano, resultou na redução da dívida líquida consolidada para o nível recorde de €526 milhões e numa posição de *net cash* da *holding* no final do ano, enquanto o NAV do grupo (medido pelo valor dos ativos cotados, avaliações independentes e múltiplos de mercado) atingiu €4,5 mil milhões no final do ano. O claro percurso de criação de valor da Sonae, evidenciado pelo sólido e forte desempenho operacional dos nossos negócios, aliado a alterações de portefólio de valor acrescentado e a uma política consistente de dividendos, não se tem espelhado no desempenho bolsista (-3% em 2023), sendo a diferença para o NAV uma preocupação para o Conselho de Administração, que estamos a trabalhar arduamente para compreender e resolver.

## Nota final

Em 2023, o Conselho de Administração da Sonae foi reconduzido para um novo mandato. Permitam-me que estenda um agradecimento especial à Lorraine Trainer pela sua dedicação à Sonae ao longo dos últimos nove anos e por aceitar prolongar o seu mandato para além dos seus objetivos pessoais. Em nome do Conselho de Administração, gostaria também de dar as boas-vindas a Eve Henrikson e Maria Teresa Ballester como Administradoras Não-Executivas, que nos honraram ao aceitarem o convite para integrar o Conselho de Administração da Sonae. Finalmente, a Comissão Executiva do conselho de administração cresceu com a adição de João Günther Amaral como *Chief Development Officer* da Sonae.

Gostaria de expressar a minha gratidão aos meus colegas do Conselho de Administração e a todos os outros órgãos sociais pelo seu compromisso inabalável com o ambicioso projeto da Sonae. Cada um contribuiu de todas as formas possíveis com toda a sua experiência e dedicação.

Gostaria também de fazer um agradecimento especial à Comissão Executiva liderada pela Cláudia, aos CEOs das empresas do nosso portefólio e aos nossos 48 mil colegas. Estou muito orgulhoso do que todos realizámos em conjunto com todos os nossos parceiros.

O futuro está nas nossas mãos e, para nós, trata-se de impulsionar a sustentabilidade, elevar a fasquia da gestão social e do capital natural, incorporar a inovação e a tecnologia, construir vantagens competitivas e fomentar relações fortes com todos os nossos *stakeholders*. Num tempo marcado por tantos desafios globais sem paralelo, continuaremos a jogar para vencer e moldar um amanhã melhor, todos os dias.

Paulo Azevedo
Presidente do Conselho de Administração

## 1.1.3 Carta da Presidente da Comissão Executiva

2023 foi um ano marcante para a Sonae, um ano em que continuámos a crescer e a gerar valor para todos os nossos *stakeholders* num contexto de grande incerteza e volatilidade.

A nossa determinação, engenho e rapidez de execução permitiram-nos atingir excelentes desempenhos nos principais mercados em que atuamos, conquistando a confiança e a preferência de um número crescente de clientes. Ao nível do grupo, mantivemo-nos focados em encontrar oportunidades de crescimento, otimizando e fortalecendo o nosso portefólio de forma a estarmos mais preparados para enfrentar o futuro.

Em 2023, demos passos importantes para atingir a nossa ambição, reorganizando e expandindo o nosso portefólio. Na MC, chegámos a acordo para combinar a Druni e a Arenal, que, em conjunto com a Wells, darão origem ao maior retalhista em saúde, bem-estar e beleza da Península Ibérica. Lançámos a Sparkfood, tendo investido €110 milhões em empresas internacionais dedicadas ao desenvolvimento de soluções alimentares sustentáveis e saudáveis, e, já em fevereiro de 2024 anunciámos a aquisição da BCF Life Sciences em França. No Universo, estabelecemos uma parceria com o Bankinter Consumer Finance para a criação de um operador líder no crédito ao consumo em Portugal. Adicionalmente, antes do final de 2023, anunciámos uma oferta pública de aquisição sobre a Musti, líder no retalho de produtos para animais de estimação nos países nórdicos, tendo, entretanto, garantido o controlo da empresa com a aquisição de 80,6% do seu capital social.

Realizámos ainda desinvestimentos significativos em 2023, em particular a saída do setor do retalho de desporto com a venda da nossa participação na ISRG (o qual resultou num encaixe financeiro de €300 milhões e numa mais-valia de €168 milhões). Este movimento gerou €331 milhões de *cash flow* proveniente da venda de ativos, permitindo-nos ganhar flexibilidade e capacidade para investir em novas avenidas de crescimento.



"Estou extremamente orgulhosa da capacidade e da energia demonstradas pelas nossas equipas na entrega de resultados, e do seu compromisso que continua a ser essencial para o nosso crescimento, evolução e aspirações futuras."

Em 2023, a Sonae apresentou novamente resultados consolidados sólidos. O volume de negócios aumentou 9% em termos homólogos para €8,4 mil milhões, e o EBITDA atingiu um valor recorde de quase mil milhões de euros, o que representa um crescimento de 7% face a 2022, impulsionado pelo sólido desempenho operacional dos negócios e pelas mais-valias

geradas nos movimentos de portefólio. A MC continuou a reforçar a sua posição de liderança no mercado português de retalho alimentar e consolidou o segmento de saúde, bem-estar e beleza na Península Ibérica. A Worten também reforçou a sua posição de liderança de mercado, prosseguindo a expansão da proposta de valor do seu *marketplace* digital e crescendo a área de serviços. A Sierra continuou focada na execução da sua estratégia, registando resultados robustos quer nos seus centros comerciais, quer na sua área de serviços. A NOS apresentou um forte crescimento, impulsionado pelo aumento do número de clientes e de receitas no segmento de telecomunicações, tendo-se assumido como o segundo operador móvel no mercado.

Em 2023, a melhoria do desempenho operacional dos nossos principais negócios, o nível significativo de investimento, que totalizou €665 milhões, e o impacto positivo dos movimentos de portefólio, conduziram a um aumento do valor líquido do portefólio (NAV) de 14%, ultrapassando os €4,5 mil milhões. O nível de endividamento historicamente baixo resultou num *Loan-to-value* da *holding* de apenas 0,6%, uma posição financeira muito sólida e que permite encarar as nossas aspirações com confiança.

2023 foi também um marco importante no nosso percurso de sustentabilidade, com uma estratégia renovada que reforça o nosso compromisso para continuarmos a progredir nas áreas onde queremos causar maior impacto nas nossas pessoas, nas nossas comunidades e no planeta.

Continuamos bem posicionados para atingir os nossos compromissos ambiciosos de "Desflorestação Zero" até 2030 e de neutralidade carbónica das nossas operações até 2040. Na frente social, após termos atingido 40% de cargos de liderança ocupados por mulheres em 2023, estamos muito orgulhosos por termos estabelecido um novo e ambicioso compromisso de alcançar a paridade de género em 2026. O apoio às nossas comunidades aumentou novamente, atingindo €33m, e continuámos a investir em projetos de educação inovadores e inclusivos que abrangeram mais de 360 mil beneficiários. Adicionalmente, com os rápidos e disruptivos avanços tecnológicos e a necessidade de navegar rapidamente o desconhecido, continuámos dedicados não só a definir planos de requalificação e *upskilling* para as nossas equipas, mas também a construir oportunidades para as nossas comunidades, assumindo um papel de liderança no projeto inovador PRO_MOV.

Globalmente, 2023 foi um ano dinâmico e desafiante. Vivemos os efeitos do aumento da inflação e dos custos nos nossos negócios e voltámos a operar num contexto de incerteza, tanto a nível nacional como internacional. Estou extremamente orgulhosa da capacidade e da energia demonstradas pelas nossas equipas na entrega de resultados, e do seu compromisso que continua a ser essencial para o nosso crescimento, evolução e aspirações futuras.

Considerando a complexidade do contexto atual, teremos de nos manter focados em preparar as nossas empresas para o futuro, através de iniciativas estratégicas e parcerias fortes. Devemos continuar determinados, ousados e ágeis para nos adaptarmos rapidamente aos novos riscos, aproveitarmos as tendências emergentes e agarrarmos as oportunidades que surjam. As posições de liderança dos nossos negócios, a nossa solidez financeira e a nossa cultura única constituem os alicerces fundamentais para criarmos valor económico, social e natural. Continuaremos a transformar a ambição em ação, enquanto procuramos ter um impacto significativo hoje e amanhã, para todos.

Cláudia Azevedo,
CEO (Presidente da Comissão Executiva)

## 1.1.4 O nosso *investment* case

### Somos

Um grupo *long-living* com uma procura ambiciosa quer por um crescimento superior e sustentável, quer por criação de valor.

Uma organização baseada na confiança com valores enraizados e um sólido propósito que nos conduz para o futuro.

Uma *holding* ativa, constantemente a assegurar que as nossas empresas têm capacidade de se reinventarem.






# 1.2 O nosso modelo de criação de valor

## 1.2.1 O nosso percurso até ao momento

A Sonae tem uma longa história
e um caminho diversificado.



### 50s-60s
### O Início

- Fundação da Sonae - produção de painéis derivados de madeira (1959)
- Contratação de Belmiro de Azevedo (1965)

### 70s
### Integração vertical

- Expansão do negócio de painéis derivados de madeira para novos mercados
- Aquisições de unidades de produção de aglomerados de partículas e de madeira







### 80s
### Diversificação

- Oferta Pública de Venda (OPV) da Sonae (1983)
- Abertura do 1º hipermercado em Portugal (1985)
- Primeira carta de Cultura Sonae, descrevendo o ADN da Sonae
- Expansão para o setor imobiliário e abertura do 1º centro comercial (1989)

### 90s
### Expansão

- Lançamento do jornal Público
- Sonae adere ao WBCSD (*World Business Council for Sustainable Development*)
- Desenvolvimento de diversos formatos de retalho inovadores
- Expansão do negócio de retalho alimentar para o Brasil
- Entrada em bolsa da Sierra e parceria com a Grosvenor
- Lançamento do operador de telecomunicações em Portugal, Optimus



## 2000s Crescimento Internacional




- *Spin-off* 's da Sonae Indústria e da Sonae Capital
- Venda da operação de retalho alimentar no Brasil
- Lançamento do canal de retalho alimentar *online* (Continente *online*)
- Sonae adere à iniciativa *Global Compact* das Nações Unidas
- Expansão da Sierra para Espanha, Grécia, Alemanha, Itália e Roménia
- Aquisição da Carrefour Portugal (retalho alimentar)
- Lançamento da Sonae IM (Bright Pixel)
- Expansão da Worten e SportZone para Espanha

## 2010s Reorganização do Portefólio




- Criação de "À Nossa Maneira" (Cultura, valores e princípios únicos da Sonae)
- Fusão entre a Zon e a Optimus para a criação da NOS
- Compromisso com as metas voluntárias ERT (*European Round Table for Industry*) para mulheres em cargos de liderança
- Aquisição da Salsa e da Losan (moda)
- Criação da Iberian Sports Retail Group (ISRG), JV com a JD Sports e a Sprinter
- Aquisição pela MC de 60% da Arenal Perfumarias
- Subscrição do "*Paris Pledge for Action*"
- Aumento da participação na Sierra
- Lançamento do Cartão Universo

## 2020s Criação de valor de forma ativa e sustentável



- Sonae integra o Pacto Português para os Plásticos
- Sierra cria o fundo Sierra Prime
- Compromisso de neutralidade carbónica até 2040
- Sonae adere ao *Programa Corporativo da Science Based Targets for Nature* (SBTN)
- Reorganização da operação da Worten em Espanha
- Venda de 25% da MC e venda da Maxmat, da MDS e da Maxive
- Entrada no setor AgTech com a aquisição da Gosh UK
- Reforço da posição na Sierra e na NOS
- Criação de uma política anticorrupção alinhada com o Código de Ética da Sonae

## 2023

- Acordo com o Bankinter para uma JV no setor de serviços financeiros (Universo)
- Venda da participação na ISRG
- Acordo para a combinação da Druni e da Arenal em Espanha (MC)
- Estratégia de sustentabilidade renovada, para 2023-2026, reforçando critérios ESG na tomada de decisões da gestão
- Lançamento do *Innovators Forum*
- Primeira edição do Prémio Sonae Educação
- Lançamento da oferta pública de aquisição da Musti

## 1.2.2 A nossa missão e os nossos valores

A nossa **missão** é criar valor económico e social a longo prazo, levando os benefícios do progresso e da inovação a um número crescente de pessoas.

Esforçamo-nos para estar no nosso melhor diariamente, para irmos mais longe juntos e impactarmos positivamente a vida das pessoas, das comunidades em que estamos presentes e do planeta.

Somos motivados, inquietos, arrojados e empreendedores. Somos movidos pela ambição e vemos cada dia como uma oportunidade para transformar ideias em impacto positivo.

Como um grupo diversificado, tiramos o máximo partido das nossas capacidades e esforçamo-nos para criar um futuro melhor, todos os dias. Quando confrontados com um desafio, trabalhamos em conjunto para o superar.

Acreditamos na diversidade e na criação de uma comunidade em que cada pessoa é valorizada pela sua singularidade, reconhecida pelo seu talento e pode ser ela própria.

Gostamos de ser líderes, mas ser líder não tem a ver com poder ou hierarquia corporativa. Vemos a liderança como uma atitude. É a nossa capacidade de influenciar, desafiar, inspirar e nutrir. Isto significa que estamos profundamente comprometidos com o desenvolvimento das nossas pessoas, das nossas equipas, dos nossos negócios e das nossas comunidades.

# Liderar com propósito.

Os nossos valores estão no centro de tudo o que fazemos. São o nosso legado e os princípios que nos guiarão no futuro. Eles moldam a forma como trabalhamos e a nossa cultura como um todo. Uma cultura que se adapta e evolui, sem nunca perder os seus traços de marca.

Temos os olhos postos no futuro, assumimos objetivos de longo prazo e garantimos que, hoje, estamos a construir um futuro vibrante, sustentável e inclusivo. Um futuro que celebre e respeite cada pessoa, a comunidade e o planeta.

Os princípios pelos quais vivemos são:

### Lideramos com impacto

Transformamos ambição em ação. Queremos ter um impacto profundo no presente e no futuro.

### Conduzimos o amanhã

Somos empreendedores, acima de tudo. Desafiamos o *status quo* e preparamos o futuro

### Avançamos juntos

Valorizamos o talento de todos. Aprendemos com as aptidões, conhecimentos e diferentes pontos de vista para pormos em marcha as melhores ideias.

### Descomplicamos desafios

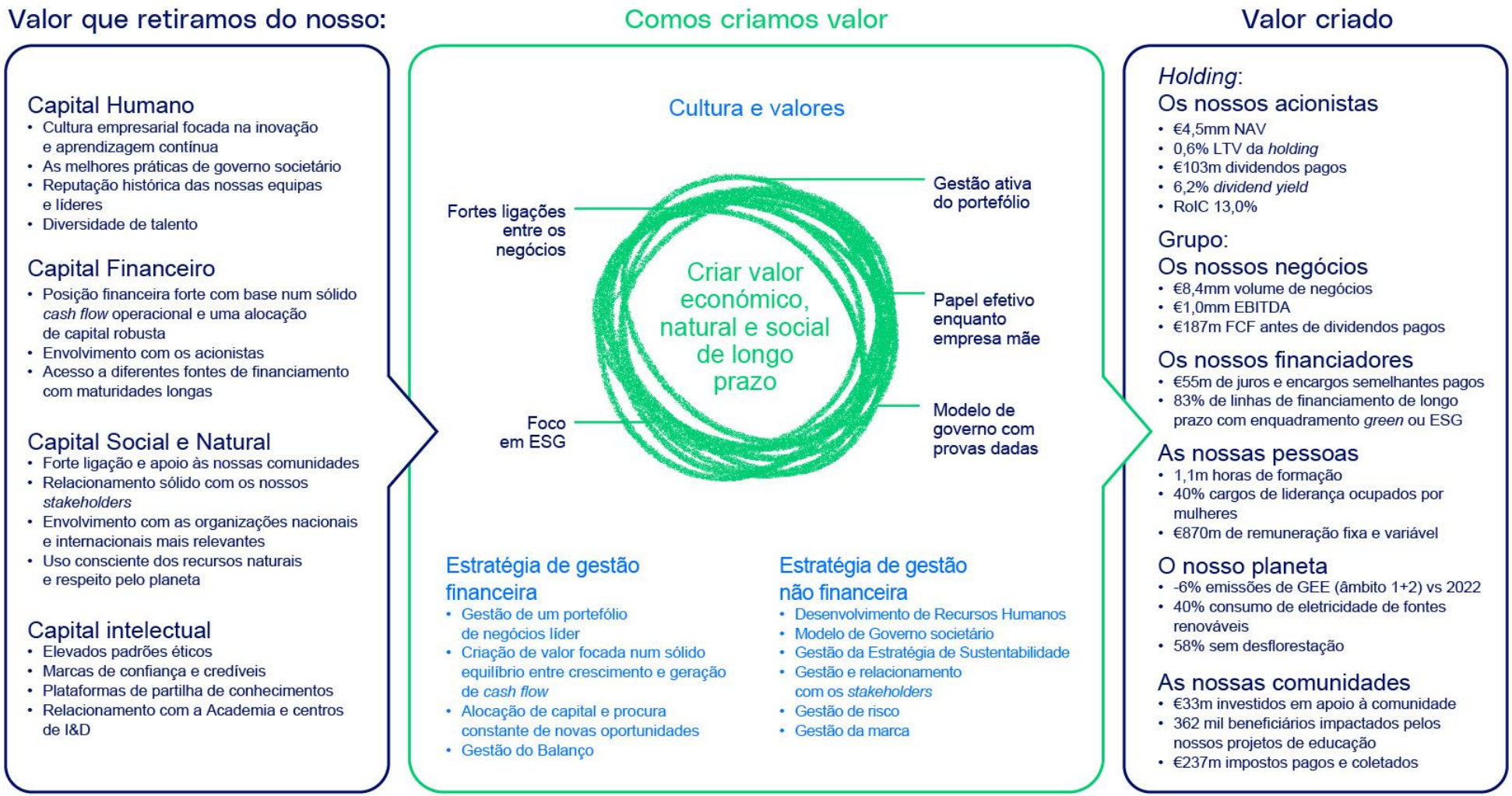
O nosso foco torna tudo mais simples. Melhoramos constantemente para sermos cada vez mais eficientes, adaptáveis e ágeis.

### Fazemos o que está certo

Comprometemo-nos em fazer o que está certo. Agimos de forma independente e transparente para tomar as decisões mais acertadas.



## 1.2.3 O nosso modelo de criação de valor




Nota: O RoIC (retorno do capital investido) é calculado com valores proporcionais e com a Sierra e a Bright Pixel a custo histórico. O indicador de "sem desflorestação" considera a primeira avaliação do nosso progresso (para 2022) e apenas inclui a MC, Worten e Zeitreel, com o critério de ausência de risco de país ou de desflorestação através de um esquema de certificação ou outros mecanismos de controlo e monitorização das matérias-primas adquiridas. O valor de impostos pagos e coletados é um valor não auditado

## 1.2.4 A nossa Estratégia

Estamos seguros na nossa convicção de que o crescimento contínuo da Sonae e a procura do melhor desempenho servem como forças motrizes por detrás da criação de oportunidades para os nossos *stakeholders* e da criação de valor económico, social e natural superior.

**A nossa estratégia está claramente definida, sempre com o objetivo de preparar a Sonae e os nossos negócios para maximizar e criar valor a longo prazo para todos.** Operando num mundo globalizado, acelerado e cada vez mais digital, a Sonae tem vindo a enfrentar um ambiente progressivamente desafiante com elevados padrões operacionais. Neste dinâmico contexto, é fundamental estar constantemente atento às tendências de longo prazo, dar prioridade à inovação, identificar e investir ativamente em áreas com forte potencial de crescimento e manter uma exposição equilibrada a vários riscos, nomeadamente através da diversificação da nossa presença em diferentes áreas geográficas e diferentes setores.

Com um portefólio diversificado de negócios, a Sonae tem um historial de crescimento e gestão ativa de portefólio, sustentado por uma abordagem disciplinada de alocação de capital com a capacidade de criar, nutrir, investir e escalar novos negócios, mas também de reduzir a exposição ou retirar quando as operações são criadoras de valor.

Esta abordagem requer continuamente (1) uma gestão ativa do portefólio, através do estabelecimento de uma compreensão abrangente de cada negócio, do seu mercado e setor. Esta abordagem permite que as estratégias e os planos financeiros sejam desafiados para obter desempenho e crescimento acima do mercado, sustentabilidade a longo prazo e criação de valor a nível económico, social e natural; e (2) uma procura contínua de novas oportunidades de investimento, através de uma estratégia definida, que contribua para a nossa ambição, valores e objetivos. Tudo isto é suportado por uma (3) estratégia de sustentabilidade central e robusta.



## Gestão ativa de portefólio

O nosso atual portefólio é o ponto de partida. Este portefólio é monitorizado de forma contínua, avaliando cuidadosamente o desempenho dos nossos negócios, contrastando a forma como se comportam dentro dos seus setores e ajustando as nossas expectativas para o médio prazo. Para além disto, avaliamos permanentemente potenciais oportunidades para colocar qualquer ativo no mercado.




A nossa abordagem estruturada baseia-se na realização de uma **análise em três lógicas**:

- **Lógica de negócio**: o setor é atrativo e temos uma posição forte? A nossa decisão tem em consideração a atratividade estrutural de um negócio, nomeadamente o setor ou mercado em que concorre e a força da sua posição competitiva nesse mercado.
- **Lógica do valor acrescentado**: Poderá a Sonae acrescentar valor ao negócio? A Sonae avalia continuamente se é a melhor empresa-mãe e/ou acionista para um determinado negócio. Ou seja, avaliamos o valor que a Sonae poderá acrescentar ao negócio, proveniente quer da relação entre a holding e o negócio, quer das ligações e sinergias estabelecidas entre empresas do portefólio que possam constituir uma forte vantagem competitiva.
- **Lógica do mercado de capitais**: Qual o valor do negócio para a Sonae e para o mercado? Compreender a posição no mercado de capitais, nomeadamente como o mercado valoriza os ativos da Sonae em comparação com o valor atualizado líquido dos *cash flows* futuros, estimado pela Sonae.

Paralelamente, é realizada uma análise do equilíbrio do portefólio, proporcionando uma visão holística e uma compreensão da exposição do seu capital a tendências e fatores específicos (por exemplo, setor, mercado, padrão de crescimento, geografia ou disrupção tecnológica).

Esta metodologia permite à Sonae estabelecer as melhores opções para cada negócio e equilibrar o seu portefólio, que é, em última análise, a base para moldá-lo e otimizá-lo ao longo do tempo na procura contínua de criação de valor sustentável. Esta estrutura tem sido fundamental para a nossa atividade dinâmica de gestão de portefólio e alocação de capital nos últimos anos.

## Procura contínua de novos investimentos

A Sonae tem equipas dedicadas a escrutinar continuamente o espaço de investimento explorando tendências, setores e modelos de negócio emergentes com potencial de crescimento, novas áreas geográficas e parcerias, procurando novas oportunidades de longo prazo.

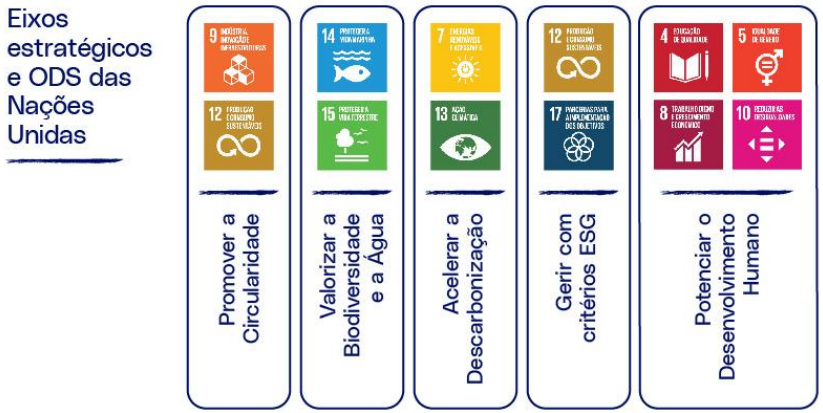
Ao longo desta abordagem, procuramos:

- **Setores com forte crescimento e tendências de longo prazo:** setores suportados por macrotendências sólidas e que permitem posicionamentos de longo prazo. Estamos à procura das melhores empresas do setor, com posições de liderança no mercado e propostas de valor distintas.
- **Exposição internacional:** empresas que trazem diversificação geográfica para o portefólio. Além disso, consideramos negócios internacionais sólidos com potencial significativo para crescer com sucesso.
- **Abordagem de investimento flexível:** embora a Sonae não esteja sujeita a requisitos rigorosos, procuramos principalmente investimentos de grande dimensão, em empresas cotadas ou não cotadas, visando posições de controlo ou participações que permitam uma influência significativa.
- **Modelo de governo societário robusto:** investimentos em empresas lideradas por equipes de gestão empreendedoras e de alta qualidade que compartilham uma visão, paixão e altos padrões éticos semelhantes. Pretendemos acrescentar valor e desafiar a sua estratégia através das estruturas de governo existentes para fomentar o crescimento e a criação de valor.
- **Investimentos responsáveis e sustentáveis:** identificar oportunidades de investimento alinhadas com a missão da Sonae e apoiar as empresas no desenvolvimento de uma estratégia ESG e de um *roadmap* de acordo com os seus objetivos, impactos e *stakeholders*, contribuindo também ativamente para a execução dos compromissos ESG do grupo.

Durante 2023, a Sonae deu passos importantes para a diversificação do seu portefólio com novos e significativos investimentos, como a Druni na MC e a Musti, um *player* nórdico de retalho de produtos para animais de estimação. Para mais informações sobre as alterações de portefólio, consulte o capítulo 1.4.1. Esta mentalidade de crescimento, visão global e uma abordagem sustentável permite-nos estabelecer parcerias com as empresas e equipas de gestão certas para concretizar a nossa ambição, sempre de forma responsável.

## Sustentabilidade no centro

Em linha com o trabalho iniciado em 2019, e para acelerar o compromisso da Sonae com o desenvolvimento sustentável, em 2022, a Sonae e os negócios do seu portefólio revisitaram as suas prioridades de sustentabilidade. Este trabalho permitiu à Sonae redefinir a sua Estratégia de Sustentabilidade como gestora ativa de portefólio, através de uma análise rigorosa e abrangente, conduzindo **a cinco novos eixos estratégicos alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS da ONU).




Estes eixos são a bússola da Sonae para orientar o seu posicionamento, atividades e compromissos de sustentabilidade. Num ambiente socioeconómico em constante mudança, a Sonae atualizou a sua Estratégia de Sustentabilidade, que pode ser adaptada aos

desafios futuros e, sempre que possível, assenta na compreensão científica e em metas para garantir o bem-estar a longo prazo das gerações futuras. Cada um dos cinco eixos estratégicos tem o seu próprio plano cuidadosamente desenhado para nos desafiar, para alcançar os compromissos e metas correspondentes. Parte integrante da nossa responsabilidade corporativa, a sustentabilidade reflete-se não só na formulação da nossa estratégia, mas também em todas as decisões operacionais que tomamos. Estamos empenhados em garantir que as nossas escolhas contribuam ativamente para a consecução dos ODS da ONU, orgulhosamente refletidos na nossa Estratégia de Sustentabilidade atualizada.




Na Sonae, **reconhecemos que integrar os critérios ESG na nossa estratégia central é essencial para o sucesso sustentado**. A correspondência de fatores financeiros, sociais e ambientais trouxe a **gestão com critérios ESG** para o centro da nossa Estratégia. Isto porque, por um lado, está alinhada com as expectativas dos *stakeholders* e fomenta a criação de valor a longo prazo após a aquisição das novas empresas. Por outro lado, proporciona uma vantagem competitiva ao garantir a evolução do nosso desempenho ambiental, social e de governo ao longo da cadeia de valor de todos os nossos negócios. Por fim, este eixo ajuda a Sonae a alinhar as práticas empresariais com os objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável e cidadania corporativa responsável.

## 1.2.5 Os nossos *stakeholders*

**Juntamente com os nossos *stakeholders*, damos propósito à nossa missão.**

A Sonae está comprometida com um modelo de governo centrado nos nossos *stakeholders* que prioriza a nossa missão. Escutamos e interagimos de forma contínua e ativa com os nossos diversos *stakeholders* através de um processo estruturado que envolve identificar, analisar, planear e implementar ações que reflitam a nossa missão. Este diálogo baseia-se na confiança mútua e na transparência.




O envolvimento proativo e efetivo com todos os principais grupos de *stakeholders* permite-nos defender os nossos valores e seguir a nossa estratégia focada na identificação de oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Além disso, ao nos envolvermos ativamente e trabalharmos juntos regularmente, garantimos que os nossos negócios sejam responsáveis e equilibrados a curto e longo prazo. De facto, acreditamos que é crucial colaborar com todos os nossos *stakeholders*, mas também reconhecemos que cada um deles é único e requer uma abordagem e envolvimento personalizados. O gráfico apresenta os nossos grupos de *stakeholders* mais significativos com base no seu impacto no grupo, no seu nível de envolvimento e na medida em que são afetados pelo nosso portefólio de negócios.

## As nossas Pessoas

Na Sonae, trabalhamos todos os dias para criar um ambiente inclusivo, seguro e solidário para todos os membros da nossa equipa, cujo bem-estar e compromisso em servir os nossos *stakeholders* são essenciais para o nosso sucesso a longo prazo.

Com mais de 48 mil colaboradores espalhados pelos diferentes negócios, o envolvimento e o empenho das nossas pessoas são fundamentais e estão no centro do nosso sucesso. Estamos empenhados em promover uma cultura de inclusão, diversidade, igualdade de oportunidades, equilíbrio entre a vida profissional e pessoal e estruturas de compensação justas e transparentes que proporcionem a todos, as condições adequadas para o seu e o nosso sucesso a longo prazo. O nosso Conselho de Administração reconhece os benefícios de uma força de trabalho diversificada e de uma cultura inclusiva e tem havido investimento e atividade significativos para aumentar a diversidade, a equidade e a inclusão.

**O que é importante para as nossas Pessoas?**

- Sistemas de recompensa e reconhecimento justos e sólidos
- Oportunidade de aprendizagem e crescimento
- Equilíbrio entre vida pessoal e profissional, bem-estar, experiência e envolvimento dos colaboradores
- Ambiente de trabalho diverso e inclusivo
- Práticas de trabalho ágeis e flexíveis
- Ambiente inovador

**Qual é a nossa abordagem e como envolvemos as nossas Pessoas?**

- €870m de salários pagos, incluindo componentes fixas e variáveis
- 40% dos cargos de liderança ocupados por mulheres
- Mais de 1 milhão de horas de formação
- 0,8% pessoas recrutadas ao abrigo do programa "Pessoas com Diferença"
- Cinco reuniões do Grupo Consultivo de Recursos Humanos

**Remuneração e benefícios**



A política de remunerações da Sonae rege-se por um conjunto de princípios alinhados com as melhores práticas nacionais e internacionais, aferidos face a pares comparáveis, ajustados às suas condições particulares de mercado, para equilibrar os objetivos de sustentabilidade e retenção de talento.

O pacote de remuneração é composto por um salário fixo e uma componente variável, que variam consoante o grupo organizacional. Cada grupo tem uma faixa salarial predefinida destinada a manter a competitividade em cada setor. A Política assume que a iniciativa, a competência, o compromisso e a ética são os alicerces essenciais do bom desempenho, que devem estar alinhados com a estratégia de médio e longo prazo do grupo, visando a sua sustentabilidade.

A remuneração fixa inclui um salário base, estabelecido anualmente e definido de acordo com as competências pessoais, o nível de responsabilidade do trabalho e o posicionamento recomendado em relação ao mercado comparável. A remuneração variável visa orientar e recompensar o cumprimento de metas pré-determinadas (tanto consolidadas como individuais). Os KPIs (indicadores-chave) do grupo são económicos, mas também relacionados com a nossa estratégia de sustentabilidade. Para 2023, os KPIs de pessoas são cargos de liderança ocupados por mulheres e retenção de talento, e os KPIs do planeta são a evolução das nossas emissões de GEE e a penetração de embalagens recicláveis de marca própria.

Além disso, e reconhecendo o papel fundamental que as políticas de remuneração e benefícios desempenham na atração e retenção de talento, também priorizámos a incorporação de benefícios não apenas dentro dos limites das políticas formais de remuneração, mas também nos domínios do envolvimento experiencial e emocional. Na verdade, expandimos o nosso pacote de remuneração para abranger uma gama diversificada de benefícios, parcerias, programas e iniciativas adaptados para atender às necessidades únicas de várias gerações dentro da força de trabalho.

De facto, através da '*Mais Sonae*', a Sonae disponibiliza aos seus colaboradores um sistema abrangente de benefícios e vantagens. Conta com uma extensa rede de parceiros com diversas atividades, desde a saúde e bem-estar, desporto, comunicação, formação e educação, retalho e turismo, à cultura e lazer, entre muitas outras.

**Diversidade, Equidade e Inclusão**

A Sonae reconhece o papel crucial de promover a diversidade, a equidade, a inclusão e o bem-estar dos colaboradores para promover o desenvolvimento humano. Este compromisso estende-se não só aos seus colaboradores, mas também àqueles que fazem parte da sua cadeia de valor e às comunidades que serve. Priorizando dimensões como género, deficiência, laços culturais, diversidade geracional e inclusão LGBTQIA+, o grupo capacita cada empresa para definir e monitorar metas específicas. O objetivo global é cultivar a diversidade e uma cultura inclusiva que atraia, desenvolva e retenha talentos.




**Bem-estar e satisfação**

Para maximizar o desempenho e o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos nossos colaboradores, temos programas de trabalho flexível, que se propõem contribuir ativamente para integrar a sua vida pessoal e profissional e, consequentemente, melhorar o seu bem-estar e realização profissional. Com diferentes formatos, ajustados às necessidades e realidade de cada colaborador, empresa e equipa, este programa destina-se a: partilhar e incentivar a adoção de modelos de trabalho flexíveis, permitindo aos colaboradores trabalhar remotamente, escolher quando começa e termina o seu dia de trabalho, reduzir a sua carga horária semanal, solicitar licenças não remuneradas, usufruir de mais dias de férias do que os legalmente estabelecidos, ter até cinco dias extra não remunerados para fins pessoais, para trabalhar, uma vez por ano, por um período de um a três meses em regime de mobilidade num escritório de uma das empresas do grupo noutro país, e a possibilidade de escolhendo o modelo de  trabalho presencial no escritório poderem ter as sextas-feiras à tarde livres, entre outros.

Para além dos requisitos legais, como o recurso à licença parental, períodos de *layoff* e faltas para cuidar dos filhos, a Sonae disponibiliza salas de amamentação nos seus escritórios principais, com o objetivo de apoiar as mães, no período de transição para o regresso ao trabalho. Em termos de apoio familiar, em parceria com a Fundação Belmiro de Azevedo, existe um programa de reconhecimento do mérito e incentivo ao desempenho escolar excecional dos filhos dos colaboradores.

Na nossa sede, **Sonae Campus**, oferecemos uma grande variedade de serviços destinados a promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, nomeadamente, a horta comunitária, centros desportivos, praças de alimentação, cabeleireiros, lavandaria, pontos de recolha de entrega e soluções de mobilidade sustentável, como *shuttles* e bicicletas, e pontos de carregamento para veículos elétricos. A Sonae tem ainda várias iniciativas à disposição de todos os colaboradores como medicina curativa, aconselhamento alimentar e nutricional, massagem, yoga, pilates e outras iniciativas afins.

Sonae Campus



Nós envolvemo-nos regularmente com nossos colaboradores, realizando **questionários de *Employee Net Promoter Score*** (eNPS) pelo menos duas vezes por ano. As nossas empresas também realizam outros inquéritos de satisfação aos colaboradores para acompanhar e gerir de perto a satisfação destes, nomeadamente "*Tu Contas*" na MC e Worten, "*Happy People Survey*" na Zeitreel e "*Employee Climate Survey*" na Sierra.

Além disso, durante o ano de 2023, foi também realizado um inquérito "*Índice de Saúde Organizacional*" em todo o Grupo, com o apoio da McKinsey & Company, para ajudar a perceber como tornar a Sonae uma organização ainda mais saudável e com melhor desempenho.

## As nossas comunidades

As nossas comunidades são um pilar da nossa sustentabilidade e do nosso sucesso. Reconhecemos a importância de contribuir através do voluntariado, investimento comunitário e parcerias de longo prazo. O envolvimento da comunidade e a criação de valor social são fundamentais para a nossa estratégia. O impacto da nossa presença na sociedade torna-nos empenhados em fazer a diferença positiva nas comunidades em que estamos presentes e operamos. Reconhecemos também a importância dos clientes das empresas do nosso portefólio. São vistos como parte das nossas pessoas e das nossas comunidades e, por isso, desempenham um papel importante no desenvolvimento da Sonae, permitindo-nos prever as tendências de mercado em todo o portefólio. Além disso, também reconhecemos a importância de promover comportamentos e escolhas mais sustentáveis entre os nossos clientes. Ao envolver ativamente os clientes em práticas e escolhas sustentáveis, as empresas podem não só contribuir para os objetivos globais de sustentabilidade, mas também promover uma imagem de marca positiva e responsável. Assim, em 2023, foram promovidas várias campanhas para incentivar e possibilitar comportamentos mais sustentáveis.

**O que importa para as nossas comunidades?**

- Sustentabilidade e ambiente local
- Impacto na economia e na sociedade locais
- Adoção de estilos de vida mais saudáveis
- Proteção da biodiversidade e impacto climático
- Melhoria da infraestrutura comunitária

**Qual é a nossa abordagem e como nos envolvemos com as nossas comunidades?**

- 6% de redução de $CO_2e$ vs 2022
- 5,2 mil horas de voluntariado dos nossos colaboradores
- Atualizações regulares à Comissão Executiva sobre a atividade de responsabilidade corporativa de todos os nossos negócios
- €33m de apoio às comunidades
- 362 mil beneficiários impactados pelos nossos projetos educacionais
- 1,4 mil instituições apoiadas
- 88 mil árvores doadas

## As Nossas Empresas

O nosso portefólio é composto por oito negócios. Apesar de partilharem uma cultura e valores comuns, cada empresa tem os seus próprios pontos fortes e competências, permitindo ao Grupo diversificar as suas operações e mitigar riscos. Isso permite resistir aos ciclos económicos e aproveitar as oportunidades em vários mercados.

O sucesso de cada negócio não depende dos outros negócios, embora eles aproveitem o *know-how* e os recursos uns dos outros para impulsionar o crescimento e a eficiência. O papel da Sonae é desafiar constantemente as suas equipas de gestão para alcançar resultados e desempenhos excecionais e agarrar oportunidades de mercado.

Para mais informações sobre o nosso portefólio, consulte o capítulo 1.4.

**O que importa para as nossas empresas?**

- Desempenho económico e sustentável sólido e a longo prazo
- Apoio financeiro e operacional
- Gestão da estrutura de capital
- Comunicação e reuniões regulares
- Rede e partilha de conhecimentos
- Apoiar a tomada de decisões
- Garantir independência e autonomia

**Qual é a nossa abordagem e como nos relacionamos com as nossas empresas?**

- A Comissão Executiva da Sonae faz parte de cada Conselho de Administração das empresas do nosso portefólio
- Reuniões regulares entre a nossa Comissão Executiva e cada um dos CEOs do nosso portefólio
- Ciclo anual de planeamento estratégico
- Incluir pessoas de todas as empresas do nosso portefólio na dinâmica das plataformas do Grupo (comissões, grupos consultivos e outros fóruns)

## Os Nossos Investidores e Acionistas

Envolvemo-nos proactivamente com investidores e acionistas para partilhar perspetivas sobre temas importantes, incluindo desempenho e estratégia, modelo de governo, remuneração de executivos e tópicos ESG. Este compromisso ajuda-nos a compreender melhor as prioridades e perspetivas e dá-nos a oportunidade de elaborar as nossas iniciativas com especialistas relevantes, enquanto promove um diálogo construtivo. Após o nosso compromisso com acionistas e outros *stakeholders*, temos em consideração o *feedback* e os *insights* fornecidos à medida que verificamos e evoluímos as nossas práticas e divulgações e os partilhamos com o nosso Conselho. A Sonae gere cuidadosamente a sua estrutura de capital para alinhar os interesses de todos os investidores, incluindo acionistas minoritários e fornecedores de dívida. O apoio dos nossos investidores em capitais próprios e dívida e o acesso contínuo ao capital são vitais para o sucesso a longo prazo e um ativo muito importante.

**O que importa para os nossos investidores e acionistas?**

- Compreender o propósito, os valores e a cultura do grupo
- Compreender os riscos e oportunidades que afetam a execução da estratégia e desempenho
- Bom modelo de governo com transparência
- Reuniões regulares e *roadshows* com investidores e analistas
- Crescimento sustentável e rentável a longo prazo
- Política de dividendos transparente e crescente
- Estrutura sólida dos capitais
- Informação financeira e não financeira
- Investimento responsável

**Qual é a nossa abordagem e como nos relacionamos com os nossos investidores e acionistas?**

- Interação com todos os acionistas na Assembleia Geral Anual
- Dividendos pagos todos os anos +5%: €103m em 2023
- Mais de 300 reuniões realizadas com investidores e analistas em todo o mundo e virtualmente.
- 83% empréstimos indexados a ESG
- Abordagem colaborativa com prestigiadas agências de rating ESG
- 17 comunicados e quatro relatórios trimestrais de resultados
- Atualizações regulares ao Conselho de Administração sobre o sentimento do mercado e o relacionamento com os mercados de capitais
- Estudo de perceção à comunidade investidora em 2023

## Os Nossos Parceiros

Vários dos nossos negócios são suportados por parcerias sólidas e de longo prazo entre a Sonae e *players* e/ou investidores de referência no mercado. Reconhecemos que as parcerias nos dão acesso a recursos, novas oportunidades de investimento, conhecimento e experiência, além de aumentar nossa flexibilidade de investimento. De uma perspetiva mais ampla, também consideramos os fornecedores do nosso negócio como parceiros importantes em nossa jornada e com os quais compartilhamos uma visão comum baseada em princípios de responsabilidade corporativa. É vital construir relações de trabalho sólidas com todos os envolvidos ao longo da cadeia de valor. Os nossos negócios de retalho continuaram ativamente envolvidos no reforço dos seus programas de gestão de fornecedores, abrangendo várias fases de interação com os nossos parceiros de negócio. Estas iniciativas são concebidas para gerir os riscos ESG associados à cadeia de abastecimento, incentivando os fornecedores a adotarem as melhores práticas ambientais e sociais e, ao mesmo tempo, influenciando as suas próprias cadeias de abastecimento.

**O que importa para os nossos Parceiros?**

- Valores baseados na confiança, ética e transparência
- Oportunidades de investimento e crescimento
- Valores corporativos partilhados
- Suporte entre pares
- Envolvimento pró-ativo

**Qual é a nossa abordagem e como nos relacionamos com os nossos parceiros?**

- Reuniões várias vezes durante o ano.
- Partilha de *know-how* e experiências.
- Apoio aos produtores locais, através da promoção de melhores práticas de produção através do CPC que conta já com cerca de 340 membros
- Código de conduta de fornecedores, avaliações de desempenho para promover o desenvolvimento, oferecer formação e partilhar experiências nomeadamente com a Academia do CPC, com 83 produtores envolvidos

## Organizações e entidades públicas

A Sonae e as empresas do seu portefólio são membros de organizações nacionais e internacionais relevantes. Ouvir e interagir com organizações multilaterais é uma forma crítica de compreender os nossos impactos e informar o nosso trabalho.

A Sonae trabalha de forma aberta e transparente com várias entidades públicas para partilhar os nossos planos, compreender as suas prioridades e preocupações e encontrar soluções mutuamente benéficas. Também nos esforçamos para manter relações positivas e construtivas com os reguladores para que possamos operar corretamente, ajudar a moldar a política em nossos mercados e posicionar nosso portefólio para aproveitar oportunidades futuras.

**O que importa para as organizações e entidades públicas?**

- Operações legais e seguras em total conformidade com os regulamentos relevantes, nomeadamente: política de remuneração, boas práticas ambientais, incluindo gestão de resíduos, proteção do consumidor, segurança alimentar e de produtos, digital e cibersegurança, cadeia de abastecimento, transações, concorrência e tributação, desigualdades e requalificação e questões socioeconómicas

**Qual é a nossa abordagem e como interagimos com as nossas organizações e entidades públicas?**

- Manter uma relação construtiva e aberta com reguladores, organizações e entidades públicas
- Reunir regularmente e responder sempre a consultas diretas
- Cultivar relações também com todos os *stakeholders* externos
- Rede relevante através do envolvimento com mais de 56 organizações nacionais e internacionais

# 1.3 A nossa liderança

## 1.3.1 A nossa estrutura acionista

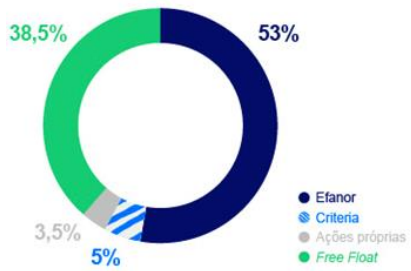
### A ação Sonae

O capital social da Sonae é de €2.000.000.000, integralmente subscrito e realizado, dividido em 2.000.000.000 de ações ordinárias nominativas, cada uma com o valor nominal de um euro. As ações da empresa estão cotadas na bolsa portuguesa, Euronext Lisbon com o código ISIN PTSON0AM0001, e incluídas no índice PSI e em vários índices ESG.

### Estrutura Acionista[1]

A Sonae tem uma estrutura acionista estável, com um acionista familiar controlador, através da Efanor Investimentos SGPS, SE, uma *holding* familiar.

No final de 2023, a Sonae detinha 70.272.539 ações próprias, representativas de 3,5%, e o *free float* representava 38,5% do capital social.[2]




## 1.3.2 A nossa estrutura de governo da sociedade

O modelo de governo da Sonae assenta num forte conjunto de valores corporativos que refletem a nossa identidade, legado e estão totalmente alinhados com a nossa estratégia e missão. Enquanto *holding*, a Sonae garante que estes valores fundamentais se espelham em todas as empresas do portefólio através de um modelo de governo flexível que permite uma rápida tomada de decisão e uma supervisão eficaz.

As práticas de governo envolvem as estruturas e processos através dos quais uma empresa é controlada e dirigida pelos seus acionistas, seja diretamente ou por delegação. Um modelo de governo corporativo eficaz não é apenas vital para o grupo, mas também constitui um aspeto fundamental dos nossos principais negócios. A Sonae adota um modelo de governo monista estruturado em torno do Conselho de Administração. Por conseguinte, o Conselho de Administração é responsável pelo funcionamento geral dos negócios do grupo. A Assembleia Geral de Acionistas, que se realiza anualmente, delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e os estatutos da sociedade lhe atribuem competências.

Em 31 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração era composto por 12 membros e acolhia três comissões especializadas – a Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração, a Comissão de Remuneração do Conselho de Administração e a Comissão de Nomeação do Conselho de Administração – com o objetivo de apoiar a atividade dos administradores não executivos e assegurar a máxima eficácia da gestão do Conselho de Administração. O Conselho de Administração também nomeia uma Comissão Executiva, que tem poderes delegados para conduzir a gestão diária da empresa. A Comissão Executiva é composta por três Diretores Executivos do Conselho de Administração – o CEO, o CFO e o CDO – e é responsável pelo acompanhamento e desenvolvimento dos negócios do grupo, bem como pelos projetos de investimento e desinvestimento. Além disto, o Conselho de Administração e o Diretor de Governo Societário, o Secretário da Sociedade e a Comissão de Ética (presidido por um membro não executivo do Conselho) atuam como assessores do Conselho de Administração.

[1] A informação da estrutura acionista refere-se às datas das últimas notificações de participações qualificadas recebidas dos respetivos acionistas.

[2] Para mais informações sobre a estrutura acionista da Sonae, consulte o Capítulo A. do Relatório de Governo da Sociedade.

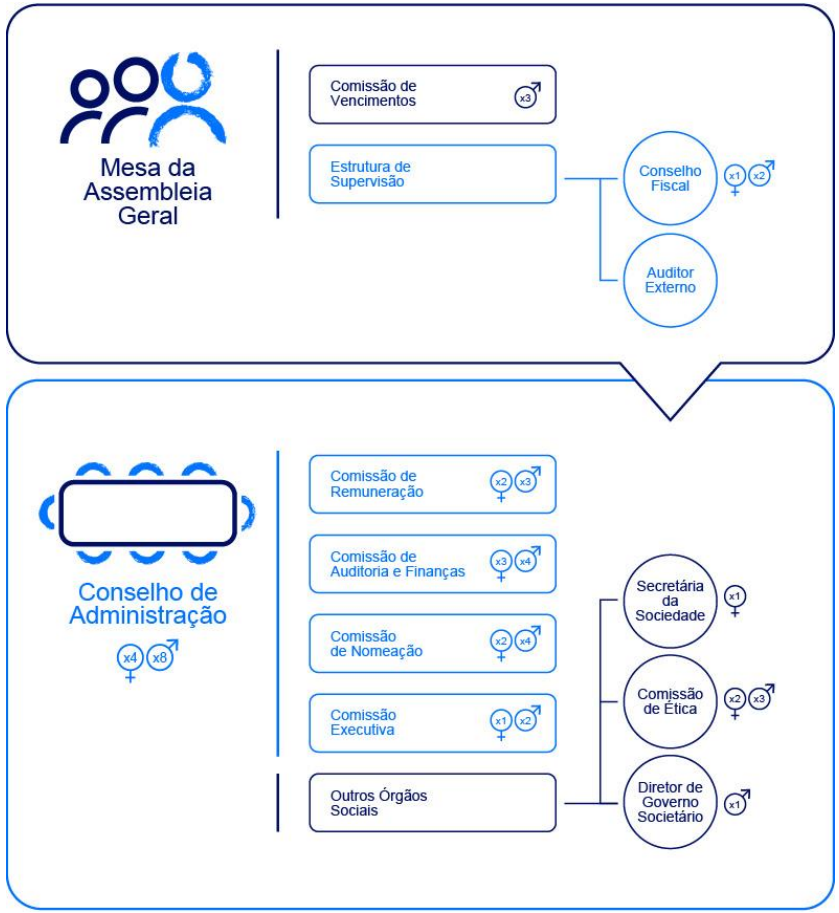
O Conselho de Administração é responsável por desenvolver políticas e planos, supervisionar e agir no melhor interesse da Sonae e dos seus *stakeholders*, tomando decisões informadas, objetivas e independentes, enquanto monitoriza a gestão executiva e assegura o sucesso da Sonae. Todos os membros do Conselho de Administração são altamente respeitados, tanto individualmente como em equipa, e a sua competência especializada e conhecimento coletivo são ativos valiosos para a Comissão Executiva da Sonae. O atual Conselho de Administração foi eleito em Assembleia Geral de Acionistas de 2023 e o seu mandato termina no final de 2026. O Conselho de Administração passou de 10 para 12 membros. Durante o ano, um membro renunciou e um novo membro foi cooptado. Dos doze membros que compõem o Conselho de Administração, nove são Administradores Não-Executivos, cinco são Independentes e a sua composição garante diversidade de género, nacionalidade, experiência e especialização.

## Diversidade do Conselho de Administração




## Principais áreas de *expertise*:



# O nosso Conselho de Administração

## Não Executivos



### Paulo Azevedo

**Presidente desde 2015**
**Ano de nomeação:** 2000
**Nacionalidade:** Portuguesa
**Idade:** 58
**Áreas de *expertise*:** ESG, Retalho, Telecomunicações e Estratégia



### Ângelo Paupério

**Administrador**
**Ano de nomeação:** 2000
**Nacionalidade:** Portuguesa
**Idade:** 64
**Áreas de *expertise*:** Finanças, Retalho, Telecomunicações e Imobiliário



### José Neves Adelino

**Administrador Sénior *(Lead Director)***
**Ano de nomeação:** 2007
**Nacionalidade:** Portuguesa
**Idade:** 69
**Áreas de *expertise*:** Finanças, Internacional e Governo Societário



### Marcelo Faria de Lima

**Administrador Independente**
**Ano de nomeação:** 2015
**Nacionalidade:** Brasileira
**Idade:** 62
**Áreas de *expertise*:** Internacional, Finanças, Gestão de Portefólio e Digital



### Carlos Moreira da Silva

**Administrador**
**Ano de nomeação:** 2019
**Nacionalidade:** Portuguesa
**Idade:** 71
**Áreas de *expertise*:** Gestão de Portefólio, Indústria e Empreendorismo



### Fuencisla Clemares

**Administradora Independente**
**Ano de nomeação:** 2019
**Nacionalidade:** Espanhola
**Idade:** 49
**Áreas de *expertise*:** Digital, Retalho e Estratégia



### Philippe Haspeslagh

**Administrador Independente Sénior**
**Ano de nomeação:** 2019
**Nacionalidade:** Belga
**Idade:** 73
**Áreas de *expertise*:** Internacional, Gestão de Portefólio, ESG e Recursos Humanos

### Eve Henrikson

**Administradora Independente**
**Ano de nomeação:** 2023
**Nacionalidade:** Alemã
**Idade:** 43
**Áreas de *expertise*:** Digital, Retalho e Internacional



### Maria Teresa Ballester

**Administradora Independente**
**Ano de nomeação:** 2023
**Nacionalidade:** Espanhola
**Idade:** 60
**Áreas de *expertise*:** Finanças, Internacional e Gestão de Portefólio

## Executivos



### Claúdia Azevedo

**CEO**
**Ano de nomeação:** 2019
**Nacionalidade:** Portuguesa
**Idade:** 53
**Áreas de *expertise*:** Estratégia, Gestão de Portefólio, Digital e ESG



### João Dolores

**CFO**
**Ano de nomeação:** 2019
**Nacionalidade:** Portuguesa
**Idade:** 43
**Áreas de *expertise*:** Finanças, Estratégia e Internacional



### João Günther Amaral

**CDO**
**Ano de nomeação:** 2023
**Nacionalidade:** Portuguesa
**Idade:** 54
**Áreas de *expertise*:** Digital, Retalho, Recursos Humanos e ESG

**Comissões do Conselho de Administração**
Executiva · Auditoria e Finanças · Remuneração · Nomeação · (P) Presidente · (M) Membro

**Outras Comissões e Grupos Consultivos (G.C.)**
Comissão de Ética · G.C. de Recursos Humanos · G.C. de Sustentabilidade · G.C. de Gestão de Risco · Comissão de Coordenação de Auditoria · Comissão de Finanças

A Comissão Executiva é apoiada por uma equipa Corporativa na *holding* composta por várias equipas. Na verdade, a estrutura de *holding* concentra-se em atividades de gestão de portefólio, capital e alocação de talentos, mantendo a coordenação central em algumas áreas-chave, como talento, sustentabilidade, gestão de risco e digital, para preparar ainda mais nossas empresas para o futuro e fortalecer a competitividade nos seus mercados.

A nossa **equipa da *holding*** está focada em[3]:

- Compreender a dinâmica do mercado e desenvolver uma visão independente e abrangente a longo prazo sobre cada setor em que está presente, bem como em potenciais novos setores;
- Garantir que as empresas desenvolvam estratégias e planos de negócios que se traduzam em retornos sustentáveis acima da média, modelos de negócios preparados para o futuro, com requisitos financeiros e ESG embutidos neles;
- Avaliar as realocações significativas de capital, investimento em novas áreas de negócio e desinvestimento (parcial ou total) de empresas existentes;
- Assegurar um equilíbrio entre o capital investido e a dívida para os níveis de risco e retorno desejados;
- Certificar que as empresas respeitam os valores e elevados padrões éticos da Sonae;
- Garantir que as empresas investem no desenvolvimento do capital humano e criam líderes de excelência;
- Gerir os melhores talentos em todo o grupo, promovendo a mobilidade interna e garantindo o conjunto certo de competências e diversidade em todas as equipas de liderança;
- Assegurar que as equipas de gestão dispõem de sistemas de incentivos adequados, promovendo comportamentos equilibrados, atitudes adequadas de gestão de risco e foco a longo prazo, sem descartar objetivos de curto prazo;
- Garantir a transparência dos relatórios e atrair os melhores investidores.

Adicionalmente, e enquanto empresa-mãe, a Sonae tem evoluído ao longo do tempo para um modelo que promove um maior grau de autonomia para cada negócio e um estilo parental mais uniforme **em todo o portefólio**, focado em desafios e riscos estratégicos, financeiros e sustentáveis para cada um dos seus negócios, criando assim as condições para responder mais rapidamente aos crescentes desafios de cenários e contextos competitivos em constante mudança.

**Cada empresa do portefólio tem a sua própria estrutura de governo**

Cada empresa do portefólio tem a sua própria estrutura de governo societário, que opera sob as mesmas diretrizes de responsabilização e transparência e está totalmente alinhada com a estrutura de Governo da Sonae. A equipa corporativa interage regularmente com cada equipa de gestão.

**A Comissão Executiva da Sonae está envolvida com os Conselhos de Administração das empresas do portefólio**

Além disso, e enquanto *holding*, a Sonae está presente na estrutura de governo de cada empresa do portefólio através do envolvimento da sua Comissão Executiva com o respetivo Conselho de Administração e aconselha cada empresa em questões transversais e relevantes para assegurar a coerência dentro do grupo. Estes mecanismos são essenciais para garantir a existência de todos os canais de informação relevantes para uma tomada de decisão rápida e informada.

Finalmente, e para aumentar o envolvimento da Comissão Executiva com os negócios do nosso portefólio, existe um grupo de *Senior Executives* (CEO de cada negócio) que se reúne regularmente durante o ano.

[3] Para mais informação sobre as áreas da *holding*, consulte o ponto 21 do Relatório de Governo da Sociedade.

## 1.3.3. Ligações fortes entre os negócios

Enquanto *holding*, a Sonae reconhece o potencial de criação de valor através do seu portefólio diversificado. Sabemos que um modelo de governo eficaz é crucial e, para o conseguir, a Sonae dispõe de várias plataformas para potenciar a colaboração e participação entre as empresas e a *holding*, promover o *networking* e a transferência de conhecimento. Estas plataformas não só alimentam e incentivam a criação de valor e criam sinergias, mas também servem como um meio para promover o talento e a progressão na carreira. Existem três tipos de plataformas, dependendo do seu âmbito[4].




A Sonae criou **Comissões** para coordenar e executar decisões de negócio e implementar políticas corporativas maioritariamente relacionadas com questões de Finanças e Auditoria.

Também formou grupos consultivos como parte da sua abordagem para garantir um modelo de governo eficaz e transparente, fomentando uma cultura de partilha de conhecimento. Estes grupos estão não só alinhados com a nossa estratégia, mas também com os nossos valores de longa data. Estes grupos produzem, recomendam e consolidam a implementação das políticas corporativas em diferentes empresas e coordenam projetos.

Além disto, a Sonae tem **outros Fóruns** para abordar temas específicos em todo o portefólio. Estes fóruns foram concebidos para serem flexíveis e facilitarem a partilha de conhecimento, oportunidades de *networking* e sinergias.

Existem vários fóruns: administrativo e fiscal, digital, e-commerce, finco (soluções de TI), finov (inovação), internacional, jurídico e planeamento e controle.

Todas estas iniciativas são um aspeto crucial do nosso modelo de negócio, fomentando ligações e sinergias entre as empresas do nosso portefólio, abrindo canais de comunicação e facilitando a partilha de conhecimento, proporcionando à Sonae uma visão abrangente do panorama empresarial.

| | Número total de membros | Membros do Conselho de Administração | # reuniões em 2023 |
|---|---|---|---|
| **Comissões** | | | |
| Comissão de coordenação de Auditoria | 21 | 1 (CFO) | 4 |
| Comissão de Finanças | 20 | 2 (Não executivo e CFO) | 10 |
| **Grupos Consultivos** | | | |
| Grupo consultivo de Sustentabilidade | 38 | 3 (Presidente, CEO e CDO) | 5 |
| Grupo consultivo de Recursos Humanos | 15 | 2 (CEO e CDO) | 5 |
| Grupo consultivo de Gestão de Risco | 20 | 1 (CFO) | 4 |
| Grupo consultivo de IOW (*Improving our work*) | 14 | 2 (CEO e CDO) | 14 |

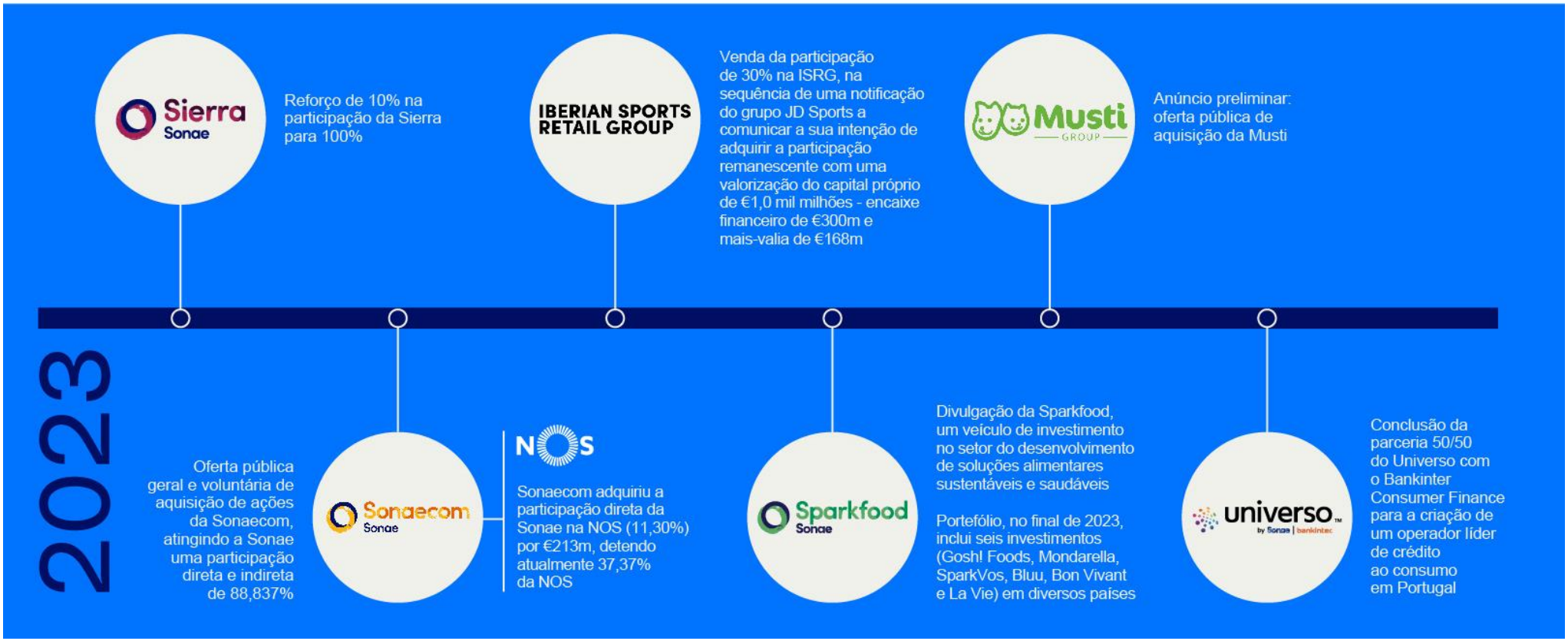
Para mais informação sobre os grupos consultivos de Sustentabilidade e Recursos Humanos, consulte o capítulo 1.5.

[4] Para obter mais informações sobre essas plataformas, consulte o ponto 21 do Relatório de Governo da Sociedade.

# 1.4. O nosso portefólio forte e resiliente

## 1.4.1. O nosso portefólio e as alterações ao longo do ano

Como *holding*, somos um gestor de portefólio ativo, e 2023 não foi exceção. Em 2023, houve mudanças importantes com o objetivo de fortalecer o futuro do nosso grupo.





**Oferta pública de aquisição da Musti**

A Sonae deu um passo importante para crescer e internacionalizar o seu portefólio de retalho com uma oferta pública de aquisição de ações da Musti. A OPA foi lançada em novembro de 2023 pelo consórcio liderado pela Sonae, dois diretores e o CEO da Musti.

A Musti é a retalhista líder de cuidados para animais de estimação na região nórdica, com uma estratégia omnicanal bem-sucedida alavancada pela sua própria e exclusiva gama de produtos e uma rede de lojas física e digital diferenciada. Os principais mercados nórdicos da Musti na Finlândia, Suécia e Noruega têm um contexto macroeconómico sólido, caracterizado por elevados níveis de rendimento familiar quando comparados com a média europeia, e uma perspetiva de crescimento positiva no segmento de retalho de animais de estimação, com uma preferência crescente dos consumidores pelos canais de retalho especializado e *online* para as compras destinadas aos seus animais de estimação.

O consórcio pretende iniciar a próxima fase de desenvolvimento do Musti, reforçando ainda mais a sua proposta de valor e atendendo às necessidades de um número crescente de tutores de animais de estimação. Para tal, o consórcio beneficiará da combinação (i) da experiência da Sonae em retalho omnicanal, bem como dos seus recursos e alcance geográfico, que permitiram o desenvolvimento bem-sucedido de insígnias de retalho líderes em diferentes mercados, (ii) da experiência e conhecimento dos parceiros do Consórcio no negócio de retalho de produtos para animais de estimação, juntamente com a forte equipa de gestão da Musti, assegurando a continuidade dos seus valores e cultura, e (iii) da proposta de valor única da Musti, suportada nas suas marcas próprias e exclusivas e nos serviços complementares, aliada a um amplo conhecimento do consumidor alavancado no seu programa de fidelização exclusivo com mais de 1,5 milhões de clientes ativos e recorrentes.

A oferta pública foi concluída em março de 2024, resultando num controlo de 80,65% da empresa.

## **O nosso portefólio resiliente** (e a nossa participação)

### Retalho

MC Sonae

Retalho alimentar e de saúde, bem-estar e beleza

75%



Worten Sonae

Retalho omnicanal com foco em eletrónica

100%



### Setor Imobiliário

Sierra Sonae

Operador integrado do setor imobiliário

100%



### Telecomunicações e Tecnologia

NOS

Telecomunicações

37%



BrightPixel Sonae

Gestão de investimentos

90%



### Outros negócios

Sparkfood Sonae

Empresas inovadoras dedicadas ao desenvolvimento de soluções alimentares

100%

universo by Sonae | bankinter

Serviços financeiros

50%

Zeitreel Sonae

Retalho de moda

100%

## 1.4.2 Os nossos negócios de retalho | 53% do NAV de €4,5mm

### MC Sonae

**Líder no mercado português de retalho alimentar com um papel importante no setor da Saúde, Bem-Estar e Beleza da Ibéria**

Em 2023, a MC continuou a apresentar um desempenho operacional sólido e positivo, e uma rentabilidade de referência. A empresa continuou a cumprir ativamente o seu papel, garantindo aos clientes uma oferta de qualidade e acessível, tanto nas lojas como *online*. Num contexto operacional desafiante durante o ano, a MC conseguiu manter a sua posição de liderança no mercado português de retalho alimentar.

| **Financeiros** (€m) | **2022** | **2023** |
|---|---|---|
| Volume de negócios | 5.978 | 6.607 |
| EBITDA subjacente mg | 9,4% | 9,7% |
| Dívida liq. /EBITDA | 2,7 | 2,8 |
| Dividendos pagos | 243 | 214 |
| **ESG** | **2022** | **2023** |
| Liderança \| Mulheres | 39,4% | 40,6% |
| Apoio às comunidades | €29,8m | €30,8m |
| Emissões GEE (1+2) | 152mil t $CO_{2e}$ | 142mil t $CO_{2e}$ |
| Emb. plástico recicláveis (marca própria) | 80% | 86% |

Ainda em 2023, a MC anunciou que celebrou um acordo com os acionistas fundadores da Druni e da Arenal Perfumarias para a combinação destas duas empresas. A forte complementaridade geográfica destas cadeias de lojas permitirá uma cobertura abrangente do território espanhol, reforçada por uma operação *online* de referência, e proporcionando uma proposta de valor omnicanal única no mercado. Esta parceria permite à MC reforçar a sua posição no segmento Saúde, Bem-Estar e Beleza, um dos seus principais pilares estratégicos, potenciando os ativos e capacidades conjuntas da Druni e da MC (com destaque para a Continente, Wells e Arenal), para criar o líder de mercado de saúde, bem-estar e beleza da Península Ibérica.

A MC continuará focada em consolidar a sua liderança no mercado de retalho alimentar português, através da expansão e remodelação do seu parque de lojas e oferecendo a melhor proposta de valor e os melhores produtos aos seus clientes. Quanto ao segmento de saúde, bem-estar e beleza, o foco estará em integrar com sucesso a Arenal e a Druni, posicionando a empresa para manter o seu perfil de crescimento atrativo e aproveitar as sinergias desta combinação.

### Worten Sonae

**Líder de retalho omnicanal de produtos e serviços, com foco nos eletrodomésticos e eletrónica**

Durante 2023, os segmentos principais de eletrónicos e eletrodomésticos, bem como as novas categorias, alavancando seu mercado e serviços adjacentes, continuaram a ter um desempenho positivo. Em termos de rentabilidade, a evolução favorável das vendas foi mais do que compensada pela transformação digital em curso e pela pressão inflacionista em alguns custos operacionais.

| **Financeiros** (€m) | **2022** | **2023** |
|---|---|---|
| Volume de negócios | 1.238 | 1.298 |
| Peso *online* | 15,9% | 16,0% |
| EBITDA subjacente mg | 6,2% | 5,8% |
| **ESG** | **2022** | **2023** |
| Liderança \| Mulheres | 28,9% | 30,4% |
| Apoio às comunidades | €56mil | €17mil |
| Emissões GEE (1+2) | 4,0mil t $CO_{2e}$ | 3,5mil t $CO_{2e}$ |
| EEE recondicionados (equipamentos elétricos e eletrónicos) | 135mil | 155mil |

A Worten continuará a impulsionar a sua estratégia omnicanal, tanto nos produtos como nos serviços, focando-se em acelerar a sua transformação digital e defender a sua posição de liderança de mercado.



## 1.4.3 O nosso negócio imobiliário | 23% do NAV de €4,5mm

Sierra Sonae

**Operador integrado de desenvolvimento, gestão e investimento imobiliário**

| Financeiros (€m) | 2022 | 2023 |
|---|---|---|
| NAV INREV | 972 | 1.057 |
| EBIT | 77 | 99 |
| Resultado Líquido | 31 | 89 |
| LTV bruto | 43,0% | 38,1% |
| **ESG** | **2022** | **2023** |
| Liderança \| Mulheres | 38,5% | 39,1% |
| Apoio às comunidades | €412mil | €728mil |
| Emissões GEE (1+2) | 8,9mil t $CO_{2e}$ | 9,8mil t $CO_{2e}$ |
| Taxa de acidentes por milhão de visitas | 1,2 | 1,2 |

Em 2023, a Sierra registou um forte desempenho financeiro e continuou a executar com sucesso a sua estratégia nas diferentes unidades de negócio.

O ano foi marcado pela conquista de marcos estratégicos fundamentais, tais como: i) um forte desempenho do seu portefólio de centros comerciais, com as vendas dos lojistas a atingirem níveis recorde acompanhadas de uma elevada afluência; ii) a continuação do desenvolvimento e comercialização de cinco projetos (que vão desde edifícios de uso misto a escritórios e espaços residenciais), e iii) o acordo para um novo veículo de investimento imobiliário no mercado alemão e a gestão do portefólio imobiliário dos CTT em Portugal, composta por 363 ativos. A empresa registou um crescimento notável nos seus serviços de terceiros, marcado por um aumento de dois dígitos no EBITDA, particularmente impulsionado pela expansão dos serviços de gestão de ativos, garantindo 27 contratos novos e renovados em toda a Europa e Marrocos.

Na Sierra, os ativos *prime* deverão continuar a apresentar um bom desempenho, enquanto a empresa executa a sua estratégia, procurando iniciativas de gestão de ativos para impulsionar a criação de valor no seu portefólio de centros comerciais, para acelerar o crescimento na área de serviços em diferentes classes de ativos, enquanto executa e expande os seus projetos de desenvolvimentos.

## 1.4.4 Os nossos negócios de telecomunicações e tecnologia | 20% do NAV de €4,5mm

NOS

**Operador convergente líder no mercado português de telecomunicações**

Em 2023, a NOS apresentou números sólidos e resilientes. Em termos de remuneração dos acionistas, o Conselho de Administração da empresa aprovou uma proposta para a próxima Assembleia Geral de Acionistas de um pagamento de dividendos de 35 cêntimos de euro por ação, 26% acima do dividendo ordinário do ano passado e correspondente a um *payout* de 99,6% dos resultados líquidos e 10,6% de *dividend yield*. A proposta total de distribuição de dividendos ascende a €180m, dos quais €67m para a Sonaecom. Para mais informação consulte o anúncio de resultados da NOS aqui.

A NOS deverá beneficiar dos fortes investimentos realizados nos últimos anos para continuar a atrair novos clientes, quer no B2C como no B2B, e melhorar a sua posição de mercado em Portugal.

BrightPixel Sonae

**Investidor ativo especializado em tecnologia com 43 empresas no seu portefólio**

Em 2023, a Bright Pixel continuou a explorar oportunidades para expandir seu portefólio ativo, que já inclui 43 empresas em todo o mundo, por meio de investimentos em novos empreendimentos e *follow-ons* dentro do seu portefólio atual. Para mais informação consulte o anúncio de resultados da Sonaecom aqui. A atividade de investimento da Bright Pixel levou a um aumento do NAV e do *Cash Invested* no portefólio ativo para €340m e €177m, respetivamente, refletindo um potencial *cash-on-cash* de 1,9x no portefólio existente. A Bright Pixel continuará a gerir ativamente o seu portefólio de investimentos em empresas líderes em tecnologia de ponta.



# 1.5. A nossa ambição de sustentabilidade: a nova estratégia

## 1.5.1 A nossa jornada rumo à sustentabilidade

A sustentabilidade não é um conceito novo para a Sonae e o seu portefólio. Há mais de 20 anos que a Sonae tem sido uma forte defensora da sustentabilidade, apoiando organizações com causas sustentáveis e estabelecendo políticas internas, estruturas e compromissos externos.

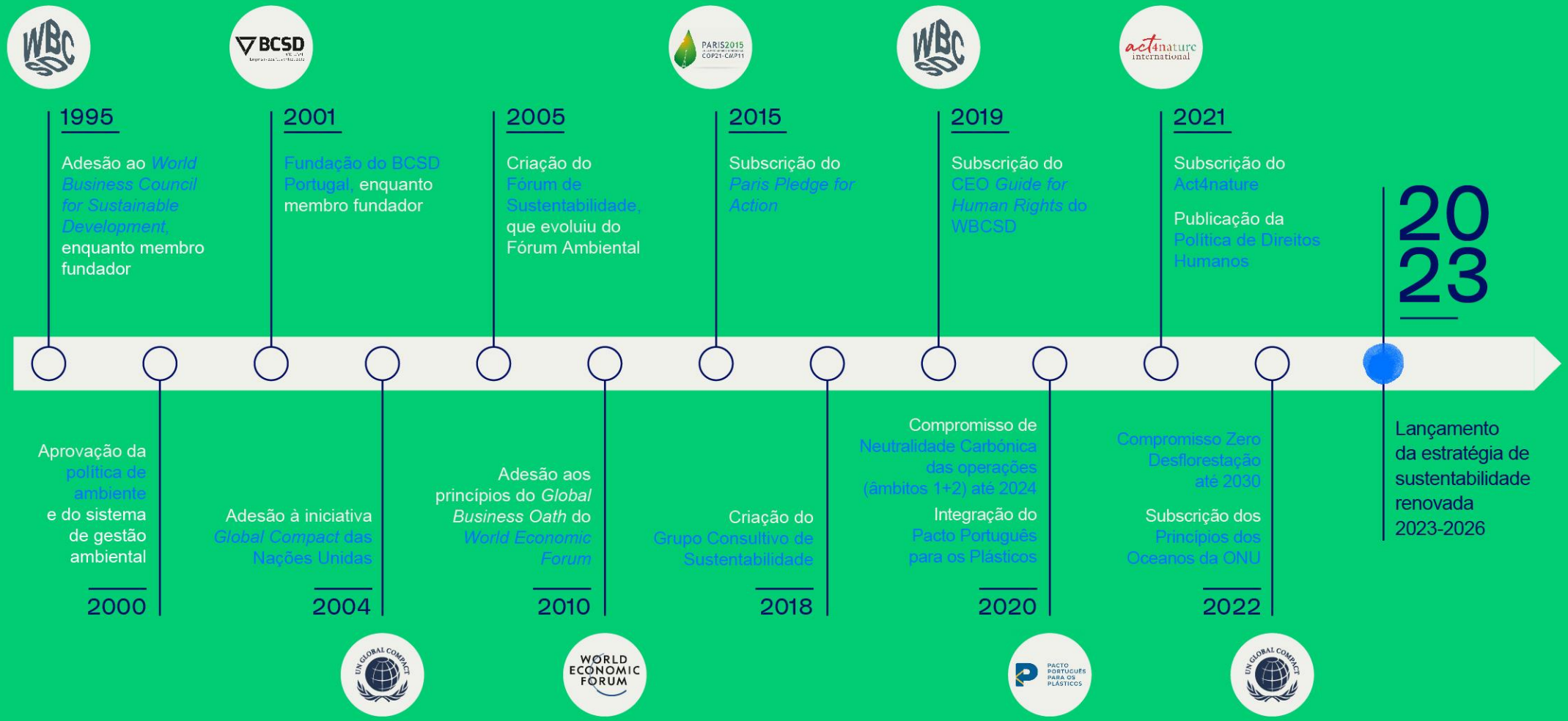
Com uma visão de longo prazo, e a urgência de ir para além do valor económico gerado pelo seu negócio, 2019 foi um ano marcante para a Sonae. Por um lado, foi o primeiro ano completo do **Grupo Consultivo de Sustentabilidade** (criado em 2018, reforçando o seu modelo de governo em sustentabilidade), um fórum responsável pelo desenvolvimento e adoção de políticas e princípios de ação comuns e pela promoção da definição de objetivos claros para os eixos prioritários. Por outro lado, 2019 marcou o ano em que o desempenho e as sinergias construídas entre as empresas resultaram nos primeiros compromissos transversais de sustentabilidade.

Com estes compromissos transversais em vigor, todas as nossas empresas aceleraram os seus esforços de sustentabilidade nos últimos quatro anos. Tendo desenvolvido as suas estratégias, estabelecido metas (baseadas na ciência), melhorando o desempenho e permanecendo na corrida atual dos desafiantes contextos globais e locais em que operam, que estão em constante mudança.

Durante o ano de 2022, alicerçada na sua missão, a Sonae revisitou, atualizou e em 2023 anunciou a sua estratégia de Sustentabilidade para o período 2023-2026.

A área de Sustentabilidade da *holding*, no processo de revisão da estratégia e, consequentemente, dos eixos prioritários e compromissos transversais, iniciou uma reavaliação ampla da abordagem estratégica de sustentabilidade da Sonae. O estudo realizado considerou o papel da Sonae como gestora ativa de portefólio, bem como um *benchmark* aliado a uma avaliação da agenda regulamentar atual e antecipada, grupos de especialistas, *feedback* dos *stakeholders* e visão executiva. Este processo resultou na conceção de **cinco eixos estratégicos,** que constituem agora a estratégia de sustentabilidade renovada para o período 2023-2026. **Esta estratégia visa acelerar o compromisso e o desempenho dos negócios do nosso portefólio em termos ESG.**




1995
Adesão ao *World Business Council for Sustainable Development*, enquanto membro fundador
2001
Fundação do BCSD Portugal, enquanto membro fundador
2005
Criação do Fórum de Sustentabilidade, que evoluiu do Fórum Ambiental
2015
Subscrição do *Paris Pledge for Action*
2019
Subscrição do CEO *Guide for Human Rights* do WBCSD
2021
Subscrição do Act4nature
Publicação da Política de Direitos Humanos
2023
Lançamento da estratégia de sustentabilidade renovada 2023-2026
Aprovação da política de ambiente e do sistema de gestão ambiental
2000
Adesão à iniciativa *Global Compact* das Nações Unidas
2004
Adesão aos princípios do *Global Business Oath* do *World Economic Forum*
2010
Criação do Grupo Consultivo de Sustentabilidade
2018
Compromisso de Neutralidade Carbónica das operações (âmbitos 1+2) até 2024
Integração do Pacto Português para os Plásticos
2020
Compromisso Zero Desflorestação até 2030
Subscrição dos Princípios dos Oceanos da ONU
2022

## 1.5.2 A nossa abordagem de sustentabilidade

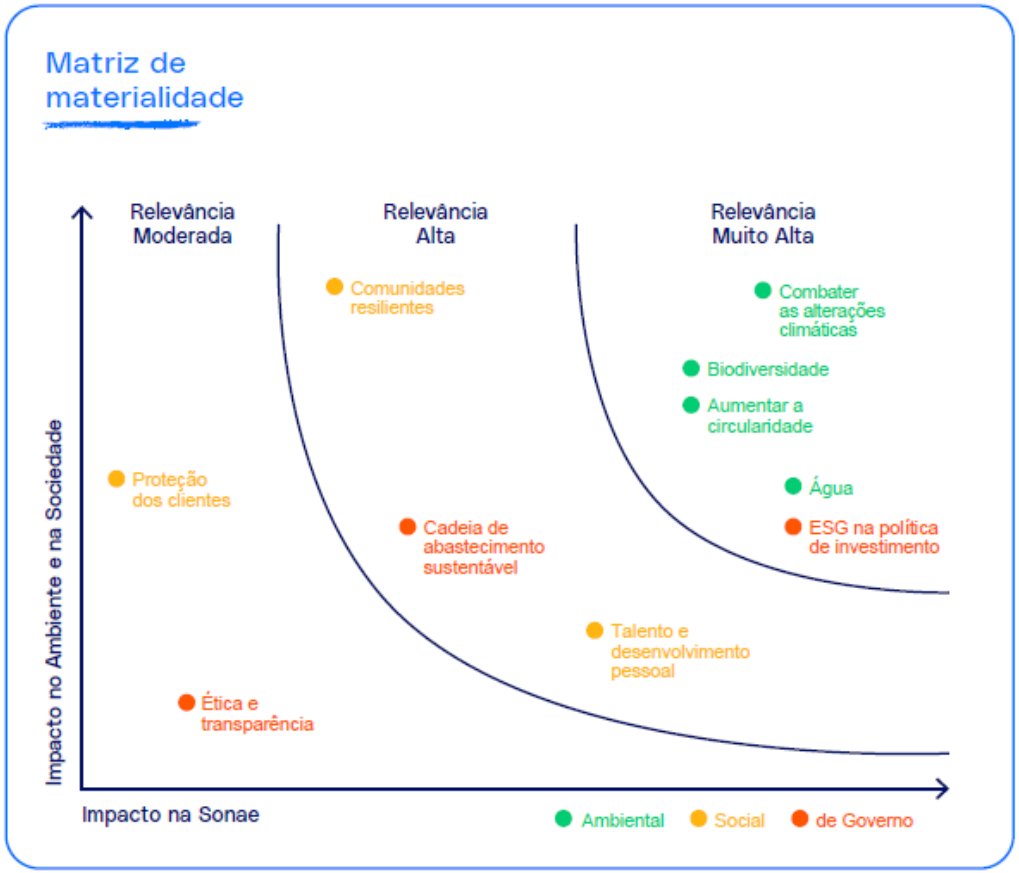
### A nossa abordagem para definir a materialidade e manter a nossa estratégia atualizada

Com uma história de mais de 50 anos, a Sonae acredita firmemente que salvaguardar o presente é imperativo para um sucesso duradouro e alcançar um futuro próspero, justo e sustentável.

Nesse sentido, em 2022, a Sonae iniciou a atualização da sua Estratégia de Sustentabilidade. A conceção da nossa nova estratégia passou por um processo minucioso que incluiu auscultação, análise, pesquisa e recolha de *feedback*, envolvendo um grupo diversificado de *stakeholders*, internos e externos, bem como dos pares. Este processo também considerou as principais tendências globais e setoriais e o cenário regulamentar ESG.

A metodologia utilizada incorporou um extenso ciclo de *feedback*, servindo de base para a co-criação de eixos estratégicos, compromissos orientadores, requisitos mínimos e indicadores transversais aplicáveis às empresas do portefólio de negócios atual. Esta abordagem é uma boa prática, não só para o nosso portefólio atual, mas também para qualquer nova empresa que se junte ao grupo. Faculta ainda orientações para a atualização da nossa estratégia, uma vez que tem em conta a Diretiva Europeia de Reporte de Sustentabilidade (CSRD) e os nossos imperativos estratégicos internos e perspicácia empresarial.

Como parte do processo, a relevância das várias áreas temáticas ESG foi analisada usando a abordagem da Dupla Materialidade[5]. Os temas considerados materiais foram avaliados com base no nosso potencial impacto socioeconómico e ambiental no tema (impacto *inside-out*) e no potencial impacto financeiro destes temas na Sonae (impacto *outside-in*). Dos 29 temas potencialmente materiais, chegámos a dez temas estratégicos para a Sonae (ver matriz).




[5] A análise de dupla materialidade, por exigir que ambas as perspetivas sejam consideradas, permite uma avaliação mais holística dos impactos e dependências, sendo exigida pela CSRD.

Os resultados deste processo de dupla materialidade levaram à identificação de tópicos, que foram posteriormente organizados em quatro eixos de atuação estratégica, concebidos para serem universalmente aplicáveis em todo o portefólio, todos girando em torno de um eixo central considerado como facilitador. Este eixo central serve o propósito de facilitar a integração perfeita da estratégia de sustentabilidade nas nossas empresas e, tal como os outros quatro eixos, visa exercer uma influência positiva no nosso impacto ao longo de toda a cadeia de valor.

Ao adotar uma abordagem proativa e adaptativa, ao envolver regularmente os *stakeholders* e ao manter-se informada sobre desenvolvimentos relevantes, a Sonae pode garantir que a sua Estratégia de Sustentabilidade continua a ser uma ferramenta dinâmica e eficaz para o sucesso de longo prazo. Por isso, trabalhamos num ciclo de melhoria contínua e colaboração, com o objetivo de alcançar rapidamente os resultados esperados e responder aos fatores externos e internos para entregar um forte desempenho.

**Ciclo de gestão**




**O nosso Impacto**

O *framework* de Gestão de Risco da Sonae incorpora uma camada adicional de análise anual focada na abordagem ativa do impacto social e ambiental no âmbito das suas operações e exposição a riscos ESG. A história da Sonae sublinha os benefícios de priorizar um planeta e uma sociedade melhores. Como gestora de portefólio, a Sonae reconhece o impacto potencialmente significativo que os seus negócios podem ter nas alterações climáticas e na biodiversidade. Como resultado, o grupo dá prioridade à gestão de impacto como uma área de foco chave.



No âmbito do nosso processo de Gestão de Risco, o grupo está ciente e age com base em potenciais consequências, incluindo implicações financeiras, decorrentes de riscos reputacionais, regulamentares, físicos e de transição. Esta abordagem integrada está incorporada no portefólio da Sonae, permitindo-lhe tomar as medidas necessárias para contribuir positivamente para o bem-estar social e ambiental, tanto hoje como no futuro. Estas são as salvaguardas incorporadas como parte da nossa abordagem para gerir os nossos impactos, identificar, medir e implementar *roadmaps* de mitigação para reduzir os riscos e melhorar os resultados.

## 1.5.3 A nossa estratégia de Sustentabilidade 2023-26

A nossa estratégia renovada inclui quatro eixos estratégicos e um central. Cada eixo estratégico inclui um *roadmap* claro que incorpora a ambição e serve como um desafio para nos levar ao cumprimento dos compromissos e metas correspondentes. Embora cada eixo tenha as suas características únicas, todos os eixos compartilham um conjunto bem definido de compromissos e métricas orientadoras. Para além disto, foram criados mecanismos de informação e acompanhamento que garantem total transparência. Estes mecanismos estão sujeitos a revisão anual, permitindo uma avaliação exaustiva do cumprimento dos objetivos e facilitando os ajustamentos necessários.




## Eixo central | Gerir com Critérios ESG

Os nossos objetivos neste eixo que está integrado na nossa estratégia global e modelo de negócio são: 1) mitigar o impacto negativo dos nossos negócios e 2) identificar e alavancar oportunidades de criação de valor decorrentes de riscos sociais e ambientais emergentes.




Assim, **Gerir com Critérios ESG** serve como eixo facilitador para fomentar uma gestão responsável, ética e transparente dentro da Sonae e das empresas do seu portefólio. Assegura a incorporação de critérios ESG nos processos de tomada de decisão. Além disso, enfatiza o nosso compromisso em incentivar padrões sustentáveis dentro da base de fornecedores e clientes dos nossos negócios. A implementação efetiva da gestão de critérios ESG é fundamental para que nos posicionemos como referência no desempenho ESG em toda a cadeia de valor. Esta abordagem permite ao grupo mostrar a integração holística da sustentabilidade na sua estratégia de negócio, estabelecendo a Sonae como líder em práticas corporativas abrangentes e responsáveis.

## Eixo de Atuação 1 | Acelerar a descarbonização

O combate às alterações climáticas é uma das principais prioridades da nossa agenda, dada a sua ameaça substancial à capacidade das gerações atuais e futuras de viverem num mundo pacífico e próspero e de manterem um planeta rico em biodiversidade. O risco de fracasso na mitigação e adaptação às alterações climáticas é reconhecido como um risco crítico em nosso processo anual de Gestão de Riscos em todo o grupo (EWRM).

Desde 2015, a Sonae tem estado na vanguarda da ação climática, uma vez que foi uma das primeiras signatárias do *Paris Pledge for Action*. Temos colaborado ativamente com as nossas empresas para definir e lutar por metas ambiciosas destinadas não só a reduzir o consumo de energia, mas também a mitigar as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e contribuir para a descarbonização. Para atingir este objetivo, são essenciais as seguintes abordagens (para mais informações sobre a nossa carta de princípios em matéria de alterações climáticas, por favor veja aqui):

- **Mitigação e compensação das emissões de GEE:** Implementar medidas para reduzir estas emissões e, quando necessário, compensá-las através da captura de carbono;
- **Transição energética para fontes renováveis**: Reduzir a dependência dos recursos fósseis, optando por fontes de energia renováveis e limpas, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e reduzindo a pegada de carbono;
- **Aumento gradual da autonomia energética**: Promover o aumento progressivo da autonomia energética, com base no consumo e produção de energia a partir de fontes renováveis, visando a redução da dependência de fontes não renováveis.

Em linha com as nossas diretrizes, **tanto a Sonae como as empresas do nosso portefólio integraram *roadmaps* rumo à neutralidade carbónica**. Isto envolveu a avaliação da exposição de cada negócio aos riscos climáticos, a definição de medidas de mitigação e de *roadmaps* para aumentar a sua resiliência, a implementação contínua de projetos focados na monitorização e otimização da eficiência energética, bem como o aumento do peso da energia renovável. Para atingir estes objetivos, fomentamos parcerias com diversas entidades, incluindo fornecedores, institutos de investigação, especialistas e outros parceiros estratégicos, medindo ativamente a nossa pegada carbónica utilizando o Protocolo GEE, e avaliando os riscos climáticos para cada negócio do seu portefólio e estabelecendo metas alinhadas com a ciência através da iniciativa *Science-Based Targets* (SBTi).




Para além disto, em 2021, o Grupo Consultivo de Sustentabilidade lançou uma iniciativa para implementar o projeto *Task Force on Climate Related Financial Disclosures* (TCFD), focado na identificação e avaliação de riscos e oportunidades climáticas relevantes. Em 2022, as equipas trabalharam para identificar o seu potencial impacto financeiro nas empresas do nosso portefólio, processo que prosseguimos em 2023. De facto, em 2023, tanto a MC como a Sierra alcançaram a aprovação da SBTi para suas metas ambiciosas para os âmbitos 1, 2 e 3.

| | |
|---|---|
| MC Sonae | **-51%** emissões GEE (âmbito 1+2) até 2032 vs 2022 (ano base)<br>**-31%** emissões GEE (âmbito 3) de bens e serviços adquiridos |
| Sierra Sonae | **- 73%** emissões GEE (âmbito 1+2) por $m^2$ até 2030 vs 2019 (ano base)<br>**-55%** emissões GEE (âmbito 3) de bens e serviços adquiridos por $m^2$ desenvolvido e **-46,2%** os restantes |

Além disso, a Worten submeteu a sua *Commitment Letter* e as suas metas para avaliação pelo SBTi. Reconhecendo a urgência da crise climática, as nossas metas de curto prazo traçam caminhos claros para reduções substanciais de emissões nos próximos 10 anos, contribuindo para o esforço coletivo para limitar o aquecimento global a 1,5°C.

## Eixo de Atuação 2 | Valorizar a Biodiversidade e a Água

As ameaças iminentes das alterações climáticas, da perda de *habitats*, das espécies invasoras, da utilização excessiva de recursos e da poluição devido ao declínio da biodiversidade estão a ameaçar perigosamente os nossos ecossistemas, com inúmeras espécies em vias extinção. Dada a confiança do nosso portefólio no capital natural e a sua capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, a preservação ou degradação dos *habitats* naturais, a salvaguarda da natureza e da biodiversidade é considerada estratégica para o nosso grupo.

A Sonae reconhece a necessidade crucial de **Valorizar a Biodiversidade e a Água, contribuindo para um resultado ambiental positivo e duradouro, que assegure a proteção, restauração e regeneração da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos, abrangendo os solos, a água potável e os oceanos**. Assim, dentro deste eixo, o nosso compromisso é evitar e reduzir os impactos e pressões dos nossos negócios sobre os ecossistemas naturais, e contribuir para a sua conservação e regeneração.

Para atingir os nossos compromissos, adotámos um conjunto de princípios orientadores:

- Avaliar os impactos e dependências dos negócios em relação ao capital natural ao longo da cadeia de valor, medindo-o e definindo metas, quando aplicável;
- Definir planos de ação para evitar e reduzir a perda de biodiversidade, no que respeita ao uso do solo, água, oceanos e outros ecossistemas;
- Colaborar na restauração de ecossistemas críticos e implementar ações de regeneração da biodiversidade;
- Impedir a conversão de novos ecossistemas para fins produtivos;
- Promover padrões de consumo equilibrados através de ações de sensibilização e de uma melhor oferta.

Como parte do trabalho para cumprir este compromisso, a Sonae aderiu em 2020 ao ***Science Based Targets Network Corporate Engagement Programme***, com o objetivo de colaborar no desenvolvimento de uma metodologia para definir metas específicas, alcançáveis, vinculadas no tempo e alinhadas com os limites ecológicos da Terra. Este programa foca-se em quatro áreas cruciais: água doce, biodiversidade, terra e oceanos. O progresso na Valorização da Biodiversidade e da Água está intrinsecamente relacionado com estes desenvolvimentos metodológicos (SBTN para a Natureza), que orientam os nossos negócios na identificação e priorização das principais pressões dentro da cadeia de valor, tais como fatores de perda de biodiversidade e degradação de água doce, estabelecendo assim onde concentrar os seus principais esforços para alcançar um resultado positivo.

Desde 2010, a Sonae tem uma **Política de Pesca Sustentável**. Em 2021, a empresa aderiu à ***act4nature* Portugal** e, em 2022, a Sonae **subscreveu os Princípios dos Oceanos Sustentáveis do Pacto Global das Nações Unidas** e assinou um manifesto instigando os Chefes de Estado a envolverem o setor empresarial na avaliação e divulgação do seu desempenho na natureza e biodiversidade até 2030.

Além disso, em 2022, a Sonae deu mais um passo importante ao assumir o compromisso público de **Zero Desflorestação até 2030**.



## Eixo de Atuação 3 | Promover a circularidade

Considerando a relevância dos negócios de retalho no nossos portefólio temos vindo a abordar ativamente a questão dos plásticos.

Considerando a capacidade de influenciar o *design* do produto e das embalagens, os nossos negócios focaram as suas ações na marca própria. Por esta razão, o plástico utilizado nestes produtos (incluindo embalagens) é acompanhado de perto.

Assumimos publicamente o compromisso de utilização responsável do plástico através da **Carta de Princípios para os Plásticos das Empresas Sonae** (disponível aqui) **e aderiu ao Pacto Português para os Plásticos em 2020,** continuando até hoje a demonstrar ativamente o seu apoio.




No entanto, como resultado da estratégia atualizada, a Sonae identificou a necessidade de abordar o aspeto mais amplo da circularidade, conduzindo à conceção deste **eixo**.

**A promoção da circularidade é crucial para prolongar o ciclo de vida dos materiais e produtos, impulsionando novos modelos de produção e consumo que visem eliminar progressivamente os resíduos e os impactos adversos associados.**

Na Sonae, a nossa abordagem para repensar as operações, atividades, produtos e serviços dos nossos negócios baseia-se nos princípios de redução de resíduos e poluição, reutilização de materiais, reparação e renovação de produtos, reciclagem e recuperação de recursos. A circularidade serve como base orientadora dos nossos esforços para eliminar o desperdício e a poluição, promovendo a circularidade de produtos e materiais, bem como a regeneração da natureza.

No que diz respeito aos **resíduos**, a abordagem consiste em definir e promover medidas de prevenção, reutilização, reciclagem e outras formas de valorização e eliminação de resíduos (incluindo plásticos, resíduos eletrónicos e resíduos perigosos), para além de ações de combate ao desperdício alimentar.

Estas ações são replicadas, sempre que possível, ao longo da cadeia de valor, envolvendo e apoiando os fornecedores na sua transição para a circularidade.

A Sonae e os seus negócios têm sido cada vez mais ativos nestes aspetos, reforçando os princípios da circularidade nas operações e cadeias de valor, estabelecendo parcerias com universidades e centros de investigação para incentivar o desenvolvimento de soluções inovadoras e sustentáveis e monitorizando e comunicando regularmente o desempenho do grupo nestas iniciativas.

## Eixo de Atuação 4 | Potenciar o Desenvolvimento Humano

**A nossa criação de valor está enraizada nas nossas pessoas e nos nossos negócios.** Na Sonae, as nossas pessoas estão no centro de tudo o que fazemos. Promovemos um ambiente de trabalho positivo, incentivando o desenvolvimento pessoal e profissional e priorizando o bem-estar das nossas pessoas. Ao fomentar uma cultura que valoriza e capacita os nossos colaboradores, a Sonae promove o potencial de cada pessoa e assegura também um compromisso coletivo para atingir os objetivos do grupo.

Estamos fortemente empenhados em alcançar a **paridade de género**, priorizando e reconhecendo sempre o mérito dos colaboradores, promovendo a equidade, a inclusão, a diversidade e o bem-estar no local de trabalho.




Os valores da inclusão e da diversidade fazem parte do *mindset* da Sonae desde o início e estão intrinsecamente relacionados com o desenvolvimento, crescimento e diversificação dos negócios, ocupando um lugar de destaque nas agendas dos nossos líderes.

Ao longo do tempo, estes mesmos valores têm sido ativamente fomentados em todo o grupo, através da promoção da igualdade de oportunidades para todos, independentemente do seu papel e posição dentro da organização, bem como do seu género, etnia, idade, religião ou orientação sexual. Enquanto grupo diversificado, a Sonae abraça e celebra a heterogeneidade e está empenhada em ter essa diversidade representada na organização, tirando o máximo partido da pluralidade das pessoas nos diferentes negócios, funções e áreas geográficas. O grupo pretende criar uma comunidade em que todos sejam valorizados pela sua singularidade.

Em linha com a nossa estratégia, definimos Objetivos de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), nomeadamente focados no indicador de cargos de Liderança ocupados por mulheres, indexados à remuneração variável de todos os colaboradores. A abordagem DEI está enraizada em cinco dimensões – género, deficiências, gerações, culturalidades e LGBTQIA+.

Para o efeito dispomos de um Plano para a Igualdade de Género que está sujeito a um processo de acompanhamento sistemático de forma a monitorizar a eficácia das ações e o cumprimento dos objetivos, identificando potenciais áreas de melhoria ou novas medidas a implementar.

**A nossa meta de médio prazo é alcançar 45% de cargos de liderança ocupados por mulheres até 2026, a ambiciosa paridade de género.**

Sob o mote de ser uma *a long living company*, tem sido fundamental para a Sonae desenvolver e implementar uma estratégia centrada na valorização dos colaboradores, investindo no seu desenvolvimento profissional baseado no mérito, na requalificação e no *upskilling*, adotando uma abordagem que visa assegurar a sustentabilidade na gestão de pessoas, nomeadamente através da promoção da igualdade de oportunidades para todos.

A Sonae afirma expressamente o respeito pelos direitos humanos como parte integrante do seu compromisso com a sustentabilidade e um princípio orientador em toda a sua atividade em qualquer setor ou área geográfica.

Este compromisso está explícito na noss **Política de Direitos Humanos**, totalmente alinhada com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, o

seu Código de Ética e Conduta e “à nossa maneira” o conjunto de Valores e Princípios que orientam a nossa conduta e atuação.

Também definimos um **modelo de governo** que garante a aceleração e a monitorização do plano definido e das métricas relevantes. Adotámos uma abordagem que define princípios e sinergias comuns, mas, ao mesmo tempo, promove a autonomia das diferentes empresas, permitindo-lhes definir objetivos e iniciativas específicas, ajustados à sua realidade. Para o efeito, contamos com o Grupo Consultivo de Recursos Humanos, supervisionado pela CEO e pelo CDO, que se reúne trimestralmente e contribui para a disseminação e partilha das melhores práticas dentro do grupo no que respeita à gestão da nossa equipa.

Em relação às empresas do nosso portefólio, também colocamos em prática a nossa abordagem **de participação colaborativa orientada para o longo prazo,** através da nossa representação nos seus Conselhos.

Acreditamos que os conselhos de administração não devem ser demasiado extensos, mas ainda assim permitir uma amplitude suficiente de competência e experiência para apoiar a estratégia e as ambições de longo prazo de cada empresa. Acreditamos que um Conselho de Administração diversificado em termos de género, experiência e competências é mais capaz de impulsionar a tomada de decisões em matéria de criação de valor.

Dado o impacto significativo da Sonae na criação de emprego qualificado em Portugal e no estrangeiro e a sua dedicação ao desenvolvimento das pessoas, o grupo foca-se ativamente nas suas pessoas em todos os aspetos do seu emprego. Isto inclui investir no desenvolvimento profissional através de iniciativas de formação e requalificação, valorizar os indivíduos de todas as gerações e manter uma abordagem meritocrática.

Na Sonae, trabalhamos todos os dias para promover um ambiente inclusivo, seguro e suporte a todos os membros da nossa força de trabalho. Exploramos continuamente novas formas de investir no desenvolvimento das nossas equipas, promovendo uma cultura de trabalho em equipa e pensamento criativo. Acreditamos firmemente que o nosso grupo prospera em inovação e excelência quando nossos colaboradores se sentem capacitados, apoiados e têm a oportunidade de se destacar como seus verdadeiros eus.

A missão da Sonae é a **criação de valor social**, **levando as nossas empresas a implementar estratégias alinhadas com as suas competências**. Estas estratégias visam aumentar a resiliência e autonomia das comunidades, contribuindo para a erradicação da pobreza nas suas várias formas.

Adicionalmente, **a Sonae compromete-se a promover a igualdade de oportunidades na educação**, qualificação e emprego na comunidade. Como parte do seu contributo para uma sociedade mais inclusiva, a Sonae investe em iniciativas comunitárias que identificam, mitigam e eliminam fatores de desigualdade e exclusão. Este compromisso reflete a dedicação da Sonae em criar impacto social positivo e promover uma sociedade onde a igualdade de oportunidades seja acessível a todos.



## Orientar e implementar a sustentabilidade | À nossa maneira

Como gestor ativo de portefólio e considerando a diversificação dos nossos negócios, identificamos um modelo de interação que descreve como diferentes áreas, órgãos de governo e negócios interagem dentro de um contexto de sustentabilidade de forma a acelerar a tomada de decisões, facilitar a partilha de conhecimento e garantir um progresso sólido e um forte desempenho. Também pode envolver a interação entre diferentes *stakeholders*, como outras empresas, parceiros, comunidades e organizações sem fins lucrativos, para trabalhar coletivamente para os objetivos sustentáveis

A área de Sustentabilidade da *holding* é responsável por supervisionar a implementação e o progresso da estratégia de sustentabilidade com base nestes cinco eixos. Assim, todas as empresas do portefólio analisaram e comprometeram-se com contributos específicos alinhados com a Estratégia de Sustentabilidade do grupo, com um prazo de implementação de três anos. As novas empresas do portefólio devem realizar a sua própria avaliação, delineando de que forma irão contribuir para os nossos objetivos de sustentabilidade.

## O nosso modelo de interação

Com a entrada numa nova fase da estratégia de sustentabilidade, a Sonae passou por um processo de revisão abrangente, incluindo uma revisão do seu modelo de interação com as empresas do portefólio e outras entidades do grupo. O modelo de interação foi concebido para sublinhar o compromisso da Sonae em manter e nutrir relações estreitas com as empresas do seu portefólio. Esta abordagem está em linha com o seu papel de gestor ativo de portefólio, destacando a promoção contínua de sinergias entre as várias empresas do grupo. Cada negócio irá partilhar os seus planos e marcos em alturas específicas ao longo do ano, incluindo o desempenho passado e a definição de metas para o próximo ano na reunião inicial, bem como fornecer uma atualização semestral do *status* com desafios a serem concretizados até ao final do ano. Foram criados órgãos sociais específicos para orientar estes processos.

### Grupo Consultivo de Sustentabilidade (GCS)

A nível estratégico, o **GCS** é um dos nossos órgãos sociais, com o papel primordial de desafiar e apoiar as empresas. O nosso presidente e a nossa CEO têm um papel crucial, patrocinando-o, assim como nosso CDO, que tem o importante trabalho de liderá-lo. Enquanto grupo alargado, o GCS é composto por representantes de todas as empresas do portefólio. Este grupo pretende desenvolver uma visão global sobre a gestão da sustentabilidade integrada nas empresas do nosso portefólio e recomenda a implementação de diretrizes comuns de sustentabilidade. O seu foco principal é acelerar o desempenho, integrando perfeitamente os valores e compromissos do grupo com o desenvolvimento sustentável e o futuro. Este grupo fomenta um ambiente para compartilhar e debater tendências, desafios e acompanhamento de progresso, apoiando as empresas nos seus esforços de sustentabilidade. Para mais informações, consultar o Relatório de Governo da Sociedade.

Este grupo reúne-se regularmente ao longo do ano, com um mínimo de quatro reuniões agendadas. Em 2023, foram realizadas cinco reuniões abrangendo uma diversidade de



tópicos, que incluíram circularidade nos modelos de negócios, rastreabilidade na cadeia de abastecimento, direitos humanos e *due diligence* ambiental.

Para enriquecer as discussões e estimular o pensamento inovador, são convidados oradores inspiradores, especialistas internos e externos, a desafiar e apoiar as nossas equipas de sustentabilidade. O objetivo geral é contribuir com conhecimento e ideias valiosas que estejam alinhadas com os objetivos de sustentabilidade do grupo.

## *Task force* transversal para a Sustentabilidade

A *task force* multifuncional, criada a nível tático, dedica-se a agilizar as estratégias de sustentabilidade das empresas do nosso portefólio nas dimensões ESG. O seu foco principal é identificar as soluções necessárias e promover sinergias para superar limitações e contribuir ativamente para o cumprimento das metas de sustentabilidade.

Com uma abordagem ágil, este grupo de trabalho está preparado para iniciar rapidamente grupos específicos orientados para a ação, se tal for considerado necessário. Esta *Task Force* foi concebida para funcionar como uma estrutura centralizada e ágil no quadro organizacional das empresas do portefólio. Para garantir interação e capacidade de resposta de forma contínua, a estrutura estabelecida compreende a área de Sustentabilidade da *holding* e os Diretores de Sustentabilidade das empresas do portefólio, juntamente com suas respetivas equipas.

Conforme necessário, a *task force* multifuncional pode mobilizar equipas multidisciplinares, compostas por especialistas técnicos das empresas, que são ativadas para abordar e resolver problemas/questões específicas. A duração destes grupos de trabalho varia em função do tema específico e dos objetivos a atingir.

O foco das suas reuniões é sempre encontrar soluções e ultrapassar os constrangimentos. Nas reuniões do grupo de trabalho podem participar peritos convidados para partilhar desafios urgentes e transversais para as empresas.

Durante 2023, foram realizadas seis reuniões abrangendo uma diversidade de tópicos, que incluem o progresso de atividades internas, como o programa de formação em sustentabilidade, atualizações regulatórias sobre aspetos como o *Corporate Sustainability Due Diligence* (CSDD), rastreabilidade e desflorestação, além da partilha de boas práticas para inspiração de outras empresas e pares.

Para além de impulsionar ativamente a mudança e participar em projetos que contribuem positivamente, a Sonae defende e envolve-se proactivamente em causas que promovem uma compreensão social e institucional mais ampla da necessidade de mudança para criar um amanhã melhor, hoje. A empresa não só se junta e participa ativamente em várias instituições e fóruns, mas também constrói pontes para facilitar a colaboração e o diálogo.

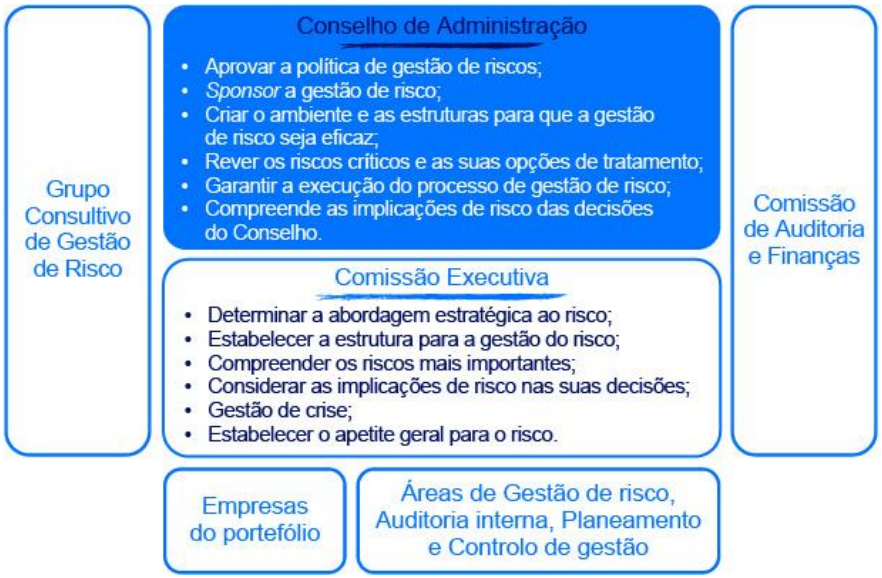


# 1.6. Gestão dos nossos riscos e criação de oportunidades

## 1.6.1. Como gerimos os nossos riscos

O sistema de gestão de risco da Sonae está desenhado para identificar e avaliar riscos e oportunidades que possam surgir no ecossistema empresarial global, tomando medidas adequadas para mitigar os primeiros e aproveitar os segundos para assegurar a criação de valor a longo prazo.

**Estrutura do governo da gestão de risco**




Enfrentar riscos é inerente à criação de valor e uma gestão eficaz do risco é uma forte vantagem competitiva. Na Sonae, entendemos que os riscos podem ameaçar o nosso modelo de negócio e dificultar a nossa capacidade de atingir os nossos objetivos estratégicos, pelo que estamos focados em converter riscos em oportunidades de sucesso. A gestão de risco está profundamente enraizada na cultura da Sonae, sendo um dos seus principais pilares de governo societário, parte integrante do processo de gestão e da responsabilidade de todos os colaboradores do grupo.

O nosso sistema de gestão de risco é de natureza dinâmica, sendo um processo contínuo que opera tanto ao nível do negócio individual como do grupo, e é uma característica fundamental dada a nossa diversificação em termos de mercado, setores e áreas geográficas. A Gestão do Risco está integrada no processo de planeamento da Sonae, como uma abordagem estruturada e disciplinada que garante o alinhamento da estratégia, dos processos, das pessoas, das tecnologias e do conhecimento. O seu objetivo é identificar, avaliar e gerir ameaças e oportunidades que a Sonae e as empresas do nosso portefólio enfrentam na prossecução dos nossos objetivos de negócio e criação de valor.

O acompanhamento atento e a revisão regular deste sistema, para além de garantirem a sua eficácia, permitem-nos identificar e abordar os riscos em tempo útil e assegurar que estamos bem preparados para lidar com potenciais desafios.

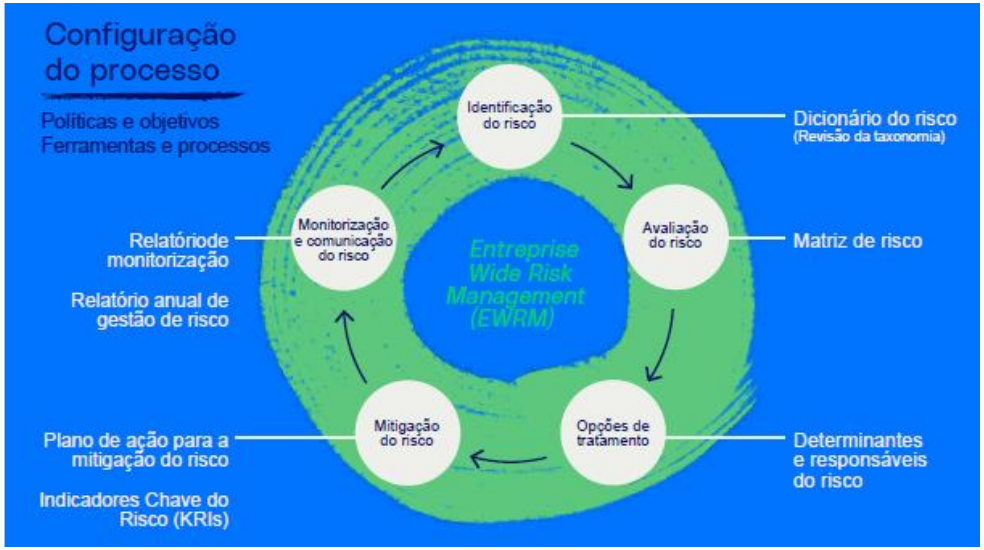
Este sistema é supervisionado diretamente pelo Conselho de Administração e apoiado pelo Grupo Consultivo de Gestão de Risco. Este grupo coordena o processo e assegura uma visão integrada de todo o portefólio para garantir que a gestão de risco é aplicada no contexto da nossa estratégia, bem como adaptável e eficaz a cada empresa do portefólio face aos seus cenários de negócio cada vez mais complexos. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de monitorizar a eficácia do nosso sistema de gestão de risco e implementar procedimentos para identificar, avaliar e gerir os riscos que possam ter impacto na empresa e nos seus *stakeholders*.

Para identificar e gerir proactivamente os principais riscos para alcançar os nossos objetivos estratégicos, criámos um sistema de EWRM bem definido, que consiste em cinco etapas

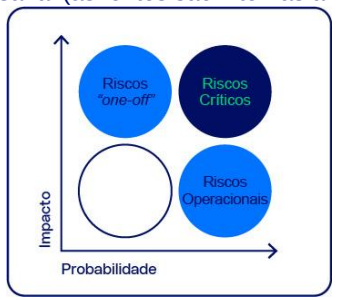
principais: (i) identificação do risco, (ii) avaliação do risco, (iii) opções de tratamento, (iv) mitigação do risco e (v) monitorização e comunicação do risco. O nosso processo de identificação de riscos ajuda-nos a identificar potenciais riscos.

Em seguida, usamos uma matriz de risco para avaliar a probabilidade de ocorrência do evento de risco e seu impacto.

Considerando ambos os fatores, podemos avaliar com precisão o nível de risco geral e determinar a resposta apropriada. Isto ajuda-nos a priorizar os riscos e a alocar recursos de forma eficiente para gerir e mitigar aqueles que representam a maior ameaça para o grupo.




O nosso amplo conhecimento dos nossos negócios e da natureza específica dos respetivos riscos que enfrentamos, são essenciais para mitigar o seu potencial impacto. Os riscos identificados estão agrupados em duas grandes categorias: Riscos do Contexto Empresarial (as fontes são externas à Sonae) e Riscos do Processo Empresarial (as fontes são internas à Sonae). Além disso, os riscos são classificados em baixos, médios, altos ou críticos, de acordo com a probabilidade de ocorrência e seu impacto.




Para todos os riscos que são classificados como críticos (maior probabilidade de ocorrência e impacto), nomeamos um responsável pelo de risco e um adjunto para identificar e delinear um plano de ação de mitigação e os indicadores-chave de risco que são relevantes e críticos para o grupo.

Embora o Conselho de Administração reconheça que tem um controlo limitado sobre os riscos críticos externos, analisa o seu potencial impacto nos nossos negócios, e estes são considerados no processo de tomada de decisão.

Para os nossos **riscos críticos internos**, o Conselho de Administração garante que controles e processos apropriados estejam em vigor para gerir esses riscos e mitigar seu impacto. Esta abordagem ajuda-nos a gerir e mitigar proactivamente os riscos críticos, garantindo que estes não representam uma ameaça para grupo e para as empresas do nosso portefólio. Os riscos críticos são geralmente de longo prazo e não mudam significativamente no curto prazo, apesar de os revermos anualmente.

Ao longo do ano, a área de gestão de risco corporativo da Sonae continuou a coordenar a implementação e operacionalização do nosso exercício de EWRM, assegurando o alinhamento das metodologias, práticas e calendário de gestão de risco.

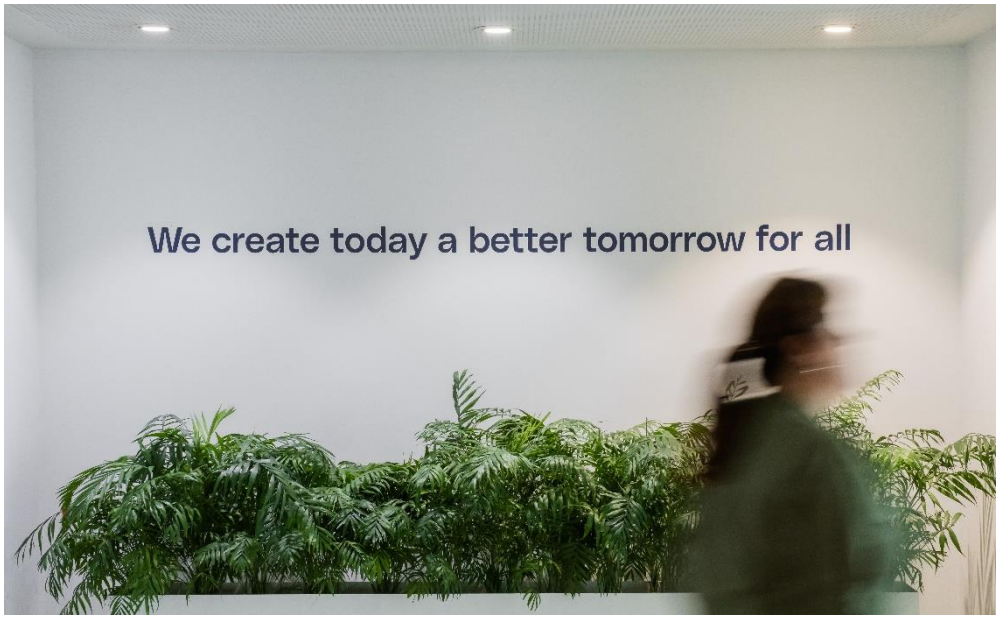
No contexto da natureza dinâmica do processo de gestão de risco, durante o primeiro trimestre do ano, foram identificados os riscos que enfrentamos atualmente, considerando o exercício de 2023, e foi desenvolvido um novo dicionário e taxonomia de risco.

No segundo trimestre de 2023, foi realizada uma avaliação de risco pela Comissão Executiva e, após a avaliação individual e calibração dos riscos, o Conselho de Administração aprovou a nossa matriz de riscos de 2023, a identificação dos riscos críticos atuais (incluindo um novo risco crítico: a crise do custo de vida) e a nomeação do respetivo responsável. Durante o

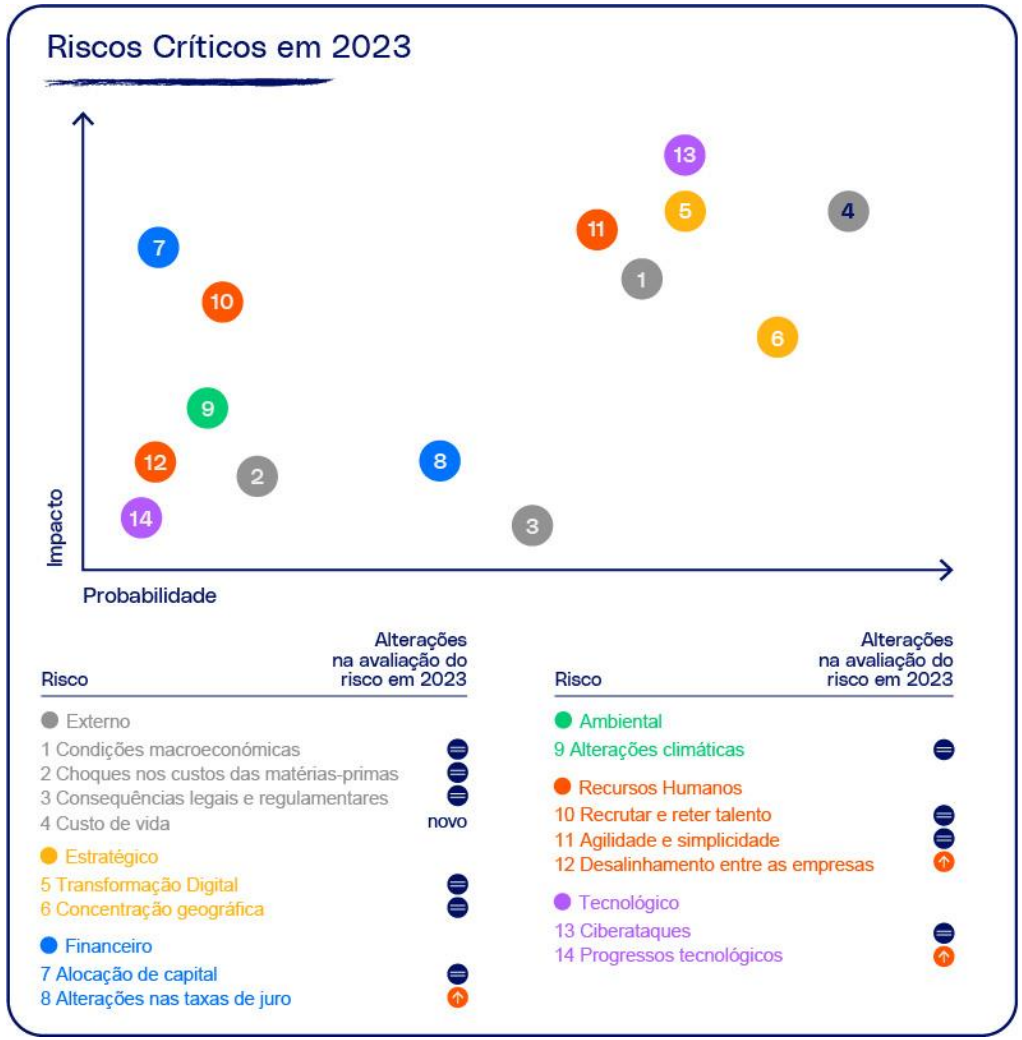
segundo semestre do ano, foi realizado um trabalho conjunto com cada responsável de risco, no qual foram definidos e monitorizados indicadores de risco e identificadas e implementadas ações de mitigação. Por fim, o relatório TCFD está a ser publicado neste Relatório, para monitorizar o "Fracasso na mitigação e adaptação às alterações climáticas" que tem sido identificado como um risco crítico para o grupo desde 2020.

Assim, realizou-se mais um ciclo completo de avaliação de risco e impacto financeiro, de acordo com o procedimento societário estabelecido para o efeito. Para mais informações, ver a secção 4.3 do presente relatório.

Foi também avaliada a adequação dos procedimentos para assegurar o cumprimento da lei de proteção dos denunciantes (Lei 93/2021, de 20 de dezembro) e do regime geral de prevenção da corrupção (Decreto-Lei 109-E/2021, de 9 de dezembro).




## 1.6.2. Os nossos principais riscos e oportunidades



| RISCOS EXTERNOS |
|---|
| **1. Condições macroeconómicas desfavoráveis \| Responsável pelo risco - CFO \| Risco estável vs 2022** |
| A deterioração das condições macroeconómicas em que operamos, agravada pela crise criada pela pandemia e pela guerra, pode levar a uma prolongada estagflação económica. Trata-se de uma combinação de crescimento económico lento/recessão e de um aumento das taxas de inflação e de elevadas taxas de desemprego que poderá resultar, juntamente com outras consequências, em crises da dívida soberana ou na imposição de medidas de austeridade. A perda do poder de compra e da confiança das famílias, associada à deterioração da sua riqueza resultante da política monetária restritiva, poderá resultar numa contração da economia com efeitos adversos diretos no desempenho financeiro do grupo. Mais do que um risco macroeconómico, os conflitos permanentes na Europa representam um risco geopolítico significativo com efeitos que, sem dúvida, persistirão a longo prazo.<br><br>**Ações de Mitigação:**<br>• Publicação do *MarketWatch*, uma análise económica trimestral centrada nos desenvolvimentos recentes das economias internacional e portuguesa.<br>• Monitorização dos principais desenvolvimentos na economia e na política e produção de informações acionáveis para apoiar a implantação de estratégias e decisões de negócios.<br>• Análise de tópicos económicos relevantes e produção de notas de investigação sobre os impactos esperados para as empresas do nosso portefólio.<br>• Acompanhamento da evolução dos indicadores económicos recorrentes (como o PIB, o emprego, a taxa de inflação) e acompanhar a publicação das previsões económicas das principais instituições oficiais.<br>• Produção e atualização de previsões económicas de forma ativa e regular e desenvolver cenários adversos para apoiar os exercícios de planeamento das empresas. |
| **2. Choques severos nos custos das matérias-primas \| Responsáveis pelo risco – empresas do portefólio \| Risco estável vs 2022** |
| Choques abruptos na oferta e procura de matérias-primas sistemicamente importantes à escala global (escassez e custo de matérias-primas e serviços essenciais) devido a perturbações na cadeia de abastecimento de fornecedores empresariais que operam nas zonas de conflito, podem sobrecarregar os orçamentos empresariais, públicos e/ou domésticos (alimentos, energia, metais, minerais, produtos químicos, emissões, etc.), com impacto direto no desempenho dos negócios.<br><br>**Ações de Mitigação:**<br>• Identificar e pré-aprovar fornecedores e origens alternativos de cada matéria-prima principal.<br>• Diversificar os volumes comprados das principais matérias-primas entre diversos fornecedores.<br>• Identificar matérias-primas alternativas que resultem em produtos finais com qualidade/sabor semelhantes.<br>• Transferir a produção de produtos agrícolas para locais alternativos (por exemplo, devido à escassez de água).<br>• Incentivar o desenvolvimento da produção nacional de matérias-primas com maior dependência externa e estabelecer contratos com produtores locais a médio e longo prazo (por exemplo, cereais). Em 2023, atingimos 82% de compras de fornecedores locais.<br>• Aumentar os níveis de inventário (comprando a fornecedores habituais) uma vez identificado o risco e até que seja possível, ou seja, utilizando capacidade de armazenamento externa. |
| **3. Consequências negativas e crescentes das alterações legais e regulamentares \| Responsável pelo risco - CFO \| Risco estável vs 2022** |
| A existência de nova legislação ou alterações à legislação em vigor, com impacto nas operações e/ou produtos, nomeadamente nas áreas do ambiente e proteção de dados, saúde e segurança, *marketing* e concorrência, e a corrupção podem conduzir a multas por incumprimento, ameaçar a capacidade da empresa de desenvolver o seu negócio, afetar a sua rentabilidade económica, incorrer em riscos reputacionais e até afetar a continuidade dos negócios, dada a incapacidade de operar devido a fatores legais.<br><br>**Ações de Mitigação:**<br>• Equipas dedicadas responsáveis por abordar áreas legais e regulatórias de governo societário e relações públicas.<br>• Contribuição para consultas públicas com vista a alcançar o quadro jurídico e regulamentar mais adequado, tanto a nível nacional como europeu. |

## RISCOS EXTERNOS

- Apoiar as opiniões legais da empresa perante *stakeholders* portugueses e internacionais.
- Apoiar os interesses e pontos de vista legais do grupo perante as autoridades públicas de supervisão.
- Estreita colaboração com associações setoriais (nacionais e internacionais) para aceder a informação relevante e fornecer o nosso contributo em diferentes áreas de relevância para o interesse dos nossos negócios.
- Identificação, análise, antecipação e acompanhamento próximo (em todas as fases) de iniciativas e ações políticas e legislativas nacionais e europeias com potencial impacto para o grupo.
- Alinhamento estratégico e antecipação atempada das tendências legislativas, o que permite ao grupo identificar vantagens competitivas em diferentes setores e geografias.
- Aconselhar as nossas empresas sobre os melhores enquadramentos e como melhor se adaptar aos desenvolvimentos regulamentares.
- Participação ativa em processos legislativos com experiência construída em amplo conhecimento do mercado.
- Reforçar a nossa transparência e influência, posicionando o grupo como uma voz de confiança no processo legislativo de co-construção e nas consultas aos *stakeholders*.
- Posicionar o grupo para o sucesso sustentável em meio a cenários regulatórios dinâmicos, garantindo a continuidade operacional e reforçando nosso compromisso com a conduta ética nos negócios.

### 4. Crise do custo de vida | **Responsável pelo risco - CFO | NOVO risco em 2023**

Incapacidade significativa de amplas camadas da população para manter o seu estilo de vida atual, conduzindo à perda do poder de compra e ao endividamento excessivo dos consumidores, motivado pelo elevado nível de inflação e taxas de juro. Salários mais baixos que não são acompanhados de um aumento do rendimento real das famílias, pode afetar a rentabilidade das empresas.

**Ações de Mitigação**:

- Desenvolvimento de projetos para todo grupo para identificar novas oportunidades. Para mais informações, ver o ponto 1.4.1. (movimentos de portefólio durante 2023).
- Produção e distribuição de *insights* acionáveis (notas de pesquisa) sobre a evolução do consumo privado para monitorizar padrões relevantes de mercado e negócios e melhorar o processo de tomada de decisão.
- Acompanhamento de indicadores económicos públicos e privados recorrentes (taxa de emprego, taxa de inflação, salário bruto por trabalhador e evolução dos preços da habitação) e produção de relatórios de dados para ajudar os decisores a ler o contexto mais rapidamente.
- Publicação do *MarketWatch*, uma análise económica trimestral com particular incidência na dinâmica do consumo privado.

## RISCOS ESTRATÉGICOS

### 5. Fracasso na resposta à Transformação Digital | **Responsável pelo risco - CDO | Risco estável vs 2022**

Mudanças no perfil do consumidor (loja física vs *online*) e a incapacidade de garantir a transformação digital dos modelos de negócio tradicionais podem comprometer a sustentabilidade do grupo.

**Ações de Mitigação:**

- Desafio contínuo pelo crescimento dos negócios digitais a médio e longo prazo.
- Acompanhamento de programas de transformação da arquitetura de TI.
- Acompanhar e desafiar programas de transformação cultural.
- Fóruns Digital, E-commerce e Finco como veículos para estimular a partilha e a aprendizagem.

**6. Concentração geográfica** | **Responsável pelo risco - CFO** | **Risco estável vs 2022**

A concentração dos negócios do grupo em Portugal pode criar uma exposição excessiva a riscos específicos do mercado local (políticos, económicos ou sociais).

**Ações de Mitigação:**
- Diversificação de categorias e formatos de retalho nos nossos negócios com potencial de internacionalização.
- Esforços de internacionalização de diferentes negócios do nosso portefólio.
- Monitorização contínua das condições macroeconómicas, ambiente competitivo e tendências relevantes.

## RISCOS FINANCEIROS

**7. Alocação de capital inadequada** | **Responsável pelo risco - CFO** | **Risco estável vs 2022**

A incapacidade de alocar capital em oportunidades de negócio que produzam retornos superiores e proporcionem à Sonae os níveis desejados de crescimento e internacionalização, pode colocar em risco a sustentabilidade a longo prazo do grupo.

**Ações de Mitigação:**
- Diversificação de categorias e formatos de retalho pelos diversos tipos de consumo.
- Esforços de internacionalização de diferentes empresas.
- Aumento dos níveis de alocação de capital para as avenidas de crescimento identificadas e acompanhamento próximo da execução da estratégia. Para mais informações consulte a secção 1.4.1.
- Monitorização contínua das condições macroeconómicas, ambiente competitivo e tendências relevantes.

**8. Alterações nas Taxas de Juro** | **Responsável pelo risco - CFO** | **Risco aumentou vs 2022**

As flutuações das taxas de juro podem levar a rendimentos inferiores ou custos financeiros relacionados com empréstimos superiores face ao esperado, afetando o desempenho financeiro do grupo.

**Ações de Mitigação**:
Cobertura Financeira:
- Utilizar instrumentos de cobertura financeira para ajudar a mitigar o impacto do risco de taxa de juro nas operações financeiras.
- Equilibrar a exposição a dívida de taxa fixa, mantendo uma parte da dívida não indexada é aconselhável para compensar os efeitos das flutuações das taxas de juro.

Decisão de alocação no portefólio:
- Exposição imobiliária: transferência de investimentos ligados a flutuações do valor imobiliário para investimentos influenciados por variações nas taxas de inflação com máximos (*sale* e *leaseback*).
- Exposição ao risco soberano: implementar estratégias destinadas a diminuir a exposição a um determinado país ou região, diversificando simultaneamente os investimentos em mercados mais estáveis.

Pré-financiamento:
- Garantir o financiamento às taxas atuais antes de potenciais aumentos futuros (no caso de dívida de taxa fixa), ou
- Assegurar o financiamento aos atuais níveis de *spread* de crédito antes de potenciais aumentos futuros (no caso de dívida indexada).

| RISCO AMBIENTAL |
|---|
| **9. Fracasso na mitigação e adaptação às alterações climáticas \| Responsáveis pelo risco - CFO e CDO \| Risco estável vs 2022** |
| A falha na imposição, adoção ou investimento em medidas efetivas para adaptar (ex. falta de infraestruturas resilientes às alterações climáticas) e mitigar (ex. economia neutra em carbono) as alterações climáticas, proteger e ajudar a adaptar populações ou os negócios mais afetados, bem como o fracasso na transição para uma economia de neutralidade carbónica, podem afetar negativamente a imagem e o desempenho financeiro das empresas do nosso portefólio. Adicionalmente, a incapacidade de adaptação e mitigação às alterações climáticas pode conduzir à escassez de recursos naturais e de alimentos, causando perturbações na produção. |
| **Ações de Mitigação:**<br>• Fomentar o desenvolvimento e a adoção de políticas de sustentabilidade, sob a coordenação do GCS e da área de Sustentabilidade na *holding*, promovendo uma abordagem transversal, bem como a prossecução de objetivos e metas comuns.<br>• Definir eixos de ação prioritários para uma economia de baixo carbono e atuar de forma proativa no combate às alterações climáticas, conforme delineado na Carta de Princípios para o $CO_2$ e as Alterações Climáticas das Empresas Sonae;<br>• Continuar a progredir nas ações de mitigação, incluindo *roadmaps* para a melhoria da eficiência energética e a descarbonização das fontes de energia, monitorizando permanentemente os indicadores e metas de carbono.<br>• Ampliar o mapeamento das emissões de GEE de âmbito 3, abrangendo mais empresas do portefólio e categorias adicionais.<br>• Comprometer-se com a ambição de descarbonização no âmbito da SBTi, para aumentar o inclusão das emissões do grupo.<br>• Atualizar e manter um procedimento e ferramenta de suporte para avaliação de riscos e oportunidades climáticas de acordo com as diretrizes do TCFD, possibilitando a monitorização e reporte da exposição dos negócios aos riscos e oportunidades climáticas.<br>• Continuar a investir no projeto Floresta Sonae para compensar as emissões de GEE da frota automóvel.<br>• Adaptar edifícios existentes e desenvolver/alugar/adquirir novos edifícios com melhor desempenho em cenários de alterações climáticas previstos (como o LEED).<br>• Reforçar a apresentação, discussão e divulgação de regulamentos emergentes, que possam ter um impacto potencial, para garantir a conformidade.<br>• Acompanhar o *feedback* dos *stakeholders* sobre a ação climática através de estudos de reputação, monitoramento de relações públicas e outros canais de comunicação.<br>Para obter mais informações sobre estas ações, consulte a secção 1.5 e o relatório TCFD no capítulo de Informação Adicional. |

| RISCOS DE RECURSOS HUMANOS |
|---|
| **10. Incapacidade de recrutar e reter talento \| Responsável pelo risco - CDO \| Risco estável vs 2022** |
| Operar num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, em correlação com a falta de planos de carreira atrativos, modelos de trabalho desajustados (remoto vs presencial), nómadas digitais, e compensações, programas de formação e liderança inadequados, podem comprometer a capacidade de recrutar e reter os recursos humanos da empresa com impacto direto na execução dos seus objetivos e estratégia, prejudicando a competitividade e a capacidade de crescimento e desenvolvimento do negócio. |
| **Ações de Mitigação:**<br>• Revisões salariais anuais em linha com o mercado. |

| RISCOS DE RECURSOS HUMANOS |
|---|
| • Inquéritos salariais e *benchmarks*.<br>• Equipa de *People & Leadership* focada em gestão de talento, carreira e da marca Sonae enquanto empregador.<br>• Programas específicos de retenção de talento/*Fast trackers* - aceleração salarial para talento de topo.<br>• Programas de desenvolvimento de talentos (academia de gestão e liderança, *accelerated development programme*, IOP GT).<br>• "be.Flex": garantir a flexibilidade do trabalho, ampliando as oportunidades provenientes de novos modelos de trabalho (presencial, híbrido e remoto), para atrair e reter talentos.<br>• Inquéritos de *Employee Net Promoter Score* (eNPS) pelo menos duas vezes por ano.<br>• Diagnóstico do Índice de Saúde Organizacional como ferramenta para compreender a cultura atual e induzir a transformação.<br>• Programas de atração e formação de talentos – *Sonae Academy*, Iniciativas de formação externa (seminários, *workshops*), *Mentoring & Coaching*, Programa Contacto, Estágios de verão, Estágios de Dissertação de Mestrado.<br>• Oportunidades de desenvolvimento de carreira – criação de um modelo de rotação para promover a mobilidade interna através de carreiras em *zig-zag*.<br>• Desenvolver um programa robusto de planeamento sucessório para identificar talentos internos para liderança e posições-chave.<br>• Priorizar a diversidade, a equidade e a inclusão para criar um local de trabalho acolhedor e respeitoso.<br>• Promover um equilíbrio saudável entre a vida pessoal e profissional, privilegiando o bem-estar dos colaboradores.<br>• Maior ênfase dada à comunicação interna e externa, de forma a tornar a Sonae mais atrativa no mercado.<br>Para mais informações, ver o capítulo 1.2. |
| **11. Falta de agilidade e simplicidade organizacional \| Responsável pelo risco - CDO \| Risco estável vs 2022** |
| A existência de estruturas organizacionais altamente complexas e rígidas, devido ao tamanho do grupo e à diversidade dos negócios, pode inibir a tomada de decisões ágeis, com a consequente perda de oportunidades. |
| **Ações de Mitigação:**<br>• Programas de formação da *Sonae Academy* focados na capacitação, tomada de decisão, agilidade e simplicidade organizacional.<br>• Monitorizar as formas ágeis de trabalhar através de grupos consultivos e outros fóruns.<br>• Monitorizar o eNPS para avaliar a evolução da moral.<br>• Implementar novos métodos de trabalho baseados no princípio de Alto Alinhamento ou Alta Autonomia.<br>• Impulsionar a participação nos programas da *Sonae Academy* que abordam a agilidade e simplicidade.<br>• EVP (*Employee Value Proposition*) e programa de Transformação Cultural alavancando nos nossos valores, com uma definição clara do eixo transversal que deve ser aplicado em todas as empresas: Gestão de Desempenho de Pessoas e Gestão de Desempenho do Negócio.<br>• Definição *top-down* de Iniciativas Estratégicas *Cross Business* (Sonae *data* e *Consumer Platform*). |
| **12. Desalinhamento entre as empresas \| Responsável pelo risco - CDO \| Risco aumentou vs 2022** |
| Enquanto empresa mãe com estilo de gestão eficaz, a *holding* poderá promover a existência de silos organizacionais devido ao aumento da autonomia das empresas. Além disso, a criação de culturas empresariais pode contribuir para a perda de uma visão partilhada e de sinergias empresariais, com impacto direto no desempenho global do grupo. |
| **Ações de Mitigação:**<br>• Lançamento do Programa de Transformação Cultural.<br>• Execução dos planos de comunicação da Comissão Executiva.<br>• Fomentar a dinâmica das plataformas do grupo, tais como comissões de implementação de políticas corporativas (Finanças e Auditoria), grupos consultivos para definição de políticas e promoção da partilha de conhecimento (Sustentabilidade, Recursos Humanos, Gestão de Risco e Melhoria Contínua) e outros fóruns para abordar temas específicos em todo o portefólio.<br>Para mais informações, ver o capítulo 1.3.3. |

| RISCOS TECNOLÓGICOS |
|---|
| **13. Ciberataques \| Responsáveis pelo risco - CFO e CDO \| Risco estável vs 2022** |
| A ocorrência de uma falha da privacidade e/ou segurança dos dados dos colaboradores, fornecedores ou clientes, bem como de outras informações comerciais, devido a um nível inadequado de proteção dos sistemas de informação e/ou comportamento de risco dos colaboradores pode sujeitar o grupo a multas, afetar a sua reputação e a sua continuidade. |
| **Ações de Mitigação**:<br>• Programa de sensibilização para a cibersegurança e campanhas de testes éticos.<br>• Procedimento de gestão de incidentes.<br>• Inteligência de ameaças cibernéticas com o Centro Nacional de Cibersegurança.<br>• *Rating* de cibersegurança da Bitsight.<br>• Perímetro de segurança da rede.<br>• Testes de *hacking* éticos periódicos a *sites* da *Internet*.<br>• Testes periódicos de *phishing* éticos direcionados aos colaboradores.<br>• Recuperação de desastres para sistemas críticos.<br>• Gestão de identidade e acesso.<br>• Adoção da autenticação de duplo fator.<br>• Encriptação de dados críticos.<br>• EDR (*Endpoint Detection and Response*), Antivírus, *anti-spam* e *anti-malware*.<br>• Definição da linha de base da maturidade dos controlos de cibersegurança.<br>• Representação da Sonae em fóruns externos: Eurocommerce e Aliança Nacional para a Cibersegurança.<br>• Avaliação de Perfis de Alto Valor da Sonae.<br>• Avaliação das capacidades de resiliência implementadas no portefólio.<br>• Programa de preparação para a Diretiva Segurança das Redes e da Informação (SRI 2).<br>• CSIRT (*Computer Security Incident Response Team*) da Sonae. |
| **14. Consequências dos progressos tecnológicos \| Responsável pelo risco - CDO \| Risco aumentou vs 2022** |
| Consequências adversas intencionais ou não intencionais dos avanços tecnológicos internos e externos, como a inteligência artificial (por exemplo, Grandes Modelos de Linguagem (LLMs), como o *ChatGPT*), geoengenharia e biologia sintética podem causar danos humanos (desemprego), ambientais e económicos. Este risco pode afetar significativamente a organização, exigindo que o grupo assegure que os seus colaboradores estão informados em IA e adapta a sua estratégia. |
| **Ações de Mitigação**:<br>• Desenvolver a Comunidade de Prática em GenAI.<br>• Discutir padrões éticos para o uso da GenAI.<br>• Definir uma política para evitar fugas de dados. |

Além disso, devido ao seu perfil diversificado, a Sonae está exposta a uma variedade de outros riscos financeiros, tais como riscos cambiais, riscos de mercado e de capital, todos claramente identificados e devidamente geridos. Para mais detalhes, consultar as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

### Criar Oportunidades

Ao utilizar uma abordagem abrangente para gerir os riscos, incluindo análise completa, estratégias de mitigação proativas e mecanismos de resposta adaptativos, as empresas podem não apenas proteger-se contra potenciais ameaças, mas também cultivar um ambiente propício para identificar e capitalizar oportunidades emergentes, promovendo assim o crescimento sustentável e a vantagem competitiva.

## Acrescentar valor através de cartões de fidelização



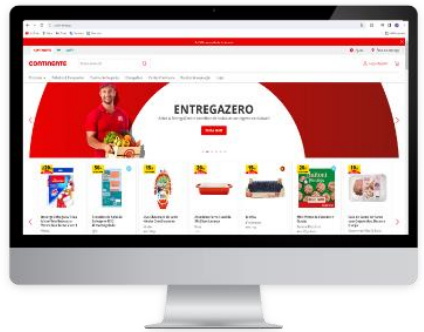

O cartão de fidelização da MC continua a se o cartão mais utilizado em Portugal, com mais de 4,3 milhões de famílias. A app foi usada por 2,8 milhões, número que tem aumentado significativamente ano após ano. De facto, os nossos clientes conseguiram poupar €323m no ecossistema da Sonae. Os clientes MC's puderam ver, através de um filme personalizado com o Cartão Continente, as suas poupanças ao longo de 2023, os produtos mais comprados, as suas categorias favoritas e poupanças em marcas parceiras. Todas as semanas, o Continente apresenta a cada cliente a sua “Brochura Personalizada”, com uma seleção de produtos que mais gostam e costumam comprar, com ofertas especiais e aos preços mais baixos, facilitando as suas compras e, naturalmente, poupando. A inovação está no ADN do Cartão Continente, beneficiando da digitalização e dos avanços tecnológicos.

O cartão de fidelização Worten também tem vindo a expandir a sua quota de mercado e, no final de 2023, contava com 2,6 milhões de utilizadores ativos. Com este cartão, os clientes Worten: não precisam de comprovativo em papel para devolver ou ativar uma garantia, podem aumentar o período de satisfação/devolução de 15 para 30 dias; e podem ter acesso *online* ao seu histórico de compras.

O cartão Universo, para além de outras vantagens, tem a possibilidade de incorporar os cartões de fidelização do Continente e da Worten e, no final de 2023, tinha mais de um milhão de clientes ativos (72% digitais).

Estas poderosas ferramentas podem ser uma forma importante de compreender e antecipar potenciais tendências emergentes de consumo e de mercado e, consequentemente, permitir que sejam feitos ajustes personalizados aos benefícios de fidelização e acrescentar valor aos nossos clientes. Os extensos dados recolhidos através dos nossos cartões de fidelização permitem à Sonae responder rapidamente às mudanças do mercado e compreender as preferências individuais dos consumidores, introduzindo assim novas recompensas de fidelização e melhorando a proposta de valor para distribuir os benefícios derivados destas oportunidades emergentes. A nossa estratégia inovadora para programas de fidelização estabeleceu um novo padrão no setor.

## Liderar o caminho digital




Os negócios de retalho do nosso portefólio continuam a fortalecer as suas propostas omnicanal. A MC atingiu 3,5% de vendas *online*, com uma forte proposta de valor omnicanal alavancada no seu cartão de fidelização, beneficiando da digitalização e dos avanços tecnológicos.

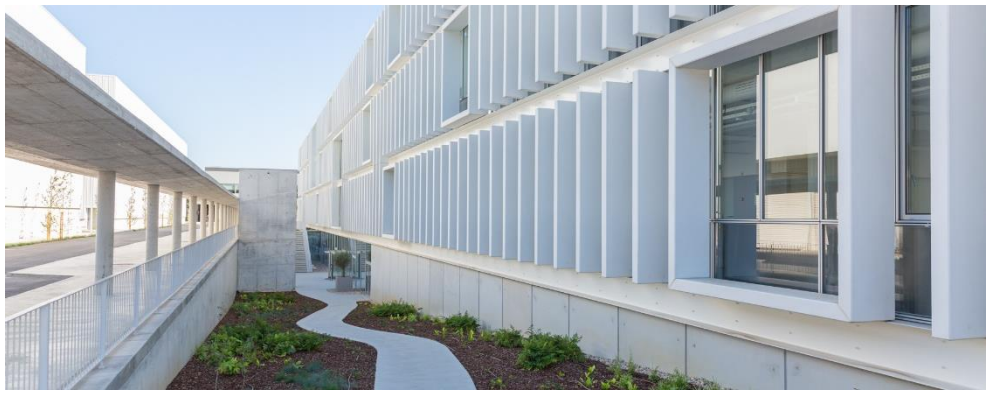
A Worten continuou a expandir a gama de produtos do seu *marketplace*, com as vendas online a atingirem 16% do volume de negócios total.

## A sustentabilidade enquanto catalisador de mudança

**Financiamento ligado à sustentabilidade**

A Sonae tem mais de 80% de financiamento ligado a metas de sustentabilidade, representando 85% para a *holding* e 92% para a MC. Estes acordos de financiamento melhoram a liquidez do grupo, aumentam a maturidade média da dívida e reduzem os custos de financiamento. Os *spreads* estão ligados ao desempenho do grupo na promoção do número de cargos de liderança ocupados por mulheres e na redução das emissões de GEE.

O **Sonae Tech Hub**, localizado na sede do grupo na Maia, e gerido pela Sierra, é o único edifício em Portugal a obter as certificações LEED e WELL de nível platina e faz parte da lista limitada de cerca de 300 edifícios no mundo com a certificação WELL na mais alta classificação, concedida em 2023 pelo *International WELL Building Institute* e pelo *US Green Building Council*. Este edifício, inaugurado em 2019, dispõe de 570 $m^2$ de painéis solares, que contribuem para uma diminuição de 40% no consumo de eletricidade, luzes 100% LED de baixo consumo energético com regulação automática em função da iluminação exterior, utilização eficiente da água através do aproveitamento da água da chuva, um conceito que privilegia um ambiente *premium*, tanto ao nível da qualidade do ar como do conforto térmico e uma zona de estacionamento com postos de carregamento elétrico.



## Fortes ligações entre os negócios

**Grupos consultivos e outros fóruns** são ferramentas importantes para aumentar a colaboração e a participação entre as empresas e a *holding*. Para mais informações, ver a secção 1.3.3.

## Inovação e tecnologia serão os principais diferenciadores

**A Bright Pixel** tem 11 empresas de cibersegurança no seu portefólio de mais de 40 empresas, incluindo investimentos Picinic e Sekoia em 2023. Picnic é a primeira plataforma automatizada para prevenção de ciberataques de engenharia social e a Sekoia.io é a "cybertech" europeia responsável pelo desenvolvimento da plataforma Sekoia.io XDR (eXtended Detection & Response), a qual, garante a deteção a ciberataques em tempo real

## Novas alavancas de crescimento – *shapping tomorrow*

A Sonae reforçou a sua aposta no negócio da alimentação saudável e sustentável com a criação da Sparkfood. Esta nova empresa do nosso portefólio opera e investe em empresas da cadeia de valor alimentar, através do desenvolvimento de duas plataformas de negócio principais (i) a Alternative.s – um fornecedor europeu de alternativas de próxima geração às proteínas animais, nomeadamente à base de plantas; e (ii) a Ingredient.s - um fornecedor global de ingredientes naturais para a saúde e bem-estar, sistemas alimentares e nutrição animal. Adicionalmente, e diretamente ligada a estas duas plataformas, a Sparkfood criou a Venture.s, uma área dedicada ao investimento em *scale-ups* que trarão inovação para ambas as plataformas em diferentes áreas (produtos, tecnologias e soluções).

Sparkfood
Sonae

# 1.7 O nosso desempenho

## 1.7.1. O nosso contexto[6]

O ano de 2023 foi marcado por um contexto geolítico mais complexo. Para além da guerra prolongada na Ucrânia, a escalada do conflito no Médio Oriente, no final do ano, aumentou os desafios e afetou a conjuntura da economia global. Apesar destes obstáculos, os constrangimentos na cadeia de abastecimento diminuíram e, nos mercados internacionais, os preços da energia e das matérias-primas alimentares registaram uma redução significativa. Estes desenvolvimentos, juntamente com os aumentos consistentes das taxas de juro, permitiram uma desaceleração pronunciada da inflação nos principais blocos económicos.

Na Zona Euro, a taxa de referência do BCE aumentou 2 p.p. em 2023, estabilizando-se em 4% em setembro. Esta subida das taxas de juro intensificou rapidamente a pressão financeira, deixando menos espaço para o consumo e o investimento, afetando negativamente a atividade económica.

Em 2023, a Zona Euro apresentou um desempenho económico relativamente fraco, com o PIB a crescer 0,5%, embora com uma melhoria gradual do poder de compra, devido a uma tendência de desaceleração da inflação ao longo do ano. Nos EUA, apesar do aumento dos custos de financiamento, a resiliência dos indicadores do mercado de trabalho suportou a procura interna, sendo a base para um nível positivo de atividade económica, com um crescimento de 2,5% do PIB. Na China, o atraso no levantamento das restrições relacionadas com a pandemia ajudou na recuperação do consumo privado, apesar da evolução negativa no setor imobiliário e das suas consequências para as famílias e empresas.

Em Portugal, apesar dos desafios resultantes do contexto internacional, o desempenho económico em 2023 foi positivo: o PIB cresceu 2,3%, destacando-se positivamente no contexto europeu como uma das economias mais dinâmicas da região.

O mercado do trabalho teve um contributo fundamental para este desempenho, mostrando-se resiliente aos choques adversos. Os níveis de emprego aumentaram 1,8%, atingindo um máximo histórico, impulsionados essencialmente pelo setor dos serviços, mas a taxa de desemprego atingiu 6,6% (face a 6,1% em 2022), devido ao aumento da população ativa. Numa nota menos favorável, os preços subiram 5,3% em 2023, em termos globais, mas as pressões sobre os mesmos diminuíram ao longo do ano, resultando numa inflação de 1,9%, em dezembro. Esta tendência foi, em grande parte, influenciada por uma diminuição de 8,9% nos preços da energia, que desempenhou um papel chave na moderação da inflação. Por sua vez, a repercussão desfasada das pressões nos custos e uma pior colheita agrícola em Portugal, devido a eventos climáticos, mantiveram a inflação alimentar elevada, em 10,0%, representando ainda uma sobrecarga para o orçamento das famílias. Não obstante, o crescimento dos salários, beneficiando de um mercado do trabalho sólido, juntamente com a desaceleração consistente da inflação, ajudaram a aliviar alguma da pressão financeira sobre as famílias e contribuíram para uma recuperação gradual do poder de compra. Assim, o consumo privado, em termos reais, apresentou um desempenho positivo no ano, apesar da sua desaceleração para 1,6% face aos 5,6% registados no ano anterior. Esta evolução foi impulsionada pelas medidas Governamentais de apoio e pela utilização pelas famílias de poupanças extraordinárias acumuladas durante a pandemia.

No setor de retalho, as vendas totais (excluindo combustíveis) aumentaram 6,7% em termos nominais, com as vendas de produtos não alimentares (excluindo combustíveis) a crescerem 4,0% no conjunto do ano e as vendas de produtos alimentares a aumentarem de 9,7%, impulsionadas por uma dinâmica de preços robusta. A evolução positiva do turismo internacional foi também determinante para o desempenho da economia portuguesa.

[6] Fontes utilizadas: BCE, Eurostat, INE e *Bureau of Economic Analysis*.

Em particular, o crescimento da procura de mercados que tradicionalmente têm menor presença, como os EUA ou o Canadá, com o número de dormidas turísticas provenientes destes países a aumentarem 32,9% e 56,9%, respetivamente, face aos valores de 2022. Desta forma, a economia portuguesa manteve-se sólida, apesar das condições económicas desafiantes enfrentadas pelos seus principais parceiros comerciais.

Em termos não financeiros, a pressão global sobre práticas sustentáveis e princípios ESG intensificou-se durante 2023. A urgência em abordar questões ambientais aumentou, impulsionada pelos eventos climáticos extremos, acentuação das campanhas de consciencialização e relatórios científicos que mencionam a aceleração dos impactos climáticos.

O contexto geopolítico complexo levou alguns países a aumentarem a produção de combustíveis fósseis para estabilizarem os mercados de energia num contexto de disrupções no abastecimento. Para além disso, as alterações climáticas, a justiça social e as questões de governo societário tornaram-se cada vez mais relevantes, moldando os discursos públicos e as agendas políticas em todo o mundo. As organizações enfrentaram uma pressão crescente para integrar a sustentabilidade nas suas decisões estratégicas e operações, impulsionadas por uma combinação de preferências do consumidor, exigências dos investidores e requisitos regulatórios. Aqueles que estão na vanguarda reconhecem as vantagens competitivas da adoção de estratégias ESG robustas, incluindo maior resiliência, melhor reputação e facilidade de acesso ao capital.

Globalmente, 2023 foi novamente um ano desafiante, marcado por tensões geopolíticas e incertezas económicas, com a intensificação da crise climática e as questões ESG a ganharem importância central na tomada de decisões financeiras e na criação de valor de longo prazo.

## 1.7.2. A nossa evolução durante o ano

### A Sonae e o Mercado de Capitais

A Sonae manteve um relacionamento regular e transparente com o mercado de capitais, registando, em 2023, mais de trezentas interações com investidores e analistas. Durante o ano, a equipa de Relações com Investidores participou em cinco conferências e *roadshows*, três presenciais e duas virtuais.

No final de 2023, sete analistas cobriam ativamente a Sonae, seis com recomendação de "*Buy*" e um com uma recomendação de "*Hold*". O preço-alvo médio implícito no final do ano era de €1,41 por ação, representando uma valorização potencial de 56% face ao preço de fecho da Sonae a 29 de dezembro de 2023 (€0,9045).

Em 2023, a cotação média das ações da Sonae foi de €0,9580 e o volume médio diário diminuiu para 2,1 milhões de ações.

O **Retorno Total Acionista**, no final de 2023, foi de +2%, penalizado pela volatilidade do desempenho do preço das ações e a sua contração de 3%.

O índice PSI, que reflete o desempenho das ações mais negociadas na Euronext *Lisbon*, Portugal, incluindo a Sonae, registou um Retorno Total Acionista de +16%, com um desempenho do preço de +12%, no final de 2023.

| Sonae´ | 2022 | 2023 |
|---|---|---|
| **Cotação da ação (€)** | | |
| Fecho | 0,9350 | 0,9045 |
| Máximo | 1,1770 | 1,0630 |
| Mínimo | 0,8240 | 0,8985 |
| Média | 1,0081 | 0,9580 |
| **Volume médio diário** | **3,3m** | **2,1m** |
| **Capitalização bolsista** | **€1.870m** | **€1.809m** |

## Política de dividendos e proposta de dividendo

A Sonae tem uma política de dividendos estável e crescente, com um aumento anual de 5,0% sobre o dividendo por ação, exceto em anos excecionais, como durante uma crise, uma vez que o Conselho de Administração, para proteger a liquidez, pode propor a manutenção do mesmo montante distribuído no ano anterior.




Tomando em consideração a política de distribuição de dividendos, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, nos termos legais e estatutários aplicáveis, que o resultado líquido das demonstrações financeiras separadas da Sonae, SGPS, S.A., do exercício de 2023, no montante de 258.619.589,49 euros, sejam aplicados da seguinte forma:

- Reserva Legal: 12.930.979,47 euros;
- Dividendos: 112.780.000,00 euros;
- Reservas Livres: 127.010.698,02 euros.
- Outras reservas: 5.897.912,00 euros

Com base no resultado líquido do exercício de 2023, e na política de dividendos, o Conselho de Administração propõe um dividendo de 5,639 cêntimos de euro por ação, 5% acima do ano passado. Este dividendo corresponde a um *dividend yield* de 6,2%, com base na cotação de fecho a 29 de dezembro de 2023, e a um *payout ratio* de 25% do resultado direto consolidado (considerando 70.272.539 ações próprias no final de dezembro de 2023).

## Desempenho operacional e financeiro

| €m | 31.12.22 | 31.03.23 | 30.06.23 | 30.09.23 | 31.12.23 |
|---|---|---|---|---|---|
| Valor líquido do portefólio (NAV) [1] | **3.974** | 4.079 | 4.240 | 4.411 | **4.513** |
| Capitalização bolsista | **1.870** | 2.010 | 1.802 | 1.840 | **1.809** |
| Dívida Líquida | **540** | 922 | 1.067 | 982 | **526** |

| €m | 4T22 R | 4T23 | var. | 2022 | 2023 | var. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Volume de negócios | 2.225 | 2.363 | *6,2%* | 7.693 | 8.399 | *9,2%* |
| EBITDA subjacente | 198 | 216 | *9,1%* | 644 | 722 | *12,1%* |
| *Margem EBITDA subjacente* | *8,9%* | *9,1%* | *0,2 p.p.* | *8,4%* | *8,6%* | *0,2 p.p.* |
| EBITDA | 381 | 410 | *7,6%* | 923 | 990 | *7,2%* |
| Resultado Direto | 241 | 260 | *7,9%* | 446 | 427 | *-4,4%* |
| Resultado líquido atribuível a acionistas | 126 | 222 | *76,6%* | 336 | 357 | *6,4%* |
| Venda de ativos | 229 | 317 | *38,1%* | 301 | 331 | *10,0%* |
| Investimentos em M&A | -46 | -47 | *-3,9%* | -277 | -223 | *19,7%* |
| *Free Cash Flow* antes de dividendos pagos | 483 | 464 | *-3,8%* | 187 | 187 | *0,3%* |
| Dividendos pagos | 0 | 0 | - | -169 | -161 | - |

| | 1 ano | 3 anos | 5 anos | 10 anos |
|---|---|---|---|---|
| Retorno total acionista [2] | 2% | 61% | 48% | 36% |

[1] Baseado em referenciais de mercado. [2] Fonte: Bloomberg.
R - Reexpresso. Universo foi classificado como detido para venda e todos os períodos de 2022 foram reexpressos para o incluir como operação descontinuada.

O NAV da Sonae, com base em referenciais de mercado, ascendeu a €4,5 mil milhões no final de 2023, o que representa +2% durante o último trimestre e +14% em termos homólogos. A melhoria no trimestre foi sustentada principalmente pelo contributo da MC, impulsionada quer pela melhoria do seu desempenho operacional, quer pelos múltiplos de mercado favoráveis.

Em 2023, os negócios de retalho e de imobiliário apresentaram fortes desempenhos, apesar das condições macroeconómicas desafiantes e do ambiente competitivo. De facto, o cenário de inflação elevada, ainda que com alguma desaceleração, continuou a pressionar as nossas estruturas de custos, mas os nossos negócios foram capazes de apresentar desempenhos operacionais sólidos e resilientes, suportados pelo reforço das suas quotas de mercado.

O volume de negócios consolidado aumentou 9% em termos homólogos, para €8,4 mil milhões, e o EBITDA subjacente cresceu 12% face a 2022 (+€78m) para €722m, com uma margem de 8,6%, +0,2p.p. em termos homólogos, sobretudo devido ao contributo da MC. O EBITDA consolidado atingiu um valor recorde de €1,0 mil millhões no ano, +7% face a 2022, apesar da redução dos resultados pelo método de equivalência patrimonial, resultante da atividade de gestão do portefólio, a qual foi mais do que compensada pela melhoria do EBITDA subjacente.

| NAV (€m) | 2022 | 2023 | Var. % |
|---|---|---|---|
| Retalho (alimentar e eletrónica) | 2.027 | 2.418 | 19,3% |
| Imobiliário | 875 | 1.057 | 20,9% |
| Telecomunicações e tecnologia | 962 | 885 | -8,0% |
| Outros investimentos* | 342 | 202 | -41,0% |
| *Holding* | -232 | -49 | 79,0% |
| Dívida líquida | -248 | -26 | 89,4% |
| **NAV** | **3.974** | **4.513** | 13,6% |

*Inclui: Universo, Zeitreel (Salsa, MO e Zippy/Losan), Sparkfood (www.sparkfood.com) e ISRG (apenas em 2022).

Nota: NAV baseado em referenciais de mercado. Para mais informação consultar o Kit do investidor em www.sonae.pt.

| €m | 2022 | 2023 |
|---|---|---|
| EBITDA (inc. rendas e impostos) | 423 | 466 |
| Fundo de maneio e outros | 35 | 1 |
| *Capex* operacional | -357 | -443 |
| ***Cash flow* operacional** | **101** | **25** |
| Atividade financeira líquida | -21 | -39 |
| Investimentos em M&A | -277 | -223 |
| Venda de ativos | 301 | 331 |
| Dividendos recebidos | 83 | 93 |
| **FCF antes de dividendos pagos** | **187** | **187** |

O nível de D&As mais elevado, impulsionado pela expansão da rede de lojas e pela digitalização dos nossos negócios, juntamente com o aumento dos custos financeiros e dos impostos, conduziram a um Resultado Direto de €427m e a um Resultado Líquido (atribuível a acionistas) de €357m em 2023, 6% acima do ano passado. A evolução do cash flow operacional refletiu o aumento do investimento (capex) da MC na expansão e remodelação da sua rede de lojas, que mais do que compensou a melhoria do desempenho operacional dos nossos negócios principais.

Para além disto, a nossa atividade de gestão de portefólio e os dividendos recebidos durante o ano conduziram a um *free cash flow* (FCF) antes de dividendos pagos de €187m, em linha com o valor do ano passado. Após o pagamento de dividendos de €161m aos nossos acionistas e parceiros, a dívida líquida consolidada reduziu ligeiramente em 2023, para €526m.

## Desempenho consolidado ESG

Monitorizamos e avaliamos continuamente o desempenho dos nossos negócios através de métricas abrangentes e mecanismos de reporte e, ao longo dos últimos anos, o nosso portefólio de empresas tem sido muito ativo na prossecução dos nossos ambiciosos objetivos, implementando continuamente novas iniciativas e investimentos para melhorar ainda mais a nossa jornada de sustentabilidade. Em 2023, conseguimos avançar em todos os nossos novos eixos de sustentabilidade.




## Gerir com critérios ESG

### Reconhecimento de prestigiadas agências de *rating* ESG

O nosso desempenho ESG tem sido reconhecido por prestigiadas agências de *rating*, que comparam a nossa evolução e reporte, com as melhores práticas do mercado. Em 2023, a Sonae manteve uma abordagem de colaboração, de forma pró-ativa, com estas agências, atingindo nas últimas análises:

- um S&P Global ESG Score de 60/100, acima da média do setor, com 65/100 na Dimensão Ambiental e 69/100 na Dimensão Social;
- uma **classificação de "Liderança A" no CDP Clima**, reconhecendo-nos como um dos líderes mundiais no combate às alterações climáticas, com uma classificação de A no

CDP *Supplier Engagement Rating*, e mantendo um nível de gestão (B para madeira, gado, soja e óleo de palma) no CDP Floresta, superior à média da indústria (C));

- uma melhoria da classificação de risco ESG (ESG *Risk Rating*) no **Sustainalytics *Core Framework*** para 19,4, representando um risco baixo de sofrer impactos financeiros materiais de fatores ESG.

| *Ratings* ESG | | 2021 | 2022 | 2023 | var. |
|---|---|---|---|---|---|
| S&P Global | CSA e ESG *Scores* (0-100) [1] | CSA 43 | CSA 59 | **ESG 60** CSA 58 | - |
| CDP | Clima (D⁻ - A) | A⁻ | A⁻ | **A** | ↑ |
| | Floresta (D⁻ - A) | B (C para a soja) | B | **B** | - |
| SUSTAINALYTICS | *Core Framework* [2] (40⁺ - 0; Risco Severo - Imaterial) | 23,1 Risco Médio | 20,6 Risco Médio | **19,4 Risco Baixo** | ↑ |

[1] A Sonae obteve uma classificação de 43/100, 59/100 e 58/100 nos S&P Global *Corporate Sustainability Assessments* (CSA) de 2021, 2022 e 2023, respetivamente, acima da média do setor. Datas das classificações: julho de 2022, junho de 2023 e janeiro de 2024, respetivamente. O S&P Global ESG Score avalia o desempenho e a gestão da empresa dos riscos, oportunidades e impactos ESG materiais, utilizando informação de divulgações da empresa, análises dos meios de comunicação e das partes interessadas, abordagens de modelação e envolvimento aprofundado da empresa através do S&P Global CSA. Em 2023, a Sonae obteve uma classificação de 60/100 no S&P Global ESG (data da classificação: janeiro de 2024).

[2] As classificações do Sustainalytics *Core Framework* são relativas a abril de 2021, maio de 2022 e novembro de 2023, respetivamente.

## Critérios ESG integrados no nosso processo de investimento

Em 2023, desenvolvemos um *framework* de Investimento Responsável robusto para a Sonae, inspirando-nos nas principais referências e práticas, particularmente nos modelos de sucesso das nossas empresas, Sierra e Sparkfood.

### Política de Investimento Responsável da Sierra

A Sierra aderiu formalmente aos Princípios para o Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI), que promovem a incorporação dos princípios ESG no processo da tomada de decisões de investimento e formalizou e sua própria Política de Investimento Responsável. Assim, foram desenvolvidos procedimentos de *due diligence*, abrangendo as atividades da Sierra (aquisição de terrenos e novos projetos de desenvolvimento, aquisição de edifícios e empresas e operações em ativos detidos e geridos) para integrar os riscos de sustentabilidade e identificar impactos adversos de sustentabilidade nas decisões de investimento, considerando as diretivas europeias relacionadas com o relato corporativo de sustentabilidade que têm como objetivo a maior transparência e supervisão de potenciais impactos e riscos.

### *Due Diligence* ESG para atividade de M&A - Sparkfood

Em 2023, a Sparkfood definiu a sua Estratégia de Impacto, alinhada com os ODS das Nações Unidas, e um Manual de Investimento com os princípios gerais para a sua abordagem de investimentos alinhados com a estratégia. Essas ferramentas têm como objetivo fornecer um enquadramento sobre como a empresa aplica critérios ESG na forma como procura, avalia e executa investimentos, gere os seus negócios e se relaciona com empresas alvo e do seu portefólio. Desde então, a Sparkfood implementou procedimentos de *Due Diligence* ESG nos seus processos de M&A e começou a trabalhar com as empresas do seu portefólio na definição e progresso das suas agendas de Impacto, alinhadas com a estratégia.

## Cadeias de abastecimento sustentáveis e responsáveis com critérios ESG

Estamos comprometidos em assegurar uma cadeia de abastecimento sustentável e responsável, orientando as nossas decisões de gestão e de investimentos. As nossas empresas promovem ativamente práticas social e ambientalmente responsáveis junto dos seus fornecedores. Em 2023, MC, Worten e Zeitreel realizaram cerca de 560 auditorias aos fornecedores de marca própria, incluindo critérios ESG. Assim, atingimos uma **taxa de cumprimento destes critérios de 82% dos fornecedores.**

A identificação de fornecedores críticos ajuda a gerir os riscos e a criar resiliência. Os nossos negócios continuaram a aumentar o envolvimento com os fornecedores, revendo os critérios de priorização e as avaliações ESG. Os programas de gestão de fornecedores dos nossos negócios têm como objetivos mitigar os riscos ESG, promover as melhores práticas e influenciar as cadeias de abastecimento. Com estas orientações, os nossos negócios estão ativamente comprometidos em reforçar os seus programas de gestão de fornecedores, incorporando etapas de interação com os seus parceiros de negócio. Estas iniciativas estão concebidas para gerir os riscos ESG associados à nossa cadeia de abastecimento, incentivando os nossos fornecedores a adotarem as melhores práticas ambientais e sociais e, ao mesmo tempo, influenciando as suas próprias cadeias de abastecimento. Os nossos

procedimentos de gestão e relacionamento abrangem várias etapas que pretendem regular o nível de risco dos fornecedores tanto no momento de seleção como no acompanhamento periódico. Os procedimentos incluem (i) processos de seleção de fornecedores que consideram critérios sociais e ambientais, incluindo práticas de trabalho e direitos humanos; (ii) recolha e avaliação da documentação necessária, como as certificações ambientais (ex. ISO 14001), sociais (ex. OSHAS 18001, SA 8000) e outras de cariz específico dos fornecedores; e (iii) avaliação da exposição da cadeia aos riscos ESG, nomeadamente na análise de risco do país de origem e na realização de auditorias com base em normas internacionalmente reconhecidas e incluindo critérios ESG relacionados com a qualidade, ética de fornecimento, ambiente, higiene e segurança, direitos humanos e direitos laborais. Dependendo da relevância dos resultados obtidos, são definidas estratégias de otimização de processos e implementadas ações de melhoria junto aos fornecedores. Para mais informações sobre a gestão dos nossos fornecedores, consulte informação aqui.

**Plataforma "*Footprint* MC"**

A MC desenvolveu a plataforma "*Footprint* MC", que permite trabalhar diretamente com os fornecedores no cálculo e na redução das pegadas carbónica e hídrica dos produtos.

O sucesso do projeto resultou no cálculo de mais de 290 pegadas e no envolvimento de mais de 70 fornecedores.




**Matriz de avaliação ESG da Worten**

Na Worten, foram identificados todos os parceiros estratégicos, para avaliar o seu impacto e desempenho nos aspetos ambientais e sociais, numa perspetiva de médio e longo prazo. Para tal, a Worten desenvolveu um questionário dirigido a parceiros e fornecedores de nível 1, cujos resultados foram traduzidos numa pontuação ESG, posicionando-os numa matriz de avaliação ESG pré-definida. Em função do resultado obtido, sempre que necessário, a Worten disponibilizou-se para colaborar com os seus parceiros, no desenvolvimento de um plano de ação para melhorar as suas pontuações globais.

## Promovendo comportamentos e escolhas sustentáveis pelos consumidores

Ao envolver ativamente os clientes em práticas e escolhas sustentáveis, as empresas podem não só contribuir para os objetivos globais de sustentabilidade, mas também promover uma imagem de marca positiva e responsável. Desta forma, podem também alinhar-se com a crescente exigência de práticas de negócio mais éticas e sustentáveis, preparando-se para o sucesso a longo prazo num mercado social e ambientalmente consciente. Assim, estamos comprometidos em promover escolhas mais sustentáveis pelos clientes dos nossos negócios, tendo sido em 2023 implementadas várias campanhas para incentivar e permitir comportamentos mais sustentáveis.

**Poupe o Planeta - MC**

Para desafiar os clientes do Continente a adotarem comportamentos mais sustentáveis, a MC lançou a campanha "Poupe o Planeta": um jogo que procurou consciencializar os utilizadores da aplicação do Cartão Continente, contribuindo para a conservação e proteção do Planeta. Esta iniciativa foi desenhada para incentivar os utilizadores a adotarem 10 práticas amigas do ambiente, incluindo a redução do consumo de papel e a escolha de produtos sustentáveis.
Os utilizadores ganhavam pontos que seriam convertidos no compromisso de plantar 1 árvore por cada 10 pontos acumulados.
Implementada no início de junho, na comemoração do Dia Mundial do Ambiente, a iniciativa envolveu com sucesso cerca de 200 mil clientes e permitiu o financiamento de 15 mil árvores em florestas nacionais. A abordagem de jogo interativo, promove não só a responsabilidade individual, mas também uma comunidade orientada para a sustentabilidade e preservação ambiental.



Relativamente aos quatro eixos de atuação, durante o ano de 2023, o grupo atingiu progressos importantes nos seus principais compromissos e objetivos.

| Eixos de atuação | Objetivos | Desempenho 2021 | Desempenho 2022 | Desempenho 2023 | Comentários |
|---|---|---|---|---|---|
| **Acelerar a descarbonização** | -53% Emissions GEE (âmbito 1+2) até 2032 (face a 2022), atingir a neutralidade carbónica das operações (âmbito1+2) até 2040 | 190mil t CO2e | 171mil t CO2e | **162mil** t CO2e | Em 2023, as emissões de GEE (âmbito 1+2) das nossas operações diminuíram 6% face a 2022. |
| **Valorizar a biodiversidade e a água** | Desflorestação Zero até 2030 | 1ª avaliação (para 2022): **58%** | | | O valor de "sem desflorestação" considera a 1ª avaliação do nosso progresso e a MC, Worten e Zeitreel, com o critério de ausência de risco de país ou de desflorestação através de um esquema de certificação ou outros mecanismos de controlo e monitorização das matérias-primas adquiridas. |
| **Promover a circularidade** | 100% Reciclabilidade do plástico das embalagens (marca própria) até 2025 | 76% | 80% | **87%** | A reciclabilidade das embalagens aumentou para 87%, de acordo com os critérios da matriz da Sociedade Ponto Verde. |
| | 30% Plástico reciclado incorporado nas novas embalagens (marca própria) até 2025 | 12% | 14% | **14%** | Em 2023, o nível de plástico reciclado incorporado em novas embalagens manteve-se estável. |
| **Potenciar o desenvolvimento humano** | 45% cargos de liderança ocupados por mulheres até 2026 | 37% | 39% | **40%** | Os cargos de liderança ocupados por mulheres (considerando Executivos e Gestores Séniores e Intermédios) **aumentaram** para 40%. |

Notas:
Emissões GEE (âmbito 1+ 2) para 2022 reexpressas considerando o processo de submissão de metas à SBTi.
Reciclabilidade do plástico das embalagens para 2021 reexpressa devido a alterações da metodologia de cálculo, com melhoria no mapeamento do plástico total na MC.
O número de cargos de liderança ocupados por mulheres não inclui os colaboradores da Arenal (MC).

## 1. Acelerar a descarbonização

GRI 3-1 | 3-2 | 3-3 | 201-4 | 302-1 | 305-1 | 305-2 | 305-3

**As emissões de GEE (âmbito 1+2) diminuíram 6% em termos homólogos, no caminho certo para atingir a neutralidade carbónica das nossas operações até 2040**

Reconhecendo a urgência da crise climática, os nossos objetivos de curto prazo traçam caminhos claros para reduções substanciais das emissões nos próximos 10 anos, contribuindo para o esforço coletivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C.

Em 2023, os nossos negócios passaram por um processo de revisão e definição de metas ambiciosas de redução das emissões, alinhadas com a iniciativa *Science Based Targets* (SBTi). As metas ambiciosas da MC e da Sierra foram aprovadas pela SBTi, e a Worten submeteu a sua *Standard Commitment Letter* à SBTi.



Em relação ao desempenho face às nossas metas: (i) atingimos uma redução de 30% das emissões de GEE (âmbito 1+2) em 2022, quando comparadas com 2018 (ano base do objetivo de médio prazo anterior), e (ii) durante 2023, as nossas operações reduziram em 6% as suas emissões de GEE (âmbito 1+2) face a 2022 (ano base da meta de médio prazo atual, reduzir as nossas emissões de GEE (âmbito 1+2) em 53% até 2032, que foi revista considerando a nova estratégia).

Mais concretamente, em 2023: (i) as emissões de âmbito 1 aumentaram 5% em termos homólogos, principalmente devido à expansão dos serviços e viagens de negócios, juntamente com a recuperação da atividade económica, em comparação com um período ainda fortemente afetado pela pandemia; e (ii) as emissões de âmbito 2 diminuíram 12% face ao ano anterior, apesar do efeito das crises energéticas vividas nos dois últimos anos.

A nossa abordagem estratégica nos processos de eficiência energética e os investimentos em energia renovável produzida ou adquirida através de contratos *green*, como os Contratos de Aquisição de Energia e as Garantias de Origem, têm sido a principal razão para este desempenho positivo.

## Em 2023 a energia renovável aumentou 10% em termos homólogos

Em 2023, o consumo consolidado de energia aumentou 4% em termos homólogos, principalmente devido ao aumento da presença nos escritórios e à expansão dos negócios, apesar de todos os esforços para ganhos de eficiência energética, como otimização de processos, revisões de manutenção, auditorias energéticas e atualizações de equipamentos.

No entanto, mantivemo-nos comprometidos com a transição para energias renováveis, com 52,3 MWp de capacidade instalada em painéis fotovoltaicos e um aumento de 30% em termos homólogos na produção de energias renováveis. O consumo de energia renovável produzida representa 7% do consumo total de eletricidade. Para atingir os objetivos dos nossos *roadmaps* de descarbonização, a evolução da nossa produção de energia, juntamente com os contratos *green* de energia, contribuíram para atingirmos 40% de energia renovável no total da eletricidade consumida.

### MC e Sierra a contribuem para a transição energética

Em 2023, a **MC** deu continuidade ao Projeto "Fórum da Energia" destinado a promover iniciativas orientadas para a otimização energética. O trabalho realizado permitiu à empresa implementar um guia de recomendações práticas para as lojas, melhorar os sistemas de controlo do consumo de energia e acelerar a instalação de centrais de energia renovável, entre outras iniciativas. A MC criou a iniciativa "Fórum da Energia" em 2022 para acelerar a execução do seu *roadmap* de descarbonização.

Por outro lado, a MC continua a investir na expansão dos parques fotovoltaicos. Em 2023, foram instaladas e estão em funcionamento 264 centrais, o que representou um crescimento de 22 novas centrais face a 2022, e um parque fotovoltaico com uma potência instalada de cerca de 52 MWp.

### *Tech to Zero* e programa Bright da Sierra

A Sierra criou o *Tech to Zero*, uma solução que oferece uma abordagem inovadora e integrada à gestão de edifícios para alcançar a neutralidade carbónica, melhorar a eficiência operacional e a experiência do cliente através da implementação de tecnologia de ponta.

Desde 2013, a Sierra tem também o programa Bright para reduzir os custos de energia e melhorar a pegada carbónica dos ativos imobiliários. Em 2022, foi lançado o Bright 2.0, sendo alargado à maioria das propriedades do portefólio de investimento, incluindo auditorias especializadas e iniciativas de monitorização do desempenho, com atualizações técnicas baseadas em tecnologia de ponta.

No final de 2023, foram implementadas 31 medidas, o que representa um potencial de eficiência energética de 3 % em relação à base de referência de 2019, de um total de 33 % de potencial de eficiência energética identificada em 150 medidas. Isto equivale a €902 mil de poupança de consumo implementada face a um total de €6,5m no total de todas as medidas ou 44,5 GWh.

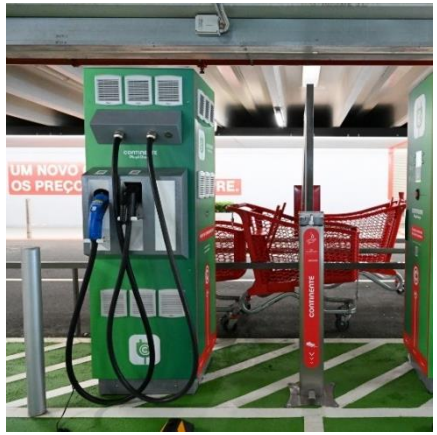
### Agir ativamente para a redução das emissões de GEE de âmbito 3

Em relação às **emissões de âmbito 3**, o nosso portefólio continuou a focar-se no mapeamento das categorias mais relevantes, reconhecendo a natureza complexa do rastreamento das informações da cadeia de valor. Neste contexto, continuamos a trabalhar para melhorar os cálculos para as diferentes categorias e estamos a implementar medidas para definir os nossos *roadmaps* de redução. Em 2023, as emissões de âmbito 3 representaram 5,94m t $CO_{2e}$, uma redução de 6% face ao ano anterior[7], devido ao nosso esforço de relacionamento com os fornecedores para a descarbonização da sua cadeia de valor e também para promover os produtos mais eficientes energeticamente para os clientes. Dada a natureza das atividades do nosso portefólio, as categorias mais representativas são "Bens e serviços comprados" e "Uso de produtos vendidos", com um peso de 82% e 15%, respetivamente.

**_Plug&Charge_ da MC**

A rede *Plug&Charge* da MC para veículos elétricos está a crescer em todo o país, oferecendo aos clientes uma melhor experiência de compras que inclui convenientes postos de carregamento de automóveis.

Esta rede em expansão dobrou o número de utilizadores em 2023. Atualmente a rede *Plug&Charge* conta com 254 postos em 69 lojas, tornando-se assim uma importante rede de carregamento em Portugal continental.



### 2. Valorizar a biodiversidade e a água

GRI 3-1 | 3-2 | 3-3 | 303-3 | 303-5 | 304-1

**Progressos decisivos no nosso caminho para contribuir para travar e reverter a perda de biodiversidade até 2030 e melhorar a proteção e a eficiência da utilização dos recursos hídricos.**

Em resposta à necessidade urgente de travar e reverter a perda de biodiversidade, estamos dar passos decisivos para abordar os impactos e as pressões das atividades dos nossos negócios nos ecossistemas naturais e contribuir para a sua conservação e regeneração. Para tal, a Sonae continua ativamente envolvida no *Corporate Engagement Program of the Science-Based Objectives Network* (SBTN) desde o seu lançamento em 2020, colaborando no desenvolvimento de metodologias e ferramentas para definir objetivos alinhados com a ciência para os nossos negócios. Isso envolve uma análise completa das atividades da nossa cadeia de valor, identificando e quantificando os principais fatores de perda de biodiversidade nos nossos negócios.

Como parte deste compromisso, e em paralelo com o desenvolvimento dos métodos SBTN (primeira versão lançada em maio de 2023) e da *Taskforce on Nature-related Financial Disclosures* (orientações da TNFD, lançadas em setembro de 2023), estão em curso esforços para quantificar os principais impactos. As conclusões preliminares, considerando tanto as operações diretas (principalmente o desenvolvimento e gestão de infraestruturas) como a cadeia de abastecimento, indicam que a principal pegada das atividades de negócio deverá estar associada às atividades a montante, em que a extração e produção das principais matérias-primas podem ter fortes impactos nos ecossistemas naturais através da conversão do uso do solo, poluição e utilização da água, mas também em todos os processos de transformação subsequentes até aos produtos que utilizamos e comercializamos.

[7] Este valor considera, para a MC, apenas a categoria 1 em 2022 e 2023, incluindo todas as categorias para as outras empresas. No processo de validação da SBTi, em 2023 a MC foca-se na categoria 1, uma vez que representa mais de 67% das emissões de âmbito 3. De 5 em 5 anos, será realizada uma nova avaliação, para assegurar a consistência com a ciência climática e as melhores práticas.

Em relação á **utilização de recursos hídricos**, temos testado metodologias delineadas pelo SBTN, com um foco específico na avaliação da definição das metas hídricas do SBTN, incluindo reduções no consumo e poluição orgânica (nitrogênio e fósforo).

Desde 2021, a nossa parceria com o SBTN tem sido fundamental para melhorar a rastreabilidade de questões relacionadas com a água. Em 2023, mantivemo-nos comprometidos em promover estes esforços, investindo na melhoria dos nossos mecanismos de monitorização, controlo e otimização de processos. Esta abordagem proactiva procura também antecipar o nosso desempenho em linha com os novos requisitos regulamentares.

Para além disso, em 2023, começamos a calcular o impacto da água na cadeia de valor dos nossos negócios. Mais especificamente, esta iniciativa começou com operações diretas, mas pretende estender-se a toda a cadeia de valor e aos processos de fabricação de produtos, priorizando áreas de maior risco de *stress* hídrico. Monitorizamos e reportamos a utilização de água, enquanto desenvolvemos um compromisso abrangente relacionado com a água, reconhecendo o seu papel crítico nos ecossistemas e no bem-estar. Adicionalmente, envolvemo-nos ativamente na conservação e regeneração da biodiversidade através de ações no terreno, projetos e iniciativas externas para gerar resultados positivos.



**Clube de Produtores Continente (CPC) da MC**

Em 2023, o CPC celebrou o seu 25º aniversário. Esta iniciativa de longo-prazo prossegue a sua missão de apoiar os produtores nacionais e promover as melhores práticas de produção, como uma dimensão estratégica que permite oferecer produtos mais frescos nas lojas MC, reduzindo o impacto ambiental e melhorando o bem-estar das comunidades locais, oferecendo novos negócios e oportunidades económicas. A MC tem estado envolvida de forma próxima com cada membro, proporcionando-lhes formação e oportunidades para partilhar experiências e encontrar novas parcerias. Em 2023, **83 produtores** participaram na Academia CPC.



Em 2023, esta dedicação traduziu-se na compra de €570m de produtos nacionais certificados, mais 10% em termos homólogos, contando com cerca de 340 produtores, e atingindo cerca de 11.350 hectares de terrenos agrícolas e 34% do total das compras alimentares da MC.
Estas iniciativas abrangem várias áreas, tais como melhores práticas de produção, embalagens e soluções nutricionais.

Por exemplo, o **Programa de Agricultura Regenerativa**, que através de um protocolo de cultivo, inclui um conjunto de ferramentas de diagnóstico e apoia a tomada de decisão para os produtores, para garantir melhores condições de solo, salvaguardar a nutrição das plantas e gerir a água disponível, foi alargado a 7 produtores em 2023.

Para além disto, o **Programa de Agroecologia**, foi criado para apoiar 23 produtores a estabelecer um plano de ação para suas quintas com base em 3 fatores-chave: Água, Biodiversidade e Carbono (ABC).

**Jardim do Plaza Mayor da Sierra**



Em 2023, os jardins sustentáveis no centro comercial Plaza Mayor, gerido pela Sierra, foram anunciados como vencedores da categoria Melhor Ação de Sustentabilidade nos Prémios AECC 2023. O Plaza Mayor tem certificações ISO 14001, OHSAS 18001, BREEAM IN-Use (classificação de "Muito Bom" para o Edifício e "Excelente" para a Gestão de Edifícios) e de acessibilidade (*Global Accessibility Standard* UNE 170001-2).

Desde 2010, o centro começou a substituir as plantas do jardim por espécies nativas que promovem o aumento da biodiversidade local e requerem menos rega.

Nesta sequência diminui-se a utilização de tratamentos químicos agressivos e incluíram-se arbustos e árvores que servem de alojamento para insetos necessários para o jardim. Para além disto, foram instalados jardins verticais com rega automatizada e a água utilizada para rega é reciclada através de um sistema de tratamento e recirculação, reduzindo o seu consumo.

A dedicação do Plaza Mayor resultou em: 78% de redução no consumo de água desde 2004; redução de 44% no consumo de eletricidade desde 2006; e um aumento de 542% (70p.p.) na taxa de reciclagem desde 2007.

## Assegurar Zero Desflorestação – o nosso progresso

O progresso do nosso compromisso de Zero Desflorestação, adotado em junho de 2022, foi avaliado considerando o período de janeiro a dezembro de 2022. Em linha com o *Carbon Disclosure Project*, o progresso do compromisso de Zero Desflorestação foi avaliado para os produtos de marca própria relacionado com as matérias-primas de gado, soja, óleo de palma e madeira.

Em termos globais, o progresso atual neste âmbito (MC, Worten e Zeitreel) é de 58% considerado livre desflorestação (com os critérios matérias-primas adquiridas com ausência de risco de país ou de desflorestação através de um esquema de certificação relevante por uma entidade terceira (ex. FSC, RSPO)). Quando não estão disponíveis informações essenciais (como o país de origem), presume-se que as matérias-primas estão potencialmente a contribuir para a desflorestação e desencadeiam novos esforços de envolvimento com os fornecedores para melhorar e aumentar a rastreabilidade. Para a Sierra, como não foram desenvolvidas novas infraestruturas ou expansões em países de risco florestal, não ocorreu conversão/deterioração da floresta natural, seguindo as diretrizes da IFC.

**Floresta Sonae – um projeto com uma evolução significativa em 2023**



O projeto Floresta Sonae expressa o compromisso de todas as empresas Sonae em proteger a natureza e restaurar a biodiversidade, contribuindo para compensar a sua pegada carbónica, relativamente a algumas emissões inevitáveis, aumentando o armazenamento de carbono nas florestas.

Em 2023, mais de 70 hectares integraram este projeto e aproximadamente 88 mil árvores nativas foram doadas.

Desde o início do projeto foi possível reflorestar um total de 269 hectares e a floresta foi conservada e gerida de forma a diminuir o risco de incêndio, reforçando a proteção das comunidades locais.

## 3. Promover a circularidade

GRI 3-1 | 3-2 | 3-3 | 301-3 | 306-3

### Promover a circularidade em todo o portefólio

A Sonae mantém-se também focada no prolongamento do **ciclo de vida dos materiais e produtos**, contribuindo para uma utilização mais eficiente dos recursos, e inovando em novas formas de modelos de consumo e de produção ao longo da cadeia de valor. Assim, em 2023, as empresas do portefólio mantiveram-se ativas ao longo das suas cadeias de abastecimento e através das suas atividades na procura de soluções e serviços inovadores que promovam a economia circular, como por exemplo:

**MC e Worten promovem circularidade**

**Re]cycle, [Re]style, [Re]born, [Re]use, Refill spot by Continente and ecospots**
A MC inovou na abordagem circular com vários serviços e produtos em segunda mão, incluindo as iniciativas [Re]cycle para bicicletas, [Re]style para vestuário, [Re]born para artigos de puericultura e [Re]use para ferramentas elétricas, abrangendo mais de 150 tipos diferentes de produtos em três lojas-piloto. A iniciativa Refill Spot, solução automatizada de vendas a granel de produtos como alimentos secos, detergentes e alimentos para animais, registou mais de 4.400 transações. Em 2023, a MC implementou também um sistema de recolha de cápsulas de café nas suas lojas de retalho alimentar, nos ecospots disponíveis.

**Worten Resolve**
A Worten, independentemente do local onde os clientes tenham adquirido os produtos, disponibiliza um serviço completo de reparação – RESOLVE – que contribui para prolongar a vida útil dos equipamentos eletrónicos. Existem dois planos de subscrição (*Tech* e *Home*). O plano Tech engloba uma subscrição mensal e garante assistência técnica a dispositivos informáticos, *smartphones*, pequenos eletrodomésticos e consolas, incluindo serviço de diagnóstico, configuração e *setup*, assistência técnica remota e enchimento de cartuchos, entre outros serviços, disponíveis em todo o país e 24 horas por dia, 7 dias por semana. O plano *Home* consiste em planos de serviços de assistência técnica para eletrodomésticos que garantem conforto, comodidade e segurança através de uma rede de prestadores altamente qualificados. Os serviços de reparação na loja também estão disponíveis para pequenos dispositivos de TI. Através da venda de produtos recondicionados, serviços de reparação e produtos do Reuse, a Worten recondicionou mais de 154 mil artigos e gerou cerca de €51m em vendas de produtos/serviços circulares em 2023.

### Gestão de resíduos em 2023

As empresas do nosso portefólio também estão comprometidas em adotar uma abordagem abrangente para a gestão de resíduos, abordando questões-chave ambientais, como geração de resíduos, descarte de plástico e resíduos eletrónicos. O nosso foco é aumentar a valorização dos resíduos, com o objetivo de desviar dos aterros uma percentagem significativa dos resíduos. Em 2023, os nossos negócios atingiram uma taxa de 85% de resíduos enviados para reciclagem, reutilização ou outras formas de valorização de resíduos.

**Gestão de resíduos na MC e Sierra**

A **MC** tem trabalhado para garantir uma gestão de resíduos mais inteligente e assertiva. Os esforços são complementados por mecanismos para acelerar o fluxo de produtos e minimizar o desperdício de alimentos, como as caixas Zer0% desperdício e rótulos rosa que focam na venda de itens próximos à data de validade, mas em perfeitas condições de consumo, bem como por iniciativas de reutilização e redistribuição de alimentos, através do programa de doação de excedentes alimentares.

Os mecanismos de aceleração do fluxo de produtos e o programa de doação de excedentes alimentares permitiram evitar cerca de €65,7m de desperdício, o que representou um crescimento de €12m face a 2022.

Em 2023, a Sierra realizou estudos de caracterização de resíduos num conjunto de ativos com o objetivo de identificar materiais valiosos dentro de fluxos de resíduos indiferenciados para impulsionar a otimização nos processos de recuperação de recursos e aumentar a taxa de reciclagem.

Como resultado de iniciativas de melhoria da gestão de resíduos, cerca de 70% dos seus ativos têm processos em vigor para separar resíduos orgânicos para compostagem ou digestão anaeróbia.

**Gerir o plástico na nossa cadeia de valor**

Na Sonae, estamos comprometidos em priorizar os princípios de eco-design para embalagens dos produtos de marca própria, com o objetivo de potenciar a sustentabilidade na nossa cadeia de abastecimento. Como parte do nosso compromisso de fazer parte da solução, envolvemos *stakeholders* nesta cadeia para trabalhar coletivamente para reduzir o uso de plástico a montante, adaptando as operações para minimizar o uso de plástico e promovendo o uso e descarte responsáveis de plástico para os nossos clientes.

A utilização de plástico em 2023 aumentou 14% em termos homólogos. Uma análise mais granular mostra que as embalagens representaram 64,4%, os produtos 31,2% e as operações 4,5% do uso total de plástico.

A utilização de plástico nas embalagens (marca própria) aumentou 30,6% em termos homólogos, o que não pode ser dissociado do aumento do volume de vendas (em alguns casos, produtos com maior peso de plástico nas suas embalagens) e do impacto de uma maior profundidade no número de unidades de produtos mapeadas. No entanto, refletindo os esforços dos nossos negócios a Sonae na escolha de materiais e em toda a cadeia de abastecimento, a utilização de plástico nos produtos dos nossos negócios (têxteis, equipamentos elétricos e eletrónicos e não alimentares) e nas operações reduziram 6% e 15% em termos homólogos, respetivamente.

Embora tenha havido um aumento na utilização de embalagens de plástico, em termos de incorporação de plástico reciclado em novas embalagens de produtos de marca própria mantivemos o nível de 14% em 2023, destacando-se os progressos substanciais alcançados pelo portefólio no sentido do compromisso público de tornar as embalagens de plástico dos produtos de marca própria 100% reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis até 2025, com a reciclabilidade das embalagens a aumentar de 80% para 87% em 2023, segundo a matriz da Sociedade Ponto Verde.

Este aumento deveu-se aos esforços transformadores na abordagem da embalagem orientada pelos princípios do eco-design, durante o desenvolvimento das embalagens, incluindo critérios de seleção de materiais, redução de tamanho, minimização de embalagens desnecessárias e incorporação de materiais reciclados e recuperados.




Em relação a esta meta, estamos a chegar a uma fase em que é reconhecido globalmente o quão ambiciosa é a sua realização. É urgente dispor de soluções viáveis por parte da indústria líder para abordar a fase final da reciclabilidade das embalagens de plástico, como as embalagens flexíveis multimateriais.

Além disso, é crucial garantir que os sistemas de recolha, triagem e reciclagem também acompanham este desenvolvimento, garantindo que as embalagens recicladas que, por vezes, apesar de serem recicláveis, não são atualmente recicladas, numa perspetiva de *upcycling* (por exemplo, copos de poliestireno). Estamos a monitorizar ativamente e a envolver-nos com os principais atores deste ecossistema para identificar soluções e fazer parte dos pioneiros na condução dessa mudança.

Seguindo o mesmo caminho em 2023, a Gosh!, com sede no Reino Unido, primeiro investimento da Sparkfood em soluções alimentares saudáveis e sustentáveis, finalizou o mapeamento da sua utilização de embalagens. Esta análise abrangeu plásticos e papelão, bem como embalagens primárias e de transporte. Em 2023, cerca de 80% das embalagens primárias eram recicláveis. Para a Gosh! a ambição é converter para embalagens primárias 100% recicláveis, reutilizáveis ou compostáveis.

**Gerir os impactos das nossas embalagens de plástico das nossas marcas próprias em conjunto com os nossos fornecedores**

Para minimizar os resíduos de plástico e prevenir o seu impacto nocivo nos ecossistemas marinhos e na vida selvagem, nós, na Sonae, priorizamos a redução do uso de plástico nos nossos produtos de marcas próprias, onde podemos ter a maior influência. As nossas empresas do portefólio estão por detrás desta responsabilidade com iniciativas e investimentos na mudança de embalagens primárias que agilizam todo o processo com colaboração e co-inovação com os fornecedores.

Um exemplo vem da Worten para uma das nossas próprias marcas de cabos HI-fi e TI, que até 2023 a embalagem utilizada era uma combinação de plástico PET (polietileno tereftalato) e cartão. Em 2023, trabalhando com nosso parceiro identificámos uma nova solução, conseguimos fazer a transição para embalagens 100% papelão reduzindo três toneladas de PET para este segmento.

Adicionalmente, para a MC a embalagem é um fator fundamental no desenvolvimento dos produtos de marca própria, afetando o seu transporte, armazenamento e conservação e influenciando diretamente na qualidade e prazo de validade dos seus produtos. Para o efeito, a MC criou um Manual de Embalagem sustentável para as suas marcas próprias e exclusivas a considerar no processo de desenvolvimento ou alteração de embalagens primárias que delineia princípios fundamentais:

- minimizar embalagens desnecessárias,
- otimizar dimensões e peso, garantindo a preservação do produto e a funcionalidade da embalagem,
- priorizar materiais reciclados em detrimento de materiais virgens, sempre que possível; e
- focar na reciclabilidade, privilegiando os monomateriais para facilitar a reciclagem.

Este "guia de boas práticas" tem como principal objetivo tornar as embalagens de marcas próprias e exclusivas, como a marca Continente, mais sustentáveis, inovadoras e informativas para o cliente. Para garantir a sua compreensão e adoção, foi criado um curso de formação para colaboradores e fornecedores de MC.

Adicionalmente, em 2023, a MC continuou a progredir na eliminação do plástico problemático ou redução da pegada de plástico, substituindo as embalagens de produto de marca própria por outros plásticos recicláveis e/ou papel/cartão. Os iogurtes líquidos e o arroz de marca própria são dois excelentes exemplos deste esforço da MC em reduzir a sua pegada de plástico.




O Continente, foi um dos primeiros retalhistas portugueses a eliminar as tampas de plástico dos seus iogurtes líquidos de marca própria, representando a oportunidade de poupar cerca de 100 toneladas de plástico por ano, reduzindo assim a quantidade deste material em 15% nas cerca de 69 milhões de garrafas de iogurte líquido vendidas por ano.

Em 2023, as embalagens de arroz de marca própria Continente foram também substituídas por papel, permitindo reduzir o uso de 61 toneladas de plástico. O Continente foi pioneiro tendo sido o primeiro retalhista a eliminar o plástico nas embalagens de arroz.



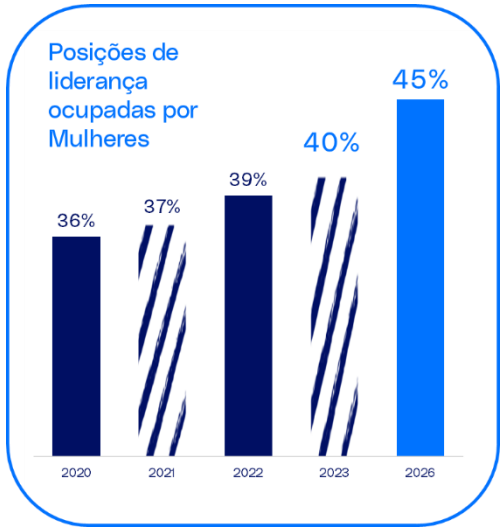
## 4. Potenciar o desenvolvimento humano

GRI 2-7 | 3-1 | 3-2 | 3-3 | 404-1 | | 405-1 | 413-1

### Equipa diversificada e satisfeita

Em 2023, a força de trabalho da Sonae manteve-se nos 48 mil colaboradores, com 65% da força de trabalho total constituída por mulheres, a maior parte da nossa equipa está sediada em Portugal (95%) e a grande maioria (77%) tem contrato permanente. Em termos de diversidade etária, no final de 2023, empregamos 38% das pessoas com menos de 30 anos, 47% dos 30 aos 50 anos e 15% com 50 anos ou mais.




Respeitar as diferentes raças, etnias, línguas, costumes e nacionalidades é crucial para o desenvolvimento da sociedade. Como empresa multinacional, a Sonae reconhece que contextos culturais diversificados contribuirão para uma história coletiva e ambição futura. Assim, no final de 2023, 5% dos colaboradores da Sonae eram de nacionalidade não portuguesa.

**Em 2023, atingimos 40% dos cargos de liderança ocupados por mulheres.**

Como acreditamos verdadeiramente num local de trabalho inclusivo, onde a diversidade contribui para uma equipa mais inovadora e qualificada, desde 2021 que temos vindo a implementar a iniciativa "Pessoas com a diferença" com os principais parceiros e associações. Através desta iniciativa, pretendemos recrutar pessoas com deficiência. No final de 2023, a Sonae tinha 375 colaboradores com deficiência.

Em 2023, a Sonae lançou dois *Employee Resource Groups* (ERGs) focados na dimensão LGBTQIA+, um deles foi lançado a nível corporativo, com o intuito de impactar todos os colaboradores da Sonae, e o outro foi criado na MC, garantindo uma aproximação aos seus colaboradores. O objetivo é o mesmo para ambos: promover um local de trabalho inclusivo, melhorar a experiência dos funcionários e também aumentar a consciencialização e fortalecer a aliança. Estes ERGs são grupos voluntários liderados por colaboradores dentro da Sonae que reúnem indivíduos com características ou interesses partilhados, criando um ambiente seguro para discutir, aprender e partilhar experiências, ao mesmo tempo que acolhem atividades que promovem o envolvimento da comunidade e a consciência cultural. A campanha de lançamento do Grupo ERG ficou marcada por um convite a todos os colaboradores da sede da Sonae para criarem um mural da diversidade, expressando o seu compromisso em cultivar um ambiente onde todos se sintam valorizados, respeitados e capacitados para trazerem todo o seu eu para o trabalho.

Consciente da influência que o enviesamento inconsciente tem nos processos de tomada de decisão, a Sonae tem um programa de formação transversal dedicado a este tema, com o objetivo de fomentar o princípio da não discriminação, dotando os colaboradores de conhecimentos, ferramentas e estratégias que lhes permitam reconhecer a importância da diversidade e inclusão e os benefícios de tais práticas para a organização. Este programa de formação visa ajudar os indivíduos a compreender, controlar e minimizar os seus

preconceitos, levando a um local de trabalho mais respeitoso, seguro e diversificado. Este é um programa de *e-learning* obrigatório para todos os colaboradores do grupo, e já faz parte do Programa de Formação *Onboarding*.

**Abraçar a diversidade - MC**

A **MC** lançou um programa destinado a envolver ativamente indivíduos com deficiências cognitivas e transtornos mentais nas suas lojas. Este esforço envolveu várias etapas, com foco principal na oferta de contratos de trabalho seguros a estes indivíduos, distinguindo-o como uma iniciativa de *onboarding* e não como um programa de estágio.

Em colaboração, a **MC** reformulou o seu processo de recrutamento, avaliando proativamente a acessibilidade das lojas com antecedência e refinou a abordagem de seleção, incorporando "entrevistas no terreno", conforme necessário, e sessões de formação personalizadas para líderes e equipas. Uma política foi implementada para garantir que cada nova contratação fosse atribuída a pelo menos um tutor interno. Além disso, a MC redefiniu o dia de integração e o quadro das condições de trabalho, como o início com um horário de trabalho fixo que excluía os fins de semana para facilitar uma transição mais suave para a força de trabalho. A MC forneceu supervisão e suporte contínuos às lojas durante todo o projeto de seis meses, apresentando ativamente histórias de integração bem-sucedidas.
Mais de 80% dos colaboradores acolhidos na equipa, no âmbito deste programa, já têm contratos permanentes. O sentimento de pertença às equipas aprofundou-se e os líderes desenvolveram novas competências, particularmente no domínio da liderança inclusiva.

**Liderança Inclusiva - Worten**

Reconhecendo a importância que os líderes têm como embaixadores e promotores do DEI, a Worten realizou um *workshop* para diretores executivos entregarem e implementarem um plano abrangente e de longo prazo baseado na compreensão, aceitação e endosso dos líderes da empresa.
Na sequência deste Workshop, foram realizadas sessões individuais para apresentar os resultados, compreender a perspetiva e garantir o compromisso. A iniciativa foi implementada com formação especializada a todos os líderes com as ferramentas para comunicar conceitos de forma eficaz e realizar exercícios adaptados às respetivas dinâmicas de equipa. No final da formação, os líderes foram convidados a implementar atividades dentro das suas equipas, seguindo-se uma reunião subsequente para trocar ideias abertamente (líder a líder) para partilhar experiências, principais conclusões, melhores práticas a adotar e procurar ajuda na resolução de quaisquer desafios.

## Progressão na carreira dos nossos colaboradores

Pretendemos promover a progressão na carreira dos nossos colaboradores, investindo no desenvolvimento baseado no mérito e com vários programas de requalificação e *upskilling*.

Os programas de formação foram revistos para chegar a um maior número de colegas, utilizando uma abordagem mais personalizada, aumentando 6,8% em termos homólogos (total de aprox. 1,1 milhões de horas) para cerca de 53 mil participantes nas sessões de formação. Continuaremos a investir no desenvolvimento de competências dos nossos colaboradores, para melhorar continuamente o seu desempenho e encontrar novas oportunidades profissionais. O sistema baseado no mérito reconheceu o potencial de 24 mil (52%) colegas com promoções. A Sonae considera que a requalificação e o *upskilling* mudam a vida e capacitam as pessoas e são uma parte importante da solução para a evolução das exigências do mercado de trabalho. Além de trabalhar através de parcerias público-privadas e parcerias industriais, esforçamo-nos para proporcionar um ambiente de aprendizagem contínua e para oferecer oportunidades de formação, requalificação e melhoria de competências aos nossos colaboradores. Estamos inscritos em várias iniciativas que têm sido cruciais para o sucesso:

**Requalificar e melhorar as competências das nossas pessoas**

**Sonae Academy** - academia corporativa acessível a todos os colaboradores, que oferece formação em gestão e liderança, produtividade e desenvolvimento pessoal, estratégia, criatividade e inovação**.**

**Qualifica Center** – é uma iniciativa de aprendizagem ao longo da vida desenvolvida pela Sonae e pelo Governo Português que visa reconhecer as competências dos colaboradores e atribuir-lhes certificações. Através desta iniciativa, os nossos colaboradores podem aumentar as suas qualificações e, simultaneamente, adquirir certificações e diplomas oficiais**.**

'**#EuEscolhoAprender**' – é um programa de *upskilling* e requalificação com o objetivo de preparar os colaboradores do negócio de retalho alimentar da Sonae para o futuro. Está a desenvolver e a formar >6.000 colaboradores por ano para as competências do futuro (Liderança; Competências interpessoais e empatia; Literacia e Programação Digital; Análises; Pensamento crítico e tomada de decisão)

**Programas inovadores** – Estabelecemos parcerias com programas educativos inovadores, como o Escola 42, para aprender com programas novos e disruptivos.

Em 2023, **a Sonae foi reconhecida como uma das melhores empresas para trabalhar em Portugal** pelo Magma Studio. Este prémio destaca os valores e expectativas dos jovens profissionais em início de carreira, solidificando a posição da Sonae como um dos empregadores mais desejados.

**Acreditamos também que a formação e a educação desempenham um papel crucial na construção da resiliência e autonomia das pessoas e comunidades**, ajudando a mitigar as desigualdades e a erradicar a pobreza nas suas várias formas.

Sendo um grupo diversificado, a Sonae vê a mobilidade interna como um impulsionar do crescimento do grupo para fomentar o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores. O grupo quer potenciar carreiras e percursos que proporcionem aos colaboradores acesso a experiências diversas.

A Sonae tem características únicas e é capaz de oferecer diferentes experiências, nos seus vários negócios e geografias, desafiando os seus colaboradores a serem donos do seu percurso, explorando um ecossistema onde podem fazer uma carreira significativa a longo prazo, impulsionados pelas suas motivações e interesses, e apoiados pelos seus líderes, como facilitadores do desenvolvimento humano e patrocinadores na identificação e aceleração de talento, desempenhando um papel decisivo na construção destes caminhos. Durante 2023, 10% (c.4,5mil vs 4,7mil em 2022) das nossas pessoas estiveram envolvidas em programas de mobilidade interna em todas as empresas do portefólio.

**“Dar asas ao talento” - MC**

Através do programa "Dar asas ao talento", a MC incentiva as pessoas a descobrirem oportunidades internas e a mudarem de funções, permitindo que todos aproveitem ao máximo cada momento da sua carreira profissional. Paralelamente, os líderes são incentivados a assumir o papel de facilitadores, promovendo a exposição a novas experiências profissionais, desenvolvendo novas competências e valorizando a carreira de cada um. A empresa facilita o acesso a todas as suas oportunidades internas através da App "*Better Together*" e da rede social interna "*Workplace* MC", onde partilha regularmente testemunhos.

**O nosso apoio à comunidade continua a aumentar, incluindo programas educacionais e de inovação**

Em termos de apoio comunitário, em 2023, a Sonae aumentou o seu investimento nas comunidades para 33 milhões de euros, +4% em termos homólogos. Este investimento incluiu um apoio em espécie de 31 milhões de euros, nomeadamente pela redução do desperdício alimentar através da doação de excedentes alimentares, beneficiando famílias portuguesas em situação de vulnerabilidade. Também apoiamos 1.676 organizações em 2023. Esta expansão do apoio reflete o nosso compromisso em maximizar o impacto das nossas ações, alcançando mais pessoas necessitadas.

Este investimento nas nossas comunidades resulta do nosso ADN e cultura empresarial, com a Responsabilidade Social profundamente integrada. Acreditamos firmemente em retribuir à sociedade para fomentar o desenvolvimento e a prosperidade, alinhado com a nossa missão de criar valor social, e uma forma de o fazer é apoiando vários projetos com o objetivo de construir um futuro melhor para todos.

Ao longo do tempo, esta iniciativa evoluiu, culminando num *rebranding* no final de 2022, resultando no programa **Sonae For All**. Este é o nosso programa de Responsabilidade Social Corporativa, através do qual investimos em diversos projetos sociais e comunitários em três principais áreas de intervenção: investimento social na educação; voluntariado; e resposta a emergências sociais.

Sonae For all

## Educação

Através do Sonae For All, esforçamo-nos para transformar vidas, capacitar comunidades e liderar iniciativas educativas significativas que moldam um futuro melhor para todos.

Na Sonae reconhecemos que a Educação é o mais poderoso catalisador para o desenvolvimento social e económico da nossa sociedade. Assim, os nossos projetos de educação implementados em 2023 impactaram mais de 360 mil pessoas.

Em 2023, **a Sonae lançou a 1ª edição do Prémio Sonae Educação**, uma iniciativa que visa promover projetos inovadores e inclusivos com um impacto significativo na melhoria do acesso e da qualidade do ensino em Portugal, contribuindo para eliminar e mitigar desigualdade e fatores de exclusão social.

Com mais de 400 candidaturas, os vencedores foram: Instituto NoCode, uma plataforma digital que visa requalificar e relançar carreiras em risco pela economia digital, e o EKUI, um projeto que visa eliminar barreiras na comunicação linguística.

Os prémios foram anunciados no ***Innovators Forum***, uma iniciativa lançada pela Sonae para a partilha de conhecimento sobre áreas críticas que impactam diretamente a sociedade, em particular nas áreas onde a Sonae está a investir e a desenvolver competências, sempre com uma visão de futuro.




A Sonae estabeleceu também parcerias de longo prazo que se focam no acesso das crianças e jovens à educação, partilhando a visão da Sonae de que todas as crianças têm direito a uma educação que lhes permita atingir todo o seu potencial.

Nomeadamente através da:

(i) Ensico, que promove a educação de ciências informáticas e desde o início do projeto, em 2020, já impactou mais de 3 mil estudantes;

(ii) Empreendedores pela Inclusão Social *(EPIS*) que coordena ativamente um programa de potencialização do sucesso académico e de promoção de oportunidades de desenvolvimento social mais inclusivo. Desde 2013, o programa já impactou 396 estudantes, incluindo 38 no ano letivo de 2022/2023;

*(iii) Junior Achievement,* uma organização dedicada à promoção de competências de cidadania, de literacia financeira, empreendedorismo e de empregabilidade. Nos 17 anos da nossa parceria, já impactamos mais de 33 mil estudantes, envolvendo mais de 16 mil horas de voluntariado dos membros das equipas da Sonae

(iv) *Tech for Portugal*, que tem como missão criar um movimento de líderes excecionais comprometidos com a redução das desigualdades educacionais e capazes de transformarem a realidade dentro e fora da sala de aula. Desde 2019, já impactamos 12,7 mil estudantes, incluindo 1,6 mil em 2023; e

(v) 42 Porto, uma escola de programação sem aulas, horários e gratuita, financiada por patrocinadores como a Sonae que em 2023 impactou mais de mil estudantes.

No contexto da Missão Continente a MC foi pioneira no lançamento da Escola Missão Continente:

### Missão Continente – MC

Missão Continente celebra a sua jornada de 20 anos como plataforma central para todas as iniciativas de responsabilidade social da marca, fortalecendo a sua posição como pilar essencial na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

As suas três principais áreas de ação são definidas como Alimentação, Pessoas e Planeta, demonstrando uma abordagem abrangente que aborda as dimensões social e ambiental.

Em 2023, foi lançada a primeira edição do Relatório de Impacto da Missão Continente, que apresenta o envolvimento da Missão Continente com a comunidade em vários aspetos em termos de filantropia para investimento social, mas também destaca os progressos realizados, as mudanças promovidas e o impacto gerado ao longo desta jornada, na promoção do bem-estar social, da nutrição sustentável e dos cuidados ambientais.




Ao longo dos anos, a Missão Continente tem alinhado as suas ações com a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Isto envolve não só iniciativas internas, mas também a participação em campanhas e projetos externos que contribuam para um impacto positivo mais amplo.

A Sonae está consciente da necessidade urgente de incentivar a aprendizagem ao longo da vida e a **requalificação** das pessoas, colaborando com os nossos parceiros e comunidades e contribuindo para a educação e formação de trabalhadores e desempregados.

> "Requalificação é algo que temos que fazer ao longo da vida."
>
> Cláudia Azevedo,
> Davos 2024

Neste contexto, orgulhamo-nos de apoiar o programa europeu *R4E - Reskilling for Employment* e o programa nacional semelhante *PRO_MOV*, ambos focados na requalificação de pessoas para os empregos do futuro. Internamente, a MC lidera a *iniciativa #I Choose to Learn* (*#EuEscolhoAprender*), focada no *upskilling* dos colaboradores do negócio de retalho alimentar e baseada numa estratégia de aceleração da aprendizagem com iniciativas de autoaprendizagem.

Atualmente, lideramos também o programa PRO_MOV, um programa nacional promovido no âmbito da *European Reskilling 4 Employment Initiative* (R4E), criada pela *European Round Table for Industry* (ERT), promovendo a colaboração de mais de 70 empresas portuguesas de diferentes setores para lutar pela requalificação de pessoas em situação de subemprego com uma qualificação e/ou experiência profissional inadequada às atuais e emergentes mudanças e necessidades de um mercado de trabalho em profunda transformação.

Com 7 laboratórios em ação: Digital, *Green Jobs*, Saúde, Indústria, Agricultura, Vendas e Business Intelligence, os resultados são um passo promissor para reforçar o compromisso da Sonae em promover uma força de trabalho resiliente e adaptativa.

Para a Sonae o apoio à educação é um investimento fundamental no desenvolvimento sustentável das comunidades onde opera.

Estamos comprometidos em capacitar e requalificar todas as gerações através do conhecimento e das oportunidades de educação que proporcionamos aos nossos parceiros.

### Voluntariado e resposta a emergências sociais

Para criar impacto positivo e sustentável nas comunidades que servimos, promovemos regularmente atividades de voluntariado para todos os colaboradores da Sonae, abordando temas como Animais, Ambiente, Educação, Saúde e Populações Vulneráveis. Com mais de 160 iniciativas de voluntariado, cerca de 1.300 colaboradores da Sonae participaram ativamente em ações de voluntariado em cerca de 2023, contribuindo com o seu tempo (5.187 horas de trabalho voluntário) e competências para causar um impacto positivo. Desde 2022, a *Sonae For All* expandiu o seu alcance, através da iniciativa Sonae For Ukraine para dar resposta a emergências sociais. A *Sonae For Ukraine* desempenhou um papel fulcral no apoio a mais de 7 mil pessoas, fornecendo bens essenciais, apoiando centros de acolhimento e promovendo a integração profissional de refugiados ucranianos em Portugal.




## 1.7.3. Perspetivas futuras

A economia global enfrenta desafios decorrentes das tensões geopolíticas, preocupações climáticas e avanços tecnológicos. Por um lado, a atividade económica pode revelar algum abrandamento, com os bancos centrais a procurarem equilibrar o crescimento, com as preocupações em termos de sustentabilidade e inflação. Por outro lado, a tecnologia impulsiona a inovação e exige adaptabilidade. A política também terá um papel importante em 2024, uma vez que, após as eleições gerais em Portugal, teremos eleições para o Parlamento Europeu e para a Presidência dos EUA, todas com potencial impacto significativo nas perspetivas futuras dos nossos principais negócios. Neste contexto desafiante, flexibilidade, colaboração e uma abordagem voltada para o futuro são essenciais para navegar nas incertezas e aproveitar as oportunidades que surjam.

Durante o ano de 2024, a Sonae estará focada no crescimento, proporcionando às empresas do seu portefólio as condições para o seu sucesso nos respetivos mercados e integrando as empresas recém-adquiridas, nomeadamente a Musti, a BCF Life Sciences na Sparkfood e a Druni na MC. Estes investimentos constituem passos importantes para a ambição da Sonae de construir um portefólio mais internacional e preparado para o futuro.



# Lideramos com impacto

através de um governo corporativo de excelência

# 2 Relatório de Governo da Sociedade

**2.1. Parte I:** Estrutura acionista, Organização e Governo Societário
**2.2. Parte II:** Avaliação do Governo Societário
**2.3. Parte III:** Relatório sobre Remunerações
2.4. Anexo



# 2.1. Parte I: Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário

## A. Estrutura Acionista

### I. Estrutura do Capital Social

### 1. Estrutura do Capital Social

O capital social da Sonae – SGPS, S.A. (doravante “Sonae” ou “Sociedade”) é de 2.000.000.000 de euros, integralmente subscrito e realizado, dividido em 2.000.000.000 de ações ordinárias, nominativas, com o valor nominal unitário de um (1) euro. A distribuição do capital social e respetivos direitos de voto pelos(as) acionistas titulares de participações qualificadas encontra-se discriminada no ponto II.7. A totalidade das ações representativas do capital social está admitida à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

### 2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das ações

As ações da Sonae não têm qualquer restrição quanto à sua transmissibilidade ou titularidade.

## 3. Ações Próprias

A 31 de dezembro de 2023, a Sociedade detinha 70.272.539 ações próprias em carteira, representativas de 3,514% do capital social, e a que corresponderia igual percentagem de direitos de voto.

## 4. Impacto da alteração de controlo acionista da Sonae em acordos significativos

Não existem acordos celebrados pela Sociedade que contenham cláusulas com o objetivo de constituírem medidas defensivas à alteração do seu controlo acionista, nem que cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição. A maioria do capital social da Sociedade é imputada a uma única sociedade acionista.

## 5. Medidas defensivas em caso de mudança de controlo

Não foram adotadas quaisquer medidas defensivas.

## 6. Acordos parassociais

O Conselho de Administração desconhece a existência de quaisquer acordos parassociais tendo por objeto a Sociedade.

# II. Participações sociais e valores mobiliários detidos por membros dos órgãos de administração e fiscalização

## 7. Participações qualificadas

Participações qualificadas no capital da Sociedade, refletidas a 31 de dezembro de 2023, por referência ao art.º 16.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, bem como a percentagem de capital e de votos imputáveis e a fonte e causas da imputação, calculados nos termos do artigo 20.º do CVM, em cumprimento do artigo 29-H do CVM:

| Acionista | Nº de ações | % Participação no capital | % Capital social e direitos de voto* | % Direitos de voto passíveis de exercício** |
|---|---|---|---|---|
| Efanor Investimentos, SGPS, S.E. (I) | | | | |
| Diretamente | 200.100.000 | 10,0050% | 10,0050% | 10,3693% |
| Através da Pareuro, BV (sociedade dominada pela Efanor Investimentos, SGPS, S.E.) | 849.533.095 | 42,4767% | 42,4767% | 44,0235% |
| Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (administradora da Efanor Investimentos, SGPS, S.E.) | 14.901 | 0,0007% | 0,0007% | 0,0008% |
| Através de Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (administradora da Sonae, SGPS, S.A. e da Efanor Investimentos, SGPS, S.E.) | 1.017.900 | 0,0509% | 0,0509% | 0,0527% |
| Através de Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (administrador da Sonae, SGPS, S.A. e da Efanor Investimentos, SGPS, S.E.) | 1.318.819 | 0,0659% | 0,0659% | 0,0683% |
| Através de Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (administrador da Sonae, SGPS, S.A. e da Efanor Investimentos, SGPS, S.E.) | 1.007.523 | 0,0504% | 0,0504% | 0,0522% |
| Através da Migracom, S.A. (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e da Sonae, SGPS, S.A., Duarte Paulo Teixeira de Azevedo) | 4.221.599 | 0,2111% | 0,2111% | 0,2188% |
| Através da Linhacom, SGPS, S.A. (sociedade dominada pela administradora da Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e da Sonae, SGPS, S.A., Maria Cláudia Teixeira de Azevedo) | 189.314 | 0,0095% | 0,0095% | 0,0098% |
| Através da Enxomil - Consultoria e Gestão, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e da Sonae, SGPS, S.A., Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério) | 2.021.855 | 0,1011% | 0,1011% | 0,1048% |
| Através da Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e da Sonae, SGPS, S.A., Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério) | 662.987 | 0,0331% | 0,0331% | 0,0344% |
| Através de Carlos António Rocha Moreira da Silva (administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e da Sonae, SGPS, S.A.) | 50.000 | 0,0025% | 0,0025% | 0,0026% |
| **Total imputável à Efanor Investimentos, SGPS, S.E.** | **1.060.137.993** | **53,0069%** | **53,0069%** | **54,9372%** |
| Criteria Caixa, S.A.U. | 100.018.273 | 5,0009% | 5,0009% | 5,1830% |
| **Total imputável a Criteria Caixa, S.A.U.** | **100.018.273** | **5,0009%** | **5,0009%** | **5,1830%** |

Fonte: últimas comunicações recebidas dos titulares de participações qualificadas dirigidas à Sociedade por referência a 31 de dezembro 2023

(I) A Efanor Investimentos, SGPS, S.E. deixou, com efeitos a 29 de novembro de 2017, de ter um acionista de controlo nos termos e para os efeitos dos arts. 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários

* Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto nos termos da alínea b) do n.º3 do artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários

**Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto cujo exercício não está suspenso

## 8. Número de ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentado nos termos do nº 5 do art.º447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC)

Divulgação do número de ações e de outros valores mobiliários emitidos pela Sociedade que sejam detidos por membros dos órgãos de administração e fiscalização ou por dirigentes, bem como por pessoas com estas estreitamente relacionadas nos termos do artigo 29.º-R do Código dos Valores Mobiliários, e descritivo das transações efetuadas sobre os referidos valores mobiliários no decurso do exercício em análise.

| | Data | Aquisições | | Alienações | | Saldo em 31.12.2023 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Número de ações | Preço médio (€) | Número de ações | Preço médio (€) | Posição em 31.12.2023 | Número de ações |
| **Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*) (**) (***)** | | | | | | | |
| Efanor Investimentos, SGPS, SE (1) | | | | | | Minoritário | |
| Migracom, SA (3) | | | | | | Dominante | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | | 1.318.819 |
| Compra | 03/04/2023 | 195.767 | 1,005 | | | | |
| **Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (*) (**)** | | | | | | | |
| Enxomil - Consultoria e Gestão, SA (6) | | | | | | Dominante | |
| Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA (7) | | | | | | Dominante | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | | 1.007.523 |
| **Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (**)** | | | | | | | |
| Efanor Investimentos, SGPS, SE (1) | | | | | | Minoritário | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | | 14.901 |
| **Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (*) (**) (***)** | | | | | | | |
| Efanor Investimentos, SGPS, SE (1) | | | | | | Minoritário | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | | 1.017.900 |
| Linhacom, SGPS, SA (5) | | | | | | Dominante | |
| **Carlos António Rocha Moreira da Silva (*) (**)** | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | | 50.000 |
| **Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh (*)** | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | | 112.300 |
| **João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores (*)** | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | | 158.149 |
| Compra | 03/04/2023 | 91.974 | 1,005 | | | | |
| **João Nonell Gunther Amaral (*)** | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | | 356.658 |

| | Data | Aquisições | | Alienações | | | Saldo em 31.12.2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Quantidade | Valor Md. (€) | Quantidade | Valor Md. (€) | Posição em 31.12.2023 | Quantidade |
| **(1) Efanor Investimentos, SGPS, SE** | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | | 200.100.000 |
| Pareuro, BV (2) | | | | | | Dominante | |
| **(2) Pareuro, BV** | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | | 849.533.095 |
| **(3) Migracom, SA** | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | | 4.221.599 |
| Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4) | | | | | | Minoritária | |
| **(4) Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA** | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | | 5.398.465 |
| **(5) Linhacom, SGPS, SA** | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | | 189.314 |
| Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4) | | | | | | Minoritária | |
| **(6) Enxomil - Consultoria e Gestão, SA** | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | | 2.021.855 |
| **(7) Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA** | | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | | 662.987 |

* administrador da Sociedade
** administrador da Efanor Investimentos SGPS, SE (sociedade direta e indiretamente dominante) (1)
*** administrador da sociedade Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)

## 9. Competência do Conselho de Administração em sede de aumentos de capital

O Conselho de Administração não tem competência para deliberar sobre esta matéria, sendo uma competência exclusiva da Assembleia Geral de Acionistas.

## 10. Relações significativas de natureza comercial entre os(as) titulares de participações qualificadas e a Sociedade

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os (as) titulares de participações qualificadas e a Sociedade.

# B. Órgãos Sociais e Comissões

## I. Assembleia Geral

As Assembleias Gerais de Acionistas são conduzidas pela Mesa da Assembleia Geral cujos membros são eleitos(as) pelos(as) acionistas para um mandato de quatro anos coincidente com o mandato dos demais órgãos sociais.

## a. Composição da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas

## 11. Identificação e Mandato dos membros da Mesa da Assembleia Geral

Na Assembleia Geral de 2023 foram eleitos para membros da Mesa, para o mandato 2023-2026:

| Mesa da Assembleia Geral | |
|---|---|
| Carlos Manuel de Brito do Nascimento Lucena | Presidente |
| Maria Daniela Farto Baptista Passos | Secretária |

## b. Exercício do direito de voto

## 12. Restrições em matéria de direito de voto

### 12.1 Limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações

O capital social da Sociedade é representado, na sua totalidade, por uma única categoria de ações, ordinárias, correspondendo a cada ação um voto. Não existem quaisquer limitações estatutárias ao exercício do direito de voto. O bloqueio das ações não é condição de participação na Assembleia Geral, sendo a “Data de Registo” o momento relevante para a comprovação da qualidade de acionista e para o exercício dos correspondentes direitos de participação e votação em Assembleia Geral, em conformidade com o disposto no número 1 do artigo 23.º-C do CVM. A “Data de Registo” é também o momento temporal relevante para a participação e votação dos(as) acionistas que a título profissional detenham ações em nome próprio, mas por conta de clientes.

### 12.2. Representação

O direito de voto por representação e o seu modo de exercício encontram-se descritos nas respetivas convocatórias das Assembleias Gerais, em observância da lei e dos Estatutos.

Os(as) acionistas podem fazer-se representar na Assembleia Geral mediante documento de representação escrito, dirigido e enviado ou entregue ao(à) Presidente da Mesa da Assembleia Geral até ao início dos trabalhos (ou, participando na Assembleia Geral por via

telemática, no prazo estabelecido na respetiva convocatória), que contenha o nome, o domicílio do(a) representante e a data da reunião da Assembleia Geral, podendo, para o efeito, ser utilizado o endereço de correio eletrónico disponibilizado pela Sociedade.

Um(a) acionista pode nomear diferentes representantes relativamente às ações detidas em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo do princípio da unidade de voto, nos termos do artigo 385.º do Código das Sociedades Comerciais, e da votação em sentido diverso permitida aos(às) acionistas que, a título profissional, detenham ações em nome próprio mas por conta dos(as) clientes.

Dentro dos prazos legais estabelecidos, a Sociedade disponibiliza informação adequada para que os(as) acionistas que pretendam ser representados, forneçam instruções de voto aos(às) seus(suas) representantes, através da divulgação das propostas a serem submetidas à Assembleia Geral e de um modelo de carta de representação, todos disponíveis no website da Sociedade (https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/)

## 12.3. Voto por correspondência

Os(as) acionistas podem votar por correspondência em todas as matérias sujeitas à apreciação da Assembleia Geral. Sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade acionista, serão considerados os votos por correspondência recebidos na sede da Sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção dirigida ao(à) Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou por via eletrónica, com pelo menos três dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia. A declaração de voto deverá, no caso de ser enviada através de carta registada, ser assinada pelo(a) titular das ações, ou pelo(a) seu(sua) representante legal, devendo o(a) acionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia certificada do seu documento de identificação nacional ou de passaporte, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, com a redação introduzida pela Lei n.º 32/2017, de 1 de junho ou, alternativamente, conter a mesma declaração a assinatura reconhecida nos termos legais aplicáveis, e, se pessoa coletiva, ser a assinatura do representante legal, pessoa física, reconhecida com menção da qualidade e poderes para a prática do ato. No caso de a declaração de voto ser enviada por via eletrónica, deverá a mesma obedecer aos requisitos determinados pelo(a) Presidente da Mesa na convocatória da respetiva Assembleia Geral, tendo em vista assegurar equivalente segurança e fiabilidade.

Compete ao(à) Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao(à) seu(sua) substituto(a), verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

## 12.4. Voto eletrónico

O voto eletrónico encontra-se disponível na modalidade de voto por via eletrónica e a sua forma de exercício é definida na convocatória da Assembleia Geral, sendo disponibilizado, em https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/, um formulário destinado à solicitação dos elementos técnicos necessários para o seu exercício.

A Assembleia Geral Anual realizada a 28 de abril de 2023, teve lugar com recurso a meios telemáticos, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 6 do artigo 377.º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 24.º Estatutos da Sociedade, atendendo à expressiva participação acionista em Assembleia Geral realizada por meios telemáticos verificada nos últimos anos.  O Presidente da Mesa da Assembleia Geral incentivou os(as) senhores(as) acionistas à participação através da emissão de voto por correspondência eletrónica, tendo colocado à disposição dos(as) mesmos(as) todos os meios necessários para o efeito, assegurado a verificação de autenticidade e garantia de confidencialidade, bem como fornecido aos(as) acionistas toda a informação solicitada e atinente à sua participação.

# 13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um(a) único(a) acionista ou por acionistas que com aquele(a) se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art.º 20.º do CVM

Não existe qualquer limitação estatutária ao exercício do direito de voto.

## 14. Quórum Deliberativo

Nos termos estatutários, a Assembleia Geral só pode deliberar em primeira convocação se estiverem presentes ou representados(as) acionistas que detenham mais de cinquenta por cento (50%) do capital social.

Em segunda convocação, a Assembleia Geral pode deliberar independentemente do número de acionistas presentes ou representados e do capital social que representem.

O quórum deliberativo da Assembleia Geral está em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.

# II. Administração e supervisão

## a. Composição

## 15. Identificação do modelo de governo adotado

A Sociedade adota um modelo de governo monista, cuja estrutura de administração é atribuída ao Conselho de Administração e a estrutura de fiscalização composta pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os negócios da Sociedade, praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, determinar a orientação estratégica da Sociedade e proceder à designação e supervisão da atuação da Comissão Executiva e das comissões especializadas por ele constituídas.

O Conselho de Administração considera que o modelo de governo adotado se demonstra adequado ao exercício das competências de cada um dos órgãos sociais, assegurando, de forma equilibrada, quer a sua independência, quer o funcionamento do respetivo interface. Adicionalmente, as comissões especializadas, adstritas a suportar o Conselho de Administração em matérias de especial relevância, maximizam a qualidade da performance do órgão de administração, reforçando a excelência do seu processo decisório.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal eleitos para o mandato 2023-2026, foram avaliados ao abrigo da Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização aprovada na Assembleia Geral Anual realizada a 30 de abril de 2021, a qual se encontrava em vigor à data da respetiva eleição.

A Política em vigor está disponível no website da Sociedade (https://www.sonae.pt/fotos/ag/04._proposta_efanor_ag2023_politica_selecao_179902176464 2c01f32f68e.pdf) constituindo a proposta número quatro, apresentada e aprovada na referida Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023. A referida política, é orientada pela afirmação de diversos princípios estruturantes, incluindo quanto à diversidade, que aqui se transcrevem:

*"1. Finalidade da Política*

*Os candidatos a membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sonae – SGPS, S.A. (doravante a "Sonae" ou a "Sociedade") devem ser selecionados através de processos de seleção transparentes que objetivamente avaliem a sua adequação, individual e coletiva, tendo em conta as competências legais e estatutárias do órgão que irão integrar e, se aplicável, a natureza executiva ou não executiva e âmbito do respetivo pelouro funcional. Nos processos de seleção devem ser, em particular, observados critérios de meritocracia e de diversidade de composição, com particular atenção à igualdade entre homens e mulheres, para maximização da capacidade de desempenho do órgão e equilíbrio da respetiva composição, de acordo com as melhores práticas de mercado e o enquadramento legal e recomendatório aplicável.*

*2. Critérios de Mérito Individual*

*2.1. Experiência. O perfil do candidato deve evidenciar experiência no exercício de cargos com a senioridade necessária à avaliação e desafio dos gestores mais seniores do Grupo e cujas valências possam aduzir um contributo pertinente para a definição da estratégia corporativa do Grupo e das suas principais subsidiárias. Na avaliação da adequação do perfil do candidato*

*deve ser considerada a sua prévia experiência na participação em processos de decisão complexos, sob condicionantes de tempo e de densidade de temáticas, que evidenciem a resiliência e perseverança da sua clareza de propósito, capacidade de análise, e capacidade de comunicação.*

*2.2. Competência. Os candidatos devem possuir conhecimentos especializados de setores de atividade, mercados e geografias de relevante atuação da Sonae ou competências técnicas especialmente importantes de forma a que o Conselho, no seu conjunto, tenha inequivocamente a capacidade de identificação e avaliação da envolvência estratégica e dos fatores de risco da atividade do Grupo. Os candidatos devem assumir o compromisso de consistentemente manterem os seus conhecimentos atualizados e ajustados a um elevado nível de excelência, por forma a, a cada momento, estarem habilitados, conforme o perfil das suas funções, a implementar, supervisionar e desafiar a estratégia e políticas do Grupo.*

*2.3. Independência e Integridade. No processo de seleção do candidato deve ser considerado um perfil de atuação que assegure credibilidade, lealdade e transparência no cumprimento tempestivo dos deveres fiduciários em alinhamento material com as boas práticas de governo e com os valores e princípios éticos da Sonae. O perfil dos candidatos deve evidenciar a capacidade de exercício de funções com isenção, sentido crítico, autonomia e independência.*

*2.4. Disponibilidade. Na avaliação da adequação deve ser valorizada a disponibilidade para a afetação do tempo adequada ao cabal exercício da função e das suas responsabilidades.*

*3. Requisitos de Composição Coletiva do Órgão*

*3.1. Complementaridade. A composição do órgão deve assegurar a complementaridade dos perfis dos candidatos para maximização do nível de desempenho do coletivo do órgão, no cumprimento das respetivas funções legais e estatutárias em todas as áreas relevantes de atuação.*

*3.2. Diversidade. No processo de seleção de candidatos aos órgãos de administração e de fiscalização deverá ser tendencialmente promovida, na medida do adequado e proporcional às competências particulares do órgão em questão, a diversidade da sua composição, considerando, entre outros fatores, a nacionalidade, as habilitações académicas e o background profissional. A composição dos órgãos societários deverá, em qualquer caso e a todo o tempo, cumprir a diversidade de género imposta pela lei e enquadrada no quadro recomendatório vigente.*

*3 3. Conflitos de Interesses. O órgão de administração e o órgão de fiscalização definirão os procedimentos internos em matéria de prevenção e atuação em situação de conflitos de interesses ou de incompatibilidade de exercício de funções, em observância das boas práticas de governo e dos princípios legais aplicáveis.*

*3.4. Representatividade de membros independentes. O Conselho de Administração deverá incluir um número adequado de membros não-executivos independentes, considerando as recomendações do código de governo societário adotado pela Sonae.*

*3.5. Regras particulares do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal deverá na sua composição, quer em qualificações profissionais, quer em diversidade de género, quer na representatividade de membros independentes, respeitar os preceitos legais aplicáveis em cada momento em vigor.*

*4. Responsabilidade pela Avaliação.*

*A responsabilidade pela avaliação da adequação dos candidatos a membros para integrar o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal a eleger em Assembleia Geral caberá ao acionista ou acionistas proponentes, ou, a solicitação do acionista ou acionistas proponentes, à Comissão de Vencimentos com as competências constantes do art.º 399.º do Código das Sociedades Comerciais.*

*A responsabilidade pela avaliação da adequação dos membros a integrar o Conselho de Administração por via de cooptação, nos termos legais aplicáveis, compete ao Conselho de Administração, o qual pode, se o entender, suportar a sua deliberação em proposta da Comissão de Nomeação, nos termos do que se encontrar estabelecido no Regulamento do Conselho de Administração e no Regulamento da Comissão de Nomeação, disponíveis em www.sonae.pt, sem prejuízo da submissão da cooptação realizada a ratificação pela primeira Assembleia Geral de Acionistas seguinte, nos termos do n.º 4 do art.º 393.º do Código das Sociedades Comerciais.*

*A responsabilidade pela avaliação da adequação e independência do Revisor Oficial de Contas, bem como a proposta do membro a eleger, é da exclusiva competência do Conselho Fiscal, nos termos da lei."*

No Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, cuja composição se descreve nos pontos 17 e seção III, a), infra, a proporção de membros de cada sexo respeita os limiares referidos no artigo 5.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

Adicionalmente, a Sociedade tem vindo a aprovar, desde 2019, um Plano para a Igualdade de Género, aplicável aos colaboradores e membros dos órgãos sociais do Grupo, cujo teor pode ser consultado em https://www.sonae.pt/fotos/governo_sociedade/sonaeplanoigualdadegenero2024_1824310012650346b8b84a4.pdf.

A diversidade e a experiência profissional dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal encontram-se descritas no Anexo ao presente Relatório.

## 16. Regras estatutárias de designação e de substituição dos(as) administradores(as)

Nos termos da lei e dos Estatutos, os(as) Administradores(as) são eleitos(as) pela Assembleia Geral para integrar o Conselho de Administração.

Nos termos estatutários admite-se que um(a) Administrador(a) possa ser eleito(a) individualmente se existirem propostas subscritas por acionistas que possuam, isoladamente ou em conjunto com outros(as) acionistas, ações representativas de entre dez a vinte por cento do capital social. O(a) mesmo(a) acionista não pode subscrever mais do que uma lista. Cada proposta deverá conter a identificação de, pelo menos, duas pessoas elegíveis. Se existirem várias propostas subscritas por diferentes acionistas ou grupos de acionistas, a votação incidirá sobre o conjunto das listas.

Os Estatutos estabelecem, em conformidade com a lei, que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer Administrador(a), que não o(a) Administrador(a) eleito(a) ao abrigo da regra das minorias (caso em que se procederá a nova eleição), o Conselho de Administração providenciará a sua substituição por via de cooptação, ficando esta designação sujeita a ratificação pelos(as) acionistas na Assembleia Geral seguinte.

No âmbito do exercício do poder de cooptação do Conselho de Administração, a Comissão de Nomeação é responsável pela identificação de potenciais candidatos(as) ao cargo de Administrador(a) com o perfil adequado ao exercício das funções de administração e em conformidade com a Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização aprovada.

A falta definitiva, por qualquer motivo, de Administrador(a) eleito(a) ao abrigo das regras especiais acima descritas, determina a obrigação de uma nova eleição pela Assembleia Geral.

Compete ao Conselho de Administração designar o(a) seu(sua) Presidente.

## 17. Composição do Conselho de Administração

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração pode ser composto por um número par ou ímpar de membros, entre um mínimo de três (3) e um máximo de treze (13), eleitos pelos(as) acionistas em Assembleia Geral, tendo o(a) Presidente do Conselho de Administração voto de qualidade.

Na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023, foram eleitos(as) os membros para integrar o Conselho de Administração no mandato 2023-2026, que atualmente tem a seguinte composição:

| Conselho de Administração | Primeira nomeação | Fim do presente mandato |
|---|---|---|
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | 2000 | 2026 |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | 2000 | 2026 |
| José Manuel Neves Adelino | 2007 | 2026 |
| Marcelo Faria de Lima | 2015 | 2026 |
| Carlos António Rocha Moreira da Silva | 2019 | 2026 |
| Fuenciscla Clemares | 2019 | 2026 |
| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh | 2019 | 2026 |
| Eve Alexandra Henrikson | 2023 | 2026 |
| Maria Teresa Ballester Fornes | 2023 | 2026 |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | 2019 | 2026 |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores | 2019 | 2026 |
| João Nonell Günther Amaral | 2023 | 2026 |

A 14 de novembro de 2023, Margaret Lorraine Trainer, que também havia sido eleita membro do Conselho de Administração na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023, apresentou a renúncia ao cargo de Administradora Não-Executiva do Conselho de Administração, tendo sido substituída por cooptação, na mesma data, por Maria Teresa Ballester Fornes.

## 18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração

| Conselho de Administração | |
|---|---|
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | Presidente Não Executivo |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | Administrador Não Executivo |
| José Manuel Neves Adelino | Administrador Não Executivo Sénior (“Lead Director”) |
| Marcelo Faria de Lima | Administrador Não Executivo Independente |
| Carlos António Rocha Moreira da Silva | Administrador Não Executivo |
| Fuencisla Clemares | Administradora Não Executiva Independente |
| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh | Administrador Não Executivo Independente Sénior (“SID Director”) |
| Eve Alexandra Henrikson | Administradora Não Executiva Independente |
| Maria Teresa Ballester Fornes | Administradora Não Executiva Independente |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | CEO – Presidente da Comissão Executiva |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores | CFO – Administrador Executivo |
| João Nonell Günther Amaral | CDO – Administrador Executivo |

A composição do Conselho de Administração obedece a um equilíbrio coletivo entre o número de Administradores(as) Executivos(as) e Não Executivos(as) e, entre estes, a um adequado número de membros independentes. Esta composição satisfaz a dimensão, a natureza e complexidade dos negócios desenvolvidos pela Sociedade e pelo Grupo, bem como os riscos aos mesmos inerentes, e é garante de uma competente supervisão, monitorização e avaliação da atividade dos membros executivos do Conselho de Administração.

O Administrador José Manuel Neves Adelino reúne as condições que permitem a sua qualificação como Administrador independente à luz das disposições legais e critérios estabelecidos pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários no ponto 18.1 ao Anexo II do Regulamento 4/2013, ao abrigo do qual é elaborado o presente Relatório de Governo. Todavia, não reúne todos os requisitos impostos pela Recomendação IV.2.4 do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance* (“IPCG”), na sua revisão de 2023, para ser classificado como independente, em virtude, exclusivamente, de

exercer, há mais de doze (12) anos, funções inerentes ao cargo de membro do Conselho de Administração.

De acordo com as melhores práticas de governo societário e em cumprimento do estabelecido no nº 3 do artigo 1.º do Regulamento do Conselho de Administração, o Conselho de Administração, na sua reunião de 9 de maio de 2023, designou o Administrador José Manuel Neves Adelino como Administrador Não Executivo Sénior ("Lead Director"). Em 16 de maio de 2023, o Conselho de Administração nomeou o Administrador Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh como Administrador Independente Sénior ("SID Director"). Em continuidade com o modelo consistentemente praticado pela Sociedade, estes membros não executivos, no contexto das respetivas responsabilidades atribuídas pelo Conselho de Administração e enquanto, respetivamente "Lead Director" e "SID Director", facilitam o desempenho das funções dos(as) demais Administradores(as) Não Executivos(as), ao promoverem:

- A coordenação, de acordo com as melhores práticas de governo societário, do exercício das funções dos(as) Administradores(as) Não Executivos(as), quer no seio do Conselho de Administração, quer nas respetivas comissões especializadas deste órgão de que fazem parte, garantindo-se, assim, a existência de condições reforçadas para o exercício das suas competências de forma independente e informada;
- A existência de um adequado e tempestivo fluxo de informação a prestar pela Comissão Executiva, através do cumprimento dos procedimentos de reporte estabelecidos;
- A observância de um procedimento de divulgação atempada da informação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias dos restantes órgãos sociais e comissões, garantindo a disponibilização das convocatórias, atas e documentação de suporte às decisões tomadas;
- A concretização da missão da Comissão de Ética, da qual é Presidente o Administrador Não Executivo Sénior ("Lead Director").

## 19. Qualificações profissionais e elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração

Os elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração em exercício encontram-se no Anexo a este Relatório.

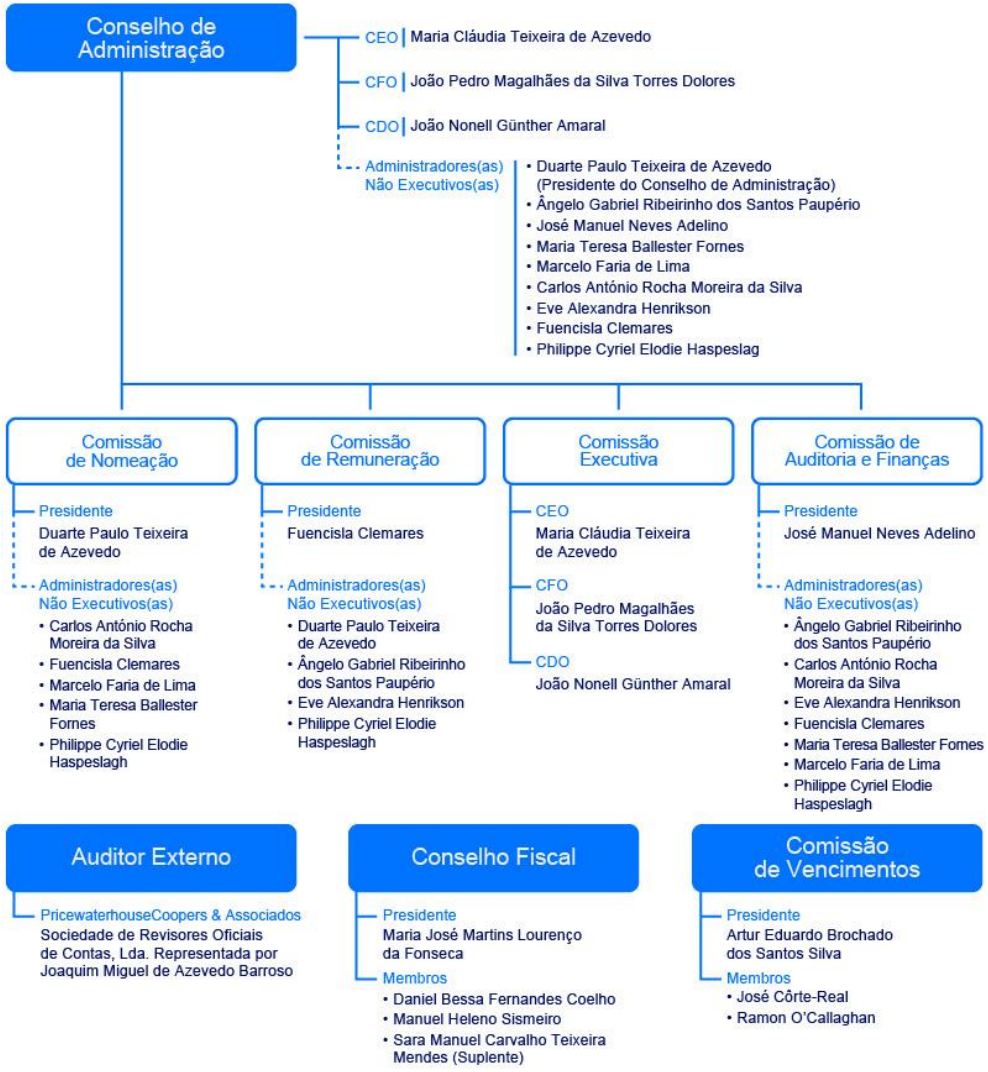
## 20. Relações familiares, profissionais e comerciais, habituais e significativas, de membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada

O Presidente do Conselho de Administração, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, e a Presidente da Comissão Executiva, Maria Cláudia Teixeira de Azevedo, são irmãos, acionistas e membros do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.E., sociedade a quem é imputado o controlo da maioria do capital social e dos direitos de voto da Sonae. Os Administradores Não Executivos Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério e Carlos António Rocha Moreira da Silva são ambos Administradores da Efanor Investimentos, SGPS, S.E..

Para além das acima identificadas e de acordo com as declarações individualmente prestadas, não existem quaisquer outras relações familiares, profissionais e comerciais, habituais e significativas, entre acionistas titulares de participações qualificadas dos direitos de voto e os demais membros do Conselho de Administração.

## 21. Repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo delegação de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade

As competências foram repartidas entre os vários órgãos sociais nos termos que se descrevem:




A estrutura corporativa é assessorada pelas seguintes direções corporativas:




## Assessoria Jurídica e Governo Corporativo

Principais responsabilidades:

- Apoio legal ao órgão de administração;
- Acompanhar a evolução do enquadramento legal e regulatório aplicável e dos respetivos riscos;
- Apoio legal ao Centro Corporativo e às suas áreas;
- Apoio legal à atividade da Sonae e gestão de portefólio;

- Relação com a Euronext Lisbon, com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e com os(as) acionistas no âmbito de temas legais;
- Gestão legal da política do Governo das Sociedades, com vista ao cumprimento das melhores práticas;
- Coordenação da partilha de experiências e conhecimento em matéria de governo das sociedades e de outras questões legais dentro do Grupo;
- Participação ativa em fóruns de discussão promovidos por entidades supervisoras e/ou entidades emitentes;
- Apoio legal transversal nos projetos de M&A (*mergers and acquisitions*).

## Assuntos Fiscais

Principais responsabilidades:

- Desenvolvimento, formação e partilha de competências fiscais;
- Apoio na definição das estruturas societárias, nomeadamente no apoio à internacionalização;
- Consultoria nas atividades de Fusões e Aquisições bem como às operações de reestruturação;
- Relações Institucionais, nomeadamente na gestão proativa das matérias fiscais;
- Otimização da eficiência fiscal, nomeadamente:
  - Controlo e monitorização de todos os procedimentos fiscais;
  - Garantia do cumprimento das obrigações fiscais;
  - Controlo de todos os grupos fiscais existentes;
  - Gestão dos dossiers de preços de transferência e da declaração financeira e fiscal por país (CBCR: *country by country report*);
  - Monitorização de todos os processos de litigação contra a Administração Fiscal;
- Apoio na implementação de processos de negócio com impactos fiscais.

## Auditoria Interna

Principais responsabilidades:

- Execução de auditorias aos processos mais relevantes dos negócios, auditorias de segurança alimentar e auditorias aos sistemas de informação do Centro Corporativo e dos Negócios de Retalho, Imobiliário (Sierra) e Gestão de Investimentos (Bright Pixel);
- Apoio operacional à Comissão de Coordenação de Auditoria da Sonae.

## Comunicação e Marca

Principais responsabilidades:

- Proteger a imagem e reputação geral da Sonae, em linha com o seu posicionamento e identidade visual;
- Comunicar eficazmente a mensagem, cultura e valores da Sonae para todos os *stakeholders*, internos e externos;
- Criar uma imagem unificada e consistente nos canais digitais da Sonae, com vista a estabelecer confiança com os *stakeholders* e fortalecer o reconhecimento da marca;
- Atuar como promotor da cultura corporativa e potenciar o vivenciar dos valores da Sonae;
- Desenvolver e implementar uma estratégia de ativismo corporativo para maximizar a criação de valor social de longo prazo, através de parcerias de impacto social, patrocínios e programas de voluntariado interno.

## Tesouraria e Finanças

Principais responsabilidades:

- Otimização da função financeira da Sociedade e dos negócios de retalho, através da proposta, implementação e controlo de políticas de riscos financeiros adequadas;
- Condução de todas as operações de financiamento da Sociedade e dos negócios de retalho;
- Negociação e contratação de produtos e serviços bancários para a Sociedade e para os negócios de retalho;
- Gestão de tesouraria, pagamentos e de meios de recebimento da Sociedade e dos negócios de retalho;
- Gestão dos diversos riscos financeiros da Sociedade e dos negócios de retalho;
- Elaboração de políticas de risco de crédito adequadas às características dos diversos negócios da Sonae;
- Apoio às diferentes áreas funcionais na alocação de capitais e gestão de riscos financeiros;
- Apoio nas operações de fusões, aquisições e desinvestimento;
- Apoio aos negócios da Sonae na execução de transações em mercados monetários, de taxa de juro, cambiais e de *commodities*;
- Apoio à Comissão de Finanças da Sonae;
- Suporte à elaboração do reporte financeiro e de monotorização dos principais riscos financeiros.

## Fusões e Aquisições

Principais responsabilidades:

- Desenvolvimento e execução de Fusões e Aquisições a nível corporativo e de unidade de negócio no grupo Sonae, incluindo apoio à gestão do portefólio corporativo;
- Assegurar a identificação, avaliação, *due diligence*, negociação e execução de aquisições, alienações e joint-ventures no grupo Sonae;
- Reforçar o *business networking* com os principais *players* da indústria e de M&A.

## Gestão de Risco

Principais responsabilidades:

- Promoção de uma cultura de sensibilização para o risco em toda a organização;
- Desenvolvimento da política de gestão de risco e assegurar que esta se mantém atualizada;
- Desenvolvimento, implementação, revisão e manutenção de processos e metodologias de gestão de risco;
- Acompanhamento das atividades de gestão de risco e do seu reporte;
- Colaboração na identificação dos riscos críticos e acompanhamento do seu desenvolvimento e da implementação de indicadores de risco e de ações de mitigação;
- Apoio aos negócios no desenvolvimento de processos de resposta aos riscos, nomeadamente planos de contingência e de continuidade dos negócios;
- Apoio operacional ao Grupo Consultivo de Gestão de Risco da Sonae.

## Melhoria Contínua – Centro de Competências (*IOW – Improving our Work)*

Principais responsabilidades:

- Desenvolver o Sistema de Melhoria Contínua da Sonae (IOW);
- Desenvolver e disponibilizar formação IOW para todos os negócios da Sonae, em boas práticas de gestão IOW;
- Coordenar, desafiar, capacitar e suportar os responsáveis pela implementação e sustentação do IOW em todos os negócios e geografias da Sonae;

- Desafiar e aconselhar as lideranças dos negócios sobre a adoção de boas práticas de gestão IOW, tendo em vista a obtenção de resultados de classe mundial;
- Promover a partilha entre negócios de boas práticas de gestão, assim como celebrar casos com bons resultados;
- Coordenar a atividade do Grupo Consultivo IOW, propondo novas políticas e orientações sobre boas práticas para trabalhar melhor.

## Digital

Principais responsabilidades:

- Desafiar, aconselhar e acompanhar cada uma das empresas do universo Sonae no seu percurso de transformação digital:
  - Promovendo a reflexão sobre o futuro digital;
  - Fomentando a partilha de conhecimentos e melhores práticas internas e externas;
  - Estimulando o *networking* interno e externo;
  - Potenciando o contínuo desenvolvimento do talento digital, visando a preparação dos quadros das empresas Sonae para um presente e futuro cada vez mais digital;
  - Identificando oportunidades sobre negócios de base digital e potenciando o seu desenvolvimento.

## Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão

Principais responsabilidades:

- Apoio ao desenvolvimento da estratégia corporativa e dos negócios;
- Coordenação do processo anual de orçamento da Sonae e realização do controlo relativo à sua execução;
- Desafio aos negócios e áreas corporativas quanto aos objetivos a que se propõem de modo a constantemente melhorar e otimizar a eficiência dos negócios do grupo, a sua performance e resultados;
- Preparação da informação de gestão ao nível dos negócios, bem como ao nível consolidado, mensal, trimestral e anual;
- Suporte às decisões respeitantes à alocação de capital a negócios em curso e a novas oportunidades de negócio (responsabilidade pela análise do capital investido e respetivo retorno);
- Partilha de tendências, informação e melhores práticas entre os vários negócios e áreas corporativas;
- Monitorização, implementação e partilha de informação macroeconómica relevante para os vários negócios.

## *People and Leadership*

Principais responsabilidades:

- Liderar a função de Recursos Humanos, moldando ativamente a cultura do Grupo, a atitude de liderança e a sua *"Employee Value Proposal"*;
- Maximizar o valor no longo prazo das empresas do portefólio, garantindo que os negócios da Sonae se mantêm competitivos e que têm as competências necessárias no futuro, através da ativação e entrega, em articulação com as diferentes empresas do Grupo, das estratégias de gestão de talento, gestão de desempenho, desenvolvimento de pessoas, gestão de compensação e recompensas, experiência de colaborador e de diversidade, equidade e inclusão;
- Conduzir o futuro do Grupo Sonae em matéria de cultura e gestão de Talento, desafiando o presente e agindo como agente de mudança, encorajando um pensamento transformativo e criando uma cultura de aprendizagem contínua;
- Definir os princípios orientadores da estratégia de gestão de pessoas, bem como os seus processos chave, de forma a garantir uma leitura comum entre as diferentes empresas do Grupo, respeitando simultaneamente o nosso modelo organizacional descentralizado;

- Tutelar o Grupo Consultivo de Recursos Humanos de forma a garantir alinhamento entre as empresas do Grupo e que as nossas práticas de Recursos Humanos se mantêm consistentes com a respetiva estratégia;
- Apoio ao Conselho de Administração no sentido de assegurar condutas e comportamentos consistentes com os valores e cultura da Sonae.

## Relações com Investidores

Principais responsabilidades:

- Gestão da relação entre a Sonae e a comunidade financeira, nomeadamente com investidores e analistas, através de contactos e da contínua preparação e divulgação de informação relevante e atualizada sobre a empresa;
- Apoio ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, providenciando-lhes informação relevante sobre o mercado de capitais assim como *feedback* da comunidade financeira relativo à Sonae;
- Apoio à Comunicação Externa, contribuindo para o alinhamento da mensagem corporativa a ser difundida junto do mercado de capitais e dos órgãos de comunicação social.

## Relações Institucionais

Principais responsabilidades:

- Gerir e coordenar as relações institucionais da Sonae com o Governo, instituições europeias, entidades públicas, organizações não-governamentais;
- Desenvolver relações efetivas e de qualidade com *stakeholders* internos e externos, de forma a pro-ativamente, antecipar situações que representem potenciais oportunidades ou riscos para a atividade da Sonae, e promover estratégias de ação correspondentes;
- Representar a Sonae em Associações, Fóruns e eventos (nacionais e internacionais) e promover os temas estratégicos para o grupo.

## Sustentabilidade

Principais responsabilidades:

- Apoiar a Comissão Executiva na definição, implementação e monitorização da estratégia de sustentabilidade da Sonae;
- Coordenar a atividade do Grupo Consultivo de Sustentabilidade, enquanto plataforma de partilha, *networking*, desafiar e acelerar os resultados das empresas do Grupo Sonae;
- Coordenar a implementação de uma estratégia de sustentabilidade de modo a refletir essa estratégia em todos os negócios do Grupo;
- Criar, desenvolver e manter uma rede de conhecimento e experiência na área da sustentabilidade, visando posicionar a Sonae como uma referência nacional e internacional nesta área;
- Coordenar a consolidação das informações de gestão de sustentabilidade das empresas Sonae para efeitos do reporte de informação e comunicação;
- Representar a Sonae junto das entidades e fóruns relevantes (a nível nacional e internacional) e promover a consciencialização e conhecimento da sustentabilidade, interna e externamente.

### *Accounting & Business Solutions (ABS)*

Principais responsabilidades:

- Gestão eficaz e eficiente dos processos administrativos dos negócios de retalho e da Sonae, incluindo as seguintes áreas: Contas a Pagar; Contas a Receber; Contabilidade; e Consolidação de Contas
- Controlo e supervisão dos vários processos contabilísticos, registos e transações, garantindo a sua fiabilidade e o reporte atempado da informação financeira, fiscal e de gestão;
- Elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas das diversas empresas do Grupo.

## Transformação

Principais responsabilidades:

- Liderar iniciativas de transformação: liderar iniciativas que visam promover mudanças positivas dentro da Sonae, estendendo o seu impacto para além das fronteiras da organização. As principais áreas de atuação incluem:
  - Transformação Cultural: atuar como catalisador no processo de transformação cultural, de modo a posicionar estrategicamente a Sonae para os desafios das próximas décadas.
  - Requalificar Trabalhadores: apoiar programas de requalificação pensados para habilitar pessoas, promovendo a aprendizagem ao longo da vida, e facilitando a transformação das empresas rumo a um futuro mais sustentável.
- Colaborar com partes interessadas (*Stakeholders*): colaborar de modo efetivo com os *stakeholders* internos e externos à organização, de modo a estabelecer parcerias que reforcem o alcance e a efetividade das iniciativas de transformação.
- Contribuir como parceiro especializado: contribuir com *expertise* para iniciativas relevantes que possam beneficiar do conhecimento da equipa e de orientação em matéria de transformação cultural e iniciativas educacionais, de forma a assumir um papel de relevo na modulação de decisões estratégicas.
- Antecipação proativa de iniciativas: antecipar necessidades adicionais de iniciativas de transformação que tenham importância estratégica. Manter-se na vanguarda no que respeita à identificação de oportunidades emergentes para mudanças positivas.

A Sociedade criou igualmente as seguintes estruturas permanentes de coordenação e partilha de conhecimento, todas elas presididas por membros do seu Conselho de Administração:

## Comissão de Finanças e Tesouraria

A Comissão de Finanças e Tesouraria é composta por cada um(a) dos(as) Administradores(as) detentores do pelouro da área financeira, pelos(as) diretores(as) responsáveis pela área de *corporate finance* em cada um dos negócios e pelos(as) diretores(as) funcionais do Centro Corporativo, considerados relevantes para os assuntos em agenda. A Comissão reúne mensalmente com as principais responsabilidades:

- Analisar e discutir as matérias financeiras com mais relevo para os negócios da Sonae;
- Monitorizar a evolução dos mercados de dívida e das relações com os bancos;
- Monitorizar a evolução dos mercados de capitais;
- Monitorizar o desenvolvimento dos mercados financeiros;
- Elaborar relatórios sobre a situação financeira do Grupo Sonae e a execução do orçamento;
- Partilhar experiências sobre as melhores práticas no domínio financeiro e coordenar a abordagem aos mercados financeiros;
- Monitorizar a evolução financeira do Grupo e as políticas de financiamento de cada negócio.

## Comissão de Coordenação de Auditoria

A Comissão de Coordenação de Auditoria é integrada pelos membros dos conselhos de administração dos negócios com o pelouro da função, bem como pelos(as) responsáveis pela auditoria interna da Sociedade e dos negócios da Sonae, o(a) Diretor(a) de Governo Societário e o(a) Diretor(a) de Gestão de Risco do Grupo. A Comissão reúne trimestralmente e tem as seguintes responsabilidades principais:

- Aconselhar o Conselho de Administração em matéria de políticas de auditoria interna e relação com os auditores externos;
- Informar sobre os planos de auditoria interna das empresas Sonae;
- Monitorizar as atividades de auditoria interna, nomeadamente através da análise de relatórios trimestrais e recomendações de melhoria;
- Monitorizar as auditorias externas através da análise dos seus relatórios;
- Decidir sobre a execução de auditorias internas não agendadas;
- Promover o desenvolvimento dos recursos humanos na área da auditoria interna;
- Propor a aquisição, desenvolvimento e implementação de novos sistemas e metodologias de auditoria interna a serem aplicados no Grupo Sonae;
- Dar pareceres e cooperar na seleção do auditor externo da Sociedade;
- Promover a partilha de conhecimentos e experiências entre equipas de auditoria interna dos diferentes negócios.

## Grupo Consultivo de Gestão de Risco

O Grupo Consultivo de Gestão de Risco da Sonae é composto pelos membros dos Conselhos de Administração dos negócios com o pelouro da função, pelos(as) diretores(as) de Gestão de Risco responsáveis pela função na Sociedade e, em cada um dos negócios, pelo(a) Diretor(a) de Governo Societário, pelo(a) Diretor(a) de Auditoria Interna. O Grupo Consultivo reúne trimestralmente e tem as seguintes responsabilidades principais:

- Rever as políticas existentes em matéria de gestão de risco e propor novas diretrizes na matéria;
- Rever os planos de gestão de risco para cada uma das sociedades do Grupo Sonae;
- Monitorizar as atividades de gestão de risco, nomeadamente através da revisão periódica de relatórios, propondo recomendações;
- Propor atividades de gestão de risco não calendarizadas;
- Recomendar a aquisição, desenvolvimento e implementação de novos sistemas e metodologias de gestão de risco para o Grupo;
- Promover o conhecimento especializado em matéria de gestão de risco.

## Grupo Consultivo de Recursos Humanos

O Grupo Consultivo de Recursos Humanos é composto por membros dos Conselhos de Administração dos negócios com o pelouro de Recursos Humanos e pelos(as) diretores(as) responsáveis pela função na Sociedade e em cada um dos negócios. Este grupo reúne uma periodicidade bimestral e tem como principais objetivos:

- Fazer recomendações sobre políticas diretamente relacionadas com a implementação da estratégia dos negócios ao nível das pessoas;
- Contribuir para a disseminação da cultura da Sonae e acompanhar as políticas transversais ao grupo;
- Encorajar a disseminação e a partilha das melhores práticas em matéria de Colaboradores(as) e Gestão de Talentos entre as empresas do Grupo;
- Adquirir sinergias através da coordenação e negociação de investimentos na área de Recursos Humanos, quando aplicável;
- Garantir a articulação e coordenação de opiniões entre os vários órgãos de administração e supervisão da Sonae.

## Grupo Consultivo IOW

O Grupo Consultivo de IOW (*Improving Our Work*) conta com a participação dos(as) CEO's dos vários negócios do Grupo bem como dos(as) responsáveis pela implementação de práticas de melhoria contínua. Este grupo consultivo reúne trimestralmente e tem como principais objetivos:

- Partilhar as atividades de melhoria contínua levadas a cabo em todas as empresas;
- Partilhar as melhores práticas e os resultados de cada uma das empresas;
- Analisar e adaptar estudos casuísticos para uso interno;
- Identificar necessidades e ajustamentos necessários para a implementação dos programas de IOW a decorrer;
- Decidir quanto à alocação de recursos.

## Grupo Consultivo de Sustentabilidade

O Grupo Consultivo de Sustentabilidade conta com a participação do Presidente do Conselho de Administração da Sonae e pela CEO, sendo presidido pelo CDO (*Chief Development Officer*), e é composto pelos(as) administradores(as) e diretores(as) da Sociedade e dos seus vários negócios com responsabilidade sobre temas de sustentabilidade ambiental e responsabilidade corporativa. Este grupo consultivo reúne trimestralmente, tendo como principais objetivos:

- Construir uma visão comum no domínio da gestão da sustentabilidade integrada nos diversos negócios das empresas Sonae;
- Recomendar a implementação de diretrizes comuns ao nível da sustentabilidade alinhada com a agenda e as referências globais das Nações Unidas;
- Promover a partilha e desafiar a criação de momentos de debate em matéria de tendências de mercado e cenários futuros, beneficiando de especialistas externos e casos de referência;
- Garantir a comunicação das recomendações aos diversos órgãos de administração da Sonae;
- Coordenar projetos e grupos de trabalho transversais às empresas Sonae;
- Incentivar práticas de partilha e reporte entre as empresas Sonae com o objetivo de criar uma comunicação mais ampla e transversal no domínio da sustentabilidade.

Existem ainda um conjunto de fóruns que asseguram a comunicação e partilha das melhores práticas em funções consideradas críticas para o Grupo, nomeadamente:

**FINOV**, com a finalidade de estimular e apoiar uma cultura motivada para a inovação na Sonae, capaz de sustentar elevados níveis de criação de valor;

**Fórum de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão**, com a finalidade de promover e discutir a implementação das melhores metodologias de controlo de gestão e planeamento estratégico na Sociedade;

**Fórum Legal**, com a finalidade de partilhar experiência e conhecimento entre equipas legais, promovendo a discussão alargada de tópicos de destaque e uma abordagem comum a interpretações e procedimentos;

**FINCO**, com a finalidade de reforçar a importância das Tecnologias da Informação em cada uma das áreas de negócio através da partilha de conhecimentos e a promoção de novas soluções tecnológicas;

**Fórum de E-commerce**, com a finalidade de promover a excelência e o crescimento dos diversos canais de e-commerce ao nível do Grupo;

**Fórum Internacional**, com a finalidade de promover a partilha de conhecimento no domínio das iniciativas de internacionalização da Sonae;

**Fórum Digital**, com a finalidade de estimular a partilha interna e externa e desenvolver interesses comuns entre as equipas que lideram a Transformação Digital do Grupo.

**Fórum Administrativo e Fiscal**, com a finalidade de partilhar conhecimento e experiências, promovendo a existência de sinergias entre os departamentos administrativo e fiscal.

## b. Funcionamento

### 22. Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração e as suas Comissões internas disponibilizam os respetivos regulamentos internos no endereço eletrónico da Sociedade https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

### 23. Número de reuniões e grau de assiduidade dos membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, quatro vezes por ano, tal como definido nos Estatutos e no seu Regulamento, e sempre que o(a) seu (sua) Presidente ou dois dos seus membros o convoquem. O quórum necessário à realização de qualquer reunião do Conselho de Administração considera-se atingido desde que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada.

As deliberações do Conselho de Administração são aprovadas por maioria. Quando o Conselho de Administração é composto por um número par de membros, o(a) Presidente, em caso de empate na votação de qualquer deliberação, tem voto de qualidade.

As informações preparatórias e os documentos de apoio sobre os temas a discutir em cada reunião são disponibilizados ao Conselho de Administração com uma antecedência mínima de sete (7) dias em relação à data da respetiva reunião.

As atas são registadas em livro.

No exercício de 2023, realizaram-se 11 (onze) reuniões do Conselho de Administração, com uma taxa de comparência de 98% tendo as ausências sido baseadas em motivo legítimo aprovado por unanimidade.

### 24. Órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as)

A Comissão de Vencimentos, eleita pela Assembleia Geral, é responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais, em representação dos(as) acionistas, de acordo com a Política de Remuneração aprovada por estes(as) na Assembleia Geral.

A Comissão de Remuneração, designada pelo Conselho de Administração e constituída por Administradores(as) Não Executivos(as), a maioria dos(as) quais independentes, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho da sua competência em matéria de avaliação de desempenho dos Administradores(as) Executivos(as) e de remunerações.

Para o exercício destas funções, estas comissões podem decidir livremente pela contratação de consultores externos de reputada competência e de âmbito de atuação e experiência internacionais.

A independência dos consultores é garantida quer pela sua autonomia face ao Conselho de Administração, à Sociedade e ao Grupo, quer pela sua larga experiência e credibilidade reconhecida pelo mercado, sendo assegurado que os(as) especialistas selecionados(as) detêm o grau de independência necessário para dar cumprimento ao objetivo para o qual são contratados(as) e, em particular, que a sua independência não é prejudicada pela prestação de serviços significativos à Sociedade ou quaisquer partes com esta relacionadas.

### 25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as)

A avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as) assenta em critérios pré-determinados, constituídos por indicadores de desempenho objetivos fixados para cada período e alinhados com a estratégia global do crescimento e do desempenho positivo dos negócios numa perspetiva de médio e longo prazo.

Os referidos indicadores são constituídos pelos KPI (*Key Performance Indicators*) coletivos e individuais.

Os KPI coletivos representam 70% da remuneração variável de curto prazo e incluem KPI Económicos (80%) e Sociais (20%).

Os KPI individuais representam 30% da remuneração variável de curto prazo, podendo combinar indicadores objetivos e subjetivos.

Para a remuneração variável de médio prazo, os KPI assentam na Criação de Valor, com um objetivo anual pré-definido.

Os critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as) decorrem da aplicação da Política de Remuneração aprovada pela Assembleia Geral sob proposta da Comissão de Vencimentos.

Na Assembleia Geral Anual de 28 de Abril de 2023 foi aprovada a Política de Remuneração para o quadriénio 2023-2026, encontrando-se disponível a sua versão atualmente em vigor no seguinte endereço eletrónico: https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/.

## 26. Disponibilidade dos membros do Conselho de Administração

A informação relativa aos cargos exercidos noutras empresas, dentro e fora do grupo, pelos(as) Administradores(as) em funções, bem como outras atividades relevantes desempenhadas no decurso do exercício, encontra-se descrita no Anexo ao presente Relatório.

# c. Comissões do Conselho de Administração

## 27. Identificação das Comissões criadas pelo Conselho de Administração

Encontram-se constituídas pelo Conselho de Administração as seguintes comissões: Comissão Executiva, Comissão de Auditoria e Finanças, Comissão de Nomeação e Comissão de Remuneração.

Os regulamentos de funcionamento destas Comissões podem ser consultados no endereço eletrónico da Sociedade: https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

Foi ainda constituída pelo Conselho de Administração a Comissão de Ética, a qual tem competências específicas na promoção do Código de Ética e de Conduta da Sociedade, que inclui o regulamento de funcionamento da Comissão de Ética, e pode ser consultado em http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

### 27.1 Delegação de competências na Comissão Executiva

A Comissão Executiva dispõe de todos os poderes de gestão corrente da Sociedade, nos termos da delegação efetuada pelo Conselho de Administração, de acordo com o previsto na legislação aplicável e no respetivo Regulamento.

A deliberação de delegação na Comissão Executiva efetuada pelo Conselho de Administração exclui as seguintes matérias, que se mantêm na competência exclusiva deste órgão:

- Eleição do(a) Presidente do Conselho de Administração;
- Cooptação de administradores(as);
- Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- Aprovação, nos termos da lei, do Relatório de Gestão, e Demonstrações Financeiras;
- Prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela Sociedade;
- Deliberações sobre mudança da sede social e sobre aumento do capital social;
- Deliberações sobre projetos de fusão, cisão e de transformação da Sociedade;

- Aprovação da estratégia de gestão do portefólio de negócios e respetivas políticas;
- Aprovação do orçamento anual da Sociedade e do plano financeiro de negócios do Grupo e de qualquer alteração significativa a este.

Além da gestão corrente da Sociedade, compete ainda à Comissão Executiva, nomeadamente:

- Apoiar o Conselho de Administração na supervisão da direção estratégica e da performance financeira, na gestão do portefólio, na gestão de risco e no estrito cumprimento da legislação aplicável;
- Recomendar e submeter à aprovação do Conselho de Administração a estratégia, as políticas e as principais decisões de negócio e de alocação de capital da Sociedade, implementando as mesmas após serem aprovadas pelo Conselho de Administração e reportando periodicamente a este o seu desenvolvimento e os seus resultados;
- Preparar e propor à aprovação do Conselho de Administração o plano estratégico e financeiro do Grupo, bem como o orçamento anual consolidado e os investimentos a realizar;
- Representar a Sonae nos Conselhos de Administração das diferentes unidades de negócio do Grupo, exercendo uma influência ativa sobre a estratégia e gestão das mesmas, de forma a assegurar que estes estão alinhados com a estratégia corporativa e de sustentabilidade, com os planos financeiros e com os objetivos do Grupo, assim como com os valores e políticas da Sonae;
- Rever e aprovar as demonstrações financeiras e os reportes periódicos, os orçamentos anuais, e os planos estratégicos e financeiros das unidades de negócio do Grupo, através da sua presença nos respetivos Conselhos de Administração;
- Reportar trimestralmente ao Conselho de Administração os resultados financeiros consolidados da Sociedade e das suas unidades de negócio, bem como preparar e propor ao Conselho de Administração as propostas de comunicação de resultados ao mercado, de acordo com as exigências legais aplicáveis;
- Manter uma comunicação transparente e eficaz com os *stakeholders* da Sociedade, procurando estar envolvida nas discussões relevantes e que impactem a Sociedade enquanto entidade cotada, assim como com os investidores institucionais e de retalho, os analistas financeiros, e com o setor bancário de forma a captar financiamento externo para suportar as operações da Sociedade, financiar projetos e garantir o seu crescimento sustentável;
- Garantir que a Sociedade dispõe de sistemas de controlo interno eficazes, processos de gestão de risco robustos e que cumpre com as exigências legais e regulatórias aplicáveis, sem prejuízo das competências de acompanhamento e fiscalização que nesta matéria estão atribuídas a outros órgãos da sociedade e comissões do Conselho de Administração, nomeadamente ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças.

## 28. Composição da Comissão Executiva

A Comissão Executiva tem a seguinte composição:

| Comissão Executiva | |
|---|---|
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | CEO – Presidente da Comissão Executiva |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores | CFO – Administrador Executivo |
| João Nonell Günther Amaral | CDO – Administrador Executivo |

### 28.1 Funcionamento da Comissão Executiva

A Comissão Executiva reúne, pelo menos, uma vez por mês e sempre que qualquer um dos seus membros requeira a sua convocação. A Comissão Executiva não poderá funcionar sem a presença da maioria dos seus membros, podendo qualquer administrador executivo fazer-se representar nas reuniões da Comissão Executiva por qualquer outro membro mediante carta dirigida ao Presidente da Comissão, indicando o dia e hora da reunião a que se destina, a qual será mencionada na ata e arquivada. A participação através de meios telemáticos e o voto por correspondência são permitidos, nos termos da lei.

As deliberações da Comissão Executiva são tomadas por unanimidade dos votos expressos.

As deliberações tomadas nas reuniões da Comissão Executiva são registadas em atas, nas quais são igualmente registadas as presenças, os temas discutidos e as decisões tomadas. As

agendas e as atas das reuniões deverão ser partilhadas atempadamente com o Presidente do Conselho de Administração.

A Comissão Executiva deverá apresentar ao Conselho de Administração, trimestralmente, um resumo da sua atividade mais relevante no período em causa e os respetivos resultados, recomendações e propostas, assim como prestar todos os esclarecimentos e informações solicitadas.

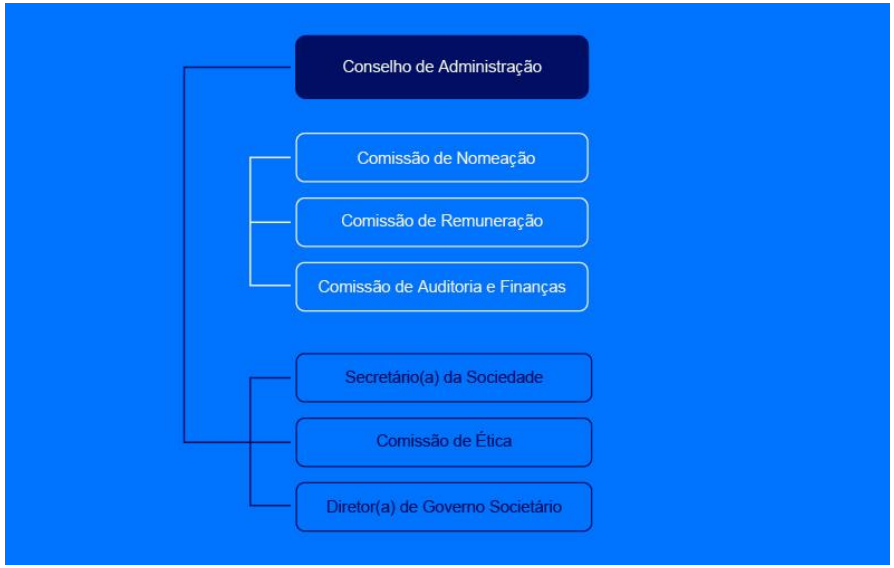
A Comissão Executiva pode construir comissões internas, que funcionarão na sua dependência, para o acompanhamento de matérias específicas.

Os membros da Comissão Executiva, tal como todos os membros do Conselho de Administração, deverão obter a prévia autorização do Conselho de Administração, mediante parecer da Comissão de Nomeação, previamente à aceitação do exercício de cargos sociais ou outras atividades significativas em entidades que não integrem o Grupo Sonae, com exceção daquelas para as quais exista autorização prestada pela Assembleia Geral de Acionistas, em conformidade com os princípios adotados pela Sociedade nos procedimentos destinados à prevenção de conflito de interesses.

As atas da Comissão Executiva são registadas no respetivo livro.

No exercício de 2023, realizaram-se 23 (vinte e três) reuniões da Comissão Executiva, e a taxa de comparência nas reuniões da Comissão Executiva foi de 100%.

## 29. Comissões e Assessorias do Conselho de Administração




### Comissão de Auditoria e Finanças (“CAF”)

#### Função

A CAF é uma comissão designada pelo Conselho de Administração, composta maioritariamente por Administradores(as) Não Executivos(as) Independentes, em número e com experiência considerados adequados tendo em conta tanto a dimensão da Sociedade como a complexidade da sua atividade e riscos inerentes à mesma, cujo funcionamento se encontra estabelecido no respetivo Regulamento, aprovado pelo Conselho de Administração.

A CAF é responsável por apoiar o Conselho de Administração no acompanhamento e avaliação da atividade da Comissão Executiva numa perspetiva de supervisão das competências de gestão da Sociedade delegadas, não se sobrepondo às funções e responsabilidades do Conselho Fiscal, enquanto órgão de fiscalização.

A CAF reporta ao Conselho de Administração, numa base regular, as ações desenvolvidas e as conclusões apuradas e propõe os planos de ação a desenvolver, com vista a assegurar, de forma proativa, o controlo interno e o sistema de gestão de riscos da Sociedade.

As responsabilidades atribuídas à CAF, enquanto comissão do Conselho de Administração, são as seguintes:

a) rever as demonstrações financeiras consolidadas e separadas, os relatórios consolidados anuais e intercalares da Sociedade, e outros documentos e comunicados a serem divulgados externamente e reportar as suas conclusões ao Conselho de Administração, antes da sua aprovação e assinatura por este órgão;

b) aconselhar o Conselho de Administração, relativamente à adequação e suficiência da informação interna fornecida pela Comissão Executiva, incluindo os sistemas s standards de controlo interno e gestão de riscos implementados pela Comissão Executiva;

c) assegurar o contacto com o Conselho Fiscal na nomeação, definição de responsabilidades e remuneração do Auditor Externo;

e) aconselhar o Conselho de Administração em matéria de qualidade e independência das funções de Auditoria Interna e de Gestão de Risco, assim como na nomeação do Auditor Interno e do responsável pela Gestão de Risco;

f) rever o escopo da função de Auditoria Interna e da sua relação com o escopo da Auditoria Externa, incluindo efetuar a análise com o Auditor Externo, o Auditor Interno e o responsável de Gestão de Risco, dos respetivos relatórios periódicos, bem como os relatórios de controlo interno (partilhados em simultâneo com o Conselho Fiscal), aconselhando em conformidade o Conselho de Administração;

No exercício das suas competências e atribuições a CAF terá em particular atenção:

i. Os sistemas de controlo interno, de controlo de negócio e de gestão de risco (incluindo cibersegurança, proteção de dados e saúde e segurança), operacionalizados pela equipa de gestão, bem como a responsabilidade do Conselho de Administração na revisão destas áreas.
ii. Quaisquer alterações de políticas e práticas contabilísticas;
iii. Ajustamentos significativos em resultado de auditorias;
iv. O pressuposto de continuidade das operações;
v. O desenvolvimento de rácios financeiros relevantes, bem como de alterações de ratings da Sociedade, formais ou informais, incluindo relatórios de agências de rating;
vi. O cumprimento dos standards em matéria de contabilidade;
vii. O cumprimento dos requisitos e regulamentos legais e estatutários, em particular, no domínio financeiro;
viii. As exposições financeiras significativas na área da tesouraria (tais como riscos cambiais, riscos de taxa de juro, e derivados);
ix. Quando perante temas críticos sujeitos a interpretação e à adoção de possíveis soluções alternativas, avaliar os respetivos impactos para a sociedade;
x. Fraudes e apropriação indevida de valores/fundos;
xi. Desenvolvimentos em matérias de governo societário da Sociedade.
xii. Transações com partes relacionadas, incluindo quaisquer transações que envolvam risco significativo em matéria de preços de transferência, nomeadamente a revisão e aprovação do relatório semestral de transações com partes relacionadas disponibilizado pelo Departamento responsável pelas áreas administrativa e contabilística da Sociedade, e a emissão de parecer prévio a todas as transações entre a Sonae e as suas partes relacionadas que, com base no referido relatório, cumpram os critérios previstos na política da Sociedade sobre esta matéria.
xiii. Os termos de referência da Comissão de Auditoria e Finanças regulamentam o exercício das suas funções e o respetivo calendário anual de atividades e encontra-se disponível no seguinte endereço eletrónico: https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

## Composição

A CAF é constituída por oito (8) membros designados pelo Conselho de Administração, em número e com experiência considerados adequados tendo em conta tanto a dimensão da Sociedade como a complexidade da sua atividade e riscos inerentes à mesma. Todos os seus membros são Administradores(as) Não Executivos(as), a maioria dos(as) quais independentes. A Comissão de Auditoria e Finanças tem a seguinte composição:

| Comissão de Auditoria e Finanças | |
|---|---|
| José Manuel Neves Adelino | Presidente Não Executivo* |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | Não Executivo |
| Carlos António Rocha Moreira da Silva*** | Não Executivo |
| Marcelo Faria de Lima | Não Executivo Independente |
| Fuencisla Clemares | Não Executiva Independente |
| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh | Não Executivo Independente |
| Eve Alexandra Henrikson | Não Executiva Independente |
| Maria Teresa Ballester Fornes** | Não Executiva Independente |

* para detalhes adicionais quanto à qualificação de independência deste membro, conferir supra ponto 18.

** Membro da CAF desde 14 de novembro de 2023

***Apesar de a composição da Comissão de Auditoria e Finanças durante o exercício de 2023 ser a acima apresentada, informa-se que desde 8 de março de 2024, Carlos António Rocha Moreira da Silva cessou funções como membro desta Comissão, passando a mesma a ser composta por 7 membros

## Modo de Funcionamento

Esta Comissão reúne, pelo menos, seis (6) vezes por ano e sempre que convocadas pelo(a) seu(sua) Presidente ou requeridas por dois dos seus membros, pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pela Comissão Executiva.

São exaradas atas das reuniões desta Comissão, as quais são distribuídas aos restantes membros do Conselho.

No exercício de 2023, realizaram-se seis (6) reuniões da Comissão de Auditoria e Finanças, e a taxa de comparência foi de 98%.

# Comissão de Nomeação ("CN")

## Função

Compete à Comissão de Nomeação:

a) a identificação e avaliação da adequação de potenciais candidatos(as) com perfil ajustado ao desempenho de funções de membro do Conselho de Administração e das suas Comissões, nos termos da política interna de seleção e avaliação, em particular quando o Conselho de Administração exerce a faculdade de cooptação de membros ou quando é responsável por propor candidatos(as) para o exercício de funções de CEOs nas principais subsidiárias do Grupo Sonae;

b) a preparação de informação geral relativa a planos de sucessão, planos de contingência e gestão de talento, dirigida quer a membros do Conselho de Administração, quer a outros(as) administradores(as) séniores do Grupo Sonae, e assegurar que o processo de nomeação e formação dos(as) candidatos(as) é devidamente conduzido;

c) o aconselhamento do Conselho de Administração na apreciação e aprovação prévia do exercício pelos membros do Conselho de Administração de cargos de administração ou exercício de outras funções ou atividades significativas em outras entidades externas ao Grupo não previamente autorizadas pela Assembleia Geral, na sequência de comunicação apresentada pelo(a) administrador(a) em cumprimento da política interna de conflito de interesses.

Os termos de referência da Comissão de Nomeação regulam o exercício das suas funções bem como determinam o respetivo calendário de execução e encontra-se disponível no seguinte endereço eletrónico: https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

## Composição

A CN é constituída por seis (6) Administradores(as) Não Executivos(as), na sua maioria independentes, em número e com experiência considerados adequados tendo em conta tanto a dimensão da Sociedade como a complexidade da sua atividade e riscos inerentes à mesma, e tem a seguinte composição:

| Comissão de Nomeação | |
|---|---|
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | Presidente do Conselho de Administração - Não Executivo |
| Marcelo Faria de Lima | Não Executivo Independente |
| Carlos António Rocha Moreira da Silva | Não Executivo |
| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh | Não Executivo Independente |
| Fuencisla Clemares | Não Executiva Independente |
| Maria Teresa Ballester Fornes | Não Executiva Independente |

## Modo de Funcionamento

A CN reúne, pelo menos, uma (1) vez por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente ou o Conselho de Administração acharem necessário. Os membros da CN podem ainda reunir numa base ad-hoc, quer presencialmente quer através de comunicações à distância. São exaradas atas de todas as reuniões desta Comissão.

No exercício de 2023, realizaram-se duas (2) reunião da Comissão de Nomeação, e a taxa de comparência foi de 100%.

# Comissão de Remuneração (“CR”)

## Função

Compete à Comissão de Remuneração:

a) atuar com o objetivo de assegurar que as políticas e as práticas remuneratórias refletem os objetivos estratégicos de longo prazo e os Valores da Sonae e que são compatíveis com a política de risco, tomando igualmente em consideração as condições de trabalho e de remuneração existentes no Grupo Sonae e no mercado;

b) emitir parecer fundamentado dirigido Conselho de Administração relativamente à proposta de Política de Remuneração dos membros do Conselho de Administração apresentada pela Comissão Executiva, cabendo ao Conselho de Administração apresentar proposta para aprovação da Comissão de Vencimentos e subsequente submissão da proposta final na agenda da Assembleia Geral Anual para aprovação pelos(as) acionistas;

c) receber, analisar e, em certos casos, apresentar, de acordo com o procedimento interno aprovado, as propostas de remuneração dos membros do Conselho de Administração e de outros órgãos da Sociedade em função da respetiva avaliação de performance, em conformidade com a Política de Remuneração, a serem aprovadas pela Comissão de Vencimentos;

d) supervisionar as decisões tomadas pela Comissão Executiva relativas à remuneração dos(as) executivos(as) séniores que reportam diretamente à Comissão Executiva.

Os termos de referência da Comissão de Nomeação regulam o exercício das suas funções bem como determinam o respetivo calendário de execução e encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrónico: https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

## Composição

A CR é constituída por 5 Administradores(as) Não Executivos(as), na sua maioria independentes, em número e com experiência considerados adequados tendo em conta tanto a dimensão da Sociedade como a complexidade da sua atividade e riscos inerentes à mesma e tem a seguinte composição:

| Comissão de Remuneração | |
|---|---|
| Fuencisla Clemares | Presidente Não Executiva |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | Não Executivo |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | Não Executivo |
| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh | Não Executivo Independente |
| Eve Alexandra Henrikson | Não Executiva Independente |

## Modo de Funcionamento

A CR reúne, pelo menos, duas (2) vezes por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente ou o Conselho de Administração acharem necessário. Para além das sessões formais, os membros da CR mantêm contacto de modo informal, e numa base ad-hoc, quer presencialmente quer através de comunicações à distância. São exaradas atas de todas as reuniões desta Comissão.

No exercício de 2023, realizaram-se quatro (4) reuniões da Comissão de Remuneração, e a taxa de comparência foi de 100%.

## Comissão de Ética

O Código de Ética e de Conduta, estabelece normas de conduta de acordo com os princípios e valores do Grupo Sonae e um conjunto de regras de natureza ética e deontológica a observar pelos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo, bem como por todos(as) os(as) colaboradores(as).

O Código de Ética e de Conduta aplica-se diretamente a todas as sociedades (direta ou indiretamente) controladas pela Sonae, definindo o quadro de valores e normas de conduta a observar pelas pessoas indicadas pela Sonae para integrar os órgãos sociais de sociedades ou entidades em que a Sonae participe, quer no âmbito do exercício dos respetivos deveres funcionais individuais, quer enquanto princípios éticos e normas de conduta a propor na elaboração ou atualização dos equivalentes normativos internos daquelas sociedades ou entidades.

O Código de Ética e de Conduta da Sonae é parâmetro de compromisso de conduta de entidades terceiras, contratadas por, ou atuando em nome da Sonae, nos casos em que esta possa ser responsabilizada pelas suas ações.

O Código de Ética e de Conduta encontra-se disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/ e tem como objetivos fundamentais:

- Partilhar os princípios que orientam a atividade das empresas Sonae e as regras de natureza ética e deontológica que devem orientar o comportamento de todos(as) os(as) Colaboradores(as) e membros dos Órgãos Sociais e promover a adoção dos princípios e regras éticas e deontológicas pelos(as) respetivos Parceiros(as);
- Promover e incentivar a adoção dos princípios de atuação e das regras comportamentais definidas no Código de Ética e de Conduta, designadamente, os valores da empresa nas relações dos(as) Colaboradores(as) e Órgãos Sociais entre si, com a Sonae e com os restantes *Stakeholders*;
- Consolidar a imagem institucional da Sonae, que se caracteriza por Determinação, Dinamismo, Entusiasmo, Criatividade e Abertura.

Para além do Código de Ética e de Conduta, mantêm-se em vigor os regulamentos e políticas internas, já anteriormente em aplicação, relativos a procedimentos aplicáveis em matéria de independência e conflito de interesses e relativos a transações da Sociedade com partes relacionadas, nos termos da lei aplicável.

O Código de Ética e de Conduta é ativamente divulgado internamente aos(às) colaboradores(as). Em 2023, em continuidade com a prática anterior, foram disponibilizadas a trabalhadores(as) e membros dos órgãos sociais ações de formação interna sobre ética empresarial, a partir de uma plataforma de e-learning, abordando os processos de comunicação de desconformidades com o Código de Ética e de Conduta, esclarecendo as responsabilidades dos(as) colaboradores(as) e dos órgãos da empresa, e apresentando situações práticas relacionadas com os temas relevantes, tais como: conflitos de interesse, privacidade, confidencialidade e integridade da informação; relação com colaboradores(as); e relacionamento com fornecedores(as) e parceiros(as) de negócio.

A Comissão de Ética tem por missão:

- Fomentar a existência dos meios de divulgação do Código de Ética e de Conduta junto dos(as) seus(as) destinatários(as);
- Apreciar e responder a questões que lhe sejam submetidas pelos membros dos Órgãos Sociais das sociedades do Grupo, bem como as que, sendo da sua competência, lhe sejam remetidas por Colaboradores(as), clientes ou demais terceiros, endereçando as recomendações que entender adequadas à natureza do caso;
- Verificar a existência de mecanismos internos de comunicação de irregularidades, assegurando que os mesmos observam as normas legais, designadamente em matéria de confidencialidade, do processo de tratamento da informação e da inexistência de represálias sobre participantes;
- Propor ao Conselho de Administração, após consulta da Comissão Executiva da Sonae, a aprovação de alterações ao Código de Ética e de Conduta, sempre que entenda adequado;
- Emitir, de sua iniciativa ou após solicitação de membros dos Órgãos Sociais ou Colaboradores(as), esclarecimentos sobre a interpretação de alguma disposição do Código de Ética e de Conduta;
- Rececionar e avaliar e encaminhar para os respetivos Órgãos Sociais responsáveis, as irregularidades transmitidas fundamentadamente à Comissão de Ética, sempre que as mesmas, no seu entendimento, indiciem a existência de violação de regras deste Código de Ética e de Conduta;
- Rececionar e dar o tratamento adequado às denúncias rececionadas no Canal de Denúncia Interna cujo objeto incida sobre matéria da competência da Comissão de Ética, de acordo com o previsto no Regulamento de Comunicação de Infrações e na Política para a Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas - documentos aprovados pela Sociedade e disponíveis em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/);
- Encaminhar para o Conselho Fiscal as participações rececionadas que indiciem a prática de irregularidades nos termos da al. j) do nº 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais;
- Regular o seu funcionamento e reportar periodicamente a sua atividade ao Conselho de Administração e às entidades a quem o reporte seja devido, nos termos da lei ou do modelo de governo adotado.

As comunicações dirigidas à Comissão de Ética deverão ser efetuadas para o endereço eletrónico da Comissão de Ética: comissaoetica@sonae.pt

A Provedoria tem competência para receber e reencaminhar as participações que envolvam colaboradores(as), clientes ou fornecedores(as) e outros(as) prestadores(as) de serviços.

Para além das comunicações com empresas envolvidas, o(a) Provedor(a) efetua reporte semestral ao Conselho Fiscal do conjunto das participações recebidas.

As comunicações dirigidas ao(à) Provedor(a) poderão ser realizadas para o seu endereço eletrónico: provedoria@sonae.pt

## Composição

| Comissão de Ética | |
|---|---|
| José Manuel Neves Adelino (Presidente) | Administrador Não Executivo ("Lead Director") |
| João Günther Amaral | Chief Development Officer (CDO) |
| Marta Cordeiro Cunha | Provedora |
| Célia Sá Miranda | Diretora de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo |
| David Graham Shenton Bain (Secretário) | Diretor de Governo Societário |

## Modo de Funcionamento

A Comissão de Ética reúne pelo menos duas vezes por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente ou dois dos seus membros convoquem uma reunião. Para além das sessões formais, e se necessário, os membros da Comissão de Ética mantêm contacto de modo informal, e numa base ad-hoc, quer presencialmente quer através de comunicações à distância. São exaradas atas de todas as reuniões desta Comissão, as quais são distribuídas aos membros do Conselho de Administração.

No exercício de 2023, realizaram-se duas (2) reunião da Comissão de Ética, e a taxa de comparência foi de 100%.

## Diretor(a) de Governo Societário ("DGS")

As principais responsabilidades do DGS são:

- Assegurar a boa gestão das atividades do Conselho de Administração e respetivas Comissões;
- Participar em reuniões do Conselho de Administração e respetivas Comissões, intervindo como membro sempre que seja nomeado(a) como tal;
- Facilitar a obtenção de informações para todos os membros do Conselho de Administração e das respetivas Comissões;
- Apoiar o Conselho de Administração na definição da sua função, objetivos e procedimentos operacionais;
- Organizar as avaliações realizadas pelo Conselho de Administração;
- Manter sob escrutínio questões legislativas, regulatórias e do Governo das Sociedades;
- Apoiar e desafiar o Conselho de Administração a alcançar os mais altos padrões ao nível do Governo das Sociedades;
- Acompanhar os procedimentos estabelecidos pelo Conselho de Administração que visam assegurar que os "*Stakeholders*" (detentores de interesses na Sonae) e os interesses minoritários são tidos em conta aquando da tomada de decisões importantes por parte do Conselho de Administração;
- Acompanhar o procedimento de nomeação e eleição de Administradores(as), garantindo que este é realizado apropriadamente, e prestar apoio na cooptação de novos(as) Administradores(as);
- Atuar como ponto de contacto primário e fonte de aconselhamento para, nomeadamente, Administradores(as) Não Executivos(as) no que diz respeito à Sonae e às suas atividades;
- Facilitar e apoiar os Administradores(as) Não Executivos(as) independentes na afirmação da sua independência;
- Ajudar a assegurar o cumprimento das Recomendações para sociedades cotadas em Portugal, publicadas pelo IPCG;
- Participar nos preparativos e coordenação dos processos das Assembleias Gerais;
- Participar na obtenção de cobertura de seguro para membros dos órgãos sociais;
- Participar, em nome da Sonae, em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas de Governo das Sociedades em Portugal.

## Secretário/a da Sociedade

O(a) Secretário(a) da Sociedade tem as seguintes competências:

- Zelar pelas atas e pela lista de presenças da Assembleia Geral de Acionistas;
- Enviar as convocatórias e outros documentos legais necessários à realização da Assembleia Geral;
- Supervisionar a preparação dos documentos de apoio à Assembleia Geral e reuniões do Conselho de Administração e elaborar as respetivas atas das reuniões;
- Responder a pedidos de informação dos(as) acionistas nos termos da lei;
- Proceder ao registo legal de qualquer ato ou deliberação dos órgãos sociais da Sonae.

## 29.1. Síntese da atividade desenvolvida pelas Comissões criadas pelo Conselho de Administração

Na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023 foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o mandato 2023-2026.

Na sequência dessa eleição, em maio de 2023 o Conselho de Administração constituiu a Comissão Executiva e as comissões internas de suporte à sua atividade.

Os(as) Administradores(as) Não Executivos(as) têm vindo a exercer, de forma autónoma e permanente, a supervisão da atividade da Comissão Executiva, a intervenção no processo de tomada de decisões estratégicas e estruturantes, nomeadamente na definição da estratégia corporativa e das principais políticas, incluindo a política de gestão risco, acompanhando o respetivo cumprimento, bem como participam consistentemente na elaboração e na divulgação das demonstrações financeiras nos termos descritos no ponto 55.

Os(as) Administradores(as) Não Executivos(as) desenvolveram a sua atividade quer enquanto membros do Conselho de Administração, quer enquanto membros das comissões especializadas de suporte à atividade do Conselho de Administração, cuja composição integraram nos termos do descrito no ponto 29 supra.

No decurso de 2023, a Comissão Executiva foi responsável pela gestão quotidiana da Sociedade, acompanhando a atividade dos negócios no âmbito da delegação de poderes que lhe foram atribuídos pelo Conselho de Administração, e executou as decisões estratégicas e a implementação das políticas aprovadas.

A Comissão Executiva reportou ao Conselho de Administração e aos demais órgãos e entidades fiscalizadoras a atividade desenvolvida ao longo do exercício social, disponibilizando informação sobre o teor das deliberações tomadas e as principais ações desenvolvidas para a concretização das suas competências e deveres e para cumprimento da estratégia e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

A Comissão de Ética exerceu as suas competências, supervisionou as ações de divulgação do Código de Ética e de Conduta, analisou as questões que lhe foram submetidas pelos órgãos e funções competentes, emitindo pareceres e reportando a sua atividade ao Conselho de Administração.

# III. Fiscalização

## a. Composição

| Conselho Fiscal | |
|---|---|
| Maria José Martins Lourenço da Fonseca | Presidente |
| Daniel Bessa Fernandes Coelho | Vogal |
| Manuel Heleno Sismeiro | Vogal |
| Sara Manuel Carvalho Teixeira Mendes | Suplente |

## 30. Identificação do órgão de fiscalização

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da Sociedade.

## 31. Composição

Nos termos estatutários, o Conselho Fiscal pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três e um máximo de cinco, eleitos para mandatos de quatro anos. O Conselho Fiscal inclui adicionalmente um ou dois membros suplentes, conforme o número de membros seja de três ou mais.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral de Acionistas.

Se a Assembleia Geral não eleger os membros do Conselho Fiscal, o Conselho de Administração deve, e qualquer acionista pode, requerer a sua nomeação judicial.

Se a Assembleia Geral não designar o(a) Presidente, o(a) mesmo(a) será designado pelos membros do Conselho Fiscal.

Se o(a) Presidente cessar funções antes do termo do mandato para que foi eleito, o Conselho Fiscal escolhe um(a) substituto(a) para exercer essas funções até ao termo do mandato.

Os membros do Conselho Fiscal que estejam temporariamente impedidos(as), ou cujas funções tenham cessado, serão substituídos(as) pelo(a) suplente.

O(A) suplente que substitua o membro cujas funções tenham cessado, mantém-se em funções até à primeira Assembleia Geral Anual, na qual as vagas devem ser preenchidas.

No caso de não ter sido possível preencher uma vaga de um membro devido a falta de suplentes eleitos(as), as vagas existentes, tanto dos(as) efetivos(as) como dos(as) suplentes, devem ser preenchidas através de uma nova eleição.

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros, composição que a Sociedade tem por adequada para assegurar a execução eficiente das funções que lhe estão cometidas nos termos da lei e do Regulamento de Funcionamento do Conselho Fiscal disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/, considerando tanto a dimensão da Sociedade como a complexidade da sua atividade e riscos inerentes à mesma, cuja verificação e acompanhamento compete ao Conselho Fiscal.

O vogal do Conselho Fiscal Daniel Bessa Fernandes Coelho foi eleito pela primeira vez para a função de Presidente do Conselho Fiscal em 3 de maio de 2007, tendo sido reeleito, para um segundo mandato, na Assembleia Geral de Acionistas de 27 de abril de 2011 e para um terceiro mandato (quadriénio 2015-2018) na Assembleia Geral de Acionistas realizada a 30 de abril de 2015.

Os restantes membros do Conselho Fiscal foram eleitos por Assembleia Geral de Acionistas de 30 de abril de 2015, para um primeiro mandato compreendido no quadriénio 2015-2018.

Na Assembleia Geral de 28 de abril de 2023 todos os membros do Conselho Fiscal foram reeleitos para o mandato 2023-2026.

## 32. Independência

A maioria dos membros do Conselho Fiscal são independentes nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, e não estão abrangidos por nenhuma das incompatibilidades previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, ambos do Código das Sociedades Comerciais. A Presidente do Conselho Fiscal é um membro independente, cumprindo-se, assim o disposto na al. c) do nº 2 do art.º 3ª da Lei 148/2015 de 9 de setembro, que aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria.

O Conselho Fiscal realizou uma avaliação de independência dos seus membros, por referência ao exercício de 2023, através de declarações escritas emitidas individualmente.

## 33. Qualificações profissionais e elementos curriculares dos membros do Conselho Fiscal

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal são divulgados no Anexo a este Relatório.

## b. Funcionamento

## 34. Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal pode ser consultado no website da Sociedade, em http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

## 35. Reuniões do Conselho Fiscal

As deliberações do Conselho Fiscal são aprovadas por maioria simples, tendo o(a) Presidente voto de qualidade, caso este órgão seja composto por número par de membros.

O Conselho Fiscal reúne, pelo menos, quatro vezes por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente ou dois dos seus membros convoquem uma reunião. Para além das sessões formais, e se necessário, os membros do Conselho Fiscal mantêm contacto através de comunicações à distância.

Em 2023, realizaram-se vinte e sete (27) reuniões do Conselho Fiscal, com uma taxa de comparência de 100%, tendo sido exaradas atas de todas as reuniões realizadas no respetivo livro.

## 36. Disponibilidade dos membros do Conselho Fiscal

A informação relativa aos cargos exercidos em simultâneo, no decurso do exercício, pelos membros do Conselho Fiscal, noutras empresas, dentro e fora do grupo, bem como outras atividades relevantes exercidas, encontram-se descritas no Anexo ao presente Relatório.

## c. Competências e funções

## 37. Intervenção do Conselho Fiscal na contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo

É da competência do Conselho Fiscal aprovar a prestação de serviços distintos dos serviços de auditoria a prestar pelo Auditor Externo.

Para o efeito, o Conselho Fiscal calendariza, na primeira reunião de cada exercício, um plano de trabalhos, em que inclui a supervisão da atividade do Auditor Externo no que respeita, desde logo:

- Plano anual de atividade do Auditor Externo;
- Acompanhamento do trabalho da auditoria e de revisão das demonstrações financeiras e discussão das respetivas conclusões;
- Fiscalização da independência do Auditor Externo;
- Decisão sobre a autorização da prestação de serviços distintos dos serviços de auditoria, em cumprimento da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, que aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;
- Avaliação da atividade anual desenvolvida pelo Auditor Externo, a sua independência e adequação para o exercício das funções, podendo propor a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito, em cumprimento da Recomendação VIII 2.3., prevista no Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).

Na apreciação dos critérios que suportaram a contratação de serviços distintos dos serviços de auditoria ao Auditor Externo, o Conselho Fiscal verificou que:

- a contratação de serviços distintos dos serviços de auditoria não afetou a independência do Auditor Externo;
- os serviços distintos dos serviços de auditoria representaram uma adequada ponderação face ao conjunto dos serviços prestados;

- os outros serviços distintos dos serviços de auditoria, devidamente enquadrados, não constituem serviços proibidos pela legislação da União Europeia;
- os serviços distintos dos serviços de auditoria foram prestados com elevada qualidade e autonomia, bem como com independência, relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria;
- o sistema de qualidade aplicado pela Auditor Externo, de acordo com a informação prestada por este, monitoriza os riscos potenciais de perda de independência, ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae e assegura a qualidade dos serviços prestados em cumprimento de regras de ética e independência.

## 38. Outras funções dos membros dos órgãos de fiscalização

### 38.1. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Sociedade e tem por principais competências:

i. Fiscalizar a administração da Sociedade;

ii. Supervisionar pela observância da lei, do contrato de Sociedade e das políticas internamente adotadas;

iii. Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;

iv. Verificar, de acordo com o seu juízo valorativo, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Sociedade, ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;

v. Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, acompanhando o processo de preparação e divulgação de informação financeira, e apresentando recomendações que visam assegurar a integridade da mesma;

vi. Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;

vii. Elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora, dirigido aos(as) acionistas, nele incluindo a descrição da atividade de fiscalização desenvolvida, eventuais constrangimentos detetados e dar parecer sobre o relatório e contas, bem como sobre as propostas apresentadas pela administração;

viii. Convocar a Assembleia Geral, quando o(a) Presidente da Mesa não o faça e o devesse fazer;

ix. Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;

x. Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores(as) da Sonae ou outros;

xi. Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos que lhe são cometidos e a situação económica da Sociedade;

xii. Fiscalizar o processo de preparação e divulgação da informação financeira pelo órgão de administração, designadamente incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e a sua aplicação consistente entre exercícios de forma devidamente documentada e comunicada;

xiii. Representar a Sociedade junto do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas, aprovar os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas, propor à Assembleia Geral a nomeação e destituição do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, bem como aprovar a sua remuneração, proceder à avaliação da atividade desempenhada, zelando para que lhe sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos seus serviços, sendo o interlocutor da empresa

e o primordial destinatário dos seus relatórios, com salvaguarda dos deveres e competências que assistem, nesta matéria, ao órgão de administração;

xiv. Fiscalizar o processo de revisão de contas dos documentos de prestação de contas da Sociedade;

xv. Fiscalizar a existência e manutenção da independência do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo;

xvi. Aprovar previamente a prestação de serviços de auditoria, bem como os serviços distintos a prestar pelo Auditor Externo e aprovar a respetiva remuneração, assegurando que a respetiva prestação de serviços é permitida por lei, não ultrapassa limites razoáveis e não prejudica a independência do Auditor Externo;

xvii. Emitir parecer específico e fundamentado que sustente a decisão de não rotação do Auditor Externo, ponderando as condições de independência do Auditor Externo naquela circunstância e as vantagens e custos da sua substituição;

xviii. Supervisionar a atividade desenvolvida pela auditoria interna;

xix. Emitir parecer prévio sobre transações com partes relacionadas e analisar o reporte semestral e anual às mesmas referente, nos termos da Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas, em cumprimento dos artigos 29.º-S a 29.º-V do Código dos Valores Mobiliários;

xx. O órgão de fiscalização está adicionalmente adstrito ao cumprimento dos deveres e competências estabelecidos na Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, na sua redação atual, que aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, concretizando a transposição da Diretiva 2014/56/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva 2006/43/CE relativa às contas anuais e consolidadas e assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento e do Conselho de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público, designadamente os decorrentes do artº 3º do decreto preambular e do artº 24º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria;

xxi. Cumprir as demais atribuições decorrentes para si, impostas por lei ou pelos Estatutos da Sociedade.

Para execução das suas competências, o Conselho Fiscal calendariza, na primeira reunião de cada exercício, um plano de trabalhos, em que inclui:

A – Acompanhamento da atividade da Sociedade e interfaces com a Comissão Executiva e o Conselho de Administração, através da sua Comissão de Auditoria e Finanças, nomeadamente nas seguintes perspetivas:

- Avaliação do funcionamento do sistema de controlo interno, gestão de risco e *compliance*, pronunciando-se, caso entenda, sobre a política de risco e linhas estratégicas, cujo conhecimento lhe tenha sido transmitido pelo Conselho de Administração, incluindo em momento anterior à sua aprovação final;
- Avaliação dos documentos de prestação de contas e divulgação de informação financeira;
- Emissão de pareceres e recomendações.

B - Supervisão da atividade da Auditoria Interna e Gestão de Risco, incluindo compliance, com o seguinte âmbito:

- Plano anual de atividade;
- Receção de reporte periódico da atividade desenvolvida;
- Avaliação dos resultados e conclusões apuradas;
- Aferição da existência de eventuais irregularidades e análise de participações de irregularidades que lhe tenham sido encaminhadas;
- Emissão das diretrizes entendidas por convenientes.

C - Informação sobre irregularidades:

Acompanhamento semestral da atividade desenvolvida pelo(a) Provedor(a), com aprovação dos procedimentos de receção, tratamento de reclamações e apreciação crítica da sua gestão.

O Conselho Fiscal é, ainda, recetor das participações de irregularidades, em conformidade com a al. j) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, que lhe tenham sido dirigidas diretamente ou que tenham sido endereçadas à Comissão de Ética ou a outro órgão.

O Conselho Fiscal é igualmente recetor das denúncias enviadas para o Canal de Denúncia Interna, bem como dos relatórios finais elaborados pela comissão competente para a análise das mesmas, os quais contêm o caso relatado, a avaliação das diligências levadas a cabo, os respetivos resultados e as medidas adotadas.

### 38.2. Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é o órgão de fiscalização responsável pela certificação legal da informação financeira da Sociedade, tendo como competências fundamentais:

i. Verificar a regularidade de todos os livros, registos contabilísticos e documentos de suporte;

ii. Sempre que achar conveniente e através de meios que considere adequados, verificar a extensão de numerário e valores de qualquer tipo de ativos ou títulos pertencentes à Sociedade ou por esta recebidos como garantia, depósito ou com outro propósito;

iii. Verificar a exatidão das demonstrações financeiras e exprimir a sua opinião sobre as mesmas na certificação legal de contas e no Relatório de Auditoria;

iv. Verificar que as políticas contabilísticas e os critérios de valorização adotados pela Sociedade resultam na correta valorização dos ativos e dos resultados;

v. Realizar quaisquer exames e testes necessários para a auditoria e certificação legal das contas e realizar todos os procedimentos estipulados pela lei;

vi. Verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações e a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno reportando quaisquer deficiências ao Conselho Fiscal, nos termos, no âmbito e dentro dos limites das suas competências legais e procedimentais;

vii. Assegurar que o Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 29.º- H do Código dos Valores Mobiliários.

Desde 1 de janeiro de 2016, a atividade e os serviços do Revisor Oficial de Contas enquadram-se nas disposições do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, na sua redação em vigor.

## IV. Revisor Oficial de Contas

### 39. Identificação

O Revisor Oficial de Contas da Sonae é a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., representada a 31 de dezembro de 2023, pelo revisor oficial de contas Joaquim Miguel de Azevedo Barroso.

### 40. Permanência de Funções

O Revisor Oficial de Contas foi eleito inicialmente na Assembleia Geral Anual de 3 de maio de 2018, até ao termo do mandato findo em 2018, sob proposta do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal, para o efeito, organizou um processo de seleção alargado e instruído nos termos da al. f) do n.º 3 do art.º 3.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015 e do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 que culminou na proposta apresentada à referida Assembleia Geral.

Na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019, o Revisor Oficial de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., representada pelo revisor oficial de contas Hermínio António Paulos Afonso ou pelo revisor oficial de contas António Joaquim Brochado Correia, foi reeleito para o mandato 2019-2022 sob proposta do Conselho Fiscal.

Na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023, o Revisor Oficial de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., representada pelo revisor oficial de contas Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, foi reeleito para o mandato 2023-2026 sob proposta do Conselho Fiscal.

### 41. Outros serviços prestados à Sociedade

A PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA exerce as funções de Auditor Externo, não tendo o Revisor Oficial de Contas prestado outros serviços à Sociedade, para além de serviços de garantia de fiabilidade e outros serviços autorizados.

## V. Auditor Externo

### 42. Identificação

O Auditor Externo da Sociedade, designado nos termos e para os efeitos do art.º 8.º do Código dos Valores Mobiliários é a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., representada a 31 de dezembro de 2023 por Joaquim Miguel de Azevedo Barroso (ROC n.º 1426).

### 43. Permanência de Funções

O Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., foi designado inicialmente na Assembleia Geral realizada em 3 de maio de 2018, sob proposta do Conselho Fiscal. O sócio revisor oficial de contas António Joaquim Brochado Correia, foi designado como representante do Auditor Externo, em 2018, na sequência da referida eleição e permaneceu em funções, por via da reeleição do Revisor Oficial de Contas verificada na Assembleia Geral de 30 de abril de 2019, durante o mandato de 2019-2023.

Na Assembleia Geral de 28 de abril de 2023, foi designado como representante do Auditor Externo no exercício das suas funções, o revisor oficial de contas Joaquim Miguel de Azevedo Barroso.

### 44. Política e Periodicidade da Rotação do Auditor Externo

O Conselho Fiscal adotou o princípio recomendado relativamente à rotação do Auditor Externo.

Desde 1 de janeiro de 2016 que a duração de mandatos passou a sujeitar-se às regras estabelecidas no n.º 1 do art.º 54.º da Lei nº 140/2015, de 7 de setembro, que aprova o novo Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas, na redação em vigor.

### 45. Órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo

O Conselho Fiscal supervisiona a atuação do Auditor Externo e a execução dos seus trabalhos ao longo do exercício social, pondera e aprova antecipadamente o âmbito e a remuneração dos trabalhos adicionais a prestar por aquele e procede, anualmente, a uma avaliação global da performance e das condições de exercício da atividade do Auditor Externo, na qual inclui uma apreciação sobre a sua independência.

### 46. Trabalhos adicionais, distintos dos de auditoria, realizados pelo Auditor Externo e respetivo procedimento de contratação

Os serviços distintos dos serviços de auditoria contratados ao Auditor Externo, para a Sociedade e para as sociedades do Grupo Sonae, contaram com autorização prévia do Conselho Fiscal, o qual avaliou e concluiu que o desempenho de tais serviços não afetava a independência do Auditor Externo, elemento esse primordial para a consideração da

prestação desses serviços. Salvaguardado esse primeiro critério, o Conselho Fiscal entendeu autorizá-los em virtude de a sua prestação corresponder ao interesse da Sociedade, dada a experiência, especialização e qualidade do prestador nas matérias em apreço, a reconhecida qualidade dos serviços e o conhecimento das diversas áreas da Sociedade e do seu Grupo.

Adicionalmente foram observadas as seguintes salvaguardas:

- A contratação de serviços distintos dos serviços de auditoria não afetou a independência do Auditor Externo;
- Os serviços distintos dos serviços de auditoria representaram uma adequada ponderação face ao conjunto dos serviços prestados;
- Os serviços distintos dos serviços de auditoria, devidamente enquadrados, constituem serviços não proibidos pela legislação da União Europeia, nos termos da Lei n.º 140/2015, de 07 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 99-A/2021 de 31 de dezembro;
- Os serviços distintos dos serviços de auditoria foram prestados com elevada qualidade e autonomia, bem como com independência, relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria;
- Os honorários pagos pela Sonae ao Auditor Externo, em Portugal, representaram menos de 15% do total da sua faturação;
- O sistema de qualidade aplicado pelo Auditor Externo, de acordo com informação prestada por este, monitoriza os riscos potenciais de perda de independência, ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae e assegura a qualidade dos serviços prestados em cumprimento de regras de ética e independência.

Em cumprimento da alínea a) do n.º2 do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º537/2014, a Sociedade Revisor Oficial de Contas confirmou, por escrito, ao Conselho Fiscal que a sociedade de revisores oficiais de contas e os seus sócios, revisor oficial de contas que a representa, bem como os diretores de topo e os diretores que executaram a revisão legal de contas, são independentes relativamente à entidade auditada.

## 47. Remuneração paga ao Auditor Externo

Os valores da remuneração paga ao Revisor Oficial de Contas da Sociedade e ao Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., sob proposta do Conselho Fiscal, e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, são os que a seguir se discriminam em função da sua natureza:

| Remuneração paga pela Sociedade (valores em euros) | 2022 | | 2023 | |
|---|---|---|---|---|
| Auditoria e Revisão Legal de Contas | 86.249 | 99,4% | 77.237 | 94,5% |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade | 500 | 0,6% | 500 | 0,6% |
| Consultoria fiscal | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Outros serviços | - | 0,0% | 3.990 | 4,9% |
| **Total** | **86.749** | **100,0%** | **81.727** | **100,0%** |

| Remuneração paga por entidades que integram o Grupo (valores em euros)* | 2022 | | 2023 | |
|---|---|---|---|---|
| Auditoria e Revisão Legal de Contas | 591.505 | 80,0% | 573.754 | 75,3% |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade | 87.332 | 11,8% | 71.855 | 9,4% |
| Consultoria Fiscal | 15.625 | 2,1% | 18.145 | 2,4% |
| Outros serviços | 44.850 | 6,1% | 98.675 | 12,9% |
| **Total** | **739.312** | **100,0%** | **762.429** | **100,0%** |

* sociedades em relação de domínio ou de grupo

# C. Organização Interna

## I. Estatutos

### 48. Regras aplicáveis às alterações estatutárias

As alterações dos Estatutos seguem os termos do Código das Sociedades Comerciais, exigindo-se a maioria de dois terços dos votos emitidos para aprovação dessa deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Para o funcionamento da Assembleia Geral, em primeira convocação, os Estatutos requerem que um mínimo de 50% do capital emitido esteja presente ou representado.

## II. Comunicação de Irregularidades

### 49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades

Os valores e princípios da Sonae, difundidos e enraizados na cultura dos(as) seus(suas) colaboradores(as), assentam no respeito absoluto e na adoção de regras de boa conduta na gestão de conflitos de interesses e deveres de diligência e confidencialidade nas relações com terceiros. Os valores e princípios da Sonae podem ser consultados na página da Sonae na Internet – http://www.sonae.pt/pt/sonae/cultura.

As participações de irregularidades poderão ser enviadas, por escrito, à atenção do Conselho Fiscal para o seguinte endereço: Lugar do Espido, Via Norte, 4470-157 Maia, conforme informação disponível na página de internet da Sociedade https://www.sonae.pt/pt/sonae/contactos-80/.

As comunicações ao abrigo do disposto na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações e, bem assim, aquelas que estejam abrangidas pelo regime do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro (que estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção), devem ser apresentadas através do Canal de Denúncia Interna criado pela Sociedade para o efeito, nos termos previstos no Regulamento de Comunicação de Infrações ("Whistleblowing"), disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/, através de um dos seguintes meios: carta remetida para o endereço postal Sonae - SGPS, SA, Apartado 6034, EC TECMAIA, 4471-908 Maia, com a indicação de "confidencial"; e/ou correio eletrónico para o endereço canaldenuncias@sonae.pt.

## III. Controlo Interno e Gestão de Riscos

### 50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A Gestão de Risco é uma das componentes da cultura Sonae e um pilar do Governo da Sociedade, estando presente em todos os processos de gestão.

A Gestão de Risco é desenvolvida tendo como objetivo a criação de valor, através da gestão e controlo das oportunidades e ameaças que podem afetar os objetivos de negócio e das empresas da Sonae, numa perspetiva de continuidade dos negócios. A par da Gestão Ambiental e da Sustentabilidade, a Gestão de Risco é uma das componentes do desenvolvimento sustentável das empresas, uma vez que contribui para um desenvolvimento continuado dos negócios, através de um maior conhecimento e de uma gestão efetiva dos riscos que podem afetar as organizações.

A atividade de Gestão de Risco é da responsabilidade de todos os(as) gestores(as) e colaboradores(as) da Sonae, e é apoiada e suportada pelas funções de Gestão de Risco, Auditoria Interna e Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão, tanto ao nível da

Sociedade como dos negócios, através de equipas especializadas que reportam hierarquicamente aos respetivos Conselhos de Administração.

A função de Gestão de Risco tem por missão apoiar as empresas a atingirem os seus objetivos de negócio através de uma abordagem sistemática e estruturada de identificação e gestão dos riscos e das oportunidades.

A função de Auditoria Interna tem por missão identificar e avaliar a eficácia e eficiência da gestão e do controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, reportando funcionalmente ao Conselho Fiscal e hierarquicamente aos respetivos Conselhos de Administração.

A função de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão promove e apoia a integração da gestão de risco no processo de planeamento e controlo de gestão das empresas.

De salientar que os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela atividade de Auditoria Externa.

## 51. Relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos da Sociedade

O Conselho Fiscal avalia o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, supervisionando o seu plano de atividade, recebendo informação periódica dos seus trabalhos, avaliando as conclusões apuradas e emitindo as orientações que julgue necessárias.

O Auditor Externo verifica a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno de acordo com um plano de trabalho alinhado com o Conselho Fiscal, a quem igualmente reporta as conclusões apuradas.

O Conselho de Administração, através da sua Comissão de Auditoria e Finanças e do seu Grupo Consultivo de Gestão de Risco, monitoriza as atividades da Auditoria Interna e da Gestão de Risco.

## 52. Outras áreas funcionais com competências no controlo de risco

Cada uma das áreas funcionais do Grupo assume responsabilidades no controlo e acompanhamento dos riscos inerentes às respetivas funções, nomeadamente, para além do Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão, os departamentos de Assessoria Jurídica e de Governo Corporativo, Tesouraria e Finanças, *Tax*, *People and Leadership*, Comunicação e Marca, Sustentabilidade, Relações Institucionais, Relações com Investidores, M&A, Digital, IOW e *Accountig & Business Solutions* (ABS).

## 53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos

### Macroeconómico:

A Sonae está fortemente exposta ao contexto económico mundial e, em particular, à evolução da economia portuguesa. Num cenário macroeconómico em que se verifique uma recessão nos principais blocos económicos, uma rápida deterioração das condições do mercado de trabalho e, consequentemente, aumento do desemprego, ou uma maior persistência da inflação, resultando na manutenção das taxas de juro elevadas por mais tempo, a Sonae seria significativamente afetada.

Em 2023, este risco assumiu maior preponderância face à rápida subida das taxas de juro na Europa e ao agravamento da situação geopolítica, com o prolongamento da guerra na Ucrânia e o escalar das tensões no Médio Oriente a pressionar o preço das matérias-primas e dos custos de transporte internacionais.

Não obstante, a Sonae tem em curso várias iniciativas com o objetivo de mitigar este risco nomeadamente através da gestão ativa do seu portefólio e da diversificação geográfica dos seus negócios através de um processo de internacionalização, da melhoria contínua e transversal a todos os seus negócios, da sua proposta de valor, a diversificação das suas fontes de financiamento e uma abordagem conservadora de alavancagem financeira. A resiliência demonstrada pela Sonae durante os últimos anos evidenciou o contributo destas iniciativas para a mitigação deste risco.

## Concorrência:

Risco relacionado com a entrada de novos(as) concorrentes, consolidação no mercado, reposicionamento dos(as) atuais concorrentes ou com as ações que eles(elas) possam levar a cabo para conquistar novos mercados ou aumentar a quota de mercado (atividade promocional, introdução de novos conceitos, inovações). A incapacidade para competir em áreas como o preço, gama de produtos e qualidade de serviço podem ter efeitos bastante adversos nos resultados financeiros do Grupo. De forma a minimizar este risco, a Sonae efetua constante *benchmarking* das ações da sua concorrência e investe em novos formatos, negócios e produtos/serviços, ou na melhoria dos existentes, de forma a oferecer aos(as) seus(suas) clientes uma proposta sempre inovadora.

## Clientes:

Um fator fundamental de risco é a propensão dos(as) consumidores(as) a variarem os seus padrões de consumo, o que depende, sobretudo, de fatores sociais e económicos. Os(as) consumidores(as) alteram frequentemente as suas preferências e expectativas, o que exige uma contínua adaptação e otimização da oferta e dos conceitos de negócio.

Para antecipar as tendências de mercado e do(a) consumidor(a), as Empresas do Grupo analisam regularmente informação sobre o comportamento do(a) consumidor(a), sendo ouvidos por ano mais de 400.000 clientes. A introdução de novos conceitos, novos produtos e novas tecnologias, é sempre testada em pilotos antes de ser implementada em todas as unidades. O Grupo também aloca parte significativa do seu investimento anual à modernização das lojas e dos centros comerciais, bem como ao lançamento de serviços baseados em sistemas de informação (incluindo sites transacionais) por forma a garantir a sua atratividade e a acompanhar os desafios do ritmo de inovação tecnológica.

## Marca:

A Sonae e as suas filiais possuem um portefólio de marcas de elevado valor, continuando este a ser um dos seus principais ativos e um impulsionador determinante da sua estratégia de negócio.

Os riscos associados às marcas são principalmente provenientes dos potenciais impactos negativos resultantes de eventos extraordinários que podem afetar a imagem e a reputação da marca. Para mitigar esses riscos, a Sonae avalia periodicamente o valor, atributos e reputação das suas marcas, através de vários canais. Esta avaliação abrangente inclui:

1. Análise de dados em tempo real: são utilizadas ferramentas de análise de dados para analisar o sentimento da marca nas redes sociais, media tradicional e canais de feedback do cliente. Estes dados em tempo real fornecem-nos sinais de alerta precoces de potenciais problemas de reputação.
2. Análise de sentimento e escuta social: são utilizadas ferramentas especializadas que nos permitem entender o tom e o sentimento subjacentes às conversas online relacionadas com a marca. Estas informações ajudam-nos a identificar tendências emergentes, avaliar as perceções dos consumidores e resolver potenciais problemas com agilidade.
3. Pesquisa e estudos de mercado de especialistas: colaboramos com as principais empresas de pesquisa e especialistas do setor para realizar estudos aprofundados sobre a imagem da nossa marca, do contexto competitivo e das perceções dos consumidores. Estes *insights* dão-nos informação útil para a nossa estratégia de marca e ajudam-nos a identificar áreas de melhoria.

O compromisso da Sonae com a qualidade e a inovação é constantemente reconhecido tanto a nível nacional como internacional. A Sonae tem recebido continuamente prémios pela excelência dos seus produtos e serviços, bem como pelos processos de negócio e inovação. Estes prémios reforçam o seu compromisso em oferecer experiências únicas aos seus clientes e cria uma vantagem competitiva sustentável.

Através das práticas de gestão de risco de marca proativas e um compromisso sólido com a qualidade e a inovação, a Sonae está bem posicionada para manter a força e a reputação do seu portefólio de marcas valiosas.

## Riscos dos ativos tangíveis:

Durante o ano de 2023 foram realizadas auditorias de segurança e prevenção no âmbito da engenharia de risco (Loss Prevention) aos locais identificados como *top locations*. O ranking de *top locations* foi revisto em 2022 segundo os *total declared values* e o nível de exposição aos riscos catastróficos (segundo a escala da Munich Re).

Deu-se continuidade ao processo de monitorização e avaliação de risco, seguindo as melhores práticas de mercado, com foco nos impactos das alterações climáticas.

## Riscos de Segurança das Pessoas:

A segurança e saúde dos(as) colaboradores(as) é um aspeto central da gestão da Sonae. São desenvolvidas, anualmente, várias iniciativas e ações, nomeadamente formativas, no âmbito da temática de Saúde e Segurança no Trabalho, ultrapassando as 49.000 horas de formação, as quais visam reforçar o compromisso e envolvimento de todos(as) os(as) colaboradores(as) com a prevenção e a redução dos riscos profissionais, bem como a promoção de hábitos saudáveis que contribuam para o bem-estar físico e psicológico do(a) colaborador(a).

A Sonae aposta, ainda, numa cultura de zero acidentes, assegurando as condições necessárias para que as diversas unidades sejam ambientes seguros e saudáveis e cujo esforço se reflete nos resultados dos índices de sinistralidade laboral, quer em termos de frequência, quer em termos de severidade, os quais se encontram no nível da classificação mais exigente segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS).

No ano de 2023 a Sonae reforçou o seu compromisso de promover a segurança, a saúde e bem-estar físico, mental e social dos nossos colaboradores. Ao nível da saúde mental destaca-se o desenvolvimento de várias iniciativas promotoras do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal e da criação de ambientes de trabalho inclusivos onde todos(as) se sintam valorizados. Foram igualmente desenvolvidas ações para redução do risco ergonómico dos colaboradores(as) ao nível das estruturas e entrepostos, destacando o lançamento de um programa para a melhoria das condições de trabalho, o programa de estudo e prevenção das lesões músculo-esqueléticas assim como de um Centro de prevenção nesta área e do Programa de ErgoCoaching.

## Riscos de continuidade do negócio:

Continuaram a ser desenvolvidos projetos e programas com o objetivo de garantir a continuidade das operações, através da definição, revisão e implementação de procedimentos e processos de preparação para cenários de crise e de catástrofes, nomeadamente através do desenvolvimento de planos de resiliência, emergência, contingência e de recuperação dos negócios e dos sistemas de informação.

## Riscos Ambientais:

A Sonae está consciente dos impactos gerados pela sua atividade e da sua dependência relativamente aos ecossistemas naturais ao longo das suas cadeias de valor, desde a extração, produção, até ao fim de vida de produtos e serviços. Ciente dos impactos, como a depleção de recursos naturais e de biodiversidade bem como poluição, a empresa procura equilibrar o desenvolvimento económico e social com a preservação dos recursos naturais. Reconhecendo a sua capacidade de ação, a Sonae desenvolve ações de gestão dos seus riscos ambientais incluindo políticas, objetivos e metas, alinhados com o quadro regulatório e os melhores *standards* de mercado, visando a mitigação de impactos em várias frentes. Estas iniciativas incidem nomeadamente sobre a utilização de recursos nas operações próprias (energia, água e outros recursos naturais), nos efeitos potenciais da poluição gerada quer na fase de produção, quer nas fases de uso e de descarte de produtos e serviços.

A Sonae investe significativamente na melhoria contínua da gestão ambiental, assegurando qualidade dos locais de trabalho e implementando iniciativas para promover a sustentabilidade nas suas operações, produtos e serviços, incluindo a redução das pegadas carbónica e hídrica, a promoção da circularidade dos materiais e produtos, uma gestão eficaz de resíduos, e o restauro da proteção da biodiversidade.

As principais ações de mitigação de impactos incluem iniciativas para otimizar o consumo de água e energia, como a instalação de equipamentos mais eficientes, produção local e o uso de energia renovável bem como a eletrificação da frota automóvel. Relativamente a embalagens, a Sonae procura ativamente, e sempre que possível, reduzir e eliminar embalagens de uso único, tanto em produtos como nas operações, substituindo materiais de embalagem de acordo com o princípio de eco-design, minimizando resíduos e fomentando o aumento da reciclagem, entre outras medidas. Adicionalmente, as empresas Sonae procuram promover o aumento da reciclagem e influenciar os seus fornecedores a adotarem melhores práticas ambientais, especialmente na redução de embalagens e resíduos, alinhando com os padrões que a Sonae busca para as suas marcas próprias.

Tendo em consideração os *frameworks* e *standards* mais relevantes, a Sonae continua a implementar o seu programa de certificação ambiental nos ativos mais significativos, seguindo os padrões estabelecidos pela norma internacional NP EN ISO 14001:2015, num processo conduzido por uma entidade certificadora independente e credenciada. Neste âmbito, são promovidas melhorias contínuas do desempenho ambiental das infraestruturas e operações, fortalecendo ainda o cumprimento das obrigações legais.

## Riscos de Projetos:

Os riscos dos processos críticos de negócio e dos principais projetos de mudança, nomeadamente a implementação de novos processos e os principais projetos de mudança dos sistemas de informação, foram avaliados e monitorizados, quer no âmbito da atividade específica de Gestão de Risco quer no âmbito da atividade de Auditoria Interna.

## Riscos seguráveis:

No que respeita à transferência dos riscos seguráveis (técnicos e operacionais), prosseguiu-se um objetivo de racionalização, quer pela correta adequação da estrutura financeira aos valores dos capitais em risco, tendo por base as permanentes mudanças nos negócios abrangidos, quer pela intenção de ganhar ainda mais massa crítica nos tipos de riscos abrangidos.

A Sonae mantém o foco na garantia das melhores coberturas para cada negócio, considerando as exigências legais e respondendo aos diferentes apetites e níveis de retenção.

A sinistralidade dos programas globais permanece estável e em níveis considerados baixos mesmo com os impactos decorrentes das alterações climáticas.

Em 2023 o mercado segurador começou a mostrar os primeiros sinais de estabilização, após um ciclo de *hard market*.

## Riscos de informação, proteção de dados pessoais e de cibersegurança:

O Modelo de Governo de Segurança e Privacidade da Sonae é sustentado no modelo das 3 linhas de defesa, através do qual o Grupo gere os seus riscos.

A gestão de risco é uma componente fundamental da cultura da Sonae e um dos pilares do governo da Sociedade, estando presente em todos os processos da gestão e sendo uma responsabilidade de todos os(as) colaboradores(as).

O modelo de gestão de risco da Sonae tem como objetivos a criação e proteção de valor, através da gestão e controlo das oportunidades e ameaças que podem afetar os objetivos e as perspetivas de continuidade dos Negócios, bem como o suporte à tomada de decisões.

No modelo das três linhas de defesa, cabe às unidades de negócio da Sonae o primeiro nível de defesa, sendo estas responsáveis pela identificação e avaliação dos riscos e a implementação de controlos para a sua mitigação, sendo apoiada e suportada pelas funções de 2.ª e 3.ª linha para garantir a supervisão e a garantia de uma adequada gestão de risco.




Principais funções do CISO que são exercidas com independência e autonomia, reportando diretamente ao CFO da Sonae:

- Promover uma cultura de cibersegurança;
- Definir o modelo de governo, políticas, normas e a estratégia de cibersegurança;
- Supervisionar a implementação do plano de segurança;
- Desenvolver atividades de *Cybersecurity Intelligence;*
- Liderar iniciativas e processos de cibersegurança transversais ao Grupo;
- Gerir o programa de formação e sensibilização em cibersegurança;
- Liderar a resposta a crises e apoiar na resposta a incidentes;
- Gerir a comunicação com as Autoridades nacionais e internacionais e fóruns relevantes.

Principais funções do DPO que são exercidas com independência e autonomia, reportando diretamente ao CFO da Sonae:

- Promover uma cultura de privacidade;
- Fornecer as orientações relacionadas com a execução de medidas de tratamento de dados pessoais, em conformidade com os regulamentos e legislação aplicáveis, e por comprovar a sua eficácia, em particular no que diz respeito à identificação dos riscos relacionados com o seu tratamento, com a sua avaliação em termos de origem, natureza, probabilidade e gravidade, bem como a identificação das melhores práticas que permitam a sua mitigação;
- Monitorizar e controlar o nível de conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados ("RGPD") e demais legislação aplicável;
- Acompanhar as violações de dados pessoais;
- Ponto de contacto com a Autoridade de Controlo.

Na Sonae foram definidas diretrizes, que vão desde políticas gerais até instruções específicas, que têm por objetivo assegurar uma adequada resposta aos principais riscos:



Os sistemas de informação dos negócios da Sonae caraterizam-se por serem abrangentes, heterogéneos e distribuídos. Do ponto de vista da segurança da informação têm sido desenvolvidas várias ações de mitigação do risco de comprometimento da confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados, nomeadamente a implementação de sistemas de alta-disponibilidade, redundância da infraestrutura de rede, controlo de qualidade dos fluxos entre aplicações, gestão de acessos e perfis e  adoção de uma estratégia *zero trust* para o acesso aos sistemas.

Adicionalmente, a realização de testes de intrusão aos ativos expostos à internet e proteção de dispositivos móveis, servidores e computadores com tecnologias inovadoras, faz parte da postura das empresas Sonae para gerir o risco cibernético.

2023 pautou-se pelo reforço das necessidades de Compliance. Nomeadamente, a diretiva NIS 2 (*Network and Information Security Directive*) da União Europeia procura aumentar coletivamente a ciber-resiliência dos estados-membros, atribuindo obrigações reforçadas a setores nos quais estão enquadrados diversos negócios Sonae. Neste sentido foi criado um projeto corporativo para, transversalmente, adotar uma estratégia que garanta conformidade das empresas Sonae, incluindo a identificação de negócios abrangidos pela referida diretiva assim como os controlos necessários para responder às exigências, preparando as empresas para a futura transposição para o ordenamento nacional.

A mitigação de ciber riscos depende em larga escala da ação coletiva e comunitária, tendo a Sonae colaborado com os seus parceiros da Eurocommerce na realização de reuniões e *workshops* com especial foco na cibersegurança e na diretiva NIS 2. Estes momentos foram de igual forma oportunidades para partilha de conhecimento e melhores práticas de cibersegurança incluindo a articulação com entidades como a ENISA (Agência Europeia de Cibersegurança) e a Comissão Europeia.

Apesar dos esforços de cooperação internacional, a Sonae manteve-se como elemento ativo nos fóruns nacionais, contribuindo para discussão e desenvolvimento da cibersegurança em território luso através da sua participação na Aliança Nacional para a Cibersegurança e na Rede Nacional de CSIRTs (Computer Security Incident Response Teams).

Este ano fica ainda marcado pelo reforço de maturidade dos controlos de segurança Sonae. Foram reforçadas áreas como: a Ciber Intelligence, expandindo significativamente os recursos e fontes de informação sobre possíveis ameaças e vulnerabilidade nas infraestruturas, o que permite ao grupo agir proactivamente na mitigação de riscos: e a Segurança de Redes, com soluções de *zero trust network access.*

O ano fica de igual forma marcado pelo reforço da formação e sensibilização na área de cibersegurança, com reforço dos conteúdos partilhados nos meios de comunicação interna da Sonae, envio de alertas aos seus colaboradores, através de e-mail e SMS referentes a novas campanhas maliciosas identificadas.

Em 2023 os principais indicadores externos de cibersegurança da Sonae, em particular o rating da Bitsightt, mantém a trajetória positiva dos últimos anos, o que revela o incremental reforço da maturidade de cibersegurança do grupo.

## Riscos Financeiros:

O Grupo está exposto a uma diversidade de riscos financeiros (detalhados e analisados no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonae) que podem impactar o seu valor patrimonial, os quais podem ser agrupados, de modo sintético, por natureza:

1. Risco de Taxa de Juro
2. Risco da Taxa de Câmbio
3. Risco de Liquidez
4. Risco de Crédito
5. Risco de Mercado
6. Risco de preço de *Commodities*
7. Risco de Capital

Em abstrato, entende-se por risco financeiro a possibilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, com impacto material nos resultados do Grupo. A Sonae procura, quando possível, controlar esta volatilidade com o intuito de proteger o seu valor patrimonial.

Tendo em consideração a múltipla natureza dos diversos negócios do Grupo não há uma política única para a gestão desses riscos. Existem princípios genéricos que emergem das práticas de boa gestão, mas é privilegiada uma abordagem individualizada e adaptada às características intrínsecas de cada negócio.

A postura do Grupo relativamente à gestão dos riscos financeiros é conservadora e prudente. A Sonae não assume posições economicamente especulativas, pelo que todas as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por único propósito o controlo de riscos aos quais o Grupo já se encontra exposto.

Pela natureza do seu negócio, o Grupo é particularmente ativo na cobertura do risco de taxa de câmbio que emerge, essencialmente, da atividade de *sourcing* internacional, consubstanciada em compras na sua maioria denominadas em dólares americanos. Estas operações são feitas, por regra, através da contratação de instrumentos financeiros derivados, com bancos de relação da Sonae e o objetivo de proporcionar estabilidade na tomada de decisão e negociação no processo de *sourcing* estabelecendo taxas de câmbio fixas. Na gestão do risco de taxa de juro ou do risco de preço de *commodities*, sempre que são efetuadas coberturas, os procedimentos são idênticos. Algumas empresas do Grupo têm a sua operação em países cujas moeda funcional não é o Euro, cujo risco é gerido de acordo com as políticas definidas por cada um dos negócios.

Parte substancial dos recursos do Grupo são captados junto de Bancos de relacionamento e pontualmente nos mercados de capitais, pelo que a Sonae está, inevitavelmente, exposta à sua volatilidade intrínseca. De modo a garantir que, a todo o momento, o Grupo tem capacidade financeira para assegurar os seus compromissos, prossegue políticas de financiamento que recomendam o refinanciamento antecipado das necessidades do Grupo num horizonte temporal de 18 meses, acrescidos de buffers prudenciais pré-determinados reduzindo, assim, o impacto de uma eventual disrupção abruta nos mercados de financiamento na atividade corrente do Grupo. Em acréscimo, a Sonae procura diminuir o risco de liquidez, por meio de negociação de termos contratuais que reduzem a possibilidade de as contrapartes serem capazes de exigir unilateralmente o término antecipado do financiamento e tendo uma diversidade de contrapartes que lhe permita reduzir os impactos que eventuais acontecimentos específicos, num banco ou num país, possam ter na capacidade do Grupo em aceder a fundos, nos montantes e condições desejáveis.

Uma área que, fruto do crescimento dos canais de vendas dos diversos negócios do Grupo, tem vindo a ganhar peso nos últimos anos é a cobertura do risco de créditos dos seus clientes. Apesar de, em termos consolidados, este risco ser ainda relativamente pequeno, o aumento dos canais de *wholesale* e *franchising* dos vários negócios tem obrigado a Sonae a dar particular atenção à sua gestão quer através do estabelecimento de políticas adaptadas às características e natureza dos diversos negócios, definindo limites claros de risco por crédito, quer, e já no âmbito das próprias políticas, à transferência de parte desses riscos para terceiros através de seguros de crédito, garantias bancárias ou créditos documentários, entre outros instrumentos similares. Em acréscimo, o Grupo iniciou Comités de Crédito individualizados por negócio, com uma participação multidisciplinar para o risco de incumprimento por parte dos(as) clientes seja mitigado e acompanhado de forma sistemática e atempada.

Ainda relativamente à gestão de risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura) ou de empréstimos a entidades relacionadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae com vista à mitigação da probabilidade de incumprimento das obrigações, que passam, entre outras, pela execução de operações apenas com contrapartes que apresentem elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de *rating*, tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

O Grupo está exposto ao risco do preço das ações decorrente do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras estratégicas cotadas. Podem existir instrumentos financeiros derivados associados ao valor das participações cotadas do Grupo, sendo que estes riscos são acompanhados de forma recorrente até à sua maturidade.

O Grupo está exposto a riscos associados à flutuação de preços de *commodities*, como energia e várias matérias-primas incorporadas nos produtos comercializados. Nesse sentido, a Sonae acompanha de perto a evolução desses preços e as perspetivas futuras. Para gerir esses riscos, o Grupo pode recorrer a contratos de derivados ou compras a prazo, semelhantes aos utilizados para lidar com os riscos cambiais e de taxas de juro.

Os objetivos de gestão da estrutura de capital (definido pela proporção entre capital próprio e dívida líquida) são a salvaguarda da capacidade do Grupo para assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais e, ao mesmo tempo, maximizar o retorno dos(as) acionistas e otimizar o custo de financiamento.

A política de gestão de riscos financeiros é determinada por cada um dos Conselhos de Administração, sempre com o apoio da equipa de Tesouraria e Finanças, sendo os riscos identificados e monitorizados em cada um dos departamentos financeiro e de tesouraria dos negócios. Desta forma é garantida uma abordagem consistente e agregada aos diversos riscos que, no fim, impactam o Grupo.

A exposição aos riscos é igualmente monitorizada pela Comissão de Finanças, na qual uma análise consolidada de risco é revista e reportada numa base mensal, e as orientações sobre políticas de gestão de risco são analisadas e revistas regularmente.

O sistema implementado assegura que, em cada momento, são adotadas as políticas apropriadas de gestão de riscos financeiros para que estes não condicionem a concretização dos objetivos estratégicos do Grupo Sonae.

## Riscos Legais, Fiscais e Regulatórios:

A Sonae e os seus negócios dispõem de assessorias legal e fiscal permanentes e dedicadas às especificidades da respetiva atividade, que funcionam na dependência da gestão e desenvolvem as suas competências em articulação com as demais funções e assessorias, por forma a assegurar, preventivamente, a proteção dos interesses da Sociedade e dos negócios no respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres legais bem como pela aplicação das melhores práticas.

As equipas que integram estas assessorias possuem formação especializada e participam em ações de formação e atualização, de iniciativa interna e externa.

A assessoria legal e fiscal é igualmente garantida, a nível nacional e internacional, por profissionais externos, selecionados de entre firmas de reconhecida reputação, de acordo com elevados critérios de competência, ética e experiência.

Os processos em contencioso, em que a Sociedade é parte, encontram-se identificados no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonae.

As empresas Sonae estão sujeitas a leis e regulamentos nacionais, locais e setoriais de cada mercado onde operam e que visam assegurar: a segurança e proteção dos(as) consumidores(as), a proteção de dados pessoais, os direitos dos(as) trabalhadores(as), a proteção do meio ambiente e o ordenamento do território, o cumprimento da regulamentação dos setores de atividade em que está presente e a manutenção de um mercado aberto e competitivo. Desta forma, estão naturalmente expostas ao risco de ocorrência de alterações regulatórias que possam condicionar a condução dos negócios e, consequentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objetivos estratégicos.

A postura do Grupo é de colaboração permanente com as autoridades, no respeito e observância das disposições legais. Essa colaboração assume, em alguns casos, a forma de comentários a consultas públicas emitidas por autoridades nacionais e internacionais. A crescente internacionalização dos negócios da Sonae é afetada por riscos específicos decorrentes da natureza diferenciada dos enquadramentos legais em cada país.

## Riscos de Recursos Humanos:

2023 ficou marcado por múltiplos acontecimentos, que condicionaram de forma inequívoca o mundo, as sociedades, as empresas e os indivíduos. Assistimos a problemas nas cadeias de abastecimento, níveis de inflação históricos, um aumento acentuado das taxas de juro, uma economia fragilizada, uma crise política em Portugal e um consequente agravamento das desigualdades sociais e económicas.

As empresas continuam a debater-se com a escassez de talento e com enormes desafios na atração e retenção de talento. A rotatividade aumentou, consideravelmente motivada por uma força de trabalho cansada, com vontade de mudança e que procura motivações mais assentes

num maior equilíbrio pessoal e profissional. Em paralelo, as características demográficas desta força de trabalho são também elas diferentes e as novas formas de trabalhar são, agora, uma realidade nas rotinas das empresas.

A busca de um sentido de propósito por parte dos colaboradores apresenta-se como uma variável impulsionadora dessa vontade de mudança e o tema da diversidade, equidade e inclusão ganha um foco cada vez maior na atualidade, sendo um fator determinante para o *engagement* dos colaboradores.

Continuamos a viver em circunstâncias desafiantes a todos os níveis. Para fazer face a esse contexto, a Sonae tem procurado garantir o bem-estar dos(as) seus(suas) colaboradores(as) e minimizar os efeitos sentidos pela inflação e aumento significativo das taxas de juro, que vem colocar pressão adicional nos rendimentos disponíveis nas suas famílias. Em 2023 a Sonae procurou rever os salários dos seus colaboradores em linha com a inflação e, em alguns dos negócios do Grupo, foi atribuído um apoio extraordinário para ajudar a mitigar os impactos sentidos no custo de vida. A atração, desenvolvimento e retenção de talento continua a ser uma prioridade na Sonae. O ano de 2023 ficou marcado pela implementação de um novo modelo de competências, que vem responder aos complexos deságios empresariais de hoje, refletindo a nossa cultura e valores fundamentais.

Investir em programas de aprendizagem contínua e em iniciativas de atualização de competências garante que a força de trabalho se mantém alinhada com a evolução das exigências de mercado de trabalho. Como tal, em 2023, foi lançada a “Sonae Academy 2.0”, que marca o reposicionamento da academia corporativa, com uma abordagem inovadora, hoje mais capaz de responder aos desafios atuais e futuros da gestão e da liderança, bem como dos novos modelos de aprendizagem e avaliação do seu impacto.

Num mundo cada vez mais digital e onde os dados imperam, a capacitação dos colaboradores da Sonae na análise de dados é fundamental para garantir a simplificação, aceleração e robustez da tomada de decisões nos negócios. Assim, a Sonae tem em curso um programa de formação em “Advanced Analytics” destinados a líderes e pessoas-chave nos negócios.

O *reskilling* e *upskilling* continuam a ser temas centrais para garantir o futuro das empresas e da sociedade e como resposta à escassez de talento. A Sonae lidera a iniciativa PRO_MOV, programa nacional que se insere na iniciativa europeia Reskilling 4 Employment (R4E), que pretende requalificar 1 milhão de europeus para os empregos do futuro até 2025. Estamos a investir ativamente em iniciativas de melhoria de competências e de requalificação profissional para colmatar as lacunas de competências e promover uma mão de obra preparada para o futuro.

Combater as desigualdades e promover a diversidade de inclusão é imperativo para a Sonae. Em 2023 foi lançado o primeiro “Employee Resource Group”, dedicado ao tema LGBTQIA+, uma das dimensões da diversidade prioritárias para o Grupo.

## 54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

Como abordagem estruturada e disciplinada que alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologias e conhecimento, a Gestão de Risco está integrada em todo o processo de planeamento da Sonae. O seu objetivo é identificar, avaliar e gerir as oportunidades e as ameaças que os negócios da Sonae enfrentam na prossecução dos seus objetivos de criação de valor.

A gestão e monitorização pela Sonae dos seus principais riscos é alcançada através de diferentes abordagens, entre as quais:

- No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do portefólio de negócios existente, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projetos mais relevantes, e definidas as estratégias de gestão desses riscos;
- No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objetivos de negócio e planeadas ações de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos das unidades de negócio e das unidades funcionais;
- Nos riscos de natureza mais transversal, nomeadamente em grandes projetos de mudança da organização, nos planos de contingência e de continuidade dos negócios, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação dos responsáveis das unidades e funções envolvidas;

- No que diz respeito aos riscos de segurança dos ativos físicos e das pessoas (riscos "técnico-operacionais"), são realizadas auditorias às unidades principais e implementadas ações preventivas e corretivas dos riscos identificados. Regularmente, é reavaliada a cobertura financeira dos riscos seguráveis;
- A gestão dos riscos financeiros é efetuada e monitorizada no âmbito das funções financeiras da Sociedade e dos negócios, cuja atividade é reportada, coordenada e acompanhada em sede da Comissão de Finanças e Tesouraria da Sonae e da Comissão de Auditoria e Finanças;
- A gestão dos riscos legais, fiscais e regulatórios é efetuada e monitorizada no âmbito das assessorias legais e fiscais.

O processo de gestão de risco é apoiado por uma metodologia uniforme e sistemática, tendo por base um padrão internacional que compreende nomeadamente o seguinte:

- Definição do enfoque de gestão de risco (taxonomia de riscos, definição de uma matriz de risco do negócio e de uma linguagem comum);
- Identificação e sistematização dos riscos que podem afetar a organização (fontes de risco);
- Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do impacto nos objetivos dos negócios e da probabilidade de ocorrência;
- Identificação das causas dos riscos mais importantes;
- Avaliação das estratégias de gestão de risco (p.ex., aceitar, evitar, mitigar, transferir);
- Desenvolvimento e implementação de planos de ação de gestão de risco e sua integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções da Sonae;
- Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de ações e da evolução dos riscos.

## Formação e desenvolvimento em Auditoria Interna e Gestão de Risco

No que respeita ao desenvolvimento das funções de Auditoria Interna e Gestão de Risco, a Sonae continua a incentivar os(as) colaboradores(as) na obtenção de certificações em várias áreas: auditoria interna, gestão de risco, proteção de dados, cibersegurança e segurança alimentar. No final de 2023, existiam 74 certificações de entre as quais se destacam:




| Certificação | | Instituto / Associação | |
|---|---|---|---|
| CIA | *Certified Internal Auditor* | IIA | *Institute of Internal Auditors* |
| CCSA | *Certified in Control Self-Assessment* | IIA | *Institute of Internal Auditors* |
| CRMA | *Certified Risk Management Assurance* | IIA | *Institute of Internal Auditors* |
| CISA | *Certified Information System Audit* | ISACA | *Information System Audit and Control Association* |
| CISM | *Certified Information Security Management* | ISACA | *Information System Audit and Control Association* |
| CRISC | *Certified in Risk and nformation System Control* | ISACA | *Information System Audit and Control Association* |
| COBIT 5 | COBIT 5 | ISACA | *Information System Audit and Control Association* |
| ISO 27001 | *Lead Auditor Certification* | | |
| CEH | *Certified Ethical Hacker* | | |
| DPO | *Certified* DPO | EIPA | *European Institute of Public Administration* |
| CDPSE | *Certified Data Privacy Solutions Engineer* | ISACA | *Information System Audit and Control Association* |
| ISO 9001 | Gestão da Qualidade | APCER | |
| ISO 22000 | Segurança Alimentar | APCER | |

Considerando a importância da formação contínua dos auditores internos, a Sonae continua o programa de formação da Academia de Auditoria Interna, que foi complementado com o programa de desenvolvimento das *skills* digitais (digital auditor) e programas de formação *self-learning*. Em 2023 foram realizadas, no total, 2.383 horas de formação.

A Sonae é uma das organizações com maior número de colaboradores(as) certificados(as) em auditoria interna e gestão de risco em Portugal. Em 2024, a Sonae continuará a patrocinar este importante programa de formação, desenvolvimento e certificação internacional dos(as) seus(suas) colaboradores(as) de auditoria interna e gestão de risco, de acordo com as melhores práticas internacionais.

## Ações a destacar em 2023

No decorrer de 2023 a Sonae deu continuidade ao exercício de Enterprise Wide Risk Management, dinamizado pela função corporativa de gestão de risco da Sociedade, a qual garantiu o alinhamento de metodologias, práticas e calendário de gestão de risco em todas as empresas Sonae.

No primeiro trimestre do ano, procedeu-se à identificação dos riscos da Sociedade, tendo por base o exercício EWRM de 2022 e à elaboração de um novo dicionário e de uma nova taxonomia de riscos, que por sua vez consideram na sua atualização a estratégia de sustentabilidade da Sonae. Ainda durante este período foi elaborado o questionário para suporte à avaliação dos riscos.

Durante o segundo trimestre, procedeu-se à avaliação de risco, atividade da responsabilidade da Comissão Executiva da Sonae. Após o preenchimento individual do questionário de avaliação, realizou-se uma sessão de calibração, que culminou na aprovação da matriz de risco da Sonae, a identificação dos riscos críticos, e a nomeação dos respetivos responsáveis, submetida a apreciação da Comissão de Auditoria e Finanças, e reportado ao Conselho de Administração pelo Presidente daquela Comissão.

No terceiro e quarto trimestres, foi desenvolvido um trabalho conjunto com cada "responsável" do risco, onde foram identificadas e implementadas ações de mitigação e monitorizados os indicadores de risco.

Em relação à execução de projetos, salientamos:

- A publicação do terceiro relatório alinhado com a framework TCFD (*Task Force on Climate-related Financial Disclosures)*, para suporte à gestão dos riscos climáticos, nomeadamente os riscos de transição para uma economia de baixo carbono e os riscos físicos, bem como para dotar os investidores da informação financeira necessária a uma tomada de decisão informada no que toca a investimentos futuros;
- A adequação de procedimentos para garantir o cumprimento da Lei de Proteção de Denunciantes de Infrações (Lei n.º 93/2021 de 20 de dezembro) e do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (Decreto-Lei n.º 109-E/2021 de 9 de dezembro);
- A atualização do Manual de Gestão de Crise da Legionella (Equipa de gestão de crise, funções e responsabilidades, cenários de crise, matriz de escalada, ações de contingência e contactos).

Ao longo do ano foram ainda promovidos eventos de partilha e troca de experiências no domínio da Gestão de Risco, dos quais destacamos a participação num *Think Tank* Português de Gestão de Risco.

## 55. Descrição dos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos relativamente ao processo de elaboração e divulgação de informação financeira

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporte financeiro, é um compromisso do Conselho de Administração da Sonae, procurando identificar e melhorar os processos mais relevantes em termos de preparação e divulgação de informação financeira, com os objetivos de transparência, consistência, simplicidade, fiabilidade e relevância. O objetivo do sistema de controlo interno é assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do reporte financeiro.

A fiabilidade da informação financeira é garantida quer através da clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores, quer pela realização de diversos procedimentos de controlo ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

O sistema de controlo interno, no que respeita à contabilidade e preparação e divulgação de informação financeira, inclui os seguintes controlos chave:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- Existem três tipos principais de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação e controlos processuais. Estes controlos incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão,

monitorização e melhoria de processos, com o objetivo de preparar o reporte financeiro da empresa;

- A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados nas notas às demonstrações financeiras, constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;
- Os planos, procedimentos e registos das empresas do Grupo permitem uma garantia razoável de que as transações são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que as empresas mantêm registos atualizados de ativos e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrerem diferenças;
- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma, o qual é partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;
- Ao nível das empresas individuais, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelas diferentes funções dos serviços administrativos e contabilísticos, que garantem o controlo do registo das transações dos processos de negócio e dos saldos das contas de ativos, passivos e capitais próprios. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos Contabilistas Certificados de cada uma das empresas e revistas pelas funções de controlo de gestão e fiscal;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pelos departamentos de consolidação de contas dos serviços administrativos dos Centros Corporativos das sub-holdings e da holding. Este processo constitui um nível adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos, dos procedimentos de corte de operações e o controlo dos saldos e transações entre as empresas do Grupo;
- O Relatório de Gestão é preparado pelo departamento de Relação com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte. O Relatório de Governo da Sociedade é preparado pelo departamento de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo, também com a contribuição das várias áreas de negócio e de suporte;
- As demonstrações financeiras do Grupo são preparadas sob a supervisão da Comissão Executiva do Grupo. O conjunto de documentos que constituem o relatório anual são enviados para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae. Depois da aprovação, os documentos são enviados ao Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria;
- O processo de preparação da informação financeira separada e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras separadas e consolidadas e o Relatório de Gestão. O Revisor Oficial de Contas apresenta, diretamente ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças, um sumário das principais conclusões do exame anual efetuado à informação financeira;
- Todos(as) aqueles(as) que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade integram a lista de pessoas com acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação;
- As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.
- Entre as causas de risco que podem afetar materialmente o reporte contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:

    - Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas no anexo às demonstrações financeiras. As estimativas são baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
    - Saldos e transações com partes relacionadas – Os saldos e transações mais significativas com partes relacionadas são divulgados nos anexos às demonstrações financeiras. Estas estão associadas sobretudo a atividades operacionais recorrentes do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, em ambos os casos, efetuados a preços de mercado. Conforme determinado na Política Interna em matéria de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em 2020 pelo Conselho de Administração com parecer prévio vinculativo do Conselho Fiscal, a este último

são reportadas semestralmente todas as transações realizadas com partes relacionadas.

- Informação mais específica sobre como estas e outras causas de risco foram mitigadas, está disponível no anexo às demonstrações financeiras.
- A Sonae adota várias ações relacionadas com a melhoria contínua do Sistema de Controlo de Riscos Financeiros, incluindo:
  - Melhoria da documentação sobre controlos – No seguimento das ações de anos anteriores, durante 2023, a Sonae continuou a melhorar a documentação e a sistematização dos riscos e o sistema de controlo interno relacionado com a preparação da informação financeira. Estas ações incluem a identificação das causas dos riscos (risco inerente), a identificação dos processos com maior materialidade, a documentação de controlos e a análise final (risco residual) após a implementação de potenciais melhorias nos controlos;
  - Análise de conformidade – O departamento de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo, em cooperação com os departamentos ABS, de Relação com Investidores, de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e, de acordo com o necessário, outros departamentos, coordena uma análise periódica da conformidade com os requisitos legais e regulamentos relativamente aos processos de governo subjacentes e informação financeira correspondente, que são comunicados no Relatório de Gestão e no Relatório de Governo da Sociedade.

## IV. Apoio ao Investidor

### 56. Serviço responsável pelo Apoio ao Investidor

A Direção de Relações com Investidores é responsável por gerir a relação entre a Sonae e a comunidade financeira - atuais e potenciais investidores(as), analistas e autoridades reguladoras do mercado - com o propósito de melhorar o conhecimento e a compreensão destes em relação à empresa, através do fornecimento de informação relevante, atualizada e fidedigna.

Na estrita observância das disposições legais e regulamentares, a Sonae tem como regra informar, de forma imediata, os(as) seus(suas) acionistas e o mercado em geral sobre os factos relevantes da sua atividade, no sentido de evitar hiatos entre a ocorrência e a divulgação desses factos, tendo confirmado a sua prática ao longo dos anos.

A Direção de Relações com Investidores prepara regularmente apresentações para a comunidade financeira, comunicações sobre resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como comunicações relevantes ao mercado sempre que tal se revele necessário para divulgar ou clarificar qualquer evento que possa influenciar a cotação das ações da Sonae. Adicionalmente e quando solicitado, fornece esclarecimentos sobre as atividades da empresa, respondendo às questões colocadas através de e-mail ou por telefone.

Para além da existência da Direção de Relações com Investidores, toda a informação divulgada é disponibilizada no website da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (http://www.cmvm.pt) e no website da Sociedade (http://www.sonae.pt/pt/investidores/comunicados/). Em http://www.sonae.pt/pt/investidores/ poderá ser encontrada a informação exigida pelo art.º 3.º do Regulamento da CMVM n.º 4/2013, bem como informação de carácter geral sobre a Sonae, para além de outra informação considerada relevante e recomendada pelo Código de Governo da Sociedade do IPCG de 2018 (revisto em 2023), designadamente:

- Apresentações institucionais e outras apresentações da Sonae à comunidade financeira;
- Resultados trimestrais, semestrais e anuais referentes aos últimos cinco anos;
- Relatórios de Gestão;
- Relatórios sobre o Governo da Sociedade;
- Regulamentos Internos do órgão e administração e respetivas comissões e do órgão de fiscalização
- A identificação dos(as) responsáveis da Direção de Relações com Investidores, bem como os seus contactos;
- Descrição do desempenho do título Sonae na Bolsa de Valores Portuguesa;
- Informação relativa às Assembleias Gerais da Sociedade;
- Os calendários financeiros anuais, abrangendo Assembleias Gerais e a divulgação dos resultados anuais, semestrais e trimestrais.

De modo a garantir uma comunicação eficaz com o mercado de capitais e garantir a qualidade da informação fornecida, a Direção de Relações com Investidores organiza *roadshows* nos

centros financeiros mais importantes e participa em diversas conferências pessoalmente ou de forma virtual. Um grande número de investidores(as) e analistas tem também a oportunidade de falar com os(as) gestores(as) de topo da empresa, na forma de sessões individuais ou de grupo, presencialmente oi por meios telemáticos.

Nos últimos anos, a direção de Relações com Investidores mantém contactos recorrentes com agências de *rating* de ESG, que publicam sob a sua responsabilidade e, em alguns casos, sem controlo de fidedignidade por parte da Sociedade, resultados de natureza ambiental, social e de governo, para que a informação disponibilizada por estas, seja o mais fidedigna possível e reflita corretamente o esforço que a Sonae desenvolve nestas matérias.

Qualquer interessado(a) pode contactar a Direção de Relações com Investidores através dos seguintes meios:

Ricardo Figueiredo da Rocha

Diretor de Relação com Investidores

Tel: (+351) 22 010 47 94

E-mail: investor.relations@sonae.pt / rjfrocha@sonae.pt

Morada: Lugar do Espido Via Norte 4471-909 Maia Portugal

Site: http://www.sonae.pt

A Sonae considera que, desta forma, assegura um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos(as) acionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos(as) investidores(as).

## 57. Representante para as Relações com o Mercado

Durante o ano de 2023, Célia da Conceição Azevedo Neves Sá Miranda foi a Representante para as Relações com o Mercado, com os seguintes contactos:

Tel: +351 220104706

E-mail: investor.relations@sonae.pt

Morada: Lugar do Espido, Via Norte, 4471-909 Maia Portugal

## 58. Pedidos de informação

No exercício de 2023, o Departamento de Relações com Investidores recebeu cerca de 320 pedidos de informação.

O prazo de resposta médio, sem prejuízo da complexidade da questão colocada poder excecionalmente determinar um prazo superior de resposta, foi de 1 dia útil.

## V. Sítio de *internet*

### 59. Endereço

Endereço eletrónico da Sociedade: www.sonae.pt.

### 60. Local onde se encontra a informação mencionada no art.º 171.º do Código das Sociedades Comerciais

Endereço eletrónico: http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

### 61. Local onde se encontram divulgados os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Endereço eletrónico: http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

### 62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso

Endereço eletrónico: http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/ e em https://www.sonae.pt/pt/sonae/contactos-80/.

### 63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas e o calendário dos eventos societários

Documentos de prestação de contas - https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/ e http://www.sonae.pt/pt/investidores/informacao-financeira/dados-financeiros/.

Calendário de Eventos Societários - http://www.sonae.pt/pt/investidores/calendario-financeiro/.

### 64. Local onde são divulgadas a convocatória da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

Endereço eletrónico - https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/.

### 65. Local onde é disponibilizado o acervo histórico com as deliberações tomadas nas assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

Endereço eletrónico - https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/.

## D. Remunerações

O Conselho de Administração apresenta na Parte III o relato sobre remunerações a que alude o artigo 26.º-G do CVM, visando proporcionar uma visão abrangente das remunerações, incluindo todos os benefícios, independentemente da sua forma, atribuídos ou devidos durante o último exercício a cada um dos membros do órgão de administração e do órgão de fiscalização da Sociedade.

O relatório sobre remunerações relativo ao exercício findo a 31 de dezembro de 2022 foi submetido à apreciação da Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023 e mereceu a aprovação dos acionistas da Sonae, conforme apresentado.

A Sociedade pautou a elaboração do relatório de remunerações, por referência ao exercício findo a 31 de dezembro de 2023, pelos mesmos princípios de rigor e consistência, optando pela sua inserção em capítulo separado deste Relatório de Governo da Sociedade.

### I. Competência para a determinação

#### 66. Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva e dos(as) dirigentes da Sociedade

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos demais órgãos sociais, incluindo os dirigentes da Sociedade em representação dos(as) acionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada pelos(as) acionistas na Assembleia Geral.

A Comissão de Remuneração, composta por Administradores(as) Não Executivos(as), e já identificada supra no ponto 29, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho das suas competências.

### II. Comissão de Vencimentos

#### 67. Composição da Comissão de Vencimentos e identificação das pessoas singulares e coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores(as)

A Comissão de Vencimentos é composta por três membros, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, para integrar um mandato de quatro anos, com início em 2023 e termo em 2026. A Comissão de Vencimentos, eleita na Assembleia Geral de 28 de abril de 2023, tem a seguinte composição:

| Comissão de Vencimentos | |
|---|---|
| Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva | Presidente |
| José Fernando Oliveira de Almeida Côrte-Real | Vogal |
| Ramon O'Callaghan | Vogal |

Os membros da Comissão de Vencimentos são independentes relativamente ao órgão de administração e a qualquer outro grupo de interesses.

A Comissão de Vencimentos recorre aos estudos de *benchmarking* em matéria de práticas e políticas retributivas anualmente divulgados pelos consultores de renome internacional Korn Ferry e Mercer, para assegurar que a Política de Remuneração dos órgãos sociais anualmente submetida à consideração da Assembleia Geral, é adequada e consonante com os comparáveis de mercado.

O Regulamento de Funcionamento da Comissão de Vencimentos encontra-se disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

No decurso da atividade por si desenvolvida no exercício social de 2023 a Comissão de Vencimentos não foi assessorada por quaisquer entidades contratadas.

## 68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria da política de remunerações

A experiência e qualificações profissionais dos membros da Comissão de Vencimentos estão espelhadas nos elementos curriculares disponíveis em http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/, encontrando-se capacitados para o exercício das suas responsabilidades de forma competente e rigorosa, possuindo, cada um deles, as adequadas competências para o exercício das suas funções.

O valor de remuneração fixa anual dos membros da Comissão de Vencimentos, para o mandato de 2023-2026 é o seguinte:

| Comissão de Vencimentos \| membros (valores em euros) | 2023 |
|---|---|
| Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva | 13.333 |
| Francisco de La Fuente Sánchez* | 7.000 |
| Ramon O'Callaghan | 9.000 |
| José Fernando Oliveira Almeida Corte Real** | 6.667 |
| **Total** | **36.000** |

*Cessou funções como membro da Comissão de Vencimentos a 28 de abril de 2023, tendo sido remunerado até essa data

**Iniciou funções como membro da Comissão de Vencimentos a 28 de abril de 2023, tendo sido remunerado a partir dessa data

No exercício de 2023, realizaram-se 3 (três) reuniões da Comissão de Vencimentos, tendo a taxa de comparência sido de 100%.

# III. Estrutura das Remunerações

## 69. Descrição da Política de Remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

Na Assembleia Geral de 28 de abril de 2023, em cumprimento do disposto nos artigos 26.º-A a 26.º-F do Código dos Valores Mobiliários, foi aprovada a Política de Remuneração para o quadriénio 2023-2026, elaborada numa linha de continuidade com os princípios da Política de Remuneração anteriormente em vigor e que se encontra disponível em https://sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/.

A Política assenta no pressuposto de que a iniciativa, a competência, o empenho e a ética são fundamentos essenciais de um bom desempenho, devendo este estar alinhado com a estratégia de médio e longo prazo da Sociedade, visando a sua sustentabilidade, e assentando nos princípios a seguir descritos, os quais deverão ainda ser considerados para dar cumprimento à obrigação da Sociedade de divulgar, nos termos da alínea b) do n.º2 do artigo 26.º-G do CVM, uma explicação sobre o modo como a remuneração total cumpre a Política de Remuneração adotada, incluindo a forma como a mesma contribui para o desempenho da Sociedade a longo prazo:

i. **Competitividade**:

No desenho da Política de Remuneração dos membros dos órgãos sociais e dirigentes da Sociedade é objetivo primordial a captação e retenção dos(as) melhores profissionais, com talento de elevado potencial e experiência comprovada, que garanta estabilidade e represente um contributo relevante e material para a sustentabilidade dos negócios da Sociedade.

A Política e o seu posicionamento são definidos por comparação com o mercado nacional e internacional, segundo os principais estudos de referência realizados para Portugal e mercados europeus pelas consultoras Mercer e Korn Ferry, incluindo a comparação com a prática das empresas que compõem o universo de sociedades com valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisbon.

Nessa medida, os parâmetros remuneratórios dos membros dos órgãos sociais e dirigentes são fixados e periodicamente revistos tendo em conta as condições de mercado, a atividade desenvolvida e as responsabilidades inerentes aos cargos desempenhados. Para o efeito, consideram-se, entre outros fatores, o perfil e currículo do membro, a experiência, a natureza e o descritivo de funções, o quadro de competências do órgão em questão e do próprio membro, assim como o grau de correlação direta entre o desempenho individual e o desempenho dos negócios.

Para a determinação dos valores remuneratórios deste segmento consideram-se as orientações gerais de posicionamento e competitividade no mercado preconizadas pela organização, enquadradas na política remuneratória geral do Grupo.

ii. **Orientação para o desempenho**

A Política prevê, no que respeita aos(às) administradores(as) executivos(as), a atribuição de prémios variáveis de incentivo de curto e médio prazo, calculados em função dos resultados da Sociedade e do nível de desempenho, quer individual, quer coletivo, com a finalidade de fomentar o crescimento sustentável dos seus negócios e o comprometimento individual com os objetivos pré-definidos. Em caso de não concretização destes objetivos, medidos através de Key Performance Indicators (KPIs), o valor dos incentivos de curto e médio prazo é, adequadamente, reduzido de forma parcial ou total.

iii. **Alinhamento dos interesses**

É assegurado um alinhamento entre os interesses do(a) administrador(a), os interesses dos(as) acionistas e o desempenho a médio prazo, visando a sustentabilidade do negócio. Desta forma, parte do prémio variável dos(as) administradores(as) executivos(as) é diferida por um período de 3 anos, após a sua atribuição. A componente diferida é condicionada pelos seguintes fatores: (i) pela evolução da cotação das ações; (ii) pelo fator de correção por dividendos aplicados; e (iii) pelo grau de concretização de objetivos de médio prazo.

Visando reforçar o alinhamento e o comprometimento da atuação dos(as) administradores(as) executivos(as) com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade, a estratégia de negócio e, em particular, a sua sustentabilidade, bem como visando prevenir e dissuadir a assunção de riscos excessivos, os administradores executivos devem reter uma percentagem das ações Sonae que lhes são entregues no âmbito da execução do Prémio Variável de Médio Prazo.

A remuneração dos(as) administradores(as) não executivos(as), dos membros dos órgãos de fiscalização e da mesa da Assembleia Geral é constituída exclusivamente por uma remuneração fixa. Na circunstância de administradores(as) não independentes não executivos(as) da sociedade exercerem funções executivas em sociedades dominadas, a composição da sua remuneração nestas últimas será determinada pela respetiva Comissão de Vencimentos e divulgada nos termos legais e recomendatórios.

iv. **Transparência**

Todos os aspetos da estrutura remuneratória são claros e divulgados interna e externamente, através da publicação de documentação no sítio da Sociedade na internet, estando em conformidade com a política remuneratória do Grupo;

v. **Razoabilidade**

A Política de Remuneração da Sociedade, pretende assegurar um equilíbrio entre os interesses de longo prazo da Sonae, o posicionamento e as melhores práticas no mercado, as expectativas e motivações dos membros dos órgãos sociais e dirigentes, bem como o objetivo de atração e retenção de talento.

vi. **Consistência e equidade**

Para determinação da remuneração de cada membro dos órgãos **sociais** e dirigentes são ponderadas as condições de emprego e remuneração dos(as) trabalhadores(as) do Grupo.

Para o efeito, são tidas em conta as condições de emprego e de remuneração dos(as) trabalhadores(as) em termos equivalentes a tempo inteiro na Sociedade, por forma a assegurar consistência e equidade a nível remuneratório, por referência ao peso das respetivas qualificações, responsabilidades, experiência, disponibilidade e especificidades do risco associado ao exercício da função. Por sua vez, o quadro da política global de

remuneração adotada pela Sociedade tem por referência o *benchmark* das empresas comparáveis, ajustado pelas suas particulares condições de mercado, tendo em vista o equilíbrio entre objetivos de sustentabilidade e de retenção de talento.

vii. **Enquadramento Normativo**

A Política de Remuneração aplicável aos órgãos sociais e dirigentes da Sociedade adere às orientações comunitárias, à legislação nacional e às recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

Na arquitetura da política retributiva dos órgãos sociais, dirigentes e restantes trabalhadores(as) da Sociedade, e para determinação da remuneração aplicável, são ponderadas as funções desempenhadas, de acordo com um sistema de avaliação de funções que inclui critérios de diferenciação quanto à complexidade, qualificação, experiência exigida, autonomia e responsabilidades atribuídas. Este sistema baseia-se na metodologia internacional da Korn Ferry, por forma a promover a equidade nas condições de remuneração e de emprego, à luz dos critérios de diferenciação anteriormente descritos, aplicáveis às diversas funções, bem como a permitir a comparabilidade/ *benchmarking* com funções equivalentes no mercado.

Resulta assim, que de forma global, a referência adotada pela Sonae em matéria de posicionamento competitivo face ao mercado comparável, para cada função, é, normalmente, a mediana para a remuneração fixa e o terceiro quartil para a componente variável da remuneração, sem prejuízo das necessárias adaptações de acordo com as condições de mercado e a situação particular da Sociedade.

**viii. Outras condições**

A duração do mandato dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e dos membros da Mesa da Assembleia Geral é estabelecida de acordo com o Contrato de Sociedade e as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, e à cessação de funções aplicam-se as normas prescritas na lei, não contemplando a Política de Remuneração a atribuição de compensações aos(às) administradores(as) ou membros dos demais órgãos sociais associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada relativamente ao termo do mandato. No decurso do exercício de 2023 a Administradora Margaret Lorraine Trainer apresentou a renúncia ao cargo de Administradora Não-Executiva do Conselho de Administração, tendo cessado as suas funções a 14 de novembro de 2023, não lhe tendo sido atribuída qualquer compensação pela referida cessação.

Não existem contratos ou acordos celebrados entre a Sociedade e aqueles membros, designadamente tendo por objetivo estabelecer o período de duração de funções ou a atribuição de quaisquer compensações pela sua cessação.

## 70. Estruturação da Remuneração dos(as) Administradores(as)

### 70.1. Administradores(as) Não Executivos(as)

A remuneração dos(as) Administradores(as) Não Executivos(as) da Sociedade está estabelecida em função de referenciais de mercado, de acordo com os seguintes princípios: (i) atribuição de uma remuneração fixa; (ii) atribuição de um subsídio de responsabilidade anual. Pelas funções exercidas na Sociedade pelos(as) Administradores(as) Não Executivos(as) não é atribuída qualquer remuneração a título de prémio variável ou que dependa do desempenho da Sociedade.

### 70.2. Administradores(as) Executivos(as)

A remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as) inclui duas componentes: a remuneração fixa e a remuneração variável.

A componente variável da remuneração incorpora na sua estrutura mecanismos de controlo, considerando a ligação ao desempenho individual e coletivo, de modo a prevenir e dissuadir comportamentos de assunção de riscos excessivos. Este objetivo é ainda assegurado pelo facto de cada *Key Performance Indicator* (KPI) se encontrar limitado a um valor máximo.

É ainda atribuídos aos(às) Administradores(as) Executivos(as) um seguro de saúde e um seguro de vida e de acidentes pessoais, em linha com a política geral do Grupo aplicada aos(às) demais colaboradores(as) e cujos termos e valores se enquadram nas práticas de mercado.

A tabela seguinte apresenta a arquitetura da Política de Remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as), bem como a forma como esta contribui para a estratégia empresarial da Sociedade, para os seus interesses de longo-prazo e para a sua sustentabilidade:

| Tipo de remuneração | Remuneração Fixa | Remuneração variável | | Benefícios |
|---|---|---|---|---|
| | | Curto prazo | Médio prazo | |
| **Propósito** | Atração, retenção e motivação de executivos de excelência, necessários para entregar a estratégia e impulsionar o desempenho do negócio. | Impulsionar a estratégia e resultados anuais, bem como o desempenho individual, em linha com o plano de negócios.<br>Reconhecer e recompensar as contribuições individuais para o negócio. | Diferimento de pagamento, para garantir alinhamento com os interesses de longo prazo dos acionistas após a entrega bem-sucedida das metas de curto prazo. | Proporcionar benefícios adequados e competitivos de mercado que impulsionam o compromisso e a motivação. |
| **Características** | Constituído por remuneração base e um subsídio de responsabilidade, pago em 14 prestações mensais. | Equivale no máximo a 50% do valor do prémio variável total.<br><br>Pago, em numerário, no primeiro semestre seguinte ao ano a que diz respeito, podendo ser pago, no mesmo prazo, em ações, nos termos e condições previstos para o Prémio Variável de Médio Prazo. | Corresponde, no mínimo, a 50% do prémio variável total, pago com um diferimento pelo período de 3 anos, após a sua atribuição.<br>A remuneração variável de médio prazo pode consistir na atribuição do direito de adquirir ações, sendo o número de ações, determinado por referência ao valor atribuído e ao preço da ação na data de concessão. | Seguro de saúde e de vida / acidentes pessoais. |
| **Definição** | Anual, em função do nível de responsabilidade da função e posicionamento definido face ao mercado comparável. | Pagamento sujeito ao cumprimento de metas pré-estabelecidas no início do ano, aprovadas pela Comissão de Remuneração. | Valor do prémio dependente da evolução da cotação das ações e corrigido ao longo do período de diferimento pelo grau de cumprimento do KPI de médio prazo. | Em função da política geral de benefícios da Sociedade. |
| **Objectivos** | Não aplicável | Valor objetivo do prémio variável entre 30% a 60% da Remuneração Total, determinada de acordo com a função desempenhada. | | |
| **Condições de desempenho** | Não aplicável | . KPIs coletivos (70%) distribuidos da seguinte forma:<br>. KPIs económicos (80%): Volume de negócios, Resultado Direto, Gestão do Portefólio<br>.KPIs sociais (20%): Pessoas, Planeta.<br><br>. KPIs individuais (30%) | Criação de Valor | Não aplicável |
| **Máximo** | Embora não haja um máximo definido, quaisquer incrementos são normalmente realizados em linha com os incrementos gerais da empresa. | Máximo de 69% da Remuneração Total, consoante o nível de função exercida | | Não existe um máximo definido, mas um valor estimado; quaisquer atualizações de benefícios são realizadas em linha com a política geral. |

Os critérios para atribuição e manutenção da remuneração variável em ações encontra-se descrito no ponto 73.

No que se refere às duas componentes de remuneração:

A Remuneração Fixa engloba a remuneração base e um subsídio de responsabilidade, sendo estabelecidos anualmente e definidos em função das competências pessoais, do nível de responsabilidade da função desempenhada, bem como do posicionamento preconizado face ao mercado comparável.

A Remuneração Variável visa orientar e recompensar os(as) Administradores(as) Executivos(as) pelo cumprimento de objetivos pré-determinados, baseados em indicadores de desempenho do Grupo e do seu próprio desempenho individual. É atribuída depois de apuradas as contas do exercício e de ter sido efetuada a avaliação de desempenho, decompondo-se em:

a) Prémio Variável de Curto Prazo (PVCP), equivalendo no máximo de 50% do valor do prémio variável total. Este prémio é pago em numerário, no primeiro semestre seguinte ao ano a que diz respeito, podendo todavia, e a critério da Comissão de Vencimentos, ser pago, no mesmo prazo, em ações, nos termos e condições previstos para o Prémio Variável de Médio Prazo – vd. ponto 71 para maior detalhe;

b) Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP), destinado a reforçar o compromisso dos(as) Administradores(as) Executivos(as) com a empresa, alinhando os seus interesses com os dos acionistas e aumentando a consciencialização da importância do respetivo desempenho para o sucesso global e sustentável da Sociedade. O valor atribuído corresponde, no mínimo, a 50% do prémio variável total, pago com um diferimento de 3 anos, após a sua atribuição, ie. quatro anos após o ano de performance – vd. pontos 71, 72 e 73 para maior detalhe.

Na data do vencimento, a Sociedade tem a opção de entregar em substituição das ações, o seu correspondente valor em numerário. O pagamento em numerário do prémio variável pode ser efetuado por qualquer das modalidades de extinção da obrigação previstas na lei e nos estatutos.

## 71. Componente Variável da remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as)

O prémio variável de curto prazo resulta da concretização de KPIs coletivos e individuais. Os KPIs coletivos representam cerca de 70% do prémio variável e integram KPIs de negócio e KPIs Sociais. Os restantes 30% derivam de KPIs individuais, que podem combinar indicadores subjetivos e objetivos.

O Prémio variável não é garantido dado que a sua atribuição está dependente da consecução de objetivos. Considerando as duas componentes variáveis, o valor do objetivo pré-definido varia entre 30% e 60% da remuneração total anual (composta pela soma da remuneração fixa com o valor objetivo da remuneração variável), consoante o nível de responsabilidade das funções assumidas por cada membro.

No que se refere ao apuramento do valor atribuído, este inclui um limite mínimo de 0% e máximo de 148% face ao valor objetivo previamente definido.

O peso da componente variável atribuída na remuneração total anual depende, assim, de dois fatores (i) peso do valor objetivo pré-definido da componente variável na remuneração total e (ii) grau de cumprimento dos objetivos associados.

Da combinação destes dois fatores resultará a atribuição de um prémio variável cujo peso sobre a remuneração total anual real pode variar entre 0% e 69%.

| | | % da Remuneração Variável sobre a Remuneração Total | | |
|---|---|---|---|---|
| | | **30%** | **50%** | **60%** |
| Grau atingimento KPIs global | 0% | 0% | 0% | 0% |
| | **50%** | **18%** | **33%** | **43%** |
| | 70% | 23% | 41% | 51% |
| | **100%** | **30%** | **50%** | **60%** |
| | **120%** | **34%** | **55%** | **64%** |
| | 148% | 39% | 60% | 69% |

Fórmula: Remuneração Variável objetivo * Grau de atingimento KPIs global / Remuneração Total Anual (composta por Remuneração Fixa e Remuneração Variável Alcançada)

## 72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração

O pagamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) da componente variável da remuneração referente ao exercício a que respeita está diferido por um período de três anos, sendo liquidado no quarto ano por referência ao ano de performance, nos termos descritos no ponto anterior 70.2 e na Política em vigor.

## 73. Critérios de atribuição e manutenção da remuneração variável em ações

### 1. Características do Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP)

O PVMP é uma das componentes da Remuneração Variável dos(as) Administradores(as) Executivos(as). O PVMP atribuído é convertido em ações Sonae, sendo valorizado à data de atribuição a preços representativos da cotação do título, no mercado de ações em Portugal, considerando-se para o efeito, o preço médio da cotação das ações da Sociedade. Uma vez atribuído, o valor em euros será dividido pelo preço médio da cotação das ações da Sonae, para apuramento do número de ações a que corresponde.

De modo a garantir continuidade do alinhamento com os objetivos de sustentabilidade do negócio a médio prazo, o valor do prémio será corrigido, ao longo do período de diferimento, pelo grau de cumprimento do KPI de médio prazo ("Criação de Valor" com um *target* anual pré-definido) e pelas variações ocorridas no capital social ou dividendos (*Total Shareholder Return*) durante aquele período.

Na linha do reforço do alinhamento de interesses, cada Administrador Executivo da Sociedade deve, até que o valor de mercado do número total de ações detidas por si perfaça um valor igual a 100% da Retribuição Anual (compreendendo a retribuição mensal paga ao Administrador Executivo em causa, multiplicado por 14) desse administrador, reter uma percentagem mínima de ações Sonae (Percentagem Mínima de Retenção de Ações) recebidas no âmbito da execução do PVMP, nos seguintes termos:

i. 25% das ações Sonae entregues (na data de vencimento) no âmbito do PVMP, no primeiro ano de mandato do Administrador Executivo;
ii. 35% das ações Sonae entregues (na data de vencimento) no âmbito do PVMP, no segundo ano de mandato do Administrador Executivo;
iii. 50% das ações Sonae entregues (na data de vencimento) no âmbito do PVMP, nos anos remanescentes do mandato do Administrador Executivo.

Os cálculos relativos à percentagem de retenção necessária deverão basear-se na Remuneração Anual e no preço da ação Sonae na data em que o PVMP é entregue ou na sua data de vencimento, conforme aplicável, em cada ano. Para efeitos da aplicação destes critérios de retenção, o cálculo da Percentagem Mínima de Retenção de Ações inclui, por referência às ações Sonae detidas por cada um dos Administradores Executivos:

i. todas as ações Sonae por este detidas, em nome individual, bem como aquelas ações Sonae que sejam detidas por outras sociedades, que se encontrem fora do perímetro Sonae, que sejam controladas, direta ou indiretamente, em nome individual, pelo Administrador Executivo;
ii. as ações Sonae detidas no âmbito de quaisquer planos de benefícios/bónus, incluindo anteriores PVMPs;
iii. as ações adquiridas antes ou na vigência do mandato;

Se, nos termos da Política de Remuneração, a Sociedade entregar, no âmbito do PVMP, em substituição das ações, o seu correspondente valor em numerário, cada um dos Administradores Executivos deverá adquirir o número de ações Sonae necessário a garantir o cumprimento da Percentagem Mínima de Retenção de Ações.

### 2. Enquadramento do PVMP

O PVMP constitui uma forma de alinhamento dos interesses dos(as) Administradores(as) Executivos(as) com os objetivos da organização, reforçando o seu compromisso e fortalecendo a perceção da importância da sua performance para o sucesso da Sonae, com expressão na capitalização bolsista do título.

Não são celebrados com os(as) Administradores(as) contratos relativos às ações atribuídas, designadamente contratos de cobertura ou de transferência de risco ou quaisquer outros que tenham por efeito subverter as finalidades subjacentes ao PVMP.

### 3. Duração do PVMP

O Prémio Variável de Médio Prazo contempla um período de quatro anos, incluindo o ano a que respeita a atribuição e o período de diferimento de três anos subsequente.

### 4. Entrega pela Sociedade

No momento do exercício do direito de aquisição de ações atribuído no âmbito do PVMP, a Sociedade reserva-se o direito de entregar, em substituição das ações, o numerário equivalente ao seu valor de mercado à data do respetivo exercício.

### 5. Condições de Exercício do Direito

A Sociedade não está obrigada ao cumprimento do Plano se ocorrer a cessação do vínculo entre o membro e a Sociedade antes de decorrido o período de diferimento subsequente à sua atribuição, sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte. O direito manter-se-á em vigor no caso de incapacidade permanente ou morte do(a) Administrador(a), sendo, neste caso, o pagamento efetuado ao(à) próprio(a) ou aos(às) seus(suas) herdeiros(as) na data do respetivo vencimento. Em caso de reforma do administrador, o direito atribuído poderá ser exercido na respetiva data de vencimento.

## 74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções

A Sociedade não atribui remuneração variável baseada em opções.

## 75. Principais parâmetros e fundamentos do sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Os parâmetros e fundamentos do sistema de prémios anuais encontram-se descritos supra no ponto 71.

São atribuídos aos(às) Administradores(as) Executivos(as) seguros de saúde, vida e acidentes pessoais, em linha com a política geral do Grupo aplicada aos colaboradores e cujos termos se enquadram nas práticas de mercado.

## 76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os(as) administradores(as), aprovados em assembleia geral

Não integra a Política de Remuneração a aplicação de um sistema de benefícios de reforma ou pensão complementar, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e outros dirigentes.

## IV. Divulgação das Remunerações

### 77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade pagos pela Sociedade

A remuneração de cada um(a) dos(as) Administradores(as) da Sonae, atribuída pela Sociedade, nos anos de 2022 e 2023, encontra-se descrita nas tabelas seguintes:

| (valores em euros) | 2022 | | | | 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Rem. Fixa | PVCP | PCMP | Total | Rem. Fixa | PVCP | PCMP | Total |
| **Administradores (as) Executivos (as)** | | | | | | | | |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | 514.800 | 544.200 | 544.200 | **1.603.200** | 530.400 | 604.300 | 604.300 | **1.739.000** |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores | 360.600 | 292.400 | 292.400 | **945.400** | 372.900 | 424.000 | 424.000 | **1.220.900** |
| João Nonell Günther Amaral (1) | - | - | - | **-** | 255.300 | 278.500 | 278.500 | **812.300** |
| **Sub-Total** | **875.400** | **836.600** | **836.600** | **2.548.600** | **1.158.600** | **1.306.800** | **1.306.800** | **3.772.200** |
| **Administradores (as) Não Executivos (as)** | | | | | | | | |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | 320.500 | - | - | **320.500** | 374.867 | - | - | **374.867** |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | 141.604 | - | - | **141.604** | 94.968 | - | - | **94.968** |
| José Manuel Neves Adelino | 71.200 | - | - | **71.200** | 84.167 | - | - | **84.167** |
| Margaret Lorraine Trainer (4) | 61.600 | - | - | **61.600** | 61.933 | - | - | **61.933** |
| Marcelo Faria de Lima | 52.700 | - | - | **52.700** | 64.700 | - | - | **64.700** |
| Carlos António Rocha Moreira da Silva | 53.200 | - | - | **53.200** | 64.700 | - | - | **64.700** |
| Fuencisla Clemares | 53.200 | - | - | **53.200** | 71.833 | - | - | **71.833** |
| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh | 55.500 | - | - | **55.500** | 67.433 | - | - | **67.433** |
| Eve Alexandra Henrikson (2) | - | - | - | **-** | 48.900 | | | **48.900** |
| Maria Teresa Ballester Fornes (3) | - | - | - | **-** | 11.400 | - | - | **11.400** |
| **Sub-Total** | **809.504** | **-** | **-** | **809.504** | **944.901** | **-** | **-** | **944.901** |
| **Total** | **1.684.904** | **836.600** | **836.600** | **3.358.104** | **2.103.501** | **1.306.800** | **1.306.800** | **4.717.101** |

(1) Eleito Administrador Executivo na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023

(2) Eleita Administradora Não Executiva Independente na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023

(3) Administradora Não Executiva Independente eleita por cooptação a 14 de novembro de 2023

(4) Margaret Lorraine Trainer apresentou renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração com efeitos a 14 de novembro de 2023

Planos do PVMP em aberto atribuídos a Administradores(as) Executivos(as):

| (valores em euros) | Plano | Data de atribuição | Data de vencimento | Valor vencido e liquidado em 2023 | Planos em aberto na data de atribuição* | Planos em aberto em 31.12.2023* |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | 2019 | mar-20 | mar-23 | 658.959 | - | - |
| | 2020 | mar-21 | mar-24 | - | 372.700 | 715.118 |
| | 2021 | mar-22 | mar-25 | - | 551.000 | 643.392 |
| | 2022 | mar-23 | mar-26 | - | 544.200 | 638.060 |
| **Sub-Total** | | | | **658.959** | **1.467.900** | **1.996.570** |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores | 2019 | mar-20 | mar-23 | 351.251 | - | - |
| | 2020 | mar-21 | mar-24 | - | 163.500 | 313.715 |
| | 2021 | mar-22 | mar-25 | - | 283.700 | 331.271 |
| | 2022 | mar-23 | mar-26 | - | 292.400 | 342.830 |
| **Sub-Total** | | | | **351.251** | **739.600** | **987.816** |
| João Nonell Günther Amaral | 2020 | mar-21 | mar-24 | - | 92.800 | 178.060 |
| | 2021 | mar-22 | mar-25 | - | 161.000 | 187.997 |
| | 2022 | mar-23 | mar-26 | - | 175.600 | 205.886 |
| **Sub-Total** | | | | | **429.400** | **571.943** |
| **Total** | | | | **1.010.210** | **2.636.900** | **3.556.329** |

* Calculado com base na cotação de fecho do último dia de negociação do exercício de 2023

Planos do PVMP atribuídos pela Sociedade, em aberto, correspondentes a direitos adquiridos de ex-Administradores(as) Executivos(as):

| (valores em euros) | Plano | Data de atribuição | Data de vencimento | Valor vencido e liquidado em 2023 | Planos em aberto na data de atribuição* | Planos em aberto em 31.12.2023* |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | 2019 | mar-20 | mar-23 | 186.909 | | |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | 2019 | mar-20 | mar-23 | 199.919 | | |
| **Total** | | | | **386.828** | **-** | **-** |

* Calculado com base na cotação de fecho do último dia de negociação do exercício de 2023

## 78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

A remuneração de cada um(a) dos(as) Administradores(as) da Sonae, atribuída pelas sociedades pertencentes ao mesmo grupo, na aceção da alínea g) do n.º1 d artigo 2.º do Decreto-Lei n.º158/2009 de 13 de julho, atribuída nos exercícios de 2022 e 2023, encontra-se descrita na tabela seguinte:

| (valores em euros) | 2022 | | | | 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Rem. Fixa | PVCP | PCMP | Total | Rem. Fixa | PVCP | PCMP | Total |
| Administrador | | | | | | | | |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (1) | 183.900 | 96.900 | 96.900 | **377.700** | 236.000 | 33.300 | 33.300 | **302.600** |
| **Total** | **183.900** | **96.900** | **96.900** | **377.700** | **236.000** | **33.300** | **33.300** | **302.600** |

(1) Administrador não independente não executivo da Sonae SGPS, S.A. Remuneração paga em subsidiárias por desempenho de funções executivas e não executivas.

## 79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios

A remuneração variável dos(as) Administradores(as) Executivos(as) foi aferida de acordo com a avaliação de desempenho e a política de remuneração aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, detalhada nos antecedentes pontos 69 e 71 e espelhada no quadro de remunerações constante do ponto 77 supra.

O prémio pago sob a forma de participação nos lucros está contido no Prémio Variável de Curto Prazo constante do quadro apresentado supra no ponto 77.

## 80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-Administradores(as) Executivos(as) por cessação de funções

A Política de Remuneração não contempla a atribuição de compensações aos(às) Administradores(as) Executivos(as) ou aos membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação do mandato, quer essa cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada relativamente ao termo do mandato, sem prejuízo, neste último caso, da obrigação de cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

No exercício de 2023 não ocorreu qualquer cessação do exercício de funções.

Destarte, não foram pagas nem são devidas remunerações a ex-Administradores(as) Executivos(as) relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

## 81. Remuneração do Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da Sociedade e nas práticas de mercado, não existindo qualquer remuneração variável, nos termos da tabela seguinte.

| Conselho Fiscal \| membros (valores em euros) | 2022 | 2023 |
|---|---|---|
| Maria José Martins Lourenço da Fonseca | 16.900 | 20.333 |
| Daniel Bessa Fernandes Coelho | 13.900 | 16.667 |
| Manuel Heleno Sismeiro | 13.900 | 16.667 |
| Sara Manuel Carvalho Teixeira Mendes* | - | - |
| **Total** | **44.700** | **53.667** |

* membro suplente

## 82. Remuneração do(a) Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas é constituída por um montante fixo:

| Mesa da Assembleia Geral \| membros (valores em euros) | 2022 | 2023 |
|---|---|---|
| Carlos Manuel de Brito do Nascimento Lucena | 8.250 | 10.083 |
| Maria Daniela Farto Baptista Passos | 2.750 | 3.583 |
| **Total** | **11.000** | **13.666** |

## V. Acordos com Implicações Remuneratórias

## 83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador(a) e sua relação com a componente variável da remuneração

A Política de Remuneração mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores ou aos membros dos demais órgãos sociais, associada à cessação funções, quer esta ocorra por antecipação ao termo ou no termo do respetivo mandato, sem prejuízo, neste último caso, da obrigação de cumprimento disposições legais aplicáveis.

No exercício de 2023 a Sociedade não procedeu ao pagamento de quaisquer compensações desta natureza.

## 84. Referência à existência e descrição de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação do vínculo jurídico em caso de mudança de controlo da Sociedade

Não existem acordos celebrados com titulares do órgão de administração e/ou dirigentes, que estabeleçam direito a indemnização em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

## VI. Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações ("*stock options*")

## 85. Identificação do plano e destinatários

O Prémio Variável de Médio Prazo, incluindo o número de ações atribuídas, encontra-se descrito no ponto 73, sendo seus(suas) destinatários(as) os(as) Administradores(as) Executivos(as), bem como ainda colaboradores(as) das empresas do Grupo, em termos a definir pelos respetivos Conselhos de Administração.

## 86. Caracterização do Plano

A caraterização do plano de atribuição de ações encontra-se feita nos pontos 71, 72 e 73.

A Política de Remuneração de órgãos sociais bem como o plano de atribuição de ações em vigor, foram aprovados na Assembleia Geral Anual realizada em 28 de abril de 2023, sob proposta da Comissão de Vencimentos em cumprimento do disposto nos artigos 26.º-A a 26.º-F do Código dos Valores Mobiliários e das Recomendações VI.2.1 a VI.2.11 do Código de Governo da Sociedade IPCG 2018, alterado em 2020 e revisto em 2023, podendo a versão em vigor da referida política ser consultada em https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/.

Os planos do PVMP dos(as) Administradores(as) Executivos(as) da Sociedade (tanto atuais como ex-Administradores(as)), em curso em 2023, podem ser resumidos da seguinte forma:

| | Número de planos agregado | Número de ações | Euros |
|---|---|---|---|
| Em aberto em 31.12.2022 | 8 | 3.206.595 | 2.998.166 |
| Movimentos no ano: | (2) | 725.221 | 558.163 |
| Atribuídos | 2 | 832.438 | 836.600 |
| Vencidos | (4) | (1.204.108) | (1.210.129) |
| Cancelados/Extintos/Ajustados (1) | - | 1.096.891 | 931.692 |
| Transferidos de outras sociedades (2) | 3 | 632.648 | 593.424 |
| **Em aberto a 31.12.2023** | **6** | **3.931.816** | **3.556.327** |

(1) Alterações no número de ações e de valor devido a distribuições de dividendos e aos efeitos dos KPIs de médio prazo e, no caso particular das alterações de valor, também por variações na cotação do título Sonae.

(2) Planos em aberto transferidos de outras sociedades em 28 de abril de 2023 após a eleição do novo Conselho de Administração

Resumo dos planos do PVMP dos(as) Administradores(as) Executivos(as) da Sociedade, com inclusão dos planos do PVMP dos(as) Administradores(as) Executivos(as) dos negócios, por referência ao exercício de 2023:

| Planos de ações em curso em 2023 | Período de vencimento | | | A 31.12.2023 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Valor da ação na data de atribuição (€) | Data de atribuição | Data de vencimento | Número agregado de participantes | Número de ações |
| Plano 2019-2023 | 0,627 | mar-20 | mar-23 | - | - |
| Plano 2020-2024 | 0,782 | mar-21 | mar-24 | 18 | 4.445.860 |
| Plano 2021-2025 | 1,018 | mar-22 | mar-25 | 18 | 3.532.923 |
| Plano 2022-2026 | 1,005 | mar-23 | mar-26 | 18 | 3.763.673 |

O presente quadro não inclui informação relativa aos planos de ações que possam ser atribuídos pela Sonaecom ou pela Sonae Sierra aos(às) seus(suas) Administradores(as).

Planos em curso incluem os de ex-Administradores(as) Executivos(as), atualmente em exercício de funções não executivas.

### 87. Direitos de opção atribuídos para aquisição de ações ("stock options") de que sejam beneficiários colaboradores(as) e trabalhadores(as) da empresa

Não existem direitos de opção para aquisição de ações ("*stock options*") atribuídos.

### 88. Mecanismos de controlo da participação dos(as) trabalhadores(as) no capital

Não existe qualquer mecanismo de controlo da participação dos(as) trabalhadores(as) no capital social da Sociedade.

## E. Transações com Partes Relacionadas

## I. Mecanismos e procedimentos de controlo

### 89. Mecanismos de controlo de transações com partes relacionadas

A realização de transações com partes relacionadas é submetida a princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras legais e de mercado. Tais transações são objeto de procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições legais, em particular os artigos 29.º-S a 29.º-V do Código dos Valores Mobiliários, imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, ou da adoção voluntária de sistemas internos de *checks and balances*, designadamente processos de reporte ou de validação formal, em função do valor da transação em questão.

Não obstante, a Sociedade manteve historicamente em vigor uma política de controlo de transações efetuadas entre a Sociedade e acionistas detentores(as) de participações qualificadas, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

No exercício de 2020, em conformidade com a entrada em vigor da Lei n.º50/2020 que transpôs para o direito nacional a Diretiva (UE) 2017/828 do Parlamento Europeu e do Conselho, o Conselho de Administração aprovou, com o parecer prévio vinculativo do Conselho Fiscal, uma Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com as disposições dos novos artigos 29.º-S a 29.º-V Código dos Valores Mobiliários, a qual se mantém em vigor.

Esta política incorpora os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e está publicamente disponível, em anexo àqueles regulamentos, em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

## 90. Indicação das transações sujeitas a controlo em 2023

As transações realizadas com partes relacionadas ou acionistas qualificados enquadram-se no exercício da atividade normal da Sociedade, foram realizadas em condições de mercado e na mesma linha de outras transações realizadas com diversas entidades contratantes nacionais e internacionais. Foram observados os mecanismos de controlo constantes da Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas referida no anterior ponto 89 e disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

As transações em referência foram apreciadas pelo Conselho Fiscal, encontrando-se as transações com partes relacionadas, tal como definidas na IAS 24, identificadas no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sociedade, como referido infra no ponto 92.

## 91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do CVM

As transações com partes relacionadas estão, na justa medida do contexto legal, enquadradas no procedimento descrito no ponto 89, na sequência do disposto nos artigos 29.º-S a 29.º-V do CVM, intervindo o órgão de fiscalização nos termos da Política Interna aprovada pelo Conselho de Administração, com parecer prévio vinculativo daquele órgão, e que se encontra disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

# II. Elementos relativos aos negócios

## 92. Informação sobre negócios com partes relacionadas

Os negócios com partes relacionadas, de acordo com o IAS 24, em cumprimento da legislação vigente nesta matéria, encontram-se descritos na nota 8 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2023.

# 2.2. Parte II: Avaliação do Governo Societário

## 1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado

O Relatório sobre o Governo da Sociedade fornece uma descrição da estrutura do governo, políticas e práticas observadas pela Sociedade, e cumpre as normas do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários e os deveres de informação constantes do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 4/2013, de 1 de agosto, bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, os termos de observância pela Sociedade das Recomendações do Código de Governo das Sociedades IPCG 2018 (revisão de 2023).

Este documento deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício social de 2023.

Foram cumpridos os deveres de informação exigidos pelos artigos 447.º do Código das Sociedades Comerciais e 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Todos os normativos legais e regulamentares evocados neste Relatório estão disponíveis em http://www.cmvm.pt e em https://cgov.pt/.

Salvo onde for expressamente indicado o contrário, todas as remissões contidas neste Relatório devem ser consideradas por referência ao próprio.

## 2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

### PRINCÍPIOS GERAIS

*A. O governo das sociedades promove e potencia a prossecução dos respetivos interesses de longo prazo, desempenho e desenvolvimento sustentado, e é estruturado de modo a permitir a ponderação dos interesses dos acionistas e restantes investidores, trabalhadores, clientes, credores, fornecedores e demais partes interessadas, contribuindo para o reforço da confiança*

*na qualidade, transparência e padrões éticos de atuação da administração e fiscalização, bem como para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que as sociedades se inserem e para o desenvolvimento do mercado de capitais.*

*B. O Código é de adesão voluntária e a sua observância assenta num princípio de comply or explain aplicável a todas as recomendações.*

## I. RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM ACIONISTAS, PARTES INTERESSADAS E A COMUNIDADE EM GERAL

**Princípios**

*I.A. Na sua organização, no seu funcionamento e na definição da sua estratégia, as sociedades contribuem para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos no quadro da Organização das Nações Unidas, em termos que sejam ajustados à natureza da sua atividade e à respetiva dimensão.*

*I.B. A sociedade, periodicamente, identifica, mede e procura prevenir os efeitos negativos relacionados com o impacto ambiental e social decorrente do exercício da sua atividade em termos ajustados à respetiva natureza e à dimensão da sociedade.*

*I.C. Nos seus processos de decisão, o órgão de administração pondera os interesses dos acionistas e restantes investidores, trabalhadores, fornecedores e outras partes interessadas na atividade da sociedade.*

**Recomendações:**

### I.1. A sociedade explicita em que termos a sua estratégia procura assegurar o cumprimento dos seus objetivos de longo prazo e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.

## Recomendação Integralmente Adotada

No seu Relatório Anual de Gestão o Conselho de Administração, ao qual compete a definição da estratégia da Sociedade, dá cumprimento ao teor da presente recomendação, expondo a sua estratégia e explicitando de que forma esta procura assegurar o cumprimento dos seus objetivos de longo prazo [cfr.1.2.4. “A nossa estratégia” e 1.5.3. “Estratégia de Sustentabilidade da Sonae 2023-2026” do Relatório Anual de Gestão], e quais os contributos daí resultantes para a comunidade em geral [cfr 1.6. “Como monitorizamos o progresso” do Relatório Anual de Gestão].

Com efeito, com uma carteira diversificada de negócios, a Sonae tem um historial de crescimento e gestão ativa do portefólio sustentada por uma abordagem disciplinada de alocação de capital com a capacidade de criar, promover, investir e expandir novos negócios, mas também reduzir a exposição ou sair quando estas opções potenciam a criação de valor. Esta abordagem contínua requer (i) uma atitude ativa de gestão do portefólio, através de um conhecimento profundo de cada negócio do portefólio, do seu mercado e setor, permitindo que as estratégias e planos financeiros dos negócios sejam desafiados para um desempenho e crescimento acima do mercado, sustentabilidade a longo prazo e criação de valor acrescentado a nível económico, social e cultural e (ii) uma procura contínua de novas oportunidades de investimento, através de uma estratégia de investimento definida que contribua para a ambição, valores e objetivos da Sonae.

Adicionalmente, a Sonae tem equipas dedicadas a analisar continuamente o mercado de investimento, explorando tendências emergentes, setores e modelos de negócio com potencial de crescimento, novas geografias e parcerias, procurando novas oportunidades de longo prazo, de modo a alavancar a sua proposta de valor quer para clientes quer para a comunidade em geral.

Finalmente, a Sonae está focada, designadamente, em (i) compreender a dinâmica do mercado e desenvolver uma visão independente e abrangente a longo prazo sobre cada setor em que está presente, bem como sobre potenciais novos setores; e (ii) assegurar que as equipas de gestão têm sistemas de incentivos adequados, promovendo comportamentos equilibrados e atitudes adequadas na tomada de risco, com foco a longo prazo e sem negligenciar os objetivos a curto prazo e o valor atribuído aos seus principais *stakeholders*.

## I.2. A sociedade identifica as principais políticas e as principais medidas adotadas no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos ambientais e sociais.

### Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade divulga, no seu Relatório Anual de Gestão, as principais políticas e medidas adotadas no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos ambientais e sociais [cfr. "1.5.3. "Estratégia de Sustentabilidade da Sonae 2023-2026" do Relatório Anual de Gestão].

De facto, a Sociedade está focada na adoção de politicas na área da responsabilidade social e ambiental nas áreas em que opera e na comunidade onde está presente (cfr. "1.5.3. Estratégia de Sustentabilidade da Sonae 2023-2026" do Relatório Anual de Gestão), na criação de projetos inovadores para a promoção de boas práticas ambientais, sociais e de bom governo societário (cfr. "Como monitorizamos o progresso" do Relatório Anual de Gestão"), dispondo de departamentos com as competências necessárias para a definição, implementação e promoção de estratégias de sustentabilidade e para a criação de valor social a longo prazo (cfr. "1.5.3. Estratégia de Sustentabilidade da Sonae 2023-2026" do Relatório Anual de Gestão).

Deste modo, Sonae está determinada em contribuir para o desenvolvimento global sustentável, operando de forma ambientalmente responsável e em equilíbrio com o crescimento do seu negócio. Nesse desempenho, alinhando-se com as melhores práticas de mercado, metodologias e contexto regulatório, a Sociedade gere os riscos ambientais que daí advêm numa abordagem ativa que abrange as diversas variáveis ambientais [cfr. "53. Identificação dos principais tipos de risco. Riscos ambientais" deste Relatório de Governo da Sociedade]

Destaque-se, ainda, a definição de cinco eixos de ação estratégicos como resultado de uma análise rigorosa e abrangente, conduzida em 2022, com base na qual foram classificados os temas em face da sua importância para a Sonae e para os seus *stakeholders*, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Cada eixo tem o seu próprio mapa de desenvolvimento que foi cuidadosamente concebido para ser ambicioso. Apesar das suas especificidades, todos incluem um conjunto claro de objetivos e métricas, bem como mecanismos de divulgação e responsabilidade que asseguram a total transparência, sendo os mesmos revistos anualmente para avaliar o grau de concretização, e para se implementarem as melhorias necessárias.

Estes cinco eixos de ação estratégicos, baseados nas *guidelines*, alicerçam-se nos seguintes compromissos: (i) gerir com critérios ambientais, sociais e de *governance* (ESG); (ii) acelerar a descarbonização; (iii) valorizar a biodiversidade e a água; (iv) promover a circularidade; e (v) potenciar o desenvolvimento humano.

# II. COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE

## II.1. Informação

**Princípio:**

*II.1.A. As sociedades e, em particular, os seus administradores tratam de forma equitativa os acionistas e restantes investidores, assegurando designadamente mecanismos e procedimentos para o adequado tratamento e divulgação da informação.*

**Recomendação:**

### II.1.1. A sociedade institui mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada circulação ou divulgação da informação necessária aos seus órgãos, ao secretário da sociedade, aos acionistas, aos investidores, aos analistas financeiros, às demais partes interessadas e ao mercado em geral.

## Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade tem na sua estrutura organizativa departamentos com competências específicas que asseguram uma permanente interação entre si de modo a fazerem chegar, de forma adequada e rigorosa, toda a informação necessária e conveniente ao desempenho das suas funções pelos órgãos sociais e pelo secretário da Sociedade. Tais departamentos dispõem de competências especificas de produção, tratamento e, em particular, divulgação atempada de informação, para além dos seus órgãos sociais, e do secretário da sociedade, aos acionistas, investidores(as) e demais *stakeholders*, bem como a analistas financeiros e ao mercado em geral. Destacam-se, neste âmbito, o Departamento de Relações com Investidores e a Direção de Comunicação e Marca mais detalhadamente descritos no ponto 21 deste Relatório. O Departamento de Relações com Investidores tem como principais competências (i) a gestão da relação entre a Sociedade e a Comunidade financeira, nomeadamente com investidores e analistas, através de contactos e da contínua preparação e divulgação de informação relevante e atualizada sobre a empresa; ii) apoio ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, providenciando-lhes informação relevante sobre o mercado de capitais, assim como *feedback* da comunidade financeira relativo à Sonae; iii) apoio à Comunicação Externa, contribuindo para o alinhamento da mensagem corporativa a ser difundida junto do mercado de capitais e órgãos de comunicação social. A Direção de Comunicação e Marca acompanha em permanência a informação divulgada nos órgãos de comunicação social sobre a Sociedade, promovendo uma linha de comunicação transparente, atualizada e consistente com a atividade desenvolvida pela Sociedade dirigida ao público em geral.

## II.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade

**Princípios:**

*II.2.A As sociedades são dotadas de estruturas decisórias adequadas e transparentes, assegurando a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões.*

*II.2.B As sociedades asseguram a diversidade na composição dos respetivos órgãos de administração e fiscalização e a adoção de critérios de mérito individual nos respetivos processos de designação, os quais são da exclusiva competência dos acionistas.*

*II.2.C As sociedades asseguram que o funcionamento dos seus órgãos e comissões é devidamente registado, designadamente em atas, que permitam conhecer não só o sentido das decisões tomadas, mas também os seus fundamentos e as opiniões expressas pelos seus membros.*

**Recomendações:**

II.2.1 As sociedades estabelecem, previamente e em abstrato, critérios e requisitos relativos ao perfil de membros de órgãos da sociedade adequados à função a desempenhar, considerando, designadamente, atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), e requisitos de diversidade (com particular atenção à igualdade entre homens e mulheres), que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.

## Recomendação Integralmente Adotada

Na Assembleia Geral Anual realizada a 30 de abril de 2021 havia sido aprovada a Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização que sucede à anterior Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, ao abrigo da qual foram avaliados os membros dos órgãos de administração e de fiscalização eleitos pela Assembleia Geral realizada em 28 de abril de 2023 para integrar os órgãos sociais para o quadriénio 2023-2026, atualmente em exercício de funções.

Na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023 foi aprovada uma Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização disponível em https://sonae.pt/fotos/ag/04._proposta_efanor_ag2023_politica_selecao_1799021764642c01f32f68e.pdf, cujos princípios fundamentais se encontram descritos no ponto 15 deste Relatório, sendo de destacar que nos processos de seleção devem ser observados critérios de meritocracia e de diversidade de composição, com particular atenção à igualdade entre homens e mulheres.

Neste sentido, e tal como descrito no ponto 15 deste Relatório, no que concerne à particular atenção que, entre os requisitos de diversidade, nos termos da presente recomendação, deve ser dada ao do género, a Sociedade aprova anualmente e tem em vigor um Plano para a Igualdade de Género, aplicável aos(às) colaboradores(as) e membros dos órgãos sociais do Grupo, que pode ser consultado em https://sonae.pt/fotos/governo_sociedade/sonaeplanoigualdadegenero2024_1824310012650346b8b84a4.pdf.

## II.2.2 Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas dispõem de regulamentos – nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros – divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas das respetivas reuniões.

## Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração dispõe de um regulamento de funcionamento que rege o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros, divulgado no website da Sociedade em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/, e tal como descrito nos pontos 17, 18 deste Relatório.

O Conselho Fiscal dispõe também de um regulamento de funcionamento, que rege o exercício das respetivas atribuições, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros, divulgado no website da Sociedade em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/, e tal como descrito na seção III a) e no ponto 31 deste Relatório.

As Comissões constituídas pelo Conselho de Administração dispõem dos seus regulamentos de funcionamento, onde se encontram reguladas a periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros, divulgados no website da Sociedade em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/, e tal como descrito no ponto 29 deste Relatório.

São elaboradas atas das reuniões do Conselho de Administração, das reuniões do Conselho Fiscal e, bem assim, das reuniões das comissões constituídas pelo Conselho de Administração.

## II.2.3. A composição e o número de reuniões em cada ano dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas são divulgados através do sítio da Internet da sociedade.

## Recomendação Integralmente Adotada

A composição do Conselho de Administração, incluindo das suas comissões internas, e a composição do Conselho Fiscal estão permanentemente disponíveis, quer na versão portuguesa, quer na versão inglesa, no website da Sociedade em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/, bem como nos relatórios de governo da Sociedade, aprovados pela Assembleia Geral, estando disponíveis para consulta no website da Sociedade em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

O número de reuniões anuais do Conselho de Administração, incluindo das comissões internas por ele criadas, bem como do Conselho Fiscal estão disponíveis no website da Sociedade, incluindo no Relatório de Governo da Sociedade nos pontos 23, 29 e 35.

### II.2.4. As sociedades adotam uma política de comunicação de irregularidades (*whistleblowing*) que explicite as principais regras e procedimentos a serem seguidos perante cada comunicação e um canal de denúncia interno que inclua o acesso também por não trabalhadores, nos termos previstos na lei aplicável.

## Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade dispõe de um Canal de Denúncia Interno, dedicado à apresentação de denúncias dos atos ou omissões, praticados de forma dolosa ou negligente, que se encontrem previstos e descritos no artigo 2.º, n.º 1 da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro (que aprova o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações) e no artigo 3.º do Decreto-Lei 109-E/2021, de 9 de dezembro (que estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção).

Neste âmbito, a Sociedade aprovou e tem em vigor um Regulamento de Comunicação de Infrações (*Whistleblowing*) – disponível no website da Sociedade em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/ -, o qual estabelece um conjunto de regras e procedimentos internos para a receção, registo e tratamento de comunicações de denúncias de infrações, em conformidade com as disposições legais e regulamentares em cada momento aplicáveis, bem como as regras, princípios e valores plasmados na Política para a Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Sociedade. A Sociedade assegura que as denúncias rececionadas através do Canal de Denúncia Interna são submetidas a um sistema eficaz, célere e idóneo à sua deteção, investigação e resolução, de acordo com os mais elevados princípios éticos reconhecidos pela Sociedade, salvaguardando os princípios da confidencialidade e não retaliação.

Por forma a assegurar de forma permanente e proativa a deteção e prevenção de irregularidades, a sociedade tem instituídos os adequados mecanismos de identificação e prevenção de riscos, monitorizados pela auditoria interna e por cada uma das direções responsáveis pela sua prevenção, cuja configuração e acompanhamento é consistentemente efetuada pelos órgãos de gestão e de fiscalização da Sociedade. O canal de denúncias interno criado pela Sociedade permite a comunicação de infrações por trabalhadores mas também por não trabalhadores (prestadores de serviços; contratantes; subcontratantes; fornecedores bem como quaisquer pessoas que atue sob a sua direção ou supervisão; os titulares de participações sociais, membros de órgãos de administração e fiscalização da Sonae) nos termos do Regulamento de Comunicação de Infrações disponível em sonae_regulamento_whistleblowing_pt_vf_162495400862a0f3cf5a906.pdf .

### II.2.5. As sociedades dispõem de comissões especializadas em matéria de governo societário, remunerações, nomeações de membros dos órgãos da sociedade e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão, se tal não for proibido por lei, de competência nas referidas matérias.

## Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração instituiu três comissões internas especializadas que exerceram continuamente as suas atribuições ao longo de todo o mandato, com o propósito de assessorar e reforçar a qualidade da sua atividade.

A Sociedade dispõe assim da Comissão de Auditoria e Finanças, que no exercício das suas competências e atribuições, presta particular atenção aos desenvolvimentos em matérias de governo societário. Adicionalmente, a Sociedade nomeou um Diretor de Governo Societário, cujas competências se encontram descritas no ponto 29 deste Relatório, e onde se incluem, entre outras, as competências de (i) manter sob escrutínio questões legislativas, regulatórias e do Governo das Sociedades; (ii) apoiar e desafiar o Conselho de Administração a alcançar os mais altos padrões ao nível do governo das Sociedade; (iii) assegurar o cumprimento das recomendações para as sociedades cotadas em Portugal publicadas pelo IPCG; (iv) participar, em nome da Sonae, em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas do Governo da Sociedades em Portugal.

Encontra-se ainda instituída a Comissão de Remunerações, com as competências e atribuições descritas no ponto 29 deste Relatório e nos seus termos de referência acessíveis através do endereço eletrónico https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

A Sociedade dispõe ainda de uma Comissão de Nomeações, cujas competências e atribuições, incluindo as suas funções em matéria de avaliação de desempenho, se encontram descritas no ponto 29 deste Relatório e nos seus termos de referência acessíveis através do endereço eletrónico https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

## II.3. Relação entre órgãos da sociedade

**Princípio:**

*II.3.A. Os órgãos sociais criam as condições para que, na medida das suas responsabilidades, atuem de forma harmoniosa, articulada e com a informação adequada ao exercício das respetivas funções.*

**Recomendações:**

II.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade estabelecem mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação necessária para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

## Recomendação Integralmente Adotada

O Presidente do Conselho de Administração, os(as) presidentes das comissões constituídas, e bem assim os(as) Administradores(as) Não Executivos(as) Séniores (Lead Director e SID Director), asseguraram atempada e adequadamente, o fluxo e a coordenação interna de informação entre os órgãos estatutários e as comissões existentes, necessário ao exercício das respetivas competências legais e estatutárias, agilizando os necessários recursos para a disponibilização das convocatórias, agendas, atas e qualquer outra documentação ou informação relevante de suporte às decisões tomadas, em conformidade com o disposto no Regulamento do Conselho de Administração disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

II.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade assegura, de forma atempada e adequada, o fluxo interorgânico da informação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.

**Recomendação Integralmente Adotada**

É disponibilizada a todos os membros do Conselho de Administração e à Presidente do Conselho Fiscal a informação referida nesta recomendação.

O Conselho de Administração designou dois Administradores Não Executivos Seniores (*Lead Director* e *SID Director*), os quais, nos termos do Regulamento do Conselho de Administração e de acordo com as melhores práticas de governo societário asseguram, atempada e adequadamente, o fluxo de informação necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos órgãos sociais e comissões, conforme se descreve no ponto 18 deste Relatório.

## II.4. Conflitos de interesses

**Princípio:**

*II.4.A. Deve ser prevenida a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões e a sociedade, garantindo-se que o membro em conflito não interfere no processo de decisão.*

**Recomendações:**

II.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse da sociedade.

**Recomendação Integralmente Adotada**

A política de prevenção de conflito de interesses aprovada pela Sociedade bem como o Regulamento do Conselho de Administração estabelecem mecanismos internos relativos a potenciais conflitos de interesses envolvendo membros do Conselho de Administração, incluindo comissões internas e colaboradores(as). A política estabelece uma obrigação de reporte imediato de qualquer situação real ou potencial de conflito de interesses ao respetivo órgão.

O Regulamento do Conselho de Administração, disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/, impõe a imediata comunicação ao órgão da existência de qualquer facto que possa constituir ou dar causa a um conflito de interesses, bem como de qualquer circunstância que afete a sua independência e isenção. Neste sentido, tal como descrito no ponto 28 deste Relatório, os membros da Comissão Executiva e os membros do Conselho de Administração, devem observar um conjunto de comportamentos preventivos antes de aceitar o exercício de cargos sociais ou outras atividades significativas em entidades que não integrem o Grupo Sonae.

O Regulamento do Conselho Fiscal impõe, na sua al. a) do nº3 do artigo 5.º, um expresso mecanismo de reporte ao Presidente do Conselho Fiscal e à Sociedade sobre qualquer circunstância que afete a independência e isenção ou que determine uma incompatibilidade legal para o exercício do cargo por parte de qualquer dos seus membros.

O Regulamento do Conselho Fiscal encontra-se disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

II.4.2. A sociedade adota procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do

dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitem.

### Recomendação Integralmente Adotada

A política de prevenção de conflitos de interesses e o Regulamento do Conselho de Administração, disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/, adotados pela Sociedade, determinam que o membro em conflito de interesses relativamente a qualquer ponto da agenda de uma reunião do órgão social ou comissão especializada não interferirá no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informação e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitem.

O mecanismo de prevenção de conflitos de interesses por parte de membros do Conselho Fiscal encontra-se descrito na resposta à recomendação II.4.1, em tudo o mais se aplicando relativamente a este órgão de fiscalização os comandos imperativos decorrentes da lei, designadamente, as regras sobre incompatibilidades e impedimentos.

## II.5. Transações com partes relacionadas

**Princípio:**

*II.5.A. As transações com partes relacionadas devem ser justificadas pelo interesse da sociedade e realizadas em condições de mercado, sujeitando-se a princípios de transparência e a adequada fiscalização.*

**Recomendações:**

II.5.1. O órgão de administração divulga, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.

### Recomendação Integralmente Adotada

No exercício de 2020, o Conselho de Administração aprovou, com parecer prévio vinculativo do Conselho Fiscal, uma Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas que se mantém em vigor e que se encontra disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/ e tal como descrito nos pontos 89 e 91 deste Relatório.

## III. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL

**Princípios:**

*III.A O adequado envolvimento dos acionistas no governo das sociedades constitui um fator positivo de funcionamento eficiente da sociedade e realização do fim social.*

*III.B A sociedade promove a participação pessoal dos acionistas nas reuniões da Assembleia Geral, enquanto espaço de reflexão sobre a sociedade e de comunicação dos acionistas com os órgãos e comissões da sociedade.*

*III.C A sociedade implementa meios adequados para a participação e o voto não presenciais dos acionistas na assembleia, incluindo a possibilidade de envio antecipado de questões, pedidos de esclarecimento ou informação sobre as matérias a deliberar e respetivas propostas.*

**Recomendações:**

III.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, e informa no relatório de governo sobre a sua opção sempre que a cada ação não corresponda um voto.

## Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade incentiva os(as) seus(suas) acionistas à participação nas Assembleias Gerais, atribuindo a cada ação um voto, e não limitando o número de votos que podem ser detidos ou exercidos por cada acionista.

Esta opção encontra-se descrita neste Relatório de Governo da Sociedade no ponto 12.1.

### III.2. A sociedade que tenha emitido ações com direito especial ao voto plural identifica, no relatório de governo, as matérias que, por previsão dos estatutos da sociedade, estão excluídas do âmbito do voto plural.

## Recomendação Não Aplicável

A Sociedade não emitiu ações com direitos especiais, incluindo as referidas na presente recomendação, tal como referido no ponto 12.1 deste Relatório.

### III.3. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

## Recomendação Integralmente Adotada

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem quórum deliberativo superior ao legalmente previsto, tal como referido no ponto 14 deste Relatório.

### III.4. A sociedade implementa os meios adequados para a participação não presencial dos acionistas na Assembleia Geral, em termos proporcionais à sua dimensão.

## Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade considerou, historicamente, que os meios de participação disponibilizados aos(às) seus(suas) acionistas para participação nas Assembleias Gerais se adequavam às suas preferências e hábitos em face da expressiva participação naqueles plenários (cfr. pontos 12.2 a 12.4 do presente Relatório quanto às formas de exercício de voto).

As circunstâncias excecionais da pandemia verificadas nos anos de 2020 e 2021 com as consequentes restrições de natureza sanitária, por um lado e a expressiva participação acionista em Assembleia Geral realizada por meios telemáticos, por outro, conduziram à realização, desde essa altura, de Assembleias Gerais por meios telemáticos, tendo a Sociedade assegurado o seu efetivo funcionamento, salvaguardando a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, adotando um procedimento enquadrado nos termos legais e nas orientações da CMVM.

Ainda que já não se verifiquem as circunstâncias da pandemia e as restrições de natureza sanitária, a Sociedade manteve, na Assembleia Geral de Acionistas de 28 de abril de 2023, a possibilidade de utilização de meios adequados para a participação dos(as) acionistas à distância em Assembleia Geral. A Sociedade manterá, sempre que se mostre necessários e adequados para assegurar os meios viabilizadores de uma expressiva participação dos(as) acionistas.

### III.5. A sociedade implementa igualmente os meios adequados para o exercício não presencial do direito de voto, incluindo por correspondência e por via eletrónica.

### Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade coloca à disposição dos(as) acionistas os meios necessários ao exercício do voto por correspondência postal e por via eletrónica (cfr. pontos 12.3 e 12.4 do presente relatório quanto às formas de exercício de voto).

Adicionalmente, a Sociedade disponibiliza no seu website, desde a data da convocatória de cada Assembleia Geral, documentos-tipo destinados a facilitar o acesso à informação necessária à emissão das comunicações a efetuar pelos(as) acionistas para assegurar a sua presença na Assembleia Geral, bem como faculta um endereço eletrónico dedicado à ágil comunicação entre os(as) acionistas e o(a) Presidente da Mesa, e afeta uma equipa de trabalho interna de apoio aos trabalhos da Mesa da Assembleia Geral e dos(as) acionistas.

III.6. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

### Recomendação Não Aplicável

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem qualquer limitação ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um(a) único(a) acionista (conferir ponto 12.1 do presente relatório).

III.7. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.

### Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade não adota unilateralmente políticas que tenham por efeito qualquer uma das restrições elencadas na recomendação. Os contratos celebrados pela Sociedade refletem a defesa do interesse social tendo em vista a sustentabilidade dos negócios a longo prazo no enquadramento das condições de mercado e não contêm medidas suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos(as) acionistas do desempenho dos(as) administradores(as).

## IV. ADMINISTRAÇÃO

## IV.1. Órgão de Administração e Administradores Executivos

**Princípios:**

*IV.1.A. A gestão corrente da sociedade compete a administradores executivos com as qualificações, competências e experiência adequadas à função, prosseguindo os objetivos da sociedade e visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.*

*IV.1.B. A determinação do número de administradores executivos deve ter em conta a dimensão da sociedade, a complexidade e dispersão geográfica da sua atividade e os custos, tendo em vista a desejável agilidade de funcionamento da administração executiva.*

**Recomendações:**

IV.1.1. O órgão de administração assegura que a sociedade atua de forma consentânea com o seu objeto e não delega poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.

## Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva (de acordo com o n.º 2 do Artigo 1.º do Regulamento do Conselho de Administração da Sonae, disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/) a administração quotidiana da Sociedade, cujas competências se encontram descritas neste Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade (ver pontos 27 e 28).

O Conselho de Administração não delega poderes, designadamente no que respeita à definição da estratégia e das principais políticas da sociedade. Não delega poderes no que respeita à organização e coordenação da estrutura empresarial. Por último, o Conselho de Administração não delega poderes em matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.

Estas competências do Conselho de Administração não delegadas encontram-se, igualmente, descritas neste Relatório e observam as regras constantes desta recomendação (ver ponto 27.1).

IV.1.2. O órgão de administração aprova, através de regulamento ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.

## Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva (de acordo com o n.º 2 do Artigo 1.º do Regulamento do Conselho de Administração da Sonae, disponível em

https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/) a administração quotidiana da Sociedade, cujas competências se encontram descritas neste Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade (ver pontos 27 e 28), bem como aprovou o respetivo regulamento de funcionamento.

O Regulamento do Conselho de Administração e a política de conflitos de interesses em vigor determinam que o exercício, por qualquer membro do Conselho de Administração, de cargo social ou atividade significativa fora do Grupo que não tenha sido autorizada em Assembleia Geral, deve ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do Regulamento do Conselho de Administração disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/, e mediante parecer para o efeito emitido pela Comissão de Nomeação, cf. ponto 29 deste Relatório.

## IV.2. Órgão de Administração e Administradores Não Executivos

**Princípios:**

*IV.2. A Para a plena realização do fim social, os administradores não executivos exercem, de modo efetivo e criterioso, uma função de vigilância geral e de desafio à gestão executiva, devendo tal atuação ser complementada por comissões em áreas centrais do governo da sociedade.*

*IV.2.B. O número e as qualificações dos administradores não executivos devem ser adequados a proporcionar à sociedade uma equilibrada e apropriada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais.*

**Recomendações:**

IV.2.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes – ou, não existindo estes em número suficiente, os administradores não executivos – designam entre si um coordenador para, nomeadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1; em alternativa, pode a sociedade fixar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.

## Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração, em cumprimento do estabelecido no n.º 3 do artigo 1.º do seu Regulamento de funcionamento, designou dois Administradores Não Executivos Séniores para assegurar os objetivos descritos nesta Recomendação, como se descreve no ponto 18 deste Relatório.

Para o efeito, e na sequência da eleição dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023, foi designado o Administrador Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh como Administrador Não Executivo Sénior Independente ("SID Director"), que entre as suas funções integra a Comissão de Remuneração (com responsabilidade na avaliação de desempenho em referência), a Comissão de Nomeação e a Comissão de Auditoria e Finanças, tendo sido designado o Administrador José Manuel Neves Adelino como Administrador Não Executivo Sénior ("Lead Director"), o qual, de entre as suas funções, preside à Comissão de Auditoria e Finanças e à Comissão de Ética.

Desta forma estão reunidos os meios destinados a assegurar a coordenação do exercício dos trabalhos dos membros não-executivos que integram o Conselho de Administração e as suas comissões internas, visando garantir a existência das condições necessárias a que estes possam exercer as suas funções de forma independente e informada, dispondo do necessário e tempestivo fluxo de informação e assegurando a qualidade e equidade da avaliação de desempenho.

IV.2.2. O número de membros não executivos do órgão de administração deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.

## Recomendação Integralmente Adotada

O número de membros não executivos do órgão de administração cumpre a presente recomendação, tal como adicionalmente detalhado no ponto 18 deste Relatório.

IV.2.3. O número de administradores não executivos é superior ao de administradores executivos.

## Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração é composto por um total de doze membros, dos quais nove são não executivos, conforme descrito no ponto 18 deste Relatório.

IV.2.4. O número de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência deve ser plural e não pode ser inferior a

um terço do número total de administradores não executivos. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que

não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade, sendo este prazo contado independentemente de coincidir, ou não, com o termo do mandato;

ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;

iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;

iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;

v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;

vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.

## Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração é composto por doze membros, nove dos quais são membros não executivos, existindo um número de membros não executivos independentes, superior ao mínimo de um terço contido nesta recomendação, em cumprimento dos critérios de independência aqui contemplados, conforme descrito no ponto 18 deste Relatório.

A manutenção das condições de independência é aferida periodicamente, estando os(as) Administradores(as) independentes adstritos(as) ao dever de comunicação imediata da ocorrência de qualquer facto que determine a perda daquela qualidade.

IV.2.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação anterior não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (*cooling-off period*).

## Recomendação Não Aplicável

Por referência ao mandato iniciado em 2023, não existe no Conselho de Administração nenhum membro cuja independência esteja qualificada ao abrigo do período de *cooling-off* estabelecido nesta recomendação (ver pontos 17 e 18 deste Relatório).

# V. FISCALIZAÇÃO

**Princípios:**

*V.A O órgão de fiscalização desenvolve atividades permanentes de supervisão da administração da sociedade, incluindo, numa perspetiva também preventiva, o acompanhamento da atividade da sociedade e, em particular, as decisões de fundamental importância para esta e para a plena realização do fim social.*

*V.B A composição do órgão de fiscalização proporciona à sociedade uma equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais.*

**Recomendações:**

V.1. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização toma conhecimento das linhas estratégicas e avalia e pronuncia-se sobre a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.

## Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração, enquanto órgão responsável por definir a estratégia e as principais políticas da Sociedade, assegura proativamente o sistema de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade. O Conselho Fiscal avalia a eficácia daqueles sistemas, propondo as medidas de otimização que entender necessárias, emitindo diretrizes e recomendações e pronunciando-se, caso entenda, sobre a política de risco em momento anterior à sua aprovação final, tal como consta do seu Regulamento de funcionamento disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/ e, bem assim, sobre as linhas estratégicas de que lhe é dado conhecimento pelo Conselho de Administração, em momento anterior à sua aprovação final, e tal como consta da alínea d) do n.º 2 do artigo 3.º do seu Regulamento de funcionamento disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

O Conselho de Administração assegurou a interação com o Conselho Fiscal nos termos estabelecidos nesta recomendação, cf. relatório e parecer anual do Conselho Fiscal, disponível juntamente com os demais documentos de prestação de contas, disponíveis em https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/.

V.2. O número de membros do órgão de fiscalização e da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.

## Recomendação Integralmente Adotada

O número de membros do órgão de fiscalização cumpre com a presente recomendação, tal como detalhado no ponto 31 deste Relatório de Governo.

O número de membros da Comissão de Auditoria e Finanças cumpre, também, com a presente recomendação, tal como detalhado no ponto 29 deste Relatório de Governo.

# VI. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES

## VI.1. Avaliação anual de desempenho

**Princípio:**

*VI.1.A A sociedade promove a avaliação do desempenho do órgão executivo e dos seus membros individualmente e ainda do desempenho global do órgão de administração e das comissões especializadas constituídas no seu seio.*

**Recomendação:**

VI.1.1. O órgão de administração - ou comissão com competências na matéria, composta por maioria de membros não executivos – avalia anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho da

comissão executiva, dos administradores executivos e das comissões da sociedade, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, assim como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.

**Recomendação Adotada Com Justificação De Acolhimento (*Explain*)**

A avaliação de desempenho dos membros do órgão de administração, incluindo os(as) administradores(as) executivos(as), é realizada de acordo com os princípios, valorimetrias e regras estabelecidos na Política de Remuneração apresentada pela Comissão de Vencimentos e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Comissão de Vencimentos, eleita pela Assembleia Geral, é responsável pela aprovação das remunerações individuais dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais, em representação dos(as) acionistas de acordo com a Política de Remuneração aprovada na Assembleia Geral.

A Comissão de Remuneração apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho da sua competência em matéria de avaliação de desempenho e de proposta de remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as) (ver pontos 24, 29, 66 e 67 deste Relatório).

O Conselho de Administração nos termos do seu Regulamento, é responsável por realizar uma avaliação periódica ao seu desempenho coletivo, ao desempenho dos seus membros e ao desempenho das Comissões internas por si constituídas, incluindo o cumprimento do plano estratégico e financeiro da Sociedade, a gestão de portefólio e do orçamento anual, a gestão de risco, o funcionamento interno do Conselho, avaliando ainda a relação entre os órgãos sociais e as comissões da Sociedade.

Esta avaliação é realizada a meio de cada mandato de quatro anos, por se entender dever ser esta a periodicidade e o momento mais ajustados a uma cabal avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração como órgão coletivo, bem como do desempenho e contribuição individual de cada um deles. Nos restantes anos que constituem o mandato, uma das reuniões do Conselho de Administração e das comissões por si constituídas inclui como ponto da agenda uma breve e informal autoavaliação, sendo os regulamentos internos ajustados, se necessário, de modo a otimizar a performance.

## VI.2. Remunerações

**Princípios:**

*VI.2.A. A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair, a um custo economicamente justificável pela sua situação, profissionais qualificados, induzir o alinhamento de interesses com os dos acionistas – tomando em consideração a riqueza efetivamente criada pela sociedade, a situação económica e a do mercado – e constituir um fator de desenvolvimento de uma cultura de profissionalização, de sustentabilidade, de promoção do mérito e de transparência na sociedade.*

*VI.2.B. Tendo em consideração que o cargo de administrador é, por natureza, um cargo remunerado, os administradores recebem uma remuneração:*

*i) que retribua adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade;*

*ii) que garanta uma atuação alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e promova a atuação sustentável da sociedade; e*

*iii) que premeie o desempenho.*

**Recomendações:**

VI.2.1. A sociedade constitui uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.

## Recomendação Integralmente Adotada

Tal como decorre do ponto 67 deste Relatório, a Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais, em representação dos(as) acionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada em Assembleia Geral da Sociedade. Os três membros integrantes da Comissão de Vencimentos foram eleitos na Assembleia Geral de Acionistas de 28 de abril de 2023, e são membros independentes, atuando nessa qualidade, estando, assim, reunidas as necessárias condições de independência na atuação dos membros e na tomada de deliberações pelo órgão. Todos os membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e relevante experiência em matéria de política de remunerações.

Por sua vez, a Comissão de Remuneração, designada pelo Conselho de Administração e constituída por Administradores(as) Não Executivos(as), a maioria dos(as) quais independentes, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho da sua competência em matéria de remunerações e avaliação de desempenho dos Administradores(as) Executivos(as).

VI.2.2. A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões da sociedade compete à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.

## Recomendação Integralmente Adotada

As remunerações são fixadas pela Comissão de Vencimentos, eleita pela Assembleia Geral. A fixação dessas remunerações baseia-se na Política de Remuneração, atualmente em vigor para o quadriénio 2023-2026, tal como aprovada pela Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023, (conforme ponto 66 deste relatório).

VI.2.3. A sociedade divulga no relatório de governo, ou no relatório de remunerações, a cessação de funções dos membros de órgãos ou comissões da sociedade, indicando os montantes de todos os encargos da sociedade relacionados com a cessação de funções, a qualquer título, no exercício em causa.

## Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade deliberou não atribuir compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais aplicáveis, tal como consta da Política de Remuneração em vigor e divulgado nos pontos 66 a 88 deste relatório.

No exercício de 2023, e sem prejuízo da renúncia ao cargo por parte da Administradora Não Executiva Margaret Lorraine Trainer, a 14 de novembro de 2023, a Sociedade não procedeu ao pagamento de quaisquer compensações desta natureza.

VI.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.

## Recomendação Integralmente Adotada

A Comissão de Vencimentos está alinhada com a presente recomendação e designa entre si o membro que a representa na Assembleia Geral, podendo tratar-se do(a) Presidente ou de um(a) dos(as) vogais.

VI.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações pode decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.

## Recomendação Integralmente Adotada

A Comissão de Remuneração apoia a Comissão de Vencimento no exercício das suas funções. Para o desempenho das suas funções, as comissões podem decidir livremente a contratação de consultores externos de reputada competência e de âmbito de atuação e experiência internacional (conferir ponto 24 deste Relatório).

VI.2.6. A comissão de remunerações assegura que aqueles serviços são prestados com independência.

## Recomendação Integralmente Adotada

Os princípios a que se subordina a contratação de serviços de consultoria para apoio da Comissão de Remunerações no exercício das suas funções encontram-se descritos no ponto 24 deste Relatório.

A Comissão de Vencimentos e a Comissão de Remuneração estão obrigadas a assegurar que os(as) especialistas selecionados(as) detêm o grau de independência necessário para dar cumprimento ao objetivo para o qual são contratados(as). Esta independência dos consultores é garantida quer pela sua autonomia face ao Conselho de Administração, à Sociedade e ao Grupo, quer pela sua larga experiência e credibilidade reconhecida pelo mercado, sendo assegurado, na seleção destes(as) especialistas, em particular, que a sua independência não é prejudicada pela prestação de serviços significativos à Sociedade ou quaisquer partes com esta relacionadas.

VI.2.7. Os prestadores desses serviços não serão contratados, pela própria sociedade ou por outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, para a prestação à sociedade de quaisquer outros serviços relacionados com as competências da comissão de remunerações, sem que haja autorização expressa da comissão.

## Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade tem procedimentos internos destinados a assegurar que os consultores que prestam estes serviços à Comissão de Vencimentos e/ou à Comissão de Remunerações não prestam outros serviços à Sociedade em matérias da competência daquelas comissões, sem o prévio consentimento destas.

Por seu lado, a Comissão de Vencimentos e a Comissão de Remunerações, na sua prerrogativa de garantir que os especialistas selecionados detêm o grau de independência necessária para dar cumprimento ao objetivo para o qual são contratados, garantem, em particular, (a) que esses especialistas não são contratados para quaisquer outros serviços relacionados com as competências destas comissões; (b) a sua independência não é prejudicada pela prestação de serviços significativos à Sociedade ou quaisquer partes com esta relacionadas.

VI.2.8. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes tem natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.

## Recomendação Integralmente Adotada

As componentes da remuneração encontram-se descritas na Política de Remuneração apresentada à aprovação da Assembleia Geral Anual e que se encontra disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/, e descrita nos pontos 69 a 76 deste Relatório.

A Política de Remuneração contempla uma componente variável de curto prazo, com KPI individuais e coletivos, e uma componente variável de médio prazo – ver pontos 70 a 76 deste Relatório – adequada ao perfil da Sociedade e do Grupo, tal como considerada pelos(as) acionistas, que a aprovaram em Assembleia Geral e que, no exercício de 2023, foi aplicada sem qualquer derrogação.

### VI.2.9. Uma parte significativa da componente variável é parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, em termos definidos na política de remunerações da sociedade, à confirmação da sustentabilidade do desempenho.

## Recomendação Integralmente Adotada

A Política de Remuneração aprovada em Assembleia Geral Anual realizada a 28 de abril de 2023, tal como proposta pela Comissão de Vencimentos, respeita o período contido na presente recomendação e o seu valor depende do desempenho sustentável da Sociedade ao longo desse período, conforme descrito nos pontos 69 a 76 deste Relatório.

A Política de Remuneração encontra-se disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/.

### VI.2.10. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício é diferido por um prazo não inferior a três anos.

## Recomendação Não Aplicável

A Política de Remuneração aprovada não integra atribuição de opções (conferir ponto 74 do presente Relatório).

### VI.2.11. A remuneração dos administradores não executivos não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

## Recomendação Integralmente Adotada

A remuneração dos membros não-executivos do Conselho de Administração é constituída, exclusivamente, por um valor fixo, não estando dependente do desempenho da Sociedade ou o seu valor.

A Política de Remuneração encontra-se disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/, e descrita nos pontos 69 a 76 deste Relatório.

## VI.3. Nomeações

**Princípios:**

*VI.3.A Independentemente do modo de designação, os conhecimentos, a experiência, o percurso profissional e a disponibilidade dos membros dos órgãos da sociedade e dos quadros dirigentes devem ser os adequados à função a desempenhar.*

**Recomendações:**

## VI.3.1. A sociedade promove, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, que as propostas para eleição dos membros dos órgãos da sociedade sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação de cada um dos candidatos à função a desempenhar.

### Recomendação Integralmente Adotada

A eleição dos membros dos órgãos de administração e fiscalização para o mandato 2023-2026, foi efetuada em observância da Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, aprovada na Assembleia Geral Anual realizada a 30 de abril de 2021, contemplando os princípios vertidos na presente recomendação, disponível https://sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/assembleia-geral-anual-de-acionistas-30-de-abril-de-2021/.

Na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023 foi aprovada a nova Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em linha com a política anterior, cumprindo os princípios vertidos na presente recomendação. A Política atualmente em vigor encontra-se disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/.

## VI.3.2. A comissão de nomeações de membros de órgãos sociais inclui uma maioria de administradores independentes

### Recomendação Integralmente Adotada

A Comissão de Nomeações é composta por uma maioria de membros não executivos independentes tal como consta do ponto 29 deste Relatório.

## VI.3.3. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes é atribuída a uma comissão de nomeações.

### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração constituiu uma comissão interna especializada nesta matéria, a Comissão de Nomeação, com as competências em matéria de nomeações descritas no ponto 29 deste Relatório e com as missões estabelecidas no seu regulamento de funcionamento, as quais observam o teor desta Recomendação, alargando o âmbito nela prescrito, na medida em que o âmbito subjetivo da competência desta comissão se estende a todos(as) os(as) Administradores(as) séniores do Grupo, independentemente da sua classificação como dirigentes ao abrigo da legislação nacional e europeia.

## VI.3.4. A comissão de nomeações de quadros dirigentes disponibiliza os seus termos de referência e promove, na medida das suas competências, a adoção de processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam propostos para seleção os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo quanto à igualdade entre homens e mulheres.

### Recomendação Integralmente Adotada

O termos de referência da Comissão de Nomeação encontram-se disponíveis em https://sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/ e dão cumprimento à presente recomendação. A Comissão de Nomeação promove os processos de identificação e seleção de candidatos nos termos da política de seleção e avaliação, a qual atende a critérios de mérito e diversidade, incluindo quanto à igualdade entre homens e mulheres, como detalhado nos pontos 15 e 29 deste Relatório.

Adicionalmente, a Comissão de Nomeação tem à sua disposição a possibilidade de recurso a serviços de entidades externas especializadas, com experiência internacional e reconhecida credibilidade.

## VII. CONTROLO INTERNO

**Princípio:**

*VII.A. Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade institui um sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão e controlo de risco, compliance e de auditoria interna, que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.*

**Recomendações:**

### VII.1. O órgão de administração debate e aprova o plano estratégico e a política de risco da sociedade, a qual inclui a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.

### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração define a estratégia da Sociedade, nos termos estabelecidos no seu Regulamento Interno (n.º2 do Artigo 2.º do Regulamento do Conselho de Administração) disponível em https://sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

O Conselho de Administração também discute e aprova as principais políticas da sociedade, incluindo a política de risco e a política de sustentabilidade (que por sua vez, inclui os riscos e os impactos inerentes assim como o acompanhamento da regulação aplicável, a monitorização da evolução dos resultados atingidos e o cumprimento dos compromissos e objetivos assumidos no âmbito da sustentabilidade), definindo e monitorizando a existência de níveis de risco aceitáveis.

A Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) reporta ao Conselho de Administração, numa base regular, as ações desenvolvidas e as conclusões apuradas e propõe os planos de ação a desenvolver, com vista a assegurar, de forma proativa, o controlo interno e o sistema de gestão de riscos da Sociedade (ver ponto 29 deste Relatório).

### VII.2. A sociedade dispõe de uma comissão especializada ou de um comité composto por especialistas em matéria de risco que reporta regularmente ao órgão de administração.

### Recomendação Integralmente Adotada

A sociedade dispõe de um Grupo Consultivo de Gestão de Risco (com as competências descritas no ponto 21 deste Relatório) composto pelos membros dos Conselhos de Administração das várias sociedades do Grupo com o pelouro da função, pelos(as) diretores(as) de Gestão de Risco responsáveis pela função na Sociedade e em cada um dos negócios, pelo Diretor de Governo Societário e pelo Diretor de Auditoria Interna. Este grupo consultivo reúne trimestralmente e é responsável por, designadamente, rever as políticas existentes em matéria de gestão de risco e propor novas diretrizes na matéria, rever os planos de gestão de risco para cada uma das sociedades do Grupo Sonae, monitorizar as atividades de gestão de risco, nomeadamente através da revisão periódica de relatórios, propondo recomendações sendo presidido por membros do Conselho de Administração.
Adicionalmente, a gestão de risco reporta o seu trabalho à Comissão de Auditoria e Finanças duas vezes por ano, tal como referenciado nos termos de referência desta última disponíveis em https://sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

### VII.3. O órgão de fiscalização organiza-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.

## Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho Fiscal, nos termos do seu regulamento de funcionamento disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/, avalia a eficácia dos sistemas de controlo de risco, supervisionando e propondo as medidas de otimização que entender necessárias, atuando em interface com o Conselho de Administração, através, nomeadamente, da Comissão de Auditoria e Finanças, e pronunciando-se sobre a sua atuação no seu relatório e parecer anuais, disponibilizados juntamente com os demais documentos de prestação de contas em https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/ (ver pontos 31 e 38 deste Relatório).

VII.4. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna, é estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

## Recomendação Integralmente Adotada

Os sistemas de gestão de riscos, controlo interno, *compliance* e auditoria interna cumprem integralmente esta recomendação, conforme se encontra descrito nos pontos 21 e 50 a 55 deste Relatório.

O Conselho Fiscal, nos termos do seu regulamento de funcionamento disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/, avalia a eficácia de todos estes sistemas, supervisionando e propondo as medidas de otimização que entender necessárias, atuando em interface com o Conselho de Administração, através, nomeadamente, da Comissão de Auditoria e Finanças, e pronunciando-se sobre a sua atuação no seu relatório e parecer anuais, disponibilizados juntamente com os demais documentos de prestação de contas em https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/ (ver pontos 31 e 38 deste Relatório).

VII.5. A sociedade estabelece procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.

## Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho Fiscal estabelece juntamente com a auditoria interna o plano de ações a desenvolver, supervisiona a sua atividade, aferindo da sua adequação em termos de meios e objetivos, é destinatário de reporte periódico da atividade desenvolvida, nomeadamente no que se refere à informação financeira e de prestação de contas, prevenção de conflitos de interesse e aferição da existência de eventuais irregularidades, bem como avalia os resultados e conclusões apuradas e emite as diretrizes que entender por convenientes, conforme descrito no ponto 38 deste Relatório.

A sociedade realiza anualmente uma avaliação sobre o desempenho do sistema de gestão de risco e o grau de cumprimento interno, adaptando o referido sistema às circunstâncias ou contingências que interfiram com o quadro de risco anteriormente referido. Em particular, o Conselho Fiscal, para execução das suas competências calendariza, na primeira reunião de cada exercício, um plano de trabalhos em que inclui a avaliação do funcionamento destes sistemas de controlo interno e gestão de risco, tal como melhor detalhado no ponto 38 deste Relatório.

VII.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade institui uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.

## Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade encontra-se dotada de uma Direção de Gestão de Risco, com as competências elencadas no ponto 21 deste Relatório, bem como um Grupo Consultivo de Gestão de Riscos, cujas competências se encontram sistematicamente elencadas nesse mesmo ponto.

O Conselho de Administração instituiu sistemas internos de gestão e controlo de riscos onde identifica os principais riscos a que a Sociedade se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade (ver pontos 50 a 55 deste Relatório), a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto (ver capítulo "1.6. Gestão dos nossos riscos e criação de oportunidades" do Relatório Anual de Gestão), os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação (ver capítulo "1.6. Gestão dos nossos riscos e criação de oportunidades" do Relatório Anual de Gestão) e os procedimentos de monitorização visando o seu acompanhamento (ver pontos 50 a 55 deste Relatório).

### VII.7. A sociedade institui processos para coligir e processar dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social, para alertar o órgão de administração acerca dos riscos em que a sociedade esteja a incorrer e propor estratégias para a sua mitigação.

## Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade institui processos para coligir e processar os dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social cabendo às direções de Gestão de Risco e de Sustentabilidade alertar o órgão de administração acerca dos riscos referidos nesta recomendação e propor estratégias para a sua mitigação, considerando as respetivas funções descritas no ponto 21 deste Relatório.

Estes processos são instituídos de modo a permitir uma tomada de decisão informada e uma gestão de risco proativa, tendo a Sociedade estabelecido duas fontes de informação que, sendo periodicamente atualizadas, suportam esses processos: (i) o plano de contribuição, que incorpora a contribuição de cada uma das sociedades do Grupo para a estratégia de sustentabilidade do mesmo, em que os requerimentos mínimos, ações planeadas, e progressos feitos na estratégia de sustentabilidade são atualizados periodicamente por cada negócio e partilhados com a Sonae através do Grupo Consultivo de Gestão de Risco; e (ii) os KPIs transversais que são monitorizados através de uma plataforma de reporte, também analisados ao nível do Grupo Consultivo de Sustentabilidade. Os resultados da análise de dados e dos planos de ação são reportados semestralmente ao órgão de administração da Sociedade.

Adicionalmente, de modo a assegurar o alinhamento nos progressos efetuados nos planos de contribuição e de modo a identificar oportunidades de melhoria e economias de escala são promovidas interações mensais entre direção de sustentabilidade da Sonae e as equipas de sustentabilidade dos diferentes negócios. A Sociedade trabalha ainda em colaboração com os seus *stakeholders* de modo a desenvolver estratégias na área da sustentabilidade, bem como a mitigar riscos, o que passa pela alteração de políticas, procedimentos ou práticas especificas, pelo investimento em novas tecnologias ou pela contratação de entidades especializadas em matéria de sustentabilidade.

### VII.8. A sociedade informa sobre o modo como as alterações climáticas são consideradas na organização e sobre a forma como pondera, nos processos de decisão, a análise do risco climático.

## Recomendação Integralmente Adotada

As alterações climáticas são consideradas pela Sociedade de extrema importância, sendo tidas em conta nos processos de decisão, tal como consta do ponto 53 deste Relatório. Esta importância traduz-se na integração da análise de risco climática no processo de decisão, sendo o tratamento desta temática uma prioridade estratégica assente no objetivo de minimizar os seus impactos quer nos negócios desenvolvidos pelas diversas sociedades do Grupo, quer nos restantes *stakeholders*.

Assim, e tal como descrito acima no contexto da Recomendação I.2, a Sonae definiu cinco eixos de ação estratégicos, sendo um deles alicerçado no compromisso de redução de CO2 com vista a mitigar alterações climáticas. Neste âmbito, salienta-se, ainda, a publicação anual de um relatório alinhado com a *framework* TCFD (*Task Force on Climate-related Financial Disclosures)*, para suporte à gestão dos riscos climáticos, nomeadamente os riscos de transição para uma economia de baixo carbono e os riscos físicos. Este processo tem sido conduzido pelo Grupo Consultivo de Gestão de Risco, presidido pelo CFO, em coordenação com o Grupo Consultivo de Sustentabilidade, presidido pelo CDO e onde participam ainda o Presidente do Conselho de Administração e a CEO. Deste modo, estes temas são endereçados ao nível dos grupos consultivos que, por contarem com a participação e presidência dos membros do Conselho de Administração permitem a permanente interação nestas matérias entre as equipas de suporte e o órgão responsável pela tomada de decisão, em todas as matérias chave abordadas por estes grupos, incluindo a descarbonização e a redução de CO2.

VII.9. A sociedade informa, no relatório de governo, sobre os termos em que mecanismos de inteligência artificial hajam sido utilizados como instrumento de tomada de decisões pelos órgãos sociais.

## Recomendação Integralmente Adotada

Os membros dos órgãos sociais da Sociedade não recorrem à inteligência artificial como ferramenta de tomada de decisão. Sem prejuízo, a Sociedade aproveita o potencial das técnicas de inteligência artificial – nos termos do Artigo 3(1) do Regulamento do Parlamento e do Conselho COM (2021) 206 Final – de modo a melhorar a eficiência operacional da Sociedade na recolha, organização e apresentação de informação, assegurando que estas técnicas são geridas através de aplicações devidamente licenciadas e de softwares protegidos por credenciais e acesso.

Reconhecendo os potenciais riscos associados ao uso de mecanismos de Inteligência Artificial, os órgãos sociais são apoiados pelas várias direções do centro corporativo, Incluindo pelos departamentos de gestão de risco e digital, na identificação e mitigação de potenciais riscos relacionados com o uso de tecnologias de Inteligência Artificial (incluindo considerações éticas, viés dos algoritmos, proteção de dados, vulnerabilidades da segurança e, em geral, o potencial impacto da IA nos diversos *stakeholders*). Adicionalmente, o departamento de Digital colabora para inspirar confiança no uso e desenvolvimento responsável de técnicas de Inteligência Artificial, aderindo às melhores práticas de modo a promover uma cultura orientada pela utilização de dados, como base para a tomada de decisões e condução de operações.

VII.10. O órgão de fiscalização pronuncia-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

## Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho Fiscal  pronuncia-se sobre os planos de trabalho a desenvolver, bem como sobre recursos afetos aos serviços de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna, supervisiona as respetivas atividades, aferindo da sua adequação em termos de meios e objetivos, é destinatário de reporte periódico das atividades desenvolvidas, nomeadamente no que se refere à informação financeira e de prestação de contas, prevenção de conflitos de interesse e aferição da existência de eventuais irregularidades, bem como avalia os resultados e conclusões apuradas e emite as diretrizes que entender por convenientes, conforme descrito no ponto 38 deste Relatório.

VII.11. O órgão de fiscalização é destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, *compliance* e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.

## Recomendação Integralmente Adotada

O Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal, disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/, contempla estas responsabilidades.

# VIII. INFORMAÇÃO E REVISÃO LEGAL DE CONTAS

## VIII.1. Informação

**Princípios:**

*VIII.A. O órgão de fiscalização, com independência e de forma diligente, assegura que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e adoção de critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro e de sustentabilidade, e para o controlo interno, incluindo a gestão de riscos, a compliance e a auditoria interna.*

*VIII.B. O órgão de fiscalização promove uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas.*

**Recomendação:**

### VIII.1.1. O regulamento do órgão de fiscalização impõe que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.

## Recomendação Integralmente Adotada

O Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal, disponível em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/, contempla estas responsabilidades.

## VIII.2. Revisão Legal de Contas e Fiscalização

**Princípio:**

*VIII.2.A Cabe ao órgão de fiscalização estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre o relacionamento da sociedade com o revisor oficial de contas e a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.*

**Recomendações:**

### VIII.2.1. Através de regulamento, o órgão de fiscalização define, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.

## Recomendação Integralmente Adotada

O Regulamento do Conselho Fiscal, disponível no website da Sonae em https://sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/ define as competências e o plano de ações do Conselho Fiscal onde se inclui a fiscalização da existência e manutenção da independência do revisor oficial de contas, que são atestadas no relatório e parecer anuais do Conselho Fiscal.

### VIII.2.2. O órgão de fiscalização é o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos

relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.

## Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho Fiscal é o principal interlocutor do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, rececionando primordialmente os seus relatórios, com ele interagindo diretamente, nos termos das suas competências e das normas de funcionamento constantes do regulamento do Conselho Fiscal, disponível no website da Sociedade em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

É da competência do Conselho Fiscal propor a designação e a destituição, aprovar a remuneração e supervisionar a atividade e a independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, zelando para que sejam asseguradas, dentro da Sociedade, as condições adequadas à prestação dos serviços, nos termos constantes do Regulamento do Conselho Fiscal, disponível no website da Sonae em https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

VIII.2.3. O órgão de fiscalização avalia anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propõe ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.

## Recomendação Integralmente Adotada

A avaliação da atividade desenvolvida pelo Revisor Oficial de Contas pode ser consultada na informação constante do Relatório Anual e Parecer do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal reúne as competências descritas nesta Recomendação, como resulta da lei e do seu Regulamento, propondo ao órgão competente a destituição do Auditor Externo ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito, nos termos da presente Recomendação.

# 2.3 Parte III: Relatório sobre remunerações

Nos termos e para os efeitos do artigo 26.º-G do Código de Valores Mobiliários

O Conselho de Administração apresenta o presente relato sobre remunerações a que alude o artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários (CVM), visando proporcionar uma visão abrangente das remunerações, incluindo todos os benefícios, independentemente da sua forma, atribuídos ou devidos durante o exercício de 2023 a cada um dos membros do órgão de administração e do órgão de fiscalização da Sociedade.

O relatório sobre remunerações relativo ao exercício findo a 31 de dezembro de 2022 foi submetido à apreciação da Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023, no âmbito do ponto relativo à aprovação do Relatório de Gestão, balanço e contas, individuais e consolidadas, e mereceu a aprovação dos acionistas da Sonae, tendo sido aprovado com 99.54% de votos favoráveis.

A Sociedade pautou a elaboração do relatório de remunerações, por referência ao exercício findo a 31 de dezembro de 2023, pelos mesmos princípios de rigor e consistência, em consonância com o aprovado na Política de Remunerações e com as conclusões que a seguir se passam a expor, sistematicamente ordenadas em conformidade com o disposto no n.º2 do artigo 26.º-G CVM.

## 1. Determinação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade

### a) Processo de elaboração da política de remuneração

As remunerações dos membros dos órgãos sociais são fixadas pela Comissão de Vencimentos, e de acordo com a Política de Remuneração apresentada à Assembleia Geral de Acionistas pela mesma Comissão, nos termos do disposto nos artigos 26.º-A a 26.º-F do Código dos Valores Mobiliários, pelo menos de quatro em quatro anos, coincidente com o mandato dos órgãos sociais, e sempre que ocorra uma alteração relevante à política de remuneração em vigor a cada momento.

No que respeita à determinação da remuneração dos(as) Administradores(as) para o ano de 2023, a Comissão de Vencimentos foi apoiada pela Comissão de Remunerações, composta por Administradores(as) Não Executivos(as), através da apresentação de propostas (tal como

melhor detalhado no ponto 29 do Relatório de Governo da Sociedade). Estas propostas foram formuladas sem a presença ou participação dos membros especificamente visados, conforme descrito nos Termos de Referência da Comissão de Remuneração disponíveis no site da Sociedade e no seu procedimento.

Por referência ao exercício social de 2023 a Comissão de Vencimentos e a Comissão de Remuneração cumpriram o ciclo anual de procedimentos aprovados, em linha com os termos de referência desta última disponíveis em https://sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/.

## b) Remuneração dos órgãos sociais

A remuneração dos(as) Administradores(as) Não Executivos(as) é composta exclusivamente por uma componente fixa, e por um subsídio de responsabilidade anual, não sendo atribuída qualquer remuneração a título de prémio variável ou que dependa do desempenho da Sociedade.

A remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as) é composta por uma remuneração fixa e uma remuneração variável, nos termos descritos na política de remuneração disponível em https://sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/ e melhor detalhada nos pontos 69 a 88 do Relatório de Governo da Sociedade.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta exclusivamente por uma componente fixa, não dependente do desempenho da Sociedade ou do seu valor.

A remuneração do(a) Revisor(a) Oficial de Contas encontra-se fixada de acordo com a tabela de honorários padrão, tendo por referência as práticas comparáveis de mercado, e que corresponde aos valores constantes do Contrato de Prestação de Serviços de Revisão Legal de Contas celebrado entre a Sonae e a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

## c) Outros benefícios e condições

Foi atribuído aos(às) Administradores(as) Executivos(as) um seguro de saúde e um seguro de vida e de acidentes pessoais, em linha com a política geral do Grupo, aplicada aos(às) demais colaboradores(as) e cujos termos e valores se enquadram nas práticas de mercado.

A Política de Remuneração não contempla a atribuição de compensações aos(às) administradores(as) ou aos membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada relativamente ao termo do mandato, sem prejuízo, neste último caso, da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria. No exercício de 2023 a administradora Margaret Lorraine Trainer cessou funções a 14 de novembro de 2023, não tendo sido efetuado qualquer pagamento a título de cessação antecipada do mandato.

## 2. Relato sobre as remunerações atribuídas no exercício findo a 31 de dezembro de 2023

### a) A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, incluindo a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável.

A remuneração de cada um(a) dos(as) Administradores(as) da Sonae, atribuída pela Sociedade no exercício de 2023, encontra-se descrita nas tabelas seguintes, incluindo a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável:

| (valores em euros) | 2023 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Rem. Fixa | PVCP | PCMP | Total | Rem. Fixa Pro-Rata | Rem. Variável (PVCP e PCMP) Pro-Rata |
| **Administradores (as) Executivos (as)** | | | | | | |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | 530.400 | 604.300 | 604.300 | **1.739.000** | 31% | 69% |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores | 372.900 | 424.000 | 424.000 | **1.220.900** | 31% | 69% |
| João Nonell Günther Amaral (1) | 255.300 | 278.500 | 278.500 | **812.300** | 31% | 69% |
| **Sub-Total** | **1.158.600** | **1.306.800** | **1.306.800** | **3.772.200** | | |
| **Administradores (as) Não Executivos (as)** | | | | | | |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | 374.867 | - | - | **374.867** | - | - |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | 94.968 | - | - | **94.968** | - | - |
| José Manuel Neves Adelino | 84.167 | - | - | **84.167** | - | - |
| Margaret Lorraine Trainer (4) | 61.933 | - | - | **61.933** | - | - |
| Marcelo Faria de Lima | 64.700 | - | - | **64.700** | - | - |
| Carlos António Rocha Moreira da Silva | 64.700 | - | - | **64.700** | - | - |
| Fuencisla Clemares | 71.833 | - | - | **71.833** | - | - |
| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh | 67.433 | - | - | **67.433** | | |
| Eve Alexandra Henrikson (2) | 48.900 | | | **48.900** | | |
| Maria Teresa Ballester Fornes (3) | 11.400 | - | - | **11.400** | - | - |
| **Sub-Total** | **944.901** | **-** | **-** | **944.901** | **-** | **-** |
| **Total** | **2.103.501** | **1.306.800** | **1.306.800** | **4.717.101** | | |

(1) Eleito Administrador Executivo na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023 | (2) Eleita Administradora Não Executiva Independente na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023 | (3) Administradora Não Executiva Independente eleita por cooptação a 14 de novembro de 2023 | (4) Margaret Lorraine Trainer apresentou renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração com efeitos a 14 de novembro de 2023

Planos do PVMP vencidos e pagos a Administradores(as) Executivos(as):

| (valores em euros) | Plano | Data de atribuição | Data de vencimento | Valor vencido e liquidado em 2023 |
|---|---|---|---|---|
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | 2019 | mar-20 | mar-23 | 658.959 |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores | 2019 | mar-20 | mar-23 | 351.251 |
| **Total** | | | | **1.010.210** |

Planos do PVMP vencidos e pagos pela Sociedade, correspondentes a direitos adquiridos de ex-Administradores(as) Executivos(as):

| (valores em euros) | Plano | Data de atribuição | Data de vencimento | Valor vencido e liquidado em 2023 |
|---|---|---|---|---|
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | 2019 | mar-20 | mar-23 | 186.909 |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | 2019 | mar-20 | mar-23 | 199.919 |
| **Total** | | | | **386.828** |

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da Sociedade e nas práticas de mercado, não existindo qualquer remuneração variável, tendo o valor da remuneração fixa anual dos membros deste órgão no exercício de 2023 sido a seguinte:

| Conselho Fiscal \| membros (valores em euros) | 2023 | Remuneração paga por entidades que integram o Grupo |
|---|---|---|
| Maria José Martins Lourenço da Fonseca | 20.333 | 16.000 |
| Daniel Bessa Fernandes Coelho | 16.667 | - |
| Manuel Heleno Sismeiro | 16.667 | - |
| Sara Manuel Carvalho Teixeira Mendes* | - | - |
| **Total** | **53.667** | **16.000** |

* membro suplente

Os valores da remuneração paga ao Revisor Oficial de Contas da Sociedade e ao Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., sob proposta do Conselho Fiscal, composto por um valor fixo, e discriminada em função da sua natureza foi a seguinte:

| Remuneração paga pela Sociedade (valores em euros) | 2023 |
|---|---|
| Auditoria e Revisão Legal de Contas | 77.237 |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade | 500 |
| Consultoria fiscal | - |
| Outros serviços | 3.990 |
| **Total** | **81.727** |

## b) Uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como a mesma contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados.

Na Assembleia Geral de 28 de abril de 2023, em cumprimento do disposto nos artigos 26.º-A a 26.º-F do Código dos Valores Mobiliários, foi aprovada a Política de Remuneração para o quadriénio 2023-2026, elaborada numa linha de continuidade com os princípios da Política de Remuneração anteriormente em vigor e que se encontra disponível em https://sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/.

A Política assenta no pressuposto de que a iniciativa, a competência, o empenho e a ética são fundamentos essenciais de um bom desempenho, devendo este estar alinhado com a estratégia de médio e longo prazo da Sociedade, visando a sua sustentabilidade, e assentando nos princípios descritos na referida política, bem como no capítulo D do Relatório de Governo da Sociedade, do qual o presente Relatório sobre Remunerações faz parte integrante, e em cumprimento da alínea b) do n.º2 do artigo 26.º-G do CVM.

Uma das formas de garantir um alinhamento entre os interesses do(a) administrador(a), os interesses dos(as) acionistas e o desempenho a médio prazo da Sociedade, visando a sustentabilidade do negócio é a determinação do diferimento de uma parte do prémio variável dos(as) administradores(as) executivos(as) por um período de 3 anos, após a sua atribuição. A componente diferida é condicionada pelos seguintes fatores: (i) pela evolução da cotação das ações; (ii) pelo fator de correção por dividendos aplicados; e (iii) pelo grau de concretização de objetivos de médio prazo.

Na mesma lógica de reforço do alinhamento e do comprometimento da atuação dos(as) administradores(as) executivos(as) com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade, a estratégia de negócio e, em particular, a sua sustentabilidade, bem como visando prevenir e dissuadir a assunção de riscos excessivos, os(as) administradores(as) executivos(as) devem reter uma percentagem das ações Sonae que lhes são entregues no âmbito da execução do Prémio Variável de Médio Prazo (nos termos descritos na Política de Remuneração, e detalhados no ponto 77 do Relatório de Governo).

O prémio variável de curto prazo resulta da concretização de KPIs coletivos e individuais. Os KPIs coletivos representam cerca de 70% do prémio variável e integram KPIs de negócio e KPIs Sociais. Os restantes 30% derivam de KPIs individuais, que constituem uma componente qualitativa, e que podem combinar indicadores subjetivos e objetivos.

Apresenta-se na tabela abaixo os KPIs coletivos do ano de 2023 e respetivo atingimento:

| KPI's 2023 | Peso | Target | | | Atingimento |
|---|---|---|---|---|---|
| | | min | tgt | max | |
| Volume de Negócios (€m)* | 30% | 7.965 | 8.971 | 9.470 | 115% |
| Resultado Direto (€m)* | 30% | 108 | 217 | 271 | 150% |
| Gestão de Portefólio** | 20% | 0% | 100% | 200% | 200% |
| Pessoas | | | | | |
| Cargos de liderança ocupados por mulheres | 5% | 39,0% | 40,5% | 41,3% | 75% |
| Retenção de talento | 5% | 88,0% | 92,0% | 94,0% | 131% |
| Planeta | | | | | |
| Emissões de CO2 ($tCO_{2e}$) | 5% | 192.235 | 167.161 | 158.803 | 138% |
| Plasticos (% reciclabilidade das embalagens de marca própria) | 5% | 80,0% | 86,0% | 89,0% | 117% |
| **Sonae** | **100%** | | | | **142%** |

* Definição do KPI objetivo e atingimento considera valores proporcionais e não consolidados.

** No exercício de 2023, a Sonae obteve significativos ganhos de capital no montande de €168M relacionados com a alienação da participação detida na ISRG. Adicionalmente, foram exploradas novas oportunidades de investimento, tanto ao nível do negócio como ao nível corporativo, nomeadamente a OPA lançada sobre a Musti Group, a aquisição da Druni pela MC, e a aquisição da BCF Life Science, que deve ocorrer durante o primeiro semestre de 2024.

O Prémio variável não é garantido dado que a sua atribuição está dependente da consecução de objetivos. Considerando as duas componentes variáveis, o valor do objetivo pré-definido

varia entre 30% e 60% da remuneração total anual (composta pela soma da remuneração fixa com o valor objetivo da remuneração variável), consoante o nível de responsabilidade das funções assumidas por cada membro.

No que se refere ao apuramento do valor atribuído, este inclui um limite mínimo de 0% e máximo de 148% face ao valor objetivo previamente definido.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2023 foi apurado o desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as) que se traduziu na atribuição do prémio variável com base no apuramento dos KPIs, do seguinte modo:

| (valores em euros) | 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Rem. Fixa | PVCP | PCMP | Total |
| **Administradores (as) Executivos (as)** | | | | |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | 530.400 | 604.300 | 604.300 | **1.739.000** |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores | 372.900 | 424.000 | 424.000 | **1.220.900** |
| João Nonell Günther Amaral | 255.300 | 278.500 | 278.500 | **812.300** |
| **Sub-Total** | **1.158.600** | **1.306.800** | **1.306.800** | **3.772.200** |

## c) A variação anual da remuneração, do desempenho da sociedade e da remuneração média dos trabalhadores em termos equivalentes a tempo inteiro na sociedade, excluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização, durante os últimos cinco exercícios, apresentadas em conjunto e de modo a permitir a sua comparação.

A variação anual da remuneração de cada membro do órgão de administração e fiscalização, do desempenho da Sociedade e da remuneração média dos trabalhadores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, excluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização durante os últimos cinco exercícios, é detalhada nas tabelas seguintes:

Variação da remuneração dos membros que exercem, e exerceram, funções executivas no Conselho de Administração, durante os últimos 5 anos:

| Remuneração Total (valores em euros) | Função | 2019 vs 2018 (3) | 2020 vs 2019 | 2021 vs 2020 | 2022 vs 2021 | 2023 vs 2022 | Variação no quinquénio (2019-2023) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (1) | CEO | - | 9% | 26% | 0% | 8% | 11% |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores (1) | CFO | - | 11% | 34% | 12% | 29% | 21% |
| João Nonell Günther Amaral (2) | CDO | - | - | - | - | - | - |
| **Total** | | **(6)%** | **10%** | **29%** | **4%** | **16%** | **10%** |

(1) Administrador(a) Executivo(a) eleito na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019.

(2) Administrador Executivo eleito na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023.

(3) Em 2019 cessou o mandato do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, tendo sido nomeado, em Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019, novo Conselho de Administração e, posteriormente, eleita nova Comissão Executiva para o mandato 2019-2022. Deste modo, não é possível representar a variação nominal da remuneração auferida em 2019, por referência ao ano anterior, estando unicamente refletida a variação da remuneração total dos membros da Comissão Executiva nomeados em 2019, por comparação com a remuneração total dos membros da Comissão Executiva em exercício no mandato anterior.

Variação da remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração, durante os últimos 5 anos:

| (valores em euros) | Função | 2019 vs 2018 | 2020 vs 2019 | 2021 vs 2020 | 2022 vs 2021 | 2023 vs 2022 | Variação no quinquénio (2019-2023) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo* | Adm. Não Executivo | - | 0% | 0% | 0% | 17% | 4% |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério* | Adm. Não Executivo | - | (1)% | 0% | 0% | (33)% | (8)% |
| José Manuel Neves Adelino | Adm. Não Executivo | 4% | 2% | 0% | 0% | 18% | 5% |
| Margaret Lorraine Trainer (1) | Adm. Não Executiva | 9% | 4% | 0% | 0% | 1% | 3% |
| Marcelo Faria de Lima | Adm. Não Executivo | 2% | 1% | 0% | 0% | 23% | 5% |
| Carlos António Rocha Moreira da Silva* | Adm. Não Executivo | - | 0% | 1% | (1)% | 22% | 5% |
| Fuencisla Clemares* | Adm. Não Executiva | - | 0% | 0% | 0% | 35% | 9% |
| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh* | Adm. Não Executivo | - | 0% | 0% | 0% | 22% | 5% |
| Eve Alexandra Henrikson* | Adm. Não Executiva | - | - | - | - | - | - |
| Maria Teresa Ballester Fornes* | Adm. Não Executiva | - | - | - | - | - | - |

* Montantes anualizados.
(1) Margaret Lorraine Trainer apresentou renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração com efeitos a 14 de novembro de 2023

Variação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, durante os últimos 5 anos:

| Conselho Fiscal (valores em euros) | 2019 vs 2018 | 2020 vs 2019 | 2021 vs 2020 | 2022 vs 2021 | 2023 vs 2022 | Variação no quinquénio (2019-2023) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Maria José Martins Lourenço Fonseca * | 37% | 13% | 0% | 0% | 18% | 14% |
| Daniel Bessa Fernandes Coelho (vogal) | 0% | 0% | 0% | 0% | 15% | 3% |
| Manuel Heleno Sismeiro (vogal) | 18% | 8% | 0% | 0% | 15% | 8% |
| **Total** | **17%** | **7%** | **0%** | **0%** | **16%** | **8%** |

* Eleita como Presidente no Conselho Fiscal na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019.

Variação da remuneração do Auditor Externo, durante os últimos 5 anos:

| Auditoria e Revisão Legal de Contas (valores em euros) | 2019 vs 2018 | 2020 vs 2019 | 2021 vs 2020 | 2022 vs 2021 | 2023 vs 2022 | Variação no quinquénio (2019-2023) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Auditor Externo | 65% | 28% | (12)% | 47% | (5)% | 25% |

Variação da remuneração média dos colaboradores e do desempenho da Sociedade, por referência ao volume de negócios consolidado, durante os últimos 5 anos:

| (valores em euros) | 2019 vs 2018 | 2020 vs 2019 | 2021 vs 2020 | 2022 vs 2021 | 2023 vs 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| Volume de negócios consolidado * | 9% | 4% | 4% | 10% | 9% |
| Remuneração média dos colaboradores | 6% | 3% | 4% | 8%** | 10% |

* Reexpresso | ** No ano transato foi divulgada, por lapso, uma variação inferior de 5%, sendo este ano corrigida a variação para o seu valor real de 8%

## d) As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo, na aceção da alínea g) do n.º1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º158/2009, de 13 de julho.

A remuneração de cada um(a) dos(as) Administradores(as) da Sonae, atribuída pelas sociedades pertencentes ao mesmo grupo, na aceção da alínea g) do n.º1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º158/2009 de 13 de julho, encontra-se descrita na tabela seguinte:

| (valores em euros) | 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Rem. Fixa | PVCP | PCMP | Total |
| Administrador | | | | |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (1) | 236.000 | 33.300 | 33.300 | **302.600** |
| **Total** | **236.000** | **33.300** | **33.300** | **302.600** |

(1) Administrador não independente não executivo da Sonae SGPS, S.A. Remuneração paga em subsidiárias por desempenho de funções executivas e não executivas.

A remuneração de cada um dos membros do Conselho Fiscal da Sonae, atribuída pelas sociedades pertencentes ao mesmo grupo, na aceção da alínea g) do n.º1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º158/2009 de 13 de julho, encontra-se descrita na tabela seguinte:

| Conselho Fiscal \| membros (valores em euros) | 2023 | Remuneração paga por entidades que integram o Grupo |
|---|---|---|
| Maria José Martins Lourenço da Fonseca | 20.333 | 16.000 |
| Daniel Bessa Fernandes Coelho | 16.667 | - |
| Manuel Heleno Sismeiro | 16.667 | - |
| Sara Manuel Carvalho Teixeira Mendes* | - | - |
| **Total** | **53.667** | **16.000** |

* membro suplente

Os valores da remuneração paga ao Revisor Oficial de Contas da Sociedade e ao Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, são os que a seguir se discriminam em função da sua natureza:

| Remuneração paga por entidades que integram o Grupo (valores em euros)* | 2023 |
|---|---|
| Auditoria e Revisão Legal de Contas | 573.754 |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade | 71.855 |
| Consultoria Fiscal | 18.145 |
| Outros serviços | 98.675 |
| **Total** | **762.429** |

* sociedades em relação de domínio ou de grupo

## e) O número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições.

A remuneração dos(as) Administradores(as) Não Executivos(as), dos membros do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo é composta por um montante fixo, não indexada ao desempenho da Sociedade.

A remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as) é composta por uma remuneração fixa e por uma remuneração variável, composta por um Prémio Variável de Curto Prazo (PVCP) – equivalendo no máximo de 50% do valor do prémio variável total e sendo pago em numerário – e por um Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP) destinado a reforçar o compromisso dos(as) Administradores(as) Executivos(as) – correspondendo, no mínimo, a 50% do prémio variável total, pago com um diferimento de 3 anos após a sua atribuição, ie. quatro anos após o ano de performance, tendo a Sociedade a opção de entregar em substituição das ações, o seu correspondente valor em numerário. O pagamento em

numerário do prémio variável pode ser efetuado por qualquer das modalidades de extinção da obrigação previstas na lei e nos estatutos.

A estrutura da remuneração variável, bem como a condição de exercício dos direitos encontra-se melhor descrita na Política de Remuneração aprovada na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023, disponível em https://sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/, bem como nos pontos 71, 72 e 73 do Relatório de Governo da Sociedade.

Os planos de ações atribuídas aos(às) Administradores(as) Executivos(as) encontram-se detalhados supra na seção A) deste relato sobre remunerações.

A Sociedade não atribui remuneração variável baseada em opções.

## f) A possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável.

Nos termos constantes da Política de Remuneração disponível em https://sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/ e tal como melhor descrito no Capítulo D do Relatório de Governo da Sociedade, do qual o presente relato sobre remunerações faz parte integrante, a Sociedade determinou que no caso de, por decisão definitiva e irrecorrível, se constatar que a remuneração variável foi baseada, total ou parcialmente, em informações dolosamente fornecidas por determinado(a) administrador(a), e com base nas quais foi determinada a remuneração variável do(a) administrador(a) em causa, deverá o Conselho de Administração, a instâncias da Comissão de Vencimentos, levar a cabo as diligências adequadas com o propósito de obter a restituição da remuneração variável indevidamente atribuída.

No exercício de 2023 não foi solicitada a restituição de qualquer remuneração variável.

## g) Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração e sobre as derrogações aplicadas, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excecionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação.

No exercício de 2023, a Política de Remuneração em vigor foi aplicada sem qualquer afastamento ou derrogação.

# 2.4. Anexo

## Conselho de Administração

### Qualificações profissionais e elementos curriculares

| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | |
|---|---|
| **Data de Nascimento** | Dezembro de 1965 |
| **Curriculum Académico** | |
| 1986 | Licenciatura em Engenharia Química - École Polytechnique Féderále de Lausanne |
| 1989 | Mestrado em Gestão de Empresas - MBA – Porto Business School |
| **Formação Executiva** | |
| 1994 | Executive Retailing Program - Babson College |
| 1996 | Strategic Uses of Information Technology Program - Stanford Business School |
| 2002 | Breakthrough Program for Senior Executives - IMD Lausanne |
| 2008 | Proteus Programme - London Business School |
| 2012 | Corporate Level Strategy – Harvard Business School |
| **Experiência Profissional** | |
| **Grupo Efanor** | |
| 1988-1990 | Gestor de Projeto e Analista Novos Investimentos na Sonae Tecnologias de Informação, SA |
| 1990-1993 | Gestor de Projeto de Desenvolvimento Organizativo e Diretor Comercial para Portugal de Novos Negócios na Sonae Indústria, SGPS, SA |
| 1993-1996 | Diretor de Planeamento Estratégico e de Controle e Desenvolvimento Organizativo na Sonae Investimentos - SGPS, SA |
| 1996-1998 | Membro Executivo do Conselho de Administração da Modelo Continente Hipermercados, SA (com os pelouros de Merchandising, IT e Marketing de Retalho) |
| 1998-2000 | Presidente da Comissão Executiva da Optimus - Telecomunicações, SA |
| 2000-2007 | Membro da Comissão Executiva da Sonae – SGPS, S.A. |
| 2000-2007 | Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, SGPS, SA |
| 2000-2018 | Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos - SGPS, SE |
| 2002-2007 | Presidente do Conselho Geral do Público - Comunicação Social, SA |
| 2003-2007 | Presidente do Conselho Geral da Glunz, AG |
| 2004-2007 | Presidente do Conselho de Administração da Tableros de Fibras, SA |

| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | |
|---|---|
| 2007-2014 | Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA |
| 2007- 2015 | Presidente da Comissão Executiva da Sonae - SGPS, SA |
| 2007- 2015 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA |
| 2007-2019 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA |
| 2007-2018 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, SA (atualmente MCRETAIL, SGPS, SA) |
| 2008-2014 | Presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, SA |
| 2009-2013 | Presidente do Conselho de Administração da Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA |
| 2010-2016 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae – Specialized Retail, SGPS, SA |
| 2010-2019 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA |
| 2015-2019 | Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO da Sonae - SGPS, SA |
| 2015-2023 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS SA (atualmente SC - Sonae Capital Investments, SGPS, SA |
| Desde março 2015 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA |
| Desde 2016 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Arauco, SA |
| Desde 2018 | Presidente do Conselho de Administração da Efanor Investimentos SGPS, SE |
| Desde 2019 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae – SGPS, SA |
| Desde 2020 | Presidente da Comissão Executiva da Fundação Belmiro de Azevedo |
| Desde 2021 | Presidente do Conselho de Administração da Tafisa Canadá, Inc. |
| Desde 2021 | Presidente do Conselho de Administração da BA – Capital, SGPS, SA |
| **Noutras Sociedades** | |
| 1989-1990 | Membro da Comissão Executiva da APGEI – Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial |
| 2001-2002 | Presidente da Apritel - Associação dos Operadores de Telecomunicações |
| 2008-2009 | Membro do Conselho Geral da AEP - Associação Empresarial de Portugal |
| 2008-2022 | Membro do ERT - European Round Table of Industrialists. Adicionalmente é, desde 2019, Membro do Steering Committee e Presidente do Grupo de trabalho “Jobs Skills and Impact” |
| 2009-2014 | Membro do Conselho de Curadores da AEP - Associação Empresarial de Portugal |
| 2009-2015 | Presidente do Conselho de Curadores da Universidade do Porto |

| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | |
|---|---|
| 2012-2015 | Membro da Direção da COTEC PORTUGAL |
| 2019-2021 | Presidente do Installation Committee do Projeto BIOPOLIS |
| Desde 2006 | Membro do Conselho de Fundadores da Fundação Casa da Música |
| Desde 2007 | Membro do Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves |
| Desde 2012 | Membro do Conselho Consultivo Internacional da Allianz SE |
| Desde 2020 | Presidente do Conselho de Administração da BA Glass I – Serviços de Gestão e Investimentos, SA |
| Desde 2020 | Presidente do Conselho de Administração da BA Glass Portugal, SA |
| Desde 2020 | Presidente da Direção da Associação Viridia – Conservation in Action |
| Desde 2022 | Membro do Conselho de Administração da Mégantic BV |

| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | |
|---|---|
| **Data de Nascimento** | Setembro de 1959 |
| **Curriculum Académico** | |
| 1982 | Licenciado em Engenharia Civil – FEUP |
| 1988-1989 | Mestrado em Gestão de Empresas - MBA – Porto Business School |
| **Experiência Profissional** | |
| 1982-1984 | Projetista de Estruturas na Tecnopor (Engenharia Civil) |
| 1984-1989 | Técnico Superior na EDP (Energia) |
| 1989-1991 | Diretor de Projeto de Televisão na Sonae Tecnologias de Informação, SA |
| 1991-1994 | Diretor de Planeamento e Controlo de Gestão na Sonae Investimentos – SGPS, SA (atualmente Sonae – SGPS, SA) |
| 1994-1996 | Administrador de várias empresas da Sonae Distribuição, SGPS, SA (atualmente Sonae MC SGPS, SA) – Retalho |
| 1994-2007 | Membro do Conselho de Administração da Modelo Continente Hipermercado, SA |
| 1996-2007 | CFO da Sonae Distribuição, SGPS, SA (atualmente Sonae MC, SGPS, SA) e administrador de várias das suas filiais (Retalho) |
| 1996-2007 | Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA |
| 2000-2007 | Vice Presidente Executivo, CFO e Presidente da Comissão de Finanças da Sonae – SGPS, SA |

| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | |
|---|---|
| 2004-2009 | Membro do Conselho de Administração da MDS – Corretor de Seguros, SA |
| 2005-2016 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Investments BV |
| 2006-2016 | Membro do Conselho de Administração da Sontel BV |
| 2007- abril 2015 | Vice-Presidente Executivo da Sonae – SGPS, SA |
| 2007- março 2018 | Membro do Conselho de Administração da MDS, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração desde outubro de 2014) |
| 2009-2019 | Membro do Conselho de Administração da Modelo Continente, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração desde janeiro de 2019) |
| 2010-2016 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae – Specialized Retail, SGPS, SA |
| 2010-2016 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonaerp – Retail Properties, SA |
| 2010-2016 | Presidente do Conselho de Administração da MDS Auto, Mediação de Seguros, SA |
| 2010-2016 | Membro do Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa |
| 2010-2018 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Center Serviços II, SA (atualmente Sonae MC – Serviços Partilhados, SA) |
| 2011-2015 | Membro do Conselho Superior da Porto Business School |
| 2012-2016 | Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom – Serviços Partilhados, SA |
| 2012-2022 | Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, SA |
| 2013-2016 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae RE, SA |
| 2013-2016 | Presidente do Conselho de Administração da Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA (atualmente denominada SFS – Gestão de Fundos, SGFI, SA) |
| 2014-2019 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Financial Services, SA |
| 2015-2019 | Co-CEO da Sonae – SGPS, SA |
| 2016-2019 | Presidente do Conselho de Administração da SFS, Gestão e Consultoria, SA |
| 2018-2019 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA |
| 2018-2020 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Iberian Sports Retail Group, S.L. |
| Desde 2007 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA |
| Desde 2007 | Membro do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, SA (atualmente MCRETAIL, SGPS, SA) |
| Desde 2007 | Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA |

| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | |
|---|---|
| Desde 2007 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, SA |
| Desde 2007 | Presidente do Conselho de Administração do Público – Comunicação Social, SA |
| Desde 2013 | Presidente do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA (de 2013 a abril 2020 - Membro do Conselho de Administração) |
| Desde 2018 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA |
| Desde 2018 | Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SE |
| Desde abril 2019 | Membro do Conselho de Administração da Sonae – SGPS, SA |
| Desde 2019 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae FS, SA (atualmente Universo Sonae, SA) |
| Desde 2019 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA (atualmente SC - Sonae Capital Investments, SGPS, SA) (de 2019-abril 2023 Membro do Conselho de Administração) |
| Desde 2019 | Membro do Conselho de Administração da Fundação Manuel Cargaleiro |
| Desde junho 2021 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA |

| José Manuel Neves Adelino | |
|---|---|
| **Data de Nascimento** | Março de 1954 |
| **Curriculum Académico** | |
| 1976 | Licenciatura em Finanças, Universidade Técnica de Lisboa |
| 1981 | DBA, Finance, Kent State Unversity |
| **Experiência Profissional** | |
| 1978-1981 | Assistente convidado, Kent State University |
| 1981-1986 | Membro do Conselho Diretivo da Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa |
| 1981-2012 | Professor, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa |
| 1986-1989 | Professor Convidado, Universidade Católica Portuguesa |
| 1987-1989 | Professor Convidado, Bentley College |
| 1988 | Professor Convidado, ISEE |
| 1990-1996 | Diretor, Programa MBA e Programa Executivo, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa |

| José Manuel Neves Adelino | |
|---|---|
| 1992-1994 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração, BPA |
| 1994-2002 | Membro do Conselho de Gestão do Fundo de Garantia de Depósitos |
| 1999-2002 | Diretor, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa |
| 1999-2004 | Membro do Conselho Consultivo Global da Sonae – SGPS, SA |
| 2003-2006 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração e Presidente do Conselho de Auditoria da EDP |
| 2003-2006 | Membro do Conselho Consultivo Estratégico da PT |
| 2003-2007 | Membro da Comissão de Remunerações da Sonae – SGPS, SA |
| 2003-2010 | Membro do Comité de Investimento do Fundo Caravela |
| 2008-2014 | Membro do Conselho Fiscal do BPI |
| 2010-2014 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Cimpor |
| 2012-2013 | Diretor de Finanças e Investimentos da Fundação Calouste Gulbenkian |
| 2013-2023 | Membro do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian |

| Marcelo Faria de Lima | |
|---|---|
| **Data de Nascimento** | Dezembro de 1961 |
| **Curriculum Académico** | |
| 1981-1985 | Graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil |
| **Experiência Profissional** | |
| 1988-1989 | Professor, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil |
| 1989-1996 | Commercial Banker da ABN AMRO Bank, São Paulo, Brasil/Chicago, Estados Unidos |
| 1996-1998 | Vice-Presidente do Banco Garantia, São Paulo, Brasil<br>Banco de Investimentos |
| 1998-2000 | Diretor da Donaldson, Lufkin & Jenrette, São Paulo, Brasil<br>Banco de Investimentos |
| 2000 | Co-Fundador e Diretor Executivo da Areautil, São Paulo, Brasil<br>Portal de Internet para negócios imobiliários |
| 2000-2003 | Co-Fundador e Diretor Executivo da Eugênio WG, São Paulo, Brasil<br>Agência de Publicidade |

| Marcelo Faria de Lima | |
|---|---|
| 2002-2005 | Membro do Conselho de Administração da Neovia Telecomunicações, SA, São Paulo, Brasil<br>Operadora Wi-Fi/WiMax no Estado de São Paulo |
| 2007-2016 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Produquímica Indústria e Comércio, SA, São Paulo, Brasil<br>Companhia líder na produção de soluções em micronutrientes para a agricultura e alimentação animal, que também produz ingredientes para o tratamento de água e para processos industriais |
| 2009-2016 | Membro do Conselho de Administração da C1 Financial Inc., Saint Petersburg, Florida, Estados Unidos<br>Companhia de capital aberto, registada no Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos, com as suas ações negociadas na NYSE sob o ticker BNK. Banco comercial com atuação na região da Florida, Estados Unidos, com ativos totais superiores a US$ 1.500 milhões. Essa companhia foi incorporada por outro banco em 2016 |
| janeiro 2004 - atual | Presidente do Conselho de Administração da Metalfrio Solutions SA, São Paulo, Brasil<br>Companhia de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBovespa sob o ticker FRIO3, multinacional de origem brasileira e uma das maiores fabricantes mundiais de equipamentos de refrigeração comercial do tipo Plug-In, com operações no Brasil, Estados Unidos da América, México, Dinamarca, Turquia, Rússia, Ucrânia, Indonésia e Índia |
| janeiro 2008 - atual | Membro do Conselho de Administração da Veste SA Estilo (nova denominação da Restoque Comércio e Confecções de Roupas SA), São Paulo, Brasil. Desde junho 2018 Presidente do Conselho de Administração)<br>Companhia de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBovespa sob o ticker LLIS3, é uma das principais companhias varejistas do setor de vestuário e acessórios de moda de alto padrão, cosméticos e artigos de decoração, no Brasil, com faturamento anual de mais de BRL 1.000 milhões |
| março 2008 - atual | Presidente do Conselho de Administração da Klimasan Klima Sanayi ve Ticaret A.Ş. Izmir, Turquia<br>Companhia de capital aberto, devidamente registada no Capital Markets Board da Turquia e com as suas ações negociadas na Istambul Stock Exchange sob o ticker KLMSN. Controlada pela Metalfio Solutions, SA, a Klimasan atua no segmento de refrigeração comercial do tipo Plug-In |

| Marcelo Faria de Lima | |
|---|---|
| abril/2023-atual | Membro do Conselho de Administração da Ultrapar Participações, SA, Brasil<br>Companhia de capital aberto, com ações negociadas na BM&Fbovespa sob o ticker UGPA3, é um dos maiores grupo económicos do Brasil com atividade nos sectores da energia e infraestruturas logísticas, com uma faturação anual de cerca de BRL 147 biliões |

| Carlos António Rocha Moreira da Silva | |
|---|---|
| **Data de Nascimento** | Setembro de 1952 |
| **Curriculum Académico** | |
| 1975 | Licenciatura em Engenharia Mecânica, Universidade do Porto |
| 1978 | MSc em Management Sci. and Operation Research (University of Warwick – UK) |
| 1982 | Ph dem Management Sciences (University of Warwick – UK) |
| **Experiência Profissional** | |
| 1975-1987 | Professor Auxiliar da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto |
| 1987-1988 | Membro do Conselho de Administração da EDP, Eletricidade de Portugal, E.P. |
| 1993-1996 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA e Administrador-Delegado da Tafisa – Tableros de Fibras, SA |
| 1993-1998 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Tecnologias de Informação, SA |
| 1997-1998 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Retalho Especializado, SGPS, SA |
| 1998-1998 | Presidente do Conselho de Administração da TVI – Televisão Independente, SA |
| 1998-2000 | Presidente do Conselho Geral do Público – Comunicação Social, SA |
| 1998-2003 | Presidente do Conselho de Administração da BA Vidro |
| 2003-2005 | Presidente da Comissão Executiva da Sonae Indústria, SGPS, SA |
| 2005-2012 | Membro do Conselho Consultivo da 3i Spain |
| 2006-2014 | Membro do Conselho de Administração do Banco BPI |
| 2009-2012 | Membro do Conselho de Supervisão da Jerónimo Martins Dystrybucja, SA |
| 2010-2014 | Presidente do Conselho de Administração da La Seda Barcelona |
| 1998-2020 | Presidente do Conselho de Administração da BA Glass I - Serviços de Gestão e Investimentos, SA |

| Carlos António Rocha Moreira da Silva | |
|---|---|
| Desde maio 2021 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SA (atualmente SC - Sonae Capital Investments, SGPS, SA) |

| Fuencisla Clemares | |
|---|---|
| **Data de Nascimento** | Janeiro de 1974 |
| **Curriculum Académico** | |
| 1992-1996 | Bacherlato em Administração de Empresas, European Business Program |
| 1999 | Programa de Intercâmbio no MBA da Kellog Graduate School of Management, Chicago, USA |
| 2000 | MBA – IESE Business School, Universidade de Navarra, Barcelona |
| **Experiência Profissional** | |
| 2000-2007 | Associado Sénior da Mckinsey & Company |
| 2007-2009 | Diretora do Carrefour Spain |
| 2009-2009 | Diretora de Retalho da Google Spain |
| 2010-2011 | Diretora de Retalho e FMCG da Google Spain |
| 2012-2015 | Membro do Conselho de Administração da Adigital |
| 2013-2016 | Diretora de Vendas da Google Spain |
| 2013-2016 | Líder da “Iniciativa Móvel” na Google Spain |
| 2013-2018 | Membro do Conselho Consultivo da Mckinsey Alumni Advisory Council |
| 2013-2020 | Professora de Marketing Digital da ISDI (Instituto Superior para o Desenvolvimento da Internet) participando no MIB. Programas DIBEX e In-Company |
| 2015-2016 | Membro do Conselho de Administração da MMA (Associação de Marketing e |
| 2015-2017 | Mentor no programa Impact: um programa acelerador de start-up móvel em Madrid |
| 2015-2023 | Membro da Junta Territorial em Madrid (Alumni Council) da IESE |
| 2015-2023 | Professora Convidada da IESE |
| 2016-2016 | Membro do Conselho de Administração da Adolfo Dominguez |
| 2016-2020 | Membro do Conselho Consultivo Académico da Academia de Internet, a plataforma de treino da ISDI |
| 2021-2022 | Diretora interina em Itália da Google LLC |
| Desde 2016 | Diretora em Espanha e Portugal da Google LLC |
| Desde 2018 | Consultora do Conselho de Administração da Consentino, SA |

| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh | |
|---|---|
| **Data de Nascimento** | Maio de 1950 |
| **Curriculum Académico** | |
| 1968-1972 | Engenharia Comercial, Gestão, Dstinction – Universidade de Leuven |
| 1972-1973 | Mestrado, Gestão de Empresas, High Distinction – Vlerick Business School |
| 1975-1977 | Mestrado em Administração de Empresas (MBA), Baker Scholar, Highest Distinction – Harvard Business School |
| 1977-1979 | Doutor em Administração de Empresas (DBA) (1983), Highest Distinction – Harvard Business School |
| 2008-2009 | Diploma em Consultoria e Coaching para a Mudança – INSEAD |
| **Experiência Profissional** | |
| 1973-1975 | Consultor de Gestão, PA Management Consulting, Bélgica |
| 1979-2008 | Paul Desmarais Professor de "Active Ownership" INSEAD, Fontainebleau e Singapura |
| 1985-1986 | Em licença como Professor convidado da Stanford Business School |
| 1990 | Em licença como Professor convidado da Harvard Business School |
| 1997-1999 | Em licença como Chefe de Gabinete do Ministro Federal da Agricultura e de PME na Bélgica |
| Since 2008 | Reitor (2008-2016), Professor e Diretor honorário (2016-present) da Vlerick Business School |
| 1985-2014 | Presidente do Conselho de Administração da Dujardin Foods, NV |
| 1993-2021 | Administrador Independente da Vandemoortele NV |
| 1998-2000 | Presidente do Conselho de Administração da Pieters Visbedrijf |
| 1998-2015 | Co-Fundador e Membro do Conselho de Administração da Quest for Growth NV |
| 2005-2023 | Co-Fundador e Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Capricorn Partners |
| 2010-2013 | Administrador Independente da Kinepolis NV, Bélgica |
| 2011-2014 | Administrador Independente da Governance for Owners Ltd, Londres, UK |
| 2015-2018 | Administrador Independente da Sioen Industries |
| 2016-2020 | Membro do Conselho de Administração da MyMicroInvest |
| 2015-2021 | Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Ardo NV |
| 2019-2023 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Strongroots Limited, Irlanda |
| Desde 2008 | Membro do Conselho de Administração da Awacs3 Enterprises NV e da Deltronic NV |

| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh | |
|---|---|
| **Outras atividades sem fins lucrativos** | |
| 2008-2015 | Membro do Conselho de Administração da EABIS – European Academy of Business in Society |
| 2009-2015 | Membro do Conselho de Administração da Koffi Anan Business School |
| 2008-2015 | Membro do Conselho de Administração da Vlerick Business School |
| 2008-2020 | Membro do Conselho de Administração da Guberna, Instituto de Administradores, Bélgica |
| Desde 2016 | Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da FBN Belium – The Family Business Network |

| Eve Alexandra Henrikson | |
|---|---|
| **Data de Nascimento** | Junho de 1980 |
| **Curriculum Académico** | |
| 1998-2002 | Dipl Betriebswirtin, FH Anhalt, Germany / BA International Business, University of Lincolnshire & Humberside, UK |
| 2020 | MBA, London Business School, UK |
| **Experiência Profissional** | |
| 2003-2014 | Coordenadora na área Digital e diretora de e-commerce em várias empresas (UK) |
| 2014-2020 | Administradora Não-Executiva Independente, Scouts Shop Limited, UK |
| 2014-2021 | Diretora de E-Commerce / MD Online, Tesco (UK) |
| Desde 2020 | Administradora Não-Executiva Independente, Lloyds Bank Corporate Markets, UK |
| Desde 2021 | Diretora ("General Manager") Uber Eats EMEA (NL) |

| Maria Teresa Ballester Fornes | |
|---|---|
| **Data de Nascimento** | Maio de 1963 |
| **Curriculum Académico** | |
| 1981-1985 | Licenciada em Ciências Financeiras e Ciência Política, Boston College, Boston, EUA |
| 1987-1989 | MBA - Mestrado em Administração de Empresas, Columbia Business School, Nova Iorque, EUA |
| **Experiência Profissional** | |
| 1985-1987 | Associada Financeira na GTE Corporation, EUA |
| 1989-1996 | Associada Sénior na consultora de gestão Booz, Allen & Hamilton, México e Espanha |
| 1996-2014 | Managing Partner na 3i Private Equity em Espanha e Portugal. Parceiro Global |
| 2010-2012 | Presidente da Associação Espanhola de Private Equity |
| 2014-2016 | Consultora Sénior da Aon em Espanha e Portugal<br>Membro do Conselho de Família do Grupo Lar. Comissão de Auditoria |
| 2014-2016 | Consultora Senior na empresa EY – Divisão de serviços transacionais |
| 2014-2016 | Presidente da Fundação EY para o Empreendedorismo |
| 2017-2021 | Membro do Conselho de Administração da Repsol S. A. Comissões de Auditoria e Remunerações |
| 2019-2023 | Membro do Conselho de Administração da Prisa S.A. Comissões de Auditoria e Sustentabilidade |
| Desde 2010 | Membro do Fórum Internacional de Mulheres (IWF – International Women's Forum). Membro do Conselho de Administração durante 4 anos |
| Desde 2010 | Professora convidada no ICA (Directors' Institute) |
| Desde 2017 | Sócia Fundadora do Fundo de Private Equity Nexxus Iberia |
| Desde 2019 | Fundadora e Presidente do Capítulo Espanhol Nível 20 (Mulheres em Private Equity) |
| Desde 2021 | Membro do Comité Consultivo ING Espanha |
| Desde 2023 | Membro do Conselho de Administração da Cellnex, SA. Comissões de Auditoria e Nomeações |
| Desde 2023 | Administradora da Junior Achievement Foundation, Espanha |

| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | |
|---|---|
| **Data de Nascimento** | Janeiro de 1970 |
| **Curriculum Académico** | |
| | Licenciatura em Gestão, Universidade Católica do Porto |
| | MBA, INSEAD, Fontainebleau, França |
| **Experiência Profissional** | |
| Desde 1990 | Presidente do Conselho de Administração da Imparfin – Investimentos e Participações Financeiras, SA |
| Desde 1992 | Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SE |
| Desde 2000 | Presidente do Conselho de Administração da Linhacom, SA |
| Desde 2000 | Membro do Conselho de Administração da Sonaecom – SGPS, SA |
| Desde 2000 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, SA |
| Desde 2002 | Presidente do Conselho de Administração da Praça Foz – Sociedade Imobiliária, SA |
| Desde 2008 | Membro do Conselho de Administração da Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, SA |
| Desde 2009 | Membro do Conselho de Administração da Público – Comunicação Social, SA |
| Desde 2011 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA (atualmente SC - Sonae Capital Investments, SGPS, SA) |
| Desde 2013 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA |
| Desde 2018 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, SA (atualmente MCRETAIL, SGPS, SA) |
| Desde 2018 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA |
| Desde 2018 | Presidente Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA |
| Desde 2018 | Membro do Conselho de Administração da Setimanale, SGPS, SA |
| Desde 2018 | Membro do Conselho de Administração da Casa Agrícola de Ambrães, SA |
| Desde 2018 | Membro do Conselho de Administração da Realejo – Sociedade Imobiliária, SA |
| Desde abril 2019 | CEO da Sonae – SGPS, SA |
| Desde 2019 | Membro do Conselho de Administração da Sonae FS, SA (atualmente Universo Sonae, SA) |
| Desde 2020 | Gerente da Tangerine Wish, Lda. |
| Desde junho de 2021 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA |
| Desde julho de 2021 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Food4Future, SA (atualmente Sparkfood, SA) |

| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores | |
|---|---|
| **Data de Nascimento** | Dezembro de 1980 |
| **Curriculum Académico** | |
| 1998-2003 | Licenciatura em Economia, Faculdade de Economia, Universidade do Porto |
| 2004-2004 | Pós-Graduação em Gestão – New York University, Nova Iorque |
| 2007-2009 | MBA – London Business School, Londres |
| **Experiência Profissional** | |
| 2003-2004 | Brand manager – JW Burmester, SA, Nova Iorque |
| 2005-2007 | Analista da McKinsey & Company |
| 2009-2011 | Associado da McKinsey & Company |
| 2011-2013 | Subdiretor de Gestão de Inovação da Portugal Telecom |
| 2013-2014 | Diretor da Business Unit Cloud da Portugal Telecom |
| 2014-2015 | Diretor de Corporate Strategy da Sonae – SGPS, SA |
| 2015-2018 | Diretor de Group Strategy, Planning and Control da Sonae – SGPS, SA |
| 2016-2018 | Docente de Estratégia – Executive MBA da Porto Business School |
| 2018-2019 | Administrador do Centro Corporativo da Sonae – SGPS, SA |
| 2018-julho 2022 | Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da MKTPlace - Comércio Eletrónico, SA |
| 2020-out.2023 | Membro do Conselho de Administração da Iberian Sports Retail Group, S.L. |
| Desde 2016 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA |
| Desde 2018 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, SA (atualmente MCRETAIL, SA) |
| Desde 2018 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA (de 2018-dezembro 2019 Membro do Conselho de Administração) |
| Desde 2018 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA |
| Desde 2018 | Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae Investments, BV |
| Desde 2018 | Membro Executivo do Conselho de Administração da Sontel, BV |
| Desde 2019 | Membro do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA |
| Desde abril 2019 | Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Sonae – SGPS, SA |
| Desde 2019 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA |
| Desde 2019 | Membro do Conselho de Administração da Sonae FS, SA (atualmente Universo Sonae, SA) |

| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores | |
|---|---|
| Desde agosto 2020 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Investment Management - Software and Technology, SGPS, SA |
| Desde 2021 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae RE, SA |
| Desde julho 2021 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Food4Future, SA (atualmente Sparkfood, SA) |
| Desde abril 2023 | Presidente do Conselho de Administração da Sparkfood Ingredients, SA |
| Desde nov. 2023 | Presidente do Conselho de Administração da Flybird Holding Oy |
| Desde dez. 2023 | Membro do Conselho de Administração da Universo, IME, SA |

| João Nonell Günther Amaral | |
|---|---|
| **Data de Nascimento** | Julho de 1969 |
| 1988-1993 | Mestrado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores - Universidade do Porto |
| 2000-2001 | MBA Executive – Porto Business School |
| | Retail Strategic Management – Babson College |
| | Accelerated Development Program – London Business School |
| 2015 | Logistics, Materials and Supply Chain Management - Stanford University |
| **Experiência Profissional** | |
| | IT Manager Responsável de Projeto de Estratégia de Inovação Norte de Portugal |
| 1994-1997 | Agência de Inovação – Analista de Inovação e Sistemas |
| 2001-2003 | Director for Business Development and Innovation - Diretor de IT responsável por Implementação do Projeto SAP na Leica Portugal em colaboração direta com a Leica AG na Alemanha |
| 2019-2023 | Deputy - Chief Development Officer na Sonae - SGPS, SA |
| Desde maio 2014 | Membro do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, SA (atualmente MCRETAIL, SGPS, SA) |
| Desde 2019 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA |
| Desde 2019 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA |
| Desde 2019 | Membro do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, SA |

| João Nonell Günther Amaral | |
|---|---|
| Desde 2019 | Presidente do Conselho de Administração da PCJ - Público - Comunicação e Jornalismo, SA |
| Desde 2019 | Membro do Conselho de Administração da Sonae FS, SA (atualmente Universo Sonae, SA) |
| Desde 2020 | Membro do Conselho de Administração da SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, SA |
| Desde 2020 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, SA |
| Desde 2021 | Membro do Conselho de Administração da Sparkfood, SA |
| Desde abril 2023 | Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae - SGPS, SA |
| Desde 2023 | Membro do Conselho de Administração da Sparkfood Ingredients, SA |
| Desde nov.2023 | Membro suplente do Conselho de Administração da Flybird Golding Oy |

## Cargos exercidos noutras sociedades

| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo |
|---|
| **Cargos exercidos noutras sociedades da Sonae** |
| Nenhum |
| **Cargos exercidos noutras entidades** |
| Presidente do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SE |
| Presidente da Comissão Executiva da Fundação Belmiro de Azevedo |
| Presidente do Conselho de Administração da Efanor - Serviços de Apoio à Gestão, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Migracom, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Imparfin – Investimentos e Participações Financeiras, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da BA – Capital, SGPS, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Pareuro BV |
| Membro do Conselho de Administração da Mégantic BV |
| Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Sonae Arauco, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Tafisa Canadá, Inc |
| Presidente do Conselho de Administração da BA Glass I – Serviços de Gestão e Investimentos, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da BA Glass Portugal, SA |
| Membro do Conselho Consultivo Internacional da Allianz SE |
| Presidente da Direção da Associação Viridia – Conservation in Action |

| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério |
|---|
| **Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae** |
| Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, SA |
| Presidente do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, SA (atualmente MCRETAIL, SGPS, SA) |
| Presidente do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Sonae FS, SA (atualmente Universo Sonae, SA) |

| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério |
|---|
| **Cargos exercidos noutras entidades** |
| Presidente do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA (atualmente SC - Sonae Capital Investments, SGPS, SA) |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SE |
| Membro do Conselho de Administração da Love Letters - Galeria de Arte, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Enxomil - Consultoria e Gestão, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Enxomil – Sociedade Imobiliária, SA |
| Vice-Presidente do Conselho Diretor da APGEI (Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial) |
| Membro do Conselho de Administração da Fundação Cargaleiro |

| José Manuel Neves Adelino |
|---|
| **Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae** |
| Nenhum |
| **Cargos exercidos noutras entidades** |
| Nenhum |

| Marcelo Faria de Lima |
|---|
| **Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae** |
| Nenhum |
| **Cargos exercidos noutras entidades** |
| Membro do Conselho de Administração da Amber Internacional LLC |
| Diretor da Baixo Augusta Hotel Ltda |
| Diretor da Barroquinha Estacionamentos SA |
| Sócio Gerente da CBM Holding Qualified Family, LP (Canadá) |
| Sócio Gerente da CBM Holding Subsidiary, LP (Canadá) |
| Diretor Presidente da Colfax Participações, SA |
| Diretor da Dover Participações, SA |
| Diretor da GCR Administração e Participações Ltda |

| Marcelo Faria de Lima |
|---|
| Diretor da Hotéis Design, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Klimasan Klima Sanayi ve Ticaret AŞ |
| Sócio-Gerente da Lima & Smith Ltda |
| Presidente do Conselho de Administração da Metalfrio Servicios SA de CV |
| Presidente do Conselho de Administração da Metalfrio Solutions SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Metalfrio Solutions SA Sogutma Sanayi Ve Ticaret AS |
| Diretor da Nova Bahia Empreendimentos |
| Membro do Conselho de Administração da Peach Tree LLC |
| Presidente do Conselho de Administração da Veste SA Estilo |
| Diretor Presidente da Rio Verde Consultoria e Participações Ltda |
| Diretor da Tira-Chapéu Empreendimentos Ltda |
| Diretor Presidente da Winery Participações Ltda |
| Diretor Presidente da Zimbro Participações, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Ultrapar, SA |

| Carlos António Rocha Moreira da Silva |
|---|
| **Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae** |
| Nenhum |
| **Cargos exercidos noutras entidades** |
| Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SE |
| Vice-Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA |
| Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Arauco, SA |
| Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Fim do Dia, SGPS, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Teak BV |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA (atualmente SC - Sonae Capital Investments, SGPS, SA) |
| Membro do Conselho de Administração da Fundação de Serralves |
| Membro do Conselho de Administração da Teak Floresta, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Hakuturi, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Cerealis, SGPS, SA |
| Presidente da Comissão de Remunerações da Cerealis, SGPS, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Cerealis Produtos Alimentares, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Cerealis Moagens, SA |
| Gerente da Quinta do Vallado - Sociedade Agrícola, Lda |

| Fuencisla Clemares |
|---|
| **Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae** |
| Nenhum |
| **Cargos exercidos noutras entidades** |
| Diretora em Espanha e Portugal da Google LLC |
| Consultora do Conselho de Administração da Cosentino, SA |

| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh |
|---|
| **Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae** |
| Nenhum |
| **Cargos exercidos noutras entidades** |
| Professor e Reitor Honorário da Vlerick Business School |
| Membro do Conselho de Administração da Awacs3 Enterprises NV |
| Membro do Conselho de Administração da Deltronic NV |
| Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da FBN Belgium - The Family Business Network |

| Eve Alexandra Henrikson |
|---|
| **Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae** |
| Nenhum |
| **Cargos exercidos noutras entidades** |
| Diretora (“General Manager”) Uber Eats EMEA (NL) |
| Administradora Não-Executiva Independente, Lloyds Bank Corporate Markets (UK) |

| Maria Teresa Ballester Fornes |
|---|
| **Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae** |
| Nenhum |
| **Cargos exercidos noutras entidades** |
| Membro do Conselho de Administração da Nexxus Iberia Private Equity SGEIC |
| Membro do Conselho de Administração da Cellnex SA |
| Membro do Conselho de Administração da Solutex SA em representação da Nexxus Iberia |
| Conselheira do Conselho de Administração do ING Espanha |

| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo |
|---|
| **Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae** |
| Membro do Conselho de Administração da Sonaecom – SGPS, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Público – Comunicação Social, SA |
| Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, SA (atualmente MCRETAIL, SGPS, SA) |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae FS, SA (atualmente Universo Sonae, SA) |
| Presidente do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Sonae Food4Future, SA (atualmente Sparkfood, SA) |
| **Cargos exercidos noutras entidades** |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA (atualmente SC - Sonae Capital Investments, SGPS, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Imparfin – Investimentos e Participações Financeiras, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SE |
| Presidente do Conselho de Administração da Linhacom, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Praça Foz – Sociedade Imobiliária, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Setimanale, SGPS, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Casa Agrícola de Ambrães, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Realejo – Sociedade Imobiliária, SA |

| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo |
|---|
| Gerente da Tangerine Wish, Lda. |
| Vice-Presidente da Direção da BRP - Associação Business Rountable Portugal |

| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores |
|---|
| **Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae** |
| Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA |
| Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, SA (atualmente MCRETAIL, SA) |
| Presidente do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA |
| Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae Investment, BV |
| Membro Executivo do Conselho de Administração da Sontel, BV |
| Presidente do Conselho de Administração da Sonae RE, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA |
| Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae FS, SA (atualmente Universo Sonae, SA) |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae Investment Management - Software and Technology, SGPS, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae Food4Future, SA (atualmente Sparkfood, SA) |
| Presidente do Conselho de Administração da Sparkfood Ingredients, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da Flybird Holding Oy |
| Membro do Conselho de Administração da Universo, IME, SA |
| **Cargos exercidos noutras entidades** |
| Nenhum |

| João Nonell Günther Amaral |
|---|
| **Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae** |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, SA (atualmente MCRETAIL, SA) |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA |
| Membro do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, SA |
| Presidente do Conselho de Administração da PCJ – Público – Comunicação e Jornalismo, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae FS, SA (atualmente Universo Sonae, SA) |
| Membro do Conselho de Administração da SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Sparkfood, SA |
| Membro do Conselho de Administração da Sparkfood Ingredients, SA |
| Membro suplente do Conselho de Administração da Flybird Holding Oy |
| **Cargos exercidos noutras entidades** |
| Nenhum |

## Conselho Fiscal

## Qualificações profissionais e elementos curriculares

| Maria José Martins Lourenço da Fonseca | |
|---|---|
| **Data de Nascimento** | Setembro de 1957 |
| **Curriculum Académico** | |
| 1984 | Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto – Prémio Doutor António José Sarmento |
| 1987 | Pós-Graduação em Estudos Europeus pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa |
| 1992 | Participação no Young Managers Programme no INSEAD – European Institute of Business Administration, Fontainebleau |
| 2002 | Mestre em Ciências Empresariais, com especialização em Contabilidade e Controlo de Gestão, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto |
| 2015 | Doutorada em Ciências Empresariais, com especialização em Contabilidade e Controlo de Gestão, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto |
| **Experiência Profissional** | |
| 1984-1985 | Assistente Convidada na Faculdade de Economia da Universidade do Porto – Microeconomia |
| 1985-1990 | Técnica de Assessoria de Estudos Económicos e Planeamento do BPI – Banco Português de Investimento, SA |
| 1990-1992 | Analista Sénior na área da Banca de Empresas do BPI – Banco Português de Investimento, SA |
| 1991-1999 | Assistente Convidada na Faculdade de Economia da Universidade do Porto – área da Contabilidade |
| 1992-1996 | Subdiretora no departamento de Banco de Empresas do BPI – Banco Português de Investimento, SA |
| 1996-2006 | Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) como formadora no Curso de Preparação para ROC |
| 2002-2008 | Colaboração com a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) na área da formação profissional |
| 2008-2009 | Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) na área da formação profissional |

| Maria José Martins Lourenço da Fonseca | |
|---|---|
| 2015 | Membro do Júri das Provas Orais do Exame para Revisor Oficial de Contas (ROC) |
| 2015-2023 | Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), como formadora do Curso de Preparação para ROC |
| 2017-2023 | Diretora do Mestrado em Auditoria e Fiscalidade da Católica Porto Business School -Universidade Católica Portuguesa (UCP) |
| Desde 1996 | Docente na Católica Porto Business School (UCP), na área da Contabilidade |
| | Diretora do Mestrado em Auditoria e Fiscalidade |
| Desde 2008 | Atividade de consultoria através do Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Católica Porto Business School (UCP) |
| Desde 2016 | Membro do Conselho Fiscal da Sonaecom, SGPS, SA |
| Desde 2017 | Presidente do Conselho Fiscal da AEGE – Associação para a Escola de Gestão Empresarial |
| Desde 2017 | Membro do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, SA |
| Desde 2018 | Membro do Conselho Fiscal da Sonae MC, SGPS, SA (atualmente MCRETAIL, SA) |
| Desde 2018 | Presidente do Conselho Fiscal da SDSR – Sports Division SR, SA |

| Daniel Bessa Fernandes Coelho | |
|---|---|
| **Data de Nascimento** | Maio de 1948 |
| **Curriculum Académico** | |
| 1970 | Licenciatura em Economia – Universidade do Porto |
| 1986 | Doutoramento em Economia – Universidade Técnica de Lisboa |
| **Experiência Profissional** | |
| 1970-2009 | Docente na Universidade do Porto: |
| 1970-1999 | Faculdade de Economia |
| 1988-2000 | ISEE (Instituto Superior de Estudos Empresariais) |
| 1989-2002 | Faculdade de Engenharia |
| 2000-2008 | EGP – Escola de Gestão do Porto (atualmente Porto Business School) |
| 2008-2009 | EGP – University of Porto Business School (atualmente Porto Business School) |
| 2009-2009 | Faculdade de Economia |

| Daniel Bessa Fernandes Coelho | |
|---|---|
| 1978-1979 | Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Economia da Universidade do Porto |
| 1983-2022 | Economista em regime de profissão liberal |
| 1990-1995 | Pró-Reitor para a Orientação da Gestão Financeira da Universidade do Porto |
| 1995-1996 | Ministro da Economia do Governo da República Portuguesa |
| 1996-2000 | Diretor Executivo da AURN – Associação das Universidades da Região Norte |
| 1996-2006 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Celulose Beira Industrial (Celbi), SA |
| 1997-1999 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da INPARSA – Indústrias e Participações, SGPS, SA |
| 1997-2007 | Presidente do Conselho Fiscal da SPGM – Sociedade de Investimentos |
| 1997-2008 | Membro do Conselho de Administração do Finibanco, SA |
| 1999-2002 | Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões |
| 1999-2006 | Membro dos Conselhos Consultivos da Sonae – SGPS, SA e Sonae Indústria, SA |
| 2000-2012 | Presidente do Conselho Consultivo do IGFCSS – Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social |
| 2001-2003 | Membro do Conselho Consultivo de Indústrias de Condutores Elétricos e Telefónicos F. Cunha Barros, SA |
| 2001-2011 | Membro do Conselho de Administração da Finibanco Holdings, SGPS, SA |
| 2003-2004 | Encarregado de Missão do PRASD – Programa de Recuperação de Áreas e Setores Deprimidos do Ministério da Economia e Ministério da Segurança Social e do Trabalho do Governo Português |
| 2003-2023 | Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Fundação Bial |
| 2004-2013 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Efacec Capital, SGPS, SA |
| 2006-2019 | Presidente do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, SA |
| 2007-abril 2019 | Presidente do Conselho Fiscal da Sonae – SGPS, SA |
| 2008-2023 | Presidente do Conselho Fiscal da Bial - Portela e Companhia, S.A. |
| 2008-2023 | Membro do Comité de Investimento de PVCI – Portuguese Venture Capital Initiative, entidade criada pelo FEI – Fundo Europeu de Investimento |
| 2009-2016 | Diretor-Geral da COTEC Portugal, Associação Empresarial para a Inovação |

| Daniel Bessa Fernandes Coelho | |
|---|---|
| 2010-2023 | Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Amkor Technology Portugal, SA (ex-Nanium, SA) |
| 2011-2012 | Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, SA |
| 2016-2019 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Amorim Turismo, SGPS, SA |
| 2016-2019 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sociedade Figueira Praia, SA |
| 2017-2019 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da SFP OnLine, SA |
| 2017-2022 | Presidente do Conselho Fiscal da GGND – Galp Gás Natural Distribuição, SA |
| 2017-2023 | Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo. Anteriormente (janeiro 2014 a novembro de 2017) integrou este órgão como vogal |
| 2018-2019 | Presidente do Conselho Pedagógico da Mast3r Academia Efacec |
| 2019-2020 | Vogal do Conselho Fiscal do Banco L. J. Carregosa, SA |
| 2019-2023 | Membro do Conselho Fiscal da Sonae - SGPS, SA |
| 2019-2023 | Membro Não Executivo do Conselho de Administração da SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, SA, Consultoria Empresarial e Fomento da Inovação, SA |
| 2020-2021 | Presidente do Conselho Fiscal da RACE – Refrigeration & Air Conditioning Engeneering, SA |
| 2021-2023 | Presidente do Conselho Fiscal da Cerealis – SGPS, SA |

| Manuel Heleno Sismeiro | |
|---|---|
| **Data de Nascimento** | Janeiro de 1945 |
| **Curriculum Académico** | |
| 1964 | Contabilista, ICL – Lisboa |
| 1971 | Licenciatura em Finanças, ISCEF – Lisboa |
| **Experiência Profissional** | |
| 1965-1966 | Professor de Contabilidade e Cálculo Comercial do curso geral de Comércio – Escola Industrial e Comercial de Leiria |
| 1970-1971 | Técnico no Serviço de Organização e Métodos – Banco da Agricultura |
| 1971-1981 | Assistente tendo lecionado aulas teórico-práticas de Matemática, Estatística, Econometria e Investigação – Instituto Superior de Economia de Lisboa |

| Manuel Heleno Sismeiro | |
|---|---|
| 1974-1975 | Revisor Oficial de Contas Assistente de Auditoria – Arthur Young & Co |
| 1974-1976 | Assistente (primeiro ano letivo) e encarregado da regência (no segundo ano letivo) da cadeira de Contabilidade Geral do Curso de Gestão – Universidade Católica Lisboa |
| 1976-1977 | Técnico colocado no Gabinete de Estudos Económicos e no Departamento de Controle das empresas associadas – Banco Borges & Irmão |
| 1977-1980 | Chefe de Divisão da Gestão e Controle de Armazéns. Responsável pela gestão de stocks dos armazéns centrais da empresa e de um projeto de implantação a nível nacional do informatizado do controle e gestão de stocks - CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal |
| 1980-2008 | Sócio da Coopers & Lybrand e da Bernardes, Sismeiro & Associados, desde 1998 PricewaterwhouseCoopers - auditores e revisores oficiais de contas |
| | Responsável pela auditoria e revisão oficial de contas nos mais diversos sectores da atividade económica. Empresas mais importantes: Sonae (grupo); Amorim (grupo); Unicer (grupo); Sogrape (grupo); Barros (grupo); TMG (grupo); Lactogal (grupo); Aveleda (grupo); RAR (grupo); Cires; Ford; REN |
| | Responsável pela gestão do escritório do Porto das referidas sociedades 1982 a 2008 |
| | Diretor da Divisão de Auditoria no período 1998 - 2002 e membro do Comité Executivo (órgão de gestão) da PricewaterhouseCoopers, no mesmo período |
| 2009-2017 | Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Indústria, SGPS, SA |
| 2010-2017 | Presidente do Conselho Fiscal da Segafredo Zanetti (Portugal) – Comercialização e Distribuição de Café, SA |
| 2014 | Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Investimentos, SGPS, SA (atualmente Sonae MC, SGPS, SA) |
| 2015 | Presidente do Conselho Fiscal do Banif – Banco de Investimento, SA |
| Desde 2008 | Consultor em especial nas áreas de auditoria interna e controle interno |
| Desde 2009 | Presidente do Conselho Fiscal da OCP Portugal – Produtos Farmacêuticos, SA |
| Desde 2009 | Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA (atualmente SC - Sonae Capital Investments, SGPS, SA) |
| Desde 2018 | Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Arauco Portugal, SA |

## Cargos exercidos noutras sociedades

| Maria José Martins Lourenço da Fonseca |
|---|
| **Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae** |
| Presidente do Conselho Fiscal da SDSR – Sports Division, SR, SA |
| Membro do Conselho Fiscal da Sonae MC, SGPS, SA (atualmente MCRETAIL, SA) |
| Membro do Conselho Fiscal da Sonaecom, SGPS, SA |
| **Cargos exercidos noutras entidades** |
| Membro do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, SA |
| Presidente do Conselho Fiscal da AEGE – Associação para a Escola de Gestão Empresarial |
| Docente na Católica Porto Business School (Universidade Católica Portuguesa) |
| Consultadoria no Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Universidade Católica Portuguesa – CRP |

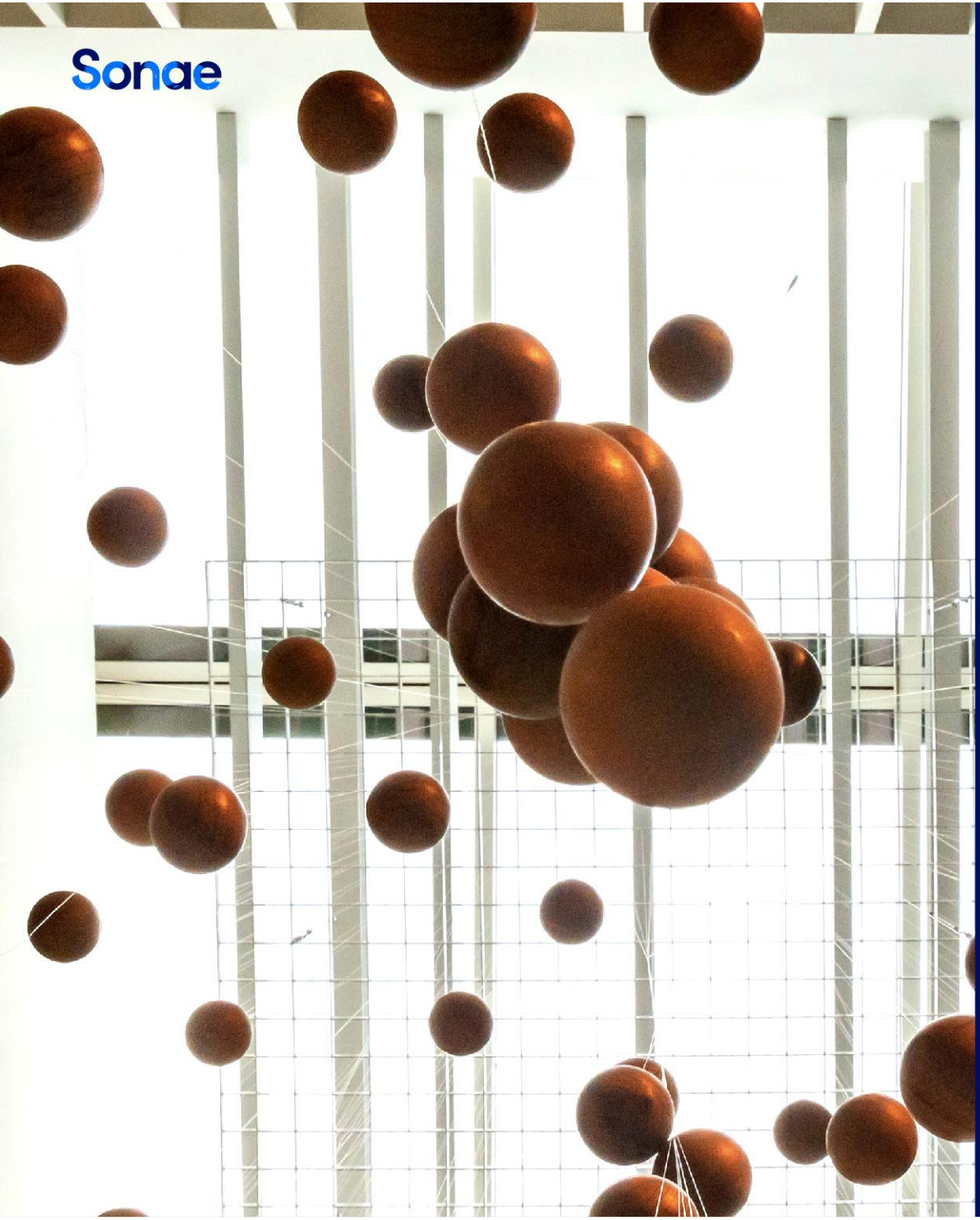
| Daniel Bessa Fernandes Coelho |
|---|
| **Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae** |
| Nenhum |
| **Cargos exercidos noutras entidades** |
| Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Fundação Bial |
| Presidente do Conselho Fiscal da Bial – Portela e Companhia, SA |
| Membro do Comité de Investimentos de PVCI – Portuguese Venture Capital Initiative |
| Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Amkor Technology Portugal, SA |
| Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo |
| Membro do Conselho de Administração da SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, SA |
| Presidente do Conselho Fiscal da Cerealis – SGPS, SA |

| Manuel Heleno Sismeiro |
|---|
| **Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae** |
| Nenhum |
| **Cargos exercidos noutras entidades** |
| Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA (atualmente SC - Sonae Capital Investments, SGPS, SA) |
| Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Arauco Portugal, SA |
| Presidente do Conselho Fiscal da OCP Portugal – Produtos Farmacêuticos, SA |



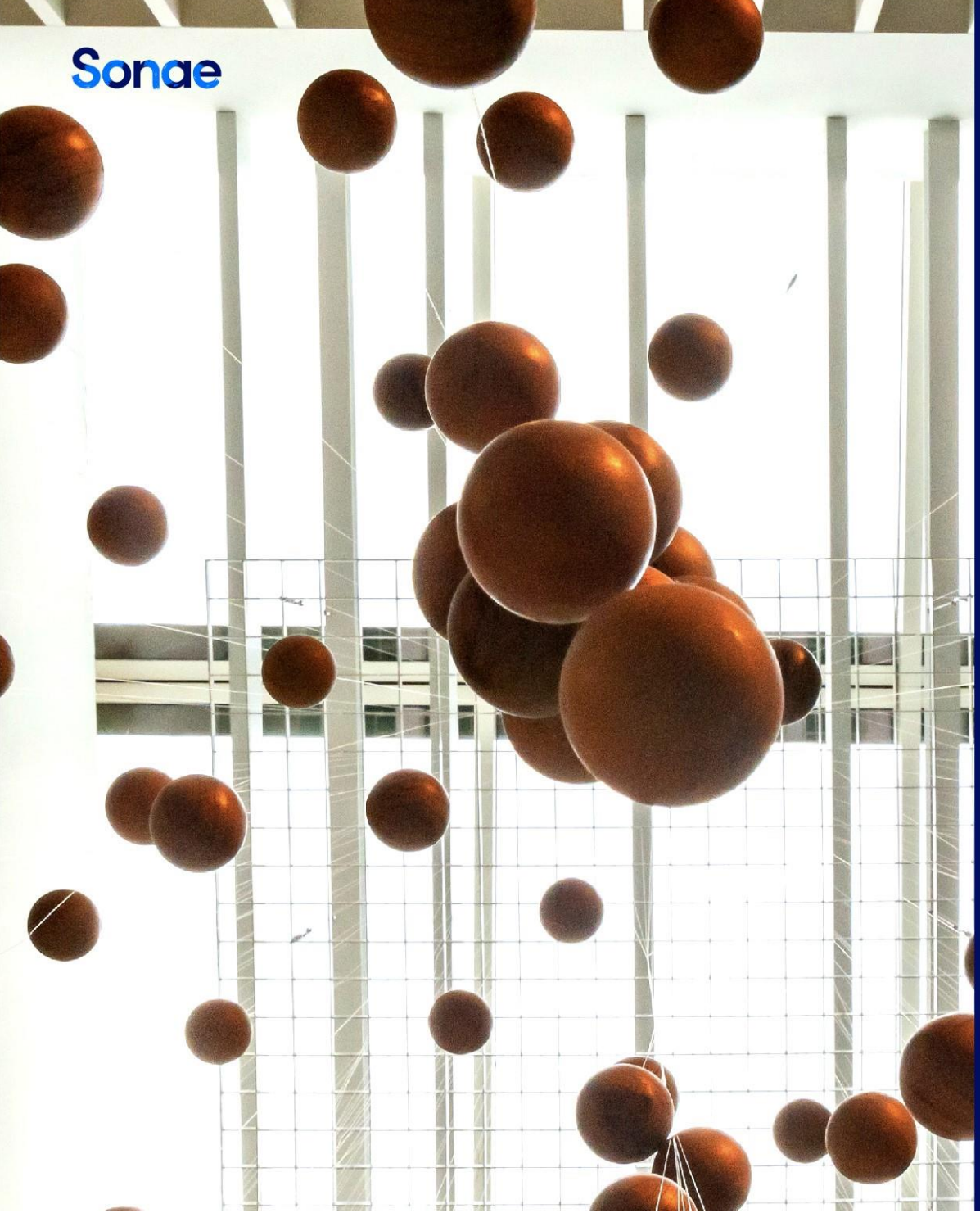
# Lideramos com impacto

promovendo a criação de valor



# 3 Demonstrações Financeiras


3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas
3.2 Demonstrações Financeiras Separadas
3.3 Certificações e Relatórios de Auditoria
3.4 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



# 3

## 3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de euros)

| | Notas | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso Nota 1.4 |
|---|---|---|---|
| Vendas | 2.2.1 | 8.063.544 | 7.387.767 |
| Prestações de serviços | 2.2.1 | 335.638 | 305.147 |
| Variação de valor das propriedades de investimento | 3.11 | 5.548 | (3.534) |
| Ganhos ou perdas relativos a investimentos | 3.6 | 7.400 | 5.996 |
| Ganhos ou perdas em ativos registados ao justo valor através de resultados | 3.4 | (13.207) | 35.238 |
| Outros rendimentos | 2.6 | 182.712 | 203.423 |
| Custo das vendas | 4.1 | (5.819.891) | (5.305.588) |
| Variação da produção | 4.1 | 11 | 1.127 |
| Fornecimentos e serviços externos | 2.4 | (820.738) | (841.820) |
| Gastos com o pessoal | 2.3.2 | (1.119.788) | (986.864) |
| Outros gastos | 2.5 | (114.132) | (133.302) |
| Amortizações e depreciações | 3.8, 3.9 e 3.10 | (386.186) | (351.924) |
| Perdas por imparidade | 3.12 | (89.611) | (64.154) |
| Provisões | 7 | (12.776) | (3.149) |
| **Resultado líquido antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empreendimentos conjuntos e associadas e impostos** | | **218.524** | **248.363** |
| Dividendos recebidos | 3.4 | 332 | 11.989 |
| Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas | 3.2 | 350.304 | 197.754 |
| Rendimentos e ganhos financeiros | 6.7 | 104.243 | 112.492 |
| Gastos e perdas financeiras | 6.7 | (227.927) | (207.479) |
| **Resultado líquido antes de impostos das operações continuadas** | | **445.476** | **363.119** |
| Imposto sobre o rendimento | 4.12.1 | (9.514) | (13.520) |
| **Resultado líquido do exercício das operações continuadas** | | **435.962** | **349.599** |
| Resultado depois de impostos das operações descontinuadas | 1.3.2 | (13.059) | 51.049 |
| **Resultado líquido consolidado do exercício** | | **422.903** | **400.648** |
| **Atribuível a Acionistas da empresa-mãe:** | | | |
| Operações continuadas | | 370.121 | 289.803 |
| Operações descontinuadas | | (13.059) | 45.744 |
| | | **357.062** | **335.547** |
| **Atribuível aos Interesses que não controlam:** | | | |
| Operações continuadas | | 65.841 | 59.796 |
| Operações descontinuadas | | - | 5.305 |
| | **6.2** | **65.841** | **65.101** |
| **Resultados por ação** | | | |
| **Das operações continuadas:** | | | |
| Básico | 6.3 | 0,19206 | 0,15105 |
| Diluído | 6.3 | 0,19054 | 0,14982 |
| **Das operações descontinuadas:** | | | |
| Básico | 6.3 | (0,00678) | 0,02384 |
| Diluído | 6.3 | (0,00672) | 0,02365 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de euros)

| | Notas | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso Nota 1.4 |
|---|---|---|---|
| **Resultado líquido consolidado do exercício** | | 422.903 | 400.648 |
| Itens de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados: | | | |
| Variação nas reservas de conversão cambial | | 21.546 | (10.060) |
| Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial | 3.2 | (22.141) | 18.796 |
| Reciclagem de valores de outro rendimento integral por alienação de participação | 3.2.3.2 | 8.289 | - |
| Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa | 5.2 | (33.375) | 9.920 |
| Imposto relativo às componentes do outro rendimento integral | | 4.969 | (2.756) |
| **Itens de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados** | | **(20.712)** | **15.900** |
| Itens de outro rendimento integral que não serão subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados: | | | |
| Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial | | (1.590) | - |
| Variação no valor dos ativos financeiros a justo valor | 3.4 | (1.325) | (2.856) |
| **Itens de outro rendimento integral que não serão reclassificados para a demonstração dos resultados** | | **(2.915)** | **(2.856)** |
| **Total de outros rendimentos integrais consolidados do exercício** | | **(23.627)** | **13.044** |
| **Total rendimento integral consolidado do exercício** | | **399.276** | **413.692** |
| **Atribuível a:** | | | |
| Acionistas da empresa-mãe | | 340.066 | 343.738 |
| Interesses que não controlam | | 59.210 | 69.954 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de euros)

| | Notas | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso Nota 1.4 |
|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | |
| Ativos não correntes: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 3.8 | 1.795.726 | 1.705.681 |
| Ativos intangíveis | 3.9 | 489.762 | 491.845 |
| Ativos sob direito de uso | 3.10 | 1.191.349 | 1.027.820 |
| Propriedades de investimento | 3.11 | 327.067 | 342.621 |
| Goodwill | 3.1 | 657.382 | 663.531 |
| Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas | 3.2 | 1.801.784 | 1.751.472 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 3.4 | 272.367 | 216.889 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 3.4 | 9.994 | 41.263 |
| Outros investimentos | 3.5 | 21.947 | 16.578 |
| Ativos por impostos diferidos | 4.12 | 227.368 | 395.820 |
| Outros ativos não correntes | 4.5 | 40.370 | 49.395 |
| **Total de ativos não correntes** | | **6.835.116** | **6.702.915** |
| Ativos correntes: | | | |
| Inventários | 4.1 | 798.646 | 727.232 |
| Clientes | 4.2 | 128.799 | 128.727 |
| Outras dívidas de terceiros | 4.3 | 143.397 | 129.788 |
| Imposto sobre o rendimento | 4.12 | 73.559 | 48.600 |
| Estado e outros entes públicos | 4.11 | 14.886 | 22.224 |
| Outros ativos correntes | 4.4 | 77.819 | 86.463 |
| Outros investimentos | 3.5 | 172 | 597 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6.6 | 710.858 | 793.812 |
| **Total de ativos correntes** | | **1.948.136** | **1.937.443** |
| Ativos não correntes detidos para venda | 3.7 | 61.803 | 726 |
| **Total do Ativo** | | **8.845.055** | **8.641.084** |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de euros)

| | Notas | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso Nota 1.4 |
|---|---|---|---|
| **Capital Próprio e Passivo** | | | |
| Capital próprio: | | | |
| Capital social | 6.1 | 2.000.000 | 2.000.000 |
| Ações próprias | 6.1 | (75.407) | (83.880) |
| Reservas legais | | 305.958 | 299.348 |
| Reservas e resultados transitados | | 437.116 | 239.530 |
| Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe | | 357.062 | 335.547 |
| **Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe** | | **3.024.729** | **2.790.545** |
| **Interesses que não controlam** | **6.2** | **437.050** | **523.848** |
| **Total do Capital Próprio** | | **3.461.779** | **3.314.393** |
| **Passivo** | | | |
| Passivo não corrente: | | | |
| Empréstimos bancários | 6.4 | 733.521 | 776.384 |
| Empréstimos obrigacionistas | 6.4 | 442.027 | 331.372 |
| Outros empréstimos | 6.4 | 2.688 | - |
| Passivo de locação | 3.10 | 1.261.375 | 1.109.668 |
| Outros passivos não correntes | 4.7 | 89.255 | 90.936 |
| Passivos por impostos diferidos | 4.12 | 328.685 | 531.793 |
| Provisões | 7 | 23.649 | 21.621 |
| **Total de passivos não correntes** | | **2.881.200** | **2.861.774** |
| Passivo corrente: | | | |
| Empréstimos bancários | 6.4 | 46.959 | 226.744 |
| Empréstimos obrigacionistas | 6.4 | 43.873 | 28.846 |
| Outros empréstimos | 6.4 | 6 | - |
| Passivo de locação | 3.10 | 140.454 | 96.897 |
| Fornecedores | 4.8 | 1.441.865 | 1.434.829 |
| Outras dívidas a terceiros | 4.10 | 239.701 | 207.732 |
| Imposto sobre o rendimento | 4.12 | 23.769 | 20.832 |
| Estado e outros entes públicos | 4.11 | 130.389 | 114.276 |
| Outros passivos correntes | 4.9 | 403.359 | 330.253 |
| Provisões | 7 | 12.217 | 4.508 |
| **Total de passivos correntes** | | **2.482.592** | **2.464.917** |
| Passivos associados a ativos não correntes detidos para venda | 3.7 | 19.484 | - |
| **Total do passivo** | | **5.383.276** | **5.326.691** |
| **Total do Capital Próprio e do Passivo** | | **8.845.055** | **8.641.084** |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de euros)

| | Notas | Capital Social | Ações Próprias | Reservas Legais | Reservas e Resultados Transitados | | | | | Resultado Líquido do Exercício | Total | Interesses que não controlam (Nota 6.2) | Total do Capital Próprio |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Reservas de Conversão Cambial | Reservas de Justo Valor | Reservas de Cobertura | Outras Reservas e Resultados Transitados * | Total de Reservas e Resultados Transitados | | | | |
| | | Atribuível aos acionistas da empresa-mãe | | | | | | | | | | | |
| **Saldo em 1 de janeiro de 2022** | | **2.000.000** | **(88.539)** | **281.216** | **(184)** | **(2.373)** | **13.113** | **70.334** | **80.889** | **267.477** | **2.541.042** | **605.549** | **3.146.591** |
| Total do rendimento integral consolidado do exercício reexpresso | | - | - | - | (9.359) | (3.140) | 5.154 | 15.537 | 8.191 | 335.547 | 343.738 | 69.954 | 413.692 |
| Aplicação do resultado líquido consolidado de 2021: | | - | - | - | - | - | - | - | | - | - | - | |
| Transferência para reserva legal e resultados transitados | | - | - | 18.132 | - | - | - | 249.345 | 249.345 | (267.477) | - | - | - |
| Dividendos distribuídos | 6.1 e 6.2 | - | - | - | - | - | - | (98.124) | (98.124) | - | (98.124) | (71.468) | (169.592) |
| Entrega e atribuição de ações aos colaboradores | | - | 4.871 | - | - | - | - | 1.802 | 1.802 | - | 6.674 | 229 | 6.903 |
| Variação de percentagem em subsidiárias | | - | - | - | - | - | - | (3.229) | (3.229) | - | (3.229) | (74.298) | (77.527) |
| Diminuição de capital | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (6.587) | (6.587) |
| Outros | | - | (212) | - | - | - | - | 656 | 656 | - | 444 | 468 | 912 |
| **Saldo em 1 de janeiro de 2023 Reexpresso** | | **2.000.000** | **(83.880)** | **299.348** | **(9.543)** | **(5.513)** | **18.266** | **236.321** | **239.530** | **335.547** | **2.790.545** | **523.848** | **3.314.393** |
| Total do rendimento integral consolidado do exercício | | - | - | - | 21.571 | (1.544) | (22.970) | (14.053) | (16.996) | 357.062 | 340.066 | 59.210 | 399.276 |
| Aplicação do resultado líquido consolidado de 2022: | | | | | | | | | | | | | |
| Transferência para reserva legal e resultados transitados | | - | - | 6.611 | - | - | - | 328.936 | 328.936 | (335.547) | - | - | - |
| Dividendos distribuídos | 6.1 e 6.2 | - | - | - | - | - | - | (103.575) | (103.575) | - | (103.575) | (58.135) | (161.709) |
| Entrega e atribuição de ações aos colaboradores | | - | 8.473 | - | - | - | - | (1.196) | (1.196) | - | 7.277 | (376) | 6.901 |
| Variação de percentagem em subsidiárias | | - | - | - | - | - | - | (8.956) | (8.956) | - | (8.956) | (78.157) | (87.113) |
| Diminuição de capital | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (9.651) | (9.651) |
| Outros | | - | - | - | - | - | - | (628) | (627) | - | (627) | 311 | (316) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | | **2.000.000** | **(75.407)** | **305.958** | **12.027** | **(7.058)** | **(4.704)** | **436.849** | **437.116** | **357.062** | **3.024.729** | **437.050** | **3.461.779** |

* Em "Outras reservas e resultados transitados" está incluída uma reserva indisponível relativa às ações próprias no valor de 62.929 milhares de euros (Nota 6.1).

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de euros)

| | Notas | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|---|
| Atividades Operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes | | 8.379.702 | 7.820.479 |
| Pagamentos a fornecedores | | (6.560.985) | (6.151.690) |
| Pagamentos ao pessoal | | (1.083.534) | (997.271) |
| **Fluxos gerados pelas operações** | | **735.183** | **671.518** |
| Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento | | (54.938) | (33.119) |
| Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional | | (37.129) | (14.832) |
| **Fluxos das atividades operacionais (1)** | | **643.116** | **623.567** |
| Atividades de Investimento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Investimentos financeiros | 3.3 | 354.914 | 299.837 |
| Ativos fixos tangíveis e intangíveis | | 5.324 | 3.103 |
| Juros e rendimentos similares | | 15.206 | 5.922 |
| Empréstimos concedidos | | 1.126 | 1.588 |
| Dividendos | 3 | 94.045 | 45.766 |
| Outros | | 2.255 | 38.616 |
| | | **472.870** | **394.832** |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Investimentos financeiros | 3.3 | (265.567) | (307.830) |
| Ativos fixos tangíveis e intangíveis | | (396.520) | (297.538) |
| Empréstimos concedidos | | (404) | (9.039) |
| Outros | | - | (456) |
| | | **(662.491)** | **(614.863)** |
| **Fluxos das atividades de investimento (2)** | | **(189.621)** | **(220.031)** |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Empréstimos obtidos | 6.5 | 4.146.262 | 4.063.679 |
| Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão | | 457 | 712 |
| Alienação de ações próprias | | 9.117 | - |
| | | **4.155.836** | **4.064.391** |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Contratos de locação | 6.5 | (220.844) | (194.046) |
| Empréstimos obtidos | 6.5 | (4.244.051) | (4.102.187) |
| Juros e gastos similares | | (57.810) | (24.054) |
| Reduções de capital e prestações suplementares | | (3.872) | (6.587) |
| Dividendos | | (161.702) | (169.592) |
| Outros | | (2.103) | (3.237) |
| | | **(4.690.382)** | **(4.499.703)** |
| **Fluxos das atividades de financiamento (3)** | | **(534.546)** | **(435.312)** |
| **Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)** | | **(81.051)** | **(31.776)** |
| Efeito das diferenças de câmbio | | 483 | 76 |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | 6.6 | 790.838 | 822.690 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 6.6 | 709.304 | 790.838 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

# SONAE, SGPS, S.A.

**Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

(Montantes expressos em milhares de euros)

## 1. Nota Introdutória

### 1.1. Apresentação do Grupo

A SONAE, SGPS, S.A. tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, 4470-909 Maia, Portugal, Apartado 1011, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado no Anexo I como Grupo Sonae ("Sonae"). Os negócios da Sonae e as áreas de atuação encontram-se indicados na Nota 2.2.

As ações representativas do capital da Sonae, SGPS, S.A. encontram-se cotadas na bolsa de valores Euronext – Lisboa. A 31 de dezembro de 2023 a Sonae, SGPS, S.A. é detida diretamente maioritariamente pela Pareuro BV e Efanor Investimentos SGPS, S.E. sendo esta última a empresa controladora final.

Todos os montantes explicitados neste anexo são apresentados em milhares de euros, arredondados à unidade mais próxima, salvo se expressamente referido em contrário.

A Sonae tem no seu portefólio 6 segmentos operacionais:

- MC é o líder indiscutível no mercado português de retalho alimentar (*offline* e *online*);
- Worten é líder de retalho omnicanal de produtos e serviços, com foco em eletrodomésticos e eletrónica de consumo;
- Sierra é o operador totalmente integrado no setor imobiliário;
- Zeitreel é o maior grupo português de moda (Salsa, Mo, Zippy e Losan);
- Bright Pixel é um investidor ativo e especializado com foco em tecnologia de retalho, infraestruturas digitais e cibersegurança; e
- NOS é o operador convergente líder no mercado português de telecomunicações.

A 11 de outubro de 2023 foi concluída a venda da Iberian Sports Retail Group (“ISRG”) que era o segmento operacional de retalho de desporto, conforme descrito na Nota 1.2.

Em 30 de novembro de 2023 foi concluída a criação da Joint Venture entre a Sonae SGPS, S.A. e o Bankinter Consumer Finance. E.F.C., S.A.. Esta operação implicou a venda da Universo, IME, S.A., que era o segmento operacional de serviços financeiros digitais, conforme descrito na Nota 1.2.

A Sonae SGPS, S.A. desenvolve a sua atividade em Portugal, mas as áreas de negócio do grupo operam a nível internacional.

### 1.2. Factos relevantes ocorridos no exercício

**DRUNI**

Em junho de 2023 foi celebrado um acordo com os acionistas fundadores da Druni S.A. (“Druni”) e da Arenal Perfumerias SLU (“Arenal”) para a combinação dos negócios destas duas empresas.

Da combinação dos negócios da Druni e da Arenal resultará a criação de um operador líder no segmento de saúde, bem-estar e beleza em Espanha, com um volume de negócios de aproximadamente 800 milhões de euros. A forte complementaridade geográfica de ambas as redes de lojas permitirá uma cobertura abrangente do território espanhol, amplamente reforçada por uma operação online de referência, o que permitirá disponibilizar uma proposta de valor omnicanal única no mercado.

A realização desta transação está condicionada às aprovações das autoridades competentes para uma transação desta natureza, sendo que a Sonae espera a sua conclusão durante o ano de 2024.

### ISRG

Em 11 de outubro de 2023 concluiu-se a venda da totalidade da participação de 30% menos 1 ação detida na Iberian Sports Retail Group, SL ("ISRG"), à JD Sports Fashion Plc ("JD Group"), por um montante de 300 milhões de euros, gerando uma mais valia de 168 milhões de euros (Nota 2.1 e 3.2).

### Oferta Pública de Aquisição de ações da Musti Group Plc.

A 29 de novembro de 2023, a Sonae SGPS, S.A. em parceria com dois Administradores e o CEO da Musti Group Plc (“Musti”) lançou uma oferta pública voluntária de aquisição (“Oferta”) de ações representativas do capital social da Musti, através da sua subsidiária Flybird Holding Oy. A contrapartida oferecida, a pagar em numerário, ascendeu a 26,1 euros por cada ação.

O período inicial da oferta pública terminou no dia 15 de fevereiro de 2024, sendo que o resultado final da Oferta confirmou que o total de aceitações em conjunto com as ações já adquiridas ou detidas pelo consórcio representavam 42,99% das ações e dos direitos de votos na Musti. A Flybird Holding Oy abdicou da condição mínima de atingir mais de 90% das ações e direitos de voto na Musti e decidiu iniciar um período de oferta subsequente para as ações de acordo com os termos e condições da Oferta, que decorreu entre 21 de fevereiro de 2024 e 6 de março de 2024.

Com a conclusão do período subsequente, o total de aceitações em conjunto com as ações já adquiridas ou detidas pelo Grupo representavam 80,65% das ações e dos direitos de votos na Musti.

### Criação de joint-venture com o Bankinter

Em 30 de novembro de 2023 foi concluída a criação da Joint Venture entre a Sonae SGPS, S.A. e o Bankinter Consumer Finance. E.F.C., S.A. (“Bankinter Consumer Finance”), sendo este último acionista de 50% da Universo, IME, S.A. (“Universo”).

Com a conclusão desta operação, a Sonae reconheceu uma mais valia de 6,8 milhões de euros e desconsolidou a sua participação de 100% na Universo, com os restantes 50% a serem agora consolidados através do método da equivalência patrimonial. Na sequência da operação acima mencionada, a Sonae revalorizou a sua participada, registando um ganho na demonstração de resultados de 6 milhões de euros.

## 1.3. Perímetro de consolidação

As empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Sonae a 31 de dezembro de 2023 estão listadas no Anexo I do presente relatório.

**Princípio de consolidação**

**a) Investimentos financeiros em empresas controladas**

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae detenha, direta ou indiretamente, controlo foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

A Sonae detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados.

Quando o Grupo possui menos que a maioria dos direitos de voto de uma participada, tem poder sobre a participada quando os direitos de voto são suficientes para decidir unilateralmente sobre as atividades relevantes da sua participada. O Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se os direitos de voto sobre a participada são suficientes para lhe conferir poder.

O controlo é reavaliado pela Sonae sempre que se verifiquem factos e circunstâncias que indiquem a ocorrência de alterações em uma ou mais das condições de controlo referidas acima.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica Interesses que não controlam. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas no Anexo I.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses que não controlam, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses que não controlam.

Os ativos e passivos de cada subsidiária são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo, podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses que não controlam face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 3.1). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses que não controlam e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica “Outros rendimentos” após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. O Grupo Sonae optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses que não controlam, (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos referidos interesses que não controlam.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital Próprio, em Outros instrumentos de capital próprio.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas, quando não evidenciem uma situação de imparidade do ativo transferido.

### b) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros (a moeda de apresentação do Grupo) utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de “Reserva de Conversão” incluída na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados”. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Resultados Transitados”.

O Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses que não controlam, no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Final do exercício | Média do exercício | Final do exercício | Média do exercício |
| Dólar Americano | 0,90498 | 0,92479 | 0,93756 | 0,95148 |
| Libra Inglesa | 1,15068 | 1,14980 | 1,12748 | 1,17317 |
| Real Brasileiro | 0,18650 | 0,18523 | 0,17735 | 0,18458 |
| Leu Romeno | 0,20102 | 0,20216 | 0,20213 | 0,20280 |
| Peso Mexicano | 0,05341 | 0,05218 | 0,04795 | 0,04735 |
| Lira Turca | 0,03062 | 0,04010 | 0,05009 | 0,05784 |
| Metical Moçambicano | 0,01416 | 0,01447 | 0,01465 | 0,01490 |
| Kwanza Angolano | 0,00108 | 0,00141 | 0,00184 | 0,00208 |
| Zloty Polaco | 0,23044 | 0,22036 | 0,21364 | 0,21349 |

### Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da subsidiária, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor é registada diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, a Sonae contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 5.2).

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem de ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas. Tendo em consideração a percentagem de detenção, direta e indiretamente imputável à Sonae, foi analisado à luz do descrito na IFRS 10, se a Sonae poderia exercer o controlo sobre a NOS. Desta análise, concluiu-se que a Sonae não controla a referida sociedade, na medida em que não detém a maioria do capital social e dos direitos de voto da NOS e, que não é claro que i) seja possível à Sonae tomar decisões por si só e ii) que seja improvável a existência de uma maioria contrária às suas intenções. Face ao exposto, e tendo a Sonae a possibilidade de participar nos processos de decisão da NOS, estamos perante uma situação de influência significativa, sendo o respetivo investimento classificado como "Investimentos em associadas", e registado nas contas consolidadas da Sonae pelo método de equivalência patrimonial.

## 1.3.1. Aquisições de subsidiárias ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2023:

O detalhe das aquisições de subsidiárias pode ser analisado como se segue:

| | | Percentagem de capital detido | |
|---|---|---|---|
| | | À data de aquisição | |
| FIRMA | Sede social | Direto | Total |
| **MC** | | | |
| Denethor Investments, SLU | Espanha | 100,00% | 100,00% |
| **Outros** | | | |
| Flybird Holding OY | Finlândia | 95,05% | 95,05% |
| SparkVos, S.R.L. | Itália | 70,00% | 70,00% |
| Sparkfood Ingredients Italy, S.R.L. (ex-Gravel-Racing 01 S.r.L.) | Itália | 100,00% | 100,00% |
| Evra, S.R.L. | Itália | 100,00% | 70,00% |
| Nutraceutica, S.R.L. | Itália | 100,00% | 70,00% |
| NVH, S.R.L. | Itália | 100,00% | 70,00% |
| Osun Solutions, S.R.L. | Itália | 100,00% | 70,00% |

### Outros

Em maio de 2023, a subsidiária Sparkfood Ingredients, S.A. adquiriu uma participação de 100% na sociedade Gravel-Racing 01 S.R.L. que alterou a denominação para Sparkfood Ingredients Italy S.R.L., que por sua vez adquiriu em julho de 2023 uma participação de 70% do capital social da sociedade SparkVos S R L e das suas subsidiárias (Evra, S.R.L., Nutraceutica S.R.L., NVH, S.R.L. e Osun Solutions, S.R.L.).

Em dezembro de 2023, a subsidiária Sonae Holdings, S.A. adquiriu 28.800.000 ações da sociedade Flybird Holding Oy representativas de 95,05% do capital da sociedade.

Os efeitos destas aquisições nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisados como segue:

| | Valor |
|---|---|
| **Ativos líquidos adquiridos:** | |
| Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 3.8 e 3.9) | 2.974 |
| Outros investimentos financeiros | 105 |
| Inventários | 9.513 |
| Empréstimos | (9.879) |
| Clientes e outros devedores | 14.705 |
| Outros ativos | 1.686 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 49 |
| Outros passivos não correntes | (499) |
| Provisões | (463) |
| Fornecedores e outras contas a pagar | (6.986) |
| Outros passivos | (2.284) |
| **Total de ativos líquidos adquiridos** | **8.923** |
| **Proporcional de ativos líquidos adquiridos** | **6.246** |
| Valor de aquisição | 29.269 |
| Goodwill (Nota 3.1) | 23.023 |

## 1.3.2. As principais alienações de subsidiárias ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2023

O detalhe das alienações de subsidiárias pode ser analisado como se segue:

| | | À data de alienação | |
|---|---|---|---|
| **FIRMA** | **Sede social** | **Direto** | **Total** |
| **Sierra** | | | |
| BrightCity, S.A. | Portugal | 100,00% | 100,00% |
| Living Markets I, S.A. | Portugal | 100,00% | 100,00% |
| **Universo** | | | |
| Universo IME, S.A | Portugal | 100,00% | 100,00% |

### Sierra

Em agosto de 2023, a subsidiária Sierra Developments Holding B.V. vendeu 50% da participação capital da BrightCity, S.A. a um novo sócio. Como resultado, a empresa tornou-se um empreendimento conjunto passando a ser incluída pelo método da equivalência patrimonial (Nota 3.2.3).

Em outubro de 2023, o capital social da Living Markets I, S.A. foi aumentado em 50 mil euros, que foi integralmente subscrito por um novo parceiro. Como resultado, a empresa tornou-se um empreendimento conjunto passando a ser incluída pelo método da equivalência patrimonial (Nota 3.2.3). Estas transações geraram um ganho de 147 mil euros.

### Universo

Tal como mencionado na Nota 1.2, a 30 de novembro de 2023 foi concluída a criação da Joint Venture entre a Sonae SGPS, S.A. e o Bankinter Consumer Finance. E.F.C., S.A. ("Bankinter Consumer Finance"), sendo agora o Bankinter Consumer Finance acionista de 50% da Universo, IME, S.A. ("Universo"). Com a conclusão desta operação, a Sonae reconheceu uma mais valia de 6,8 milhões de euros e desconsolidou a sua participação de 100% na Universo.

Os efeitos destas alienações na demonstração da posição financeira consolidada a 31 de dezembro de 2023 podem ser analisados como segue:

| | À data de alienação | |
|---|---|---|
| | Sierra | Universo |
| **Ativos líquidos** | | |
| Ativos fixos tangíveis, intangíveis e direitos de uso (Nota 3.8, 3.9 e 3.10) | 1.255 | 12.423 |
| Ativos por Impostos diferidos | 14 | 4.527 |
| Outros ativos não correntes | 24 | 47 |
| Clientes | 42 | 101.461 |
| Outros ativos correntes | 600 | 12.308 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 386 | 39.890 |
| Passivos de locação | (851) | (535) |
| Passivos por impostos diferidos | - | (112) |
| Outros passivos não correntes | (262) | (162) |
| Fornecedores | - | (82.690) |
| Outros passivos correntes | (451) | (16.977) |
| **Total de ativos líquidos alienados** | **757** | **70.180** |
| % do investimento alienado | 50% | 50% |
| **Total dos ativos líquidos desreconhecidos x percentagem alienada** | **379** | **35.090** |
| Contrapartida recebida | 525 | 41.915 |
| **Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 3.6)** | **147** | **6.825** |

Derivado da alienação de 50% da ações representativas do capital social da Universo em novembro de 2023, com perda de controlo, o contributo desta empresa para o consolidado de janeiro a novembro de 2023, foi reclassificado para operações descontinuadas, por se tratar de um segmento de negócio no qual o Grupo deixa de ter atividade.

| | 31 dez 2023 |
|---|---|
| | Universo |
| Volume de negócios | 36.554 |
| Outros rendimentos | 4.155 |
| Fornecimentos e serviços externos | (35.411) |
| Gastos com o pessoal | (6.902) |
| Amortizações e depreciações | (1.634) |
| Provisões e perdas por imparidade | (12.449) |
| Outros gastos | (6.474) |
| Resultados financeiros | (2.065) |
| **Resultados antes de impostos** | **(24.226)** |
| Imposto sobre o rendimento | 4.342 |
| **Resultados depois de impostos** | **(19.884)** |
| Rendimentos ou perdas relativas à perda de controlo | 6.825 |
| **Resultado liquido do exercício das operações descontinuadas** | **(13.059)** |

## 1.4. Reexpressão das demonstrações financeiras consolidadas

### 1.4.1. Imputação do justo valor dos ativos e passivos da NOS

Relativamente à transação ocorrida em 2022, que levou à classificação do investimento da NOS como uma Associada, e o subsequente aumento da participação em 11,3%, para este último o exercício do *purchase price allocation* foi realizado de forma provisória em 2022, tendo sido o diferencial entre o valor pago e os capitais próprios da NOS registado na linha de goodwill. O processo de avaliação ficou concluído em 2023.

Tal como disposto na IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais, por remissão da IAS 28, foi efetuada uma avaliação do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos com referência a 30 de setembro de 2022 e ajustado retrospetivamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sonae através do método de equivalência patrimonial (Nota 3.2.3.2).

O impacto da reexpressão da posição financeira consolidada de 31 de dezembro de 2022 foi o seguinte:

| 31 dez 2022 | Antes da Reexpressão | NOS | Após Reexpressão |
|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | |
| **Ativos não correntes:** | | | |
| Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas | 1.757.479 | (6.007) | 1.751.472 |
| Outros ativos não correntes | 4.951.443 | - | 4.951.443 |
| **Total de ativos não correntes** | **6.708.922** | **(6.007)** | **6.702.915** |
| **Total de ativos correntes** | **1.937.443** | **-** | **1.937.443** |
| Ativos não correntes detidos para venda | 726 | - | 726 |
| **Total do Ativo** | **8.647.091** | **(6.007)** | **8.641.084** |
| **Capital Próprio e Passivo** | | | |
| **Capital próprio:** | | | |
| Capital social | 2.000.000 | - | 2.000.000 |
| Ações próprias | (83.880) | - | (83.880) |
| Reservas legais | 299.348 | - | 299.348 |
| Reservas e resultados transitados | 239.530 | - | 239.530 |
| Resultado líquido do período atribuível aos acionistas da empresa-mãe | 341.554 | (6.007) | 335.547 |
| **Total capital próprio atribuído aos Acionistas da empresa-mãe** | **2.796.552** | **(6.007)** | **2.790.545** |
| **Interesses que não controlam** | **523.848** | **-** | **523.848** |
| **Total do Capital Próprio** | **3.320.400** | **(6.007)** | **3.314.393** |
| **Total do passivo** | **5.326.691** | **-** | **5.326.691** |
| **Total do Capital Próprio e do Passivo** | **8.647.091** | **(6.007)** | **8.641.084** |

## 1.4.2. Impacto da reexpressão da demonstração consolidada dos resultados

Conforme previsto pelo IFRS 5, foram efetuadas alterações nas demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para refletir numa única rubrica (Resultado líquido consolidado do período das operações descontinuadas), na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após impostos da unidade operacional descontinuada – Universo IME. Adicionalmente, a imputação do justo valor aos ativos da NOS originaram alterações no valor dos “Rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas” no exercício de 2022.

O impacto na demonstração consolidada dos resultados em 31 de dezembro de 2022 pode ser analisado como segue:

| 31 dez 2022 | Antes da Reexpressão | NOS | Universo | Após Reexpressão |
|---|---|---|---|---|
| Vendas | 7.387.762 | - | (5) | 7.387.767 |
| Prestações de serviços | 338.251 | - | 33.104 | 305.147 |
| Variação de valor das propriedades de investimento | (3.534) | - | - | (3.534) |
| Ganhos ou perdas relativos a investimentos | 5.996 | - | - | 5.996 |
| Ganhos ou perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados | 35.238 | - | - | 35.238 |
| Outros rendimentos | 197.090 | - | (6.301) | 203.423 |
| Custo das vendas | (5.305.588) | - | - | (5.305.588) |
| Variação da produção | 1.127 | - | - | 1.127 |
| Fornecimentos e serviços externos | (864.674) | - | (22.854) | (841.820) |
| Gastos com o pessoal | (992.893) | - | (6.029) | (986.864) |
| Outros gastos | (140.940) | - | (7.672) | (133.302) |
| Amortizações e depreciações | (353.743) | - | (1.818) | (351.924) |
| Perdas por imparidade | (65.900) | - | (1.746) | (64.154) |
| Provisões | (3.149) | - | - | (3.149) |
| **Resultado líquido consolidado antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empreendimentos conjuntos e associadas e impostos das operações continuadas** | **235.043** | **-** | **(13.321)** | **248.363** |
| Dividendos recebidos | 11.989 | - | - | 11.989 |
| Rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas | 203.761 | (6.007) | - | 197.754 |
| Rendimentos e ganhos financeiros | 112.412 | - | (80) | 112.492 |
| Gastos e perdas financeiros | (207.465) | - | 14 | (207.479) |
| **Resultado liquido antes de impostos das operações continuadas** | **355.741** | **(6.007)** | **(13.387)** | **363.119** |
| Imposto sobre o rendimento | (10.408) | - | 3.113 | (13.520) |
| **Resultado líquido do período das operações continuadas** | **345.333** | **(6.007)** | **(10.274)** | **349.599** |
| Resultado depois de impostos das operações descontinuadas | 61.322 | - | 10.274 | 51.049 |
| **Resultado líquido consolidado do período** | **406.655** | **(6.007)** | **-** | **400.648** |

## 1.5. Eventos subsequentes

### Aquisição da CTT IMO YIELD

A 5 de janeiro de 2024, a Sierra concluiu a aquisição de 26,3% da empresa veículo CTT IMO YIELD – SIC Imobiliária Fechada, S.A. por um valor de 36,1 milhões de euros. Esta empresa abrange os ativos imobiliários do portefólio dos CTT que é composto por cerca de 400 imóveis em todo o país.

### Alienação da Dr. Wells

Em dezembro de 2023 foi anunciado o acordo com a Lusíadas SGPS, S.A. (“Grupo Lusíadas”) para a alienação da empresa McCare – Serviços de Saúde, S.A., titular da marca Dr. Wells (Dr. Well’s”). A realização desta transação realizou-se pelo montante de 4.680 milhares de euros e foi concluída em 31 de janeiro de 2024.

### Aquisição da Diorren

A 5 de fevereiro de 2024, a Sonae informou que através da sua subsidiária Sparkfood, S.A. apresentou uma oferta irrevogável e está em negociações exclusivas com o objetivo de adquirir uma participação de cerca de 89% na Diorren SAS ("Diorren"), empresa detentora da BCF Life Sciences ("BCF"), por um valor total de 152 milhões de euros, numa base livre de caixa e dívida, sendo expectável a conclusão da transação no primeiro semestre de 2024.

### Oferta Pública de Aquisição de ações da Musti Group Plc.

O período inicial da oferta pública terminou no dia 15 de fevereiro de 2024, sendo que o resultado final da Oferta confirmou que o total de aceitações em conjunto com as ações já adquiridas ou detidas pelo consórcio representavam 42,99% das ações e dos direitos de votos na Musti. A Flybird Holding Oy abdicou da condição mínima de atingir mais de 90% das ações e direitos de voto na Musti e decidiu iniciar um período de oferta subsequente para as ações de acordo com os termos e condições da Oferta, que decorreu entre 21 de fevereiro de 2024 e 6 de março de 2024.

Com a conclusão do período subsequente, o total de aceitações em conjunto com as ações já adquiridas ou detidas pelo Grupo representavam 80,65% das ações e dos direitos de votos na Musti..

### Emissão de obrigações

A Sonae, em 27 de fevereiro, 1 de março e 18 de março de 2024, procedeu à emissão de obrigações no valor de 275 milhões de euros, 125 milhões de euros e 150 milhões de euros, respetivamente, com maturidade em 27 de novembro de 2028. Estas emissões foram efetuadas ao abrigo de um acordo de financiamento com o fim de financiar a oferta pública voluntária de aquisição de ações da empresa finlandesa Musti Group Plc.

### Processos com a Anacom

Em 2024 e até à data de emissão deste relatório, a NOS foi notificada de que o Tribunal Constitucional pronunciou-se sobre casos de impugnação judicial interpostos pela NOS, S.A., a NOS Açores e a NOS Madeira, relativos à Taxa Anual de Atividade cobrada pela Anacom. O Tribunal Constitucional concluiu pela inconstitucionalidade da Portaria n.º 1473-B/2008, de 17 de dezembro, que regula a determinação das taxas devidas pelo exercício da atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas, tendo ainda condenado a ANACOM a proceder à restituição do montante indevidamente cobrado, o qual ascendia a 36,6 milhões de euros.

## 1.6. Bases de preparação

### Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2024. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

### Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2023. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS - IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data da publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo tomou por base o custo histórico, modificado, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ii) ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e iii) propriedades de investimento mensuradas a justo valor.

## 1.7. Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2023:

| Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2023 | Data de eficácia (exercício iniciado em ou após) |
|---|---|
| **IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas** | **1-jan-23** |
| Requisito de divulgação de políticas contabilísticas "materiais", em detrimento de políticas contabilísticas "significativas". | |
| **IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas** | **1-jan-23** |
| Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas. | |
| **IFRS 17 – Contratos de seguro** | **1-jan-23** |
| Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. | |
| **IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa** | **1-jan-23** |
| Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9. | |
| **IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação** | **1-jan-23** |
| Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial simultâneo dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais. | |
| **IAS 12 – Reforma da tributação internacional – Regras do modelo Pilar 2** | **Imediatamente ou 1-jan-23** |
| Introdução de uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com os impostos sobre o rendimento do modelo Pilar 2. Exigências de divulgação direcionadas para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais que tenham réditos consolidados de 750 milhões de euros em pelo menos dois dos últimos quatro anos). | |

### Reforma da tributação Internacional (IAS 12)

A Sonae e as suas participadas, nas quais detenha controlo, direta ou indiretamente, apresentam-se como entidades contribuintes de grupos cuja entidade mãe final é a Efanor Investimentos, SGPS, S.E., nos termos da Diretiva EU 2022/2523 do Conselho de 14 de setembro de 2022 (Pilar 2).

Nestes termos, passamos a descrever o enquadramento jurídico-fiscal aplicado ao Grupo Efanor, para efeitos de Pilar 2.

Relativamente à alteração à IAS 12 com a "Reforma da tributação internacional: Regras do modelo Pilar 2", o Grupo aplica a exceção ao reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos e passivos relacionados com os impostos sobre o rendimento do Pilar 2, conforme previsto nas emendas à IAS 12 emitidas em maio de 2023.

De acordo com a Diretiva, o Grupo encontra-se abrangido pelas regras da tributação mínima (Pilar 2) na medida em que os seus rendimentos anuais excedem 750 milhões de euros em pelo menos dois dos quatro anos anteriores a 2024.

Embora ainda não transposta para o ordenamento jurídico nacional português, aliás o que ocorre também noutras jurisdições, os grupos nos termos e condições previstos na Diretiva devem assegurar em cada jurisdição em que se situam, o pagamento de uma taxa de imposto complementar apurada pelo diferencial entre a sua taxa de imposto efetiva calculada segundo as regras *Global Anti-Base Erosion Model Rulles (Pillar Two*) ("*OECD Model Rules"*), e a taxa mínima de 15%, obviamente no caso em que a taxa efetivamente calculada seja inferior aos 15% anteriormente mencionados.

Apesar da Diretiva ser aplicável apenas ao exercício fiscal de 2024, o Grupo encontra-se num processo de estudo por forma a determinar, com os elementos disponíveis a esta data, a sua exposição às *OECD Model Rules*. Este estudo conta com a colaboração e o apoio de consultores independentes, externos e especialistas nesta matéria.

Baseado na estrutura, operações recentes, aplicação das regras previstas para os períodos de transição, e com base nas 22 jurisdições declaradas para efeitos do último "Country by Country Qualificado" submetido referente ao exercício de 2022, conclui-se que 15 jurisdições seriam excluídas de forma imediata pela aplicação de um dos três testes previstos nas regras de salvaguarda ("Safe Harbour") aplicáveis ao período transitório de 2024 a 2026 inclusive.

Para as restantes jurisdições, e por forma a verificar a existência (ou não) de um imposto complementar, torna-se necessário aprofundar a análise, mediante aplicação das *OECD Model Rules* nas seguintes jurisdições: Portugal, Espanha, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Roménia. Não estando ainda finalizada a análise, podemos, no entanto, aferir:

**Portugal** - As conclusões da análise preliminar efetuada, permitem afirmar que esta jurisdição fiscal poderá não calcular imposto complementar, em virtude da exclusão de rendimentos com base na substância (tendo em conta os gastos salariais e os ativos fixos tangíveis). Não obstante, existe um Fundo de Investimento Imobiliário, sediado em Portugal, o Fundo Imosonae Dois, que pelas *OECD Model Rules* poderá ser classificado como Entidade de Investimento e, por conseguinte, determinar o cálculo da taxa de imposto efetiva de forma autónoma e utilizando as exclusões determinadas pelo valor dos seus próprios ativos (*OECD Model Rules* aplicáveis a Entidades de Investimento em que nem todos os detentores estão localizados na mesma jurisdição). Confirmando-se a necessidade desse cálculo autónomo para o Fundo, pode determinar-se o cômputo de imposto complementar a pagar em Portugal cujo montante, não será material.

**Espanha** - Da análise efetuada resulta a possibilidade de se vir a calcular imposto complementar nesta jurisdição, mas existe ainda a necessidade de clarificação, por parte do legislador (o que não ocorreu até ao momento), do tratamento dos impostos diferidos, nomeadamente com referência à norma da amortização fiscal do goodwill. Reestruturações ao nível dos negócios nesta jurisdição podem ter efeitos quer na determinação da taxa efetiva global de imposto sobre o rendimento na jurisdição, quer nos valores de ativos fixos tangíveis e gastos salariais que podem impactar as exclusões com base na substância. Pelo exposto não existe um imposto complementar viavelmente mensurável à data.

**Luxemburgo** - Dada a estrutura de rendimentos obtidos pelas empresas situadas nesta jurisdição, a primeira análise demonstra que, com os elementos disponíveis à data, não se verifica com grande probabilidade o apuramento de imposto complementar.

**Malta** - Dadas as especificidades do Regime Fiscal em Malta, a taxa de imposto efetiva nesta jurisdição fiscal é inferior a 15%. A análise inicial vem indicar que, nesta jurisdição, existe grande probabilidade de ser determinado um valor de imposto complementar cujo montante não será material.

**Países Baixos** - Dada a estrutura dos rendimentos obtidos pelas empresas com sede na referida jurisdição, a primeira análise demonstra que não se estima com grande probabilidade o apuramento de imposto complementar.

**Roménia** - Verificamos a possibilidade de apuramento de imposto complementar, no entanto, de montante relativamente imaterial.

## Contratos de seguros (IFRS 17)

De salientar que o Grupo encontra-se ainda num processo de análise dos impactos da aplicação da Diretiva, com o auxílio dos mesmos consultores externos independentes, tanto mais que a esta data, a Directiva ainda não foi transposta para o ordenamento jurídico português e, por outro lado, continuam a ser publicitadas orientações da OCDE e UE que procuram esclarecer alguns dos seus pontos que, a esta data, ainda levantam dúvidas aos diversos agentes económicos e que podem alterar as conclusões acima descritas.

No âmbito da aplicação inicial da IFRS 17, o Grupo procedeu à revisão do reconhecimento, mensuração e contabilização dos contratos de seguros, nomeadamente ao nível: i) do reconhecimento do rédito, considerando que com base na avaliação efetuada o padrão esperado para a liquidação do risco durante o período de cobertura devido à incidência de sinistros não difere significativamente da passagem do tempo que era utilizada ao nível da IFRS 4 e, como tal, a manutenção dos padrões lineares existentes utilizados para liquidar os *unearned premium reserve* é considerada apropriada para mensurar as receitas de seguros ao abrigo da IFRS 17, ii) do recálculo das provisões para sinistros de acordo com a diretiva "Solvência II", sendo esta calculada por atuários e utilizada como *proxy* para as "estimativas *de cash-flows* futuros" exigido pela IFRS 17 e iii) da utilização o modelo PAA ("*Premium Allocation Approach*") como modelo para mensuração dos contratos de seguros e da criação as suas curvas da taxa de desconto utilizando uma abordagem *bottom-up*, utilizando como base as taxas isentas de risco EIOPA.

Da avaliação efetuada não foram apurados impactos materiais relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo, quer a 1 de janeiro de 2022, quer a 31 de dezembro de 2022.

Relativamente às restantes, estas normas foram aplicadas pela primeira vez pelo Grupo em 2023. O Grupo efetuou uma análise das alterações introduzidas e do impacto nas demonstrações financeiras e concluiu que a aplicação das referidas normas não produziu efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

| Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2024, endossadas pela UE | Data de eficácia (exercício iniciado em ou após) |
|---|---|
| **IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com "covenants"**<br>Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants". | **1-jan-24** |
| **IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação**<br>Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis. | **1-jan-24** |

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas, nomeadamente quanto à aplicação da alteração da IFRS 16.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

| Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2024, ainda não endossadas pela UE | Data de eficácia (exercício iniciado em ou após) |
|---|---|
| **IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores**<br>Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou "reverse factoring"), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis. | **1-jan-24** |
| **IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade**<br>Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato. | **1-jan-25** |

Estas normas não foram ainda aprovadas (‘endorsed’) pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Não são esperados efeitos materialmente relevantes aquando da adoção das referidas normas.

## 1.8. Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Grupo são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

### 1.8.1. Os julgamentos mais significativos refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

a) Prazos de locação dos ativos sob direito de uso (Nota 3.10);

b) Registo de provisões e análise de passivos contingentes (Nota 7);

c) Classificação dos investimentos do portefólio de venture capital (Nota 3.4);

d) Entidades incluídas no perímetro de consolidação (Anexo I);

e) Apresentação de financiamentos concedidos a entidades participadas como empréstimos concedidos ou parte do investimento (Nota 4.3 e 4.5);

f) Avaliação da aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais;

g) Avaliação dos ativos financeiros e passivos de contratos de seguros ao abrigo da IFRS 17.

### 1.8.2. As estimativas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

a) Análises de imparidade de goodwill, de investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas e de outros ativos tangíveis e intangíveis (Nota 3.1, 3.2, 3.8 e 3.9).

A avaliação da imparidade do goodwill, investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas e de outros ativos tangíveis e intangíveis envolve julgamentos e estimativas significativas por parte da Administração, nomeadamente na projeção dos fluxos de caixa dos ativos incluídos nos planos de negócios, taxa de crescimento na perpetuidade e taxa de desconto dos referidos fluxos de caixa.

b) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados (Notas 5.1 e 5.2);

c) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos (Nota 4.12.2);

d) Imparidade de ativos financeiros (Nota 7.1);

e) Imposto sobre os lucros das várias geografias do Grupo (Nota 4.12);

f) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral ou resultados (Nota 3.4);

g) Justo valor das propriedades de investimento (Notas 3.11).

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 - “Politicas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros”.

Os restantes julgamentos e estimativas são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

# 2. Atividade Operacional

## 2.1. Apresentação da informação de gestão consolidada

Ao nível do Relatório de Gestão e para efeitos de determinação de indicadores financeiros como EBIT, EBITDA e EBITDA subjacente, a demonstração de resultados consolidada está dividida entre componentes de Resultado Direto e componentes de Resultado Indireto.

Os Resultados Indiretos incluem os resultados da Sierra, líquidos de impostos, relativos a: i) avaliação de propriedades de investimento de subsidiárias e a quota parte de associadas e empreendimentos conjuntos; (ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; (iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo Goodwill); (iv) ganhos (perdas) resultantes da obtenção/perda de controlo e correspondente reciclagem das reservas de conversão; e (v) provisões para ativos em risco. Adicionalmente e no que se refere ao portefólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no Goodwill, (iii) goodwill negativo (liquido de impostos) relativo a aquisições do período, (iv) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (v) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo e de outros rendimentos subjacentes (incluindo dividendos) e (vi) outros temas não relevantes.

O valor de EBITDA, EBITDA subjacente e EBIT são calculados apenas na componente de Resultado Direto, i.e. excluindo os contributos indiretos.

Apresenta-se de seguida a reconciliação dos dois formatos de apresentação, para a demonstração dos resultados consolidada dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

| | 31 dez 2023 | | | | 31 dez 2022 Reexpresso | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Consolidado | Resultado indireto (e) | Não recorrente | Resultado direto (d) | Consolidado | Resultado indireto (e) | Não recorrente | Resultado direto (d) |
| Volume de negócios | 8.399.182 | - | - | 8.399.182 | 7.692.914 | - | - | 7.692.914 |
| Variação de valor das propriedades de investimento | 5.548 | 5.548 | - | - | (3.534) | (3.534) | - | - |
| Ganhos ou perdas relativos a investimentos | 7.732 | 3.659 | 3.095 | 978 | 17.985 | 11.988 | 5.996 | - |
| Outros proveitos | 182.712 | 575 | - | 182.137 | 203.423 | (3.194) | - | 206.616 |
| **Total de proveitos** | **8.595.173** | **9.781** | **3.095** | **8.582.297** | **7.910.788** | **5.260** | **5.996** | **7.899.530** |
| **Total de gastos** | **(7.873.503)** | **-** | **(12.115)** | **(7.861.388)** | **(7.264.102)** | **-** | **9.519** | **(7.273.620)** |
| Amortizações e depreciações | (386.183) | - | - | (386.183) | (351.924) | - | - | (351.924) |
| Ganhos e perdas em ativos tangíveis e intangíveis | (1.038) | - | - | (1.038) | (2.345) | - | - | (2.345) |
| Provisões para extensões de garantia | (1.275) | - | - | (1.275) | (1.258) | - | - | (1.258) |
| Imparidades de ativos | (96.060) | (73.801) | - | (22.259) | (69.940) | (57.214) | - | (12.726) |
| Reversão de provisões e perdas por imparidade | 7.208 | 575 | - | 6.633 | 6.672 | - | - | 6.672 |
| Reversão de provisões para extensões de garantia | 1.463 | - | - | 1.463 | 1.271 | - | - | 1.271 |
| Outras provisões e perdas por imparidade | (13.723) | - | 649 | (14.372) | (4.046) | - | - | (4.046) |
| **Resultados antes de resultados financeiros, resultados de empreendimentos conjuntos e associadas e resultados não recorrente** | **232.063** | **(63.445)** | **(8.371)** | **303.879** | **225.115** | **(51.954)** | **15.515** | **261.552** |
| Resultados não recorrente | - | - | (168.865) | 168.865 | - | - | (163.166) | 163.166 |
| Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados | (13.207) | (13.760) | - | 553 | 35.238 | 17.192 | - | 18.046 |
| Resultados financeiros | (123.683) | - | - | (123.683) | (94.986) | - | - | (94.986) |
| Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP | | | | | | | | |
| Associadas e empreendimentos conjuntos da Sierra | 105.649 | 55.124 | 2.186 | 48.340 | 32.891 | (15.226) | - | 48.117 |
| Armilar Venture Funds | 8.981 | 8.981 | - | - | (8.704) | (8.704) | - | - |
| NOS / ZOPT | 59.708 | (3.774) | - | 63.482 | 66.843 | 6.221 | - | 60.622 |
| Outros | 175.965 | - | 168.225 | 7.740 | 106.724 | 2.505 | 83.003 | 21.216 |
| **Resultados antes de impostos** | **445.476** | **(16.874)** | **(6.825)** | **469.174** | **363.120** | **(49.966)** | **(64.648)** | **477.733** |
| Impostos sobre o rendimento | (9.514) | 12.912 | - | (22.426) | (13.520) | 4.122 | - | (17.642) |
| **Resultado líquido das operações continuadas** | **435.962** | **(3.962)** | **(6.825)** | **446.749** | **349.600** | **(45.844)** | **(64.648)** | **460.091** |
| **Resultado líquido das operações descontinuadas** | **(13.059)** | **-** | **6.825** | **(19.884)** | **51.049** | **-** | **64.648** | **(13.599)** |
| **Resultado Líquido do Exercício** | **422.903** | **(3.962)** | **-** | **426.865** | **400.649** | **(45.844)** | **-** | **446.492** |
| **Atribuível aos acionistas** | **357.062** | **9.006** | **-** | **348.056** | **335.547** | **(47.212)** | **-** | **382.759** |
| **Interesses sem controlo** | **65.841** | **(12.968)** | **-** | **78.809** | **65.101** | **1.367** | **-** | **63.734** |
| **EBITDA subjacente (b)** | | | | **721.649** | | | | **643.968** |
| **EBITDA (a)** | | | | **990.192** | | | | **923.490** |
| **EBIT (c)** | | | | **572.973** | | | | **559.120** |

(a) EBITDA = total de proveitos diretos - total de gastos diretos – reversão de perdas por imparidade diretos + resultados pelo método de equivalência patrimonial (resultados diretos dos empreendimentos conjunto e associadas da Sierra, NOS/ZOPT e outras participadas) + provisões para extensões de garantia + resultados não usuais;

(b) EBITDA subjacente = EBITDA – efeito do método da equivalência patrimonial – resultados considerados não recorrentes;

(c) EBIT = Resultado direto antes de impostos - resultado financeiro - dividendos;

(d) Resultado direto = Resultado do período, excluindo contributos para os resultados indiretos e os resultados recorrentes;

(e) Resultados indiretos = Inclui resultados da Sierra, líquidos de impostos, relativos a: i) valiação de propriedades de investimento; (ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; (iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo Goodwill); e (iv) provisões para ativos em risco. Adicionalmente e no que se refere ao portefólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no Goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia "mark-to-market" de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo e de outros rendimentos subjacentes (incluindo dividendos); e (v) outros temas não relevantes.

Os resultados indiretos podem ser analisados como segue:

| Resultado indireto | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
|---|---|---|
| Resultado indireto da Sierra | 62.333 | (24.096) |
| Dividendos recebidos NOS | - | 11.988 |
| Imparidades em ativos | (64.311) | (48.357) |
| Resultado dos Fundos e dos ativos financeiros ao justo valor | (12.561) | 8.812 |
| Outros | 10.578 | 5.808 |
| **TOTAL** | **(3.962)** | **(45.844)** |

O EBITDA subjacente Direto e os resultados não usuais podem ser analisados como segue:

| EBITDA subjacente direto | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
|---|---|---|
| EBITDA direto | 990.192 | 923.490 |
| Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP | (119.562) | (129.955) |
| Operações descontinuadas | 19.884 | 13.599 |
| Resultados não recorrentes | | |
| Mais/menos valias na alienação de empresas (Nota 1.3.2) | (6.825) | (153.647) |
| Mais valia da alienação da ISRG (Nota 1.2) | (168.225) | - |
| Outros gastos e ganhos considerados não recorrentes | 6.185 | (9.520) |
| | **(168.865)** | **(163.166)** |
| **TOTAL** | **721.649** | **643.968** |

## 2.2. Informação por segmentos

### Políticas contabilísticas

### Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente do Grupo:

a) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outros componentes da mesma entidade);

b) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e

c) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

### Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade do Grupo. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Na determinação do valor do rédito, a Sonae avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Os rendimentos decorrentes de vendas de produtos são registados na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma continua ao longo do período contratual definido.

O reconhecimento do rédito, associado a operações de extensão de garantia, as quais são concedidas por um período de 1 a 3 anos, após a garantia legalmente obrigatória de 3 anos, pelo segmento Worten, encontra-se reconhecido linearmente ao longo do período de vigência da garantia, estando o rédito associado às garantias vendidas, mas que não se encontram ativas, registado nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira consolidada “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 4.7 e 4.9).

As prestações de serviços incluem os rendimentos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, que são reconhecidos, em cada exercício, de acordo com a obrigação de desempenho a que respeitam, em função da percentagem de desempenho dos mesmos. Ou seja, no que respeita a cada obrigação de desempenho o grupo reconhece o rédito ao longo do tempo através da mensuração do progresso no sentido do cumprimento total de tal obrigação de desempenho.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de descontos em futuras compras, pelo segmento MC, é quantificado tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica "Outras dívidas a terceiros”.

A Sonae tem no seu portefólio 6 segmentos operacionais tal como definido na Nota 1.

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pelos orgãos de gestão do Grupo e sobre os quais estes tomam decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o *threshold* quantitativo (conforme previsto na IFRS 8).

A lista das empresas do Grupo e respetivos negócios estão detalhados no Anexo I.

## 2.2.1. Informação financeira por segmentos operacionais

A principal informação relativa aos segmentos de operacionais existentes em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como segue:

| 31 dez 2023 | Volume de negócios | Amortizações e depreciações [3] | Provisões e perdas por imparidade Direto [3] | EBIT Direto [3] | Resultados financeiros [2] | Imposto sobre o rendimento Direto [3] |
|---|---|---|---|---|---|---|
| MC | 6.606.810 | (296.587) | (21.199) | 319.033 | (98.856) | (44.732) |
| Worten | 1.298.085 | (44.123) | (455) | 11.742 | - | - |
| Sierra | 129.235 | (3.871) | (551) | 72.530 | (8.683) | 4.183 |
| Zeitreel | 371.274 | (33.976) | (4.096) | (22.847) | - | - |
| Bright Pixel | 2.458 | (1.335) | (522) | (6.336) | 247 | 2.802 |
| NOS | - | - | - | 63.482 | - | - |
| ISRG [5] | - | - | - | 176.822 | - | - |
| Outros, eliminações e ajustamentos [1] | (8.680) | (6.290) | (2.987) | (41.451) | (16.391) | 15.321 |
| **Total consolidado - Direto** | **8.399.182** | **(386.183)** | **(29.810)** | **572.973** | **(123.683)** | **(22.426)** |

| 31 dez 2022 Reexpresso | Volume de negócios | Amortizações e depreciações [3] | Provisões e perdas por imparidade Direto [3] | EBIT Direto [3] | Resultados financeiros [2] | Imposto sobre o rendimento Direto [3] |
|---|---|---|---|---|---|---|
| MC | 5.978.337 | (267.572) | (8.562) | 284.360 | (75.523) | (25.914) |
| Worten | 1.237.836 | (39.221) | (2.216) | 18.017 | - | - |
| Sierra | 117.390 | (3.218) | (998) | 69.765 | (9.226) | (4.442) |
| Zeitreel | 386.824 | (34.892) | 2.166 | (17.564) | - | - |
| Bright Pixel | 2.025 | (2.248) | 117 | 72.361 | 3.923 | (3.496) |
| NOS | - | - | - | 60.622 | - | - |
| ISRG [5] | - | - | - | 22.052 | - | - |
| Outros, eliminações e ajustamentos [1] | (29.498) | (4.775) | (594) | 49.507 | (14.160) | 16.209 |
| **Total consolidado - Direto** | **7.692.914** | **(351.924)** | **(10.088)** | **559.120** | **(94.986)** | **(17.642)** |

| | 31 dez 2023 | | | 31 dez 2022 Reexpresso | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Investimento (CAPEX) | Capital Investido | Dívida Líquida Total [2] [4] | Investimento (CAPEX) | Capital Investido | Dívida Líquida Total [2] [4] |
| MC | 310.493 | 2.638.845 | 1.777.347 | 217.598 | 2.437.124 | 1.517.953 |
| Worten | 58.568 | (6.618) | - | 60.845 | (56.614) | - |
| Sierra | 63.170 | 1.178.933 | 135.972 | 106.296 | 1.035.106 | 99.810 |
| Zeitreel | 11.189 | 190.648 | - | 12.646 | 247.318 | - |
| Bright Pixel | 52.439 | 317.499 | (16.731) | 46.939 | 274.840 | (51.988) |
| NOS | - | 806.652 | - | - | 848.204 | - |
| ISRG | - | - | - | - | 114.971 | - |
| Outros, eliminações e ajustamentos [1] | 169.566 | 264.043 | 31.634 | 190.026 | 159.861 | 180.714 |
| **Total consolidado** | **665.425** | **5.390.002** | **1.928.222** | **634.350** | **5.060.809** | **1.746.489** |

1) Inclui as contas individuais da Sonae;
2) Estas rubricas são acompanhadas pela Gestão de uma forma mais agregada, não são alocadas a cada um dos segmentos identificados acima;
3) Informação apresentada na Nota 2.1;
4) Inclui passivos de locação;
5) Em virtude da alienação da participada a 11 de outubro de 2023 (Nota 1.2). a ISRG deixa de existir a partir desse momento como segmento operacional.

Os intra-grupos do volume de negócios podem ser analisados como segue:

| Volume de negócios | 31 dez 2023 Intragrupo | 31 dez 2022 Intragrupo Reexpresso |
|---|---|---|
| MC | (48.000) | (39.073) |
| Worten | (4.166) | (3.742) |
| Zeitreel | (20.456) | (21.803) |
| Bright Pixel | (1.933) | (1.910) |
| Outros, eliminações e ajustamentos | (8.697) | (17.955) |
| **Total consolidado** | **(83.251)** | **(84.484)** |

A rubrica de “Outros, eliminações e ajustamentos” pode ser analisada como segue:

| | Volume de Negócios | | EBIT | |
|---|---|---|---|---|
| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
| Intragrupos intersegmentos | (83.251) | (84.484) | (3.834) | (6.809) |
| Contributos das empresas não incluídas nos segmentos | 74.572 | 54.986 | (37.617) | 56.316 |
| **Outros, eliminações e ajustamentos** | **(8.680)** | **(29.498)** | **(41.451)** | **49.507** |

| | Investimento | | Capital Investido | |
|---|---|---|---|---|
| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
| Intragrupos intersegmentos e contributos das empresas não individualizados como segmentos | 38.980 | 33.336 | 264.043 | 159.861 |
| Aquisição de 10% adicional da Sierra | 88.567 | 83.471 | - | - |
| Aquisição de investimentos no negócio da Sparkfood | 42.020 | - | - | - |
| Aquisição de ações da NOS | - | 73.220 | - | - |
| | **169.566** | **190.026** | **264.043** | **159.861** |

Todas as medidas de performance (APM’s) estão reconciliadas para as demonstrações financeiras na Nota 2.1.

Os ativos não correntes e as vendas e prestações de serviços por mercado geográfico podem ser detalhados como segue:

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 Reexpresso | |
|---|---|---|---|---|
| Mercados de destino | Ativos não correntes | Vendas e prestações de serviços por mercado de destino | Ativos não correntes | Vendas e prestações de serviços por mercado de destino |
| Portugal | 5.160.157 | 7.876.649 | 5.130.240 | 7.149.167 |
| Países Baixos | 603.488 | 2.824 | 552.699 | 2.741 |
| Espanha | 221.049 | 343.795 | 259.768 | 328.377 |
| Roménia | 261.833 | 27.664 | 272.061 | 24.054 |
| Inglaterra | 16.354 | 21.244 | 18.559 | 23.368 |
| Itália | 91.006 | 35.911 | 91.020 | 26.990 |
| França | 605 | 22.226 | - | 21.224 |
| Brasil | 582 | 1 | 7.657 | - |
| Alemanha | 328 | 15.617 | 383 | 15.075 |
| México | 69 | 2.496 | 47 | 4.329 |
| Resto do Mundo | 479.645 | 50.755 | 370.481 | 97.590 |
| | **6.835.116** | **8.399.182** | **6.702.915** | **7.692.914** |

Glossário:
Capital Investido Líquido = Dívida líquida + Capital próprio;
Dívida líquida Total = Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + suprimentos – caixa - depósitos bancários - investimentos correntes - outras aplicações de longo prazo + passivo de locação.
Outros, eliminações e ajustamentos = Intra-grupos + ajustamentos de consolidação + contributos das empresas não incluídas nos segmentos divulgados por não se enquadrarem em nenhum segmento relatável, ou seja, estão incluídos para além da Sonae SGPS as empresas identificadas como “Outras” no Anexo I;
Investimento (CAPEX) = Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições.

## 2.2.2. Informação financeira da NOS

As demonstrações financeiras consolidadas da NOS a 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser resumidas como se segue.

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| **Ativos** | | |
| Ativos fixos tangíveis | 1.093.584 | 1.107.052 |
| Ativos intangíveis | 1.207.946 | 1.209.558 |
| Ativos sob direito de uso | 307.090 | 297.723 |
| Ativos por impostos diferidos | 81.906 | 89.554 |
| Outros ativos não correntes | 204.221 | 221.693 |
| **Ativo não corrente** | **2.894.747** | **2.925.580** |
| Clientes | 363.692 | 319.441 |
| Caixa e equivalentes a caixa | 18.158 | 15.215 |
| Outros ativos correntes | 192.383 | 203.088 |
| **Ativo corrente** | **574.233** | **537.744** |
| **Total do ativo** | **3.468.980** | **3.463.324** |
| **Passivos** | | |
| Empréstimos obtidos | 1.496.900 | 1.210.181 |
| Provisões | 80.154 | 81.267 |
| Outros passivos não correntes | 95.269 | 95.077 |
| **Passivos não correntes** | **1.672.323** | **1.386.525** |
| Empréstimos obtidos | 237.069 | 427.453 |
| Fornecedores | 243.991 | 253.355 |
| Outros passivos correntes | 320.910 | 343.648 |
| **Total do passivo corrente** | **801.970** | **1.024.456** |
| **Total do passivo** | **2.474.293** | **2.410.981** |
| Capital próprio excluindo interesses sem controlo | 988.102 | 1.046.092 |
| Interesses que não controlam | 6.585 | 6.251 |
| **Total do capital próprio** | **994.687** | **1.052.343** |
| **Total do capital próprio e do passivo** | **3.468.980** | **3.463.324** |

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Receitas totais | 1.597.454 | 1.521.007 |
| Gastos diretos e fornecimentos e serviços externos | (507.920) | (500.257) |
| Amortizações | (483.638) | (480.887) |
| Outros gastos | (341.684) | (269.655) |
| **Resultado líquido antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empresas participadas e impostos** | **264.212** | **270.208** |
| Ganhos/ (perdas) em empresas participadas | 5.081 | 22.123 |
| Resultados financeiros | (69.205) | (35.224) |
| Imposto sobre o rendimento | (18.754) | (32.663) |
| **Resultado líquido consolidado do exercício** | **181.334** | **224.444** |
| Atribuível a: | | |
| Interesses que não controlam | 180.995 | 224.574 |
| Acionistas da empresa mãe | 339 | (130) |

## 2.2.3. Rendimentos de locação

### Políticas contabilísticas

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Nas locações em que a Sonae age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Sonae e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

Nas locações operacionais em que a Sonae age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como rendimentos, durante os exercícios findos

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 ascenderam a 27.259 milhares de euros e 24.899 milhares de euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Sonae tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) se vencem como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| **Vencíveis em:** | | |
| N+1 renovável automaticamente | 2 808 | 1 949 |
| N+1 | 33 740 | 31 260 |
| N+2 | 28 763 | 23 900 |
| N+3 | 24 137 | 19 365 |
| N+4 | 19 124 | 15 404 |
| N+5 | 13 518 | 11 036 |
| Após N+5 | 38 393 | 37 783 |
| | **160 484** | **140 697** |

## 2.3. Pessoal

### 2.3.1. Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

#### Políticas contabilísticas

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae SGPS e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

Quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, o valor dessa responsabilidade é determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada a crédito da rubrica de "Outras reservas", no capital próprio, por contrapartida de "Gastos com o pessoal".

Quando a liquidação é efetuada em numerário, o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em abril de cada ano) e posteriormente atualizado, no final de cada período de reporte, em função do número de ações ou opções sobre ações atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em "Gastos com pessoal" e "Outros passivos", de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

A Sonae concedeu em 2023 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade, a colaboradores da Sonae prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição, ou de opções de compra de ações, a exercer ao valor de cotação da data de atribuição, três anos após essa data. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano.

A 31 de dezembro de 2023, todos os planos de ações Sonae SGPS estão contabilizados, na demonstração da posição financeira, em "Outras reservas" por contrapartida de "Gastos com o pessoal" pelo justo valor das ações determinado na data de atribuição do plano de 2023, 2022 e 31 de dezembro de 2021 para os planos atribuídos até essa alteração. Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo dos exercícios que medeiam a atribuição e o exercício das mesmas.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o número total das ações atribuídas, decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

| | Sonae SGPS | | | Número de ações | |
|---|---|---|---|---|---|
| Ano de atribuição | Ano de vencimento | Número de participantes | Cotação na data de atribuição | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
| 2020 | 2023 | - | 0,662 | - | 9 128 |
| 2021 | 2024 | 56 | 1,003 | 7 265 | 6 562 |
| 2022 | 2025 | 67 | 0,935 | 5 688 | 5 925 |
| 2023 | 2026 | 77 | 0,904 | 4 605 | - |
| | | | | **17 558** | **21 615** |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

| | Ações Sonae | |
|---|---|---|
| | Número agregado de participantes | Nº de ações |
| Saldo a 31 de dezembro de 2022 | 201 | 21 615 |
| Atribuídas | 83 | 5 178 |
| Vencidas | (85) | (9 292) |
| Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas (1) | 1 | 58 |
| **Saldo a 31 de dezembro de 2023** | **200** | **17 558** |

(1) As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações de capital social e outros ajustamentos.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o justo valor total das ações atribuídas decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

| | | Justo Valor* | |
|---|---|---|---|
| Ano de atribuição | Ano de vencimento | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
| 2020 | 2023 | - | 8 534 |
| 2021 | 2024 | 6 571 | 4 090 |
| 2022 | 2025 | 3 430 | 1 847 |
| 2023 | 2026 | 1 388 | - |
| **Total** | | **11 389** | **14 471** |

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023 e de 2022, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Valor registado em gastos com pessoal do exercício | 5 448 | 4 910 |
| Registado em exercícios anteriores | 8 674 | 7 603 |
| | **14 122** | **12 513** |
| Valor registado em Outras reservas | 14 122 | 12 513 |
| | **14 122** | **12 513** |

## 2.3.2. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
|---|---|---|
| Remunerações | 881.155 | 781.271 |
| Encargos sobre remunerações | 174.671 | 154.497 |
| Seguros | 17.009 | 14.885 |
| Gastos com ação social | 6.423 | 5.608 |
| Outros gastos com pessoal | 40.531 | 30.604 |
| | **1.119.788** | **986.864** |

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa-mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae encontra-se divulgada na Nota 8.

## 2.4. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
|---|---|---|
| Trabalhos especializados | 159.417 | 147.357 |
| Publicidade e propaganda | 119.661 | 108.236 |
| Transportes de mercadorias | 80.982 | 90.714 |
| Eletricidade e combustíveis | 67.647 | 129.255 |
| Rendas e alugueres | 52.417 | 47.857 |
| Limpeza, higiene e conforto | 40.580 | 38.978 |
| Conservação e reparação | 44.156 | 38.195 |
| Vigilância e segurança | 26.824 | 24.919 |
| Custos com terminais pagamento automático | 25.175 | 21.419 |
| Comissões | 24.157 | 24.451 |
| Deslocações, estadas e transportes | 19.179 | 16.797 |
| Materiais de consumo | 18.815 | 18.021 |
| Subcontratos | 15.457 | 15.416 |
| Entregas ao domicílio | 13.852 | 15.370 |
| Comunicação | 13.205 | 10.846 |
| Seguros | 9.725 | 10.069 |
| Outros | 89.489 | 83.920 |
| | **820.738** | **841.820** |

O montante incluído em rendas e alugueres é relativo a rendas variáveis de contratos de locação.

## 2.5. Outros gastos

A repartição dos outros gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
|---|---|---|
| Diferenças câmbio desfavoráveis | 23.392 | 54.982 |
| Donativos | 32.026 | 30.195 |
| Impostos indiretos e taxas | 14.214 | 12.982 |
| Cartão Galp/Continente | 14.552 | 12.754 |
| Contratos de derivados associados a atividades comerciais | 6.938 | - |
| Perdas na alienação e abates de ativos | 6.319 | 6.331 |
| Imposto municipal sobre imóveis | 4.615 | 4.416 |
| Outros gastos | 12.076 | 11.642 |
| | **114.132** | **133.302** |

## 2.6. Outros rendimentos

A repartição dos outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
|---|---|---|
| Proveitos suplementares | 61.247 | 58.708 |
| Trabalhos para a própria empresa (Nota 3.9) | 35.587 | 28.404 |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 29.001 | 27.860 |
| Diferenças câmbio favoráveis | 23.557 | 54.055 |
| Ganhos na alienação de ativos (Nota 3.8 a 3.10) | 5.466 | 4.450 |
| Restituição de impostos | 4.453 | 707 |
| Ganhos com instrumento financeiro derivado operacionais | 4.216 | 11.880 |
| Subsídios | 3.761 | 4.874 |
| Outros | 15.425 | 12.484 |
| | **182.712** | **203.423** |

# 3. Investimentos

Este capítulo tem como objetivo a divulgação da informação relativa aos investimentos não correntes.

**Políticas contabilísticas**

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Perdas por Imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Nas situações em que a utilização do ativo irá ser espectavelmente descontinuada (lojas em remodelação ou em encerramento) o Grupo procede a uma atualização dos períodos de amortização após considerar o impacto de tal descontinuação de utilização em termos de análise de imparidade, nomeadamente sobre o valor líquido contabilístico dos ativos a abater.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica “Perdas por imparidade”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

## 3.1. Goodwill

**Políticas contabilísticas**

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae, empreendimentos conjuntos e associadas acrescido do valor dos interesses que não controlam (no caso de subsidiárias), do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas, são registadas na rubrica “Goodwill” caso se relacionem com aquisições de negócios de subsidiárias ou mantidas na rubrica “Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas” (Nota 3.2). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em subsidiárias sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, o valor dos interesses que não controlam (no caso de subsidiárias) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas subsidiárias à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas subsidiárias, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica “Reservas de conversão”.

O valor dos pagamentos contingentes futuros, que existam, é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de Goodwill, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em Goodwill ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade a ser reconhecidas. A análise das perdas por imparidade é efetuada em função da avaliação do valor contabilístico da unidade geradora de caixa (“UGC”) à qual o goodwill foi imputado, o qual é comparado com o seu valor recuperável, i.e., o maior valor entre o justo valor menos os custos estimados de venda e o valor de uso da UGC. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a operações imobiliárias e respetivos ativos. As perdas por imparidade do Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Perdas por imparidade”.

Quando o Grupo reorganiza a sua atividade, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado o goodwill, é efetuada, sempre que exista um racional, a revisão da alocação do Goodwill às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efetuada através de uma abordagem de valor relativo, das novas unidades geradores de caixa que resultam da reorganização.

As perdas por imparidade relativas ao Goodwill reconhecido com a aquisição de negócios de subsidiárias não podem ser revertidas, ao contrário do Goodwill reconhecido com a aquisição de empreendimentos conjuntos e associadas.

O Goodwill, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

O valor de Goodwill é alocado a cada um dos segmentos operacionais dentro destes a cada um dos grupos homogéneos de unidades geradoras de caixa, como segue:

- MC, Worten e Zeitreel - O valor do Goodwill é alocado a cada um dos segmentos operacionais, e alocados a cada um dos grupos homogéneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento repartido por país, e por loja no caso do segmento MC;

- Sierra - O valor do Goodwill deste segmento é alocado essencialmente à operação de “property management; e

- Bright Pixel - O valor de Goodwill deste segmento é relativo ao negócio de Retalho.

## Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de Goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados, na sua maioria, recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, efetuados numa base anual, situação em que a periodicidade é maior.

Os pressupostos fundamentais utilizados nos referidos planos de negócio estão explicitados abaixo para cada um dos negócios da Sonae.

### MC, Worten, Zeitreel e Gosh!

Para efeito dos segmentos MC, Worten e Zeitreel, em Portugal, recorrem aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os respetivos cash-flows, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada uma das insígnias, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

As projeções são feitas com um custo médio ponderado de capital, taxa composta de crescimentos de vendas e com uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade:

| | 31 dez 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Base da quantia recuperável | Custo médio ponderado de capital | Taxas de crescimento na perpetuidade | Taxa composta de crescimento vendas |
| MC | Valor de uso | 7,9% | 1,5% | 0,4% a 2,2% |
| Worten | Valor de uso | 11% | 1,0% | 2,2% a 24,8% |
| Zeitreel | Valor de uso | 9,5% | 1,0% | 4,2% a 7,2% |
| Gosh! | Valor de uso | 10,0% | 2,0% | 23,8% a 26,5% |

| | 31 dez 2022 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Base da quantia recuperável | Custo médio ponderado de capital | Taxas de crescimento na perpetuidade | Taxa composta de crescimento vendas |
| MC | Valor de uso | 8,1% | <=2% | 0,9% a 3,7% |
| Worten | Valor de uso | 11,0% | <=1% | 2,8% a 5,9% |
| Zeitreel | Valor de uso | 9,5% | <=1% | 3,3% a 8,7% |
| Gosh! | Valor de uso | 10,0% | <=2% | 12,2% a 33,2% |

Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, fazendo variar a taxa composta de crescimento vendas em 1 p.p. ou a margem EBITDA em 0,5 p.p.na Worten, na Gosh! e na MC, não conduzia a variações significativas dos valores de recuperação.

Na análise de sensibilidade efetuada ao segmento da Zeitreel, fazendo variar a taxa de desconto ou a taxa de crescimento na perpetuidade em 0,5 p.p., conduziria a um acréscimo de imparidade em resultado de 9 milhões de euros e 12 milhões de euros, respetivamente. Caso a margem EBITDA varie 0,5 p.p. negativamente, conduziria a um acréscimo de imparidade em resultado de 11 milhões de euros.

## Sierra

Para efeito do teste de imparidade efetuado ao "Goodwill" a Sierra utiliza o "Net Asset Value" ("NAV") à data de relato, das participações detidas suportado nas avaliações das propriedades de investimento tal como descrito na Nota 3.11. Ao nível do "Goodwill" relativo a serviços, a Sierra considera a média dos fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, multiplicando por múltiplos de mercado para atividades análogas.

## Bright Pixel

Para este efeito o segmento Bright Pixel utiliza planos de negócios preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos (Retalho e Media).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os pressupostos utilizados têm por base os vários negócios deste segmento e os crescimentos das várias áreas geográficas onde ele opera:

| | 31 dez 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Base da quantia recuperável | Taxa de desconto | Taxas de crescimento na perpetuidade | Taxa de crescimento média de vendas |
| Tecnologias | | | | |
| Retalho | Valor de uso | 9,75% | 3% | 23,70% |
| Media | Valor de uso | 8,50% | 0,01% | 3,80% |

| | 31 dez 2022 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Base da quantia recuperável | Custo médio ponderado de capital | Taxas de crescimento na perpetuidade | Taxa composta de crescimento vendas |
| Tecnologias | | | | |
| Retalho | Valor de uso | 7,25% | 3% | 27,10% |
| Cybersecurity | Valor de uso | 6% - 6,25% | 3% | 12,80% |
| Media | Valor de uso | 7,50% | 0,01% | 3,00% |

Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, fazendo variar a taxa de desconto em 0,5 p.p. no setor de Media, conduziria a uma imparidade de cerca de 1,5 milhões de euros.

Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, fazendo variar a taxa de desconto em 0,5 p.p. e 0,5 p.p. na taxa de crescimento na perpetuidade no setor de Tecnologias, não conduzia a variações significantes dos valores de recuperação.

## Detalhe do Goodwill

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Goodwill" tinha a seguinte composição por segmento e país:

| | 31 dez 2023 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Insígnia | Portugal | Espanha | Reino Unido | Outros países | Total |
| MC | 485.984 | 19.440 | - | - | 505.424 |
| Worten | 78.185 | - | - | - | 78.185 |
| Sierra | 18.160 | - | - | - | 18.160 |
| Zeitreel | - | - | - | - | - |
| Bright Pixel | 1.318 | - | - | - | 1.318 |
| Outros | - | - | 31.272 | 23.023 | 54.295 |
| | **583.647** | **19.440** | **31.272** | **23.023** | **657.382** |

| Insígnia | 31 dez 2022 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Portugal | Espanha | Reino Unido | Outros países | Total |
| MC | 485.984 | 19.440 | - | - | 505.424 |
| Worten | 78.185 | - | - | - | 78.185 |
| Sierra | 18.160 | - | - | - | 18.160 |
| Zeitreel | 28.611 | - | - | - | 28.611 |
| Bright Pixel | 1.318 | - | - | - | 1.318 |
| Outros | - | - | 31.833 | - | 31.833 |
| | **612.258** | **19.440** | **31.833** | **-** | **663.531** |

A Sonae no 3º trimestre de 2023, concluiu a aquisição de 70% do capital social e dos direitos de voto das SparkVos, um grupo de empresas italianas, focado na produção industrial e distribuição de ingredientes naturais para o segmento de saúde e bem-estar.

Esta aquisição gerou um Goodwill provisório no valor aproximado de 23 milhões de euros que será revisto no prazo de um ano aquando da conclusão do exercício de "purchase price allocation", conforme previsto na IFRS 3.

No seguimento da aquisição em 2021 de 95,4% do capital social e dos direitos de voto da Claybell Limited, a qual detém 100% da Gosh Food Limited, foi efetuada uma avaliação, durante o exercício de 2022, do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. O justo valor foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram ao nível da carteira de clientes no valor de 18,1 milhões de euros (15,6 milhões de libras) e da marca Gosh no valor de 18,2 milhões de euros (15,7 milhões de libras).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o movimento ocorrido no Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| **Valor Bruto:** | | |
| **Saldo inicial** | **715.276** | **730.211** |
| Aquisição de subsidiárias (Nota 1.3.1) | 23.023 | 186 |
| Alienação de subsidiárias | - | (13.355) |
| Variação cambial | (561) | (1.766) |
| **Saldo final** | **737.738** | **715.276** |
| **Perdas por imparidade acumuladas:** | | |
| Saldo inicial | 51.745 | 26.687 |
| Aumentos (Nota 3.12) | 28.611 | 25.058 |
| **Saldo final** | **80.356** | **51.745** |
| **Valor líquido** | **657.382** | **663.531** |

A análise de imparidade efetuada em 2023, a revisão das projeções e os testes de imparidade conduziram ao apuramento de perdas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no valor de 28,6 milhões de euros (25,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022).

## 3.2. Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas

### Políticas contabilísticas

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm de ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjunta. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Grupo não detinha operações conjuntas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que a Sonae exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

A existência de influência significativa é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- transações materiais entre o investidor e a investida;
- intercambio de pessoal de gestão; ou
- fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto nos casos em que os investimentos são detidos por uma organização de capital de risco ou equivalente, em que o Grupo tenha optado, no reconhecimento inicial, por mensurar pelo justo valor através de resultados de acordo com a IFRS 9 (Nota 3.4).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) dos empreendimentos conjuntos e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos. As variações patrimoniais, excluindo o custo relativo a planos de ações próprias da NOS, são registadas na rubrica de Reservas e Resultados Transitados.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empreendimentos conjuntos e associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica “Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae nos prejuízos acumulados da associada e empreendimentos conjuntos excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações, que não relativos a atividades empresariais, com empreendimentos conjuntos e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae nas referidas entidades, por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Quando os ganhos ou perdas não realizadas correspondem a transações relativas a atividades empresariais, e tendo em consideração a inconsistência atualmente existente entre os requisitos do IFRS 10 e do IAS 28, a Sonae, tomando em consideração o definido na alteração ao IFRS 10 e IAS 28 procede ao reconhecimento integral do ganho/perda nas situações em que há perda de controlo da referida atividade empresarial em resultado de uma transação com um empreendimento conjunto.

Caso a participação financeira num empreendimento conjunto ou numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a demonstração dos resultados.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas encontram-se detalhados no Anexo I.

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Nas situações de investimentos em associadas que são organizações de capital de risco, a IAS 28 contém opção de manter esses investimentos por elas detidos mensurados pelo justo valor. O Grupo fez essa opção, na aplicação do método de equivalência patrimonial nos Fundos Armilar.

Relativamente às participações financeiras detidas nos Fundos de Capital de Risco Armilar II, Armilar III e Armilar I+I, estas referem-se a entidades de investimento que mensuram os seus portefólios ao justo valor. Os portefólios detidos por estas entidades estão classificados na correspondente hierarquia de justo valor definida no IFRS 13 – Justo Valor, conforme a tabela abaixo:

| | 31 dez 2023 | | | 31 dez 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Hierarquia de justo valor | Armilar II | Armilar III | Armilar I+I | Armilar II | Armilar III | Armilar I+I |
| Nível 3 | 185.296 | 49.324 | 61.023 | 185.330 | 36.539 | 42.285 |

## 3.2.1. Decomposição do valor contabilístico de Investimentos em empreendimentos conjunto e associadas

O valor das participações em empreendimentos conjuntos e associadas pode ser analisado como segue:

| Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
|---|---|---|
| Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 3.2.2.1) | 209.493 | 113.626 |
| Investimentos em associadas (Nota 3.2.2.2) | 1.592.291 | 1.637.846 |
| **Total** | **1.801.784** | **1.751.472** |

O detalhe dos Investimentos em Empreendimentos Conjuntos é como segue:

| | FIRMA | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|---|
| | **MC** | | |
| | Maremor Beauty & Fragances, S.L. | 192 | 180 |
| | Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, S.A. | 3.550 | 3.404 |
| | | **3.742** | **3.584** |
| | **Sierra** | | |
| | Arrábidashopping - SIC Imobiliária Fechada, S.A. | 42.437 | 16.149 |
| 1) | BrightCity, S.A. | 2.879 | - |
| | Gaiashopping - SIC Imobiliária Fechada, S.A. | 44.007 | 28.530 |
| | LMSI - Engineering S.A. | 4.166 | 3.611 |
| | Madeirashopping - Centro Comercial, S.A. | 21.376 | 19.734 |
| 2) | Quinta da Foz - Empreendimentos Imobiliários, S.A. | 7.816 | 8.093 |
| | Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial, S.A. | 18.818 | 18.078 |
| | SC Aegean B.V. | 2.643 | 2.643 |
| | Smartsecrets, Lda | 17.995 | - |
| 3) | Via Catarina – SIC Imobiliária Fechada, S.A. | - | 10.721 |
| | Outros | 3.383 | 1.963 |
| | | **165.519** | **109.521** |
| | **Bright Pixel** | | |
| | Unipress - Centro Gráfico, Lda. | 571 | 498 |
| | Outros | 23 | 23 |
| | | **594** | **521** |
| | **Outros** | | |
| 4) | Universo IME | 39.637 | - |
| | | **39.637** | **-** |
| | **Investimentos em empreendimentos conjuntos** | **209.493** | **113.626** |

1) O Grupo vendeu 50% da empresa, tornando-se em empreendimento conjunto;
2) Empresa adquirida em fevereiro de 2022 (a 2 de agosto de 2022, a empresa Nova Centralidade – Sociedade de Desenvolvimento Imobiliário, S.A. foi extinta através de fusão com a Quinta da Foz – Empreendimentos Imobiliários, S.A.);
3) Grupo vendeu 50% da empresa, passando a mesma a ser reportada como associada;
4) Venda de 50% ao Bankinter Consumer Finance, E.F.C. Empresa passa a ser reportada como empreendimento conjunto.

O detalhe dos Investimentos em Associadas é como segue:

| | FIRMA | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
|---|---|---|---|
| | **MC** | | |
| | Insco Insular de Hipermercados, S.A. | 4.695 | 4.489 |
| | Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda. | 1.359 | 1.294 |
| | Sportessence - Sport Retail, S.A. | 287 | 301 |
| | | **6.341** | **6.084** |
| | **Sierra** | | |
| | 3shoppings - Holding, SGPS, S.A. | 12.226 | 11.687 |
| 1) | ALLOS, S.A. | 175.767 | 128.062 |
| | Area Sur Shopping, S.L. | 8.981 | 8.803 |
| | Atrium Bire, SIGI, S.A. | 4.205 | 4.335 |
| | Fundo Investimento Imobiliário Parque Dom Pedro Shopping Center ("FIIPDPSH") | 12.700 | 10.781 |
| | Fundo Investimento Imobiliário Shop. Parque Dom Pedro ("FIISHPDP") | 119.898 | 102.526 |
| | Iberia Shop.C. Venture Coöperatief U.A. ("Iberia Coop") | 15.055 | 15.159 |
| | Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl | 6.580 | 6.830 |
| | Olimpo Real Estate Portugal, SIGI, S.A. | 2.560 | 2.860 |
| | Olimpo Real Estate SOCIMI, S.A. | 7.199 | 7.476 |
| | Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings, B.V. ("Sierra BV") | 244.617 | 234.029 |
| | Sierra Portugal Feeder 1 | 2.461 | 1.711 |
| | Sierra Portugal Real Estate ("SPF") | 19.703 | 17.278 |
| | Via Catarina – SIC Imobiliária Fechada, S.A. | 6.832 | - |
| | Trivium Real Estate Socimi, S.A. | 25.825 | 26.119 |
| | Outros | 8.889 | 6.769 |
| | | **673.497** | **584.426** |
| | **BrightPixel** | | |
| | Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners II (Armilar II) | 58.035 | 57.991 |
| | Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners III (Armilar III) | 17.344 | 12.800 |
| | Fundo de Capital de Risco Espirito Santo Ventures Inovação e Internacionalização (AVP I+I) | 14.956 | 10.562 |
| | | **90.334** | **81.353** |
| | **Outros** | | |
| 2) | Iberian Sports Retail Group (ISRG) | - | 114.971 |
| | Mondarella GmbH | 2.976 | 2.807 |
| | NOS SGPS, S.A. | 806.652 | 848.205 |
| | BLUU GmbH | 4.841 | - |
| | Outros | 7.651 | - |
| | | **822.119** | **965.983** |
| | **Investimentos em associadas** | **1.592.291** | **1.637.846** |

1) A 6 de janeiro de 2023, foi concluída a operação de combinação de negócios entre a Aliansce Sonae Shopping Centers, S.A., apresentada em Investimentos em Associadas e a Br Malls Participações, S.A. classificada a 31 de dezembro de 2022 como Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral. Na sequência desta operação, o valor do investimento na Br Malls Participações, S.A. foi transferido para Investimentos em Associadas. A entidade alterou de nome para ALLOS, S.A.. e
2) Em outubro de 2023, o grupo concluiu a venda da totalidade da sua participação à JD Sports Fashion Plc;

## 3.2.2. Informação financeira resumida das participações financeiras

### 3.2.2.1 Empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos do Grupo pode ser analisada como segue:

| Empreendimentos conjuntos | 31 dez 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I) | Sohimeat, SA | Universo, IME | Outros |
| **Ativo** | | | | |
| Propriedades de investimento | 430.893 | - | - | - |
| Ativos fixos tangíveis | - | 15.097 | 112 | 324 |
| Ativos intangíveis | - | 5 | 12.756 | 34 |
| Direitos de uso | - | 5.147 | 566 | 88 |
| Investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas | - | - | - | 22 |
| Ativos por impostos diferidos | - | 1.248 | 7.456 | 3 |
| Outros ativos não correntes | 17.656 | 51 | 47 | 1 |
| **Ativo não corrente** | **448.549** | **21.547** | **20.937** | **473** |
| Clientes | - | 53.438 | 381.122 | 643 |
| Caixa e equivalentes a caixa | 39.249 | 261 | 31.282 | 861 |
| Outros ativos correntes | 80.817 | 4.941 | 11.713 | 270 |
| **Ativo corrente** | **120.067** | **58.640** | **424.118** | **1.774** |
| **Total do ativo** | **568.615** | **80.187** | **445.055** | **2.247** |

| Empreendimentos conjuntos | 31 dez 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I) | Sohimeat, SA | Universo, IME | Outros |
| **Passivo** | | | | |
| Empréstimos obtidos | 168.621 | - | - | - |
| Provisões | - | - | - | 11 |
| Outros passivos não correntes | 33.805 | 5.408 | 360.212 | 69 |
| **Passivos não correntes** | **202.426** | **5.408** | **360.212** | **80** |
| Empréstimos obtidos | 1.157 | - | - | 1 |
| Fornecedores | - | 62.455 | 4.660 | 413 |
| Outros passivos correntes | 39.461 | 5.969 | 12.870 | 453 |
| **Passivos correntes** | **40.618** | **68.424** | **17.530** | **867** |
| **Total do passivo** | **243.044** | **73.832** | **377.742** | **947** |
| Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe | 325.571 | 6.355 | 67.312 | 1.300 |
| **Total do capital próprio** | **325.571** | **6.355** | **67.312** | **1.300** |
| **Total do capital próprio e do passivo** | **568.615** | **80.187** | **445.055** | **2.247** |

| Empreendimentos conjuntos | 31 dez 2022 | | |
|---|---|---|---|
| | Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I) | Sohimeat, SA | Outros |
| **Ativos** | | | |
| Propriedades de investimento | 450.913 | - | 2 |
| Ativos fixos tangíveis | - | 15.641 | 269 |
| Ativos intangíveis | - | - | 40 |
| Direitos de uso | - | 6.136 | 84 |
| Investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas | - | - | 23 |
| Ativos por impostos diferidos | - | - | 3 |
| Outros ativos não correntes | 12.586 | 1.554 | - |
| **Ativo não corrente** | **463.499** | **23.331** | **421** |
| Clientes | - | - | 177 |
| Caixa e equivalentes a caixa | 38.957 | 361 | 632 |
| Outros ativos correntes | 44.688 | 50.551 | 738 |
| **Ativo corrente** | **83.645** | **50.911** | **1.547** |
| **Total do ativo** | **547.144** | **74.242** | **1.487** |

| Empreendimentos conjuntos | 31 dez 2022 | | |
|---|---|---|---|
| | Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I) | Sohimeat, SA | Outros |
| **Passivos** | | | |
| Empréstimos obtidos | 74.136 | - | - |
| Provisões | - | - | 11 |
| Outros passivos não correntes | 92.588 | 6.747 | 67 |
| **Passivos não correntes** | **166.724** | **6.747** | **78** |
| Empréstimos obtidos | 110.574 | - | - |
| Fornecedores | - | - | 150 |
| Outros passivos correntes | 54.999 | 61.432 | 611 |
| **Passivos correntes** | **165.573** | **61.432** | **761** |
| **Total do passivo** | **332.297** | **68.179** | **838** |
| Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe | 214.847 | 6.063 | 1.130 |
| **Total do capital próprio** | **214.847** | **6.063** | **1.130** |
| **Total do capital próprio e do passivo** | **547.144** | **74.242** | **1.487** |

| Empreendimentos conjuntos | 31 dez 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I) | Sohimeat, SA | Universo, IME | Outros |
| Volume de negócios | 78.563 | 408.035 | 38.415 | 3.704 |
| Variação do JV das propriedades de investimento | 7.759 | - | - | - |
| Outros rendimentos operacionais | 1.669 | 9.462 | 1.655 | 44 |
| **Receitas totais** | **87.990** | **417.497** | **40.069** | **3.748** |
| Custo das vendas | - | (383.037) | - | (527) |
| Fornecimentos e serviços externos | (31.670) | (14.185) | (41.974) | (1.399) |
| Amortizações | (248) | (5.422) | (1.779) | (108) |
| Gastos com pessoal | - | (11.372) | (7.375) | (1.450) |
| Outros gastos operacionais | (14.293) | (77) | (21.631) | (78) |
| **Gastos e perdas** | **(46.210)** | **(414.092)** | **(72.758)** | **(3.562)** |
| Rendimentos e ganhos financeiros | 492 | 4 | 6.594 | 8 |
| Gastos e perdas financeiros | (12.803) | (1.777) | (2.657) | (6) |
| **Resultados financeiros** | **(12.311)** | **(1.773)** | **3.937** | **2** |
| Resultados relativos a empreendimentos conjuntos, empresas associadas e empresas participadas | 1.951 | - | - | - |
| Imposto sobre o rendimento | 43.168 | (287) | 6.011 | (17) |
| **Resultado líquido consolidado do exercício** | **74.589** | **1.345** | **(22.741)** | **170** |
| Resultado relativo empresas descontinuadas | - | - | - | - |
| **Resultado líquido consolidado do exercício** | **74.589** | **1.345** | **(22.741)** | **170** |
| Atribuível a: | | | | |
| Acionistas da empresa mãe | 74.589 | 1.345 | (22.741) | 170 |
| Interesses que não controlam | - | - | - | - |
| | **74.589** | **1.345** | **(22.741)** | **170** |

| Empreendimentos conjuntos | 31 dez 2022 | | |
|---|---|---|---|
| | Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I) | Sohimeat, SA | Outros |
| Volume de negócios | 71.356 | 359.535 | 3.555 |
| Variação do JV das propriedades de investimento | (11.703) | - | - |
| Outros rendimentos operacionais | 1.148 | 1.001 | 42 |
| **Receitas totais** | **60.800** | **360.536** | **3.597** |
| Custo das vendas | - | (329.244) | (500) |
| Fornecimentos e serviços externos | (30.661) | (14.164) | (1.414) |
| Amortizações | (191) | (5.094) | (81) |
| Gastos com pessoal | - | - | (379) |
| Outros gastos operacionais | (16.520) | (9.898) | (1.200) |
| **Gastos e perdas** | **(47.372)** | **(358.401)** | **(3.575)** |
| Rendimentos e ganhos financeiros | 28 | - | - |
| Gastos e perdas financeiros | (6.664) | (962) | (3) |
| **Resultados financeiros** | **(6.636)** | **(962)** | **(3)** |
| Resultados relativos a empreendimentos conjuntos, empresas associadas e empresas participadas | (325) | - | - |
| Imposto sobre o rendimento | (1.596) | (66) | (9) |
| **Resultado líquido consolidado do exercício** | **4.873** | **1.108** | **11** |
| Resultado relativo empresas descontinuadas | - | - | - |
| **Resultado líquido consolidado do exercício** | **4.873** | **1.108** | **11** |
| Atribuível a: | | | |
| Acionistas da empresa mãe | 4.873 | 1.108 | 11 |
| Interesses que não controlam | - | - | - |
| | **4.873** | **1.108** | **11** |

Em 31 de dezembro de 2023, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos da Sierra pode ser analisada como segue:

| Empreendimentos conjuntos | 31 dez 2023 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I) | | | | |
| | Investimento | | "Developments" | Serviços | Total |
| | Empresas detidas pela Sierra BV | Outros | | | |
| **Ativos** | | | | | |
| Propriedades de investimento | 399.315 | 26.182 | 5.396 | - | 430.893 |
| Outros ativos não correntes | 365 | 16.155 | 130 | 1.005 | 17.656 |
| **Ativo não corrente** | **399.680** | **42.336** | **5.526** | **1.005** | **448.549** |
| Clientes | | | - | | |
| Caixa e equivalentes a caixa | 34.488 | 1.308 | 280 | 3.173 | 39.249 |
| Outros ativos correntes | 5.626 | 33.534 | 36.319 | 5.338 | 80.817 |
| **Ativo corrente** | **40.114** | **34.843** | **36.599** | **8.511** | **120.067** |
| **TOTAL DO ATIVO** | **439.794** | **77.179** | **42.125** | **9.517** | **568.615** |
| **Passivos** | | | | | |
| Empréstimos obtidos | 154.721 | 13.899 | - | - | 168.621 |
| Outros passivos não correntes | 16.236 | 15.770 | 1.108 | 691 | 33.805 |
| **Passivos não correntes** | **170.958** | **29.670** | **1.108** | **691** | **202.426** |
| Empréstimos obtidos | 868 | 289 | - | - | 1.157 |
| Outros passivos correntes | 14.693 | 18.802 | 580 | 5.386 | 39.461 |
| **Passivos correntes** | **15.562** | **19.090** | **580** | **5.386** | **40.618** |
| **Total do passivo** | **186.519** | **48.760** | **1.688** | **6.076** | **243.044** |
| Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe | 253.275 | 28.419 | 40.438 | 3.440 | 325.571 |
| **Total do capital próprio** | **253.275** | **28.419** | **40.438** | **3.440** | **325.571** |
| **TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO** | **439.794** | **77.179** | **42.126** | **9.517** | **568.615** |

| Empreendimentos conjuntos | 31 dez 2022 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I) | | | | |
| | Investimento | | | | |
| | Empresas detidas pela Sierra BV | Outros | "Developments" | Serviços | Total |
| **Ativos** | | | | | |
| Propriedades de investimento | 435.493 | 10.024 | 5.396 | - | 450.913 |
| Outros ativos não correntes | 146 | 11.594 | 124 | 722 | 12.586 |
| **Ativo não corrente** | **435.639** | **21.618** | **5.520** | **722** | **463.498** |
| Clientes | - | - | - | - | - |
| Caixa e equivalentes a caixa | 35.561 | 1.434 | 55 | 1.907 | 38.957 |
| Outros ativos correntes | 8.320 | 31.616 | 28 | 4.724 | 44.688 |
| **Ativo corrente** | **43.880** | **33.049** | **83** | **6.631** | **83.645** |
| **TOTAL DO ATIVO** | **479.519** | **54.668** | **5.603** | **7.353** | **547.144** |
| **Passivos** | | | | | |
| Empréstimos obtidos | 73.557 | 579 | - | - | 74.136 |
| Outros passivos não correntes | 74.058 | 16.749 | 1.101 | 680 | 92.588 |
| **Passivos não correntes** | **147.615** | **17.328** | **1.101** | **680** | **166.724** |
| Empréstimos obtidos | 105.774 | 4.800 | - | - | 110.574 |
| Outros passivos correntes | 39.709 | 11.527 | 56 | 3.707 | 54.999 |
| **Passivos correntes** | **145.483** | **16.327** | **56** | **3.707** | **165.573** |
| **Total do passivo** | **293.098** | **33.655** | **1.157** | **4.386** | **332.297** |
| Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe | 186.422 | 21.013 | 4.446 | 2.966 | 214.847 |
| Interesses que não controlam | - | - | - | - | - |
| **Total do capital próprio** | **186.422** | **21.013** | **4.446** | **2.966** | **214.847** |
| **TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO** | **479.520** | **54.668** | **5.603** | **7.353** | **547.144** |

| Empreendimentos conjuntos | 31 dez 2023 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I) | | | | |
| | Investimento | | | | |
| | Empresas detidas pela Sierra BV | Outros | "Developments" | Serviços | Total |
| Volume de negócios | 59.354 | 3.616 | - | 15.593 | 78.563 |
| Variação de valor das propriedades de investimento | 7.759 | - | - | - | 7.759 |
| Outros rendimentos operacionais | 1.074 | 262 | - | 332 | 1.669 |
| **Receitas totais** | **68.187** | **3.878** | **-** | **15.926** | **87.990** |
| Fornecimentos e serviços externos | (24.325) | (3.274) | 1.642 | (5.713) | (31.670) |
| Amortizações | (1) | (30) | - | (217) | (248) |
| Outros gastos operacionais | (1.753) | (1.056) | (2.044) | (9.439) | (14.293) |
| **Gastos e perdas** | **(26.079)** | **(4.361)** | **(402)** | **(15.369)** | **(46.210)** |
| Resultados financeiros | (10.171) | (2.110) | - | (30) | (12.311) |
| Resultados relativos a empreendimentos conjuntos e empresas associadas | - | 1.969 | - | (18) | 1.951 |
| Imposto sobre o rendimento | 43.411 | (17) | - | (226) | 43.168 |
| **Resultado líquido consolidado do exercício** | **75.347** | **(640)** | **(402)** | **283** | **74.589** |
| Atribuível a: | | | | | |
| Acionistas da empresa mãe | 75.347 | (640) | (402) | 283 | 74.589 |
| Interesses que não controlam | - | - | - | - | - |
| | **75.347** | **(640)** | **(402)** | **283** | **74.589** |

| Empreendimentos conjuntos | 31 dez 2022 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I) | | | | |
| | Investimento | | | | |
| | Empresas detidas pela Sierra BV | Outros | "Developments" | Serviços | Total |
| Volume de negócios | 53.781 | 3.527 | - | 14.048 | 71.356 |
| Variação de valor das propriedades de investimento | (9.513) | (2.190) | - | - | (11.703) |
| Outros rendimentos operacionais | 348 | 188 | - | 611 | 1.148 |
| **Receitas totais** | **44.616** | **1.525** | **-** | **14.658** | **60.800** |
| Fornecimentos e serviços externos | (22.044) | (3.008) | (130) | (5.480) | (30.661) |
| Amortizações | (2) | - | - | (189) | (191) |
| Outros gastos operacionais | (2.319) | (4.829) | (1.758) | (7.612) | (16.518) |
| **Gastos e perdas** | **(24.364)** | **(7.837)** | **(1.889)** | **(13.281)** | **(47.370)** |
| Resultados financeiros | (5.186) | (1.436) | - | (14) | (6.636) |
| Resultados relativos a empreendimentos conjuntos e empresas associadas | - | (325) | - | - | (325) |
| Imposto sobre o rendimento | (1.129) | 38 | - | (505) | (1.596) |
| **Resultado líquido consolidado do exercício** | **13.937** | **(8.034)** | **(1.889)** | **859** | **4.873** |
| Atribuível a: | | | | | |
| Acionistas da empresa mãe | 13.937 | (8.034) | (1.889) | 859 | 4.873 |
| Interesses que não controlam | - | - | - | - | - |
| | **13.937** | **(8.034)** | **(1.889)** | **859** | **4.873** |

A reconciliação da informação financeira com o valor registado nos empreendimentos conjuntos pode ser analisada como segue:

| Empreend. conjuntos | 31 dez 2023 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capitais próprios | Percentagem de detenção | Quota parte dos ativos líquidos | Goodwill reconhecido na participação financeira | Transf. para detidos para venda | Outros efeitos | Participação financeira |
| Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I) | 325.571 | 50% | 162.786 | 3.813 | - | (1.079) | 165.519 |
| Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, S.A. | 6.355 | 50% | 3.178 | - | - | 372 | 3.550 |
| Universo IME | 67.312 | 50% | 33.656 | - | - | 5.981 | 39.637 |
| Outros | 1.300 | 50% | 650 | 124 | - | 13 | 786 |
| | | | | | | | **209.493** |

| Empreend. conjuntos | 31 dez 2022 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capitais próprios | Percentagem de detenção | Quota parte dos ativos líquidos | Goodwill reconhecido na participação financeira | Transf. para detidos para venda | Outros efeitos | Participação financeira |
| Empreendimentos conjuntos da Sierra (Anexo I) | 214.847 | 50% | 107.423 | 3.813 | - | (1.715) | 109.521 |
| Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, S.A. | 6.063 | 50% | 3.031 | - | - | 372 | 3.404 |
| Outros | 1.130 | 50% | 565 | 124 | - | 13 | 701 |
| | | | | | | | **113.626** |

### 3.2.2.2 Associadas

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a informação financeira resumida das empresas associadas do Grupo pode ser analisada como segue:

| Associadas | 31 dez 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | % de participação | Ativo | Passivo | Capitais Próprios |
| **MC** | | | | |
| Sempre a Postos | 25,00% | 7.281 | 1.848 | 5.433 |
| Insco | 10,00% | 107.877 | 63.490 | 44.387 |
| Sportessence | 10,00% | 3.048 | 1.229 | 1.819 |
| **Sonae SGPS** | | | | |
| NOS (Nota 2.2.2) | 37,37% | 3.468.980 | 2.474.293 | 994.687 |
| Mondarella | 47,50% | 1.290 | 5.368 | (4.078) |
| **Associadas da Sierra** | | 9.754.162 | 4.114.620 | 5.639.541 |
| **Bright Pixel** | | | | |
| Armilar II | 47,78% | 185.304 | 153 | 185.151 |
| Armilar III | 45,52% | 49.643 | 2.008 | 47.636 |
| Armilar I+I | 38,25% | 61.100 | 4 | 61.096 |

| Associadas | 31 dez 2023 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | % de participação | Receitas | JV do valor das propriedades de investimento | Resultados Operacionais | Resultado Líquido |
| **MC** | | | | | |
| Sempre a Postos | 25,00% | 5.333 | - | 4.206 | 3.180 |
| Insco | 10,00% | 169.456 | - | 3.736 | 3.425 |
| Sportessence | 10,00% | 6.442 | - | 640 | 643 |
| **Sonae SGPS** | | | | | |
| NOS (Nota 2.2.2) | 37,37% | 1.597.454 | - | 264.212 | 181.334 |
| Mondarella | 47,50% | 166 | - | (3.240) | (3.240) |
| **Associadas da Sierra** | | 882.168 | 217.074 | 821.816 | 554.920 |
| **Bright Pixel** | | | | | |
| Armilar II | 47,78% | - | - | (159) | (159) |
| Armilar III | 45,52% | 14.106 | - | 13.942 | 13.942 |
| Armilar I+I | 38,25% | 18.738 | - | 18.625 | 18.625 |

| Associadas | 31 dez 2022 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | % de participação | Ativo | Passivo | Capitais Próprios |
| **MC** | | | | |
| Sempre a Postos | 25,00% | 6.618 | 1.444 | 5.174 |
| Insco | 10,00% | 115.057 | 71.122 | 43.935 |
| Sportessence | 10,00% | 5.577 | 2.370 | 3.207 |
| **Sonae SGPS** | | | | |
| ISRG | 30,00% | 712.487 | 409.841 | 302.647 |
| NOS | 37,37% | 3.463.324 | 2.410.981 | 1.052.343 |
| Mondarella | 40,00% | 2.592 | 3.416 | (824) |
| **Associadas da Sierra** | | 6.740.147 | 2.997.801 | 3.742.347 |
| **Bright Pixel** | | | | |
| Armilar II | 47,78% | 185.373 | 63 | 185.310 |
| Armilar III | 45,52% | 37.025 | 3.332 | 33.693 |
| Armilar I+I | 38,25% | 42.480 | 9 | 42.471 |

| Associadas | 31 dez 2022 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | % de participação | Receitas | JV do valor das propriedades de investimento | Resultados Operacionais | Resultado Líquido |
| **MC** | | | | | |
| Sempre a Postos | 25,00% | 5.441 | - | 3.870 | 2.921 |
| Insco | 10,00% | 231.363 | - | 5.283 | 4.377 |
| Sportessence | 10,00% | 9.152 | - | 1.202 | 1.012 |
| **Sonae SGPS** | | | | | |
| ISRG | 30,00% | 900.218 | - | 417.650 | 57.838 |
| NOS | 37,37% | 1.521.007 | - | 270.208 | 224.444 |
| Mondarella | 40,00% | 336 | - | (1.036) | (1.036) |
| **Associadas da Sierra** | | 560.628 | (157.572) | 194.335 | 116.645 |
| **Bright Pixel** | | | | | |
| Armilar II | 47,78% | 2.469 | - | 2.283 | 2.283 |
| Armilar III | 45,52% | (13.124) | - | (13.173) | (13.182) |
| Armilar I+I | 38,25% | - | - | (18.954) | (18.954) |

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a informação financeira resumida das associadas da Sierra pode ser analisada como segue:

| Associadas da Sierra | 31 dez 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | % de participação | Ativo | Passivo | Capitais Próprios |
| 3shoppings | 20,00% | 114.979 | 53.850 | 61.129 |
| Allos | 5,72% | 5.021.022 | 1.947.370 | 3.073.652 |
| Área Sur | 15,00% | 134.382 | 74.511 | 59.871 |
| Atrium Bire, SIGI, S.A. | 3,75% | 214.889 | 102.754 | 112.134 |
| Douro Riverside Hotel, S.A. | 37,50% | 6.565 | 1.597 | 4.968 |
| Feeder | 7,45% | 34.440 | 1.404 | 33.036 |
| FIIPDPS | 7,97% | 159.965 | 556 | 159.409 |
| FIIPSDP | 31,52% | 401.936 | 21.500 | 380.436 |
| Iberia Coop | 10,00% | 202.806 | 56.288 | 146.518 |
| Le Terrazze | 10,00% | 133.195 | 72.839 | 60.355 |
| Mercado Urbano | 20,00% | 15.106 | 8.248 | 6.858 |
| Olimpo Retail Germany, S.A. | 3,00% | 116.277 | 9.963 | 106.314 |
| ORES | 3,75% | 369.056 | 177.054 | 192.002 |
| Serra Shopping | 0,00% | 33.928 | 9.647 | 24.281 |
| Sierra fund | 25,10% | 1.923.912 | 1.102.929 | 820.983 |
| SIGI | 5,13% | 91.902 | 42.005 | 49.898 |
| Signal Alpha Republica I, S.A. | 5,00% | 40.739 | 36.170 | 4.569 |
| Signal Alpha Republica II, S.A. | 5,00% | 9.834 | 9.336 | 498 |
| SPF | 22,50% | 87.762 | 189 | 87.573 |
| Trivium | 12,44% | 538.255 | 330.578 | 207.676 |
| Via Catarina – SIC Imobiliária Fechada, S.A. | 25,05% | 52.110 | 24.837 | 27.274 |
| Zenata | 11,00% | 51.102 | 30.996 | 20.106 |

| Associadas da Sierra | 31 dez 2023 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | % de participação | Receitas | JV do valor das propriedades de investimento | Resultados Operacionais | Resultado Líquido |
| 3shoppings | 20,00% | 14.769 | 628 | 8.239 | 4.792 |
| Allos | 5,72% | 537.991 | 178.627 | 536.087 | 315.540 |
| Área Sur | 15,00% | 12.808 | 1.587 | 8.585 | 5.180 |
| Atrium Bire, SIGI, S.A. | 3,75% | 12.335 | (4.829) | 2.479 | (1.093) |
| Douro Riverside Hotel, S.A. | 37,50% | 120 | - | 96 | 88 |
| Feeder | 7,45% | - | - | 11.484 | 11.107 |
| FIIPDPS | 7,97% | 6.131 | 7.229 | 23.694 | 24.026 |
| FIIPSDP | 31,52% | 30.440 | 30.267 | 56.288 | 57.049 |
| Iberia Coop | 10,00% | 23.872 | (2.620) | 11.347 | 7.987 |
| Le Terrazze | 10,00% | 12.564 | (660) | 5.166 | 1.981 |
| Mercado Urbano | 20,00% | 2.267 | - | 690 | 390 |
| Olimpo Retail Germany, S.A. | 3,00% | - | - | (1.180) | (1.186) |
| ORES | 3,75% | 24.457 | (6.337) | 12.823 | 7.402 |
| Serra Shopping | 0,00% | 3.418 | 1 | 1.758 | 1.264 |
| Sierra fund | 25,10% | 153.472 | 17.081 | 120.818 | 72.948 |
| SIGI | 5,13% | 5.236 | (3.379) | 839 | (890) |
| SPF | 22,50% | - | - | (980) | 29.676 |
| Trivium | 12,44% | 37.933 | (1.075) | 21.270 | 14.199 |
| Via Catarina – SIC Imobiliária Fechada, S.A. | 25,05% | - | 554 | 554 | 3.779 |
| Zenata | 11,00% | 4.354 | - | 1.756 | 682 |

| Associadas da Sierra | 31 dez 2022 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | % de participação | Ativo | Passivo | Capitais Proprios |
| 3shoppings | 20,00% | 118.021 | 53.463 | 64.558 |
| Área Sur | 15,00% | 121.104 | 70.375 | 50.729 |
| Le Terrazze | 10,00% | 130.120 | 71.117 | 59.002 |
| Iberia Coop | 10,00% | 195.574 | 55.509 | 140.066 |
| SPF | 22,50% | 76.800 | 270 | 76.530 |
| Feeder | 7,45% | 30.080 | 995 | 29.084 |
| SIGI | 5,13% | 79.120 | 25.548 | 53.572 |
| ORES | 3,75% | 389.647 | 181.417 | 208.231 |
| Serra Shopping | 5,00% | 36.139 | 14.878 | 21.260 |
| Trivium | 12,40% | 540.073 | 330.942 | 209.131 |
| Aliansce | 6,30% | 1.966.637 | 662.758 | 1.303.879 |
| FIIPDPS | 7,97% | 126.506 | 425 | 126.080 |
| FIIPSDP | 31,52% | 318.632 | 13.210 | 305.423 |
| Sierra Cevital | 49,00% | - | - | - |
| Zenata | 11,00% | 53.485 | 34.239 | 19.246 |
| Sierra fund | 25,10% | 1.877.160 | 1.114.583 | 762.578 |
| Mercado Urbano | 20,00% | 15.310 | 9.183 | 6.127 |
| Signal Alpha Republica I, S.A. | 5,00% | 27.559 | 21.050 | 6.508 |
| Signal Alpha Republica II, S.A. | 5,00% | 5.228 | 3.994 | 1.233 |

| Associadas da Sierra | 31 dez 2022 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | % de participação | Receitas | JV do valor das propriedades de investimento | Resultados Operacionais | Resultado Líquido |
| 3shoppings | 20,00% | 10.724 | 3.325 | 7.849 | 5.724 |
| Área Sur | 15,00% | 10.035 | 1.643 | 7.236 | 4.029 |
| Le Terrazze | 10,00% | 9.642 | (1.894) | 3.319 | 920 |
| Iberia Coop | 10,00% | 19.985 | (298) | 11.032 | 8.042 |
| SPF | 22,50% | - | - | (330) | 5.366 |
| Feeder | 7,45% | - | - | 1.968 | 1.542 |
| SIGI | 5,13% | 2.807 | 2.945 | 4.768 | 4.287 |
| ORES | 3,75% | 22.823 | 5.482 | 22.327 | 16.845 |
| Serra Shopping | 5,00% | 3.920 | 443 | 2.342 | 1.628 |
| Trivium | 12,40% | 31.828 | 3.549 | 21.819 | 17.391 |
| Aliansce | 6,30% | 151.036 | (36.600) | 55.111 | 34.445 |
| FIIPDPS | 7,97% | 3.401 | (3.787) | (4.608) | (4.561) |
| FIIPSDP | 31,52% | 16.884 | (30.877) | (16.698) | (16.577) |
| Sierra Cevital | 49,00% | - | - | - | - |
| Zenata | 11,00% | 3.687 | - | 1.050 | 190 |
| Sierra fund | 25,10% | 103.664 | 9.779 | 73.374 | 40.813 |
| Mercado Urbano | 20,00% | 1.457 | - | 216 | 71 |
| Signal Alpha Republica I, S.A. | 5,00% | 2.055 | - | 1.024 | (43) |
| Signal Alpha Republica II, S.A. | 5,00% | 448 | - | 195 | (6) |

A reconciliação da informação financeira com o valor registado em associadas pode ser analisada como segue:

| Associadas | 31 dez 2023 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capitais próprios | Percentagem de detenção | Quota parte dos ativos líquidos | Goodwill reconhecido na participação financeira | Outros efeitos | Participação financeira |
| **MC** | | | | | | |
| Sempre a Postos | 5.433 | 25,00% | 1.358 | - | 1 | 1.359 |
| Insco | 44.387 | 10,00% | 4.439 | - | 257 | 4.695 |
| Sportessence | 1.819 | 10,00% | 182 | - | 105 | 287 |
| **Sonae** | | | | | | |
| NOS | 994.687 | 37,37% | 371.715 | 557.970 | (123.033) | 806.652 |
| Mondarella | (4.078) | 47,50% | (1.937) | 2.988 | 1.925 | 2.976 |
| **Associadas da Sierra** | 5.639.541 | | 634.940 | 43.746 | (5.190) | 673.497 |
| **BrightPixel** | | | | | | |
| Armilar II | 185.151 | 47,78% | 77.679 | - | (19.644) | 58.035 |
| Armilar III | 47.636 | 45,52% | 12.802 | - | 4.542 | 17.344 |
| Armilar I+I | 61.096 | 38,25% | 10.561 | - | 4.394 | 14.956 |
| Outros | | | | | | 12.491 |
| | | | | | | **1.592.291** |

| Associadas | 31 dez 2022 Reexpresso | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capitais próprios | Percentagem de detenção | Quota parte dos ativos líquidos | Goodwill reconhecido na participação financeira | Outros efeitos | Participação financeira |
| **MC** | | | | | | |
| Sempre a Postos | 5.174 | 25,00% | 1.294 | - | 1 | 1.294 |
| Insco | 43.935 | 10,00% | 4.393 | - | 95 | 4.489 |
| Sportessence | 3.207 | 10,00% | 321 | - | (20) | 301 |
| **Sonae** | | | | | | |
| ISRG | 302.647 | 30,00% | 90.794 | 36.017 | (11.840) | 114.971 |
| NOS | 1.052.343 | 37,37% | 393.261 | 557.970 | (103.026) | 848.205 |
| Mondarella | (824) | 40,00% | (330) | 2.988 | 149 | 2.807 |
| **Associadas da Sierra** | 3.742.350 | | 545.877 | 43.746 | (5.196) | 584.427 |
| **BrightPixel** | | | | | | |
| Armilar II | 185.310 | 47,78% | 10.561 | - | 47.429 | 57.991 |
| Armilar III | 35.158 | 45,52% | 77.679 | - | (64.879) | 12.800 |
| Armilar I+I | 43.146 | 38,25% | 12.802 | - | (2.240) | 10.562 |
| | | | | | | **1.637.846** |

O Armilar II inclui uma participação de Information Technology enquadrada no nível 3 com valor contabilístico de aproximadamente 185 milhões de euros.

O Armilar III e o Armilar I+I incluem uma participação enquadrada no nível 3 com valor contabilístico aproximadamente de 49 milhões de euros e 61 milhões de euros, respetivamente (32 milhões de euros e 42 milhões de euros em 2022).

## 3.2.3. Movimento ocorrido durante o exercício

### 3.2.3.1 Empreendimentos conjuntos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empreendimentos conjuntos, foi o seguinte:

| Investimentos em empreendimentos conjuntos | 31 dez 2023 | | | 31 dez 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor proporção nos capitais próprios | Goodwill | Total do investimento | Valor proporção nos capitais próprios | Goodwill | Total do investimento |
| Saldo em 1 de Janeiro | 110.804 | 2.822 | 113.626 | 654.216 | 90.350 | 744.566 |
| Transferência para subsidiárias (Nota 1.3.1) | - | - | - | (5.755) | - | (5.755) |
| Transferência para detidos para venda | | | - | - | - | - |
| Transferência de subsidiárias (Nota 1.3.2) | 41.426 | - | 41.426 | - | - | - |
| Amortização das ações detidas com recebimento em espécie (Nota 3.2.3.2) | - | - | - | (549.264) | (87.528) | (636.792) |
| Aumentos de capital no exercício | 36.817 | - | 36.817 | 4.183 | - | 4.183 |
| Aquisições no exercício | 1.842 | - | 1.842 | 8.874 | - | 8.874 |
| Devolução do capital investido | - | - | - | (11.074) | - | (11.074) |
| Equivalência patrimonial: | | | | | | - |
| Efeito em ganhos e perdas relativas a empreendimentos conjuntos | 35.798 | - | 35.798 | 54.181 | - | 54.181 |
| Dividendos distribuídos | (8.822) | - | (8.822) | (6.752) | - | (6.752) |
| Efeito em capitais próprios e interesses sem controlo | (15) | - | (15) | (180) | - | (180) |
| Outros | 636 | - | 636 | (37.625) | - | (37.625) |
| | **206.670** | **2.822** | **209.493** | **110.804** | **2.822** | **113.626** |

A rubrica transferência de subsidiárias no montante de 41 milhões de euros, refere-se à Universo IME, cuja participação de 50% foi vendida no final de 2023 ao Bankinter (Nota 1.3.2).

A 28 de setembro de 2022, a Sonaecom efetuou uma amortização das ações detidas na ZOPT com o recebimento em espécie de uma participação na NOS. O investimento qualifica-se como investimentos em associadas. Na sequência desta operação foram transferidos 637 milhões de euros do valor de investimento contabilizado em empreendimentos conjuntos e 186 milhões de euros do investimento na NOS que se encontrava contabilizado em investimento em ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a rubrica 'Outros' inclui 37.625 milhares de euros referentes ao pagamento pela ZOPT na sequência da operação de amortizações de ações.

A Sonae SGPS, S.A. concluiu no último trimestre de 2022 a transação de alienação da participação de 50% na MDS SGPS, S.A. à Ardonagh Global Partners – Project Macau, Unipessoal, Lda., uma entidade detida integralmente por The Ardonagh Group Limited ("The Ardonagh Group"), que gerou uma mais valia de 83.003 milhares de euros registada na rubrica de "Rendimentos e perdas relativas a empreendimentos conjuntos".

### Sierra

Em junho de 2023, a subsidiária Sierra Developments Holdings B.V adquiriu 50% do capital do empreendimento conjunto Smartsecrets, S.A. por 3 milhares de euros.

Em dezembro de 2023, a subsidiária Sierra Retail Ventures, B.V (o grupo detém 50,1% da empresa) vendeu uma participação da Via Catarina – SIC Imobiliária, S.A. de 24,95%, a 11 investidores e o restante capital da Subsidiária Sierra Investments Holdings B.V. (o grupo detém 100% da empresa). Após esta transação, o grupo detém diretamente 25,5% da empresa que passa a ser reportada como associada, com o montante de 11.815 milhares de euros.

O efeito em capitais próprios e interesses que não controlam resulta fundamentalmente do efeito de conversão cambial das associadas da Sierra com moeda funcional diferente do euro.

### 3.2.3.2 Investimentos em associadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em associadas, foi o seguinte:

| | 31 dez 2023 | | | 31 dez 2022 Reexpresso | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Investimentos em associadas | Valor proporção nos capitais próprios | Goodwill | Total do investimento | Valor proporção nos capitais próprios | Goodwill | Total do investimento |
| Saldo em 1 de Janeiro | 1.360.478 | 277.368 | 1.637.846 | 689.793 | 80.292 | 770.084 |
| Aumentos de capital no exercício | 2.307 | - | 2.307 | 16.778 | - | 16.778 |
| Aquisições durante o exercício | 15.858 | - | 15.858 | 29.463 | - | 29.463 |
| Amortização das ações detidas com recebimento em espécie (Nota 3.2.3.1) | - | - | - | 549.264 | 87.528 | 636.792 |
| Transferência de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 29.995 | - | 29.995 | 75.785 | 109.889 | 185.674 |
| Transferência de ativos financeiros ao justo valor através de resultados | - | - | - | 5.345 | - | 5.345 |
| Transferência de empreendimentos conjuntos | 5.919 | - | 5.919 | - | - | - |
| Diminuições de capital no exercício | (2.334) | - | (2.334) | (4.236) | - | (4.236) |
| Alienações do exercício | (88.766) | (36.017) | (124.783) | (40) | - | (40) |
| Devolução do capital investido | - | - | - | (15.436) | - | (15.436) |
| Equivalência patrimonial: | | | | | | |
| Efeito em ganhos e perdas relativas a associadas | 149.355 | - | 149.355 | 60.571 | - | 60.571 |
| Dividendos distribuídos | (105.590) | - | (105.590) | (27.026) | - | (27.026) |
| Efeito em capitais próprios e interesses sem controlo | (12.892) | - | (12.892) | 19.316 | (340) | 18.976 |
| Imparidade em associadas | (3.391) | - | (3.391) | - | - | - |
| Outros | - | - | - | (39.099) | - | (39.099) |
| | **1.350.940** | **241.351** | **1.592.291** | **1.360.478** | **277.368** | **1.637.846** |

A rubrica “Alienações do exercício” inclui 124 milhões de euros relativos à alienação da totalidade da participação que o grupo detinha na Iberian Sports Retail Group, S.L., pelo montante de 300 milhões de euros (Nota 1.2) tendo gerado uma mais valia de 168 milhões de euros e efetuada a reciclagem do justo valor reconhecido em exercícios anteriores em capital próprio no montante de 8,3 milhões de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a rúbrica “Dividendos distribuídos” inclui o montante de 82,8 milhões de euros referentes à distribuição de dividendos da NOS e 21,7 milhões de euros referente à distribuição de lucros nas associadas do segmento operacional Sierra.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a rubrica ‘Devolução do capital investido’, inclui 15.234 milhares de euros referentes à devolução de capital investido pela Armilar III e 202 milhares de euros referentes à devolução de capital investido pela Armilar I+I.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a rubrica ‘Outros’ inclui 18.666 milhares de euros relativos à distribuição de capital efetuada na sequência da venda de uma participação detida pelo Fundo Armilar III, 19.643 milhares de euros relativos á distribuição de capital da Armilar II.

Tal como mencionado acima, na sequência da resolução do Acordo Parassocial que regia as relações entre as acionistas da ZOPT, SGPS, S.A. – a própria Sonaecom, a Unitel International Holdings, BV e a Kento Holding Limited, o grupo passou a exercer influência significativa sobre a NOS, e de acordo com a IAS 28, os investimentos sobre esta empresa, classificados até ao 3.º trimestre de 2022 como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, representativas de 10,78% das ações a 30 de setembro de 2022, foram transferidos para Investimentos em associadas (186 milhões de euros).

A reclassificação do investimento por constituir uma aquisição por fase de uma associada gerou um Goodwill no valor de 109,9 milhões de euros, após finalização do *purchase price allocation* em 2023.

Tal como disposto na IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresarias, foi efetuada uma avaliação dos do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos.

O detalhe dos ativos líquidos apurados a 30 de setembro de 2022 é como segue:

| Montantes expressos em milhares de euros | Valor contabilístico | Ajustamentos para o justo valor | Justo valor |
|---|---|---|---|
| **Ativos adquiridos** | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 1.088.464 | - | 1.088.464 |
| Ativos intangíveis | 565.762 | - | 565.762 |
| Encargos de clientes com clientes | 160.872 | 129.343 | 290.215 |
| Direitos de uso | 238.942 | 312.669 | 551.611 |
| Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas | 44.205 | 91.103 | 135.308 |
| Ativos por impostos diferidos | 84.506 | 14.696 | 99.202 |
| Inventários | 66.398 | - | 66.398 |
| Contas a receber e outros ativos | 486.885 | - | 486.885 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 150.622 | - | 150.622 |
| Ativos detidos para venda | 4.701 | 25.607 | 30.308 |
| | **2.891.357** | **573.418** | **3.464.775** |
| **Passivos adquiridos** | | | |
| Empréstimos obtidos | 1.711.284 | - | 1.711.284 |
| Provisões | 79.702 | 74.819 | 154.521 |
| Passivos por impostos diferidos | 8.290 | 135.797 | 144.087 |
| Contas a pagar e outros passivos | 704.651 | - | 704.651 |
| | **2.503.927** | **210.615** | **2.714.542** |
| **Total dos ativos líquidos adquiridos** | **387.430** | **362.803** | **750.233** |
| **Proporcional dos ativos líquidos adquiridos** | **44.117** | **41.312** | **85.429** |
| **Preço de aquisição** | **195.318** | **-** | **195.318** |
| **Goodwill** | **151.201** | **-** | **109.889** |

O justo valor dos ativos líquidos adquiridos a 30 de setembro de 2022 foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo, sobre as demonstrações financeiras da NOS foram: i) carteira de clientes (+129,3 milhões de euros), a qual será amortizada linearmente em 6 anos; ii) direitos de uso (+312,7 milhões de euros), que serão amortizados de forma linear em 15 anos; iii) investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas (+91,1 milhões de euros), iv) ativos detidos para venda (+25,6 milhões de euros) e v) passivos contingentes (-74,8 milhões de euros).

No processo de identificação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos, tais como: i) o período de permanência médio dos clientes utilizado na valorização da carteira de clientes; ii) evolução das receitas e resultados futuros dos canais; iii) evolução das receitas e iv) resultados das empresas participadas, entre outros.

Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também nesta operação não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de alocação sendo essa componente reconhecida como Goodwill, incluido na participação financeira no valor de 806,7 milhões de euros.

## 3.2.4. Investimento na NOS

No terceiro trimestre de 2022, a Sonaecom procedeu à resolução do Acordo Parassocial que regia as relações entre as acionistas da ZOPT, SGPS, S.A. – a própria Sonaecom, a Unitel International Holdings, BV e a Kento Holding Limited. Em reunião da Assembleia Geral da ZOPT realizada a 28 de setembro, deliberou-se proceder à amortização da participação da Sonaecom naquela sociedade, e à restituição das prestações acessórias por si efetuadas, por contrapartida da entrega da proporção detida nos ativos líquidos da sociedade, correspondente a ações representativas de 26,07% do capital social da NOS que não se encontram oneradas, e de outros meios monetários líquidos, no valor de 37,6 milhões de euros. Por força da referida deliberação, a Sonaecom deixou de ser acionista da ZOPT (Nota 2.2.2).

Decorridos os formalismos legais associados à tutela dos credores da ZOPT e à apreciação da operação pela Autoridade da Concorrência - a ZOPT procedeu à entrega – no início de dezembro de 2022 – das ações representativas de 26,07% do capital social da NOS, as quais passaram a ser diretamente detidas pela Sonaecom.

Desde a sua génese, o único objeto da ZOPT foi a detenção e gestão da participação na NOS e a execução do Acordo Parassocial suprarreferido, que estabelecia o controlo conjunto, não tendo a sociedade tido qualquer outra atividade operacional desde a sua constituição. Dado o carácter meramente instrumental da ZOPT na detenção, da participação na NOS, com a resolução do Acordo Parassocial e a deliberação acima referida, a Sonaecom deixou de deter controlo conjunto sobre a NOS e passou a exercer influência significativa sobre esta participada. Neste caso, e conforme preconizado na IAS 28, porque o método de mensuração e o perímetro de consolidação da Sonaecom não se alterou, não houve lugar à remensuração do investimento para o justo valor nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022. O valor do investimento detido na NOS encontrasse mensurado através da aplicação do método de equivalência patrimonial.

No dia 20 de julho de 2023, a Sonaecom, SGPS, S.A. celebrou contrato de compra e venda para aquisição à Sonae SGPS, S.A., de 58.204.920 ações representativas de 11,30% do capital social e 11,38% dos direitos de voto da NOS – SGPS, S.A.

Por força da referida aquisição, a 31 de dezembro de 2023, à Sonae era imputada uma participação na NOS de 37,37% do respetivo capital social e de 37,65% dos direitos de voto, tal como no final de 2022 por efeito da participação detida pela sua subsidiária Sonaecom.

Tendo em consideração a percentagem de detenção, indiretamente imputável à Sonae (37,37% a 31 de dezembro de 2023), foi analisado à luz do descrito na IFRS 10, se a Sonae poderia exercer o controlo sobre a NOS. Desta análise, concluiu-se que a Sonae não controla a referida sociedade, na medida em que não detém a maioria do capital social e dos direitos de voto da NOS e, que não é claro que i) seja possível à Sonae tomar decisões por si só e ii) que seja improvável a existência de uma maioria contrária às suas intenções. Face ao exposto, e tendo a Sonae a possibilidade de participar nos processos de decisão da NOS, estamos perante uma situação de influência significativa, sendo o respetivo investimento classificado como “Investimentos em associadas”, e registado nas contas consolidadas da Sonae pelo método de equivalência patrimonial, tal como a 31 de dezembro de 2022.

A informação financeira consolidada da NOS, utilizada para aplicação do método da equivalência patrimonial, inclui ajustamentos decorrentes da alocação de preço aos ativos e passivos identificados na operação de fusão de 2013 e na operação de compra de ações de setembro de 2022.

As demonstrações financeiras consolidadas da NOS apresentam exposição ao mercado africano, nomeadamente através de participações financeiras que o grupo detém em entidades que operam nos mercados angolano e moçambicano, e que se dedicam essencialmente, à prestação de serviços de televisão por satélite e por fibra.

Foram efetuados testes de imparidade para aqueles ativos, considerando os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração para um período de 5 anos, com taxas de crescimento médias de receitas de 10,07% em Angola e 5,01% em Moçambique (3,24% e 4,83% em 2022, respetivamente). Os planos de negócio consideram ainda uma taxa de crescimento na perpetuidade de 9% em Angola e 6% em Moçambique (6% e 6% em 2022), respetivamente) e uma taxa de desconto (“WACC”) na perpetuidade de 20,2% em Angola e de 19,4% em Moçambique (17,1% e 19,2% em 2022, respetivamente).

Os testes de imparidade efetuados, com base nos pressupostos acima identificados, conduziram a um aumento de imparidade (nas demonstrações financeiras ajustadas da NOS) de 17,9 milhões de euros (cerca de 29,7 milhões de euros de reversão de imparidade em 2022).

Relativamente às participações financeiras da NOS na Finstar e ZAP Media (consolidado Finstar), é convicção do Conselho de Administração da NOS que o arresto de património à Sra. Engª Isabel dos Santos, no caso concreto às participações por esta detidas na Finstar e ZAP Media (onde detém 70% do capital) não altera o perfil de controlo, neste caso controlo-conjunto tal como definido na IFRS 11.

Quanto à participação detida na NOS, o Conselho de Administração considera que a cotação de mercado das ações representativas do capital social da NOS, S.A., à data de 31 de dezembro de 2023, não reflete o justo valor das mesmas. O Conselho de Administração, considera que o valor de uso da empresa, representa à presenta data, a melhor estimativa do valor recuperável dessa sociedade. Desta forma, a aferição da existência, ou não, de imparidade para os valores de investimentos incluindo de Goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas para o setor das telecomunicações, é determinada tendo em consideração diversas informações como os planos de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da NOS para 5 anos, cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a -0,1% (2,4% em 2022).

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

| | NOS SGPS | |
|---|---|---|
| **Pressupostos** | **31 dez 2023** | **31 dez 2022** |
| Base da quantia recuperável | Valor de uso | Valor de uso |
| Taxa de desconto | 6,5% - 9,8% | 6,5% - 9,4% |
| Taxa de crescimento na perpetuidade | 2,00% | 2,00% |

A análise das projeções e testes de imparidade resultou no apuramento de um valor recuperável superior ao valor contabilístico em cerca de 7,5% (0,2% em 2022). Não foram apuradas perdas de imparidade nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Na análise de sensibilidade efetuada, fazendo variar a taxa de desconto ou a taxa de crescimento na perpetuidade em 0,1 p.p., resultaria num valor recuperável superior ao valor contabilístico em cerca de 4,5% e 5 %, respetivamente.

## 3.3. Recebimentos / pagamentos de investimentos financeiros

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 podem ser analisadas como segue:

| **Recebimentos** | **31 dez 2023** | **31 dez 2022** |
|---|---|---|
| Recebimento relativo à alienação de ações da ISRG | 300.083 | - |
| Recebimentos relativos aos empreendimentos conjuntos e associadas da Sierra | 39.596 | - |
| Recebimento relativo à alienação de ações da Alverca | - | 7.848 |
| Recebimento relativo à alienação de ações da Cellwise | - | 23.674 |
| Recebimento relativo à alienação de ações da Maxive | - | 90.758 |
| Recebimento relativo à alienação da MDS | - | 104.111 |
| Recebimento relativo à alienação de ações da Style Sage | - | 6.542 |
| Recebimento relativo à devolução capital Armilar | - | 15.436 |
| Recebimento relativo à ZOPT | - | 37.625 |
| Outros | 15.235 | 13.843 |
| | **354.914** | **299.837** |

| Pagamentos | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Aquisição de ações Infraspeak | 6.000 | - |
| Aquisição de ações Harmonya | 6.530 | - |
| Aquisição de ações Jentis | 5.505 | - |
| Aquisição de ações Musti | 29.248 | - |
| Aquisição de ações Sekoia | 9.000 | - |
| Aquisição de ações Seldon | 7.028 | - |
| Aquisição de ações Sonae Sierra | 88.566 | 83.471 |
| Aquisição de ações SparkVos | 32.013 | - |
| Aquisição de ações Vicarius | 9.247 | - |
| Aquisições relativas aos empreendimentos conjuntos e associadas da Sierra | 38.460 | - |
| Aquisição de ações Alliansce Sonae | - | 24.750 |
| Aquisição de ações BR Malls | - | 35.659 |
| Aquisição de ações Chord | - | 6.045 |
| Aquisição de ações Hackuity | - | 6.000 |
| Aquisição de ações Nova Centralidade Soc. de Desenv. Imobiliário, SA | - | 8.006 |
| Aquisição de ações NOS SGPS | - | 73.220 |
| Incorporação e aumento de capital North Tower BV | - | 7.787 |
| Prestações Suplementares Qamine | - | 8.000 |
| Outros | 33.970 | 54.893 |
| | **265.567** | **307.830** |

## 3.4. Ativos financeiros ao justo valor

### Políticas contabilísticas

Para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 – O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Na ausência de cotação de mercado, o justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base na utilização de preços de transação recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em técnicas de valorização assentes em métodos de fluxos de caixa descontados ou em múltiplos de transações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na determinação do justo valor.

Na classificação dos investimentos o Grupo determina se o objetivo do investimento é a disponibilização de meios financeiros às investidas, com retorno via ganho de capital de médio a longo prazo e avalia se com base nos contratos e acordos tem ou não capacidade de influenciar as decisões e políticas das suas investidas.

A utilização de diferentes metodologias e de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar alterações nos valores dos ativos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Na classificação dos investimentos o Grupo determina se o objetivo do investimento é a disponibilização de meios financeiros às investidas, com retorno via ganho de capital de médio a longo prazo e avalia se com base nos contratos e acordos tem ou não capacidade de influenciar as decisões e políticas das suas investidas. Julgamentos diferentes em relação a estas matérias poderiam levar a que os investimentos fossem classificados e mensurados de forma diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

## 3.4.1. Ao justo valor através de resultados

O valor dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

| | Demonstração da posição financeira | |
|---|---|---|
| **Firma** | **31 dez 2023** | **31 dez 2022** |
| **Bright Pixel** | | |
| Afresh | 4.525 | 4.688 |
| Arctic Wolf Networks, Inc | 76.021 | 78.758 |
| Chord | 5.430 | 5.625 |
| CyberSixgill | 19.427 | 18.251 |
| Grupo Codacy | 6.000 | 8.000 |
| Hackuity | 6.000 | 6.000 |
| Harmonya | 6.335 | - |
| Infraspeak | 6.000 | - |
| Jentis | 5.505 | - |
| Jscrambler | 3.829 | 3.829 |
| Mayan | 4.525 | 4.688 |
| Ometria, Ltd. | 15.874 | 20.858 |
| Safebreach | 13.648 | 14.139 |
| Sales Layer | 9.714 | 9.714 |
| Seldon | 7.112 | - |
| Sekoia | 9.000 | - |
| Vicarius | 9.050 | - |
| Weaveworks | - | 4.990 |
| Outros ativos financeiros | 26.888 | 29.131 |
| | **234.882** | **208.671** |
| **Outros** | | |
| Musti | 37.485 | 8.218 |
| | **37.485** | **8.218** |
| **Ativos financeiros ao justo valor através de resultados** | **272.367** | **216.889** |

São classificados como 'Investimentos ao justo valor através de resultados' de acordo com a IFRS 9, os investimentos em instrumentos de capital não designados de forma irrevogável no reconhecimento inicial como investimentos ao justo valor por outro rendimento integral. São ainda classificados nesta rúbrica, os investimentos em empresas associadas, detidos por organização de capital de risco ou equivalente, em que o grupo tenha optado, no reconhecimento inicial por, mensurar pelo justo valor através de resultados de acordo com a IFRS 9. As alterações subsequentes no justo valor são apresentadas através de resultados. O justo valor dos investimentos é apurado em moeda do país do investimento e convertido para euros no final do exercício de reporte.

Os investimentos acima descritos encontram-se valorizados ao justo valor, e classificados no nível 3 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor no valor de 234,9 milhões de euros e nivel 1 no valor de 37,5 milhões de euros. Do valor total de ativos financeiros ao justo valor através de resultado, cerca de 76 milhões de euros correspondem a participadas valorizadas com base em dados sustentados em cotações de compra e venda (79 milhões em 2022) e 2 milhões de euros correspondem a participadas valorizadas com base na última transação em mercado não ativo ocorridas durante o ano de 2023 (31,7 milhões de euros durante o ano de 2022). As aquisições no ano de novas participadas correspondem a cerca de 45,9 milhões de euros (33,3 milhões de euros em 2022). O montante de 23,9 milhões de euros correspondem a participações valorizadas através de múltiplos (8,6 milhões em 2022) e o montante de 87 milhões de euros correspondem a participações valorizadas com base na última transação que, apesar de ter ocorrido há mais de um ano, ainda representa a melhor estimativa de justo valor da empresa (56 milhões de euros em 2022).

O investimentos na rubrica Outros, refere-se à Musti que é líder de mercado no retalho de produtos para animais de estimação nos países nórdicos, com uma estratégia omnicanal de sucesso alavancada numa gama de produtos próprios e exclusivos, bem como numa presença única no mundo físico e digital. A Sonae em parceria com o "management" da sociedade lançou uma oferta pública de aquisição em novembro de 2023 (Nota 1.2).

Os Investimentos da Bright Pixel mais significativos em termos de valor são:

- A Arctic Wolf é uma empresa americana, pioneira global no mercado de SOC-as-a-Service com tecnologia de ponta para gestão de deteção e resposta (MDR), numa combinação única de tecnologia e serviços que rapidamente detetam e contêm ameaças. A Bright Pixel, juntamente com os investidores tecnológicos americanos Lightspeed Venture Partners e Redpoint entrou no capital da empresa em 2017 durante uma ronda de financiamento Série B. Desde então, a empresa fechou uma ronda de financiamento Série C de 45 milhões de dólares em 2018, uma ronda Série D de 60 milhões de dólares no final de 2019, uma ronda Série E no montante de 200 milhões de dólares em outubro de 2020 com uma valorização de 1,3 mil milhões de dólares e, em 2021, uma ronda de 150 milhões de dólares, detida por investidores existentes e novos, com uma avaliação subjacente de 4,3 mil milhões de dólares.

- A Ometria é uma empresa inglesa detentora de uma plataforma de *marketing* assente em Inteligência Artificial e com a ambição de centralizar todas as comunicações entre os retalhistas e os seus clientes. Este investimento foi feito pela Bright Pixel numa ronda de financiamento de Série A, juntamente com vários investidores estratégicos (incluindo Summit Action, o fundo VC da Summit Series) e foi posteriormente reforçado durante rondas de financiamento de Série B e C.

- A Cybersixgill é líder no mercado de inteligência de cibersegurança na deep e dark web. A empresa ajuda as empresas da Fortune 500, instituições financeiras, governos e autoridades policiais a protegerem as suas finanças, as suas redes e a sua reputação de cyber ataques que existem na deep, dark e surface webs. A sua plataforma de tecnologia avançada consegue automatizar todas as fases do ciclo de inteligência — recolha, análise e disseminação de dados — providenciando as organizações com informação única e acionável para proteger os seus ativos dos vários cenários de ameaças cibernéticas, os quais estão em constante evolução. A Bright Pixel co-liderou a ronda série B de 15 milhões de dólares e, em 2022, participou na ronda de 35 milhões de dólares liderada pela More Provident and Pension Funds e pela REV Venture Partners.

- A Safebreach, pioneira no mercado de Breach and Attack Simulation (BAS), é uma das soluções de validação de segurança contínua mais utilizadas no mundo. A plataforma patenteada executa automaticamente e em segurança milhares de métodos de ataque para validação dos controlos de segurança da rede, endpoint, cloud, container e e-mail. A empresa dispõe de umas das maiores bases de dados de ataque do mundo dividida por métodos, táticas e agentes de ameaça. A Safebreach anunciou uma ronda de financiamento série D de 53,5 milhões de dólares, liderada pela Bright Pixel e pela Israel Growth Partners (IGP), com a participação adicional da Sands Capital, do Bank Leumi e da ServiceNow.

- A Sekoia.io é a "cybertech" europeia responsável pelo desenvolvimento da plataforma Sekoia.io XDR (eXtended Detection & Response), a qual, garante a deteção a ciberataques em tempo real. Em 2023, a empresa levantou uma ronda de 35 milhões de euros com a participação do Banque des Territoires, da Bright Pixel e dos já anteriores investidores Omnes Capital, Seventure e BNP Paribas Développement.

• A Vicarius é uma plataforma SaaS que consolida descoberta, priorização e correção de vulnerabilidades em uma única solução´. Em 2023, a empresa levantou uma ronda série B de 30 milhões de dólares liderada pela Bright Pixel com a participação da AllegisCyber Capital, AlleyCorp e Strait.

## 3.4.2. Através do outro rendimento integral

O valor dos ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral pode ser analisado como segue:

| | Firma | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|---|
| | **Bright Pixel** | | |
| | Deepfence | 2.262 | 2.344 |
| | IriusRisk | 7.125 | 7.125 |
| | Nextail Labs, S.L. | - | 1.629 |
| | Outros ativos financeiros | 607 | 607 |
| | | **9.994** | **11.704** |
| | **Sierra** | | |
| 1) | BR Malls | - | 29.559 |
| | | **-** | **29.559** |
| | | | |
| | **Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral** | **9.994** | **41.263** |

1) A 6 de janeiro de 2023, foi concluída a operação de combinação de negócios entre a Aliansce Sonae Shopping Centers, S.A., apresentada em Investimentos em Associadas e a Br Malls Participações, S.A. classificada a 31 de dezembro de 2022 como Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral. Na sequência desta operação, o valor do investimento na Br Malls Participações, S.A. foi transferido para Investimentos em Associadas. A empresa em 2023 passou a denominar-se Allos, S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos detidos através da Bright Pixel correspondem a participações em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa.

No âmbito da IFRS 9 estes investimentos são classificados como 'Investimentos ao justo valor através de outro rendimento integral' uma vez que são mantidos como investimentos estratégicos de longo prazo que não são expectáveis que sejam vendidos no curto e médio prazo e, por isso, foram designados de forma irrevogável como investimentos ao justo valor por outro rendimento integral. As alterações subsequentes no justo valor são apresentadas através de outro rendimento integral. O justo valor dos investimentos é apurado em moeda do país do investimento e convertido para euros no final do exercício de reporte.

Os investimentos acima descritos do segmento Bright Pixel encontram-se valorizados ao justo valor classificados no nível 3 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor. A grande maioria dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento correspondem a participações valorizadas com base na última transação que, apesar de ter ocorrido há mais de um ano, ainda representa a melhor estimativa de justo valor da empresa.

Os investimentos relativos ao segmento da Sierra, em 2022, encontrava-se valorizado ao justo valor classificados no nível 1 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor.

## 3.4.3. Movimento ocorrido durante o exercício

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o movimento ocorrido no valor dos ativos financeiros ao justo valor, foi o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 1 de janeiro | 258.153 | 301.848 |
| Aumentos durante o exercício | 80.062 | 150.547 |
| Alienações | (11.411) | (13.873) |
| Aumento/(diminuição) do justo valor através de resultados | (13.207) | 17.515 |
| Aumento/(diminuição) do justo valor através de rendimento integral | (1.710) | (7.258) |
| Transferência para Associadas (Nota 3.2.3.2) | (29.559) | (191.019) |
| Outros | 34 | 392 |
| **Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e através de resultados** | **282.361** | **258.153** |

A linha de aumento/(diminuição) do justo valor através de resultados e outro rendimento integral, inclui a diminuição de justo valor de nivel 3 no valor de 21 milhões euros e de 1,7 milhões, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica alienações inclui a alienação da participação da Bright Pixel na Reblaze pelo montante de 3,1 milhões de euros, a qual gerou uma mais valia de 649 mil euros. Adicionalmente, inclui a alienação das ações da Pets, pelo montante de 10 milhões de euros, gerando uma mais valia de 384 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica 'Alienações' inclui a alienação da participação da Bright Pixel na CiValue pelo montante de 5,3 milhões de euros, a qual gerou uma mais valia de 3,3 milhões de euros e à alienação da participação da Bright Pixel na Cellwize pelo montante de 22,3 milhões de euros, a qual gerou uma mais valia de 13,8 milhões de euros. As mais valias totais no valor de 17,7 milhões de euros foram registadas na rúbrica "Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados" na demonstração consolidada dos resultados.

No exercício de 2022, o Grupo recebeu 12 milhões de euros relativos a investimentos em ativos ao justo valor.

## 3.5. Outros investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 a rúbrica de "Outros investimentos" no valor de 21.947 milhares de euros (16.578 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022) inclui 7.398 milhares de euros (7.231 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022), relativos a montantes depositados numa Escrow Account e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de rating superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas na venda do segmento MC no Brasil e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 7).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o movimento ocorrido no valor dos outros investimentos correntes e não correntes, foi o seguinte:

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Não correntes | Correntes | Não correntes | Correntes |
| **Outros investimentos** | | | | |
| Outros investimentos em 1 de janeiro | 16.578 | - | 14.984 | - |
| Aumentos durante o exercício | 5.178 | - | 3.940 | - |
| Diminuições durante o exercício | (1.116) | - | (1.751) | - |
| Reversão / (Aumento) de imparidade | (804) | - | - | - |
| Adiantamento por conta de investimentos financeiro | 2.246 | - | - | - |
| Outros | (134) | - | (595) | - |
| **Outros investimentos em 31 de dezembro** | **21.947** | **-** | **16.578** | **-** |
| Instrumentos financeiros derivados (Nota 5.2) | | | | |
| Justo valor em 1 de janeiro | - | 593 | - | 7.107 |
| Aumento/(diminuição) do justo valor | - | (593) | - | (6.514) |
| **Justo valor em 31 de dezembro** | **-** | **-** | **-** | **593** |
| Justo valor em 1 de janeiro | - | 4 | - | - |
| Aumento/(diminuição) do justo valor | - | 168 | - | 4 |
| **Justo valor em 31 de dezembro** | **-** | **172** | **-** | **4** |
| | **21.947** | **172** | **16.578** | **597** |

Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de "Instrumentos financeiros derivados" é relativa a um derivado para cobertura de risco de taxa de câmbio para cobertura do risco cambial de um financiamento em USD. Este instrumento financeiro foi valorizado ao justo valor classificado no nivel 2 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor.

## 3.6. Ganhos ou perdas relativos a investimentos

Os ganhos ou perdas relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 podem ser detalhados como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Mais valias geradas na alienação das participações financeiras no segmento Sierra (Nota 1.3.2) | 147 | 6.000 |
| Revalorização da participação na Universo IME | 5.981 | - |
| Reserva cambial BR Malls | (2.653) | - |
| Mais valia da alienação ações da ALLOS (Nota 3.2) | 2.908 | - |
| Outros | 1.018 | 11 |
| **Ganhos e perdas na alienação de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas** | **7.400** | **6.011** |
| | | |
| **Outros** | **-** | **(40)** |
| Reversão de Imparidade de investimentos financeiros | - | 25 |
| **Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos** | **-** | **25** |
| | | |
| **Total de rendimentos ou (gastos) relativos a investimentos** | **7.400** | **5.996** |

Em 30 de novembro de 2023 foi concluída a criação da Joint Venture entre a Sonae SGPS, S.A. e o Bankinter Consumer Finance. E.F.C., S.A. (“Bankinter Consumer Finance”), sendo agora o Bankinter Consumer Finance acionista de 50% da Universo, IME, S.A. (“Universo”).

Com a conclusão desta operação, a Sonae reconheceu uma mais valia de 6,8 milhões de euros e desconsolidou a sua participação de 100% na Universo, com os restantes 50% a serem agora consolidados através do método da equivalência patrimonial. Na sequência da operação acima mencionada, a Sonae revalorizou a sua participada, registado um ganho na demonstração de resultados de 6 milhões de euros.

Em setembro de 2022 o Grupo, através das suas subsidiárias Sierra Developments Holding B.V., Sierra Investments Holdings B.V. e Sierra Investments, SGPS, S.A., alienou a totalidade do capital social (100%) da subsidiária ARP Alverca Retail Park, S.A. (“Alverca”) pelo valor de 7.848 milhares de euros. Esta transação gerou um ganho no valor de 5.154 milhares de euros.

Em novembro de 2022 o Grupo, através das suas subsidiárias Sierra Developments Holding B.V. e Sierra Developments, SGPS, S.A., alienou a totalidade do capital social (100%) da subsidiária Parque de Famalicão - Empreendimentos Imobiliários, S.A. (“Famalicão”) pelo valor de 1.200 milhares de euros. Esta transação gerou um ganho no valor de 846 milhares de euros.

## 3.7. Ativos e passivos não correntes detidos para venda

### Políticas contabilísticas

Os ativos e passivos associados a ativos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos e passivos associados a ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos de alienação, não sendo amortizados ou depreciados a partir do momento da sua classificação como detido para venda.

No que se refere à classificação de participações financeiras como detidas para venda:

i) no caso das subsidiárias estas continuam a ser consolidadas até à data da sua alienação, devendo, contudo, o conjunto dos seus ativos e passivos ser classificado como detidos para venda e contabilizado ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando o registo de depreciações/ amortizações. Adicionalmente e tal como previsto no IFRS 5, sempre que uma subsidiária é considerada como uma operação descontinuada, a as várias linhas da sua demonstração de resultados são transferidos para uma única rúbrica (Resultado líquido consolidado do período das operações descontinuadas);

ii) no caso dos empreendimentos conjuntos e associadas mensurados pelo método da equivalência patrimonial, estes passam a ser mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando a aplicação da equivalência patrimonial.

Quando, devido a alterações de circunstâncias do Grupo, os ativos não correntes, e/ou Grupos para alienação deixam de cumprir com as condições para ser classificados como detidos para venda, estes ativos e/ou Grupos para alienação serão reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos ativos e serão remensurados pelo menor entre i) o valor contabilístico antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação / amortização, ou valores de reavaliação que tenham sido reconhecidos, caso esses ativos não tivessem sido classificados como detidos para venda, e ii) os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificadas de acordo com a sua natureza subjacente. Estes ajustamentos serão reconhecidos nos resultados do exercício.

No caso das participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas mensurados ao método de equivalência patrimonial, a cessação da classificação como detida para venda implica a reposição do método de equivalência patrimonial retrospetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica “Ativos não correntes detidos para venda” inclui 48,5 milhões de euros relativos à transferência dos ativos da Torre Norte S.A., subsidiária do Grupo Sierra, cuja venda deverá ocorrer em 2024. Inclui também cerca de 13,2 milhões de euros relacionados com o acordo para a venda da Dr. Well’s ao Grupo Lusíadas Saúde.

Em 31 de dezembro de 2022 a rúbrica de “Ativos não correntes detidos para venda” respeita a um imóvel da Zeitreel localizado em Espanha

Em 31 de dezembro de 2023, as rubricas de “Ativos não correntes detidos para venda” e “Passivos associados a ativos não correntes detidos para venda” apresentam o seguinte detalhe:

| | Sierra | MC | Zeitreel | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | | |
| Ativos não correntes: | | | | |
| Propriedade de investimento (Nota 3.11) | 41.858 | - | - | 41.858 |
| Ativos fixos tangíveis (Nota 3.8) | - | 5.333 | 36 | 5.369 |
| Direitos de uso (Nota 3.10) | - | 2.660 | - | 2.660 |
| Outros ativos não correntes | - | 1.134 | - | 1.134 |
| **Total de ativos não correntes** | **41.858** | **9.126** | **36** | **51.021** |
| **Ativos correntes** | | | | - |
| Estado e outros entes Públicos | 5.914 | 2.096 | - | 8.009 |
| Outros ativos correntes | 43 | 1.898 | - | 1.942 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 703 | 128 | - | 831 |
| **Total de ativos correntes** | **6.660** | **4.122** | **-** | **10.782** |
| **Ativos não detidos para venda** | **48.518** | **13.248** | **36** | **61.803** |
| **Passivo** | | | | |
| **Passivo não corrente** | | | | |
| Outros passivos não correntes | (430) | 2.677 | - | 2.247 |
| **Total de passivos não correntes** | **(430)** | **2.677** | **-** | **2.247** |
| **Passivo corrente** | | | | - |
| Outras dívidas a terceiros | 2.298 | 8.852 | - | 11.150 |
| Estado e outros entes Públicos | 1.736 | 2.577 | - | 4.313 |
| Outros passivos correntes | 12 | 1.763 | - | 1.775 |
| **Total de passivos correntes** | **4.045** | **13.191** | **-** | **17.237** |
| **Passivos associados a ativos não correntes detidos para venda** | **3.616** | **15.868** | **-** | **19.484** |

## 3.8. Ativos fixos tangíveis

### Políticas contabilísticas

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, ou custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| | Anos |
|---|---|
| Edifícios e outras construções | 10 a 50 |
| Equipamento básico | 10 a 20 |
| Equipamento de transporte | 4 a 5 |
| Ferramentas e utensílios | 4 a 8 |
| Equipamento administrativo | 3 a 10 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 4 a 8 |

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gastos no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, os quais representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

## Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A maioria dos ativos imobiliários do segmento da MC em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os quais se encontram registados ao custo de aquisição deduzidos de depreciações e imparidades, foram avaliados por entidade especializada independente (Jones Lang LaSalle). As referidas avaliações foram realizadas utilizando o método do rendimento, utilizando para o efeito yields compreendidas entre 6,50% e 9,00% (6,75% e 9,00% em 2022), estando o justo valor do imóvel na categoria de “Nível 3”, de acordo com a classificação dada pelo IFRS 13. As referidas avaliações suportam os valores dos ativos a 31 de dezembro de 2023.

A 31 de dezembro de 2023 efetuaram-se análises de sensibilidade aos testes anuais de imparidade fazendo variar taxa de desconto e taxa de perpetuidade (ver Nota 3.1).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| | Terrenos e edifícios | Equipamentos | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Total ativos fixos tangíveis |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo Bruto** | | | | | | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022 | 1.387.935 | 1.777.792 | 31.166 | 188.036 | 56.615 | 33.384 | 3.474.927 |
| Investimento | 23.272 | 8.653 | 52 | 4.375 | 1.196 | 189.486 | 227.034 |
| Aquisições de subsidiárias | 11 | 97 | - | - | - | - | 108 |
| Desinvestimento | (8.076) | (69.913) | (1.770) | (29.819) | (1.940) | (883) | (112.401) |
| Alienações de subsidiárias | (1.470) | (2.546) | (178) | (4.024) | (267) | (41) | (8.526) |
| Variações cambiais | (410) | (427) | - | 3 | - | - | (834) |
| Transferências | 9.564 | 159.005 | 3.129 | 9.056 | 669 | (183.412) | (1.989) |
| **Saldo inicial a 1 de janeiro de 2023** | **1.410.825** | **1.872.661** | **32.399** | **167.626** | **56.274** | **38.535** | **3.578.319** |
| Investimento | 27.228 | 10.002 | 124 | 3.834 | 1.441 | 252.236 | 294.866 |
| Aquisições de subsidiárias (Nota 1.3.1) | 120 | 3.313 | 105 | 560 | 454 | - | 4.552 |
| Mudança de método (Nota 4.1) | - | (26) | - | (10) | (262) | - | (298) |
| Desinvestimento | (3.919) | (48.970) | (961) | (14.638) | (2.298) | (1.847) | (72.634) |
| Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2) | - | (12) | - | (358) | (1) | (192) | (563) |
| Variações cambiais | 153 | 162 | - | 11 | - | - | 326 |
| Ativos  detidos para venda (Nota 3.7) | - | (13.634) | - | (1.285) | (61) | (28) | (15.008) |
| Transferências | 24.144 | 179.568 | 2.827 | 20.265 | 2.702 | (232.969) | (3.463) |
| **Saldo final a 31 de dezembro de 2023** | **1.458.551** | **2.003.064** | **34.493** | **176.006** | **58.250** | **55.734** | **3.786.097** |
| Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas | | | | | | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022 | 474.800 | 1.112.289 | 21.931 | 137.670 | 46.358 | 222 | 1.793.269 |
| Depreciações do exercício | 24.151 | 124.219 | 1.934 | 16.211 | 3.625 | - | 170.140 |
| Perdas por imparidade do exercício | 7.517 | 19.065 | 118 | 1.053 | 112 | - | 27.864 |
| Diminuições de perdas por imparidade | (5.482) | (243) | - | - | (408) | - | (6.133) |
| Aquisições de subsidiárias (Nota 1.3.1) | 1 | 77 | - | - | - | - | 78 |
| Desinvestimento | (6.608) | (64.783) | (1.690) | (29.186) | (1.903) | - | (104.170) |
| Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2) | (1.087) | (1.931) | (178) | (3.857) | (201) | - | (7.254) |
| Variações cambiais | (125) | (219) | - | 5 | - | - | (338) |
| Transferências | 902 | 2.345 | 75 | (3.362) | (777) | - | (818) |
| **Saldo inicial a 1 de janeiro de 2023** | **494.069** | **1.190.818** | **22.190** | **118.534** | **46.806** | **222** | **1.872.638** |
| Depreciações do exercício | 25.236 | 129.413 | 2.052 | 16.410 | 3.359 | - | 176.469 |
| Perdas por imparidade do exercício (Nota 3.12) | 5.179 | 17.331 | - | 1.185 | 111 | - | 23.805 |
| Diminuições de perdas por imparidade (Nota 3.12) | (3.781) | (146) | - | (3) | (277) | - | (4.207) |
| Aquisições de subsidiárias (Nota 1.3.1) | 84 | 1.688 | 47 | 451 | 395 | - | 2.665 |
| Mudança de método (Nota 4.1) | - | (6) | - | (2) | (74) | - | (82) |
| Desinvestimento | (3.093) | (43.406) | (894) | (14.303) | (2.226) | - | (63.921) |
| Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2) | - | (5) | - | (258) | (1) | - | (263) |
| Variações cambiais | 51 | 86 | - | 8 | - | - | 145 |
| Depreciações e perdas por imparidade transferidas para ativos detidos para venda (Nota 3.7) | - | (8.330) | - | (1.285) | (61) | - | (9.675) |
| Transferências | (4.727) | (1.269) | (38) | (1.065) | (103) | - | (7.203) |
| **Saldo final a 31 de dezembro de 2023** | **513.019** | **1.286.176** | **23.355** | **119.670** | **47.930** | **222** | **1.990.371** |
| **Valor Líquido** | | | | | | | |
| **A 31 de dezembro de 2022** | **916.756** | **681.843** | **10.209** | **49.093** | **9.467** | **38.313** | **1.705.681** |
| **A 31 de dezembro de 2023** | **945.532** | **716.888** | **11.138** | **56.336** | **10.320** | **55.513** | **1.795.726** |

O investimento inclui a aquisição de ativos de aproximadamente 254 milhões de euros (182 milhões de euros em 2022), associados essencialmente a aberturas e operações de remodelação de lojas dos segmentos de retalho do Grupo.

A rúbrica de "Depreciações do exercício" de ativos tangíveis inclui 19 milhares de euros (450 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022) transferidos para operações descontinuadas.

O desinvestimento, líquido de amortizações, no exercício de 2023 totalizou cerca de 8,7 milhões de euros e inclui principalmente a alienação e abate de equipamento básico de aproximadamente 5,6 milhões de euros

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso" incluem cerca de 46 milhões de euros (24,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022) relativos a remodelação e expansão de lojas das unidades do retalho em Portugal.

A rubrica de "Perdas por imparidade para ativos fixos tangíveis" pode ser analisada como segue:

| Perdas por imparidade | Terrenos e edifícios | Equipamentos | Outros ativos fixos tangíveis | Total ativos fixos tangíveis |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo inicial 1 de janeiro de 2022** | 103.979 | 15.175 | 1.363 | 120.517 |
| Perdas por imparidade do exercício | 7.521 | 19.199 | 1.240 | 27.961 |
| Diminuições no exercício | (5.561) | (2.005) | (520) | (8.086) |
| Alienações de subsidiárias | (4.187) | (587) | (52) | (4.826) |
| Transferências | - | 154 | - | 154 |
| **Saldo inicial 1 de janeiro de 2023** | **101.752** | **31.937** | **2.031** | **135.719** |
| Perdas por imparidade do exercício | 5.179 | 17.331 | 1.296 | 23.806 |
| Diminuições no exercício | (8.246) | (2.670) | (699) | (11.615) |
| Depreciações de ativos detidos para venda | - | (1.745) | (550) | (2.295) |
| Transferências | (157) | (845) | (214) | (1.216) |
| **Saldo final a 31 de dezembro de 2023** | **98.528** | **44.008** | **1.863** | **144.399** |

O reforço de imparidades no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, incluí 6 milhões de euros relativos a imparidades de equipamentos de loja do segmento Zeitreel (13,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022), bem como cerca de 10,8 milhões de euros no segmento da MC, referente essencialmente a imparidades de equipamentos de loja.

## 3.9. Ativos intangíveis

### Políticas contabilísticas

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae, sejam controláveis pela Sonae e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Quando adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, separáveis do goodwill, os ativos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor, determinado no âmbito da aplicação do método da compra, conforme previsto pela IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae. Nestas situações estes gastos são inicialmente registados como gastos sendo capitalizados como ativos intangíveis através da rubrica de “Trabalhos para a Própria Empresa” (Nota 2.6).

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 12 anos e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| | Propriedade industrial | Software | Outros ativos intangíveis | Ativos intangíveis em curso | Total ativos intangíveis |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo Bruto** | | | | | |
| **Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022** | **274.150** | **509.718** | **119.954** | **43.777** | **947.599** |
| Investimento | 1.854 | 2.593 | 391 | 81.712 | 86.550 |
| Aquisições de subsidiárias | - | 56 | 2.855 | - | 2.911 |
| Desinvestimento | (205) | (27.201) | (825) | (397) | (28.629) |
| Alienações de subsidiárias | (24.771) | (6.775) | - | (209) | (31.755) |
| Variações cambiais | (716) | (3) | (713) | - | (1.433) |
| Transferências | 18.518 | 73.487 | (16.702) | (71.863) | 3.441 |
| **Saldo inicial a 1 de janeiro de 2023 Reexpresso** | **268.831** | **551.874** | **104.960** | **53.020** | **978.685** |
| Investimento | 842 | 1.341 | 700 | 92.337 | 95.220 |
| Aquisições de subsidiárias (Nota 1.3.1) | 108 | 98 | 1.266 | - | 1.472 |
| Desinvestimento | (2.232) | (15.393) | (4.368) | (520) | (22.512) |
| Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2) | (15) | (10.958) | (9.732) | (640) | (21.346) |
| Variações cambiais | 364 | 5 | 362 | - | 730 |
| Ativos detidos para venda | (9) | (128) | (122) | - | (259) |
| Transferências | 263 | 83.209 | 377 | (82.465) | 1.384 |
| **Saldo final a 31 de dezembro de 2023** | **268.152** | **610.048** | **93.444** | **61.732** | **1.033.375** |
| **Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas** | | | | | |
| **Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022** | 67.215 | 341.503 | 59.131 | - | 467.848 |
| Amortizações do exercício | 1.882 | 45.349 | 6.277 | - | 53.507 |
| Perdas por imparidade do exercício | 14.348 | 1.408 | 2.164 | - | 17.920 |
| Diminuições de perdas por imparidade | (56) | (4.620) | - | - | (4.676) |
| Aquisições de subsidiárias | - | 28 | 613 | - | 641 |
| Desinvestimento | (202) | (23.593) | 237 | - | (23.558) |
| Alienações de subsidiárias | (21.032) | (5.518) | - | - | (26.551) |
| Variações cambiais | - | (1) | (45) | - | (46) |
| Transferências | 70 | 1.297 | 387 | - | 1.754 |
| **Saldo inicial a 1 de janeiro de 2023** | **62.224** | **355.852** | **68.764** | **-** | **486.840** |
| Amortizações do exercício | 928 | 48.180 | 6.157 | - | 55.266 |
| Perdas por imparidade do exercício (Nota 3.12) | 17.005 | 5.045 | 5.496 | - | 27.546 |
| Diminuições de perdas por imparidade (Nota 3.12) | - | (184) | (164) | - | (348) |
| Aquisições de subsidiárias (Nota 1.3.1) | - | 44 | 341 | - | 385 |
| Desinvestimento | (1.795) | (11.825) | (4.305) | - | (17.925) |
| Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2) | (15) | (7.577) | (1.956) | - | (9.549) |
| Variações cambiais | - | 2 | 23 | - | 25 |
| Depreciações de ativos detidos para venda | (9) | (73) | - | - | (82) |
| Perdas Imparidade de Ativos detidos para venda | - | (55) | (122) | - | (177) |
| Transferências | 160 | 567 | 905 | - | 1.632 |
| **Saldo final a 31 de dezembro de 2023** | **78.497** | **389.976** | **75.139** | **-** | **543.613** |
| Valor Líquido | | | | | |
| **A 31 de dezembro de 2022 Reexpresso** | **206.607** | **196.022** | **36.196** | **53.020** | **491.845** |
| **A 31 de dezembro de 2023** | **189.654** | **220.071** | **18.305** | **61.732** | **489.762** |

Em 31 de dezembro de 2023 o fluxo “Investimento” do exercício relativo a ativos intangíveis em curso, inclui cerca de 84,4 milhões de euros relacionados com projetos informáticos e

desenvolvimento de software (71,7 milhões em 31 de dezembro de 2022). Em investimentos estão incluídos cerca de 35,6 milhões de euros de capitalização de custos com o pessoal, referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 28,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022) (Nota 2.6).

Adicionalmente encontra-se ainda registado na rubrica "Propriedade Industrial" o custo de aquisição de um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente, que foi adquirida em exercícios anteriores, no valor de 75 milhões de euros, a marca Salsa no valor de 20 milhões de euros, a marca Arenal no valor de 58,4 milhões de euros e a marca Gosh! no valor de 18,2 milhões de euros (15,7 milhões de libras) no valor destas últimas valorizadas no processo de aquisição.

A rúbrica de "Amortizações do período" de ativos intangíveis inclui 401 mil euros transferidos para operações descontinuadas.

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A Sonae efetua testes anuais de imparidade sobre o valor das marcas, suportada em avaliações internas de acordo com a metodologia dos Royalty Relief com a excepção da Salsa. A 31 de dezembro de 2023 efetuaram-se análises de sensibilidade aos testes anuais de imparidade fazendo variar taxa de desconto e taxa de perpetuidade (ver Nota 3.1).

A 31 de dezembro de 2023, o registo de perdas por imparidade pode ser analisado como segue:

| Perdas por imparidade | Ativos Intangíveis |
|---|---|
| **Saldo inicial 1 de janeiro de 2022** | 34.966 |
| Aumentos | 17.920 |
| Diminuições | (4.676) |
| Outros | 70 |
| **Saldo inicial 1 de janeiro de 2023** | **48.281** |
| Aumentos | 27.546 |
| Aquisições de subsidiárias | 151 |
| Diminuições | (348) |
| Alienações de subsidiárias | (1.956) |
| Perdas Imparidade de Ativos detidos para venda | (177) |
| **Saldo final a 31 de dezembro de 2023** | **73.497** |

O reforço de imparidades no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, incluí 17 milhões de euros relativos a imparidades da marca Salsa e 5 milhões de euros de *software* do segmento Zeitreel.

## 3.10. Ativos sob direito de uso

### Políticas contabilísticas

Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente), por um período de tempo, em troca de um valor. No início de cada contrato, é avaliado e identificado se este é ou contém uma locação. Esta avaliação envolve um exercício de julgamento sobre se cada contrato depende de um ativo específico, se as empresas do grupo Sonae, enquanto locatárias, obtêm substancialmente todos os benefícios económicos do uso desse ativo e se têm o direito de controlar o uso do ativo.

Todos os contratos que constituam uma locação são contabilizados pelo locatário com base num modelo único de reconhecimento no balanço.

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e., o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e., o direito de uso – "right-of-use" ou "RoU"). O custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do RoU são reconhecidos separadamente.

O passivo da locação é remensurado aquando da ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). Esta remensuração do passivo da locação é reconhecido como um ajustamento no RoU.

### Ativos sob direito de uso

O Grupo reconhece os ativos sob direito de uso na data de entrada em vigor (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

Os ativos sob direito de uso encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas e ajustado por eventuais novas mensurações do passivo das locações. O custo dos ativos sob direito de uso incluem o valor inicial do passivo da locação, eventuais custos diretos inicialmente incorridos e pagamentos já efetuados antes da data de entrada em vigor, deduzido de quaisquer incentivos recebidos e acrescido dos custos de restauro, se existentes.

Sempre que o Grupo incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no respetivo ativo sob direito de uso.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de carência de rendas) são reconhecidos como elementos de mensuração dos ativos sob direito de uso e passivos da locação. As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidas como gastos no exercício em que são apuradas ou ocorre o pagamento.

Os ativos sob direito de uso são depreciados de acordo com o prazo da locação, pelo método linear, ou de acordo com a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao período de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

A menos que seja razoavelmente certo que o Grupo obtenha a propriedade do ativo arrendado no final do prazo da locação, o ativo sob direito de uso reconhecido é depreciado pelo método linear com base no prazo da locação.

A imparidade dos ativos sob direito de uso é testada de acordo com a IAS 36 em substituição do reconhecimento de provisões para contratos de locação onerosos.

Nas locações de ativos de baixo valor, o Grupo não reconhece os ativos sob direito de uso de ativos ou responsabilidade de locações, reconhecendo os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

Os contratos de locação podem conter componentes de locação e não-locação. Foi considerado, no entanto, o expediente previsto na norma de não separar os componentes de serviço dos componentes de locação, contabilizando-os como um único componente de arrendamento.

### Passivos de locação

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem efetuados até ao final do contrato de locação.

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância), deduzidos de quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis, dependentes de um índice ou de uma taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o Grupo exerça a opção, e pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo rescinda o contrato.

Os pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa são reconhecidos como despesa no exercício em que o evento que lhes der origem ocorra.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, o Grupo usa a taxa de juro incremental na data de entrada em vigor, se a taxa de juro implícita não for facilmente determinável.

As opções de extensão e de rescisão estão previstas em vários contratos de locação e a sua aplicação tem por base a maximização operacional.  Para determinar o prazo da locação, o Conselho de Administração considera todos os factos e circunstâncias que criam um incentivo económico para exercer uma opção de extensão ou não exercer uma opção de rescisão. A maioria das opções de extensão não foi incluída no passivo da locação e, quando exercidas, são-no pelo Grupo e não pelo locador.

O prazo é revisto apenas se ocorrer um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja sob o controle do locatário.

Após a data de entrada em vigor, o valor do passivo da locação aumenta de modo a refletir o acréscimo de juros e reduz pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado se houver uma modificação, como uma alteração no prazo da locação, nos pagamentos fixos ou na decisão de compra do ativo subjacente.

### Tratamento contabilístico de operações de “Sale and Leaseback”

O tratamento contabilístico das Operações de “Sale and Leaseback” depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados no reconhecimento do rédito (Nota 2.2). De acordo com o IFRS 16, caso a transferência do ativo cumpra com os requisitos do IFRS 15, então a mesma deverá ser contabilizada como uma venda de um ativo, sendo que, o vendedor-locatário deverá mensurar o ativo sob direito de uso (RoU) como uma proporção do valor contabilístico anterior do ativo que está relacionado com ativos sob direito de uso, reconhecendo apenas como ganho e perda o relacionado com os direitos transferidos para o comprador-locador, i.e. aqueles que decorrem para além do período de locação.

De acordo com a IFRS 16 o valor do ativos sob direito de uso a reconhecer (RoU) é inferior ao que seria caso o contrato de locação fosse celebrado sem a operação de venda anterior. Efetivamente o valor do RoU é calculado pela proporção do valor retido sobre o valor do ativo vendido.

Nas situações em que o Grupo recebe um preço superior ao seu justo valor como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação (Nota 4.7).

## Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

O Grupo determina o fim da locação como a parte não cancelável do prazo do contrato, juntamente com quaisquer períodos abrangidos por uma opção de extensão do contrato de locação se for razoavelmente certo que esta será exercida, ou quaisquer períodos abrangidos por uma opção para rescindir o contrato de locação, se for razoavelmente certo que esta não será exercida.

O Grupo tem a opção, sob alguns dos seus contratos de locação, de alugar ou arrendar os seus ativos para períodos adicionais. No início da locação a Sonae avalia a razoabilidade do exercício da opção de renovar o contrato após o período inicial. Isto é, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação. Após a data de início, o Grupo reavalia o fim do contrato se existir um evento significativo ou alterações nas circunstâncias que estejam sob controlo e afetem a sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovação (por exemplo, uma mudança na estratégia do negócio).

Pelas características dos contratos de locação negociados, a gestão avalia na data da negociação do contrato se este qualifica como um contrato de locação ou um contrato de serviços.

Estes ativos sob direito de uso têm, genericamente, um período inicial de 20 anos, podendo ser alargado o prazo de locação, com condições de mercado, por quatro períodos adicionais de 10 anos, tendo sido considerado pelo Conselho de Administração que apenas era considerado provável que fosse mantido o período inicial de locação, o qual é inferior ao período de vida útil remanescente dos ativos objeto de transação. Foi também considerado que não existe qualquer tipo de obrigação de recompra dos ativos, objeto de locação, bem como foi também analisado o valor presente dos pagamentos mínimos de locação.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o movimento ocorrido no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| | Terrenos e Edifícios | Equipamento básico e Viaturas Ligeiras | Outros ativos | Total dos ativos sob direitos de uso |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo Bruto** | | | | |
| **Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022** | **1.550.214** | **101.204** | **3.491** | **1.654.910** |
| Aumentos | 141.186 | 10.809 | 6.806 | 158.800 |
| Efeito da conversão cambial | (102) | (18) | - | (119) |
| Alienações de subsidiárias | (3.027) | (3.728) | (1.629) | (8.384) |
| Diminuições e abates | (77.774) | (7.210) | (94) | (85.078) |
| **Saldo inicial a 1 de janeiro de 2023** | **1.610.497** | **101.058** | **8.574** | **1.720.129** |
| Aumentos | 282.340 | 100.256 | 8.518 | 391.113 |
| Efeito da conversão cambial | 131 | 7 | - | 137 |
| Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2) | - | (1.272) | - | (1.272) |
| Mudança de método | (896) | - | - | (896) |
| Ativos detidos para venda | (2.889) | (39) | - | (2.927) |
| Diminuições e abates | (83.994) | (52.699) | (5.135) | (141.828) |
| **Saldo final a 31 de dezembro de 2023** | **1.805.189** | **147.310** | **11.956** | **1.964.455** |
| **Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas** | | | | |
| **Saldo inicial a 1 de janeiro de 2022** | **565.583** | **67.835** | **1.540** | **634.957** |
| Depreciações do exercício | 108.377 | 24.084 | 682 | 133.143 |
| Efeito da conversão cambial | 18 | (6) | - | 12 |
| Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2) | (1.485) | (1.910) | (1.336) | (4.731) |
| Diminuições e abates | (66.203) | (5.443) | (94) | (71.740) |
| Transferências | (1.318) | (132) | - | (1.450) |
| Perdas por imparidade do exercício | 2.118 | - | - | 2.118 |
| **Saldo inicial a 1 de janeiro de 2023** | **607.090** | **84.428** | **792** | **692.309** |
| Depreciações do exercício | 118.853 | 34.943 | 1.242 | 155.038 |
| Efeito da conversão cambial | 86 | 3 | - | 89 |
| Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2) | - | (739) | - | (739) |
| Mudança de método | (65) | - | - | (65) |
| Ativos detidos para venda | (1.196) | (13) | - | (1.209) |
| Diminuições e abates | (31.000) | (51.654) | (103) | (82.757) |
| Transferências | (3.917) | 216 | 7 | (3.694) |
| Perdas por imparidade do exercício | 12.068 | - | 2.065 | 14.133 |
| **Saldo final a 31 de dezembro de 2023** | **701.919** | **67.185** | **4.002** | **773.106** |
| **Valor Líquido** | | | | |
| **A 31 de dezembro de 2022** | **1.003.407** | **16.630** | **7.782** | **1.027.820** |
| **A 31 de dezembro de 2023** | **1.103.270** | **80.126** | **7.954** | **1.191.349** |

Na demonstração de resultados consolidados foram reconhecidos 155 milhões de euros relativos a amortizações do período (133 milhões de euros em 2022) e 84,3 milhões de euros de juros relativos à atualização da dívida (74,3 milhões de euros em 2022).

As responsabilidades relativas aos ativos sob direito de uso estão registadas nas rúbricas de passivo de locação não corrente e corrente no valor de respetivamente 1.261 milhões de euros e 140 milhões de euros (1.110 milhões de euros e 97 milhões de euros a 31 de dezembro de 2022).

O plano de reembolso previsto para os passivos de locação, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisado como segue:

| | 31 dez 2023 | | | 31 dez 2022 Reexpresso | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Capital | Juros | Passivo Atualizado | Capital | Juros | Passivo Atualizado |
| N+1 | 222.439 | 81.985 | 140.454 | 170.089 | 73.192 | 96.897 |
| N+2 | 207.848 | 74.847 | 133.001 | 157.924 | 67.324 | 90.600 |
| N+3 | 170.881 | 67.900 | 102.981 | 148.955 | 62.131 | 86.825 |
| N+4 | 160.532 | 61.720 | 98.813 | 142.037 | 56.898 | 85.139 |
| N+5 | 151.932 | 55.545 | 96.387 | 133.558 | 51.665 | 81.893 |
| Após N+5 | 1.102.248 | 272.054 | 830.194 | 1.022.797 | 257.587 | 765.211 |
| | **2.015.880** | **614.051** | **1.401.829** | **1.775.360** | **568.795** | **1.206.565** |

## 3.11. Propriedades de investimento

### Políticas contabilísticas

As propriedades de investimento do Grupo são detidas maioritariamente pela Sierra e suas participadas,

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento ou valorização do capital, ou ambos, e não para uso na produção ou fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Os ativos que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização ou, no caso das propriedades de investimento em desenvolvimento, quando a sua promoção passa a ser considerada irreversível. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção, na rubrica de "Propriedades de investimento em desenvolvimento", como se de um ativo fixo tangível se tratasse deduzido de eventuais perdas por imparidade. A partir desse momento, esses ativos passam a ser contabilizados com base no correspondente justo valor. A diferença entre o justo valor e o custo (de aquisição ou produção) a essa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rúbrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rúbrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

Os contratos de "fit-out" são contratos pelos quais o Grupo suporta parte das despesas incorridas com o acabamento interior da loja desse lojista. Como contrapartida, o lojista obriga-se a reembolsar o Grupo pelo montante investido, ao longo do prazo do contrato respetivo, em termos e condições que variam de contrato para contrato. Os montantes desembolsados pelo Grupo em contratos de "fit-out" são inicialmente registados ao custo de aquisição, na rubrica de "Propriedade de Investimento", sendo posteriormente ajustados para o correspondente justo valor à data de cada relato, determinado por uma entidade especializada independente e utilizando uma metodologia em tudo idêntica à utilizada na determinação do justo valor da propriedade de investimento à qual estes contratos correspondem. As variações de justo valor

dos contratos de “fit-out” são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica de “Variação de valor das propriedades de investimento”.

## Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração foi determinado através de avaliação reportada à data de relato, efetuada essencialmente por entidades especializadas independentes (Cushman & Wakefield e JLL).

A avaliação destas propriedades de investimento foi efetuada de acordo com os “Practice Statements” do “RICS Appraisal and Valuation Manual” publicado pelo “The Royal Institution of Chartered Surveyors” (“Red Book”), sedeado em Inglaterra.

A metodologia adotada para calcular o valor de mercado das propriedades de investimento envolve a preparação de projeções de ganhos e perdas a 10 anos de cada centro comercial adicionadas do valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do 11º ano e uma taxa de rendibilidade de mercado (“Exit yield” ou “cap rate”). Estas projeções são depois descontadas para a data de avaliação a uma taxa de desconto de mercado. As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente aos proveitos e custos futuros de cada propriedade. A taxa de rendibilidade e a taxa de desconto são definidas de acordo com o mercado de investimento local e institucional sendo a razoabilidade do valor de mercado obtido de acordo com a metodologia acima, igualmente testado também em termos da taxa de rendibilidade inicial, obtida com o rendimento líquido estimado para o 1º ano das projeções.

Na avaliação das propriedades de investimento, foi igualmente tomado em consideração algumas premissas que, de acordo com a classificação do “Red Book”, são consideradas especiais, nomeadamente, em relação a centros comerciais inaugurados recentemente, nos quais não foram consideradas despesas de investimento eventualmente ainda devidas, em virtude de esses montantes se encontrarem devidamente acrescidos nas demonstrações financeiras anexas.

Em termos de hierarquia as propriedades de investimento do Grupo que se encontram valorizadas a justo valor encontram-se todas dentro do nível 3.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a informação dos principais pressupostos utilizado na valorização de propriedades de investimento, exceto de exploração pode ser detalhado como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| | Resto da Europa | Resto da Europa |
| ***Taxa de desconto a 10 anos*** | | |
| *Floor* | 9,05% | 9,05% |
| *Weighted average* | 9,15% | 9,21% |
| *Cap* | 9,45% | 9,65% |
| **"Cap rate" a 10 anos** | | |
| *Floor* | 7,15% | 7,00% |
| *Weighted average* | 7,33% | 7,16% |
| *Cap* | 7,85% | 7,60% |
| **Renda mensal média por m2 (€)** | | |
| *Floor* | 20 | 18 |
| *Weighted average* | 21 | 20 |
| *Cap* | 23 | 21 |
| **Justo valor (Nível 3)** | 315.783 | 306.279 |

A relação existente entre elementos não observáveis e o justo valor das propriedades pode ser descrito como segue:

- uma diminuição das rendas anuais contribui para uma diminuição do justo valor;

- um aumento nas taxas de desconto e de capitalização contribui para uma diminuição do justo valor:

um aumento de 25 pontos base contribui para uma diminuição do justo valor no montante de 10 milhões de euros; e uma diminuição de 25 pontos base contribui para um aumento do justo valor no montante de 11 milhões de euros

Tal como mencionado nos relatórios de avaliação das propriedades de investimento elaborados por entidades especializadas independentes, a determinação do justo valor das mesmas teve em consideração a definição do justo valor da IFRS 13 a qual é concordante com a definição de valor de mercado definido nas normas internacionais de avaliação das propriedades de investimento.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| | Propriedades de investimento | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | em desenvolvimento | | | |
| | Em exploração | "Fit Out" | ao custo | Adiantamentos | Total |
| **Saldo inicial a 1 janeiro de 2022** | **303.899** | **-** | **14.249** | **1.725** | **319.873** |
| Adições | 5.919 | | 9.444 | 4.983 | 20.346 |
| Reversão de imparidades | - | - | 7.776 | - | 7.776 |
| Imparidades e abates | - | - | (2.614) | - | (2.614) |
| Alienações | - | - | (11.133) | - | (11.133) |
| Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos: | | | | | |
| - Perdas | (3.534) | - | - | - | (3.534) |
| Mudança de método (Nota 1.3.1) | - | - | 12.497 | - | 12.497 |
| Diferenças de conversão cambial | - | - | (22) | (567) | (589) |
| **Saldo inicial a 1 de janeiro de 2023** | **306.284** | **-** | **30.196** | **6.141** | **342.621** |
| Adições | 3.956 | - | 21.481 | (2) | 25.435 |
| Imparidades e abates | - | - | 1.725 | (575) | 1.150 |
| "Write-off" e imparidades | - | - | - | - | - |
| Recebimento de Fit-out | - | - | - | (1.150) | (1.150) |
| Transferências | - | - | (4.648) | (825) | (5.473) |
| Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos: | | | | | |
| - Ganhos | 8.533 | - | - | - | 8.533 |
| - Perdas | (2.985) | - | - | - | (2.985) |
| Transferência para ativos disponíveis para venda (Nota 2.7) | - | - | (41.858) | - | (41.858) |
| Diferenças de conversão cambial | - | - | 38 | 756 | 794 |
| **Saldo final a 31 de dezembro de 2023** | **315.788** | **-** | **6.934** | **4.345** | **327.067** |

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o rédito (remunerações fixas, líquidas de eventuais descontos sobre as rendas fixas, remunerações variáveis, remunerações dos espaços comuns, direitos de ingresso e taxas de cessão) e os gastos operacionais diretos (imposto municipal sobre imóveis, seguros, conservação e reparação, gastos de comercialização e outros gastos associados à atividade do centro comercial) associados às propriedades de investimento do Grupo, tinham a seguinte composição:

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Rendas | Gastos operacionais diretos | Rendas | Gastos operacionais diretos |
| Sierra | 24.346 | 2.929 | 21.128 | 1.985 |
| | **24.346** | **2.929** | **21.128** | **1.985** |

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as propriedades de investimento do Gli Orsi e Parklake tinham sido apresentadas como garantia real de empréstimos bancários contraídos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existem, para além das acima indicadas, obrigações contratuais significativas de compra, construção ou desenvolvimento de propriedades de investimento ou para a sua reparação ou manutenção exceto quanto às obrigações descritas nas Notas 7.2 e 7.4.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o montante das propriedades de investimento em desenvolvimento era detalhado como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| **Propriedades de investimento ao custo:** | | |
| Península Ibérica | - | 23.553 |
| Resto da europa | 69.392 | 73.618 |
| Colômbia | 4.724 | 3.729 |
| | **74.116** | **100.900** |
| Imparidades para ativos em risco | (62.837) | (64.562) |
| | **11.279** | **36.337** |

Os montantes de 62,8 milhões de euros e 64,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente, registados na rubrica “Imparidade para ativos em risco” correspondem à estimativa efetuada pelo Conselho de Administração para perdas que poderão ocorrer em resultado de atrasos no desenvolvimento dos seus projetos, dadas as incertezas de mercado em relação aos mesmos.

## 3.12. Detalhe de perdas por imparidade

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe das perdas por imparidade reconhecido na Demonstração de Resultados pode ser detalhado como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
|---|---|---|
| Perdas de imparidade - clientes | (1.643) | 2.372 |
| Perdas de imparidade - propriedades de investimento | 1.725 | (2.614) |
| Perdas de imparidade - ativos fixos tangíveis | (19.226) | (21.908) |
| Perdas de imparidade - ativos intangíveis | (27.254) | (15.140) |
| Perdas de imparidade - goodwill | (28.733) | (25.058) |
| Outros | (14.480) | (1.806) |
| | **(89.611)** | **(64.154)** |

# 4. Fundo de maneio

## 4.1. Inventários

### Políticas contabilísticas

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor das receitas comerciais e dos descontos de quantidade concedidos por fornecedores, ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

Os produtos acabados e intermédios e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção. O diferencial de encargos capitalizados e reconhecidos nesta natureza de inventários durante o exercício é reconhecido como variação da produção, na demonstração dos resultados.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em “Custo das vendas”, bem como as reversões de imparidade. O inventário é desreconhecido quando é considerado obsoleto pelo Grupo, sendo o seu valor contabilístico desreconhecido por contrapartida de "Outros gastos".

As receitas comerciais, que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores, têm como base a prestação de serviços em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topos, publicidade, etc…) ou a comparticipação de campanhas promocionais de produtos de fornecedores. Estes montantes afetam o valor dos inventários de mercadorias e são deduzidos à rúbrica de “Custo vendas”, na medida em que as respetivas mercadorias são vendidas.

O detalhe dos “Inventários” em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 8.101 | 7.718 |
| Mercadorias | 796.993 | 727.426 |
| Produtos acabados e intermédios | 15.427 | 13.454 |
| Produtos e trabalhos em curso | 926 | 865 |
| | **821.448** | **749.463** |
| Ajustamentos acumuladas em inventários | (22.802) | (22.231) |
| **Inventários** | **798.646** | **727.232** |

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 ascendem a 5.820 milhões de euros e 5.306 milhões de euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Inventários iniciais | 735.144 | 646.482 |
| Efeito da conversão cambial | 78 | (37) |
| Variações de perímetro | 47 | - |
| Compras | 5.925.890 | 5.427.060 |
| Regularizações de inventários | (36.536) | (32.525) |
| Inventários finais | 805.095 | 735.144 |
| | **5.819.527** | **5.305.836** |
| Ajustamentos em inventários | 363 | (248) |
| **Custo das vendas** | **5.819.891** | **5.305.588** |

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de Regularizações de inventários refere-se essencialmente a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social realizadas pelas unidades de retalho.

A variação de produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 ascendem a 11 milhares de euros e 1.127 milhares de euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Inventários iniciais | 14.319 | 10.454 |
| Variações de perímetro | (47) | - |
| Regularizações de inventários | 1.258 | 1.673 |
| Inventários finais | 16.353 | 14.319 |
| | **822** | **2.193** |
| Ajustamentos em inventários | (811) | (1.065) |
| **Variação da produção** | **11** | **1.127** |

## 4.2. Clientes

### Políticas contabilísticas

A política contabilística relativa a clientes está descrita na Nota 5.c).

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, as perdas por imparidade são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada, cujo cálculo resulta da aplicação de perdas esperadas baseadas nos recebimentos no âmbito das vendas e prestações de serviços e das perdas de crédito históricas. Consideramos ainda que existem montantes para os quais não existe risco de crédito e como tal a perda de crédito esperada é nula, nomeadamente saldos com cartas de crédito, cauções, seguros de crédito e saldos com entidades relacionadas. Os saldos correntes aproximam-se do seu justo valor.

O detalhe dos "Clientes" em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é o seguinte:

| | 31 dez 2023 | | | 31 dez 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor bruto | Perdas por imparidade (Nota 7) | Valor líquido | Valor bruto | Perdas por imparidade (Nota 7) | Valor líquido |
| MC | 63.015 | (2.414) | 60.601 | 55.409 | (2.531) | 52.878 |
| Worten | 13.913 | (674) | 13.239 | 11.023 | (516) | 10.507 |
| Sierra | 18.485 | (6.391) | 12.094 | 21.208 | (6.592) | 14.616 |
| Zeitreel | 29.012 | (2.066) | 26.946 | 29.428 | (2.736) | 26.692 |
| Bright Pixel | 1.309 | (29) | 1.280 | 218 | (29) | 189 |
| Outros | 15.923 | (1.284) | 14.639 | 26.833 | (2.988) | 23.845 |
| | **141.658** | **(12.858)** | **128.799** | **144.118** | **(15.391)** | **128.727** |

| | Clientes | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 31 dez 2023 | Não vencido | 0 - 30 dias | 30 - 90 dias | 90 - 180 dias | 180 - 360 dias | + 360 dias | Total |
| | 0% - 0,84% | 0% - 1,03% | 0% - 2,93% | 0% - 3,79% | 0% - 14,58% | 0% - 100,00% | |
| MC | 16.189 | 26.436 | 16.475 | 2.115 | 397 | 1.403 | 63.015 |
| Worten | 6.541 | 3.705 | 1.941 | 981 | 197 | 549 | 13.913 |
| Sierra | 4.964 | 3.369 | 3.976 | 407 | 375 | 5.392 | 18.485 |
| Zeitreel | 12.827 | 6.145 | 3.857 | 1.177 | 2.956 | 2.049 | 29.012 |
| Bright Pixel | 1.309 | - | - | - | - | - | 1.309 |
| Outros | 11.502 | 1.842 | 2.179 | 118 | 33 | 250 | 15.923 |
| **Total** | **53.332** | **41.497** | **28.428** | **4.799** | **3.958** | **9.644** | **141.658** |
| **Perdas por imparidade** | | | | | | | |
| MC | - | (2.248) | (5) | (1) | (12) | (148) | (2.414) |
| Worten | - | (199) | (151) | - | (11) | (313) | (674) |
| Sierra | - | - | (428) | (278) | (375) | (5.309) | (6.391) |
| Zeitreel | - | (246) | (45) | (75) | (691) | (1.010) | (2.066) |
| Bright Pixel | - | - | - | (29) | - | - | (29) |
| Outros | - | (1.284) | - | - | - | - | (1.284) |
| **Total** | **-** | **(3.978)** | **(629)** | **(383)** | **(1.089)** | **(6.779)** | **(12.858)** |
| | **53.332** | **37.519** | **27.800** | **4.416** | **2.869** | **2.864** | **128.799** |

| 31 dez 2022 | Clientes | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Não vencido | 0 - 30 dias | 30 - 90 dias | 90 - 180 dias | 180 - 360 dias | + 360 dias | Total |
| | 0% - 0,39% | 0% - 0,59% | 0% - 1,76% | 0% - 6,32% | 0% - 16,63% | 0% - 100,00% | |
| MC | 19.149 | 24.029 | 8.802 | 1.445 | 302 | 1.681 | 55.409 |
| Worten | 5.710 | 2.780 | 1.345 | 461 | 428 | 299 | 11.023 |
| Sierra | - | 12.121 | - | 3.037 | 532 | 5.518 | 21.208 |
| Zeitreel | 18.015 | 2.523 | 3.987 | 654 | 1.616 | 2.634 | 29.428 |
| Bright Pixel | 48 | 61 | 74 | 3 | - | 31 | 217 |
| Outros | 2.372 | 1.323 | 8.380 | 3.806 | 2.274 | 8.678 | 26.833 |
| **Total** | **45.294** | **42.837** | **22.589** | **9.405** | **5.152** | **18.841** | **144.118** |
| **Perdas por imparidade** | | | | | | | |
| MC | - | (2.383) | (2) | (11) | (5) | (131) | (2.531) |
| Worten | - | (204) | (14) | - | (1) | (297) | (516) |
| Sierra | - | - | (248) | (294) | (532) | (5.518) | (6.592) |
| Zeitreel | - | (2.181) | - | - | - | (554) | (2.736) |
| Bright Pixel | - | - | - | - | - | (29) | (29) |
| Outros | - | (935) | (565) | - | (142) | (1.345) | (2.988) |
| **Total** | **-** | **(5.702)** | **(830)** | **(305)** | **(679)** | **(7.875)** | **(15.391)** |
| | **45.294** | **37.134** | **21.759** | **9.100** | **4.473** | **10.966** | **128.727** |

## 4.3. Outras dívidas de terceiros

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, as perdas por imparidade relativas a outras dividas de terceiros são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada considerando a não existência de risco de crédito para saldos com entidades publicas, cauções, subsídios e entidades relacionadas e como tal a perda esperada é considerada nula. Os saldos correntes aproximam-se do seu justo valor.

O detalhe das Outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| **Empréstimos concedidos a empresas relacionadas (Nota 8)** | **18.892** | **19.350** |
| **Outros devedores** | | |
| Fornecedores c/c - saldos devedores | 34.456 | 32.240 |
| Contratos de derivados associados a atividade comercial (Nota 5.2) | 3.752 | 19.396 |
| Adiantamentos a fornecedores | 12.376 | 16.601 |
| Contas a receber resultantes de campanhas promocionais desenvolvidas com parcerias | 9.474 | 7.423 |
| Formas de Pagamento | 16.912 | 5.671 |
| IVA de imóveis e de descontos de talões | 3.378 | 698 |
| Adiantamentos a fornecedores de ativos tangiveis | 4.333 | 1.850 |
| Cauções | 2.224 | 2.224 |
| Vales e cheques oferta | 2.296 | 1.588 |
| Outras dívidas de terceiros | 44.077 | 32.374 |
| **Total de outros devedores** | **133.276** | **120.065** |
| Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 7.1) | (8.771) | (9.626) |
| **Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber** | **(8.771)** | **(9.626)** |
| **Total de outras dívidas de terceiros** | **143.397** | **129.788** |

O valor incluído na rubrica “Empréstimos concedidos a empresas relacionadas” é relativo na sua quase totalidade a suprimentos concedidos a empreendimentos conjuntos e associadas da Sierra. Estes suprimentos vencem juros a taxas normais de mercado.

Os valores incluídos em “Fornecedores c/c - saldos devedores” estão relacionados com proveitos comerciais debitados aos fornecedores, mas ainda não deduzidos aos créditos resultantes de compras futuras no segmento retalho.

A linha de “Outras dívidas de terceiros” inclui, essencialmente, adiantamentos ao pessoal, garantias e cauções prestadas, devedores de ativos fixos tangíveis e devedores relativos a contratos de sublocação.

## 4.4. Outros ativos correntes

### Políticas contabilísticas

As receitas comerciais, que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores, têm como base a prestação de serviços em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topos, publicidade, etc…) ou a comparticipação de campanhas promocionais de produtos de fornecedores. Estes montantes afetam o valor dos inventários de mercadorias e são deduzidos à rúbrica de "Custo vendas", na medida em que as respetivas mercadorias são vendidas. As receitas comerciais são formalizadas contratualmente, com a identificação das datas da prestação do serviço ou da campanha promocional e do valor acordado, estando o seu reconhecimento dependente do cumprimento de obrigações de desempenho. Os contratos de receitas comerciais dão origem à emissão de documento(s) financeiro(s) a fornecedores, os quais são descontados em pagamentos futuros de faturas ou através da cobrança direta. Os valores que ainda não tenham sido objeto de débito, atentos às condições de pagamento acordadas com os fornecedores para as receitas em concreto, são registados em "Outros ativos correntes".

O detalhe dos "Outros ativos correntes" em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Receitas comerciais | 27.773 | 37.188 |
| Custos diferidos - fornecimentos e serviços externos | 18.743 | 24.145 |
| Faturação a emitir | 7.165 | 7.231 |
| Subsídios exploração | 2.158 | 2.205 |
| Custos diferidos - rendas | 1.233 | 1.210 |
| Outros ativos correntes | 20.746 | 14.483 |
| **Outros ativos correntes** | **77.819** | **86.463** |

A rubrica de "Receitas comerciais" diz respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do segmento retalho, comparticipadas por parceiros da Sonae e reconhecida em "Custo das vendas".

## 4.5. Outros ativos não correntes

O detalhe dos "Outros ativos não correntes" em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é o seguinte:

| | 31 dez 2023 | | | 31 dez 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor bruto | Perdas por imparidade acumuladas (Nota 7) | Valor líquido | Valor bruto | Perdas por imparidade acumuladas (Nota 7) | Valor líquido |
| **Empréstimos concedidos a empresas relacionadas (Nota 8)** | **11.590** | **-** | **11.590** | **17.667** | **-** | **17.667** |
| **Clientes e outros devedores** | | | | | | |
| Devedores por alienação de investimentos financeiros | 3.000 | - | 3.000 | 4.000 | - | 4.000 |
| Valores a receber relativos a sublocações | 4.890 | - | 4.890 | 1.852 | - | 1.852 |
| Cauções | 3.702 | - | 3.702 | 2.413 | - | 2.413 |
| Regime excecional de regularização de dívidas ao fisco | 2.568 | - | 2.568 | 2.712 | - | 2.712 |
| Outros | 2.592 | - | 2.592 | 2.404 | - | 2.404 |
| | **28.342** | **-** | **28.342** | **31.048** | **-** | **31.048** |
| Derivados não correntes (Nota 5.2) | 11.941 | - | 11.941 | 18.265 | - | 18.265 |
| **Total de instrumentos financeiros (Nota 5.3)** | **40.283** | **-** | **40.283** | **49.313** | **-** | **49.313** |
| Outros ativos não correntes | 88 | - | 88 | 81 | - | 81 |
| **Outros ativos não correntes** | **40.370** | **-** | **40.370** | **49.395** | **-** | **49.395** |

O valor incluído na rubrica "Empréstimos concedidos a empresas relacionadas" é relativo na sua quase totalidade a suprimentos concedidos a empreendimentos conjuntos e associadas da Sierra. Estes suprimentos vencem juros a taxas normais de mercado, que se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco corresponde a impostos pagos, voluntariamente, relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) que já estavam na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação tendo, contudo, sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento do Conselho de Administração que as

reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae razão pela qual os mesmos não se encontram provisionados (Nota 7).

## 4.6. Movimento das perdas por imparidade relativas a clientes e outras dívidas de terceiros

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi o seguinte:

| Perdas por imparidade | Clientes | Devedores diversos |
|---|---|---|
| Saldo inicial 1 de janeiro de 2022 | 17.790 | 10.193 |
| Aumentos | 3.748 | 250 |
| Diminuições | (5.917) | (679) |
| Outros | (229) | (71) |
| **Saldo inicial 1 de janeiro de 2023** | **15.391** | **9.692** |
| Aumentos | 2.880 | 731 |
| Diminuições | (3.554) | (1.641) |
| Alienações de subsidiárias | (1.731) | - |
| Transferência para Ativos Detidos para Venda | (78) | (10) |
| Outros | (50) | - |
| **Saldo final a 31 de dezembro de 2023** | **12.858** | **8.771** |

## 4.7. Outros passivos não correntes

### Políticas contabilísticas

Nas situações de tratamento contabilístico de operações de “Sales and Leaseback” os casos em que o Grupo recebe um preço superior ao seu justo valor como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

### Detalhe de outros passivos não correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Acionistas | 1.084 | 1.103 |
| Credores por aquisição de investimentos financeiros | 1.238 | 1.944 |
| Contratos de derivados associados a atividades comerciais (Nota 5.2) | 7.634 | - |
| Depósitos de rendas de lojistas | 2.650 | 2.594 |
| Outras dívidas a terceiros não correntes | 804 | 1.170 |
| **Total de instrumentos financeiros (Nota 5.3)** | **13.411** | **6.810** |
| Diferimento do rédito associado à alienação das extensões de garantia no segmento da Worten | 57.987 | 53.923 |
| Comissões a receber | 6.051 | 14.580 |
| Encargos assumidos na alienação de imóveis | 11.556 | 15.221 |
| Outros acréscimos e diferimentos | 250 | 403 |
| **Outros passivos não correntes** | **89.255** | **90.936** |

O valor a pagar relativo a Imposto sobre transações em 2022 corresponde ao valor a pagar pelo Gli Orsi às autoridades fiscais.

O valor incluído na rubrica “Encargos assumidos na alienação de imóveis” é relativo às despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, que no caso dos Sale & Leaseback estes valores foram pagos no momento da transação e o Grupo assumiu a responsabilidade futura.

Estima-se que os valores incluídos em “Outros dívidas a terceiros não correntes” correspondam aproximadamente ao seu justo valor.

## 4.8. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os Fornecedores tinham o seguinte detalhe:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| **Fornecedores conta corrente** | | |
| MC | 788.019 | 811.011 |
| Worten | 492.066 | 458.874 |
| Sierra | 5.350 | 9.766 |
| Zeitreel | 30.809 | 45.645 |
| Bright Pixel | 265 | 342 |
| Universo | 1.271 | 4.054 |
| Outros | 7.496 | 4.473 |
| | **1.325.275** | **1.334.165** |
| Fornecedores, faturas em receção e conferência | 116.591 | 100.663 |
| **Fornecedores** | **1.441.865** | **1.434.829** |

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional da Sonae. O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do valor contabilístico e que o efeito de atualização destes montantes não é material.

A Sonae mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos fornecedores dos segmentos incluídos nos negócios de retalho o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pela Sonae da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta. No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes podem permitir a antecipação do recebimento desses créditos. A empresa não altera a natureza contabilística dos créditos até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere e (ii) a empresa não suporte um encargo com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal.

## 4.9. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Gastos com o pessoal | 210.657 | 179.071 |
| Outros fornecimentos e serviços externos | 79.011 | 62.578 |
| Publicidade e propaganda | 22.116 | 19.012 |
| Diferimento do rédito de extensões de garantia | 23.610 | 20.910 |
| Receitas antecipadas de clientes | 3.463 | 1.149 |
| Gastos com compras | 6.437 | 3.467 |
| Rendas fixas debitadas antecipadamente | 8.988 | 3.665 |
| Encargos financeiros a liquidar | 8.781 | 6.488 |
| Rendas e alugueres | 4.153 | 3.950 |
| Passivo de locação | 4.529 | 4.224 |
| Imposto municipal sobre imóveis | 1.885 | 1.826 |
| Outros | 29.729 | 23.913 |
| **Outros passivos correntes** | **403.359** | **330.253** |

## 4.10. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Outras dívidas a terceiros” pode ser detalhada como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Fornecedores de ativos fixos | 100.015 | 92.298 |
| Outras dívidas | 139.497 | 115.235 |
| | **239.512** | **207.533** |
| Empresas participadas e participantes | 188 | 199 |
| **Outras dívidas a terceiros** | **239.701** | **207.732** |

A rubrica “Outras dívidas” inclui:

- 58.954 milhares de euros (54.861 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta, cartões prenda e talões de desconto;

- 15.687 milhares de euros (13.927 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022) relativos a descontos atribuídos, no âmbito do "Cartão Cliente", ainda não rebatidos;

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de ativos fixos e não incorpora juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

## 4.11. Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Valores devedores | | |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 11.098 | 18.480 |
| Outros Impostos | 3.788 | 3.744 |
| **Estado e outros entes públicos** | **14.886** | **22.224** |
| Valores credores | | |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 97.168 | 84.779 |
| Retenção na fonte - IRS trabalho dependente | 10.855 | 7.533 |
| Contribuições para a Segurança Social | 20.647 | 18.841 |
| Outros Impostos | 1.719 | 3.123 |
| **Estado e outros entes públicos** | **130.389** | **114.276** |

## 4.12. Imposto sobre o rendimento

### Políticas contabilísticas

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae.

A Sonae é a sociedade dominante do grupo abrangido pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades. Os prejuízos fiscais gerados pelas empresas dominadas dentro do Grupo são parcialmente compensados pela entidade dominante do Grupo. Relativamente aos prejuízos fiscais gerados pelas empresas dominadas não compensados no exercício, serão compensados à medida que o Grupo recupere, tendo em conta os lucros tributáveis futuros do Grupo, ficando o montante por compensar registado no Ativo não corrente numa conta a receber do Grupo. Cada empresa regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais sendo o imposto apurado registado por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

## Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de apuramento de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias que se revertem no mesmo período e considerando o limite de compensação existente por lei nos casos aplicáveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 3.1.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal, nem dê origem a diferenças temporárias tributárias e dedutíveis equivalentes.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Sonae sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto, sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da Sonae, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento do Grupo, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a Sonae trata a situação como um passivo contingente, i.e. não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações, em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma Provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo em “Imposto sobre o rendimento” a receber, por corresponderem a montantes certos que serão reembolsados à entidade (usualmente acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pelo Grupo às autoridades competentes, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento do Grupo seja que os mesmos irão ser reembolsados acrescidos dos respetivos juros.

## 4.12.1. Impostos sobre o rendimento

O detalhe do Imposto sobre o rendimento na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Valores devedores | | |
| Imposto sobre o rendimento | 69.667 | 43.302 |
| Imposto sobre o rendimento com entidade participadas | 172 | 1.555 |
| Regime excecional de regulariz.dívidas ao fisco | 3.720 | 3.743 |
| **Imposto sobre o rendimento** | **73.559** | **48.600** |
| Valores credores | | |
| Imposto sobre o rendimento | 17.458 | 18.603 |
| Imposto sobre o rendimento com entidade participadas | 6.311 | 2.230 |
| **Imposto sobre o rendimento** | **23.769** | **20.832** |

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são detalhados como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
|---|---|---|
| Imposto estimado para o exercício | 56.681 | 25.597 |
| Imposto diferido | (47.168) | (12.077) |
| | **9.514** | **13.520** |

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2023 e de 2022 pode ser analisada como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
|---|---|---|
| Resultado antes de impostos | 445.476 | 363.119 |
| **Taxa teórica de 21%** | **93.550** | **76.255** |
| Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal | (1.105) | (8.527) |
| Diferença entre mais e menos valias fiscais, contabilísticas e outras | (1.376) | (21.968) |
| Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos | (71.581) | (25.926) |
| Provisões e perdas por imparidade não aceites fiscalmente | 7.290 | 5.772 |
| Prejuízos fiscais utilizados no exercício que não deram origem a ativos por impostos dferidos | (4.278) | (4.670) |
| Prejuízos fiscais gerados no exercício que não deram origem a ativos por impostos dferidos | 3.137 | 2.247 |
| Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha | 5.817 | 5.817 |
| Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos | (9.596) | (7.044) |
| Efeito da constatação ou reversão de benefícios fiscais | (14.343) | (15.248) |
| Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto | (3.405) | (601) |
| Tributação autónoma | 2.621 | 2.216 |
| Derrama | 4.991 | 7.500 |
| Outros | (2.208) | (2.301) |
| **Imposto sobre o rendimento** | **9.514** | **13.520** |

## 4.12.2. Impostos diferidos

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2023 no segmento do Retalho um valor de 21,4 milhões de euros (16,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores do Grupo Fiscal espanhol e que podem ser recuperados por este em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A., em Espanha, era em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a entidade representante do Grupo Fiscal em Espanha, cuja entidade dominante é a Sonae SGPS, S.A.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos, relativos à operação do Grupo em Espanha, está suportada na análise do valor recuperável das Unidades Geradoras

de Caixa para os formatos do retalho especializado em Espanha, bem como das restantes empresas incluídas no perímetro fiscal que tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 5 anos.

Os pressupostos utilizados nos planos de negócios das empresas do retalho e das outras empresas em Espanha, incluídas no referido Grupo Fiscal, têm por base essencialmente uma taxa composta de crescimento de vendas nos 5 anos de 3,7% (3,8% em 2022).

Apesar dos referidos prejuízos fiscais não apresentarem caducidade, a análise da sua recuperabilidade limitou-se ao prazo de 5 anos, considerando ainda os passivos por impostos diferidos reconhecidos.

É entendimento do Conselho de Administração, com base nos planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis, no prazo de projeção e que os que foram revertidos nos últimos anos, serão recuperáveis provavelmente num prazo superior aos 5 anos da projeção.

O detalhe dos Ativos e Passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

| | Ativos por impostos diferidos | | Passivos por impostos diferidos | |
|---|---|---|---|---|
| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
| Diferença entre o justo valor e o custo histórico | 5.397 | 4.929 | 90.333 | 93.156 |
| Diferenças temporárias em ativos fixos tangíveis e intangíveis | 138 | 277 | 104.623 | 97.392 |
| Diferença temporária em goodwill negativo e aplicação do método da equivalência patrimonial | - | - | 34.689 | 35.262 |
| Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente | 29.636 | 23.855 | - | - |
| Imparidade de ativos | - | - | 639 | 639 |
| Valorização de instrumentos derivados de cobertura | 2.744 | 1.614 | 3.839 | 9.137 |
| Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha | - | - | 51.187 | 45.370 |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 92.045 | 31.892 | - | - |
| Mais / menos valias reinvestidas | - | - | 27 | 68 |
| Benefícios fiscais | 64.502 | 51.093 | 18.140 | 15.911 |
| Direitos de uso | 26.730 | 270.982 | 23.953 | 234.144 |
| Outros | 6.176 | 11.179 | 1.256 | 714 |
| | **227.368** | **395.820** | **328.685** | **531.793** |

A rubrica de "Valorização de instrumentos financeiros derivados de cobertura" incluí 2.993 milhares de euros em passivos por impostos diferidos em 2023 relativo ao derivado de energia mencionado na Nota 5.2 (7.183 milhares de euros em 2022).

No exercício de 2023 e para efeitos de IRC, o grupo procedeu a reavaliação dos efeitos fiscais da contabilização da IFRS 16, desde o exercício de 2019, e entende:
- Deixar de dar relevância fiscal às rendas de locação pagas pelos locatários em substituição dos efeitos contabilísticos da IFRS 16, que eram então anulados para efeitos fiscais;
- Passar a dar relevância fiscal aos ajustamentos contabilísticos da IFRS 16, desde 2019 (incluindo o efeito da variação patrimonial registada na transição), assumindo os seguintes procedimentos:
(i) A vida útil considerada para efeitos de amortizações fiscais sobre o direito de uso será a que corresponder à vida útil do ativo subjacente ou, se menor, ao prazo da locação;
(ii) O valor das depreciações a considerar para efeitos fiscais sobre direitos de uso cujo ativo subjacente sejam viaturas ligeiras de passageiros ou mistas deve ter em conta os limites fixados na Portaria 467/201 de 7 de Julho.
Como tal, o grupo irá proceder à substituição das declarações periódicas de rendimentos para efeitos de IRC, de exercícios anteriores a 2023, tendo em conta os valores apurados de acordo com o supra expresso.

A referida reavaliação originou o desreconhecimento dos ativos por impostos diferidos e dos passivos por impostos diferidos relativos aos efeitos fiscais da contabilização da IFRS 16 em todas as subsidiárias portuguesas, no valor de respetivamente 286.386 milhares de euros e 249.846 milhares de euros respetivos, e o reconhecimento de 36.539 milhares de euros de ativos por impostos diferidos relativos a prejuizos fiscais ao nível da demonstração consolidada da posição financeira a 31 de dezembro de 2023, não tendo tido qualquer impacto no resultado líquido consolidado.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi como segue:

| | Ativos por impostos diferidos | | Passivos por impostos diferidos | |
|---|---|---|---|---|
| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
| **Saldo inicial** | 395.820 | 358.580 | 531.794 | 502.316 |
| **Efeito em resultados:** | | | | |
| Diferença entre o justo valor e o custo histórico | 468 | 435 | (2.823) | (561) |
| Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis | (139) | (222) | 7.232 | 10.290 |
| Diferença temporária em goodwill negativo e aplicação do método da equivalência patrimonial | - | - | (573) | (9.445) |
| Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites | 5.782 | 6.927 | - | - |
| Constituição / reversão de ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais | 60.153 | 8.365 | - | - |
| Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha | - | - | 5.817 | 5.817 |
| Mais / menos-valias reinvestidas | - | - | (41) | (46) |
| Benefícios fiscais | 13.409 | 21.856 | 2.229 | 15.911 |
| Direitos de uso | (244.252) | 7.212 | (210.191) | 3.866 |
| Outros | 668 | (4.884) | 448 | 680 |
| | **(163.911)** | **39.688** | **(197.903)** | **26.512** |
| **Efeito em outro rendimento integral:** | | | | |
| Valorização de instrumentos derivados de cobertura | - | 873 | (4.969) | 3.629 |
| Conversão cambial | - | (17) | 162 | (342) |
| Variação de justo valor de ativos financeiros | - | - | (385) | - |
| | **-** | **856** | **(5.192)** | **3.287** |
| Aquisição de subsidiárias (Nota 1.3.1) | | - | 99 | - |
| Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2) | (4.541) | (3.304) | (112) | (322) |
| **Saldo final** | **227.368** | **395.820** | **328.685** | **531.794** |

Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21%. No caso de diferenças temporárias positivas ou negativas com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 22,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas em que se perspetiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

| | 31 dez 2023 | | | 31 dez 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| País | Prejuízo fiscal | Ativos por impostos diferidos | Data limite de utilização | Prejuízo fiscal | Ativos por impostos diferidos | Data limite de utilização |
| **Sem limite de data de utilização** | | | | | | |
| Itália | - | - | | 41 | - | |
| Espanha | 82.909 | 20.727 | | 72.152 | 18.038 | |
| Portugal | 339.607 | 71.318 | | 65.997 | 13.853 | |
| | **422.517** | **92.045** | | **138.191** | **31.892** | |
| | **422.517** | **92.045** | | **138.191** | **31.892** | |

Em 31 de dezembro de 2023, existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 718 milhões de euros (689 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

| País | 31 dez 2023 | | | 31 dez 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prejuízo fiscal | Crédito de imposto | Data limite de utilização | Prejuízo fiscal | Crédito de imposto | Data limite de utilização |
| **Com limite de data de utilização** | | | | | | |
| Colômbia | 272 | 96 | 2023 a 2055 | 403 | - | - |
| Grécia | 1.863 | 410 | 2024 a 2028 | 2.063 | - | 2021 a 2026 |
| Países Baixos | - | - | | 29.670 | - | 2021 a 2027 |
| Luxemburgo | 10.237 | 2.554 | 2035 a 2040 | 12.719 | 58.150 | 2021 a 2038 |
| Marrocos | - | - | | 267 | - | 2020 a 2024 |
| Roménia | 40.682 | 66.457 | 2024 a 2030 | 47.937 | - | 2021 a 2028 |
| | **53.054** | **69.517** | | **93.059** | **58.150** | |
| **Sem limite de data de utilização** | | | | | | |
| Alemanha | 14.964 | 4.672 | | 14.156 | 4.420 | |
| Brasil | 30.581 | 10.397 | | 28.569 | 9.713 | |
| Espanha | 341.942 | 85.486 | | 378.698 | 89.033 | |
| Itália | 1.104 | 265 | | 6.063 | - | |
| Irlanda | 26 | 7 | | - | - | |
| Luxemburgo | 4.445 | 1.109 | | 2.987 | - | |
| Países Baixos | 28.903 | 6.473 | | 29.670 | 6.053 | |
| Reino Unido | 6.797 | 1.699 | | 3.989 | 997 | |
| Roménia | 30.683 | 4.908 | | 22.461 | 3.594 | |
| Portugal | 48.631 | 10.213 | | 202.900 | 42.609 | |
| | **508.077** | **125.229** | | **689.494** | **156.419** | |
| | **561.131** | **194.746** | | **782.553** | **214.569** | |

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados, S.A. da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização do goodwill gerado na aquisição da Continente Hipermercados, S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo de reclamação lhe seria favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Sucursal, por parte do Tribunal Económico-Administrativo Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008. Idêntico procedimento foi adotado em 2014 relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2009.

Em 2014, as autoridades tributárias espanholas concluíram a inspeção sobre o grupo fiscal em Espanha, aos exercícios de 2008 a 2011, tendo efetuado uma correção sobre os prejuízos fiscais reportáveis relativamente à amortização do goodwill e encargos financeiros deduzidos nesses exercícios, relacionados com a aquisição da Continente Hipermercados, S.A.. A Sucursal apresentou recurso dessa correção perante o Tribunal Económico-Administrativo Central em Espanha. Adicionalmente foi efetuada a correção das declarações fiscais de 2012 a 2015. Durante 2018, decorrente da decisão desfavorável do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid, foi interposto recurso à Audiência Nacional em Espanha.

Em 2015 e em 2016, a decisão da Audiência Nacional em Espanha relativamente à redução dos prejuízos fiscais decorrentes da amortização fiscal do goodwill efetuada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, foi contrária às pretensões do Grupo, e apesar da Sucursal ter apresentado recurso perante o Tribunal Supremo, o Grupo por uma questão de prudência anulou os ativos por impostos diferidos de 2008 a 2011, reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas, no valor de 36 milhões de euros, e os passivos por impostos diferidos correspondentes à amortização do Goodwill para efeitos fiscais, no valor de 18,6 milhões de euros.

Em 2016 e em nova decisão ocorrida em 2018, o Tribunal Supremo deu parecer positivo às pretensões da Sucursal relativamente à dedução da amortização do goodwill para efeitos fiscais, com referência ao exercício de 2008, tendo a  Sucursal procedido à correção da declaração fiscal de 2016 e consequentemente, considerado tal amortização nas declarações fiscais dos exercícios seguintes. Em consequência, o Grupo procedeu ao reconhecimento do correspondente passivo por imposto diferido relativo aos exercícios de 2008, 2016 e seguintes.

Durante o exercício de 2022, a Audiência Nacional proferiu sentença parcialmente favorável à Sucursal relativa ao procedimento de inspeção dos exercícios de 2008 a 2011, reconhecendo o direito à dedução da amortização do goodwill para efeitos fiscais, negando contudo, a dedução dos encargos financeiros relacionados com a aquisição da Continente Hipermercados, S.A.. As autoridades tributárias Espanholas interpuseram recurso de cassação perante o Tribunal Supremo da decisão parcial favorável à Sucursal, tendo sido admitido e do qual aguarda-se decisão .

Tendo em consideração o recurso interposto pelas autoridades fiscais espanholas perante o Tribunal Supremo anteriormente referido, bem como pelo facto da Sucursal ter sido impedida de deduzir para efeitos fiscais a amortização do goodwill, relativo aos exercícios de 2012 a 2015, poderá vir a ser reconhecido ao Grupo o direito à dedução para efeitos fiscais da amortização do goodwill no montante de 18,6 milhões de euros.

## 5. Instrumentos financeiros

### Políticas contabilísticas

A Sonae classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 5.3.

### (a) Ativos financeiros

### Políticas contabilísticas

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo grupo na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

As alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, o que deverá ser pouco frequente, tendo de ser significativo para a operação da Sociedade e demonstrável perante terceiros, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade); a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda; b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o grupo não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o grupo optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

São ainda classificados nesta rúbrica os investimentos em associadas, detidos por uma organização de capital de risco ou equivalente, que o Grupo tenha optado, no reconhecimento inicial, por mensurar pelo justo valor através de resultados de acordo com a IFRS 9. O Grupo faz esta opção separadamente para cada associada.

Os ativos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira do Grupo na data de negociação ou contratação, que é a data em que o Grupo se compromete a adquirir o ativo. No momento inicial, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de ativos mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do exercício em que ocorrem na respetiva rubrica de “Ganhos e perdas em ativos registados ao justo valor através de resultados”, onde se incluem os montantes de rendimentos de juros e dividendos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital Próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram ou são transferidos os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A Sonae avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” (Nota 4.2) o Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Sonae aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de “Clientes”, “Outras Dívidas de Terceiros” e Outros Ativos Correntes” são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

### (b) Empréstimos concedidos

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade e encontram-se registados na categoria da IFRS 9 – Ativos financeiros ao custo amortizado.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 5.3.

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 4.

### (c) Clientes e outras dívidas de terceiros

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade do Grupo e outros saldos relacionados com atividades operacionais.

As rubricas de “Clientes” e “Outras dividas de terceiros” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade.

### (d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com maturidade inicial inferior a três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

### (e) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae, após dedução dos passivos, e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

### (f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos bancários”, “Empréstimos obrigacionistas”, “Outros empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores”, “Outros passivos correntes” e “Outras dividas a terceiros”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2023, a Sonae apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### (g) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios,

conforme política definida na Nota 6.7. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

### (h) Empréstimos convertíveis em ações

Nas situações em que a Sonae emite instrumentos compostos, nomeadamente obrigações convertíveis, as componentes de passivo financeiro e de capital próprio são reconhecidas nas demonstrações financeiras separadamente de acordo com a substância dos termos contratuais e as definições de instrumento de passivo e de instrumento de capital próprio. A opção de conversão que será liquidada através da extinção do passivo pela entrega de um número fixo de ações do grupo é considerada um instrumento de capital próprio.

Na data de emissão, o justo valor da componente de passivo é estimado utilizando para o efeito a taxa de juro de mercado para um instrumento de dívida similar, mas não convertível. Este montante é reconhecido como um passivo a custo amortizado utilizando a taxa de juro efetiva até ao momento da sua conversão em ações ou na data de maturidade do empréstimo caso não seja convertido.

A opção de conversão é classificada como Capital Próprio e o seu valor é estimado por dedução ao valor do instrumento como um todo do montante alocado à componente de passivo, sendo este montante reconhecido diretamente em capital próprio. Este montante ficará em Capital Próprio até ao final do contrato sendo transferido para a rubrica de resultados transitados na situação em que o instrumento atinja a maturidade sem que seja exercida a opção de conversão.

Os custos de transação são alocados proporcionalmente à componente de passivo e de capital próprio, sendo tratados consistentemente com essa classificação.

### (i) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o grupo adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### (j) Confirming

Algumas subsidiárias da área de retalho mantêm protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pelas referidas subsidiárias da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira por parte daquelas subsidiárias da sua validade.

As referidas subsidiárias consideram que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantêm a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica de “Fornecedores” até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e (ii) a empresa não suporte encargos líquidos com a operação de antecipação de

pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal. Em algumas situações as referidas subsidiárias recebem da instituição financeira comissão por angariação de crédito.

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pelas subsidiárias à instituição financeira independentemente de esta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

### (k) Instrumentos financeiros derivados

A Sonae utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding", não sendo utilizados derivados com o objetivo de especulação.

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação dos instrumentos financeiros derivados, como de negociação ou de cobertura.

Considera-se que estão cumpridos os requisitos de cobertura quando:

- existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, o valor do item coberto e do instrumento de cobertura movem-se em direções opostas;

- as alterações de justo valor não resultam maioritariamente do risco de crédito; e

- o rácio de cobertura designado pela Sonae, em cada transação, é o que resulta da quantidade do item coberto e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (“forwards”) de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “hedge accounting”. Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de “hedge accounting”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IFRS 9, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados na rúbrica “Rendimentos e ganhos ou gastos e perdas financeiros”.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente "forwards" cambiais), em relação aos quais o Grupo não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa associados ao preço de energia. Estas coberturas tendencialmente configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “hedge accounting”. Em algumas situações, podem não configurar relações perfeitas de cobertura pelo que não recebem

tratamento de “hedge accounting”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações dos preços da energia.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração consolidada dos resultados.

**(I) Ações próprias**

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Outras reservas e resultados transitados”.

## 5.1. Gestão de Risco Financeiro

### 5.1.1. Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade operacional da Sonae, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade dos seus negócios.

Devido à natureza diversificada da Sonae, esta está exposta a uma diversidade de riscos financeiros pelo que, quando aplicável, cada negócio é responsável por, definir as suas próprias políticas de gestão de risco financeiro, acompanhar a sua exposição individual e implementar as políticas aprovadas. Assim sendo, para alguns riscos, não existem políticas de gestão de riscos transversais a toda Sonae, mas sim quando apropriado, políticas de risco individuais e adaptadas às características de cada negócio podendo, todavia, existir princípios orientadores comuns. As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível das Comissões Executivas e/ou Conselho de Administração, consoante o caso de cada área de negócio e os riscos são identificados e monitorizados pelos respetivos Departamentos Financeiros e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças, conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo das Sociedades.

A Comissão de Finanças coordena e analisa, entre outras responsabilidades, as políticas de gestão de riscos financeiros globais da Sonae. O Departamento de Finanças da Sonae é responsável por consolidar e medir a exposição consolidada dos riscos financeiros da Sonae para efeitos de reporte, sendo também responsável por apoiar cada negócio na gestão individual dos riscos de moeda, taxa de juro, bem como os riscos de liquidez e de refinanciamento através do Corporate Dealing *Desk*. As posições são registadas num sistema central (*Treasury Management System*) e o controlo e elaboração de relatórios é efetuado quer ao nível do negócio, numa base diária, quer numa base consolidada para a reunião mensal da Comissão de Finanças.

### 5.1.2. Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte e manifesta-se em duas vertentes principais:

**5.1.2.1 Risco de Crédito associado a aplicações financeiras, derivados, empréstimos a entidades relacionadas e outras contas a receber**

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos a entidades relacionadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae:

- Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, as empresas da Sonae só executam operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;

- Adicionalmente, no que toca aos montantes considerados na Nota 6.6, caixa e equivalentes de caixa, reforçar que as aplicações efetuadas são sempre por prazos curtos, coincidindo sempre que possível com pagamentos previstos e são definidos limites de exposição máximos a cada uma das contrapartes a fim de evitar concentração significativa de risco de contraparte;

- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi definida com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);

- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível e onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições; e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;

- Pontualmente existem negócios que podem definir um limite máximo de exposição por contraparte ou regras ainda mais conservadoras do que as atrás descritas;

- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito definidos, a Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no que diz respeito a instrumentos financeiros. No entanto, a exposição a cada contraparte resultante dos instrumentos financeiros contratados e as notações de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pelos respetivos Departamentos Financeiros e os desvios reportados à Comissão Executiva / Conselho de Administração respetivo(a) e à Comissão de Finanças.

Considera-se que os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, consequentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo. O valor bruto contabilístico dos itens classificados como “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” incluído em outras dividas de terceiros (Notas 4.3) reflete o risco de crédito máximo do Grupo relativamente nesta rubrica, totalizando 18,9 milhões de euros a 31 de dezembro de 2023 (19,4 milhões de euros a 31 de dezembro de 2022).

### 5.1.2.2 Risco de Crédito nas atividades comercial e operacional de cada negócio

Neste caso devido às especificidades de cada negócio, e consequentemente da diferente tipologia dos riscos de crédito, cada negócio determina qual a política mais apropriada, estando as mesmas abaixo descritas. Todavia as políticas pautam-se por alguns princípios transversais de prudência, conservadorismo e implementação de mecanismos de controlo.

**- MC, Worten e Zeitreel**

O risco de crédito é bastante reduzido, considerando que a maioria das transações é a pronto pagamento. Nas restantes, o relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes e a necessidade de utilização de instrumentos que visam a redução do risco de crédito como seguros de crédito, garantias bancárias, cartas de crédito ou outros. O risco de crédito

no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial.

**- Sierra**

O risco de crédito resulta essencialmente do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais geridos pelo negócio e das restantes dívidas de terceiros. O acompanhamento do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais, é efetuado pela adequada avaliação de risco efetuada antes da aceitação de lojistas nos centros comerciais e pelo adequado acompanhamento dos limites de crédito atribuídos a cada lojista.

**- Bright Pixel**

No negócio das Tecnologias a exposição ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do negócio. A Sonaecom recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuam para mitigar este risco.

**- Sonae SGPS**

A Sonae SGPS não tem qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portefólio de participações. Como tal numa base regular, a empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura, aplicando os princípios referidos no ponto 5.2.

Adicionalmente, a Sonae SGPS poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portefólio (compra ou venda de participações), mas nessas situações excecionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, etc.) com a supervisão da Comissão Executiva.

O grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de “Clientes” (Nota 4.2). De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de “Clientes” foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso, como referido na Nota 4.2. O montante relativo a clientes, representam a máxima exposição da Sonae ao risco de crédito dos ativos incluídos nessas rubricas.

### 5.1.3. Risco de Liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros, por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2023, o total da dívida bruta consolidada (excluindo suprimentos) é de 1.269 milhões de euros (1.363 milhões de euros em dezembro de 2022) excluindo os contributos dos empreendimentos conjuntos (Sierra), que são mensurados pelo método da equivalência patrimonial.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as empresas da Sonae têm a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis (até 360 dias);

- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;

- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;

- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;

- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalente de caixa, mediante a emissão de dívida de longo prazo, de modo a evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 2023 a maturidade média da dívida da Sonae, é de aproximadamente 3,8 anos (2022: 4,4 anos) excluindo os contributos dos empreendimentos conjuntos, que consolidam pelo método da equivalência patrimonial;

- Negociações de cláusulas contratuais (covenants) que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;

- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;

- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinanciar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2023, conforme descrito na Nota 6.4, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2024 é de 91 milhões de euros (256 milhões de euros com vencimento para 2022) e em 31 de dezembro de 2023 a Sonae tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 429 milhões de euros (365 milhões de euros em 2022) com compromisso inferior ou igual a um ano e 1.327 milhões de euros (470 milhões de euros em 2022) com compromisso superior a um ano. A maturidade dos instrumentos financeiros encontra-se detalhada na Nota 6.4 (Empréstimos) e Nota 3.10 (Passivos de Locação).

Adicionalmente, a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2023 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa de 711 milhões de euros (794 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022) (Nota 6.6).

Face ao anteriormente exposto, apesar de o passivo corrente ser superior ao ativo corrente, situação natural pelo facto de o seu principal negócio ter necessidades de fundo de maneio negativo, a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

## 5.1.4. Risco de taxa de juro

### 5.1.4.1 Políticas

Uma vez que cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não há uma política única para a Sonae, mas sim políticas individuais adaptadas ao tipo de exposição existente e que são descritas abaixo. Como anteriormente mencionado, ao nível consolidado, na Comissão de Finanças, bem como ao nível de cada negócio, a exposição da Sonae é regularmente monitorizada. Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de juro transversal, relativamente à contratação de derivados para gerir o risco de taxa de juro, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae, abaixo referidos:

- A atividade de cobertura das empresas da Sonae não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos;

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;

- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da respetiva empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não seja superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;

- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no ponto 5.1.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;

- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sonae utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc. de mercado prevalecentes à data da demonstração da posição financeira. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;

- Todas as transações tendencialmente deverão ser documentadas seguindo os contratos tipo definidos pelo ISDA - International Swaps and Derivatives Association;

- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

**- MC, Worten e Zeitreel**

A exposição do negócio à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objetivo destas holdings é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Sonae permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

**- Sierra**

As receitas e “cash-flows” da Sierra são minimamente influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo, bem como os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas da Sierra, se encontram unicamente dependentes da evolução das taxas de juro do Euro.

Em financiamentos de longo prazo e como forma de cobrir a eventual variação de taxa de juro a longo prazo, a Sierra contrata, sempre que apropriado, instrumentos financeiros derivados de cobertura de “cash-flows” (“swaps” ou “zero cost collars” de taxa de juro) os quais representam coberturas perfeitas desses financiamentos de longo prazo, tendo em algumas situações optado igualmente por fixar a taxa de juro dos financiamentos nos primeiros anos desses contratos e irá analisar a possibilidade de contratar posteriormente “swaps” ou “zero cost collars” de taxa de juro, para cobrir os seus fluxos de caixa no período remanescente desses contratos de financiamento.

**- Bright Pixel**

No negócio das Tecnologias a totalidade do endividamento encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido a baixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do negócio, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

**- Sonae SGPS e outros**

A Sonae SGPS está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo). Uma parte significativa da dívida da Sonae SGPS encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando cap’s).

A Sonae SGPS minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis sem, contudo, ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade, e consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco ao nível individual é também mitigado pelo facto da Sonae conceder empréstimos às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae SGPS não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e deverá respeitar rigorosamente os princípios atrás definidos.

### 5.1.4.2 Análises de Sensibilidade

A análise de sensibilidade a alterações de taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;

- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas

registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;

- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo exercício, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;

- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);

- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IFRS 9 afetam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;

- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;

- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 100 pontos base superiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos da Sonae em 31 de dezembro de 2023 seria inferior em cerca de 7 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2022 seria inferior em cerca de 11 milhões euros).

## 5.1.5. Risco de taxa de câmbio

### 5.1.5.1 Políticas

A Sonae tem operações a nível internacional, tendo subsidiárias que operam em diferentes jurisdições, estando por isso exposta ao risco de taxa de câmbio. Como cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não está definida uma política uniforme para toda a Sonae, mas sim políticas individuais para cada negócio tal como seguidamente descrito. A exposição da Sonae ao risco de taxa de câmbio está presente a dois níveis: risco de transação (riscos cambiais relativos aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados na demonstração da posição financeira em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e fluxos de tesouraria) e risco de translação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio). Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de câmbio transversal no que diz respeito à contratação de derivados para gestão do risco de taxa de câmbio, também se aplicam para todas as empresas da Sonae, com as necessárias adaptações, os princípios referidos no ponto 5.1.4).

### - MC, Worten e Zeitreel

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. Estas holdings estão maioritariamente expostas ao risco taxa de câmbio através das transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais, sendo estas maioritariamente em USD.

Estas holdings pretendem limitar o risco de exposição a moedas estrangeiras associada a transações operacionais. A diminuição do risco da exposição cambial pode ser obtida, entre outras formas, através da contratação de derivados financeiros que permitem replicar a cobertura natural através de movimentos financeiros, sempre em linha com a política de risco taxa de câmbio existente.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (forwards) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

### - Sierra

A atividade operacional de cada empresa incluída na consolidação é desenvolvida essencialmente no país em que opera e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas na divisa do país em que a participada opera. A política de cobertura deste risco específico por cada uma das participadas passa por evitar, na medida do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

### - Bright Pixel

O negócio das Tecnologias opera internacionalmente e detém uma subsidiária no Reino Unido. O negócio detém ainda ativos financeiros a justo valor relativos a interesses de capital em empresas localizadas em países com moedas diferentes do euro. Assim, o negócio está exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o Grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, dos investimentos em ativos financeiros mensurados ao justo valor relativos a interesses de capital em empresas localizadas em países com moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

### - Sonae SGPS

A Sonae SGPS enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae SGPS cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio sujeitas, contudo, à aprovação prévia da Comissão Executiva.

## 5.1.5.2 Exposição e Análise de Sensibilidade

A 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os montantes de ativos e passivos financeiros (em euros) da Sonae registados em moeda diferente da moeda funcional da empresa eram os seguintes:

| | Ativos | | Passivos | |
|---|---|---|---|---|
| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
| Libra Inglesa | 22.992 | 20.859 | 41 | 16 |
| Dólar Americano | 158.652 | 145.247 | 24.270 | 26.788 |
| Outras moedas | 6.287 | 842 | 1.650 | - |
| | **187.931** | **166.948** | **25.961** | **26.804** |

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras.

A sensibilidade do Grupo a variações nas taxas de câmbio, se considerarmos uma variação de 5%, pode ser analisada como segue:

| | Resultados | |
|---|---|---|
| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
| Libra Inglesa | 1.148 | 1.042 |
| Dólar Americano | 6.719 | 5.923 |
| Outras moedas | 232 | 42 |
| | **8.099** | **7.007** |

## 5.1.6. Risco de preço

### 5.1.6.1 Preço da Energia

A Sonae é um consumidor de eletricidade nos seus vários negócios e detém uma participada que compra energia elétrica em mercado organizado (OMIE) e vende a terceiros. Cada negócio tem diferente exposição e risco face ao preço da energia pelo que não está definida uma política uniforme para toda a Sonae.

A exposição da Sonae ao risco de preço de energia está presente ao nível do risco de transação, através de variações no preço de energia relativos aos fluxos de tesouraria futuros. Embora não haja uma política de gestão de risco de preço de energia transversal no que diz respeito à contratação de derivados para gestão do risco do preço da energia, também se aplicam para todas as empresas da Sonae, com as necessárias adaptações, os princípios referidos no ponto 5.1.4.

O impacto nas diferentes holdings nas demonstrações financeiras das variações no preço de energia é limitado, considerando o peso que os custos de energia têm no valor das vendas totais das holdings. Estas holdings estão maioritariamente expostas ao risco preço de energia, através do seu consumo nos vários negócios.

Estas holdings podem limitar o risco de exposição ao preço de energia associada a transações operacionais. A diminuição do risco da exposição ao preço de energia pode ser efetuada com recurso à contratação de operações, com liquidações financeiras ou físicas, nos mercados energéticos a prazo. Os instrumentos financeiros negociados podem incluir acordos bilaterais e futuros para fixação de preços.

### 5.1.6.2 Valor dos Investimentos

A Sonae está exposta ao risco de preço decorrentes do valor dos ativos a justo valor através de resultados e de outro rendimento integral (Nota 3.4). Estes investimentos são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos. Para gerir o risco de preço destes investimentos em instrumentos de capital, o Grupo diversifica a sua carteira.

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes da variação do preço da ação da Sonae SGPS devido as responsabilidades relativas à política de remuneração descrita no relatório do governo da sociedade a colaboradores Sonae, conforme explicado na Nota 2.3.

### 5.1.6.3 Risco de capital

A estrutura de capital da Sonae, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A Sonae monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

A Sonae apresentou em 2023 um *gearing* médio (contabilístico) de 0,4x (0,4x em 2022).

## 5.2. Instrumentos financeiros derivados

### Derivados de taxa de câmbio

A Sonae utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros, a ocorrerem nos próximos 12 meses.

Desta forma a Sonae contratou diversos “forwards” de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio de cobertura calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo 1.955 milhares de euros e no ativo de 597 milhares de euros (3.807 milhares de euros no passivo e 2.238 milhares de euros no ativo, em 31 de dezembro de 2022).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira consolidada do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de “Rendimentos e Ganhos financeiros” ou “Gastos e Perdas financeiros” (Nota 6.7).

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de “Reservas de cobertura”, quando considerados de cobertura de “cash flow” e na rubrica “Outros gastos” se relativa a atividades operacionais, caso seja relativo a financiamento na rubrica de resultados financeiros, quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de negociação é registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros gastos”.

### Derivados de taxa de juro

A Sonae utiliza “swaps”, “Caps” e “zero cost collars” de taxa de juro por forma minimizar o risco de taxa de juro. Os “swaps”, “caps” e os "zero cost collars" de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data de relato, determinado por avaliação efetuada pelas entidades bancárias com os quais esses derivados foram contratados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data de relato dos “cash-flows” futuros correspondentes à diferença entre a taxa de juro a pagar pelo Grupo à contraparte do derivado e a taxa de juro variável a receber pelo Grupo da contraparte do derivado sendo que esta taxa de juro variável corresponde à taxa de juro indexante contratada com a entidade que concedeu o financiamento. Adicionalmente, foram efetuados testes ao justo valor desses instrumentos financeiros derivados, no sentido de revalidar o justo valor determinado por aquelas entidades.

Os princípios de cobertura de risco utilizados pelo Grupo na contratação destes instrumentos financeiros de cobertura são os seguintes:

- “Matching” entre “cash-flows” pagos e recebidos, i.e., existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos contratados e trocados com o banco;

- “Matching” entre indexantes: o indexante de referência no instrumento financeiro de cobertura e no financiamento ao qual o derivado está subjacente são coincidentes;

- Num cenário de subida ou descida extrema de taxas de juro, o custo máximo do financiamento está perfeitamente limitado e calculado.

O justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura eficazes foi registado por contrapartida da rubrica de reservas de cobertura do Grupo (2.766 milhares de euros no ativo e 2.716 no

passivo em 31 de dezembro de 2023 e 4.258 milhares de euros no ativo e 236 milhares de euros no passivo em 31 de dezembro de 2022).

### Derivados de taxa de juro e taxa de câmbio

O Grupo utiliza instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio ("forwards") de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de "hedge accounting". Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de "hedge accounting", mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais o Grupo pretende cobrir o risco cambial.

Em 31 de dezembro de 2022 o justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura de taxa de câmbio foi registado por 593 milhares de euros.

### Derivados de preço de energia

No âmbito da sua atuação no mercado Ibérico de eletricidade, a Sonae compra energia elétrica em mercado organizado (OMIE), vende a terceiros e é um consumidor de eletricidade nos seus vários negócios.

A gestão do preço da eletricidade pode ser efetuada com recurso à contratação de operações, com liquidações financeiras e físicas, nos mercados energéticos a prazo. Estas operações têm como objetivo reduzir a volatilidade do impacto económico proveniente da variação do preço da eletricidade dentro dos limites de negociação definidos pela política de risco das empresas envolvidas. Os instrumentos financeiros negociados podem incluir acordos bilaterais e futuros para fixação de preços.

O justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura eficazes foi registado por contrapartida da rubrica de reservas de cobertura do Grupo (12.502 no ativo e 8.897 milhares de euros no passivo em 31 de dezembro de 2023 e 31.763 milhares de euros no ativo e 1.743 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022).

### Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

| | Ativos | | | | Passivos | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 |
| Derivados operacionais | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente | Corrente |
| **Derivados de cobertura** | | | | | | | |
| Taxa de câmbio | 597 | - | 1.645 | - | 1.955 | - | 3.807 |
| Eletricidade | 3.155 | 9.347 | 17.751 | 14.012 | 1.263 | 7.634 | 1.743 |
| | **3.752** | **9.347** | **19.396** | **14.012** | **3.218** | **7.634** | **5.550** |

| | Ativos | | | | Passivos | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 |
| Derivados financeiros | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente | Corrente |
| **Derivados de cobertura** | | | | | | | |
| Taxa de câmbio | - | - | 593 | - | - | - | - |
| Taxa de juro | 172 | 2.594 | 4 | 4.254 | 6 | 2.710 | - |
| | **172** | **2.594** | **597** | **4.254** | **6** | **2.710** | **-** |

Os instrumentos derivados acima descritos encontram-se valorizados ao justo valor classificados no nível 2 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor.

## 5.3. Classes de instrumentos financeiros

A 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as categorias e justo valor dos instrumentos financeiros foram classificados como segue:

| Ativos financeiros | Notas | Ativos ao custo amortizado | Ativos registados ao justo valor através de outro rendimento integral | Ativos registados ao justo valor através de resultados | Derivados | Outros ativos não financeiros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **A 31 de dezembro de 2023** | | | | | | | |
| **Ativos não correntes** | | | | | | | |
| Ativos financeiros ao justo valor | 3.4 | - | 9.994 | 272.367 | - | - | 282.362 |
| Outros investimentos | 3.5 | 14.549 | - | 7.398 | - | - | 21.947 |
| Outros ativos não correntes | 4.5 | 23.426 | - | 4.915 | 11.941 | 88 | 40.370 |
| | | **37.975** | **9.994** | **284.680** | **11.941** | **88** | **344.679** |
| **Ativos correntes** | | | | | | | |
| Clientes | 4.2 | 128.799 | - | - | - | - | 128.799 |
| Outras dívidas de terceiros | 4.3 | 139.645 | - | - | 3.752 | - | 143.397 |
| Outros Investimentos | 3.5 | - | - | - | 172 | - | 172 |
| Outros ativos correntes | 4.4 | 34.938 | - | - | - | 42.881 | 77.819 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6.6 | 710.858 | - | - | - | - | 710.858 |
| | | **1.014.240** | **-** | **-** | **3.924** | **42.881** | **1.061.044** |
| | | **1.052.215** | **9.994** | **284.680** | **15.865** | **42.969** | **1.405.723** |

| Ativos financeiros | Notas | Ativos ao custo amortizado | Ativos registados ao justo valor através de outro rendimento integral | Ativos registados ao justo valor através de resultados | Derivados | Outros ativos não financeiros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **A 31 de dezembro de 2022** | | | | | | | |
| **Ativos não correntes** | | | | | | | |
| Ativos financeiros ao justo | 3.4 | - | 41.263 | 216.889 | - | - | 258.153 |
| Outros investimentos | 3.5 | 9.347 | - | 7.231 | - | - | 16.578 |
| Outros ativos não correntes | 4.5 | 31.048 | - | - | 18.265 | 81 | 49.395 |
| | | **40.395** | **41.263** | **224.120** | **18.265** | **81** | **324.125** |
| **Ativos correntes** | | | | | | | |
| Clientes | 4.2 | 128.727 | - | - | - | - | 128.727 |
| Outras dívidas de terceiros | 4.3 | 110.392 | - | - | 19.396 | - | 129.788 |
| Outros Investimentos | 3.5 | 1 | | | 596 | - | 597 |
| Outros ativos correntes | 4.4 | 44.419 | - | - | - | 42.044 | 86.463 |
| Caixa e equivalentes de | 6.6 | 793.812 | - | - | - | - | 793.812 |
| | | **1.077.350** | **-** | **-** | **19.992** | **42.044** | **1.139.386** |
| | | **1.117.745** | **41.263** | **224.120** | **38.257** | **42.125** | **1.463.511** |

| Passivos financeiros | Notas | Passivos ao custo amortizado | Passivos registados ao justo valor através de outro rendimento integral | Passivos registados ao justo valor através de resultados | Derivados | Outros passivos não financeiros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **A 31 de dezembro de 2023** | | | | | | | |
| **Passivos não correntes** | | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 6.4 | 733.521 | - | - | - | - | 733.521 |
| Empréstimos obrigacionistas | 6.4 | 442.027 | - | - | - | - | 442.027 |
| Outros empréstimos | 6.4 | - | - | - | 2.688 | - | 2.688 |
| Outros passivos não correntes | 4.7 | 5.755 | - | - | 7.656 | 75.844 | 89.255 |
| | | **1.181.303** | **-** | **-** | **10.344** | **75.844** | **1.267.491** |
| **Passivos correntes** | | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 6.4 | 46.959 | - | - | - | - | 46.959 |
| Empréstimos obrigacionistas | 6.4 | 43.873 | - | - | - | - | 43.873 |
| Fornecedores | 4.8 | 1.441.865 | - | - | - | - | 1.441.865 |
| Outras dívidas a terceiros | 4.10 | 236.477 | - | - | 3.224 | - | 239.701 |
| Outros passivos correntes | 4.9 | - | - | - | - | 403.359 | 403.359 |
| | | **1.769.174** | **-** | **-** | **3.224** | **403.359** | **2.175.757** |
| | | **2.950.477** | **-** | **-** | **13.568** | **479.203** | **3.443.248** |

| Passivos financeiros | Notas | Passivos ao custo amortizado | Passivos registados ao justo valor através de outro rendimento integral | Passivos registados ao justo valor através de resultados | Derivados | Outros passivos não financeiros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **A 31 de dezembro de 2022** | | | | | | | |
| **Passivos não correntes** | | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 6.4 | 776.384 | - | - | - | - | 776.384 |
| Empréstimos obrigacionistas | 6.4 | 331.372 | - | - | - | - | 331.372 |
| Outros passivos não correntes | 4.7 | 6.810 | - | - | - | 84.126 | 90.936 |
| | | **1.114.567** | **-** | **-** | **-** | **84.126** | **1.198.693** |
| **Passivos correntes** | | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 6.4 | 226.744 | - | - | - | - | 226.744 |
| Empréstimos obrigacionistas | 6.4 | 28.846 | - | - | - | - | 28.846 |
| Fornecedores | 4.8 | 1.434.829 | - | - | - | - | 1.434.829 |
| Outras dívidas a terceiros | 4.10 | 202.182 | - | - | 5.550 | - | 207.732 |
| Outros passivos correntes | 4.9 | - | - | - | - | 330.253 | 330.253 |
| | | **1.892.600** | **-** | **-** | **5.550** | **330.253** | **2.228.404** |
| | | **3.007.167** | **-** | **-** | **5.550** | **414.379** | **3.427.096** |

## Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

De acordo com os requisitos da IFRS 13, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor correspondem aos seguintes níveis da hierarquia do justo valor (ver Nota 3.4):

| | 31 dez 2023 | | | 31 dez 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| **Ativos financeiros mensurados a justo valor** | | | | | | |
| Ativos financeiros ao justo valor (Nota 3.4) | 37.985 | - | 244.376 | 29.559 | - | 228.594 |
| Derivados (Nota 5.2) | - | 15.865 | - | - | 38.256 | - |
| | **37.985** | **15.865** | **244.376** | **29.559** | **38.256** | **228.594** |

# 6. Estrutura de capital

## 6.1. Capital Social

### Políticas contabilísticas

### Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em "Outras reservas", incluída em "Reservas e resultados transitados".

### Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

### Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 5.2), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

### Reservas de conversão cambial

A rubrica de reservas de conversão cambial corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades controladas com moeda funcional distinta do Euro.

### Reservas de justo valor

Esta rubrica integra o efeito positivo e negativo da mensuração ao justo valor de ativos financeiros ao justo valor através da demonstração consolidada do outro rendimento integral conforme referido na Nota 3.4.

### Reservas para planos de incentivo de médio prazo, incluído em "outras reservas"

De acordo com a IFRS 2 – 'Pagamentos com base em ações', a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de "Reservas para planos de incentivo de médio prazo", sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

### Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada.

### Reservas e resultados transitados

Reservas relativas às ações próprias

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IFRS. Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial, do justo valor através do outro rendimento integral ou resultados, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos ou liquidados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sonae detinha 70.272.537 ações próprias (79.734.758 ações a 31 de dezembro de 2022) representativas de 3,51% (3,99% a 31 de dezembro de 2022) do seu capital social, a um preço de 0,8955 euros.

De acordo com a legislação a empresa deve manter como indisponível uma reserva no valor 62.929 milhares de euros (71.402 milhares de euros a 31 de dezembro de 2022) relativo às ações próprias enquanto as detiver.

### Principais variações no período

No primeiro trimestre de 2023 a Sonae adquiriu os remanescentes 10% do capital social da Sierra à Grosvenor, pelo preço de 88,6 milhões de euros. O principal impacto desta operação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo é a transferência de Reservas de “Interesses que não controlam” para “Capital Próprio do Grupo”, uma vez que a Sonae já detinha uma participação de controlo de 90% na Sierra (impacto de 7,8 milhões de euros no capital próprio global).

### Estrutura de Capital

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

| Entidade | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e suas subsidiárias | 54,39% | 54,66% |

## 6.2. Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o detalhe dos “Interesses que não controlam” é o seguinte:

| | 31 dez 2023 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Capital próprio [1] | Resultado líquido [1] | Valor contabilístico dos interesses que não controlam | Proporção no resultado atribuível aos interesses que não controlam | Dividendos distribuídos atribuível aos interesses que não controlam |
| MC | 914.994 | 160.332 | 235.063 | 43.710 | (53.926) |
| Worten | 10.229 | 2.427 | 1.969 | 368 | - |
| Sierra | 986.630 | 134.022 | 64.932 | 18.413 | (3.307) |
| Zeitreel | (4) | (56) | (143) | (22) | - |
| Bright Pixel | 1.296.864 | 41.305 | 131.289 | 4.148 | (902) |
| Outros | 14.991 | (8.239) | 3.940 | (775) | - |
| **Total** | **3.223.705** | **329.790** | **437.050** | **65.841** | **(58.135)** |

1) Contributo para as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo;

| | 31 dez 2022 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Capital próprio [1] | Resultado líquido [1] | Valor contabilístico dos interesses que não controlam | Proporção no resultado atribuível aos interesses que não controlam | Dividendos distribuídos atribuível aos interesses que não controlam |
| MC | 973.222 | 168.154 | 250.899 | 44.703 | (60.946) |
| Worten | 2.639 | 334 | 1.055 | 134 | - |
| Sierra | 869.042 | 31.367 | 140.434 | 6.196 | (4.570) |
| Zeitreel | 20.364 | (16.948) | (574) | (49) | - |
| Bright Pixel | 1.311.666 | 146.632 | 129.998 | 14.190 | (5.952) |
| Outros | 13.817 | (2.658) | 2.035 | (73) | - |
| **Total** | **3.190.749** | **326.881** | **523.848** | **65.101** | **(71.468)** |

1) Contributo para as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o movimento ocorrido nos Interesses que não controlam foi o seguinte:

| | 31 dez 2023 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | MC | Worten | Sierra | Zeitreel | Bright Pixel | Outros | Total |
| Saldo inicial em 1 de janeiro | 250.899 | 1.055 | 140.434 | (574) | 129.998 | 2.035 | 523.848 |
| Dividendos distribuídos | (53.926) | - | (3.307) | - | (902) | - | (58.135) |
| Entrega e atribuição de ações aos colaboradores por extinção de obrigação | (376) | - | - | - | - | - | (376) |
| Variação de percentagem em subsidiárias | (88) | 529 | (80.839) | - | (458) | 2.698 | (78.157) |
| Variação resultante da conversão cambial | - | - | - | - | - | (25) | (25) |
| Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial | - | - | - | - | (1.388) | - | (1.388) |
| Redução de capital | - | - | (9.651) | - | - | - | (9.651) |
| Variação das reservas de cobertura | (5.054) | - | - | - | - | (35) | (5.089) |
| Outras variações | (102) | 16 | (118) | 453 | (109) | 42 | 182 |
| Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam | 43.710 | 368 | 18.413 | (22) | 4.148 | (775) | 65.841 |
| **Saldo final em 31 de dezembro** | **235.063** | **1.969** | **64.932** | **(143)** | **131.289** | **3.940** | **437.050** |

| | 31 dez 2022 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | MC | Worten | Sierra | Zeitreel | Bright Pixel | Outros | Total |
| Saldo inicial em 1 de janeiro | 265.712 | 922 | 220.767 | (1.816) | 118.529 | 1.434 | 605.549 |
| Dividendos distribuídos | (60.946) | - | (4.570) | - | (5.952) | - | (71.468) |
| Entrega e atribuição de ações aos colaboradores por extinção de obrigação | 12 | - | - | - | - | - | 12 |
| Variação de percentagem em subsidiárias | - | - | (77.483) | - | 3.448 | (263) | (74.298) |
| Variação resultante da conversão cambial | (92) | - | (574) | - | 1 | (35) | (700) |
| Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial | (215) | - | 2.705 | - | 188 | - | 2.679 |
| Diminuição de capital | | | (6.587) | | | | (6.587) |
| Variação das reservas de cobertura | 1.713 | - | 472 | - | - | - | 2.185 |
| Outras variações | 11 | - | (493) | 1.292 | (408) | 972 | 1.374 |
| Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam | 44.703 | 134 | 6.196 | (49) | 14.190 | (73) | 65.101 |
| **Saldo final em 31 de dezembro** | **250.899** | **1.055** | **140.434** | **(574)** | **129.998** | **2.035** | **523.848** |

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a informação financeira agregada das subsidiárias com Interesses que não controlam é como segue:

| | 31 dez 2023 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | MC | Worten | Sierra | Zeitreel | Bright Pixel | Outros | Total |
| Total do ativo não corrente | 3.416.278 | 30.577 | 1.188.116 | 1.747 | 966.534 | 21.090 | 5.624.342 |
| Total do ativo corrente | 834.075 | 18.088 | 182.170 | 114 | 384.690 | 8.048 | 1.427.184 |
| Total do passivo não corrente | 1.943.795 | 20.671 | 190.658 | 915 | 41.282 | 10.744 | 2.208.064 |
| Total do passivo corrente | 1.391.564 | 17.765 | 192.997 | 951 | 13.078 | 3.403 | 1.619.756 |
| **Capital próprio** | **914.994** | **10.229** | **986.630** | **(4)** | **1.296.864** | **14.991** | **3.223.705** |

| | 31 dez 2022 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | MC | Worten | Sierra | Zeitreel | Bright Pixel | Outros | Total |
| Total do ativo não corrente | 3.475.602 | 22.169 | 1.070.527 | 50.058 | 981.335 | 19.520 | 5.619.211 |
| Total do ativo corrente | 834.084 | 12.322 | 181.992 | 58.520 | 384.690 | 9.378 | 1.480.986 |
| Total do passivo não corrente | 1.944.442 | 17.282 | 190.658 | 43.198 | 41.282 | 10.744 | 2.247.606 |
| Total do passivo corrente | 1.392.023 | 14.570 | 192.819 | 45.015 | 13.078 | 4.338 | 1.661.842 |
| **Capital próprio** | **973.222** | **2.639** | **869.042** | **20.364** | **1.311.666** | **13.817** | **3.190.749** |

| | 31 dez 2023 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | MC | Worten | Sierra | Zeitreel | Bright Pixel | Outros | Total |
| Volume de negócios | 6.556.651 | 134.775 | 127.700 | 256 | 16.043 | 34.062 | 6.869.486 |
| Variação de justo valor em PI | - | - | 5.548 | - | - | - | 5.548 |
| Outros rendimentos operacionais | 121.950 | 523 | 5.787 | 623 | 5.200 | 251 | 134.334 |
| Gastos operacionais | (6.379.300) | (130.674) | (112.729) | (782) | (32.741) | (40.903) | (6.697.128) |
| Resultados financeiros | (96.099) | (1.214) | (8.571) | (13) | 7.621 | (501) | (98.776) |
| Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas | 2.022 | - | 105.649 | - | 64.158 | - | 171.829 |
| Resultados relativos a investimentos | 6 | - | 442 | - | (21.247) | - | (20.799) |
| Imposto sobre o rendimento | (44.898) | (983) | 10.197 | (140) | 2.269 | (1.150) | (34.704) |
| **Resultado líquido consolidado do exercício** | **160.332** | **2.427** | **134.022** | **(56)** | **41.305** | **(8.239)** | **329.790** |
| **Total rendimento integral do exercício** | **160.332** | **2.427** | **134.022** | **(56)** | **41.305** | **(8.239)** | **329.790** |

| | 31 dez 2022 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | MC | Worten | Sierra | Zeitreel | Bright Pixel | Outros | Total |
| Volume de negócios | 5.925.209 | 73.968 | 115.129 | 126.982 | 15.953 | 22.724 | 6.279.964 |
| Variação de justo valor em PI | - | - | (3.534) | - | - | - | (3.534) |
| Outros rendimentos operacionais | 120.512 | 315 | 5.504 | 3.003 | 3.378 | - | 132.712 |
| Gastos operacionais | (5.780.834) | (73.126) | (108.238) | (151.625) | (29.765) | (25.387) | (6.168.975) |
| Resultados financeiros | (72.952) | (768) | (9.226) | (2.311) | 3.949 | (145) | (81.452) |
| Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas | 1.898 | - | 32.891 | - | 60.318 | - | 95.107 |
| Resultados relativos a investimentos | 457 | - | 5.996 | 13 | 34.973 | - | 41.439 |
| Imposto sobre o rendimento | (26.137) | (55) | (7.154) | 6.990 | (3.496) | 150 | (29.701) |
| **Resultado líquido consolidado do exercício** | **168.154** | **334** | **31.367** | **(16.948)** | **85.311** | **(2.658)** | **265.560** |
| **Resultado liquido das operações descontinuadas** | **-** | **-** | **-** | **-** | **61.322** | **-** | **61.322** |
| Outro rendimento integral do exercício | - | - | - | - | - | - | - |
| **Total rendimento integral do exercício** | **168.154** | **334** | **31.367** | **(16.948)** | **146.632** | **(2.658)** | **326.881** |

## 6.3. Resultados por ação

### Políticas contabilísticas

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro consolidado e individual atribuível aos acionistas da Sonae SGPS, SA pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo e pela Sonae SGPS, SA, respetivamente.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 Reexpresso | |
|---|---|---|---|---|
| | Operações Continuadas | Operações Descontinuadas | Operações Continuadas | Operações Descontinuadas |
| Resultados | | | | |
| Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período) | 370.121 | (13.059) | 289.803 | 45.744 |
| **Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído** | **370.121** | **(13.059)** | **289.803** | **45.744** |
| Número de ações | | | | |
| Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico | 1.927.122.839 | 1.927.122.839 | 1.918.582.232 | 1.918.582.232 |
| Número de ações em aberto relativo a prémios de desempenho diferido | 17.557.923 | 17.557.923 | 21.614.929 | 21.614.929 |
| Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado | (2.186.595) | (2.186.595) | (5.877.648) | (5.877.648) |
| **Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado liquido por ação diluído** | **1.942.494.167** | **1.942.494.167** | **1.934.319.513** | **1.934.319.513** |
| **Resultado por ação** | | | | |
| **Básico** | **0,192059** | **(0,006777)** | **0,151051** | **0,023843** |
| **Diluído** | **0,190539** | **(0,006723)** | **0,149822** | **0,023649** |

O número médio de ações do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 considera 70.272.537 ações como ações próprias (79.734.758 ações em 31 de dezembro de 2022) (Nota 6.1).

## 6.4. Empréstimos

### Políticas contabilísticas

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

### Empréstimos bancários

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Montante utilizado | | Montante utilizado | |
| | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente |
| Empréstimos bancários | 45.694 | 735.005 | 224.142 | 777.352 |
| Descobertos bancários (Nota 6.6) | 1.554 | - | 2.974 | - |
| Custos de montagem de financiamentos | (289) | (1.484) | (372) | (968) |
| **Empréstimos bancários** | **46.959** | **733.521** | **226.744** | **776.384** |

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Montante utilizado | | Montante utilizado | |
| | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente |
| **Empréstimos bancários** | | | | |
| Sonae, SGPS, SA - papel comercial | - | - | 45.000 | - |
| Sonae, SGPS, SA - papel comercial ESG-Linked | - | 127.500 | - | 300.000 |
| Sonae SGPS, SA 2016/2029 | - | 30.000 | - | 30.000 |
| Sonae SGPS, SA 2020/2025 | 12.500 | 12.500 | - | 25.000 |
| Sonae, SGPS, SA - 2023/2029 - ESG Linked | - | 30.000 | - | - |
| MCRETAIL, SGPS,SA - papel comercial | - | 25.000 | - | 103.132 |
| Filial da Sonae SGPS / 2019/2022 - ESG Linked RCF | - | 18.972 | | |
| MCRETAIL, SGPS,SA - papel comercial ESG-Linked | - | 175.000 | - | 100.000 |
| Filial da MC Green Loan / 2014/2023 | - | - | 50.000 | - |
| MC Green Loan / 2018/2031 | 6.111 | 42.778 | 6.111 | 48.889 |
| Filial da MC Green Loan / 2020/2025 | - | 55.000 | - | 55.000 |
| Filial da MC/ 2021/2028 | 3.333 | 13.333 | 3.333 | 16.667 |
| Filial da Sonae SGPS / 2019/2026 | - | 50.000 | - | 50.000 |
| Sonae Sierra SGPS, SA - papel comercial | 19.300 | - | - | - |
| Filial da Sonae Sierra / 2021/2024 | - | - | - | 11.000 |
| Filial da Sonae Sierra / 2022/2027 | - | 6.425 | - | - |
| Filial da Sonae Sierra / 2016/2026 | - | 36.300 | - | 36.300 |
| Filial da Sonae Sierra / 2023/2028 | 186 | 739 | - | - |
| Filial da Sonae Sierra / 2015/2023 | - | 106.000 | 107.900 | - |
| Outros | 4.264 | 5.457 | 11.797 | 1.365 |
| | **45.694** | **735.005** | **224.142** | **777.352** |

## Empréstimos obrigacionistas e outros empréstimos

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Montante utilizado | | Montante utilizado | |
| | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente |
| **Empréstimos por obrigações** | | | | |
| Obrigações Sonae SGPS /2022/2027 | - | 25.000 | - | 25.000 |
| Obrigações ESG Sonae SGPS /2020/2025 | 4.000 | 4.000 | 4.000 | 8.000 |
| Obrigações ESG Sonae SGPS /2023/2028 | - | 75.000 | - | - |
| Obrigações MC/ Dezembro 2019/2024 | - | 30.000 | - | 30.000 |
| Obrigações MC/ Abril 2020/2027 | - | 95.000 | - | 95.000 |
| Obrigações MC ESG / dezembro 2021/2024 | 40.000 | - | - | 40.000 |
| Obrigações MC ESG / novembro 2021/2026 | - | 60.000 | - | 60.000 |
| Obrigações MC ESG 2023/2026 | - | 30.000 | - | - |
| Obrigações MC ESG 2023/2028 | - | 50.000 | - | - |
| Obrigações Sonae Sierra 2022/2029 | - | 50.000 | - | 50.000 |
| Obrigações Sonae Sierra 2022/2027 | - | 25.000 | - | 25.000 |
| Obrigações Sonae Sierra 2018/2023 | - | - | 25.000 | - |
| Custos de montagem de financiamentos | (127) | (1.973) | (154) | (1.628) |
| **Empréstimos por obrigações** | **43.873** | **442.027** | **28.846** | **331.372** |
| Instrumentos derivados (Nota 5.2) | 6 | 2.688 | - | - |
| **Outros empréstimos** | **6** | **2.688** | **-** | **-** |

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2023 dos empréstimos obrigacionistas e dos empréstimos bancários era em média cerca de 4,56% (2,24% em 31 de dezembro de 2022). A maior parte dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários indexados a taxas variáveis têm como indexante a Euribor.

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difira significativamente do seu justo valor, determinado com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados.

Os instrumentos derivados estão registados ao justo valor (Nota 5.2) e em 2023 os derivados de cobertura operacionais foram reclassificados para as rúbricas de “Outros investimentos” ou “Outras dividas de terceiros” dependendo, se são ativos correntes ou não correntes.

O valor nominal dos fluxos contratuais dos empréstimos tem as seguintes maturidades:

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Capital | Juros | Capital | Juros |
| N+1 a) | 91.248 | 55.666 | 256.116 | 33.461 |
| N+2 | 103.546 | 50.098 | 180.854 | 26.007 |
| N+3 | 378.920 | 44.624 | 100.365 | 24.477 |
| N+4 | 321.999 | 28.705 | 344.887 | 21.773 |
| N+5 | 312.490 | 14.918 | 338.135 | 13.478 |
| Após N+5 | 62.050 | 2.005 | 146.111 | 8.803 |
| | **1.270.253** | **196.015** | **1.366.468** | **127.998** |

a) Inclui os montantes utilizados dos programas de papel comercial quando classificados como corrente.

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos, e tendo em consideração a melhor expectativa da Sonae quanto à sua data de amortização.

A 31 de dezembro de 2023 existem operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

À data de 31 de dezembro de 2023, a Sonae dispunha, conforme detalhado na nota de caixa e equivalentes (Nota 6.6), do valor de 711 milhões de euros (793 milhões de euros em 2022) e ainda linhas de crédito disponíveis conforme se segue:

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Compromissos inferiores a 1 ano | Compromissos superiores a 1 ano | Compromissos inferiores a 1 ano | Compromissos superiores a 1 ano |
| **Montantes de linhas disponíveis** | | | | |
| MC | 196.000 | 285.000 | 161.000 | 275.000 |
| Sierra | 39.469 | 88.275 | 54.969 | - |
| Sonae & Outros | 194.000 | 953.978 | 149.000 | 195.000 |
| | **429.469** | **1.327.253** | **364.969** | **470.000** |
| **Montantes de linhas contratadas** | | | | |
| MC | 196.000 | 285.000 | 161.000 | 375.000 |
| Sierra | 39.469 | 114.000 | 54.969 | - |
| Sonae & Outros | 194.000 | 975.000 | 194.000 | 367.500 |
| | **429.469** | **1.374.000** | **409.969** | **742.500** |

A Sonae considera como linhas disponíveis com compromissos superiores a 1 ano, o montante do acordo de financiamento de 600 milhões de euros, com o fim de financiar a oferta pública voluntária de aquisição de ações da empresa finlandesa Musti Group Plc, que a 31 de dezembro de 2023 não estava utilizada.

## 6.5. Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2023 é como se segue:

| | Passivos de locação (Nota 3.10) | Empréstimos obtidos (Nota 6.5) | Instrumentos financeiros derivados (Nota 5.2) |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 01 de janeiro de 2023** | **1 206 565** | **1 363 347** | **4 849** |
| Fluxos de caixa: | | | |
| Recebimentos de dívida financeira | - | 4 146 262 | - |
| Pagamentos de dívida financeira | (220 844) | (4 244 051) | - |
| Descobertos bancários | - | (1 420) | - |
| Atualização de divida financeira | 84 341 | - | - |
| Rendas não pagas | 889 | - | - |
| Aumento/(diminuição) do justo valor | - | - | (2 133) |
| Variações de perimetro | (5 125) | - | - |
| Aumentos de contratos de locação | 336 964 | - | - |
| Gastos de montagem dos financiamentos | - | (2 252) | - |
| Outros | (961) | (619) | |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **1 401 829** | **1 269 074** | **2 716** |

## 6.6. Caixa e equivalentes de caixa

### Políticas contabilísticas

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com maturidade inicial inferior a três meses da sua data de emissão, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Outros empréstimos", na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Numerário | 18.965 | 15.159 |
| Depósitos bancários | 546.438 | 670.766 |
| Depósitos bancários - cauções de lojistas | 2.902 | 2.873 |
| Aplicações de tesouraria | 142.553 | 105.014 |
| **Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira** | **710.858** | **793.812** |
| Descobertos bancários (Nota 6.4) | (1.554) | (2.974) |
| **Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa** | **709.304** | **790.838** |

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor incluído em “Depósitos bancários - cauções de lojistas”, correspondem às garantias prestadas pelos lojistas no segmento Sierra. Estes montantes recebidos dos lojistas estão classificados nas rubricas de “Outros passivos não correntes” (Nota 4.7) e “Outras dívidas a terceiros” (Nota 4.10).

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de “Empréstimos bancários”.

## 6.7. Resultados financeiros

### Políticas contabilísticas

Os gastos e rendimentos relacionados com a atividade de financiamento, tais como os juros suportados, diferenças de câmbio associadas a empréstimos, entre outros, são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 podem ser detalhados como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
|---|---|---|
| **Gastos e perdas** | | |
| Juros suportados | | |
| relativos a descobertos e empréstimos bancários | (32.399) | (13.533) |
| relativos a obrigações não convertíveis | (18.442) | (5.782) |
| relativos a locaçao operacional (Nota 3.10) | (84.970) | (74.264) |
| outros | (312) | (735) |
| | **(136.124)** | **(94.315)** |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | (86.078) | (105.183) |
| Encargos de emissão de dívida | (4.131) | (5.393) |
| Outros | (1.594) | (2.588) |
| | **(227.927)** | **(207.479)** |
| **Rendimentos e ganhos** | | |
| Juros obtidos | | |
| relativos a depósitos bancários | 6.349 | 362 |
| outros | 8.451 | 4.807 |
| | **14.800** | **5.169** |
| Diferenças de câmbio favoráveis | 88.153 | 102.804 |
| Ganhos com instrumento financeiro derivado | - | 2.313 |
| Justo valor de derivados financeiros | - | 592 |
| Outros rendimentos e ganhos financeiros | 1.289 | 1.615 |
| | **104.243** | **112.493** |
| **Resultados financeiros** | **(123.684)** | **(94.986)** |

# 7. Provisões, compromissos e contingências

## 7.1. Provisões

### Políticas contabilísticas

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

### Julgamentos e estimativas

As responsabilidades contingentes estimadas em cada período de relato são divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi o seguinte:

| | Provisões não correntes | Provisões correntes |
|---|---|---|
| **Saldo em 01 jan 2022** | **21.475** | **4.170** |
| Aumentos | 4.118 | 2.715 |
| Diminuições | (3.853) | (2.504) |
| Variações de perímetro | (122) | 127 |
| **Saldo em 31 dez 2022** | **21.621** | **4.508** |
| Aumentos | 5.393 | 9.954 |
| Diminuições | (3.376) | (2.695) |
| Aquisições de subsidiárias | 11 | 452 |
| Variações de perímetro | - | (3) |
| **Saldo em 31 dez 2023** | **23.649** | **12.217** |

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o valor líquido de “Aumentos” e “Diminuições” de provisões pode ser detalhado como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Provisões na demonstração dos resultados | 12.776 | 3.149 |
| Utilizações diretas de outras provisões correntes - outros riscos e encargos - não corrente | (2.079) | (2.278) |
| Outros | (1.421) | (395) |
| | **9.276** | **476** |

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe das Provisões Correntes e Não Correntes para outros riscos e encargos pode ser analisado como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Responsabilidades futuras relativas a filiais da operação Retalho no Brasil alienadas | 10.083 | 7.557 |
| Processos judiciais em curso | 11.185 | 3.684 |
| Provisão de marca própria e garantias de clientes | 2.050 | 2.238 |
| Contingência no Brasil referente a retenção de imposto nos dividendos | 4.708 | 4.708 |
| Outras responsabilidades | 7.837 | 7.940 |
| | **35.865** | **26.128** |

As rubricas “Provisões não correntes” e “Provisões Correntes” incluem 10.083 milhares de euros (7.557 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022) para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da subsidiária Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos gastos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor.

Adicionalmente, a rubrica “Processos judiciais em curso”, inclui 8,6 milhões de euros para fazer face ao Processo de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência.

**Processo de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência**

Em 2016, a Autoridade da Concorrência (AdC) notificou a MCretail SGPS, S.A. (ex – Sonae MC SGPS, S.A.), a Modelo Continente SGPS (Ex Sonae MC) e a Modelo Continente Hipermercados, para efeitos de apresentação de defesa, no âmbito de processo de contraordenação instruído em virtude do acordo celebrado entre a Modelo Continente e a EDP Comercial quanto à campanha conhecida como «Plano EDP Continente». De referir que o Plano Edp/Continente decorreu durante o ano de 2012, tendo-se prolongado pelos primeiros meses de 2013 para permitir a utilização dos descontos que tivessem sido atribuídos aos clientes até 31 de dezembro de 2012. O desenvolvimento deste tipo de acordos de promoção dos negócios é algo habitual no mercado português. Em 2017, a AdC aplicou as coimas no valor de 2,8 milhões à Sonae Investimentos e de 6,8 milhões à Modelo Continente. A AdC condenou ainda a MC, mas não lhe aplicou qualquer coima, uma vez que esta sociedade não apresenta qualquer volume de negócios. As referidas sociedades impugnaram judicialmente a decisão da AdC. Em 30 de Setembro de 2020, foi proferida sentença que confirmou o entendimento da AdC quanto à ilicitude do comportamento em causa, embora reduzindo os montantes da coima para, respetivamente, 2,52 milhões de euros e 6,12 milhões de euros. As sociedades interpuseram recurso desta sentença para o Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), onde se encontra pendente. A 5 de Abril de 2021 este Tribunal suspendeu a instância e formulou uma dezena de questões prejudiciais ao Tribunal de Justiça da União (TJUE). A 26 de outubro de 2023 o TJUE proferiu o seu acórdão, apresentando os seus esclarecimentos às questões prejudiciais do TRL. Consequentemente, a 19 de fevereiro de 2024, o TRL proferiu o seu acórdão. Com base nos mais recentes desenvolvimentos, as sociedades procederam à provisão do montante total das coimas respetivas, que perfaz um total de 8,6 milhões de euros.

## 7.2. Compromissos não refletidos na demonstração da posição financeira

No âmbito da reestruturação do portefólio da Sierra BV, ocorrida em 2020, a detenção dos ativos secundários foram transferidos para a Sierra Retail Ventures BV (“SRV”) (cujos acionistas são os mesmos que detinham a Sierra BV antes da reestruturação). Os compromissos assumidos em 2003 com a alienação de 49,9% das ações da Sierra BV a um grupo de Investidores, foram transferidos para a SRV. De acordo com esses compromissos, a Sonae Sierra vinculou-se a assegurar a revisão do preço de transmissão destas ações no caso de ocorrer uma alienação para terceiros de alguns dos centros comerciais detidos por participadas da Sierra BV (agora SRV), desde que verificadas determinadas circunstâncias.

Essa alienação pode tomar a forma de venda do ativo ou venda das ações da sociedade que, direta ou indiretamente detém o ativo.

A revisão de preço será feita pela Sonae Sierra aos investidores no Fundo ou à Sierra BV no caso de, na venda relevante, terem sido efetuados descontos relacionados com impostos diferidos sobre mais valias

A revisão de preço será afetada pela percentagem de capital na sociedade detentora do ativo, pela percentagem de detenção dos Investidores na SRV (e, no caso de venda de ações, ajustado por um desconto de 50%) e está limitada a:

- no caso de venda de ativos, ao valor máximo de 13,7 milhões de euros;
- no caso de venda das ações da sociedade que direta ou indiretamente detém o ativo, ao valor máximo de 6,9 milhões de euros;
- no caso de venda de ações da sociedade que, direta ou indiretamente detém o ativo, a revisão de preço somada com o preço de venda, não poderá ser superior à respetiva proporção do NAV ("Net Asset Value").

Estes compromissos são válidos durante o período em que se mantenham os atuais acordos com os restantes acionistas da Sierra BV.

A Sierra tem ainda o direito de apresentar uma proposta para a aquisição do ativo ou das ações em causa antes daquele ou destas serem adquiridos por terceiros.

Os acordos celebrados entre os acionistas da Sierra BV, aquando da sua constituição em 2003, foram transferidos para a SRV, aplicando-se *mutatis mutandis* à SRV; nestes acordos foi acordado que a estrutura deveria existir por um período inicial de 10 anos, que foi posteriormente prorrogado por várias vezes. Assim, em 5 de setembro de 2023 os acionistas da SRV BV aprovaram uma extensão do fundo até 10 de outubro de 2024 com o objetivo de acordar e avançar com a implementação duma estratégia de saída dos *ativos non-core*.

De acordo com os acordos celebrados entre os acionistas da Empresa aquando da sua constituição em 2008, foi acordado que o Fundo Sierra Portugal deveria existir por um período inicial de 10 anos (que terminou em março de 2018), e prorrogado por várias vezes. Neste sentido, o prazo do fundo foi prorrogado até 31 de dezembro de 2024, conforme acordado pelos acionistas da Empresa em 2 de junho de 2023, para permitir a realização dos investimentos. Se tal realização não for alcançada até essa data, os investidores deverão reconsiderar uma prorrogação adicional.

É entendimento do Grupo que a venda direta de um ativo em Portugal não é atrativa por sobre ela incidirem ónus que não serão suportados se a venda se efetuar através da alienação de ações da sociedade que detém o ativo.

No dia 4 de outubro de 2023, com o exercício de uma opção de venda a respeito de um conjunto de ações da associada ALLOS, S.A. ("Companhia"), o Grupo assinou um acordo com as "Entidades Otto" (assim consideradas em conjunto, Sr. Alexander Otto, Aros Vermögensverwaltungsgesellschaft IM.B.H., e Cura Beteiligungsgesellschaft Brasilien M.B.H.) estabelecendo um mecanismo alternativo que não implicará a transferência de ações da Companhia para Entidades Otto. Em dezembro de 2023, ocorreu um recebimento no âmbito do acordo alternativo tendo sido registado um ganho.

O acordo alternativo estipula um potencial pagamento de um valor dependente da variabilidade da cotação das ações da Companhia e, consequentemente, com uma elevada imprevisibilidade quanto à determinação do seu valor ou de eventuais benefícios económicos futuros e, bem assim quanto à probabilidade de pagamento.

A respeito do acordo alternativo, foi entendimento do Grupo, dada a elevada imprevisibilidade do mesmo, não proceder ao reconhecimento de qualquer ativo.

## 7.3. Provisões, passivos contingentes e outros compromissos relativamente às associadas

### Grupo NOS

#### a) Provisões do Grupo NOS

Os processos abaixo descritos encontram-se provisionados nas contas consolidadas da NOS, atendendo ao grau de risco identificado.

## 1. Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU)

A Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CLSU): A Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CLSU), está prevista nos artigos 17.º a 22.º, da Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto. Desde 1995 até junho de 2014, a MEO, SA (antiga PTC) prestou o serviço universal de comunicações eletrónicas, em regime de exclusivo, tendo para tanto sido designada administrativamente pelo governo (isto é, foi escolhida para prestador desse serviço sem recurso a procedimento concursal). Tal configura uma ilegalidade reconhecida pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, que através da sua decisão de junho de 2014 condenou por esse facto o Estado Português ao pagamento de uma multa de 3 milhões de euros. De acordo com o artigo 18.º da referida Lei n.º 35/2012, de 23/8, os custos líquidos incorridos pelo operador responsável pelo serviço universal aprovados pela ANACOM devem ser repartidos pelas outras empresas que ofereçam, no território nacional, redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público. A NOS está abrangida por esta contribuição extraordinária, sendo que a MEO solicitou o pagamento dos CLSU ao fundo de compensação dos vários períodos em que esteve responsável pelo serviço. Com efeito, o fundo de compensação pode, de acordo com a lei, ser acionado para compensar os custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas, incluindo, como acontece nesse caso, os relativos ao período anterior à designação do respetivo prestador por concurso, sempre que, cumulativamente, se verifique (i) a existência de custos líquidos, que sejam considerados excessivos, cujo montante seja aprovado pela ANACOM, na sequência de auditoria ao cálculo preliminar e respetivos documentos de suporte, que sejam transmitidos pelo prestador do serviço universal e (ii) o prestador do serviço universal solicite ao Governo a compensação dos custos líquidos que tenham sido aprovados nos termos da alínea anterior.

Assim:

- Em 2013, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CLSU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2007-2009, num montante de cerca de 66,8 milhões de euros, decisão que foi objeto de impugnação pela NOS; Em janeiro de 2015, foram emitidas as notas de liquidação relativas à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores referentes àquele período, no montante de 18,6 milhões de euros, as quais foram, por sua vez, objeto de impugnação judicial e em relação às quais foram apresentadas fianças pela NOS SGPS, de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram aceites pela ANACOM.

- Em 2014, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CLSU apresentados pela MEO, relativos aos exercícios de 2010 a 2011, num montante total de cerca de 47,1 milhões de euros, decisão que também foi impugnada pela NOS. Em fevereiro de 2016, foram emitidas as notas de liquidação relativas à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores referentes àquele período, no montante de 13 milhões de euros, as quais também foram objeto de impugnação e em relação às quais foram novamente apresentadas fianças pela NOS SGPS, de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram também aceites pela ANACOM.

- Em 2015, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CLSU apresentados pela MEO, relativos aos exercícios de 2012 e 2013, num montante total de cerca de 26 milhões de euros e 20 milhões de euros, respetivamente, decisão que, à semelhança das anteriores, foi impugnada pela NOS. Em dezembro de 2016, foram emitidas as notas de liquidação relativas à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores, referentes àquele período, no montante de 13,6 milhões de euros, as quais foram objeto de impugnação pela NOS e em relação às quais já foram igualmente apresentadas fianças pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram também aceites pela ANACOM.

- Em 2016, a ANACOM procedeu à aprovação dos resultados da auditoria aos custos líquidos da prestação do serviço universal relativos ao período de janeiro a junho de 2014, assegurado pela MEO, no montante total de 7,7 milhões de euros, que a NOS impugnou nos termos habituais.

- Em 2017, foi notificada à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores a decisão da ANACOM sobre as entidades obrigadas a contribuir para o fundo de compensação e à fixação dos valores das contribuições referentes aos CLSU a compensar relativos aos meses do ano de 2014 em que a MEO ainda se manteve como prestadora do Serviço Universal, o qual prevê

para o conjunto dessas empresas uma contribuição no montante de cerca de 2,4 milhões de euros. Em dezembro de 2017, foram emitidas as notas de liquidação relativas à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores, referentes àquele período, no montante de aproximadamente 2,4 milhões de euros, as quais foram objeto de impugnação pela NOS e em relação às quais já foram igualmente apresentadas fianças pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram também aceites pela ANACOM.

É entendimento do Conselho de Administração da NOS que estas contribuições extraordinárias para o Serviço Universal que lhe são exigidas, e que respeitam ao período anterior à designação do prestador de serviço universal por concurso, violam de forma flagrante a Diretiva do Serviço Universal. Acresce que, considerando o quadro legal e o direito em vigor desde que a NOS iniciou a sua atividade, a exigência do pagamento da contribuição extraordinária viola o princípio da proteção da confiança, reconhecido a nível legal e constitucional no ordenamento jurídico português. Por estas razões, a NOS impugnou judicialmente quer a aprovação dos resultados da auditoria aos custos líquidos do serviço universal relativo ao período de pré-concurso, quer as liquidações de todas e cada uma das contribuições extraordinárias que lhe venham a ser exigidas. Em setembro de 2021, o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa julgou a ação referente à impugnação administrativa dos resultados da auditoria aos CLSU 2007-2009 improcedente, da qual a NOS recorreu em outubro de 2021. É convicção do Conselho de Administração da NOS de que terão sucesso, quer as impugnações, quer o recurso efetuados.

## Processos judiciais em curso, ativos contingentes e passivos contingentes do Grupo NOS

### 1. Processos com entidades reguladoras e Autoridade da Concorrência (AdC)

A NOS SA, a NOS Açores e a NOS Madeira têm vindo a impugnar judicialmente os atos da ANACOM de liquidação da Taxa Anual de Atividade (correspondente aos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022) enquanto Fornecedor de Redes de Serviços de Comunicações Eletrónicas peticionando a restituição das quantias pagas no âmbito da execução dos referidos atos de liquidação. Para o ano de 2020, 2021 e 2022, também a NOS Wholesale impugnou judicialmente a liquidação da Taxa de Atividade.

Os valores das liquidações são respetivamente os seguintes:

- NOS SA: 2009: 1.861 milhares de euros, 2010: 3.808 milhares de euros, 2011: 6.049 milhares de euros, 2012: 6.283 milhares de euros, 2013: 7.270 milhares de euros, 2014: 7.426 milhares de euros, 2015: 7.253 milhares de euros, 2016: 8.242 milhares de euros, 2017: 9.099 milhares de euros, 2018: 10.303 milhares de euros, 2019: 10.169 milhares de euros, 2020: 10.184 milhares de euros, 2021: 9.653 milhares de euros e 2022: 9.850 milhares de euros.

- NOS Açores: 2009: 29 milhares de euros; 2010; 60 milhares de euros, 2011: 95 milhares de euros, 2012: 95 milhares de euros, 2013: 104 milhares de euros, 2014: 107 milhares de euros, 2015: 98 milhares de euros, 2016: 105 milhares de euros, 2017: 104 milhares de euros, 2018: 111 milhares de euros, 2019: 107 milhares de euros, 2020: 120 milhares de euros, 2021: 123 milhares de euros e 2022: 123 milhares de euros.

- NOS Madeira: 2009: 40 milhares de euros, 2010: 83 milhares de euros, 2011: 130 milhares de euros, 2012: 132 milhares de euros, 2013: 149 milhares de euros, 2014: 165 milhares de euros, 2015: 161 milhares de euros, 2016: 177 milhares de euros, 2017: 187 milhares de euros, 2018: 205 milhares de euros, 2019: 195 milhares de euros, 2020: 202 milhares de euros, 2021: 223 milhares de euros e 2022: 235 milhares de euros.

- NOS Wholesale: 2020: 36 milhares de euros 2021: 110 milhares de euros e 2022: 90 milhares de euros.

A taxa corresponde a uma percentagem definida anualmente pela ANACOM (em 2009 foi de 0,5826%) sobre as receitas de comunicações eletrónicas dos operadores. Nas impugnações invocam i) vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade relacionados com a própria taxa e com a inclusão, na contabilização dos custos da ANACOM, das provisões constituídas pelo regulador com processos judiciais intentados contra si (incluindo estas mesmas impugnações

da taxa de atividade) e ii) que apenas as receitas relativas à atividade de comunicações eletrónicas propriamente ditas, podem ser consideradas para efeitos de aplicação da percentagem e cálculo da taxa a pagar, não devendo ser consideradas receitas provenientes dos conteúdos televisivos. Foram proferidas sentenças em mais de duas dezenas de processos sobre a matéria, das quais a ANACOM recorreu para o Tribunal Central Administrativo e/ou para o Tribunal Constitucional, aguardando-se ulteriores termos dos processos. Em 2023, o Tribunal Constitucional pronunciou-se, em mais de uma dezena de processos distintos, pela inconstitucionalidade da Portaria n.º 1473-B/2008, de 17 de dezembro, que regula a determinação das taxas devidas pelo exercício da atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas, tendo ainda condenado a ANACOM a proceder à restituição do montante indevidamente cobrado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido um proveito de 38,5 milhões de euros, decorrente das decisões favoráveis no Tribunal Constitucional, tendo recebido 15,6 milhões de euros. Os demais processos encontram-se a aguardar julgamento e/ou decisão.

Durante o primeiro trimestre de 2017, a NOS foi notificada, pela ANACOM, da instauração de processo de contraordenação relacionado com comunicações de atualização de preços realizadas no final de 2016 e início de 2017. No final do último trimestre de 2020, a ANACOM notificou a NOS da acusação, imputando-lhe a prática de 4 contraordenações muito graves e 1 contraordenação grave relacionadas respetivamente com (i) a não comunicação aos clientes do direito de rescisão de contrato sem encargos por efeito da alteração dos preços, com (ii e iii) a suposta não comunicação adequada da atualização de preços e com (iv) a antecedência adequada e, ainda, com a (v) na falta de prestação de informações solicitadas pela ANACOM, não concretizando porém a ANACOM qualquer valor de coima, exceto relativamente à contraordenação grave. No caso, desta última, a ANACOM deu à NOS a possibilidade de esta liquidar a coima pelo mínimo, no montante de 13 milhares de euros, o que a NOS fez. A NOS apresentou Defesa Escrita no dia 29 de janeiro de 2021. A NOS foi notificada, em novembro de 2022, da decisão da ANACOM que condenou a NOS no pagamento de uma coima de 5,2 milhões de euros. A NOS impugnou judicialmente a decisão e, em junho de 2023, o tribunal reduziu o valor da coima aplicada à NOS para 4,2 milhões de euros. A NOS recorreu desta decisão para o Tribunal da Relação, que diminuiu o valor da coima para 3,5 milhões de euros, tendo, nessa medida, apresentado recurso no Tribunal Constitucional. Aguardam-se ulteriores desenvolvimentos.

No dia 17 de julho de 2020, a NOS foi notificada pela AdC de uma nota de ilicitude (acusação) relativa a marketing digital no motor de busca da google, que acusa os operadores MEO, NOS, NOWO e Vodafone de concertação, para o período compreendido entre 2010 a 2018, não identificando uma coima concreta. Não é possível, à data, estimar o montante de uma eventual coima. A NOS apresentou a sua defesa escrita junto da AdC e recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), onde impugnou a nulidade da obtenção de prova. Em julho 2022, o TRL confirmou o entendimento da NOS, aguardando-se ulteriores desenvolvimentos. É convicção do Conselho de Administração, tendo em conta os elementos que conhece, que conseguirá demonstrar os vários argumentos a favor da sua defesa.

No dia 15 de dezembro de 2021, a NOS foi notificada pela AdC de nota de ilicitude (acusação) relativa a práticas relacionadas com o serviço de publicidade em gravações automáticas, em que acusa a NOS, outros operadores e uma consultora, de concertação de comportamento no mercado de publicidade nas gravações televisivas. A NOS apresentou a sua defesa escrita, não sendo possível, à data, estimar sobre se existirá uma decisão de absolvição ou de condenação e, no caso desta última, o montante de uma eventual coima. Aguardam-se ulteriores desenvolvimentos sobre a decisão da AdC. É convicção do Conselho de Administração da NOS, tendo em conta os elementos que conhece, que conseguirá demonstrar os vários argumentos a favor da sua defesa.

## 2. Administração Fiscal

No decurso dos exercícios de 2003 a 2023, algumas empresas do Grupo NOS foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2021. Na sequência das sucessivas inspeções, a NOS SGPS, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, bem como as empresas que não integraram o Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária em sede do IRC, do IVA e do Imposto de Selo e dos pagamentos adicionais correspondentes. O valor total das notificações por liquidar, acrescido de juros e encargos, ascende a 38 milhões de euros. As referidas notas de liquidação, foram contestadas encontrando-se os respetivos processos judiciais em curso.

Baseado nos pareceres obtidos juntos dos mandatários dos processos e de consultores fiscais, o Conselho de Administração mantém a convicção de um desfecho favorável, razão

pela qual mantem os referidos processos em tribunal. Não obstante, em respeito pelo princípio da prudência, periodicamente é efetuada uma avaliação do nível de exposição do grupo a estes processos, em face da evolução da jurisprudência, e consequentemente ajustadas as provisões constituídas para o efeito. O Grupo NOS prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos.

### 3. Ações da MEO contra a NOS SA, NOS Madeira e NOS Açores e da NOS SA contra a MEO

Em 2011, a MEO intentou contra a NOS SA, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 10,3 milhões de euros, a título de compensação por alegadas portabilidades indevidas da NOS SA no período compreendido entre março de 2009 e julho de 2011. A NOS SA contestou, tendo o Tribunal ordenado inicialmente a realização de uma perícia, entretanto, julgada sem efeito. A audiência de discussão e julgamento teve lugar no 1º semestre de 2016, tendo em setembro do mesmo ano sido proferida sentença, que julgou parcialmente procedente a ação, com fundamento não na demonstração da existência de portabilidades indevidas, que o Tribunal determinou restringir-se àquelas que não correspondem à vontade do titular. Nesse sentido, condenou a NOS ao pagamento à MEO de aproximadamente 5,3 milhões de euros, decisão da qual a NOS recorreu para o Tribunal da Relação de Lisboa. A MEO, por sua vez, conformou-se com a sentença proferida e não recorreu da parte da sentença que absolveu a NOS. O Tribunal da Relação de Lisboa, no 1º trimestre de 2018, veio confirmar a decisão proferida pelo Tribunal de 1ª instância, exceto quanto a juros, em que deu razão ao alegado pela NOS, no sentido de que os juros deviam contabilizar-se desde a citação para a ação e não do vencimento das faturas. A NOS interpôs, junto do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), recurso excecional de revista, que veio a considerar os factos dados como provados insuficientes para resolver a questão de mérito. Em consequência, o STJ determinou que o tribunal recorrido procedesse à ampliação da matéria de facto. O processo baixou ao Tribunal de 1ª Instância e, em novembro de 2019, este concedeu às partes a possibilidade de requererem a produção de prova suplementar à matéria da ampliação, tendo a NOS solicitado a realização de uma perícia e a repetição da prova testemunhal. Já em fevereiro de 2020, o Tribunal determinou a necessidade de obter novos elementos probatórios, que impõem a análise da informação constante relativa a todas as portabilidades que servem de base ao processo, determinando a realização de prova pericial para o efeito. A designação do perito veio a ocorrer em outubro de 2021. Em dezembro de 2022, o perito solicitou dispensa de funções por entender que a verificação não judicial qualificada é inexequível face ao volume de documentação para análise, tendo o tribunal determinado, em abril de 2023, que, face ao requerido pelo perito, a realização do julgamento deveria ficar circunscrita à apresentação de alegações escritas. As partes apresentaram as suas alegações escritas em junho e a NOS, cumulativamente, apresentou um recurso autónomo deste despacho, por entender que a decisão do tribunal viola o acórdão do STJ. Em julho de 2023, apesar de não ter sido produzida prova suplementar conforme determinado pelo STJ, o Tribunal proferiu uma nova decisão que condenou a NOS no pagamento de 5,3 milhões de euros. Esta decisão foi já objeto de recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa. Aguardam-se ulteriores desenvolvimentos.

Em 2011, a NOS SA intentou, por seu lado, contra a MEO, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 22,4 milhões de euros, por danos sofridos pela NOS SA, decorrentes da violação do Regulamento da Portabilidade por parte da MEO, mais concretamente, do avultado número de recusas injustificadas de pedidos de portabilidade pela MEO no período entre fevereiro de 2008 a fevereiro de 2011. O tribunal decretou a realização de prova pericial de índole técnica e económico-financeira, tendo os relatórios periciais sido concluídos em fevereiro de 2016 e junho de 2018, respetivamente. A MEO arguiu a nulidade do relatório pericial económico-financeiro, o qual foi indeferido. Realizado o julgamento, em maio de 2022, o tribunal veio dar parcialmente razão à NOS, condenando a MEO no pagamento de 7,9 milhões de euros, decisão impugnada pela MEO e pela NOS através da apresentação de recursos em outubro de 2022. No final de março de 2023, o Tribunal da Relação de Lisboa revogou a decisão inicialmente proferida e ordenou a ampliação da matéria de facto, o que implicará a realização de novas sessões de julgamento. É entendimento do Conselho de Administração da NOS, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que existem, em termos formais e substantivos, boas probabilidades de a NOS SA poder obter vencimento na ação, até pelo facto de a MEO já ter sido condenada, pelos mesmos ilícitos, pela ANACOM.

### 4. Ação intentada pela DECO

Em março de 2018, a NOS foi notificada de ação judicial intentada pela DECO contra a NOS, MEO e NOWO, na qual é solicitada a declaração de nulidade da obrigação de pagamento dos aumentos de preços impostos aos clientes, no final de 2016. Em abril e maio de 2018, as operadoras, incluindo a NOS, apresentaram contestação. Foi fixado à ação o valor de € 60.000. Realizadas as sessões de discussão e julgamento, em 2022, as partes encontram-se, agora, a aguardar decisão do tribunal. É convicção do Conselho de Administração da NOS que os argumentos utilizados pela autora não são procedentes, razão por que se acredita que do desfecho do processo não deverão resultar impactos significativos para as demonstrações financeiras do Grupo NOS.

### 5. Ação intentada pela Citizens Voice

Em novembro 2022, a NOS foi citada de uma ação judicial apresentada pela Citizens Voice — Consumer Advocacy Association ("Citizens Voice"), onde são requeridos um conjunto de pedidos relacionados com a ativação automática de volumes pré-definidos de dados móveis, uma vez esgotado o volume de dados incluído na mensalidade contratada pelos clientes. A Citizens Voice pede mais concretamente (i) a declaração judicial da ilegalidade desta prática por entender que viola um conjunto de regras nacionais e europeias, (ii) o reconhecimento do direito dos clientes a recusarem a contratação destes serviços, (iii) a devolução de quantias pagas a este título ao longo dos últimos anos pelos clientes da NOS, bem como (iv) o pagamento de uma compensação no valor de 100 euros a cada cliente por alegados danos morais decorrentes da referida prática. Em dezembro de 2022 a NOS apresentou a sua contestação invocando a ilegitimidade da Citizens Voice para apresentar a ação, designadamente pela existência de um interesse lucrativo, e quanto ao mais defendendo a licitude da prática e a total transparência e clareza da mesma para os respetivos clientes. Aguarda-se neste momento os ulteriores termos do processo, sendo convicção do Conselho de Administração da NOS que os argumentos utilizados pela autora não são procedentes, razão por que se acredita que do desfecho do processo não deverão resultar impactos significativos para as demonstrações financeiras do Grupo NOS.

### 6. Tarifas de Interligação

Em 31 de dezembro de 2023, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 43.475.093 euros, respetivamente, que resultam de um diferendo mantido, entre a subsidiária, NOS SA e essencialmente, a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (anteriormente designada TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.), relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001. Na parte desta disputa com a MEO que estava em juízo, o resultado foi totalmente favorável à NOS SA, tendo já transitado em julgado. Em março de 2021, a MEO instaurou nova ação contra a NOS, na qual reclama a fixação do preço dos serviços de interligação entre a TMN e a Optimus relativo a 2001 em 55$00 (€ 0,2743) por minuto. Após a NOS ter apresentado contestação impugnando o peticionado pela MEO, foi realizada da audiência prévia e, por decisão judicial, a NOS foi absolvida da instância. A MEO interpôs recurso da decisão, que foi julgado improcedente, e em fevereiro de 2023 interpôs um novo recurso para o STJ onde a NOS apresentou alegações de resposta. Em outubro de 2023, o STJ negou provimento ao recurso apresentado pela MEO que, em novembro de 2023, apresentou recurso para o Tribunal Constitucional. Aguardam-se ulteriores desenvolvimentos do processo, sendo entendimento do Conselho de Administração da NOS, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que existem, em termos substantivos, boas probabilidades de a NOS SA poder vencer a ação.

## 7.4. Ativos e passivos contingentes

### Políticas contabilísticas

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Detalham-se de seguida os passivos contingentes a que o Grupo está exposto em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| **Garantias e fianças prestadas:** | | |
| por processos fiscais em curso | 1.044. 667 | 965 918 |
| por processos judiciais em curso | 105.159 | 36 464 |
| por processos autárquicos em curso | 6 547 | 6 154 |
| contratuais por bom cumprimento | 39 767 | 39 848 |
| outras garantias | 764 | 4 902 |
| | **1.196.903** | **1.053.285** |

## a) Processos fiscais

Detalham-se de seguida os principais processos fiscais para os quais foram prestadas garantias bancárias ou fianças:

- Processos referentes a liquidações adicionais de IVA relativos ao período de 2004 a 2013 para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 342,1 milhões de euros (342,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022). Os processos em questão, com probabilidade de desfecho desfavorável remoto, resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão.

- Processos referentes a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas da Sonae SGPS, S.A., para os quais foram prestadas garantias, fianças ou seguros caução no valor de 184,3 milhões de euros (184,3 milhões de euros em 2022) a favor da Administração Tributária relativos aos exercícios de 2007 a 2015 e 2017. Nestas garantias ou fianças o valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro no exercício de 2007, bem como pela desconsideração quer de reinvestimento quanto a mais valias por alienação de ações, quer da neutralidade fiscal associada a operações de cisão. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações adicionais, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

- Fiança no valor de cerca de 60 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa MCRetail, SGPS, S.A. relativa a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Tributária, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada;

- Processo referente a imposto de renda relativo a uma subsidiária no Brasil das unidades de retalho no montante de 12,2 milhões de euros (65,3 milhões de reais), que se encontra a ser julgado em tribunal e relativamente aos quais foram prestadas garantias no montante de 19,5 milhões de euros (104,6 milhões de reais), o diferencial de valor entre o valor do processo e a garantia prestada resulta da atualização da responsabilidade.

- Em face da emissão de liquidações adicionais de Impuesto de Sociedades à MCH Sucursal, enquanto representante do Grupo Fiscal em Espanha de que é entidade dominante a Sonae SGPS, SA, e tendo em conta que a empresa impugnou estas liquidações e pretende esgotar cabalmente as vias de contestação disponíveis ao abrigo do direito espanhol e comunitário, foi prestada ao Estado Espanhol uma garantia sob a forma de seguro-caução, no valor de 85,8 milhões de euros, para assegurar o cumprimento desta responsabilidade na eventualidade remota de a mesma vir a ser confirmada pelos Tribunais espanhóis.

Paralelamente, foi estabelecido um acordo firme entre a MCH e a Sonae SGPS, SA, nos termos do qual esta última, enquanto entidade dominante do Grupo fiscal em Espanha, assumiu integralmente tal responsabilidade, através do compromisso firme de reembolsar à MCH qualquer valor que deva ser pago ao Estado Espanhol relativamente a estas liquidações.

### b) Ativos e passivos contingentes relativos a processos fiscais pagos no âmbito de programas de regularização de dívidas ao fisco

No âmbito das medidas de regularização de dívidas ao ao Fisco e Segurança Social (DL 67/2016 de 3/11, DL 151-A/2013 de 31/10 e DL 248-A/2002 de 14/11), O Grupo efetuou pagamentos de impostos no montante de cerca de 17 milhões de euros que permanecem haver do Estado, tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento.

Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas o Grupo mantém em curso os respetivos procedimentos judiciais, tendo expetativa que lhe venha a ser dada razão perante as situações em concreto. O valor pago ao abrigo dos referidos planos relativos a imposto sobre o rendimento foi reconhecido como ativo.

### c) Outros passivos contingentes

- Passivos contingentes relacionados com subsidiárias alienadas no Brasil

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela subsidiária venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. O montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos 19,4 milhões de euros (18,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2023 a 17,8 milhões de euros (17 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022).

Adicionalmente, existem outros processos fiscais com prognóstico de perda possível no valor global de 88,7 milhões de euros (85,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível, mas não provável a existência de perdas para aquela antiga subsidiária. No decurso do ano de 2022, a WMS deu entrada em Portugal de ação declarativa sob a forma de processo comum contra a MCretail, com vista à declaração de direito a uso de carta de conforto prestada por esta última em 2005 no contexto da venda da operação de retalho no Brasil. Tendo por base a apreciação dos seus advogados, a competente contestação foi apresentada.

- Processo de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência

Em 2016, a Autoridade da Concorrência (AdC) notificou a MCretail SGPS, S.A. (ex – Sonae MC SGPS, S.A.), a Modelo Continente SGPS (ex Sonae MC) e a Modelo Continente Hipermercados, para efeitos de apresentação de defesa, no âmbito de processo de contraordenação instruído em virtude do acordo celebrado entre a Modelo Continente e a EDP Comercial quanto à campanha conhecida como «Plano EDP Continente». De referir que o Plano Edp/Continente decorreu durante o ano de 2012, tendo-se prolongado pelos primeiros meses de 2013 para permitir a utilização dos descontos que tivessem sido atribuídos aos clientes até 31 de dezembro de 2012. O desenvolvimento deste tipo de acordos de promoção dos negócios é algo habitual no mercado português.

Em 2017, a AdC aplicou as coimas no valor de 2,8 milhões à Sonae Investimentos e de 6,8 milhões à Modelo Continente. A AdC condenou ainda a MC, mas não lhe aplicou qualquer coima, uma vez que esta sociedade não apresenta qualquer volume de negócios. As referidas sociedades impugnaram judicialmente a decisão da AdC.

Em 30 de Setembro de 2020, foi proferida sentença que confirmou o entendimento da AdC quanto à ilicitude do comportamento em causa, embora reduzindo os montantes da coima para, respetivamente, 2,52 milhões de euros e 6,12 milhões de euros. As sociedades interpuseram recurso desta sentença para o Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), onde se encontra pendente. A 5 de Abril de 2021 este Tribunal suspendeu a instância e formulou uma dezena de questões prejudiciais ao Tribunal de Justiça da União (TJUE).

A 26 de outubro de 2023 o TJUE proferiu o seu acórdão, apresentando os seus esclarecimentos às questões prejudiciais do TRL. Consequentemente, a 19 de fevereiro de 2024, o TRL proferiu o seu acórdão. Com base nos mais recentes desenvolvimentos, as

sociedades procederam à provisão do montante total das coimas respetivas, que perfaz um total de 8,6 milhões de euros.

- Investigação em curso pela Autoridade da Concorrência

Em 2017, a Modelo Continente Hipermercados, S.A. foi sujeita a diligências de busca e apreensão de documentos pela Autoridade da Concorrência (AdC), como parte de uma investigação publicamente relatada pela AdC como envolvendo 21 entidades no setor de retalho de bens de grande consumo (por exemplo, hipermercados, supermercados, *hard-discounts* e seus fornecedores). No contexto de uma investigação a AdC instaurou vários processos de contraordenação. Até 31 de dezembro de 2022 foram emitidas 10 Notas de Ilicitude em 10 desses processos.

No decurso do ano de 2020, a AdC proferiu decisões de condenação em dois desses processos tendo fixado à MCH uma «coima de concurso» no valor de 121,9 milhões de euros.

No decurso do ano de 2021, a AdC proferiu decisões de condenação em três outros desses processos tendo fixado à MCH uma coima no total desses três de 38,95 milhões de euros.

No decurso do ano de 2022, a AdC proferiu decisões de condenação em quatro outros desses processos tendo fixado à MCH uma coima no total desses quatro de 83,7 milhões de euros.

No decurso do ano de 2023, a AdC proferiu decisão de condenação em um desses processos tendo fixado à MCH uma coima de 7,7 milhões de euros. As decisões condenatórias podem e foram impugnadas junto do Tribunal de Concorrência, nos devidos prazos legais. Tendo por base a apreciação dos seus advogados e consultores económicos, o Conselho de Administração discorda do entendimento e da decisão da Autoridade da Concorrência, que considera totalmente infundada, pelo que os competentes recursos foram apresentados, não tendo, por este motivo, constituído qualquer provisão.

### d) Passivos contingentes relacionados com subsidiárias da Sierra

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais passivos contingentes da Sierra respeitavam às seguintes situações:

- Em 2023 o Grupo entregou uma carta conforto a favor de um banco, através da qual o Grupo garante na proporção da sua participação de 50%, o cumprimento de determinadas obrigações da BrightCity, S.A. (“BrightCity”) decorrentes do contrato entre a BrightCity e Banco pelo qual o banco emitiu uma garantia bancária no valor de 493 milhares de euros a favor da Câmara Municipal de Chaves (“CCC”).

- Em 2023 o Grupo entregou uma carta conforto ao banco que concedeu o empréstimo à Signal Alpha Republica I, SA (“Signal I”) pela qual o Grupo garante na proporção da sua participação de 5% o cumprimento de determinadas obrigações decorrentes de o acordo de financiamento assinado em 14.07.2023.

- Em 2023 o Grupo entregou uma carta conforto ao banco que concedeu o empréstimo à Signal Alpha Republica II, SA (“Signal II”) pela qual o Grupo garante na proporção da sua participação de 5% o cumprimento de determinadas obrigações decorrentes de o acordo de financiamento assinado em 14.07.2023.

- Em 2020, o Grupo acordou com o banco que concedeu o empréstimo à Mercado Urbano – Gestão Imobiliária, S.A. (“Mercado Urbano”) o cumprimento das obrigações decorrentes desse empréstimo na proporção da sua participação de 20%.

- Em 2020, o Grupo acordou com o banco, na proporção da sua participação de 20%, o cumprimento de certas obrigações do Mercado Urbano decorrentes do contrato entre o Mercado Urbano e o banco que emitiu uma garantia bancária de 685 mil euros em benefício da Câmara Municipal do Porto (“CMP”) com o objetivo de garantir as obrigações assumidas perante a CMP ao abrigo do contrato do direito de superfície em vigor entre o Mercado Urbano e a CMP relativo ao direito de superfície do Mercado do Bom Sucesso.

- Em 2020, o Grupo acordou com o banco que concedeu o empréstimo à Fideicomiso Jardin Plaza Cucuta, para a construção do centro comercial Jardín Plaza Cúcuta, o cumprimento das obrigações decorrentes desse empréstimo na proporção da sua participação de 25%.

- Os passivos contingentes relativos aos empreendimentos conjuntos estão divulgados na Nota 3.2.1.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sonae.

## 8. Partes relacionadas

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, podem ser detalhados como segue:

| | Empresa-Mãe | | Empreendimentos conjuntos | |
|---|---|---|---|---|
| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
| Vendas e prestação de serviços | 357 | 312 | 7.863 | 17.669 |
| Outros rendimentos | 15 | 13 | 585 | 624 |
| Custo das vendas | - | - | (398.058) | (355.001) |
| Fornecimentos e serviços externos | (402) | (480) | (3.672) | (6.110) |
| Outros gastos | - | (3) | (167) | (2) |
| Rendimentos e ganhos financeiros | - | - | 767 | 515 |
| Gastos e perdas financeiras | (463) | (114) | (111) | (113) |

| | Empresas associadas | | Outras partes relacionadas | |
|---|---|---|---|---|
| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
| Vendas e prestação de serviços | 122.058 | 119.342 | 12.177 | 10.241 |
| Outros rendimentos | 1.710 | 1.958 | 2.659 | 5.048 |
| Custo das vendas | (1.952) | (1.163) | (1.619) | (1.848) |
| Fornecimentos e serviços externos | (20.138) | (19.391) | (7.055) | (9.672) |
| Outros gastos | (950) | (54) | (74) | (25) |
| Dividendos recebidos | - | 11.988 | - | - |
| Rendimentos e ganhos financeiros | 318 | 431 | 56 | 156 |
| Gastos e perdas financeiras | (6.266) | (6.273) | (4) | (3) |

| | Empresa-Mãe | | Empreendimentos conjuntos | |
|---|---|---|---|---|
| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
| Outros ativos não correntes | - | - | 8.061 | 8.900 |
| Clientes | 38 | 38 | 3.278 | 1.019 |
| Outras dividas de terceiros | 9 | 9 | 7.244 | 5.678 |
| Fornecedores | - | - | (79.757) | (83.542) |
| Outras dividas a terceiros | (382) | (553) | (4.185) | (365) |
| Aquisição de ativos fixos tangiveis | - | - | 184 | 118 |
| Alienação de ativos fixos tangiveis | - | - | (4) | - |
| Aquisição de ativos intangiveis | - | - | - | 1 |

| | Empresas associadas | | Outras partes relacionadas | |
|---|---|---|---|---|
| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 Reexpresso |
| Outros ativos não correntes | 3.529 | 8.759 | 4 | 4 |
| Clientes | 18.394 | 20.559 | 1.528 | 2.818 |
| Outras dividas de terceiros | 6.631 | 16.116 | 2.234 | 2.054 |
| Fornecedores | (3.497) | (4.536) | (697) | (896) |
| Outras dividas a terceiros | (5.169) | (8.408) | (1.038) | (871) |
| Aquisição de ativos fixos tangiveis | 2.106 | 2.698 | 4 | 92 |
| Alienação de ativos fixos tangiveis | (4) | (3) | - | (1) |
| Aquisição de ativos intangiveis | 921 | 812 | - | 61 |

Nas partes relacionadas estão incluídas as subsidiárias e empresas conjuntamente controladas ou associadas das sociedades Sonae Sierra SGPS, SA, NOS SGPS, SA, Sonae Indústria, SGPS, SA, Sonae Capital, SGPS, SA e SC Industrials, SA, assim como outros acionistas de empresas subsidiárias ou conjuntamente controladas pela Sonae, e outras subsidiárias da empresa-mãe Efanor Investimentos, SGPS, SE.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa-mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, tem a seguinte composição:

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 Reexpresso | |
|---|---|---|---|---|
| | Conselho de Administraçao | Direção Estratégica (a) | Conselho de Administraçao | Direção Estratégica (a) |
| Beneficios a curto prazo | 3.410 | 8.754 | 2.522 | 8.796 |
| Beneficios com base em ações | 1.307 | 2.641 | 837 | 3.487 |
| | 4.717 | 11.395 | 3.358 | 12.283 |

(a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da Sonae (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae).

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes.

As remunerações pagas ao Revisor Oficial de Contas e ao Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA, pelo Grupo em 31 de dezembro de 2023 ascenderam a 844 milhares de euros (826 milhares de euros em 2022).

O detalhe dos serviços prestados durante o exercício de 2023 é o seguinte:

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 Reexpresso | |
|---|---|---|---|---|
| Auditoria e Revisão legal de contas | 651 | 77,1% | 678 | 82,0% |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade | 72 | 8,6% | 88 | 10,6% |
| Consultoria fiscal | 18 | 2,1% | 16 | 1,9% |
| Outros serviços | 103 | 12,2% | 45 | 5,4% |
| | 844 | 100,0% | 826 | 100,0% |

O valor total de “Outros serviços” totalizou 159,7 milhares de euros, no entanto apenas foram faturados em 2023 103 milhares de euros, o restante será faturado em 2024.

# Anexo I – Empresas do Perímetro de Consolidação

## Empresas Subsidiárias incluídas na consolidação

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:

| FIRMA | | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| | | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| Sonae - SGPS, S.A. | | Maia (Portugal) | MÃE | MÃE | MÃE | MÃE |
| **MC** | | | | | | |
| Arenal Perfumerias S.L.U. | a) | Lugo (Espanha) | 100,00% | 45,01% | 100,00% | 45,01% |
| Asprela – Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Azulino Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| BB Food Service, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Bom Momento - Restauração, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Brio – Produtos de Agricultura Biológica, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A. | a), 1) | Maia (Portugal) | - | - | 100,00% | 75,01% |
| Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A. | a) | Castelo de Paiva (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Continente Hipermercados, S.A. | a) | Oeiras (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Denethor Investments S.L. | a), 2) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 75,01% | - | - |
| Elergone Energias, Lda. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Farmácia Selecção, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois | a) | Maia (Portugal) | 95,41% | 71,57% | 95,31% | 71,49% |
| Go Well - Promoção de Eventos, Catering e Consultoria, S.A. | a) | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| H&W - Mediadora de Seguros, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| IGI Investimentos Gestão Imobiliária, S.A. | a) | Porto (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Marcas MC, zRT | a) | Budapeste (Hungria) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| MC Shared Services, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| MCCARE – Serviços de Saúde, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |

| FIRMA | | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| | | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| MCMKT Brands, Lda. | a), 3) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| MContinente, SGPS, S.A. | a), 4) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| MCRETAIL, SGPS, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 75,01% | 75,01% | 75,01% | 75,01% |
| MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Modelo Continente Hipermercados, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Modelo Continente International Trade, S.A. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Modelo Hiper Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Mundo Note Papelaria, Livraria e Serviços, S.A. | a), 5) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Pharmacontinente - Saúde e Higiene, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Ponto de Chegada – Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Portimão Ativo – Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Predilugar - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| SCBRASIL Participações, Ltda | a) | São Paulo (Brasil) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, S.A. | a), 1) | Maia (Portugal) | - | - | 100,00% | 75,01% |
| Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| SIAL Participações, Ltda | a) | São Paulo (Brasil) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| So Fish - Atividades Aquícolas e Pesca, Unipessoal Lda. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |

| FIRMA | | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| | | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Gondomar (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Soflorin, B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Sondis Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Sonvecap, B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Tomenider S.L. | a) | Lugo (Espanha) | 60,00% | 45,01% | 60,00% | 45,01% |
| Valor N, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| Zu, Produtos e Serviços para Animais, S.A. | a), 6) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 75,01% | 100,00% | 75,01% |
| **Worten** | | | | | | |
| HighDome PCC Limited (Cell Europe) | a) | La Valeta (Malta) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| JIC - Acessórios para Telemóveis, S.A. | a), 7) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | - | - |
| MKTPLACE – Comércio Eletrónico, S.A. | a) | Porto (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Satfiel - Serviços de assistência técnica a eletrodomésticos, Lda. | a) | Porto (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Worten - Equipamento para o Lar, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Worten Canárias, S.L. | a) | Tenerife (Espanha) | 60,00% | 60,00% | 60,00% | 60,00% |
| Worten España Distribución, S.L. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Worten International Trade, S.A. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Worten Malta Holding Limited | a) | La Valeta (Malta) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Worten Safe, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

| FIRMA | | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| | | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| Zaask – Plataforma Digital, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| **Sierra** | | | | | | |
| Axnae Spain Holdings, S.L. | a) | Madrid (Spain) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| BrightCity, S.A. | a), 8) | Maia (Portugal) | - | - | 100,00% | 90,00% |
| CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 50,10% | 100,00% | 45,09% |
| Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl | a) | Milão (Itália) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Iberian Holdings Spain, S.L. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 50,10% | 100,00% | 45,09% |
| Ioannina Development of Shopping Centres, S.A. | a) | Atenas (Grécia) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| La Galleria Srl | a) | Milão (Itália) | 80,00% | 80,00% | 80,00% | 72,00% |
| Living Markets I, S.A. | a), 8) | Porto (Portugal) | - | - | 100,00% | 90,00% |
| Microcom Doi, Srl | a) | Bucareste (Roménia) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| North Tower B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Paracentro - Gestão de Galerias Comerciais, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Parklake Business Centre Srl | a) | Bucareste (Roménia) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Parklake Shopping, S.A. | a) | Bucareste (Roménia) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Parque D. Pedro 1, SARL | a) | Luxemburgo | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Plenerg Srl | a) | Bucareste (Roménia) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Project São João de Deus, S.A. | a) | Porto (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |

| FIRMA | | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| | | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| Project Sierra 10 B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Project Sierra 11 B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Project Sierra 12 B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Project Sierra 13 B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Project Sierra 14 B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Project Sierra Four, Srl | a) | Bucareste (Roménia) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Project Sierra Germany 4 (four) - Shopping Centre, GmbH | a) | Dusseldorf (Alemanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Property Management (PMB) LLC | a), 7) | Kosovo (Balcãs) | 100,00% | 100,00% | - | - |
| River Plaza B.V. | a), 9) | Amesterdão (Países Baixos) | - | - | 100,00% | 90,00% |
| Sierra - Serviços de Mediação Imobiliária, S.A. | a) | Porto (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Brazil 1, Sarl | a) | Luxemburgo | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Colombia Holding, S.L. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Colombia Investments, S.A.S. | a) | Bogotá (Colômbia) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Developments Holding B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Developments, SGPS, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Germany GmbH | a) | Dusseldorf (Alemanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra GP Limited | a) | Guernesey (Reino Unido) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Iberian Assets Holding, S.A.U. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra IG, SGOIC, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |

| FIRMA | | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| | | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| Sierra Investments (Holland) 1 B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Investments (Holland) 2 B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Investments Holdings B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Investments SGPS, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Italy Agency Srl | a) | Milão (Itália) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Italy Srl | a) | Milão (Itália) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Management, SGPS, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Maroc Services, SARL | a) | Casablanca (Marrocos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Maroc, SARL | a) | Casablanca (Marrocos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Portugal, S.A. | a) | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Real Estate Greece B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Retail Ventures B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 50,10% | 100,00% | 45,09% |
| Sierra Romania Real Estate Services SRL | a), 10) | Bucareste (Roménia) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Services Holland B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Solingen Holding GmbH | a), 9) | Dusseldorf (Alemanha) | - | - | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Spain Real Estate Services, S.A.U. | a), 11) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierra Zenata Project B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Sierragest - Gestão de Fundos, SGOIC, S.A. | a), 12) | Maia (Portugal) | - | - | 100,00% | 90,00% |
| Sonae Sierra Brazil Holdings, SARL | a) | Luxemburgo | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |

| FIRMA | | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| | | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| Sonae Sierra, SGPS, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 90,00% | 90,00% |
| SPF - Sierra Portugal, SARL | a) | Luxemburgo | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| TechZero Buildings, S.A. | a), 7) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | - | - |
| Torre Norte, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| Weiterstadt Shopping B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 90,00% |
| **Zeitreel** | | | | | | |
| Comercial Losan, S.L.U. | a) | Saragoça (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Fashion Division, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Fashion International Trade, S.A. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Irmãos Vila Nova III - Imobiliária, S.A. | a) | V. N. Famalicão (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Irmãos Vila Nova, S.A. | a) | V. N. Famalicão (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| IVN – Serviços Partilhados, S.A. | a) | V. N. Famalicão (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| IVN Asia Limited | a) | Hong Kong (China) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Losan Colombia, S.A.S. | a) | Bogotá (Colômbia) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Losan Overseas Textile, S.L. | a) | Saragoça (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Losan Rusia | a), 9) | Moscovo (Rússia) | - | - | 100,00% | 100,00% |
| Modalfa - Comércio e Serviços, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Modalfa Canarias, S.L. | a) | Tenerife (Espanha) | 60,00% | 60,00% | 60,00% | 60,00% |
| Salsa Distribution USA LLC | a) | Nova Iorque (EUA) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

| FIRMA | | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| | | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| Salsa France, S.A.R.L. | a) | Paris (França) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Salsa Jeans Ireland Limited | a) | Irlanda | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Salsa Luxembourg, Sàrl | a) | Luxemburgo | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| SLS Salsa – Comércio e Difusão de Vestuário, S.A. | a) | V. N. Famalicão (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| SLS Salsa España – Comercio y Difusión de Vestuario, S.A.U. | a) | Pontevedra (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Usebti Textile México S.A. de C.V. | a) | Cidade do México (México) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Zippy - Comércio e Distribuição, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| **Bright Pixel** | | | | | | |
| Bright Development Studio, S.A. | a), 13) | Lisboa (Portugal) | - | - | 100,00% | 90,17% |
| Bright Ventures Capital SCR, S.A. | a) | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 90,30% | 100,00% | 90,17% |
| Fundo Bright Tech Innovation I | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Fundo Bright Vector I | a) | Lisboa (Portugal) | 50,13% | 45,27% | 50,13% | 45,20% |
| Inovretail España, S.L. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 90,30% | 100,00% | 90,17% |
| Inovretail, S.A. | a) | Porto (Portugal) | 100,00% | 90,30% | 100,00% | 90,17% |
| Praesidium Services Limited | a) | Berkshire (Reino Unido) | 100,00% | 90,30% | 100,00% | 90,17% |
| Sonae Investment Management -Software and Technology, SGPS, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 90,30% | 100,00% | 90,17% |
| Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. | a), 13) | Maia (Portugal) | - | - | 100,00% | 90,17% |
| Sonaecom, SGPS, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 90,30% | 90,30% | 90,35% | 90,17% |

| FIRMA | | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| | | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| **Outros** | | | | | | |
| Arat Inmuebles, S.A. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Claybell Limited | a) | Norfolk (Reino Unido) | 96,91% | 96,91% | 96,91% | 96,91% |
| Evra, S.R.L. | a), 2) | Lauria (Itália) | 100,00% | 100,00% | - | - |
| Flybird Holding OY | a), 2) | Helsínquia (Finlândia) | 95,05% | 95,05% | - | - |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Gosh! Food Ireland Limited | a) | Irlanda | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 95,40% |
| Gosh! Food Limited | a) | Norfolk (Reino Unido) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 95,40% |
| Halfdozen Real Estate, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Iservices Belgique | a), 7) | Evere (Bélgica) | 100,00% | 100,00% | - | - |
| Iservices, Lda. | a) | Lisboa (Portugal) | 89,80% | 89,80% | 100,00% | 100,00% |
| Nutraceutica, S.R.L. | a), 2) | Bolonha (Itália) | 100,00% | 100,00% | - | - |
| NVH, S.R.L. | a), 2) | Cadorago (Itália) | 100,00% | 100,00% | - | - |
| Osun Solutions, S.R.L. | a), 2) | Lauria (Itália) | 100,00% | 100,00% | - | - |
| PCJ-Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 90,30% | 100,00% | 89,97% |
| Público - Comunicação Social, S.A. | a) | Porto (Portugal) | 100,00% | 90,30% | 100,00% | 89,97% |
| Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, S.A. | a) | Porto (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| SFS, Gestão e Consultoria, S.A. | a), 14) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Sonae Corporate, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

| FIRMA | | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| | | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| Sonae Holdings, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Sonae Investments, B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Sonae RE, S.A. | a) | Luxemburgo | 99,92% | 99,92% | 99,92% | 99,92% |
| Sontel, B.V. | a) | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Sparkfood Ingredients Italy, S.R.L. | a), 2) | Milão (Itália) | 100,00% | 100,00% | - | - |
| Sparkfood Ingredients, S.A. | a), 15) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Sparkfood, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| SparkVos, S.R.L. | a), 2) | Guanzate (Itália) | 70,00% | 70,00% | - | - |
| Universo IME, S.A. | a), 8) | Maia (Portugal) | - | - | 100,00% | 100,00% |
| Universo Sonae, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Worten France SAS | a), 7) | Paris (França) | 100,00% | 100,00% | - | - |

* A percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s), que detém a participação em causa, detém diretamente no capital social da referida empresa.

a) Controlo detido por maioria dos votos os quais conferem poder das atividades relevantes que influenciam;
b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de administração;

1) Subsidiária(s) fusionadas na IGI Investimentos Gestão Imobiliária, S.A. com efeitos a 1 de janeiro de 2023;
2) Subsidiária(s) adquiridas no exercício;
3) Anteriormente denominada por Closer Look Design Lda.;
4) Anteriormente denominada por ODACREMSO - Retalho, S.A.;
5) Anteriormente denominada por AICNEGRU, S.A.;
6) Anteriormente denominada por EANOSZU, S.A.;
7) Subsidiária(s) constituídas no exercício;
8) No exercício de 2023, o Grupo alienou 50% da(s) empresa(s), passando a ser entidades controladas conjuntamente:
9) Subsidiária(s) liquidada(s) no exercício;
10) Anteriormente denominada por Sierra Romania Shopping Centers Services, SRL .;
11) Anteriormente denominada por Sierra Spain, Shopping Centers Services, S.A.;
12) Subsidiária(s) fusionada(s) na Sierra IG, SGOIC, S.A. com efeitos a 1 de maio de 2023;
13) Subsidiária(s) fusionada(s) na Sonae Investment Management -Software and Technology, SGPS, S.A. com efeitos a 1 de janeiro de 2023;
14) Anteriormente denominada por Universo, GC, S.A.;
15) Anteriormente denominada por WAD LAB, S.A.;
16) Anteriormente denominada por Sonae Food4future, S.A..

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

## Empreendimentos conjuntos e associadas incluídos na consolidação

Os empreendimentos conjuntos e as associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são as seguintes:

| FIRMA | | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| | | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| **MC** | | | | | | |
| Sohi Meat Solutions – Distribuição de Carnes, S.A. | | Santarém (Portugal) | 50,00% | 37,51% | 50,00% | 37,51% |
| Maremor Beauty & Fragrances, S.L. | | Madrid (Espanha) | 50,00% | 22,50% | 50,00% | 22,50% |
| **Sierra** | | | | | | |
| Aegean Park Constructions Real Estate and Development, S.A. | | Atenas (Grécia) | 100,00% | 50,00% | 100,00% | 45,00% |
| Arrábidashopping - SIC Imobiliária Fechada, S.A. | | Maia (Portugal) | 100,00% | 50,10% | 100,00% | 45,09% |
| BrightCity, S.A. | 1) | Maia (Portugal) | 50,00% | 50,00% | - | - |
| BrightCity-NOS, ACE | 2) | Maia (Portugal) | 50,00% | 25,00% | - | - |
| Gaiashopping - SIC Imobiliária Fechada, S.A. | | Maia (Portugal) | 100,00% | 50,10% | 100,00% | 45,09% |
| Larissa Development of Shopping Centres, S.A. | | Atenas (Grécia) | 100,00% | 50,00% | 100,00% | 45,00% |
| Living Markets I, S.A. | 1) | Porto (Portugal) | 50,00% | 50,00% | - | - |
| LMIT - Innovation & Technology, Lda. | 3) | Lisboa (Portugal) | - | - | 100,00% | 45,00% |
| LMGE - Gestão de Edifícios Lda. | 3) | Lisboa (Portugal) | - | - | 100,00% | 45,00% |
| LMSA - Engenharia de Edifícios, S.A. | 3) | Lisboa (Portugal) | - | - | 100,00% | 45,00% |
| Madeirashopping - Centro Comercial, S.A. | | Funchal (Portugal) | 50,00% | 25,05% | 50,00% | 22,55% |
| MULTI24 - SIC Imobiliária Fechada, S.A. | 4) | Lisboa (Portugal) | 50,00% | 50,00% | - | - |
| Pantheon Plaza B.V. | | Amesterdão (Países Baixos) | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 45,00% |
| Park Avenue Developement of Shopping Centers, S.A. | | Atenas (Grécia) | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 45,00% |
| Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial, S.A. | | Ponta Delgada (Portugal) | 50,00% | 25,05% | 50,00% | 22,55% |
| Proyecto Cúcuta S.A.S. | | Santiago de Cali (Colômbia) | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 45,00% |
| Quinta da Foz - Empreendimentos Imobiliários, S.A. | | Porto (Portugal) | 49,76% | 49,76% | 49,76% | 44,78% |
| SC Aegean, B.V. | | Amesterdão (Países Baixos) | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 45,00% |
| Sierra Balmain Asset Management Spółka Z ograniczoną odpowiedzialnośći | | Varsóvia (Polónia) | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 45,00% |
| Sierra Balmain Property Management Spółka z ograniczoną odpowiedzialnością | | Varsóvia (Polónia) | 100,00% | 50,00% | 100,00% | 45,00% |
| Sierra Central, S.A.S. | | Santiago de Cali (Colômbia) | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 45,00% |
| Smartsecrets, S.A. | 4) | Lisboa (Portugal) | 50,00% | 50,00% | - | - |
| LMSI - Engineering S.A. | | Lisboa (Portugal) | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 45,00% |
| Via Catarina - Centro Comercial, S.A. | 5) | Maia (Portugal) | - | - | 50,00% | 22,55% |
| Visionarea, Promoção Imobiliária, S.A. | | Maia (Portugal) | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 45,00% |
| **Outros** | | | | | | |
| SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. | | Porto (Portugal) | 50,00% | 45,15% | 50,00% | 45,09% |
| Unipress - Centro Gráfico, Lda. | | Vila Nova de Gaia (Portugal) | 50,00% | 45,15% | 50,00% | 45,09% |
| Universo IME, S.A. | 1) | Maia (Portugal) | 50,00% | 50,00% | - | - |

*a percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa diretamente, no capital social da referida empresa.

1) No exercício de 2023, o Grupo alienou 50% da(s) empresa(s), passando a ser entidades controladas conjuntamente;
2) Empreendimento(s) conjunto(s) constituído(s) no exercício;
3) Empreendimento(s) conjunto(s) fusionados na LMSI - Engineering, S.A. em janeiro de 2023;
4) Empreendimento(s) conjunto(s) adquirido(s) no exercício;
5) Em dezembro 2023 o Grupo passou a deter diretamente os 25,05%, passando a ser reportada como uma associada.;

## Empresas associadas

| | | | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| FIRMA | | Sede Social | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| **MC** | | | | | | |
| Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda. | | Lisboa (Portugal) | 25,00% | 18,75% | 25,00% | 18,75% |
| Insco - Insular de Hipermercados, S.A. | | Ponta Delgada (Portugal) | 10,00% | 7,50% | 10,00% | 7,50% |
| Sportessence - Sport Retail, S.A. | | Ponta Delgada (Portugal) | 10,00% | 7,50% | 10,00% | 7,50% |
| **Sierra** | | | | | | |
| 3shoppings - Holding, SGPS, S.A. | | Maia (Portugal) | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 18,00% |
| ALLOS S.A ("ALLOS") | 1), 2) | Brasil | 5,72% | 5,72% | 8,84% | 7,96% |
| Area Sur Shopping, S.L. | | Madrid (Espanha) | 15,00% | 15,00% | 15,00% | 13,50% |
| Arrábidashopping - SIC Imobiliária Fechada, S.A. | | Maia (Portugal) | 50,00% | 12,71% | 50,00% | 11,44% |
| Atrium BIRE, SIGI, S.A. | | Maia (Portugal) | 3,75% | 3,75% | 3,75% | 3,38% |
| Atrium Saldanha - SIC Imobiliária Fechada, S.A. | | Maia (Portugal) | 100,00% | 3,75% | 100,00% | 3,38% |
| Candotal Spain S.L.U. | | Madrid (Espanha) | 100,00% | 10,00% | 100,00% | 9,00% |
| Cascaishopping, Centro Comercial, S.A. | | Maia (Portugal) | 100,00% | 25,10% | 100,00% | 22,59% |
| Centro Colombo- Centro Comercial, S.A. | | Maia (Portugal) | 100,00% | 12,55% | 100,00% | 11,30% |
| Centro Vasco da Gama - Centro Comercial, S.A. | | Maia (Portugal) | 100,00% | 12,55% | 100,00% | 11,30% |
| Doc Malaga Holdings S.L. | | Madrid (Espanha) | 50,00% | 12,55% | 50,00% | 11,30% |
| DOC Malaga Siteco Phase 2, S.L. | | Madrid (Espanha) | 100,00% | 12,55% | 100,00% | 11,30% |
| DOC Malaga Siteco, S.L.U. | | Madrid (Espanha) | 100,00% | 12,55% | 100,00% | 11,30% |

| FIRMA | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| Douro Riverside Hotel, S.A. | Maia (Portugal) | 37,50% | 37,50% | 37,50% | 33,75% |
| Estação Viana - Centro Comercial, S.A. | Viana do Castelo (Portugal) | 100,00% | 10,00% | 100,00% | 9,00% |
| Fundo de Investimento Imobiliário Parque Dom Pedro Shopping Center | Rio de Janeiro (Brasil) | 58,07% | 12,40% | 58,07% | 11,16% |
| Fundo de Investimento Imobiliário Shopping Parque Dom Pedro | Rio de Janeiro (Brasil) | 100,00% | 37,40% | 100,00% | 33,66% |
| Gaiashopping - SIC Imobiliária Fechada, S.A. | Maia (Portugal) | 50,00% | 37,76% | 50,00% | 33,98% |
| Guimarãeshopping - Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 20,00% | 100,00% | 18,00% |
| Iberia Shopping Centre Venture Cooperatief UA | Amesterdão (Países Baixos) | 10,00% | 10,00% | 10,00% | 9,00% |
| Iberian Assets, S.A. | Madrid (Espanha) | 100,00% | 12,40% | 100,00% | 11,16% |
| Investabroad 5, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 5,13% | 100,00% | 4,62% |
| Land Retail B.V. | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 25,10% | 100,00% | 22,59% |
| Le Terrazze – Shopping Centre 1, Srl | Milão (Itália) | 10,00% | 10,00% | 10,00% | 9,00% |
| Luz del Tajo - Centro Comercial, S.A. | Madrid (Espanha) | 100,00% | 10,00% | 100,00% | 9,00% |
| Maiashopping - Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 20,00% | 100,00% | 18,00% |
| Mercado Urbano – Gestão Imobiliária, S.A. | Porto (Portugal) | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 18,00% |
| Norte Shopping Retail and Leisure Centre B.V. | Amesterdão (Países Baixos) | 50,00% | 12,55% | 50,00% | 11,30% |
| Norteshopping- Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 12,55% | 100,00% | 11,30% |
| Olimpo Asset 1, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 3,75% | 100,00% | 3,38% |
| Olimpo Asset 2, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 3,75% | 100,00% | 3,38% |
| Olimpo Asset 3, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 3,75% | 100,00% | 3,38% |

| FIRMA | | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| | | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| Olimpo Asset 4, S.A. | | Maia (Portugal) | 100,00% | 3,75% | 100,00% | 3,38% |
| Olimpo Asset 5, S.A. | | Maia (Portugal) | 100,00% | 3,75% | 100,00% | 3,38% |
| Olimpo Asset 6, S.A. | | Maia (Portugal) | 100,00% | 3,75% | 100,00% | 3,38% |
| Olimpo Asset 7, S.A. | | Maia (Portugal) | 100,00% | 3,75% | 100,00% | 3,38% |
| Olimpo Asset 8, S.A. | | Maia (Portugal) | 100,00% | 3,75% | 100,00% | 3,38% |
| Olimpo Real Estate SIGI, S.A. | | Maia (Portugal) | 5,13% | 5,13% | 5,13% | 4,62% |
| Olimpo Real Estate Socimi, S.A. | | Madrid (Espanha) | 3,75% | 3,75% | 3,75% | 3,38% |
| Olimpo Retail Germany S.A. | 3) | Madrid (Espanha) | 3,00% | 3,00% | - | - |
| Olimpo Retail Germany I, S.L. | 3) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 3,00% | - | - |
| Olimpo Retail Germany II, S.L. | 3) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 3,00% | - | - |
| Olimpo SIGI España, S.A. | | Madrid (Espanha) | 100,00% | 5,13% | 100,00% | 4,62% |
| Plaza Mayor, B.V. | | Amesterdão (Países Baixos) | 100,00% | 25,10% | 100,00% | 22,59% |
| Plaza Mayor Shopping, S.A. | | Madrid (Espanha) | 100,00% | 25,10% | 100,00% | 22,59% |
| Serra Shopping – Centro Comercial, S.A. | 4) | Lisboa (Portugal) | - | - | 5,00% | 4,50% |
| Shopping Centre Colombo Holding B.V. | | Amesterdão (Países Baixos) | 50,00% | 12,55% | 50,00% | 11,30% |
| Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings, B.V. | | Amesterdão (Países Baixos) | 25,10% | 25,10% | 25,10% | 22,59% |
| Sierra Spain Malaga Holdings, S.L. | | Madrid (Espanha) | 100,00% | 25,10% | 100,00% | 22,59% |
| Signal Alpha Republica I, S.A. | | Lisboa (Portugal) | 5,00% | 1,26% | 5,00% | 1,13% |
| Signal Alpha Republica II, Lda. | | Lisboa (Portugal) | 5,00% | 1,26% | 5,00% | 1,13% |

| FIRMA | | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| | | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| SPF - Sierra Portugal Feeder 1, S.C.A. | | Luxemburgo | 7,45% | 7,45% | 7,45% | 6,71% |
| SPF - Sierra Portugal Feeder 2, S.C.A. | | Luxemburgo | 100,00% | 7,45% | 100,00% | 6,71% |
| SPF - Sierra Portugal Real Estate, SARL | | Luxemburgo | 61,67% | 25,42% | 61,67% | 22,88% |
| Trivium Real Estate Socimi, S.A. | | Madrid (Espanha) | 12,40% | 12,40% | 12,40% | 11,16% |
| VdG Holding B.V. | | Amesterdão (Países Baixos) | 50,00% | 12,55% | 50,00% | 11,30% |
| Zenata Commercial Project, S.A. | | Mohammedia (Marrocos) | 11,00% | 11,00% | 11,00% | 9,90% |
| **Bright Pixel** | | | | | | |
| Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners II | | Lisboa (Portugal) | 47,78% | 43,15% | 47,78% | 43,08% |
| Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners III | | Lisboa (Portugal) | 45,52% | 41,10% | 45,52% | 41,05% |
| Fundo de Capital de Risco Espírito Santo Venture Partners Inovação e Internacionalização | | Lisboa (Portugal) | 38,25% | 34,54% | 38,25% | 34,49% |
| NOS | | | | | | |
| Big Picture 2 Films, S.A. | 4) | Oeiras (Portugal) | - | - | 20,00% | 6,75% |
| Big Picture Films, S.L. | 4) | Madrid (Espanha) | - | - | 100,00% | 6,75% |
| BLU, S.A. | 3); 5) | Lisboa (Portugal) | - | - | - | - |
| Ten Twenty One, S.A. | 6) | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 33,75% | - | - |
| Dreamia Serviços de Televisão, S.A. | | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 50,00% | 100,00% | 16,88% |
| Dreamia Servicios de Televisión, S.L. | | Madrid (Espanha) | 50,00% | 16,87% | 50,00% | 16,88% |
| Dualgrid - Gestão de Redes Partilhas, S.A. | | Lisboa (Portugal) | 50,00% | 16,87% | 50,00% | 16,88% |
| Empracine – Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda. | | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |

| FIRMA | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| FINSTAR – Sociedade de Investimentos e Participações, S.A. | Luanda (Angola) | 30,00% | 10,12% | 30,00% | 10,13% |
| Fundo de Capital de Risco NOS 5G | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| Lusomundo – Sociedade de Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| Lusomundo Imobiliária 2, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| Lusomundo Moçambique, Lda. | Maputo (Moçambique) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| MSTAR, S.A. | Maputo (Moçambique) | 30,00% | 10,12% | 30,00% | 10,13% |
| NOS Açores Comunicações, S.A. | Ponta Delgada (Portugal) | 83,82% | 28,28% | 83,82% | 28,30% |
| NOS Audio - Sales & Distribution, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| NOS Audiovisuais SGPS, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| NOS Comunicações, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| NOS Corporate Center, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| NOS Inovação, S.A. | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| NOS Internacional, SGPS, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| NOS Lusomundo Audiovisuais, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| NOS Lusomundo Cinemas, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| NOS Mediação de Seguros, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| NOS Madeira Comunicações, S.A. | Funchal (Portugal) | 77,95% | 26,31% | 77,95% | 26,32% |
| NOS Property, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| NOS SGPS, S.A. | Lisboa (Portugal) | 37,37% | 33,75% | 37,45% | 33,76% |

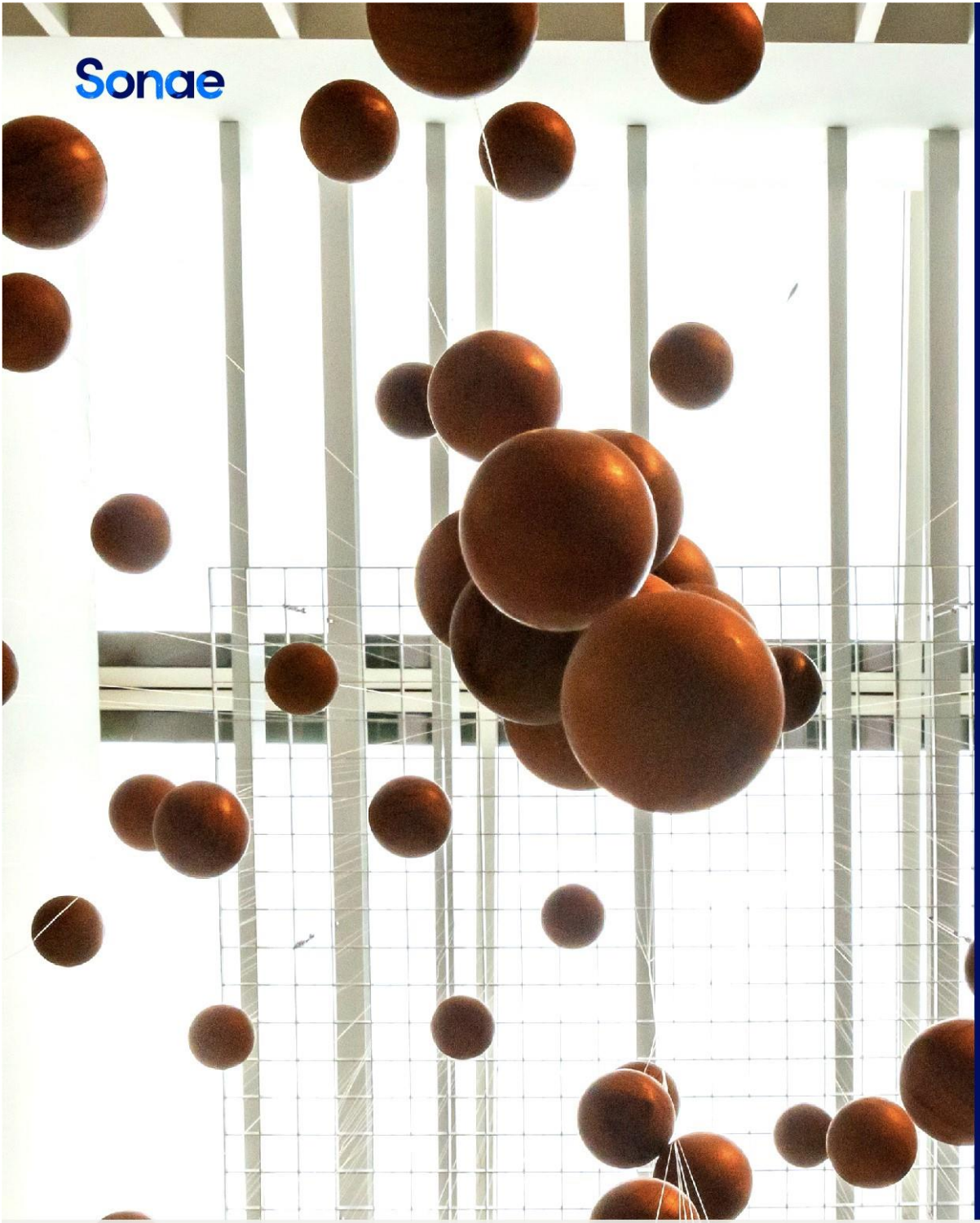
| FIRMA | | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
| | | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| NOS Sistemas España, S.L. | | Madrid (Espanha) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| NOS Sistemas, S.A. | | Maia (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| NOS Tecnhology – Concepção Construção e Gestão de Redes de Comunicação, S.A. | | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| NOS Wholesale, S.A. | | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. | | Maia (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A. | | Maia (Portugal) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| Sport TV Portugal, S.A. | | Lisboa (Portugal) | 25,00% | 8,44% | 25,00% | 8,44% |
| Teliz Holding, B.V. | | Amstelveen (Países Baixos) | 100,00% | 33,75% | 100,00% | 33,76% |
| Upstar Comunicações, S.A. | | Vendas Novas (Portugal) | 30,00% | 10,12% | 30,00% | 10,13% |
| ZAP Media, S.A. | | Luanda (Angola) | 30,00% | 10,12% | 100,00% | 10,13% |
| **ISRG - Iberian Sports Retail Group, S.L.** | 4) | Alicante (Espanha) | - | - | 30,00% | 30,00% |
| **Outros** | | | | | | |
| Mondarella GmbH | | Berlim (Alemanha) | 47,50% | 47,50% | 40,00% | 40,00% |
| Bon Vivant | 3) | Paris (França) | 11,41% | 11,41% | - | - |
| Bluu GmbH | 3) | Berlim (Alemanha) | 7,45% | 7,45% | - | - |
| 77 Foods SAS | 3) | Paris (França) | 6,31% | 6,31% | - | - |

*a percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelo Grupo; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa, no capital social da referida empresa.

1) No dia 6 de janeiro de 2023 o processo de combinação de negócios das sociedades Aliansce Sonae Shopping Centers S.A. ("ALSO") e a Br Malls Participações S.A. ("BrMalls") foi concluído. Em resultado da combinação de negócios a associada ALLOS (Ex-ALSO) passou a deter 100% do capital social da BrMalls. Com esta operação e a aquisição de novas ações das duas empresas, o Grupo reduziu a sua participação de 8,84% para 6.02%.

2) Anteriormente denominada por Aliansce Sonae Shopping Centers, S.A. ("ALSO");
3) Associada(s) adquirida(s) no exercício;
4) Associada(s) vendida(s) no exercício;
5) Associada fusionada na NOS Comunicações, S.A.;
6) Associada(s) constituída(s) no exercício.

Os empreendimentos conjuntos e associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.



# 3

## 3.2 Demonstrações Financeiras Separadas

## DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de euros)

| | Notas | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|---|
| Prestações de serviços | 6.1 | 7.159 | 6.685 |
| Ganhos ou perdas relativos a investimentos | 2.4 | 132 | (25.298) |
| Ganhos ou perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados | 2.2 | 8.040 | - |
| Outros rendimentos | | 2.311 | 1.758 |
| Fornecimentos e serviços externos | 6.2 | (10.670) | (9.342) |
| Gastos com o pessoal | 6.3 | (10.524) | (9.940) |
| Outros gastos | | (1.615) | (1.169) |
| Amortizações e depreciações | | (309) | (251) |
| Perdas por imparidade | | - | (24) |
| **Resultado líquido antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empreendimentos conjuntos e associadas e impostos** | | **(5.476)** | **(37.581)** |
| Dividendos recebidos | | 281.143 | 174.517 |
| Rendimentos e ganhos financeiros | 5.9 | 21.420 | 5.345 |
| Gastos e perdas financeiras | 5.9 | (39.700) | (13.627) |
| **Resultado líquido antes de impostos** | | **257.387** | **128.654** |
| Imposto sobre o rendimento | 3.7.1 | 1.233 | 3.562 |
| **Resultado líquido do exercício** | | **258.620** | **132.216** |
| Resultados por ação: | | | |
| Básico | 5.5 | 0,13420 | 0,06891 |
| Diluído | 5.5 | 0,13400 | 0,06881 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

## DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de euros)

| | Notas | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|---|
| Resultado líquido do exercício | | 258.620 | 132.216 |
| Variação no valor dos ativos financeiros a justo valor líquido de imposto | | - | (5.799) |
| **Items de outro rendimento integral que não serão reclassificados para a demonstração dos resultados** | | **-** | **(5.799)** |
| **Total de outros rendimentos integrais do exercício** | | **-** | **(5.799)** |
| **Total rendimento integral do exercício** | | **258.620** | **126.417** |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

## DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de euros)

| | Notas | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | |
| Ativos não correntes: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | 263 | 307 |
| Ativos intangíveis | | 22 | 29 |
| Direitos de uso | | 789 | 429 |
| Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas | 2.1 | 4.649.134 | 4.748.955 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 2.2 e 4.3 | 17.865 | 11.218 |
| Outros investimentos | | - | 50 |
| Ativos por impostos diferidos | 3.7.2 | 68.063 | 15.670 |
| Outros ativos não correntes | | - | 23 |
| **Total de ativos não correntes** | | **4.736.136** | **4.776.681** |
| Ativos correntes: | | | |
| Clientes | 3.1 e 4.3 | 1.608 | 1.723 |
| Outras dívidas de terceiros | 3.2 e 4.3 | 226.013 | 445.775 |
| Imposto sobre o rendimento | | 40.490 | 15.476 |
| Outros ativos correntes | 3.3 e 4.3 | 5.252 | 4.090 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4.3 e 5.8 | 281.377 | 3.690 |
| **Total de ativos correntes** | | **554.738** | **470.754** |
| **Total do Ativo** | | **5.290.874** | **5.247.435** |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

## DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de euros)

| | Notas | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|---|
| **CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO** | | | |
| CAPITAL PRÓPRIO: | | | |
| Capital social | 5.1 | 2.000.000 | 2.000.000 |
| Ações próprias | 5.2 | (62.929) | (71.402) |
| Reservas legais | 5.3 | 305.958 | 299.348 |
| Outras reservas | 5.4 | 1.598.225 | 1.563.815 |
| Resultados transitados | | 89.335 | 100.985 |
| Resultado líquido do exercício | | 258.620 | 132.216 |
| **Total do Capital Próprio** | | **4.189.209** | **4.024.962** |
| **Passivo** | | | |
| Passivo não corrente: | | | |
| Empréstimos obrigacionistas | 4.3 e 5.6 | 103.392 | 32.830 |
| Empréstimos bancários | 4.3 e 5.6 | 199.762 | 354.891 |
| Passivo de locação | | 554 | 277 |
| Passivos por impostos diferidos | 3.7.2 | - | 97 |
| **Total de passivos não correntes** | | **303.728** | **388.095** |
| Passivo corrente: | | | |
| Empréstimos obrigacionistas | 4.3 e 5.6 | 4.000 | 4.000 |
| Empréstimos bancários | 4.3 e 5.6 | 12.500 | 45.000 |
| Passivo de locação | | 238 | 154 |
| Fornecedores | 4.3 | 1.159 | 1.446 |
| Empréstimos obtidos de empresas do grupo | 3.4 e 4.3 | 628.219 | 734.611 |
| Outras dívidas a terceiros | 3.5 e 4.3 | 130.014 | 38.755 |
| Estado e outros entes públicos | | 285 | 269 |
| Outros passivos correntes | 3.6 e 4.3 | 21.522 | 10.143 |
| **Total de passivos correntes** | | **797.937** | **834.378** |
| **Total do passivo** | | **1.101.665** | **1.222.473** |
| **Total do Capital Próprio e do Passivo** | | **5.290.874** | **5.247.435** |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

## DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de euros)

| | Notas | Capital Social | Ações Próprias | Reservas Legais | Outras reserrvas | | | | Total de Outras Reservas | Resultados Transitados | Total de Reservas e Resultados Transitados | Resultado Líquido do Exercício | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Reservas de Justo Valor | Reserva para Planos Pagamento Baseados em Ações | Reserva Indisponível Relativa a Ações Próprias | Reservas Livres | | | | | |
| **Saldo em 1 de janeiro de 2022** | | **2.000.000** | **(76.249)** | **281.216** | **(5.301)** | **1.467** | **76.249** | **1.249.280** | **1.321.695** | **101.167** | **1.422.862** | **362.639** | **3.990.468** |
| Total do rendimento integral do exercício | | - | - | - | (5.799) | - | - | - | (5.799) | - | (5.799) | 132.216 | 126.417 |
| Aplicação do resultado líquido de 2021: | | | | | | | | | - | | | | |
| Transferência para reserva legal | | - | - | - | - | - | - | 242.308 | 242.308 | - | 242.308 | (242.308) | - |
| Distribuição de reservas livres | | - | - | 18.132 | - | - | - | - | - | - | - | (18.132) | - |
| Dividendos distribuídos | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (102.200) | (102.200) |
| Aquisição/Alienção de ações próprias | | - | 3.612 | - | - | - | (4.665) | 8.739 | 4.074 | - | 4.074 | - | 7.686 |
| Outras alterações: | | | | | | | | | - | | | | |
| Política de remuneração variável anual e de médio prazo - reclassificação de capital para passivo | | - | - | - | - | - | - | - | - | (182) | (182) | - | (182) |
| Responsabilidade por pagamento baseado em ações | | - | 1.235 | - | - | 946 | (182) | 773 | 1.537 | - | 1.537 | - | 2.772 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | | **2.000.000** | **(71.402)** | **299.348** | **(11.100)** | **2.413** | **71.402** | **1.501.100** | **1.563.815** | **100.985** | **1.664.800** | **132.216** | **4.024.962** |
| Total do rendimento integral do exercício | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 258.620 | 258.620 |
| Aplicação do resultado líquido de 2022: | | | | | | | | | - | | | | |
| Transferência para reservas livres | | - | - | - | - | - | - | 22.006 | 22.006 | - | 22.006 | (22.006) | - |
| Transferência para reserva legal | | - | - | 6.610 | - | - | - | - | - | - | - | (6.610) | - |
| Dividendos distribuídos | | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (103.601) | (103.601) |
| Realização da reserva de justo valor | | - | - | - | 11.100 | - | - | - | 11.100 | (11.100) | - | - | - |
| Aquisição/Alienção de ações próprias | 5.2 | - | 8.156 | - | - | - | (8.156) | 9.117 | 961 | - | 961 | - | 9.117 |
| Outras alterações: | | | | | | | | | - | | | | |
| Política de remuneração variável anual e de médio prazo - reclassificação de capital para passivo | 6.4 | - | - | - | - | - | - | - | - | (550) | (550) | - | (550) |
| Responsabilidade por pagamento baseado em ações | 6.4 | - | 317 | - | - | 269 | (317) | 391 | 343 | | 343 | - | 660 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | | **2.000.000** | **(62.929)** | **305.958** | **-** | **2.682** | **62.929** | **1.532.614** | **1.598.225** | **89.335** | **1.687.560** | **258.620** | **4.189.209** |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

## DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de euros)

| | Notas | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|---|
| **Atividades Operacionais** | | | |
| Recebimentos de clientes | | 7.376 | 6.444 |
| Pagamentos a fornecedores | | (10.354) | (9.893) |
| Pagamentos ao pessoal | | (8.793) | (8.233) |
| **Fluxos gerados pelas operações** | | **(11.771)** | **(11.682)** |
| Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento | | (3.946) | 5.509 |
| Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional | | 910 | 2.256 |
| **Fluxos das atividades operacionais (1)** | | **(14.807)** | **(3.917)** |
| **Atividades de Investimento** | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Empréstimos concedidos | | 2.685.791 | 5.561.258 |
| Investimentos financeiros | 2.3 | 264.522 | 8.190 |
| Ativos fixos tangíveis e intangíveis | | 9 | - |
| Juros e rendimentos similares | | 21.183 | 4.509 |
| Dividendos | 8 | 274.886 | 174.517 |
| | | **3.246.391** | **5.748.474** |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos concedidos | | (2.443.696) | (5.815.460) |
| Investimentos financeiros | 2.3 | (163.159) | (186.209) |
| Ativos fixos tangíveis e intangíveis | | (29) | (277) |
| | | **(2.606.884)** | **(6.001.946)** |
| **Fluxos das atividades de investimento (2)** | | **639.507** | **(253.472)** |
| **Atividades de Financiamento** | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Empréstimos obtidos | 5.7 | 5.871.060 | 6.570.202 |
| Alienação de ações próprias | 8 | 9.117 | 4.203 |
| | | **5.880.176** | **6.574.405** |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos obtidos | 5.7 | (6.093.695) | (6.231.981) |
| Juros e gastos similares | | (29.718) | (9.274) |
| Dividendos | 9 | (103.600) | (98.103) |
| Contratos de locação | | (178) | (208) |
| | | **(6.227.191)** | **(6.339.566)** |
| **Fluxos das atividades de financiamento (3)** | | **(347.014)** | **234.839** |
| **Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)** | | **277.687** | **(22.550)** |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | 5.8 | 3.690 | 26.240 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 5.8 | 281.377 | 3.690 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

# SONAE, SGPS, S.A.

**Anexo às Demonstrações Financeiras Separadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

(Montantes expressos em milhares de euros)

## 1. Nota Introdutória

A SONAE, SGPS, S.A. ("Sonae") tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal.

A Sonae é controlada pela Efanor Investimentos SGPS, S.E. que detém, direta e indiretamente, 54,3928% do seu capital social. A totalidade das ações representativas do capital social da Sonae está admitida à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

## 1.1. Factos relevantes ocorridos no exercício

### Reforço da posição na Sierra

A 15 de março de 2023 a Sonae adquiriu 10% do capital social da Sonae Sierra, SGPS, S.A. ("Sierra") à Grosvenor Group Limited ("Grosvenor"), pelo preço de 88,6 milhões de euros, o que representa um desconto implícito de cerca de 10% sobre o NAV da Sierra no final de 2022, na sequência do exercício pela Grosvenor do direito de *put option*. Na sequência da execução da referida transação, a Sonae passa a deter 100% do capital social e dos direitos de voto na Sierra.

### Alienação das ações da NOS

Por contrato de compra e venda celebrado no dia 20 de julho de 2023, a Sonae SGPS, S.A. alienou 58.204.920 ações representativas de 11,30% do capital social da NOS - SGPS, S.A. à Sonaecom - SGPS, S.A.. A Sonae vendeu a participação por 3,6527 euros por ação, num total global de 212,6 milhões de euros, tendo gerado uma mais-valia de 17,3 milhões de euros.

### Criação de joint-venture com o Bankinter

Em 30 de novembro de 2023 foi concluída a criação da Joint Venture entre a Sonae SGPS, S.A. e o Bankinter Consumer Finance. E.F.C., S.A. ("Bankinter Consumer Finance"), sendo agora o Bankinter Consumer Finance acionista de 50% da Universo, IME, S.A. ("Universo"). Com a conclusão desta operação, a Sonae reconheceu uma menos-valia de 9,2 milhões de euros.

As demonstrações financeiras separadas são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, as demonstrações financeiras separadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro "IFRS" tal como adotadas pela União Europeia (IFRS – EU).

A Empresa igualmente apresenta, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

## 1.2. Eventos subsequentes

### Política contabilística

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da

demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

### Emissão de obrigações

A Sonae, em 27 de fevereiro, 1 de março e 18 de março de 2024, procedeu à emissão de obrigações no valor de 275 milhões de euros, 125 milhões de euros e 150 milhões de euros, respetivamente com maturidade em 27 de novembro de 2028. Estas emissão foram efetuada ao abrigo de um acordo de financiamento com o fim de financiar a oferta pública voluntária de aquisição de ações da empresa finlandesa Musti Group Plc.

## 1.3. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRS IC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia e estejam efetivas a 1 de janeiro de 2023.

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto quanto à mensuração dos "Ativos financeiros ao justo valor através de resultados" que são mensurados ao justo valor.

### Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras anexas:

- Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2023:

| Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2023 | Data de eficácia (exercício iniciado em ou após) |
|---|---|
| **IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas** | **1-jan-23** |
| Requisito de divulgação de políticas contabilísticas "materiais", em detrimento de políticas contabilísticas "significativas". | |
| **IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas** | **1-jan-23** |
| Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas. | |
| **IFRS 17 – Contratos de seguro** | **1-jan-23** |
| Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. | |
| **IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa** | **1-jan-23** |
| Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9. | |
| **IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação** | **1-jan-23** |
| Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial simultâneo dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais. | |
| **IAS 12 – Reforma da tributação internacional – Regras do modelo Pilar 2** | **Imediatamente ou 1-jan-23** |
| Introdução de uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com os impostos sobre o rendimento do modelo Pilar 2. Exigências de divulgação direcionadas para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais que tenham réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos). | |

A Sonae efetuou uma análise das alterações introduzidas e do impacto nas demonstrações financeiras e concluiu que a aplicação das referidas normas não produziu efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

- As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

| Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2024, endossadas pela UE | Data de eficácia (exercício iniciado em ou após) |
|---|---|
| **IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com "covenants"** | **1-jan-24** |
| Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants". | |
| **IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação** | **1-jan-24** |
| Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis. | |

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

- As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

| Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2024, ainda não endossadas pela UE | Data de eficácia (exercício iniciado em ou após) |
|---|---|
| **IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores** | **1-jan-24** |
| Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou "reverse factoring"), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis. | |
| **IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade** | **1-jan-25** |
| Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato. | |

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## 1.4. Especialização dos exercícios

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou acionistas.

Os rendimentos e gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os rendimentos e gastos imputáveis ao exercício corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

## 1.5. Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras separadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo

em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras incluem:

a) Determinação do valor recuperável de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 2.1);

b) Registo de provisões e análise de passivos contingentes;

c) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos (Nota 3.7.2);

d) Determinação do justo valor de ativos financeiros através de rendimento integral e resultados (Nota 2.2);

e) Classificação de investimentos em participações financeiras.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

## 2. Investimentos

### Políticas contabilísticas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto são mensurados de acordo com o estabelecido no IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais a Sonae tem controlo. A Sonae controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis por via do seu relacionamento com a participada, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder exercido sobre a participada.

Os Empreendimentos Conjuntos correspondem a acordos conjuntos através dos quais os empreendedores que exercem controlo conjunto sobre o acordo com o objetivo de partilhar o retorno obtido da atividade do Empreendimento Conjunto.

As associadas são investimentos em que a Sonae exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

A existência de influência significativa é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- transações materiais entre o investidor e a investida;

- intercambio de pessoal de gestão; ou
- fornecimento de informação técnica essencial.

Os dividendos recebidos destes investimentos são registados como ganhos relativos a investimentos, quando atribuídos.

A Sonae realiza testes de imparidade aos investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Para além do reconhecimento da imparidade nestes investimentos, a Sonae reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

As perdas de imparidade são calculadas por comparação entre o valor recuperável do investimento, correspondente ao maior entre o justo valor menos custos de vender e o valor de uso, e o valor contabilístico das participações financeiras.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. No caso de subsidiárias ou empreendimentos conjuntos cujos ativos mais relevantes correspondem a participações em empresas imobiliárias ou a ativos imobiliários, o justo valor dunias referidas participações é estimado por referência ao valor de mercado dos ativos imobiliários por aquelas detidos.

É entendimento do Conselho de Administração que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise uma vez que considera a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu, e a diminuição resulta objetivamente de determinado evento ocorrido após o reconhecimento inicial da imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido, caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

## 2.1. Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (líquido de imparidades) era o seguinte:

| Empresas | 31 dez 2023 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | % de detenção | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | (Imparidade) / reversão reconhecida no exercício | Saldo final |
| Mktplace Comércio Eletrónico, S.A. a) | 50,00% | - | - | - | - | - |
| MCRETAIL, SGPS, S.A. b) | 10,04% | 180.684 | - | - | - | 180.684 |
| NOS SGPS, S.A. c) | - | 195.318 | - | (195.318) | - | - |
| Sonae Holdings, S.A. | 100,00% | 1.910.907 | - | - | - | 1.910.907 |
| Sonae Investments, BV | 100,00% | 978.869 | - | - | - | 978.869 |
| Sonae RE, S.A. | 99,92% | 1.646 | 250 | - | (430) | 1.466 |
| Sonae Sierra SGPS, S.A. | 100,00% | 861.999 | 88.566 | - | - | 950.565 |
| Sonaecom, SGPS, S.A. d) | 26,225% | 112.665 | 2.182 | - | - | 114.847 |
| Sontel, B.V. e) | 35,87% | 412.414 | - | - | 2.080 | 414.494 |
| Universo Sonae, S.A. | 100,00% | 4.050 | - | - | - | 4.050 |
| SFS, Gestão e Consultoria, S.A. | 100,00% | 52.203 | - | - | - | 52.203 |
| Universo, IME, S.A. f) | 50,00% | 38.200 | 63.953 | (79.076) | 17.972 | 41.049 |
| | | **4.748.955** | **154.950** | **(274.394)** | **19.622** | **4.649.134** |

a) Empresa alienada em 2023;
b) Restantes 64,97% detidos através da Sonae Holdings, S.A. e Sonae Investments, B.V;
c) Participação alienada à Sonaecom, SGPS, S.A.;
d) Restantes 62,33% detidos através da Sontel, B.V.;
e) Restantes 64,13% detidos através da Sonae Investments, B.V.; e
f) Joint venture com o Bankinter em 2023.

| Empresas | 31 dez 2022 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | % de detenção | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | (Imparidade) / reversão reconhecida no exercício | Saldo final |
| Mktplace Comércio Eletrónico, S.A. | 50,00% | - | - | - | - | - |
| MCRETAIL, SGPS, S.A. a) | 10,04% | 180.684 | - | - | - | 180.684 |
| NOS SGPS, S.A. b) | 11,30% | - | 9.644 | - | - | 195.318 |
| Sonae Corporate, S.A. | 100,00% | 6.063 | - | (6.063) | - | - |
| Sonae Holdings, S.A. | 100,00% | 1.900.907 | 10.000 | - | - | 1.910.907 |
| Sonae Investments, BV | 100,00% | 978.869 | - | - | - | 978.869 |
| Sonae RE, S.A. | 99,92% | 1.646 | - | - | - | 1.646 |
| Sonae Sierra SGPS, S.A. | 90,00% | 740.019 | 83.471 | - | 38.509 | 861.999 |
| Sonaecom, SGPS, S.A. c) | 26,225% | 111.099 | 1.566 | - | - | 112.665 |
| Sontel, B.V. d) | 35,87% | 422.614 | - | - | (10.200) | 412.414 |
| Universo Sonae, S.A. | 100,00% | 4.050 | - | - | - | 4.050 |
| Universo, GC, S.A. | 100,00% | 52.203 | - | - | - | 52.203 |
| Universo, IME, S.A. | 100,00% | 84.200 | 10.000 | - | (56.000) | 38.200 |
| | | **4.482.354** | **114.681** | **(6.063)** | **(27.691)** | **4.748.955** |

a) Restantes 64,97% detidos através da Sonae Holdings, S.A. e Sonae Investments, BV;
b) Restantes 26,075% detidos através da Sonaecom, SGPS, S.A.;
c) Restantes 62,33% detidos através da Sontel, B.V.; e
d) Restantes 64,13% detidos através da Sonae Investments, B.V..

O aumento no investimento na Sierra em 2023 resulta da aquisição adicional de 10% do capital social desta subsidiária, como mencionado na Nota 1.

Durante o exercício de 2023, a Sonae SGPS, S.A. alienou 58.204.920 ações representativas de 11,30% do capital social da NOS, SGPS, S.A. à Sonaecom, SGPS, S.A.. A Sonae vendeu a participação por 3,6527 euros por ação, num total global de 212,6 milhões de euros, tendo gerado uma mais-valia de 17,3 milhões de euros.

Na sequência da criação da Joint Venture entre a Sonae SGPS, S.A. e o Bankinter Consumer Finance. E.F.C., S.A. ("Bankinter Consumer Finance"), a Sonae SGPS, S.A. alienou ações representativas de 50% do capital social da Universo, IME, S.A. ("Universo"). Com a conclusão desta operação, a Sonae reconheceu uma menos-valia de 9,2 milhões de euros. Após a perda de controlo, a Sonae revalorizou a participação da Universo, tendo registado uma perda de imparidade no montante de 10 milhões de euros.

Os principais indicadores financeiros das empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos podem ser resumidos como segue:

| Empresas | 31 dez 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Ativo | Passivo | Capital Próprio | Resultado líquido do exercício |
| MCRETAIL, SGPS, S.A. a) | 4.387.187 | 3.579.738 | 807.449.240 | 175.445 |
| Sonae Corporate, S.A. | 9.792 | 1.454 | 8.338 | 144 |
| Sonae Holdings, S.A. | 2.244.691 | 21.677 | 2.223.014 | 131.001 |
| Sonae Investments, B.V. | 1.127.430 | 85.054 | 1.042.376 | 42.432 |
| Sonae RE, S.A. | 1.535 | 69 | 1.466 | (131) |
| Sonae Sierra SGPS, S.A. a) | 1.379.164 | 398.556 | 980.608 | 127.198 |
| Sonaecom, SGPS, S.A. a) | 1.381.540 | 56.428 | 1.325.111 | 42.063 |
| Sontel, B.V. | 1.134.797 | 3.007 | 1.131.790 | 11.803 |
| Universo Sonae, S.A. | 4.429 | 5 | 4.424 | 127 |
| SFS, Gestão e Consultoria, S.A. | 211.238 | 90.513 | 120.725 | 8.384 |
| Universo, IME, S.A. | 445.055 | 337.742 | 107.313 | (22.741) |

a) Demonstrações financeiras consolidadas.

| Empresas | 31 dez 2022 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Ativo | Passivo | Capital Próprio | Resultado líquido do exercício |
| Mktplace Comércio Eletrónico, SA | 1.487 | 5.401 | (3.914) | (8.459) |
| MCRETAIL, SGPS, S.A. a) | 4.316.067 | 3.448.919 | 867.148 | 182.934 |
| NOS SGPS, S.A. a) | 3.463.324 | 2.410.981 | 1.052.343 | 224.444 |
| Sonae Corporate, S.A. | 8.337 | 144 | 8.194 | 83 |
| Sonae Holdings, S.A. | 2.327.945 | 262.564 | 2.065.381 | 124.661 |
| Sonae Investments, B.V. | 1.279.478 | 66.281 | 1.213.197 | 33.253 |
| Sonae RE, S.A. | 1.362 | 16 | 1.346 | (297) |
| Sonae Sierra SGPS, S.A. a) | 1.260.255 | 390.410 | 869.844 | 34.091 |
| Sonaecom, SGPS, S.A. a) | 1.372.636 | 64.660 | 1.307.976 | 142.138 |
| Sontel, B.V. | 1.448.439 | 236.868 | 1.211.571 | 40.441 |
| Universo Sonae, S.A. | 4.298 | 2 | 4.296 | 34 |
| SFS, Gestão e Consultoria, S.A. | 177.283 | 65.081 | 112.202 | 74.332 |
| Universo, IME, S.A. | 54.750 | 28.650 | 26.100 | (8.994) |

a) Demonstrações financeiras consolidadas;

Os testes de imparidade aos investimentos financeiros são efetuados nos termos da política contabilística referida na Nota 2 e com base na avaliação dos ativos das subsidiárias efetuada por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados.

Os principais pressupostos utilizados para a avaliação das participações financeiras detidas, correspondem genericamente aos utilizados para efeitos de testes de imparidade de goodwill e de avaliação de ativos imobiliários que se encontram divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As perdas de imparidade acumuladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Sontel, B.V. | 22.431 | 24.511 |
| Mktplace Comércio Eletrónico, S.A. | - | 9.483 |
| Sonae RE, S.A. | 2.856 | 2.426 |
| Universo, IME, S.A. | 38.028 | 56.000 |
| | **63.315** | **92.420** |

Após a perda de controlo da Universo, a Sonae revalorizou a participação da Universo, tendo registado uma perda de imparidade no montante de 10 milhões de euros, registada na rubrica "Ganhos ou perdas relativos a investimento" (Nota 2.4).

## 2.2. Ativos financeiros ao justo valor

### Políticas contabilísticas

Para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 – O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

### Justo valor através de resultados

A 31 de dezembro de 2023, a rúbrica de "Ativos financeiros ao justo valor através de Resultados" incluí essencialmente:

- o investimento de 3.000 milhares de euros representativo de 10% do capital no fundo de investimentos Bright Tech Innovation I, constituído em junho de 2020. Este investimento encontrava-se valorizado ao justo valor classificado no nível 3 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor;

- O investimento de 14.790 milhares de euros respeitam a 566.661 ações representativas do capital social da Musti (2.073 milhares de euros respeitantes a 132.805 ações a 31 de dezembro de 2022). A Musti é líder de mercado no retalho de produtos para animais de estimação nos países nórdicos, com uma estratégia omnicanal de sucesso alavancada numa gama de produtos próprios e exclusivos, bem como numa presença única no mundo físico e digital. As ações encontram-se valorizadas ao valor de mercado (26,10 euros/ação), perfazendo 14.790 milhares de euros a 31 de dezembro de 2023. Este investimento encontrava-se valorizado ao justo valor classificado no nível 1 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor.

No exercício de 2023, foram registados na rubrica de "Ganhos ou perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados" 5.898 milhares de euros de ganhos de justo valor relativos à Musti e 2.142 relativos a outros investimentos que se encontravam a justo valor.

## 2.3. Recebimentos / pagamentos de investimentos financeiros

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser analisados como segue:

| Recebimentos / Pagamentos | 31 dez 2023 | | |
|---|---|---|---|
| | Aumentos / (diminuições) do exercício | Valor recebido | Valor pago |
| Sonae Sierra SGPS, S.A. (Nota 1.1) | 88.566 | - | (88.566) |
| NOS, SGPS, S.A. (Nota 1.1) | (195.318) | 212.605 | - |
| Universo, IME, S.A. a) | (41.915) | 41.915 | (63.953) |
| Sonaecom, SGPS, S.A. | 2.182 | - | (2.182) |
| Sonae RE, S.A. | - | - | (250) |
| Outros | - | 10.002 | (8.208) |
| | **(146.484)** | **264.522** | **(163.159)** |

a) O montante pago refere-se a um aumento de capital de 45.000 milhares de euros e à cobertura de prejuízos de 18.953 milhares de euros realizados no exercício de 2023.

| Recebimentos / Pagamentos | 31 dez 2022 | | |
|---|---|---|---|
| | Aumentos / (diminuições) do exercício | Valor recebido | Valor pago |
| Sonae Sierra SGPS, S.A. | 83.471 | - | (83.471) |
| NOS, SGPS, S.A. | 73.220 | - | (73.220) |
| Universo, IME, S.A. | 10.000 | - | (10.000) |
| Sonae Holdings, S.A. | 10.000 | - | (10.000) |
| Sonae Corporate, S.A. | (6.063) | 8.190 | - |
| Outros | 9.518 | - | (9.518) |
| | **180.146** | **8.190** | **(186.209)** |

## 2.4. Ganhos ou perdas relativas a investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe dos ganhos ou perdas relativas a investimentos era o seguinte.

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos | 8.510 | 2.127 |
| Ganhos/(perdas) em investimentos registados ao justo valor através de resultados | - | 266 |
| Perdas de imparidade (Nota 2.1) | (10.458) | (66.200) |
| Reversão perdas de imparidade (Nota 2.1) | 2.080 | 38.509 |
| | **132** | **(25.298)** |

A rúbrica “Ganhos / (perdas) na alienação de investimentos financeiros“, a 31 de dezembro de 2023, inclui:

- 9,2 milhões de euros relativos à menos valia na alienação da Universo, IME, S.A. (Nota 1.1);

- 17,3 milhões de euros de mais valia relativos à venda das ações da NOS, SGPS, S.A. pelo montante de 212,6 milhões de euros à Sonaecom, SGPS, S.A. (Nota 1.1).

# 3. Fundo de maneio

## 3.1. Clientes

O saldo de clientes em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 respeita exclusivamente à prestação de serviços técnicos de administração e gestão a sociedades nas quais a Empresa tem participação no capital (Nota 8).

À data da demonstração da posição financeira, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas de imparidade.

## 3.2. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o detalhe das "Outras dívidas de terceiros", é o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| **Empresas do grupo** | | |
| Sonae Holdings, S.A. | 2.636 | 260.929 |
| Fashion Division, S.A. | 52.700 | 138.815 |
| Universo, IME, S.A. | - | 11.989 |
| Sparkfood, S.A. | 31.806 | 9.937 |
| Iservices, Lda. | 1.278 | 340 |
| Halfdozen Real Estate, S.A. | 340 | 305 |
| Sparkfood Infredients S.A. (ex. Wad lab, S.A.) | 29.734 | 107 |
| Worten - Equipamento para o Lar, S.A. | 60.476 | - |
| Satfiel, Lda. | 1.181 | - |
| Outros | 136 | - |
| **Empréstimos (Nota 8)** | **180.287** | **422.422** |
| Impostos - RETGS | 44.262 | 22.556 |
| Outros | 1.464 | 798 |
| | **226.013** | **445.775** |

O montante registado na rubrica Impostos – RETGS corresponde ao imposto a receber apurado pelas empresas tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, líquido de pagamentos por conta, das quais a Empresa é a sociedade dominante.

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

## 3.3. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o valor da rubrica de outros ativos correntes corresponde, fundamentalmente, a acréscimos de rendimentos relativos à especialização de juros de empréstimos concedidos e de comissões de fianças prestadas a participadas.

## 3.4. Empréstimos obtidos de empresas do grupo

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe de empréstimos obtidos de empresas do grupo era o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Worten España Distribución, S.L. | 230.566 | - |
| Sontel, B.V. | 199.810 | 452.790 |
| SFS, Gestão e Consultoria, S.A. (ex - Universo, GC, S.A.) | 147.430 | 149.407 |
| Worten - Equipamentos para o Lar, S.A. | - | 83.937 |
| Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A. | 40.318 | 37.128 |
| Sonae Corporate, S.A. | 5.061 | 5.206 |
| Universo Sonae, S.A. | 4.347 | 4.187 |
| Arat Inmuebles, SAU | - | 1.600 |
| Sonae RE, S.A. | 514 | 356 |
| Zaask - Plataforma Digital, S.A. | 173 | - |
| **Empréstimos (Nota 8)** | **628.219** | **734.611** |

Os empréstimos obtidos de empresas do grupo vencem juros a taxas indexadas à Euribor.

## 3.5. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe de outras dívidas a terceiros era o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| **Empresas do grupo** | | |
| Impostos - RETGS | 128.794 | 38.234 |
| Acionistas | 104 | 122 |
| Outros | 1.116 | 399 |
| | **130.014** | **38.755** |

O montante registado na rubrica impostos – RETGS corresponde ao imposto a pagar apurado pelas empresas tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, líquido de pagamentos por conta, de pagamentos adicionais por conta, de pagamentos especiais por conta e de retenções na fonte, do qual a Empresa é a sociedade dominante.

## 3.6. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| **Credores por acréscimos de gastos:** | | |
| Juros a liquidar | 17.189 | 5.106 |
| Remunerações a liquidar | 2.607 | 2.155 |
| Fornecimentos e serviços externos | 1.603 | 1.913 |
| Outros | 123 | 969 |
| | **21.522** | **10.143** |

## 3.7. Imposto sobre o rendimento

### Política contabilística

A partir do exercício de 2014 a Sonae constitui-se como sociedade dominante de um grupo de sociedades tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento a pagar nas suas contas individuais, por contrapartida da rubrica de empresas do grupo.

Com exceção do exercício de 2017, em que apenas a sociedade dominante relevou contabilisticamente o montante correspondente aos prejuízos gerados pelo grupo, as sociedades que contribuem com prejuízos fiscais registam o montante de imposto a recuperar correspondente nas contas individuais igualmente por contrapartida da rubrica de empresas do grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando se verifique que o grupo possui expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de

atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal e não deem origem ao registo de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como rendimento ou gasto do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O montante de imposto reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Empresa sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre o rendimento, ou outro tipo de impostos, com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da da Sonae, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento da Empresa, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a Empresa trata a situação como um passivo contingente, i.e. não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações, em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo, por corresponderem a montantes certos que serão devolvidos à Empresa (usualmente acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pela Empresa, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento da Empresa seja que os mesmos irão ser devolvidos acrescidos dos respetivos juros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica Imposto sobre o rendimento ativo refere-se à estimativa de imposto do exercício deduzida dos pagamentos por conta, pagamentos adicionais por conta, pagamentos especiais por conta e retenções na fonte em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A rubrica Imposto de exercícios anteriores refere-se a imposto a recuperar relativo a exercícios anteriores, o qual não foi ainda reembolsado pela autoridade tributária.

### 3.7.1 Imposto reconhecido no exercício

O montante do imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser detalhado como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Imposto estimado para o exercicio | (4.771) | (4.021) |
| Excesso/insuficência de estimativa de imposto | 162 | 665 |
| Imposto diferido | 3.376 | (204) |
| | **(1.233)** | **(3.562)** |

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é como se segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Resultado antes de impostos | 257.387 | 128.654 |
| **Taxa teórica de 21%** | **54.051** | **27.017** |
| Resultados não tributados | | |
| Dividendos não sujeitos a tributação | (59.040) | (36.649) |
| (Mais)/Menos valias não tributadas | (125) | (447) |
| (Reversão) /Perdas de imparidade | 1.759 | 5.815 |
| Benefícios Fiscais | (161) | 308 |
| Excesso/insuficência de estimativa de imposto | 162 | 665 |
| Tributação autónoma | 37 | 35 |
| Constituição / reversão de prejuizos fiscais | 1.997 | (321) |
| Outros | 88 | 15 |
| **Imposto sobre o rendimento** | **(1.233)** | **(3.562)** |

## 3.7.2 Ativos e passivos por impostos diferidos

O detalhe dos Ativos e Passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Ativos | Passivos | Ativos | Passivos |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 65.638 | - | 9.772 | - |
| Imparidades/provisões não aceites fiscalmente | - | - | 3 | - |
| Valorização de ativos financeiros | - | - | 3.222 | - |
| Benefícios fiscais | 1.817 | - | 2.095 | - |
| Direitos de uso | - | - | 97 | 97 |
| Outros | 608 | - | 481 | - |
| | **68.063** | **-** | **15.670** | **97** |

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foi como segue:

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Ativos | Passivos | Ativos | Passivos |
| Saldo inicial | 15.670 | 97 | 10.058 | 123 |
| Efeito em resultados: | | | | |
| Benefícios Fiscais - Sifide | (278) | - | (308) | - |
| Pagamento baseado em ações | 126 | - | 181 | - |
| Contratos de locação | (97) | (97) | (27) | (26) |
| Valorização de ativos financeiros | (3.224) | - | - | - |
| Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente | - | - | 2 | - |
| | **(3.473)** | **(97)** | **(152)** | **(26)** |
| Efeito em outro rendimento integral: | | | | |
| Imposto diferido sobre o justo valor de investimentos financeiros | - | - | 1.683 | - |
| | **-** | **-** | **1.683** | **-** |
| Outros efeitos | | | | |
| Registo/(reversão) de prejuízos fiscais decorrentes aplicação RETGS | 55.866 | - | 4.081 | - |
| | **55.866** | **-** | **4.081** | **-** |
| **Saldo Final** | **68.063** | **-** | **15.670** | **97** |

No exercício de 2023 e para efeitos de IRC em Portugal, o grupo procedeu a reavaliação dos efeitos fiscais da contabilização da IFRS 16 , desde o exercício de 2019, entendendo:

- Deixar de dar relevância fiscal às rendas de locação pagas pelos locatários em substituição dos efeitos contabilísticos da IRFS 16, que eram então anulados para efeitos fiscais;
- Passar a dar relevância fiscal aos ajustamentos contabilísticos da IFRS 16, desde 2019 (incluindo o efeito da variação patrimonial registada na transição), assumindo os seguintes procedimentos:

o A vida útil considerada para efeitos de amortizações fiscais sobre o direito de uso será a que corresponder à vida útil do ativo subjacente ou, se menor, ao prazo da locação;

o O valor das depreciações a considerar para efeitos fiscais sobre direitos de uso cujo ativo subjacente sejam viaturas ligeiras de passageiros ou mistas deve ter em conta os limites fixados na Portaria 467/201 de 7 de Julho.

Como tal, o grupo irá proceder à substituição das declarações periódicas de rendimentos para efeitos de IRC, de exercícios anteriores a 2023, tendo em conta os valores apurados de acordo com o supra expresso.

A referida reavaliação originou o desreconhecimento dos ativos por impostos diferidos e dos passivos por impostos diferidos relativos aos efeitos fiscais da contabilização da IFRS 16 em todas as empresas portuguesas que fazem parte do RETGS e o reconhecimento de 36.539 milhares de euros de ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais na linha "Registo/(reversão) de prejuízos fiscais decorrentes aplicação RETGS".

De acordo com a legislação fiscal portuguesa os prejuízos fiscais do Grupo Fiscal para os quais foram reconhecidos ativos por impostos diferidos reportáveis são como segue:

| | | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|---|
| | País | Prejuízo fiscal | Prejuízo fiscal |
| Gerados em 2016 | Portugal | 18.122 | 18.122 |
| Gerados em 2018 | Portugal | 999 | 999 |
| Gerados em 2019 | Portugal | 1.143 | 1.143 |
| Gerados em 2021 | Portugal | 21.456 | 15.941 |
| Gerados em 2022 | Portugal | 17.414 | 10.328 |
| Gerados em 2023 | Portugal | 253.430 | - |
| | | **312.564** | **46.533** |

# 4. Instrumentos Financeiros

## 4.1. Gestão de Risco Financeiro

### 4.1.1. Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a Sonae na prossecução da sua estratégia de longo prazo, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados do Grupo decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente. São utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade da Sonae, não sendo contratados, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade da Sonae.

As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível da Comissão Executiva e os riscos são identificados e monitorizados pelo Departamento Financeiro e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo da Sociedade.

### 4.1.2. Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. A Sonae é uma holding, não tendo qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portefólio de participações e de prestação de serviços às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a Sonae só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias. Considera-se que os saldos de "Empréstimos concedidos a entidades relacionadas" têm risco de crédito baixo, pelo que, consequentemente, as

imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo "risco de crédito baixo" quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

Adicionalmente a Sonae poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portfolio (venda de participações), mas nessas situações excecionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, entre outros) com a supervisão da Comissão Executiva.

Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Sonae cumpre rigorosamente os seguintes princípios:

- Só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham sido selecionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional, as respetivas notações de rating e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;

- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi efetuada com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);

- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;

- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela Comissão Executiva.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito anteriormente referidos, a Administração da Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no entanto, as exposições a cada contraparte resultante das operações financeiras contratadas e a notação de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pela Direção Financeira e de Tesouraria, e os desvios reportados à Comissão Executiva e à Comissão de Finanças.

A Sonae está também exposta ao risco de liquidação, o qual é gerido através de uma rigorosa seleção dos seus intermediários, que deverão ser contrapartes com elevado nível de rating.

No caso dos empréstimos a subsidiárias, não existe nenhuma política de gestão risco de crédito específica, uma vez que a concessão de empréstimos a subsidiárias faz parte da atividade normal da Holding.

### 4.1.3. Risco de Liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão detendo uma carteira diversificada de financiamentos, constituída essencialmente por obrigações de longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2023, o total da dívida bruta era de 320 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2022 era de 437 milhões de euros (Nota 5.6), excluindo a dívida obtida junto de empresas do grupo.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Sonae tenha capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis, que podem variar entre 30 e 360 dias;

- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;

- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;

- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;

- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, mediante a emissão de dívida de longo prazo e evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 31 de dezembro de 2023 a maturidade média da dívida da Sonae, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas do longo prazo disponíveis e caixa e equivalentes de caixa, era de aproximadamente 5 anos (em 31 de dezembro de 2022 era de 4,4 anos);

- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;

- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;

- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinanciar em condições desfavoráveis. A Sonae tem 1.049,5 milhões de euros de linhas de crédito contratadas (461,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022). A 31 de dezembro de 2023, o montante de empréstimos com vencimento em 2024 é de 16,5 milhões de euros (49 milhões de euros com vencimento em 2023 a 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente tendo em consideração os montantes utilizados em 31 de dezembro de 2023 encontram-se disponíveis 1.049,5 milhões de euros (a 31 de dezembro de 2022 tinha linhas de crédito disponíveis no valor de 244,0 milhões de euros). Face ao anteriormente exposto, a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos dos seus investimentos, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes. A maturidade dos instrumentos financeiros encontra-se detalhada na Nota 5.6. Adicionalmente a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2023 uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa e investimentos correntes conforme descrito na Nota 5.8.

A Sonae considera como linhas disponíveis com compromissos superiores a 1 ano o montante do acordo de financiamento de 600 milhões de euros, com o fim de financiar a oferta pública voluntária de aquisição de ações da empresa finlandesa Musti Group Plc, que a 31 de dezembro de 2023 não estava utilizada.

A Sonae considera que tem acesso a todos os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos e investimentos de curto prazo.

### 4.1.4. Risco de taxa de juro

#### 4.1.4.1 Política

A Sonae está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps, FRA's e opções). A maior parte da dívida da Sonae encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro ou FRA's), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando zero cost collars ou cap's).

A Sonae minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis, sem contudo ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade. Consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco é também mitigado pelo facto da Sonae conceder empréstimos indexados a taxas variáveis às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae não é considerada como uma atividade com fins especulativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e devendo respeitar os seguintes princípios, os quais foram rigorosamente definidos:

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberto;

- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Sonae, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não deverá ser superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;

- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no capítulo 4.1.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;

- Todas as transações deverão ser contratadas seguindo contratos ISDA;

- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela Comissão Executiva e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

#### 4.1.4.2 Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de

caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;

- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os ganhos e perdas em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;

- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensadas quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;

- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);

- Alterações na taxa de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afetam os resultados da Empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;

- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;

- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 100 pontos base superiores, o resultado líquido antes de impostos da Sonae (contas separadas) em 31 de dezembro de 2023 seria inferior em cerca de 4,9 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2022 seria inferior em cerca de 6,8 milhões euros).

### 4.1.5. Risco de taxa de câmbio

A Sonae enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza, poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio, sujeitas contudo, à aprovação prévia da Comissão Executiva.

Ao nível da Sonae, não há qualquer exposição significativa ao risco de taxa de câmbio de translação, uma vez que a quase totalidade dos capitais próprios e empréstimos às subsidiárias são denominados em euros.

### 4.1.6. Risco de preço e mercado

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos, uma vez que a Empresa não transaciona ativamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados na Nota 2.

### 4.1.7. Risco de capital

A estrutura de capital da Sonae, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades de gestão de portefólio, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A Sonae monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

## 4.2. Instrumentos Financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 4.3.

### (a) Ativos financeiros

### Reconhecimento

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Sonae se compromete a comprar ou a vender o ativo.

### Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo Sonae na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

As alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, o que deverá ser pouco frequente, tendo de ser significativo para a operação da Sociedade e demonstrável perante terceiros, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Sonae não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Sonae optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

### Mensuração

A Sonae mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em "Juros obtidos", nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital Próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

### Perdas por imparidade

A Sonae avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível ("on demand"); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for "baixo" ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Sonae apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Sonae aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Sonae calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Sonae calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

As perdas de imparidade calculadas para Ativos financeiros ao custo amortizado são registadas na demonstração dos resultados na rubrica de "Provisões e perdas de imparidade" quando estimadas. Quando seja estimado que as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores já não existem ou diminuíram, a reversão de imparidade é registada na rubrica "Provisões e perdas de imparidade".

### Desreconhecimento de ativos financeiros

A Sonae desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

### (b) Empréstimos concedidos e outras dívidas de terceiros

Os empréstimos são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Sonae providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes.

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos na política na nota 4.2 a).

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

### (c) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com maturidade inicial inferior a três meses, desde a sua data de emissão, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica do passivo corrente Empréstimos.

### (d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

### (e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e

ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Fornecedores” e “Outras dívidas a terceiros”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2023, a Empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### (f) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos, o que corresponderá ao seu justo valor na data da transação.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica de "Gastos e perdas financeiras" da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 1.4. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sob a forma de papel comercial são classificados como não correntes, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção da Empresa manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

### (g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial. As dívidas são classificadas como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de Fornecedores serão classificadas como passivos não correntes.

### (h) Instrumentos financeiros derivados

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação dos instrumentos financeiros derivados, como de negociação ou de cobertura.

Considera-se que estão cumpridos os requisitos de cobertura quando:

i) existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, o valor do item coberto e do instrumento de cobertura movem-se em direções opostas;

ii) as alterações de justo valor não resultam maioritariamente do risco de crédito; e

iii) o rácio de cobertura designado pela Sonae, em cada transação, é o que resulta da quantidade do item coberto e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

A eficácia da cobertura é avaliada com base nos critérios críticos (montante, taxa de juro, datas de liquidação de juros, divisa e data de vencimento) do item coberto e do instrumento de cobertura que tendem a ser semelhantes. Isso resulta em uma taxa de hedge próxima a 100%. Mudanças nos critérios críticos do hedge e do item coberto serão continuamente monitoradas. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiros" da demonstração dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IFRS 9, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a Sonae não aplicou "hedge accounting", são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiros" da demonstração dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração dos resultados. A 31 de dezembro de 2023 a Sonae não tem derivados negociados.

### (i) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

### (j) Imparidade de ativos financeiros

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Sonae avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas”, “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

## 4.3. Classes de instrumentos financeiros

As categorias dos instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na nota 4.2, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram classificados como segue:

| 31 dez 2023 | Notas | Ativos / passivos a custo amortizado | Ativos / passivos registados ao justo valor através de resultados | Outros ativos / passivos não financeiros | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados | 2.2 | - | 17.865 | - | 17.865 |
| **Ativos não correntes** | | **-** | **17.865** | **-** | **17.865** |
| Clientes | 3.1 | 1.608 | - | - | 1.608 |
| Outras dívidas de terceiros | 3.2 | 226.013 | - | - | 226.013 |
| Outros ativos correntes | 3.3 | 3.546 | - | 1.706 | 5.252 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 281.377 | - | - | 281.377 |
| **Ativos correntes** | | **512.544** | **-** | **1.706** | **514.250** |
| **Ativos financeiros** | | **512.544** | **17.865** | **1.706** | **532.115** |
| Empréstimos obrigacionistas | 5.6 | 103.392 | - | - | 103.392 |
| Empréstimos bancários | 5.6 | 199.762 | - | - | 199.762 |
| **Passivos não correntes** | | **303.154** | **-** | **-** | **303.154** |
| Empréstimos obrigacionistas | 5.6 | 4.000 | - | - | 4.000 |
| Empréstimos bancários | 5.6 | 12.500 | - | - | 12.500 |
| Fornecedores | | 1.159 | - | - | 1.159 |
| Empréstimos obtidos de empresas do grupo | 3.4 | 628.219 | - | - | 628.219 |
| Outras dívidas a terceiros | 3.5 | 130.014 | - | - | 130.014 |
| Outros passivos correntes | 3.6 | 18.915 | - | 2.607 | 21.522 |
| **Passivos correntes** | | **794.807** | **-** | **2.607** | **797.414** |
| **Passivos financeiros** | | **1.097.961** | **-** | **2.607** | **1.100.568** |

| 31 dez 2022 | Notas | Ativos / passivos a custo amortizado | Ativos / passivos registados ao justo valor através de resultados | Outros ativos / passivos não financeiros | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados | 2.2 | - | 11.218 | - | 11.218 |
| Outros ativos não correntes | | - | - | 23 | 23 |
| **Ativos não correntes** | | **-** | **11.218** | **23** | **11.241** |
| Clientes | 3.1 | 1.723 | - | - | 1.723 |
| Outras dívidas de terceiros | 3.2 | 445.775 | - | - | 445.775 |
| Outros ativos correntes | 3.3 | 2.877 | - | 1.213 | 4.090 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 3.690 | - | - | 3.690 |
| **Ativos correntes** | | **454.065** | **-** | **1.213** | **455.278** |
| **Ativos financeiros** | | **454.065** | **11.218** | **1.236** | **466.519** |
| Empréstimos obrigacionistas | 5.6 | 32.830 | - | - | 32.830 |
| Empréstimos bancários | 5.6 | 354.891 | - | - | 354.891 |
| **Passivos não correntes** | | **387.721** | **-** | **-** | **387.721** |
| Empréstimos obrigacionistas | 5.6 | 4.000 | - | - | 4.000 |
| Empréstimos bancários | 5.6 | 45.000 | - | - | 45.000 |
| Fornecedores | | 1.446 | - | - | 1.446 |
| Empréstimos obtidos de empresas do grupo | 3.4 | 734.611 | - | - | 734.611 |
| Outras dívidas a terceiros | 3.5 | 38.755 | - | - | 38.755 |
| Outros passivos correntes | 3.6 | 7.988 | - | 2.155 | 10.143 |
| **Passivos correntes** | | **831.800** | **-** | **2.155** | **833.955** |
| **Passivos financeiros** | | **1.219.521** | **-** | **2.155** | **1.221.676** |

# 5. Estrutura de capital

## 5.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e as suas subsidiárias detinham 54,39% e 54,66% respetivamente, das ações representativas do capital social da Sociedade.

## 5.2. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Reservas e resultados transitados”.

No decorrer do exercício de 2023, foram alienadas 9.462.220 ações próprias terminando o ano de 2023 com 70.272.537 ações próprias.

## 5.3. Reservas legais

A legislação comercial portuguesa estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da “reserva legal” até que esta represente, pelo menos, 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

## 5.4. Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe de outras reservas era o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Reservas livres | 1.532.614 | 1.501.100 |
| Reservas indisponíveis relativas a ações próprias | 62.929 | 71.402 |
| Responsabilidade por pagamento baseado em ações | 2.682 | 2.413 |
| Justo valor das ações NOS | - | (11.100) |
| | **1.598.225** | **1.563.815** |

Os movimentos ocorridos em 2023 e em 2022 nestas reservas estão detalhados na demonstração das alterações no capital próprio.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IFRS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sonae detinha 70.272.537 ações próprias (79.734.758 ações a 31 de dezembro de 2022) representativas de 3,51% (3,99% a 31 de dezembro de 2022) do seu capital social, a um preço de 0,896 euros.

De acordo com a legislação a empresa deve manter como indisponível uma reserva no valor 62.929 milhares de euros (71.402 milhares de euros a 31 de dezembro de 2022) relativo às ações próprias enquanto as detiver.

As reservas de responsabilidade por pagamentos baseados em ações refletem o justo valor à data da atribuição dos planos de desempenho diferido a serem liquidados através da entrega de ações.

## 5.5. Resultados por ação

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Resultados | | |
| Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período) | 258.620 | 132.216 |
| **Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído** | **258.620** | **132.216** |
| Número de ações | | |
| Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico | 1.927.122.839 | 1.918.582.232 |
| Número de ações em aberto relativo a prémios de desempenho diferido | 2.443.252 | 2.710.081 |
| Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado | 386.053 | 84.559 |
| **Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído** | **1.929.952.144** | **1.921.376.873** |
| **Resultado por ação** | | |
| Básico | 0,13420 | 0,06891 |
| Diluído | 0,13400 | 0,06881 |

## 5.6. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente |
| **Empréstimos bancários** | | | | |
| Sonae SGPS - papel comercial | - | - | 45.000 | - |
| Sonae, SGPS, SA - papel comercial ESG-Linked | - | 127.500 | - | 300.000 |
| Sonae SGPS, SA 2016/2029 | - | 30.000 | - | 30.000 |
| Sonae SGPS, SA 2020/2025 | 12.500 | 12.500 | - | 25.000 |
| Sonae, SGPS, SA - 2023/2029 - ESG Linked | - | 30.000 | - | - |
| | **12.500** | **200.000** | **45.000** | **355.000** |
| Custos de montagem de financiamentos | - | (238) | - | (109) |
| **Empréstimos bancários** | **12.500** | **199.762** | **45.000** | **354.891** |

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente |
| **Empréstimos por obrigações** | | | | |
| Obrigações ESG Sonae SGPS, 2020/2025 | 4.000 | 4.000 | 4.000 | 8.000 |
| Obrigações ESG Sonae SGPS /2023/2028 | - | 75.000 | - | - |
| Obrigações Sonae SGPS /2022/2027 | - | 25.000 | - | 25.000 |
| Custos de montagem de financiamentos | - | (608) | - | (170) |
| **Empréstimos por obrigações** | **4.000** | **103.392** | **4.000** | **32.830** |

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difira significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados. A maioria dos empréstimos acima referidos vencem juros a taxas variáveis indexadas a referenciais de mercado.

### Perfil de maturidade da dívida bancária

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe da maturidade dos empréstimos contraídos era o seguinte:

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Capital | Juros | Capital | Juros |
| N+1 | 16.500 | 11.745 | 49.000 | 8.462 |
| N+2 | 16.500 | 11.064 | 16.500 | 6.999 |
| N+3 | 75.000 | 10.423 | 16.500 | 8.757 |
| N+4 | 77.500 | 9.993 | 120.000 | 8.335 |
| N+5 | 120.000 | 4.273 | 150.000 | 6.953 |
| Após N+5 | 15.000 | 389 | 85.000 | 5.993 |
| | **320.500** | **47.886** | **437.000** | **45.498** |

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae quanto à sua data de amortização.

Os montantes de juros foram calculados tendo em conta as taxas em vigor em cada financiamento em 31 de dezembro de 2023.

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis e que, à data do presente reporte, se encontram em regular cumprimento.

Em 31 de dezembro de 2023, para além dos montantes referidos na rubrica caixa e equivalentes de caixa (Nota 4.3), a Sonae mantinha 1.050 milhões de euros disponíveis para fazer face às suas necessidades de tesouraria, conforme se segue:

| | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Compromissos inferiores a 1 ano | Compromissos superiores a 1 ano | Compromissos inferiores a 1 ano | Compromissos superiores a 1 ano |
| Montante de linhas contratadas | 182.000 | 867.500 | 194.000 | 267.500 |
| Montante de linhas disponíveis | 182.000 | 867.500 | 149.000 | 95.000 |

A taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2023 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários utilizados era, em média, 3,97% (2% em 31 de dezembro de 2022).

## 5.7. Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como se segue:

| | Empréstimos obtidos | Empresas do grupo |
|---|---|---|
| **Saldo 1 de janeiro de 2022** | **492.600** | **340.791** |
| Recebimentos de empréstimos obrigacionistas | 25.000 | - |
| Pagamentos de empréstimos obrigacionistas | (8.000) | - |
| Recebimentos de empréstimos bancários | 2.461.440 | - |
| Pagamentos de empréstimos bancários | (2.534.040) | - |
| Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas | - | 4.083.762 |
| Pagamentos de empréstimos de partes relacionadas | - | (3.689.941) |
| **Saldo 1 janeiro de 2023** | **437.000** | **734.612** |
| Recebimentos de empréstimos obrigacionistas | 75.000 | - |
| Pagamentos de empréstimos obrigacionistas | (4.000) | - |
| Recebimentos de empréstimos bancários | 2.512.000 | - |
| Pagamentos de empréstimos bancários | (2.699.500) | - |
| Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas | - | 3.284.060 |
| Pagamentos de empréstimos de partes relacionadas | - | (3.390.452) |
| **Saldo 31 de dezembro de 2023** | **320.500** | **628.220** |

## 5.8. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Numerário | 6 | 5 |
| Depósitos bancários | 281.371 | 3.685 |
| **Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira** | **281.377** | **3.690** |
| **Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa** | **281.377** | **3.690** |

## 5.9. Ganhos ou perdas financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe dos ganhos e das perdas financeiras era o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| **Juros suportados:** | | |
| Relativos a outros empréstimos obtidos | (26.181) | (8.103) |
| Relativos a empréstimos bancários | (9.399) | (2.564) |
| Encargos com emissão de dívida | (668) | (2.239) |
| Relativos a obrigações não convertíveis | (3.040) | (327) |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | - | (151) |
| Juros de contratos de locação | (14) | (4) |
| Outros gastos e perdas financeiras | (398) | (240) |
| **Gastos e perdas financeiras** | **(39.700)** | **(13.627)** |
| **Rendimentos e ganhos** | | |
| Juros obtidos | 21.182 | 5.344 |
| Outros | - | 1 |
| **Rendimentos e ganhos financeiros** | **21.420** | **5.345** |
| **Resultados financeiros** | **(18.280)** | **(8.282)** |

# 6. Atividade operacional

## 6.1. Prestações de serviços

**Política contabilística**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes de débitos de *fees* de gestão às empresas do grupo. O rédito é reconhecido líquido de imposto sobre o valor acrescentado.

Os serviços prestados no exercício de 2023 no montante de 7,2 milhões de euros (6,7 milhões de euros a 31 de dezembro de 2022) correspondem essencialmente a serviços partilhados às empresas do grupo.

## 6.2. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Trabalhos especializados | 7.978 | 7.427 |
| Outros fornecimentos e serviços | 2.692 | 1.915 |
| | **10.670** | **9.342** |

O valor registado em trabalhos especializados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, diz essencialmente respeito a serviços partilhados prestados por subsidiárias e a consultadoria prestada por entidades externas.

Os montantes registados em outros fornecimentos e serviços em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respeitam essencialmente a gastos com fianças prestadas pela empresa mãe (Efanor Investimentos, SGPS, S.E.), seguros e deslocações e estadas.

## 6.3. Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o detalhe dos gastos com o pessoal era o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Remunerações | 8.163 | 7.997 |
| Encargos sobre remunerações | 1.201 | 1.058 |
| Outros gastos com o pessoal | 1.160 | 885 |
| | **10.524** | **9.940** |

## 6.4. Responsabilidade por pagamento baseado em ações

**Política contabilística**

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano).

A liquidação dos planos é efetuada através da entrega de ações da Empresa, tendo esta a opção de liquidar os planos em dinheiro, e sendo o valor de cada plano determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecido durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada em capitais próprios, por contrapartida de gastos com o pessoal, linearmente ao longo do período de vencimento da responsabilidade.

A Sonae concedeu em 2023 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade e conforme política descrita anteriormente, prémios de desempenho diferido sob a forma de ações, a adquirir com desconto, três anos

após a sua atribuição. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço na data do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os planos em aberto são os seguintes:

| | Período de diferimento | | 31 dez 2023 | | 31 dez 2022 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ano de atribuição | Ano de vencimento | Número de participantes | Nº de ações | Número de participantes | Nº de ações |
| Plano 2019 | 2020 | 2023 | - | - | 6 | 954.227 |
| Plano 2020 | 2021 | 2024 | 4 | 699.871 | 6 | 805.114 |
| Plano 2021 | 2022 | 2025 | 5 | 858.206 | 5 | 950.740 |
| Plano 2022 | 2023 | 2026 | 5 | 885.175 | - | - |

O justo valor das ações atribuídas decorrente dos planos em aberto pode ser resumido como segue:

| | Data de atribuição | Data de vencimento | À data da atribuição 2023 | À data da atribuição 2022 | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Plano 2019 | 2020 | 2023 | - | 743 | - | 631 |
| Plano 2020 | 2021 | 2024 | 547 | 630 | 702 | 808 |
| Plano 2021 | 2022 | 2025 | 875 | 970 | 802 | 889 |
| Plano 2022 | 2022 | 2025 | 890 | - | 801 | - |

Durante o exercício, os movimentos ocorridos podem ser resumidos como segue:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Saldo a 31 de dezembro de 2022 | 2.710.081 | 2.505.033 |
| Movimento do exercício: | | |
| Atribuídas | 885.175 | 950.740 |
| Vencidas | (1.641.193) | (821.598) |
| Cancelados / Extintos /Ajustados | 489.189 | 75.906 |
| **Saldo a 31 de dezembro de 2023** | **2.443.252** | **2.710.081** |

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Valor registado em gastos com pessoal do exercício | 1.153 | 1.786 |
| Valor registado em gastos com pessoal em exercícios anteriores | 1.530 | 627 |
| | **2.682** | **2.413** |

## 7. Passivos contingentes

### Política contabilística

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era o seguinte:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| **Garantias prestadas:** | | |
| por processos fiscais em curso | 272.922 | 184.288 |
| por processos judiciais em curso | 71 | 71 |
| Fianças prestadas a favor de subsidiárias (a) | 347.235 | 350.065 |
| | **620.288** | **534.424** |

a) Fianças prestadas à Administração Tributária a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais. Os principais processos para os quais tais fianças foram prestadas encontram-se divulgados a nível das demonstrações financeiras consolidadas.

A rubrica garantias prestadas por processos fiscais em curso inclui garantias prestadas a favor da Administração Fiscal relativas a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas referente aos exercícios de 2007 a 2017. Relativamente a estas garantias, o valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro no exercício de 2007, bem como pela desconsideração quer de reinvestimento quanto a mais-valias por alienação de ações, quer da neutralidade fiscal associada a operações de cisão. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações adicionais, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

Em face da emissão de liquidações adicionais de Impuesto de Sociedades à MCH Sucursal, enquanto representante do Grupo Fiscal em Espanha de que é entidade dominante a Sonae SGPS, SA, e tendo em conta que a empresa impugnou estas liquidações e pretende esgotar cabalmente as vias de contestação disponíveis ao abrigo do direito espanhol e comunitário, foi prestada ao Estado Espanhol uma garantia sob a forma de seguro-caução para assegurar o cumprimento desta responsabilidade na eventualidade remota de a mesma vir a ser confirmada pelos Tribunais espanhóis.

Paralelamente, foi estabelecido um acordo firme entre a MCH e a Sonae SGPS, SA, nos termos do qual esta última, enquanto entidade dominante do Grupo fiscal em Espanha, assumiu integralmente tal responsabilidade, através do compromisso firme de reembolsar à MCH qualquer valor que deva ser pago ao Estado Espanhol relativamente a estas liquidações.

Não foi constituída provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Empresa.

## 8. Entidades relacionadas

### Políticas contabilísticas

As transações entre entidades relacionadas são efetuadas tendo por base referenciais de mercado, sendo reconhecidos os rendimentos ou gastos decorrentes destas transações.

Os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidas como segue:

| | Empresa-Mãe | | Empresas subsidiárias | | Empresas associadas | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
| Vendas e prestação de serviços (Nota 6.1) | - | - | 7.100 | 6.619 | - | - |
| Outros rendimentos | 1 | 1 | 2.036 | 1.699 | 2 | 1 |
| Fornecimentos e serviços externos | (402) | (480) | (2.587) | (2.739) | (47) | (44) |
| Dividendos recebidos | - | - | 255.784 | 162.529 | 25.028 | 11.988 |
| Rendimentos e ganhos financeiros (Nota 5.9) | - | - | 18.334 | 5.344 | - | - |
| Gastos e perdas financeiras (Nota 5.9) | (463) | (114) | (25.718) | (7.989) | - | - |
| Aquisição de investimentos financeiros / aumentos de capital (Nota 2.1) | - | 83.471 | 88.566 | 73.220 | - | - |
| Alienação de investimentos financeiros (Nota 2.1) | - | - | (41.915) | (6.063) | (195.318) | - |
| Alienação de ações próprias (Nota 5.2) | - | - | (8.156) | (4.033) | - | - |

| | Empresas conjuntamente controladas | | Outras partes relacionadas | |
|---|---|---|---|---|
| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
| Vendas e prestação de serviços (Nota 6.1) | 10 | 9 | 50 | 50 |
| Outros rendimentos | - | - | 134 | 27 |
| Fornecimentos e serviços externos | - | (141) | (45) | (50) |
| Aquisição de investimentos financeiros / aumentos de capital (Nota 2.1) | - | 9.518 | - | - |

| | Empresa-Mãe | | Empresas subsidiárias | | Empresas associadas | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
| Contas a receber (Notas 3.1, 3.2 e 3.3) | 2 | 2 | 48.670 | 27.468 | - | - |
| Contas a pagar (Notas 3.6, 3.7 e 3.8) | 379 | 553 | 98.969 | 37.778 | 7 | 383 |
| Empréstimos concedidos (Nota 3.1) | - | - | 180.287 | 422.422 | - | - |
| Empréstimos obtidos (Nota 3.4) | - | - | 628.219 | 734.611 | - | - |

| | Empresas conjuntamente controladas | | Outras partes relacionadas | |
|---|---|---|---|---|
| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
| Contas a receber (Notas 3.1, 3.2 e 3.3) | 47 | 2 | 89 | 96 |
| Contas a pagar (Notas 3.6, 3.7 e 3.8) | 3.539 | - | 31 | 28 |

Consideram-se “outras partes relacionadas” todas as subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas da Efanor Investimentos, SGPS, S.E., nomeadamente: as empresas do Grupo Sonae, SGPS, S.A. (o qual inclui, entre outras, as sociedades pertencentes aos subgrupos dominados pela MC, SGPS, S.A., Sonae Holdings, S.A., Sonae Sierra, SGPS, S.A. e pela Sonaecom, SGPS, S.A.); as empresas do grupo Sonae Indústria, SC Investments e SC Industrials. Os membros do Conselho de Administração são também considerados partes relacionadas.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração atribuída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 tem a seguinte composição:

| | 31 dez 2023 | 31 dez 2022 |
|---|---|---|
| Beneficios a curto prazo | 3.410 | 2.522 |
| Beneficios com base em ações | 1.307 | 837 |
| | **4.717** | **3.358** |

Em 2023 e 2022 não foram concedidos empréstimos a Administradores da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não existiam saldos com os administradores da Empresa.

Todas as transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes.

## 9. Dividendos

Relativamente ao exercício de 2022, o Conselho de Administração irá propor que seja pago um dividendo ilíquido de 0,05639 euros por ação, o valor total de dividendos a pagar será de 112.780 milhares de euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

No exercício de 2022 foi deliberado a distribuição de dividendos no montante de 107.400 milhares de euros. Desse montante, 103.600 milhares de euros foram pagos aos acionistas e 3.800 milhares de euros, respeitantes à quota parte das ações próprias, contabilizados em “Reservas Livres”.

## 10. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2024. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

## 11. Cumprimento de disposições legais

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram celebrados contratos de operações financeiras com as seguintes empresas:

Arat Inmuebles, SAU

Fashion Division, S.A.

Halfdozen Real Estate, S.A.

Iservices, Lda.

Mktplace – Comércio Eletrónico, S.A.

Satfiel, Lda.

Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.

Sonae Corporate, S.A.

Sonae Investments, B.V.

Sparkfood, S.A.

Sparkfood Ingredients, S.A.

Sonae Holdings, S.A.

Sonae RE, S.A.

Sontel, B.V.

Universo, IME, SA

Universo, GC, S.A.

Universo Sonae, S.A.

Worten - Equipamentos para o Lar, SA

Worten España Distribución, S.L.

Worten Safe, S.A.

Zaask – Plataforma Digital, S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 os saldos a receber relativamente as estas operações são como segue:

| | Saldo final |
|---|---|
| Sonae Holdings, SA | 2.636 |
| Fashion Division, SA | 52.700 |
| Worten - Equipamento para o Lar, SA | 60.476 |
| Sparkfood, S.A. | 31.806 |
| Iservices, Lda. | 1.278 |
| Sonae Corporate, SA | 1.181 |
| Halfdozen Real Estate, SA | 340 |
| Sparkfood Ingredients, S.A. | 29.734 |
| Outros | 136 |
| | **180.287** |

Em 31 de dezembro de 2023 os saldos a pagar relativamente as estas operações são como segue:

| | Saldo final |
|---|---|
| Worten España Distribución, S.L. | 230.566 |
| Sontel, B.V. | 199.810 |
| Universo, GC, S.A. (ex - SFS, Gestão e Consultoria, S.A.) | 147.430 |
| Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A. | 40.318 |
| Sonae Corporate, S.A. | 5.061 |
| Universo Sonae, S.A. (ex-Sonae FS, S.A.) | 4.347 |
| Sonae RE, S.A. | 514 |
| Zaask - Plataforma Digital, S.A. | 173 |
| | **628.219** |

## Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2023 os honorários do Revisor Oficial de Contas foram de 77.327 euros relativos a auditoria e 4.490 euros relativos a outros serviços.

Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

José Manuel Neves Adelino

Maria Teresa Ballester Fornes

Marcelo Faria de Lima

Carlos António Rocha Moreira da Silva

Eve Alexandra Henrikson

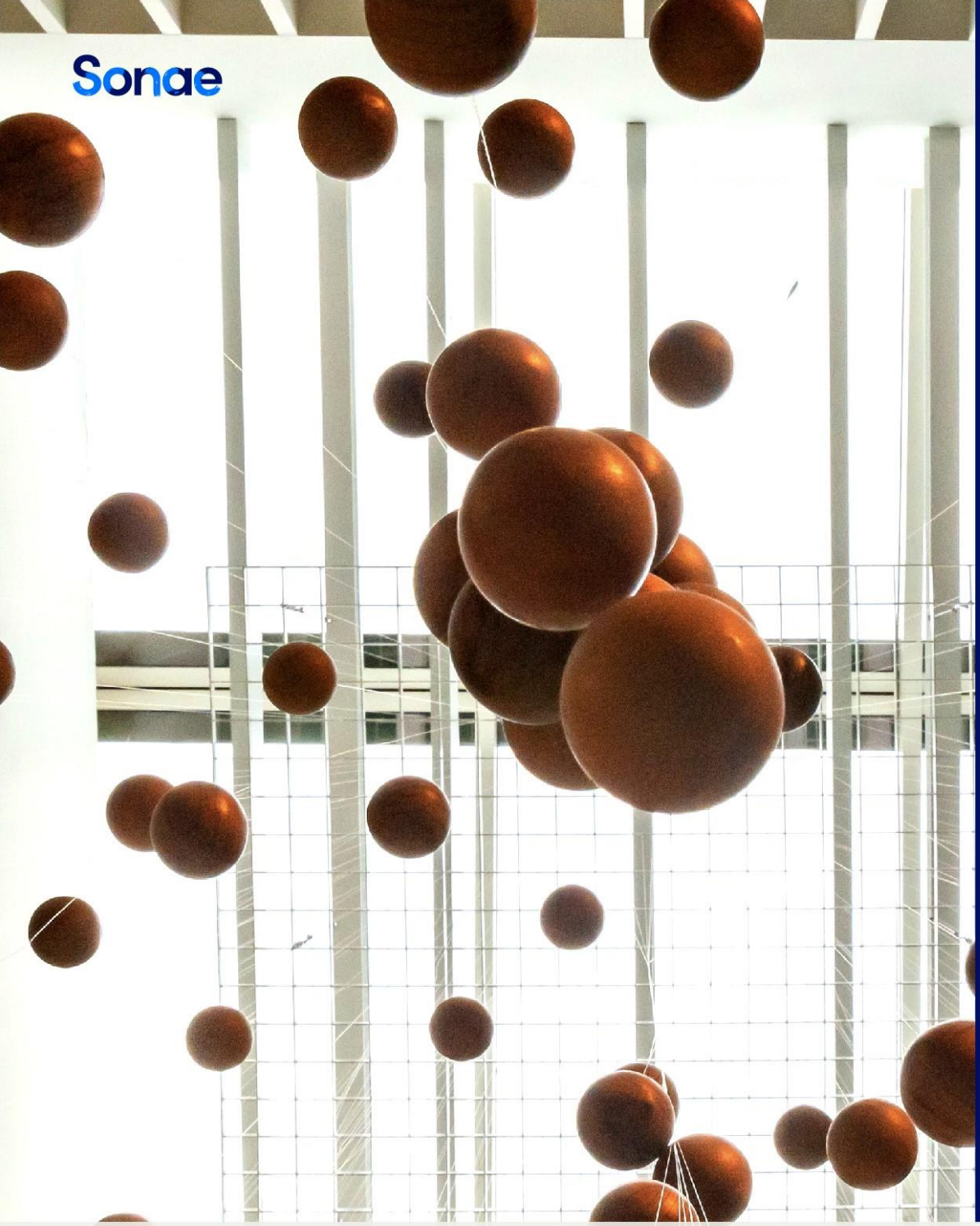
Maria Fuencisla Clemares Sempere

Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores

João Nonell Günther Amaral



# 3

## 3.3 Certificações e Relatórios de Auditoria

## 3.3.1 Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria | Contas consolidadas

pwc

***Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria***

***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas***

***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 8.845.055 milhares de euros e um total de capital próprio de 3.461.779 milhares de euros, incluindo o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe de 357.062 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Sonae, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

***Matérias relevantes de auditoria***

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**
Porto Office Park, Avenida de Sidónio Pais, 153 - piso 1, 4100-467 Porto, Portugal
Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence a rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 2º, 1069-316 Lisboa, Portugal

| ***Matérias relevantes de auditoria*** | ***Síntese da abordagem de auditoria*** |
|---|---|
| ***Mensuração do investimento na associada, NOS*** | |
| A rubrica de Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas inclui um interesse mensurado pelo método de equivalência patrimonial no valor de 806,7 milhões de euros na associada, NOS, SGPS, SA (NOS), que, por sua vez, é detentora de participações nas entidades angolanas Finstar e ZAP Media (consolidado Finstar). Relativamente à Finstar, as participações sociais representativas de 70% do seu capital, detidas pelo outro acionista, encontram-se arrestadas.<br><br>Como divulgado a 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo considera que não exerce controlo efetivo através da detenção de 37,37% das ações representativas da NOS, mas apenas influência significativa, tendo consequentemente mensurado o interesse pelo Método de Equivalência Patrimonial.<br><br>A alocação do preço de compra aos ativos e passivos adquiridos, correspondente aos 10,78% das ações detidas diretamente pela Sonae SGPS a 30 de setembro de 2022, data em que o Grupo passou a exercer influência significativa diretamente sobre a NOS e a referida participação foi classificada como associada, foi concluída em 2023, conforme previsto na IFRS 3 por remissão da IAS 28.<br><br>Como preconizado na IAS 36, são efetuados testes de imparidade aos referidos investimentos sempre que existam indícios de imparidade. O valor recuperável determinado para efeitos de aferição da existência ou não de imparidade para o investimento na NOS, SGPS, SA é baseado nos planos de negócio aprovados pela Gestão da participada.<br><br>Dado o julgamento por parte da gestão associado à avaliação do controlo sobre a NOS e dada a subjetividade inerente ao modelo de avaliação e incerteza da estimativa associada | Dada a dispersão de capital e a inexistência de algum acionista com maioria dos direitos de voto na participada, analisámos eventuais indícios de poder e capacidade de exercer controlo sobre a NOS (controlo *de facto*). Os nossos procedimentos incluíram: i) o inquérito à Gestão sobre a existência de outros acordos estabelecidos com acionistas minoritários da NOS em vigor a esta data, ou direitos de voto potenciais decorrentes de outros acordos contratuais; ii) a revisão dos estatutos da NOS, no tocante a maiorias exigidas nas decisões tomadas em assembleia geral; e iii) a análise do nível de presenças de acionistas com direitos de voto na assembleia geral da NOS de 2023.<br><br>Relativamente à alocação do preço de compra, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação da razoabilidade dos pressupostos relevantes e metodologia utilizada na avaliação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, com recurso a peritos internos, assim como a reexecução dos cálculos do modelo e dos impactos nas demonstrações financeiras de 2022 e 2023.<br><br>Sendo as demonstrações financeiras da associada auditadas por outro auditor: i) enviamos instruções de auditoria; ii) interagimos com o respetivo auditor; iii) avaliámos a estratégia e o plano de auditoria, assim como os procedimentos realizados para as rubricas significativas e as conclusões obtidas; iv) analisámos igualmente a correta aplicação do método de equivalência patrimonial; e v) obtivemos as referidas demonstrações financeiras e a certificação legal das contas.<br><br>Relativamente ao valor recuperável da NOS e aos factos que envolvem a participada Finstar, foram realizados os seguintes procedimentos de auditoria: i) a avaliação dos impactos do arresto da participação na Finstar na mensuração do |

| *Matérias relevantes de auditoria* | *Síntese da abordagem de auditoria* |
|---|---|
| aos pressupostos utilizados na determinação do seu valor recuperável, consideramos a mensuração do referido ativo uma matéria relevante de auditoria.<br><br>As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 3.2.1, 3.2.2.2, 3.2.3.2 e 3.2.4 das demonstrações financeiras consolidadas. | interesse na entidade angolana incluído na quantia escriturada da NOS e da razoabilidade dos pressupostos inerentes à referida mensuração; e ii) a obtenção e revisão do teste de imparidade da referida associada.<br><br>Os nossos procedimentos de auditoria ao teste de imparidade da associada, envolvendo peritos internos, sempre que considerado relevante, incluíram, entre outros: i) a avaliação dos modelos utilizados para determinação do valor recuperável e conformidade com o normativo contabilístico aplicável; ii) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos utilizados nas previsões efetuadas, atendendo às condições de mercado, e à acuidade histórica na elaboração de previsões e orçamentos; iii) a reexecução dos cálculos do modelo; e iv) análises de sensibilidade aos pressupostos mais significativos do modelo.<br><br>Analisámos, ainda, as divulgações relativas às associadas nas demonstrações financeiras consolidadas. |
| ***Imparidade de goodwill, ativos fixos tangíveis, intangíveis e sob direitos de uso***<br><br>A demonstração da posição financeira consolidada inclui goodwill no valor de 657,4 milhões de euros, assim como ativos fixos tangíveis e intangíveis no valor de 1.795,7 milhões de euros e 489,8 milhões de euros, respetivamente, incluindo ativos intangíveis sem vida útil definida no valor de 171,6 milhões de euros, e ativos sob direitos de uso no valor de 1.191,3 milhões de euros.<br><br>O goodwill e os ativos intangíveis sem vida útil definida (marcas) não são amortizados, sendo testados anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade. No caso dos ativos fixos tangíveis, restantes ativos intangíveis e ativos sob direitos de uso, são efetuados testes de imparidade sempre que existam indícios de imparidade, ou sempre que haja goodwill | Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, quando aplicável: i) a avaliação dos critérios para determinação das unidades geradoras de caixa dos modelos de avaliação utilizados nos testes de imparidade; ii) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos relevantes e metodologia utilizada nos respetivos cálculos, em particular, taxas de desconto, taxas de crescimento e taxas de royalties, no tocante às marcas; iii) a reexecução dos cálculos dos modelos; iv) a análise de cenários e sensibilidade das variáveis mais relevantes; e v) a comparação da quantia recuperável obtida com a quantia escriturada dos referidos ativos, quando aplicável, assim como a apreciação da razoabilidade das perdas por imparidade registadas. |



| *Matérias relevantes de auditoria* | *Síntese da abordagem de auditoria* |
|---|---|
| alocado.<br><br>A determinação da quantia recuperável dos referidos ativos, efetuada através da metodologia dos fluxos de caixa descontados, foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta a materialidade das referidas rubricas, o impacto nas demonstrações financeiras consolidadas das perdas por imparidade registadas no valor de 89,6 milhões de euros, o elevado grau de subjetividade e incerteza no apuramento do respetivo valor, assente na definição pela Gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos baseados no plano estratégico dos referidos negócios. Para a maioria dos seus ativos imobiliários, o Grupo determina o respetivo justo valor através de avaliações de peritos externos, tendo a avaliação do justo valor destes ativos sido igualmente considerada uma matéria relevante de auditoria pelo facto de não existir um mercado ativo, e existir alguma incerteza na determinação do respetivo valor.<br><br>As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 3.1, 3.8, 3.9, 3.10 e 3.12 às demonstrações financeiras consolidadas. | Relativamente aos ativos imobiliários, os procedimentos de auditoria sobre esta matéria relevante incluíram, entre outros: i) a obtenção das avaliações externas; ii) avaliação dos critérios utilizados pelo consultor externo na quantificação do justo valor dos referidos ativos imobiliários, nomeadamente rendas e *yields* utilizados e comparação com o ano anterior, recorrendo, nomeadamente, aos nossos peritos internos; e iii) a verificação da adequabilidade do uso dos referidos critérios na determinação da quantia recuperável para fins das demonstrações financeiras consolidadas.<br><br>Analisámos, ainda, as divulgações relativas a estes testes de imparidade. |
| ***Mensuração de propriedades de investimento a justo valor***<br><br>O Grupo detém propriedades de investimento, no valor de 327,1 milhões de euros, assim como um conjunto significativo de investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas detidos através da subsidiária, Sonae Sierra, SGPS, SA (Sonae Sierra) no valor de 165,5 milhões de euros e 673,5 milhões de euros, respetivamente, que detêm direta ou indiretamente propriedades de investimento.<br><br>As referidas propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor determinado por avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes. Por sua vez, o valor de realização dos investimentos em | As propriedades de investimento apresentadas na demonstração da posição financeira consolidada respeitam à subsidiária, Sonae Sierra, cujas demonstrações financeiras consolidadas são auditadas por outro auditor. Enviámos instruções de auditoria, interagimos com o respetivo auditor e revimos os papéis de trabalho dos auditores da Sonae Sierra, com enfoque nos procedimentos efetuados e conclusões relativamente à mensuração das propriedades de investimento a 31 de dezembro de 2023, nomeadamente quanto à avaliação da competência técnica dos avaliadores e requisitos de independência, tendo verificado a obtenção da confirmação escrita sobre este facto. Obtivemos |

| *Matérias relevantes de auditoria* | *Síntese da abordagem de auditoria* |
|---|---|
| empreendimentos conjuntos e associadas é calculado por referência ao preço estimado de venda tomando por base a valorização a justo valor das propriedades de investimento detidas direta ou indiretamente, igualmente determinado por avaliações realizadas por entidades especializadas ou internamente pela Sonae Sierra no caso dos ativos localizados no Brasil, detidas pela associada ALLOS, SA (ex Aliansce Sonae Shopping Centers, SA), cujo contributo nas demonstrações financeiras consolidadas ascende a 175,8 milhões de euros.<br><br>A determinação do justo valor tem por base a aplicação de metodologias de avaliação de propriedades que utilizam pressupostos relevantes, entre os quais a taxa de desconto e a projeção futura da operação dos centros comerciais.<br><br>A mensuração das propriedades de investimento a justo valor foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta o elevado grau de julgamento e a complexidade associada à referida mensuração, pela incerteza em relação à sua realização futura.<br><br>As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 3.2.1, 3.2.2, 3.2.3 e 3.11 às demonstrações financeiras consolidadas. | ainda a certificação legal das contas e as respetivas demonstrações financeiras consolidadas.<br><br>Adicionalmente, para uma amostra de propriedades de investimento, efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria: i) a obtenção das avaliações efetuadas por parte das entidades contratadas pelo grupo para o efeito e avaliações efetuadas internamente pela Sierra, relativamente a algumas propriedades localizadas no Brasil; ii) a análise dos principais pressupostos incluídos nas referidas avaliações, nomeadamente taxas de desconto, *exit cap rates*, taxa de crescimento da receita, variação do rácio de resultado operacional sobre receita e as *yields* implícitas na avaliação, com recurso a peritos internos; e iii) a validação da aplicação do método de equivalência patrimonial relativamente aos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas.<br><br>Analisámos, ainda, as divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas. |
| ***Ativos financeiros ao justo valor*** | |
| O Grupo detém instrumentos de capital não negociados em mercado organizado mensurados ao justo valor e classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, os quais se encontram registados em Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, no valor de 234,9 milhões de euros, assim como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral no valor 10 milhões de euros relativos à Bright Pixel. A variação de justo valor destes instrumentos representou um gasto na demonstração consolidada dos resultados de 21 milhões de euros registados | No que diz respeito aos ativos detidos através do segmento Bright Pixel, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) a revisão dos dados das cotações de compra e venda usadas na valorização, se aplicável; ii) a avaliação das metodologias, dados e pressupostos utilizados pela gestão na determinação do justo valor dos referidos ativos financeiros; iii) relativamente aos instrumentos de capital de entidades objeto de transações recentes, a análise da respetiva documentação suporte e conciliação com o justo valor apurado por referência a 31 de dezembro de 2023; e iv) |



| *Matérias relevantes de auditoria* | *Síntese da abordagem de auditoria* |
|---|---|
| na rubrica de Ganhos/Perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados.<br><br>O Grupo detém ainda investimentos nas associadas, Armilar II, Armilar III e Armilar I+I no valor de 90,3 milhões de euros, as quais, sendo entidades de investimento, têm as suas participações financeiras também valorizadas a justo valor, sendo as referidas associadas mensuradas nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo pelo método de equivalência patrimonial.<br><br>A determinação do justo valor dos instrumentos de capital envolve a aplicação de metodologias de avaliação que utilizam pressupostos relevantes, e requer a aplicação de julgamentos significativos pela gestão.<br><br>A mensuração dos ativos financeiros a justo valor classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta o referido grau de julgamento e incerteza associada à sua mensuração.<br><br>As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 3.2.1 e 3.4 às demonstrações financeiras consolidadas. | nos casos em que não houve tais transações, indagação da gestão sobre a existência de alterações significativas, factos e circunstâncias ocorridas desde a aquisição, no sentido de identificar eventuais indícios de necessidade de alteração da valorização, assim como análise, numa base de amostragem, da última informação financeira disponível para avaliar o desempenho dos investimentos desde a aquisição e validar a respetiva valorização.<br><br>No que respeita às associadas, Armilar II, Armilar III e Armilar I+I, sendo as demonstrações financeiras das associadas auditadas por outro auditor, enviamos instruções de auditoria, interagimos com o respetivo auditor e avaliámos os procedimentos efetuados e conclusões obtidas, com enfoque na determinação do valor das respetivas participações financeiras. Revimos igualmente a aplicação do método de equivalência patrimonial e obtivemos as demonstrações financeiras, bem como as respetivas certificações legais das contas.<br><br>Analisámos, ainda, as divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas. |
| ***Litígios e contingências*** | |
| Os passivos contingentes divulgados pelo Grupo com referência a 31 de dezembro de 2023 no valor de 1.196,9 milhões de euros, incluem, entre outros, posições fiscais incertas a serem alvo de análise por parte dos tribunais competentes e outros processos judiciais, para os quais, à referida data, tinham sido prestadas garantias ou fianças no valor de 1.044,7 milhões de euros e 105,2 milhões de euros, respetivamente. Parte das posições fiscais incertas são relativas a liquidações adicionais de Imposto sobre o Valor Acrescentado (342,1 milhões de euros) e Imposto sobre o rendimento em Portugal (244,3 milhões de euros) e | Os procedimentos de auditoria relativamente à avaliação de contingências e litígios fiscais e judiciais, incluíram entre outros: i) a obtenção de uma relação de processos fiscais em curso e respetiva avaliação da probabilidade de desfecho, preparada pelo departamento fiscal corporativo do grupo, a qual inclui as subsidiárias significativas do grupo; ii) a obtenção e análise da informação constante das respostas aos pedidos de confirmação das garantias prestadas por parte das instituições bancárias, assim como dos processos a cargo dos consultores jurídicos externos, quando aplicável, tendo reunido com o consultor jurídico encarregue dos processos de contraordenação instaurados pela Autoridade da |

| *Matérias relevantes de auditoria* | *Síntese da abordagem de auditoria* |
|---|---|
| Espanha (85,8 milhões de euros). Encontram-se ainda em curso vários processos judiciais de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência no valor de 252,2 milhões de euros, relativamente aos quais foram prestadas fianças.<br><br>A classificação dos litígios e contingências enquanto passivo contingente (apenas divulgados nas notas) ou provisão (em que existe uma obrigação presente e seja provável a saída de recursos), bem como a sua mensuração, foram considerados uma matéria relevante na nossa auditoria, tendo em conta a materialidade dos montantes associados, o elevado grau de julgamento por parte da gestão, o facto de se tratarem de processos de complexa avaliação e pela imprevisibilidade dos desfechos dos referidos processos, os quais dependem de potenciais desenvolvimentos futuros.<br><br>As divulgações relacionadas são apresentadas na Nota 7.4 às demonstrações financeiras consolidadas. | Concorrência em Portugal; iii) para uma amostra de processos fiscais em curso, análise da referida documentação e avaliação das reclamações e contestações efetuadas pelo grupo, nos casos aplicáveis, com o apoio dos nossos peritos fiscais; iv) discussão dos pressupostos e argumentos que sustentam a posição da gestão relativamente a uma amostra de processos fiscais e relativamente aos processos de contraordenação da Autoridade da Concorrência, e; v) a avaliação dos pressupostos assumidos pelo Grupo na classificação das referidas contingências.<br><br>Analisámos, ainda, as divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas. |
| ***Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores*** | |
| O Grupo efetua um conjunto significativo de acordos com fornecedores que originam receitas comerciais. Tais receitas prendem-se com descontos de quantidade obtidos em função das compras efetuadas ou relativos à prestação de serviços em loja, tais como produtos em folheto ou topos, assim como comparticipação em campanhas promocionais de produtos de parceiros, indiretamente associados a processos de compra. Aquelas receitas configuram uma dedução ao preço de compra, pelo que contabilisticamente são deduzidas ao Custo das Vendas ou ao valor dos Inventários.<br><br>O reconhecimento da receita relativa à componente serviço acima identificada depende | Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) a análise do desenho, implementação e avaliação dos controlos considerados relevantes na área de receitas comerciais (aprovação dos acordos com os fornecedores, sistemas de informação que suportam as referidas operações e os seus cálculos, interfaces de dados); ii) procedimentos analíticos, nomeadamente quanto a rácios de receita sobre compras e comparações com o ano anterior; iii) para uma amostra de receitas comerciais, a análise do seu suporte documental no sentido de verificar que estas se encontravam devidamente contratualizadas e acordadas com os respetivos fornecedores e validação da adequação do tratamento contabilístico dos referidos contratos; iv) o teste à alocação dos descontos obtidos e da receita |



| *Matérias relevantes de auditoria* | *Síntese da abordagem de auditoria* |
|---|---|
| do cumprimento da obrigação de desempenho acordada com o fornecedor, que requer uma análise detalhada dos termos contratuais, estando suportado em sistemas de informação específicos com diversas tipologias de receitas comerciais.<br><br>As receitas obtidas junto de fornecedores foram consideradas uma matéria relevante de auditoria tendo em consideração a sua materialidade, o volume das transações efetuadas e o facto de a alocação aos inventários na componente, serviço envolver processos manuais mais suscetíveis à ocorrência de erros.<br><br>As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 4.1 e 4.4 das demonstrações financeiras consolidadas. | comercial aos inventários a 31 de dezembro de 2023, quando aplicável; v) a validação da correta especialização no final do período, nomeadamente através da análise de registos subsequentes efetuados em janeiro de 2024; e vi) a confirmação externa de uma amostra de saldos de fornecedores e análise da respetiva reconciliação, quando aplicável.<br><br>Analisámos, ainda, as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas. |

***Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas***

O órgão de gestão é responsável pela:

a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

b) elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;



g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

***Sobre o relatório de governo societário***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

***Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)***

As demonstrações financeiras consolidadas da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

a) a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e

b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

***Sobre a demonstração não financeira consolidada***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório de gestão.

***Sobre o relatório de remunerações***

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

***Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014***

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados auditores da Sonae, SGPS, SA pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 3 de maio de 2018 até ao termo do mandato compreendido entre 2015 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 28 de abril de 2023 para o mandato compreendido entre 2023 e 2026.



b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 2 de abril de 2024.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

2 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, ROC nº 1426
Registado na CMVM com nº 20161036

## 3.3.2 Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria | Contas separadas

pwc

***Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria***

***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras***

***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sonae, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 5.290.874 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.189.209 milhares de euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 258.620 milhares de euros), a demonstração separada dos resultados, a demonstração separada do outro rendimento integral, a demonstração separada das alterações no capital próprio e a demonstração separada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sonae, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

***Matérias relevantes de auditoria***

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**
Porto Office Park, Avenida de Sidónio Pais, 153 - piso 1, 4100-467 Porto, Portugal
Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma delas é uma entidade legal autónoma e independente. Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

| *Matérias relevantes de auditoria* | *Síntese da abordagem de auditoria* |
|---|---|
| ***Mensuração de Investimentos Financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas*** | |
| A Sonae, SGPS, S.A. detém participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos no valor de 4.649,1 milhões de euros, mensuradas a custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade, as quais são analisadas a cada data de relato no sentido de serem detetados indicadores de eventuais perdas por imparidade. São efetuados testes de imparidade às participações financeiras sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o ativo possa não ser recuperado, sendo estes baseados em modelos de fluxos de caixa descontados e avaliação de ativos imobiliários nas participadas detentoras deste tipo de ativos.<br><br>A determinação do valor recuperável dos referidos investimentos foi considerada uma matéria relevante de auditoria tendo em conta os respetivos montantes nas demonstrações financeiras separadas (perdas por imparidade no valor de 10,5 milhões de euros e reversão de perdas por imparidade de 2,1 milhões de euros), e porque requer um elevado grau de julgamento na determinação do respetivo valor, assente na definição pela gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas incertas com impacto nas projeções de fluxos de caixa, na avaliação dos impactos de eventuais responsabilidades decorrentes de passivos contingentes com elevado fator de imprevisibilidade, assim como em diferenciais de justo valor de imóveis de algumas participadas com ativos imobiliários.<br><br>As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.1 e 2.4 das demonstrações financeiras separadas. | Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a apreciação da existência ou não de indícios de imparidade nas participações financeiras e, a existirem: (i) a avaliação dos métodos utilizados para a quantificação da quantia recuperável dos Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos, quando aplicável, (ii) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos relevantes nos projeções de fluxos de caixa, em particular, taxas de desconto e taxas de crescimento; (iii) a avaliação dos critérios utilizados pelo consultor externo na quantificação do justo valor dos ativos imobiliários, no caso das participadas com ativos imobiliários, nomeadamente rendas e *yields* utilizados e comparação face ao ano anterior; (iv) a avaliação do impacto de eventuais passivos contingentes na quantificação do valor recuperável; (v) a análise de cenários e sensibilidade das variáveis relevantes; e (vi) a comparação da quantia recuperável obtida com a quantia escriturada do investimento, quando aplicável, assim como a apreciação da razoabilidade das perdas e reversões por imparidade registadas.<br><br>Analisámos, ainda, as divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras separadas. |

***Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras***

O órgão de gestão é responsável pela:

a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

b) elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que o relatório sobre remunerações foi apresentado.

***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

***Sobre o relatório de governo societário***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

***Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)***

As demonstrações financeiras da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

***Sobre o relatório de remunerações***

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

***Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014***

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 3 de maio de 2018 até ao termo do mandato compreendido entre 2015 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 28 de abril de 2023 para o mandato compreendido entre 2023 e 2026.



b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

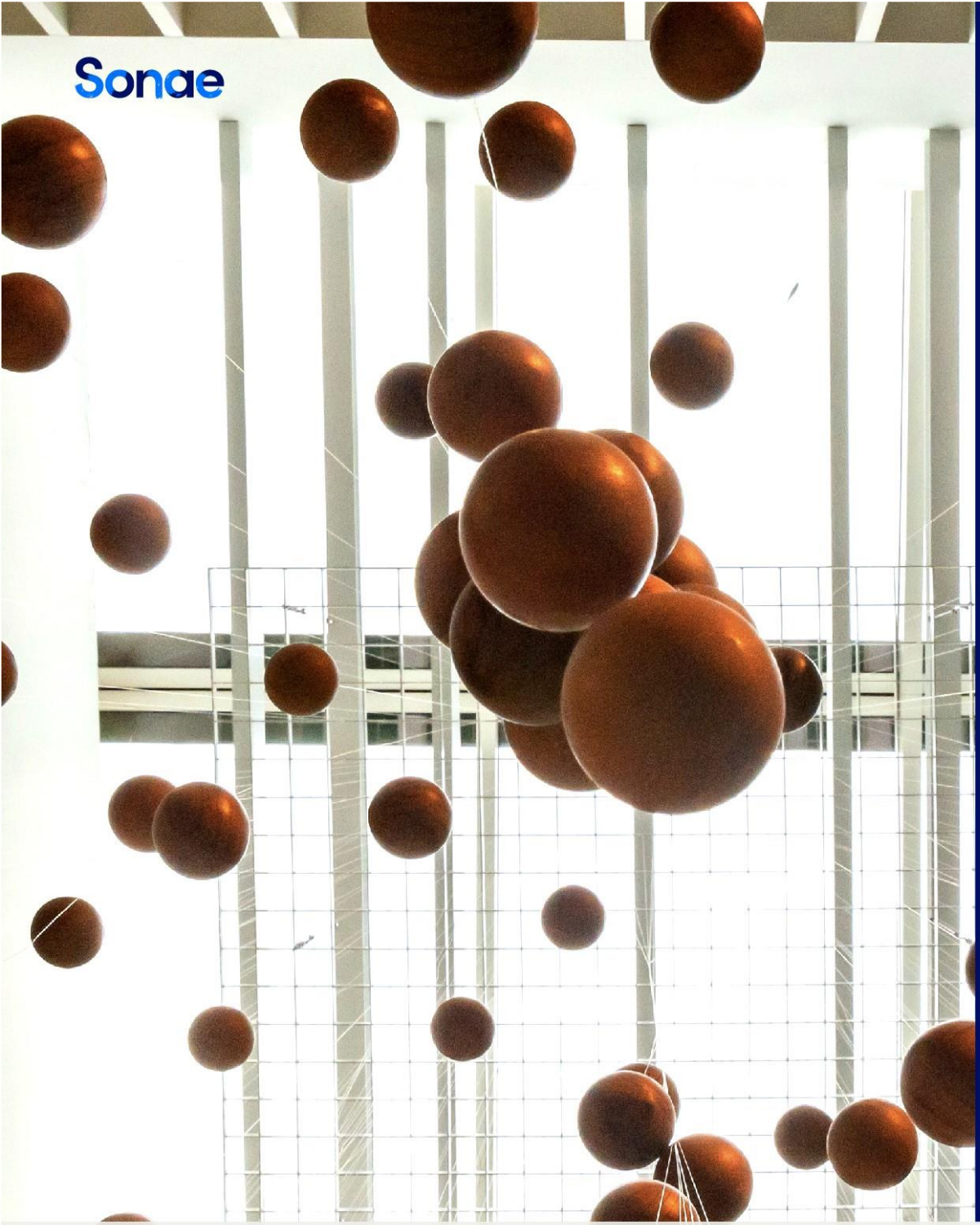
c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 2 de abril de 2024.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

2 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, ROC nº 1426
Registado na CMVM com nº 20161036



# 3

## 3.4 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Sonae, SGPS, S.A.

Aos Senhores Acionistas

### 1 – Relatório

### 1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

### 1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência e de acordo com o estabelecido no seu Regulamento, as linhas estratégicas e a política de risco aprovada pela gestão da sociedade e das suas participadas, com observância do processo descrito na Recomendação V.1. do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance*, na redação de 2023 (doravante "Código do IPCG"), as quais não lhe mereceram reparo, analisou com a extensão aconselhável a atividade do Conselho de Administração e respetivas comissões, nomeadamente a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação emitida pelo órgão de administração, incluindo das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração, bem como verificou a observância dos normativos legais e estatutários.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração, designadamente da Comissão de Auditoria e Finanças, as informações necessárias ao exercício da sua atividade de fiscalização e procedeu às interações necessárias ao cumprimento das competências elencadas na lei e no seu Regulamento Interno.

O Conselho Fiscal verificou a eficácia do sistema de controlo interno, incluindo as suas funções de gestão de risco, *compliance* e auditoria interna, em conformidade com o descrito no Código do IPCG nas suas Recomendações VII.3., VII.4., VII.10. e VII.11., em conformidade e no âmbito da sua competência, tendo apreciado o planeamento e os resultados da atividade dos auditores externo e interno, acompanhou o sistema de receção e tratamento de participação de irregularidades, incluindo através do Canal de Denúncia Interna criado pela Sociedade, e apreciou os relatórios emitidos pelo Provedor Sonae, avaliou o processo de elaboração das contas individuais e consolidadas, prestou ao Conselho de Administração informações relativas às conclusões e à qualidade do processo de revisão legal de contas e a sua intervenção nesse processo, aprovou, com caráter prévio, a prestação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo de serviços distintos dos de auditoria permitidos nos termos da lei, tendo, ainda, exercido as suas atribuições no que respeita à apreciação da competência e da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como à supervisão da determinação da respetiva remuneração.

O Conselho Fiscal, através dos elementos que lhe foram disponibilizados regularmente ao longo do ano, tomou conhecimento e apreciou as apresentações das contas trimestrais, bem como os respetivos comunicados de resultados, que mereceram a sua concordância. Relativamente às contas anuais, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e divulgação da informação financeira através da informação regularmente disponibilizada pela Administração e pelos serviços corporativos da sociedade, bem como através dos trabalhos de auditoria realizados pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, visando assegurar a integridade do processo. Este acompanhamento incluiu a aprovação do plano de auditoria às contas, a apreciação e discussão da metodologia e abordagem ao processo de auditoria, a análise e discussão das apresentações preliminares e finais dos resultados da auditoria, a monitorização da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, a apreciação do Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização e a análise do Relatório de Auditoria e Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não inclui quaisquer ênfases ou reservas.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa na posição financeira consolidada e individual da Sonae, SGPS, S.A. e, neste ponto de vista, destaca a evolução positiva dos segmentos de negócio e das principais parcerias, cujos efeitos são patentes no salutar desenvolvimento económico e financeiro do Grupo.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou os balanços individual e consolidado, as demonstrações individual e consolidada dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e os correspondentes anexos, relativos ao exercício de 2023, tendo recebido do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo todas as informações e esclarecimentos solicitados, bem como o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, de acordo com o disposto no art.º 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e nas alíneas a) e c) do n.º 2 do art.º 78.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro.

O Conselho Fiscal, em cumprimento do art.º 29º-S n.º 1 do Código dos Valores Mobiliários e em observância da Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas, procedeu à apreciação de tais transações. No decurso do exercício, as transações com partes relacionadas ou acionistas qualificados foram realizadas no âmbito da atividade corrente da sociedade e em condições de mercado, cumprindo os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

O Conselho Fiscal observou as Recomendações do Código do IPCG II.2.2., II.2.3., II.2.4., II.3.1., II.3.2., II.4.1., II.4.2., II.5.1., V.1., VII.2., VII.3., VII.4., VII.5., VII.10., VII.11., VIII.1.1., VIII.2.1., VIII.2.2. e VIII.2.3..

Sendo um órgão que, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 3º da Lei 148/2015, de 9 de setembro, que aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, é integrado maioritariamente por membros independentes, um dos quais a Presidente, à luz dos critérios legais e todos profissionalmente habilitados ao exercício das respetivas funções, o Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da sociedade de acordo com os princípios e as condutas recomendadas nos dispositivos legais e recomendatórios, não tendo recebido do Revisor Oficial de Contas qualquer reporte relativo a irregularidades ou dificuldades no exercício das respetivas funções.

No desempenho das suas atribuições, o Conselho Fiscal realizou vinte e sete reuniões, com uma taxa de comparência de cem por cento, tendo sido exaradas atas de todas as reuniões realizadas. De acordo com a natureza dos assuntos a tratar, contou com a presença da Administração, de responsáveis dos departamentos de Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos, da Tesouraria e Finanças, dos Assuntos Fiscais, da Auditoria Interna, de Gestão de Risco, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e do Provedor Sonae, bem como manteve as adequadas interações com o departamento de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício e teve ao longo do exercício disponibilidade de acesso a toda a informação documental ou pessoal que se afigurou adequada ao exercício da sua ação fiscalizadora.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo analisado que o mesmo contém os elementos referidos no art.º 29º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Ainda nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão, incluindo o Relatório do Governo da Sociedade, e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceu o seu acordo.

**2 – Parecer**

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

a) O Relatório de Gestão.

b) As demonstrações individuais e consolidadas da posição financeira, dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

c) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

**3 – Declaração de responsabilidade**

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 29º-G do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o Relatório do Governo da Sociedade cumpre o disposto no art.º 29º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Maia, 2 de abril de 2024

O CONSELHO FISCAL,

Maria José Martins Lourenço da Fonseca

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Manuel Heleno Sismeiro



# Lideramos com impacto

para um amanhã melhor para todos

# 4 Informação Adicional


4.1 Considerações Finais e Agradecimentos
4.2 Proposta de aplicação de resultados
4.3 Estrutura ESG
4.4 Glossário
4.5 Contactos




# 4.1. Considerações finais e agradecimentos

O Conselho de Administração agradece ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelos conselhos valiosos e por toda a colaboração prestada. O Conselho de Administração expressa também a sua gratidão para com fornecedores, bancos e outros parceiros de negócio da Sonae pelo seu contínuo envolvimento e pela confiança demonstrada.

O Conselho de Administração manifesta, igualmente, a sua gratidão a todos os colaboradores pelo esforço e dedicação demonstrados durante todo o ano.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada a 29 de março de 2024.

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, Administrador Não-Executivo

José Manuel Neves Adelino, Administrador Não-Executivo

Marcelo Faria de Lima, Administrador Não-Executivo

Carlos António Rocha Moreira da Silva, Administrador Não-Executivo

Fuencisla Clemares, Administradora Não-Executiva

Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh, Administrador Não-Executivo

Eve Alexandra Henrikson, Administradora Não-Executiva

Maria Teresa Ballester Fornes, Administradora Não-Executiva

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo, Administradora Executiva (CEO)

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores, Administrador Executivo (CFO)

João Nonell Günther Amaral, Administrador Executivo (CDO)

# 4.2. Proposta de aplicação de resultados

Tomando em consideração a política de distribuição de dividendos, a posição financeira do grupo e a existência de reservas distribuíveis que permitem a observância plena do art.º 32.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, nos termos legais e estatutários aplicáveis, que o resultado líquido das demonstrações financeiras separadas da Sonae, SGPS, S.A., do exercício de 2023, no montante de 258.619.589,49 euros, sejam aplicados da seguinte forma:

- Reserva Legal: 12.930.979,47 euros;
- Dividendos: 112.780.000,00 euros;
- Reservas Livres: 127.010.698,02 euros.
- Outras reservas: 5.897.912,00 euros

O Conselho de Administração propõe ainda que o dividendo ilíquido a distribuir seja de 0,05639 euros por ação, excluindo-se do dividendo global de 112.780.000,00 euros o montante do dividendo que caberia às ações que, à data da distribuição do dividendo, sejam detidas pela própria sociedade ou por sociedades suas dependentes, que deverá ser afeto a Reservas Livres.

O dividendo ora proposto equivale a um *dividend yield* de 6,2% face ao preço de fecho a 29 de dezembro de 2023 (€0,9045).

# 4.3 Estrutura ESG

## 4.3.1 GRI

### Sobre o nosso reporte *Global Reporting Initiative* (GRI)

A informação publicada no reporte GRI refere-se ao período de atividade de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023 da Sonae SGPS, S.A., e inclui informações de sustentabilidade sobre as **empresas consolidadas integralmente nas demonstrações financeiras**: Centro Corporativo, MC (que inclui os diferentes formatos do Continente, Meu Super, Note!, Make Notes, Well's, Dr. Wells, ZU, Bagga, Go Natural, Arenal (Tomenider) e Sonae RP), Worten (que inclui Worten e Worten mobile, iServices, Satfiel e Zaask), Zeitreel (que inclui Salsa, MO, Zippy e Losan), Sonaecom (que inclui Bright Pixel e Media) e Sierra. As atividades da MC e Worten concentraram-se principalmente em Portugal e Espanha (ilhas da Canárias, e um armazém e uma loja em Madrid, no caso da Worten). A Sierra e Zeitreel têm operações em diversos países.

O presente reporte não considera:

- Empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial:
  - NOS, empresa na qual a Sonae detém, direta e indiretamente 37%
  - Universo, empresa de serviços financeiros na qual a Sonae detém 50%
- Sparkfood: a nova unidade de negócio dedicada a soluções sustentáveis e saudáveis no setor alimentar, que foi lançado em novembro de 2023. A Sonae prevê um período de adaptação para que novas empresas e negócios integrantes do portefólio possam implementar processos para integrarem o reporte consolidado.

Para mais informação sobre o nosso portefólio consulte o capítulo "1.4 O nosso portefólio forte e resiliente" do Relatório de Gestão Integrado.

O Relatório Integrado foi desenvolvido de acordo com a versão de 2021 das Diretrizes de Relatórios de Sustentabilidade do GRI (Normas GRI). O relatório destaca o nosso desempenho ao nível dos Princípios do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), além de responder aos requisitos do Decreto-Lei nº 89/2017, publicada em 28 de julho (Portugal) e à Lei nº 11/2018, publicada em 28 de dezembro (Espanha).

Este reporte complementa as informações reportadas nos capítulos "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" e "1.7 O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado que está estruturado com base nos cinco eixos de sustentabilidade identificados como prioritários. Para cada um dos eixos, é apresentado o desempenho do grupo e algumas das iniciativas desenvolvidas para melhorar esse desempenho. Este reporte do GRI complementa o conteúdo relatado no documento principal, em resposta aos respetivos indicadores dessa norma, considerando a materialidade do tema do indicador aplicado no contexto dos nossos negócios. As informações reportadas neste reporte GRI, foram sujeitas à verificação por uma entidade externa (KPMG), de acordo com o Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade divulgado no final deste documento.

| Tabela Conteúdo GRI | |
|---|---|
| Declaração de uso | Sonae SGPS, S.A. relatou de acordo com as Normas GRI para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023 |
| Versão utilizada | GRI 1: Fundamentos 2021 |
| GRI Normas Setoriais Aplicáveis | N.A. na data de publicação deste Relatório |

## Índice GRI e tabela de correspondências

A tabela abaixo apresenta o sumário de conteúdo do GRI, as respetivas referências adicionais neste Relatório Integrado e no *website* da Sonae, o estado de divulgação (total, parcial ou omitido) e a correspondência de cada norma GRI com as diretrizes ODS, UNGC e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB). O presente relatório está em conformidade com os requisitos de reporte do GRI, qualquer omissão ou exceção é referida nas notas metodológicas ao lado de cada indicador. Para mais informações sobre cada norma GRI, consulte a próxima seção deste reporte "Detalhes GRI".

| GRI | | Referências | Estado de divulgação | ODS | UNGC | SASB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Divulgações gerais | | | | | | |
| **A organização e suas práticas de reporte** | | | | | | |
| 2-1 | Detalhes da organização | Onde estamos no mundo; Governo da Sociedade; Estrutura Acionista | Divulgação total | 16 | - | - |
| 2-2 | Entidades incluídas no reporte de sustentabilidade da organização | Anexo "4.3.1 GRI" | Divulgação total | 16 | - | - |
| 2-3 | Período de reporte, frequência e ponto de contato | Contactos | Divulgação total | - | - | - |
| 2-4 | Reformulações de informações | Anexo "4.3.1 GRI" | Divulgação total | - | - | - |
| 2-5 | Verificação externa | Anexo do Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade | Divulgação total | 16 | 10 | - |
| **Atividades e trabalhadores** | | | | | | |
| 2-6 | Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócio | Onde estamos no mundo; O Grupo e os Negócios; Código de Ética e de Conduta; Código de Conduta para Fornecedores | Divulgação total | 8 | - | - |
| 2-7 | Informação sobre colaboradores | Capítulo "1.2.5. Os nossos *Stakeholders*"" do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 5, 8 | 6 | Diversidade e Inclusão dos colaboradores - CG-MR-330a.1 (*Multiline and Retail and Distribution Specialists*) |
| 2-8 | Trabalhadores que não são colaboradores | - | Divulgação total | 8 | 6 | - |

| GRI | | Referências | Estado de divulgação | ODS | UNGC | SASB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Governo da sociedade** | | | | | | |
| 2-9 | Estrutura de governo da sociedade e sua composição | Relatório de Governo da Sociedade; Capítulo "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 16 | 10 | - |
| 2-10 | Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governo da sociedade | Relatório de Governo da Sociedade; Política de Seleção | Divulgação total | 16 | 10 | - |
| 2-11 | Presidente do mais alto órgão de governo da sociedade | Relatório de Governo da Sociedade; Capítulo "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 16 | 10 | - |
| 2-12 | Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governo na supervisão da gestão dos impactos | Relatório de Governo da Sociedade | Divulgação total | 16 | - | - |
| 2-13 | Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos | Relatório de Governo da Sociedade | Divulgação total | 16 | - | - |
| 2-14 | Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governo no reporte de sustentabilidade | Regulamento Interno do Conselho de Administração | Divulgação total | 16 | - | - |
| 2-15 | Conflitos de interesse | Relatório de Governo da Sociedade; Regulamento Interno do Conselho de Administração | Divulgação total | 16 | 10 | - |
| 2-16 | Comunicação de preocupações críticas | Relatório de Governo da Sociedade; Código de Ética e de Conduta | Divulgação total | 16 | - | - |
| 2-17 | Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governo | Relatório de Governo da Sociedade | Divulgação total | 16 | 10 | - |

| GRI | | Referências | Estado de divulgação | ODS | UNGC | SASB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2-19 | Políticas de remuneração | Política de Remuneração | Divulgação total | 5, 8, 10 | 6 | - |
| 2-20 | Processo para determinação da remuneração | Política de Remuneração | Divulgação total | 5, 8, 10 | 6 | - |
| 2-21 | Proporção da remuneração total anual | Relatório de Governo da Sociedade | Divulgação total | 5, 8, 10 | 10 | - |
| **Estratégia, políticas e práticas** | | | | | | |
| 2-22 | Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável | "Carta do nosso Presidente" e "Carta da CEO" do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 1-17 | 1-10 | - |
| 2-23 | Compromissos de política | Política de Direitos Humanos; Código de Ética e de Conduta; Código de Conduta para Fornecedores | Divulgação total | 1-17 | 1-10 | - |
| 2-24 | Incorporação de compromissos de política | Capítulo "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 1-17 | 1-10 | - |
| 2-25 | Processos para reparar impactos negativos | Relatório de Governo da Sociedade | Divulgação total | - | - | - |
| 2-26 | Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações | Relatório de Governo da Sociedade; Código de Ética e Conduta | Divulgação total | - | - | - |
| 2-27 | Conformidade com leis e regulamentos | - | Divulgação total | 16 | 1-5 | Práticas Laborais - FB-FR-310a.4 (*Food Retailers & Distributors*) |
| 2-28 | Participação em associações | Capítulo "1.2.5 Os nossos *Stakeholders*" do Relatório de Gestão Integrado; Organizações Parceiras | Divulgação total | 8 | - | - |

| GRI | | Referências | Estado de divulgação | ODS | UNGC | SASB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Envolvimento com os *stakeholders*** | | | | | | |
| 2-29 | Abordagem para o envolvimento de *stakeholders* | Capítulo "1.2.5 Os nossos *Stakeholders*" do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 1-17 | - | - |
| 2-30 | Acordos de negociação coletiva | - | Divulgação total | 8 | 3 | Práticas Laborais - FB-FR-310a.2 (*Food Retailers & Distributors*) |
| Temas materiais | | | | | | |
| **Processo de definição de temas materiais** | | | | | | |
| 3-1 | Processo para determinar temas materiais | Capítulos "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia", e "1.7 O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado; Relatório de Sustentabilidade 2018 | Divulgação total | 1-17 | - | - |
| 3-2 | Lista de temas materiais | Capítulos "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia", e "1.7 O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado; Relatório de Sustentabilidade 2018 | Divulgação total | 3, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15 | 6 | - |
| 3-3 | Gestão de temas materiais | Capítulos "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" e "1.7 O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado; 4.3.3 TCFD | Divulgação total | 3, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15 | - | - |

| Eixos estratégicos | | Tópicos materiais | Gestão de tópicos materiais |
|---|---|---|---|
| 0 | Gerir com critérios ESG | • Investir com critérios ESG;<br>• Promover a sustentabilidade da Cadeia de Abastecimento<br>• Agir com ética e transparência | Como referido no capítulo “1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" o Investimento Responsável e a Cadeia de Abastecimento Sustentável são áreas transversais que se integram nas dimensões da nossa estratégia para a sustentabilidade. Estas duas áreas têm impacto nas nossas decisões de gestão que orientam a forma como investimos e como a Sonae, em conjunto com os nossos fornecedores e parceiros, concebe e desenvolve processos, produtos e serviços seguindo os princípios da eficiência e circularidade. Para além dos exemplos de iniciativas que as empresas Sonae desenvolvem com os seus fornecedores e parceiros, apresentados no capítulo “1.7 O nosso desempenho", destacam-se os seguintes:<br>• Adesão aos Princípios das Nações Unidas para o Investimento Responsável (UN PRI) pela Sierra, que promove a incorporação dos princípios ESG no processo de tomada de decisão de investimento;<br>• Garantir a evolução no desempenho ambiental, social e de governo, ao longo da cadeia de valor, incluindo fornecedores e clientes. |
| 1 | Acelerar a descarbonização | • Combater as alterações climáticas | Como referido nos capítulos "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia” e “1.7 O nosso desempenho”, a Sonae entende a agenda de transição e eficiência energética como essencial na concretização do seu caminho de redução das emissões de $CO_{2e}$ e combate às alterações climáticas, rumo à descarbonização através dos seguintes compromissos e metas:<br>• Mitigação e compensação das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE): implementar medidas de redução das emissões de GEE e, quando necessário, compensá-las através do sequestro;<br>• Transição energética para fontes renováveis: reduzir a dependência dos recursos fósseis optando por fontes de energia renováveis e limpas, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e reduzindo a pegada de carbono;<br>• Aumento gradual da autonomia energética: promover o aumento progressivo da autonomia energética, com base no consumo e produção de energia a partir de fontes renováveis, visando a redução da dependência de fontes não renováveis.<br>• Em linha com as nossas diretrizes, tanto a Sonae como as empresas do nosso portefólio integraram um *roadmap* para a neutralidade carbónica. Tal passa pela avaliação da exposição de cada negócio aos riscos climáticos, pela definição de medidas de mitigação e desenvolvimento de *roadmaps* para aumentar a sua resiliência, pela implementação em curso de projetos focados na monitorização e otimização dos consumos energéticos, bem como pelo aumento da quota de energias renováveis.<br>• Estender o mapeamento de emissões de âmbito 3 para incluir mais categorias e empresas de portefólio;<br>• Aplicar medidas de compensação em situações em que a redução das emissões não seja possível. |

| Eixos estratégicos | | Tópicos materiais | Gestão de tópicos materiais |
|---|---|---|---|
| 2 | Valorizar da Biodiversidade e da Água | • Proteger da Biodiversidade<br>• Valorizar a Água | Tal como referido nos capítulos " A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" e "1.7 O nosso desempenho", a Sonae reconhece a sua dependência do capital natural, e como, direta ou indiretamente, tem potencial para alterar ou contribuir para a destruição dos habitats naturais, pelo que a proteção da natureza e da biodiversidade são objetivos orientadores, que se materializam através dos seguintes compromissos:<br>• Avaliar os impactos e dependências das empresas em relação ao capital natural ao longo da cadeia de valor, medindo-o e definindo metas, quando aplicável;<br>• Definir *roadmaps* de ação para evitar e reduzir a perda de biodiversidade, no que respeita ao uso do solo, água, oceanos e outros ecossistemas;<br>• Colaborar no restauro de ecossistemas críticos e implementar ações de regeneração da biodiversidade;<br>• Impedir a conversão de novos ecossistemas para fins produtivos;<br>• Promover padrões de consumo equilibrados através de ações de sensibilização e de uma melhor oferta.<br>Como parte do trabalho para cumprir este compromisso, a Sonae aderiu desde 2020 ao *Science Based Targets Network Corporate Engagement Program* (SBTN), com o objetivo de colaborar no desenvolvimento de uma metodologia para definir metas específicas, alcançáveis e calendarizadas alinhadas com os limites ecológicos da Terra. Este programa concentra-se em quatro áreas cruciais: água doce, biodiversidade, terra e oceanos. O progresso no sentido de valorizar a biodiversidade e a água está intrinsecamente relacionado com estes desenvolvimentos metodológicos (SBTN para a Natureza) que orientam os nossos negócios na identificação e priorização das principais pressões dentro da cadeia de valor, tais como fatores de perda de biodiversidade e degradação da água doce, estabelecendo assim onde concentrar os seus principais esforços para alcançar um resultado positivo. |
| 3 | Promover a circularidade | • Aumentar a Circularidade | Como referido nos capítulos "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" e "1.7 O nosso desempenho", a gestão do plástico e dos resíduos são problemas sociais emergentes resultantes de padrões e tendências de consumo, que temos em mente nos nossos princípios de gestão para a circularidade, através das seguintes metas e compromissos:<br>• Garantir que todas as nossas embalagens de plástico de marca própria são 100% recicláveis, reutilizáveis ou compostáveis até 2025;<br>• Garantir a incorporação, em média, de 30% de plástico reciclado em novas embalagens de marca própria até 2025;<br>• Eliminar os plásticos descartáveis e de uso único;<br>• Repensar e redesenhar processos, nomeadamente no que diz respeito ao impacto dos sacos e embalagens de plástico;<br>• Promover uma gestão adequada dos resíduos através do encaminhamento para operadores licenciados;<br>• Subscrição e compromisso do Pacto Português para os Plásticos em 2020. |

| Eixos estratégicos | | Tópicos materiais | Gestão de tópicos materiais |
|---|---|---|---|
| 4 | Potenciar o Desenvolvimento Humano | • Talento e desenvolvimento das nossas pessoas<br>• Criar comunidades resilientes<br>• Proteção dos nossos clientes | Como referido nos capítulos "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" e "1.7 O nosso desempenho" A Sonae é um dos maiores empregadores em Portugal, reconhece a influência positiva global que pode ter no contexto social, pelo que está empenhada em:<br>• Combater as desigualdades, construir um ambiente de trabalho mais inclusivo e justo nas oportunidades;<br>• Definir planos de requalificação profissional, através de projetos como o PRO_MOV, em parceria com diferentes entidades nacionais;<br>• Garantir que até 2023, 39% dos cargos de liderança sejam ocupados por mulheres (alcançado em 2022).<br>Como mencionado nos capítulos "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" e "1.7 O nosso desempenho", reconhecemos que temos uma presença relevante na sociedade e que podemos contribuir para a construção de comunidades mais fortes e sustentáveis, pelo que estamos empenhados e comprometidos com:<br>• Aumentar a resiliência e a autossuficiência das comunidades em que operamos, para eliminar a pobreza em todas as suas formas;<br>• Investir e promover o nosso envolvimento na comunidade, através da colaboração com diferentes organizações, donativos e ações de voluntariado;<br>• Implementar métodos analíticos na estratégia de vendas e promover diferentes iniciativas para minimizar o desperdício alimentar. |

| GRI | | Referências | Estado de divulgação | ODS | UNGC | SASB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Divulgações económicas | | | | | | |
| **Desempenho económico** | | | | | | |
| 201-1 | Valor económico direto gerado e distribuído | - | Divulgação total | 2, 5, 7, 8, 9 | - | - |
| 201-2 | Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas | 4.3.3 TCFD | Divulgação total | 13 | 7 | Adaptação às alterações climáticas - IF-RE-450a.2 (*Real Estate*) |
| 201-3 | Planos de benefícios oferecidos pela organização | - | Divulgação total | - | - | - |
| 201-4 | Benefícios financeiros significativos recebidos do governo | - | Divulgação total | - | - | - |

| GRI | | Referências | Estado de divulgação | ODS | UNGC | SASB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Presença no mercado** | | | | | | - |
| 202-2 | Proporção de membros da direção contratados na comunidade local | - | Divulgação total | 8 | 6 | - |
| **Impactos económicos indiretos** | | | | | | - |
| 203-1 | Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços | - | Divulgação total | 2, 5, 7, 8, 9 | - | - |
| 203-2 | Impactos económicos indiretos significativos | - | Divulgação total | 1, 2, 3, 8, 10, 17 | - | - |
| **Práticas de aquisição** | | | | | | - |
| 204-1 | Proporção de gastos com fornecedores locais | - | Divulgação total | 8, 12, 16, 17 | - | - |
| **Combate à corrupção** | | | | | | |
| 205-1 | Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção | Código de Ética e de Conduta; Governo da Sociedade | Divulgação total | 16 | 10 | - |
| 205-2 | Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção | Código de Ética e de Conduta; Governo da Sociedade | Divulgação total | 4, 16 | 10 | - |
| 205-3 | Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas | Código de Ética e de Conduta; Governo da Sociedade | Divulgação total | 16 | 10 | - |

| GRI | | Referências | Estado de divulgação | ODS | UNGC | SASB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Divulgações ambientais | | | | | | |
| **Materials** | | | | | | |
| 301-1 | Consumo de materiais utilizados, discriminados por peso ou volume | - | Divulgação parcial: só considera marca própria; não considera Sierra | - | 7-8 | - |
| 301-2 | Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados | - | | 12 | 7-8 | - |
| 301-3 | Produtos e suas embalagens recuperados | Capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado | | - | 7-8 | - |
| **Energia** | | | | | | |
| 302-1 | Consumo de energia dentro da organização | Capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 7, 9, 12, 13 | 7-8 | Gestão de Energia - IF-RE-130a.2 (*Real Estate*)<br>Gestão do Combustível da Frota - FB-FR-110a.1 (*Food Retailers & Distributors)*<br>Gestão da Energia - FB-FR 130a.1 (*Food Retailers & Distributors*)<br>Gestão de Energia no Retalho e Distribuição - CG-MR-130a.1 (*Multiline and Retail and Distribution Specialists*) |
| 302-3 | Intensidade energética | Capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 7, 9, 12, 13 | 8 | - |
| 302-4 | Redução do consumo de energia | Capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 7, 9, 12, 13 | 8-9 | - |
| 302-5 | Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços | - | Divulgação total | 7, 9, 12, 13 | 8-9 | - |

| GRI | | Referências | Estado de divulgação | ODS | UNGC | SASB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Água e efluentes** | | | | | | |
| 303-1 | Interações com a água como um recurso compartilhado | - | Divulgação total | 6 | 7-8 | - |
| 303-2 | Gestão de impactos relacionados com a descarga de água | - | Divulgação total | 6 | 7-8 | - |
| 303-3 | Captação de água | - | Divulgação total | 6 | 8 | Gestão da Água - IF-RE-140a.2 (*Real Estate*) |
| 303-4 | Descarga de água | - | Divulgação total | 6 | 8 | - |
| 303-5 | Consumo de água | - | Divulgação total | 6 | 8 | - |
| **Biodiversidade** | | | | | | |
| 304-1 | Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental | Capítulos “1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia” e “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 6, 14, 15 | 8 | - |
| 304-2 | Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade | Capítulos “1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia” e “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 6, 14, 15 | 8 | - |
| 304-3 | Habitats protegidos ou restaurados | Capítulos “1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia” e “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 6, 14, 15 | 8 | - |

| GRI | | Referências | Estado de divulgação | ODS | UNGC | SASB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Emissões** | | | | | | |
| 305-1 | Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (âmbito 1) | Capítulos "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" e "1.7 O nosso desempenho" Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 3, 12, 13, 14, 15 | 7-8 | Emissões para o Ar resultantes da Refrigeração - FB-FR-110b.1 (*Food Retailers & Distributors*) |
| 305-2 | Emissões indiretas de GEE (âmbito 2) | Capítulos "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" e "1.7 O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 3, 12, 13, 14, 15 | 7-8 | - |
| 305-3 | Outras emissões indiretas de GEE (âmbito 3) | Capítulos "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" e "1.7 O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 3, 12, 13, 14, 15 | 7-8 | - |
| 305-4 | Intensidade de emissões de GEE | Capítulos "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" e "1.7 O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 3, 12, 13, 14, 15 | 8 | - |
| 305-5 | Redução de emissões de GEE | Capítulos "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" e "1.7 O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 3, 12, 13, 14, 15 | 8-9 | - |
| 305-6 | Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono | - | Divulgação total | 3, 12, 13, 14, 15 | 7-8 | Emissões para o Ar resultantes da Refrigeração - FB-FR 110b.1 (*Food Retailers & Distributors*) |
| 305-7 | 305-7 Óxidos de azoto ($NO_x$), óxidos de enxofre ($SO_2$) e outras emissões significativas | - | Divulgação total | 3, 12, 13, 14, 15 | 7-8 | - |

| GRI | | Referências | Estado de divulgação | ODS | UNGC | SASB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Resíduos** | | | | | | |
| 306-1 | Produção de resíduos e impactos significativos relacionados com resíduos | Capítulos “1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia” e “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 6, 12 | 8 | - |
| 306-2 | Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos | Capítulos “1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia” e “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 6, 12 | 8 | - |
| 306-3 | Resíduos produzidos | - | Divulgação total | 6, 12 | 8 | - |
| 306-4 | Resíduos não encaminhados para deposição | - | Divulgação total | 6, 12 | 8 | - |
| 306-5 | Resíduos encaminhados para deposição | - | Divulgação total | 6, 12 | 8 | - |
| Divulgações sociais | | | | | | |
| **Emprego** | | | | | | |
| 401-1 | Novas contratações e rotatividade de empregados | Capítulo “1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia” e “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação parcial: Mobilidade interna e promoções não consideram Sierra | 5, 8 | 6 | Práticas Laborais - CG-MR-310a.2 (*Multiline and Retail and Distribution Specialists*) |
| 401-3 | Licença parental | - | Divulgação parcial: não considera Sierra | 5, 8 | 6 | - |

| GRI | | Referências | Estado de divulgação | ODS | UNGC | SASB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saúde e segurança no trabalho** | | | | | | |
| 403-1 | Sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional | - | Divulgação total | 3, 8 | - | - |
| 403-2 | Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes | - | Divulgação total | 3, 8 | - - | - |
| 403-3 | Serviços de saúde ocupacional | - | Divulgação total | 3, 8 | - | - |
| 403-4 | Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança ocupacional | - | Divulgação total | - | 3, 6 | - |
| 403-5 | Formação de trabalhadores em saúde e segurança ocupacional | - | Divulgação total | 3, 4, 8 | 6 | - |
| 403-6 | Promoção da saúde do trabalhador | - | Divulgação total | 3, 8 | 6 | - |
| 403-7 | Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios | - | Divulgação total | 3, 8 | 6 | - |
| 403-8 | Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional | - | Divulgação parcial: apenas considera Sierra | 3, 8 | 6 | - |
| 403-9 | Acidentes de trabalho | - | Divulgação parcial: não considera Sierra | 3, 8 | - | - |

| GRI | | Referências | Estado de divulgação | ODS | UNGC | SASB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Formação e educação** | | | | | | |
| 404-1 | Média de horas de formação por ano e por participante | Capítulos "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" e "1.7 O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 4, 5, 8 | 6 | - |
| 404-2 | Programas de melhoria de competências dos participantes e programas de apoio à transição de carreira | - | Divulgação parcial: não considera Sierra | 8 | 6 | - |
| 404-3 | Percentagem de colaboradores que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira | - | Divulgação total | 5, 8 | - | - |
| **Diversidade e igualdade de oportunidades** | | | | | | |
| 405-1 | Diversidade em órgãos de governo e dos colabores | Capítulos "1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia" e "1.7 O nosso desempenho" do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 5, 8 | 6 | - |
| 405-2 | Rácio entre o salário base e a remuneração da mulher e do homem | - | Divulgação parcial: não considera Sierra | 5, 8, 10 | 6 | Práticas Laborais - CG-MR-310a.1 (*Multiline and Retail and Distribution Specialists*) |

| GRI | | Referências | Estado de divulgação | ODS | UNGC | SASB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Não discriminação** | | | | | | |
| 406-1 | Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas | - | Divulgação total | 5, 8, 16 | 6 | - |
| **Liberdade de associação e negociação coletiva** | | | | | | |
| 407-1 | Operações e fornecedores em que o direito à liberdade associação e à negociação coletiva pode estar em risco | - | Divulgação total | 8, 16 | 3 | - |
| **Trabalho infantil** | | | | | | |
| 408-1 | Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil | - | Divulgação total | 8, 16 | 5 | - |
| **Trabalho forçado ou análogo ao escravo** | | | | | | |
| 409-1 | Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo | - | Divulgação total | 8, 16 | 4 | - |
| **Práticas de segurança** | | | | | | |
| 410-1 | Pessoal de segurança formados em políticas ou procedimentos de direitos humanos | - | Divulgação total | 4 | - | - |
| **Comunidades locais** | | | | | | |
| 413-1 | Operações com envolvimento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local | Capítulos “1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia” e “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado | Divulgação total | 11 | - | - |

| GRI | | Referências | Estado de divulgação | ODS | UNGC | SASB |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Avaliação social e ambiental de fornecedores** | | | | | | |
| 414-1 e 308-1 | Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais e ambientais | - | Divulgação total | 1-6, 8, 12 | 1-2 | Impactos Ambientais na Cadeia de Fornecimento - CG-AA-430b.1 (*Apparel, Accessories & Footwear*) |
| **Saúde e segurança do consumidor** | | | | | | |
| 416-1 | Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços | - | Divulgação total | 16 | - | Gestão de Produtos Químicos nos Produtos - CG-AA-250a.2 (*Apparel, accessories & footwear*) |
| ***Marketing* e rotulagem** | | | | | | |
| 417-1 | Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços | - | Divulgação total | 12, 16 | - | Saúde e Nutrição do Produto - FB-FR-260a.2 (*Food Retailers & distributors*) |

# Detalhes GRI

## GRI 2 – Divulgações Gerais

### 1. A organização e as suas práticas de reporte

### 2-1 Detalhes da organização

Nome da organização: Sonae SGPS, S.A. (Sonae)

Sede: Lugar do Espido, Via Norte Maia – Portugal

As operações mais significativas encontram-se em Portugal. Mais informações sobre as nossas operações disponíveis no nosso website: Onde estamos no mundo.

A Sonae é uma sociedade anónima e sociedade aberta. Mais Informações sobre a estrutura acionista e forma jurídica disponíveis: Governo da Sociedade e Estrutura Acionista.

### 2-2 Entidades incluídas no reporte de sustentabilidade da organização

Consulte informação da secção “Sobre o nosso reporte GRI” do reporte GRI.

### 2-3 Período de reporte, frequência e ponto de contacto

O presente reporte GRI incide no período de atividade entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2023, e foi publicado a 3 de abril de 2024. A frequência de reporte é anual.

Para esclarecimentos adicionais sobre a informação publicada no reporte GRI, por favor consulte o website ou entre em contato através:

- do formulário de contacto no website: Contactos ou
- pelo número de telefone: +351 220 104 000.

### 2-4 Reformulações de informações

As alterações e reformulações estão identificadas nas notas correspondentes a cada indicador.

### 2-5 Verificação externa

A informação não financeira que integra o Relatório de Gestão Integrado de 2023, incluindo este relatório, foi submetida a verificação por uma entidade externa - KPMG.

## 2. Atividades e trabalhadores

### 2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócio

Consulte o link para informações sobre as atividades, marcas e mercados no nosso website: O grupo e os Negócios e Onde estamos no mundo.

Em conjunto com os nossos fornecedores e parceiros, pretendemos progredir nos princípios do desenvolvimento sustentável. Estas relações são baseadas nos princípios do nosso Código de Ética e de Conduta (Código de Ética e de Conduta) e do Código de Conduta para Fornecedores (Código de Conduta para Fornecedores), que resume as preocupações ambientais, sociais e éticas que pretendemos assegurar ao longo de toda a cadeia de valor. Adicionalmente, cada uma das nossas unidades de negócio tem um conjunto de procedimentos específicos no contexto do seu sector, que orientam as suas ações com os seus fornecedores e parceiros comerciais, a fim de promover uma relação de longo prazo, baseada em critérios ambientais, sociais e de governo corporativa. Na Sonae consideramos a sustentabilidade da Cadeia de Abastecimento uma dimensão chave para o nosso desempenho, com impacto e influencia todos os nossos eixos estratégicos de ação que definimos, de acordo com a nossa materialidade (ver GRI 3 – Temas Materiais).

Para mais informação, consultar os seguintes indicadores GRI: “204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais”; “304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade”; “407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade associação e à negociação coletiva pode estar em risco”; “408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil “; “409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo” e “414-1 e 308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais e ambientais“.

No que diz respeito a alterações significativas na organização, verifique o capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado.

### 2-7 Informação sobre colaboradores

#### Número de colaboradores por tipo de contrato

| 2023 | Centro Corporativo (CC), MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra* | | | Sonae | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | H | M | T | H | M | T | H | M | T | H | M | T |
| Permanentes | 12.086 | 24.098 | 36.184 | 150 | 169 | 319 | 301 | 394 | 695 | 12.537 | 24.661 | 37.198 |
| Temporários | 4.068 | 6.802 | 10.870 | - | - | - | 10 | 25 | 35 | 4.078 | 6.827 | 10.905 |
| **Total** | **16.154** | **30.900** | **47.054** | **150** | **169** | **319** | **311** | **419** | **730** | **16.615** | **31.488** | **48.103** |
| Tempo integral | 13.063 | 22.889 | 35.952 | 149 | 168 | 317 | 311 | 399 | 710 | 13.523 | 23.456 | 36.979 |
| Tempo parcial | 3.091 | 8.011 | 11.102 | 1 | 1 | 2 | - | 20 | 20 | 3.092 | 8.032 | 11.124 |
| **Total** | **16.154** | **30.900** | **47.054** | **150** | **169** | **319** | **311** | **419** | **730** | **16.615** | **31.488** | **48.103** |

*Na Sierra, são considerados os colaboradores diretos. Critério de reporte atualizado com a exclusão dos trabalhadores da Polónia e Luís Malheiro, por estarem fora do Payroll da Sierra.

Nota: H - Homens, M - Mulheres, T - Total.

## Número de colaboradores por tipo de contrato e país

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | | Sierra | | | | Sonae | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Portugal | Espanha | RdM | Total | Portugal | Espanha | RdM | Total | Portugal | Espanha | RdM | Total | Portugal | Espanha | RdM | Total |
| Permanentes | 34.328 | 1.780 | 76 | **36.184** | 318 | 1 | - | **319** | 470 | 76 | 149 | **695** | 35.116 | 1.857 | 225 | **37.198** |
| Temporários | 10.396 | 463 | 11 | **10.870** | - | - | - | **-** | 24 | 2 | 9 | **35** | 10.420 | 465 | 20 | **10.905** |
| **Total** | **44.724** | **2.243** | **87** | **47.054** | **318** | **1** | **-** | **319** | **494** | **78** | **158** | **730** | **45.536** | **2.322** | **245** | **48.103** |
| Tempo integral | 35.036 | 859 | 57 | **35.952** | 316 | 1 | - | **317** | 493 | 71 | 146 | **710** | 35.845 | 931 | 203 | **36.979** |
| Tempo parcial | 9.688 | 1.384 | 30 | **11.102** | 2 | - | - | **2** | 1 | 7 | 12 | **20** | 9.691 | 1.391 | 42 | **11.124** |
| **Total** | **44.724** | **2.243** | **87** | **47.054** | **318** | **1** | **-** | **319** | **494** | **78** | **158** | **730** | **45.536** | **2.322** | **245** | **48.103** |

Nota: RdM - Resto do Mundo.

## Número de colaboradores, incluindo órgãos de governo, por categoria funcional e país

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | | Sierra | | | | Sonae | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Portugal | Espanha | RdM | T | Portugal | Espanha | RdM | T | Portugal | Espanha | RdM | T | Portugal | Espanha | RdM | T |
| Orgãos de governo | 20 | - | - | **20** | 1 | - | - | **1** | 8 | - | - | **8** | 29 | - | - | **29** |
| Executivos | 81 | 2 | - | **83** | 3 | - | - | **3** | 7 | 4 | 4 | **15** | 91 | 6 | 4 | **101** |
| Gestores de topo e quadros intermédios | 1.191 | 35 | 5 | **1.231** | 29 | - | - | **29** | 158 | 25 | 60 | **243** | 1.378 | 60 | 65 | **1.503** |
| Coordenadores e Supervisores | 2.764 | 781 | 17 | **3.562** | 286 | 1 | - | **287** | 100 | 20 | 39 | **159** | 3.150 | 802 | 56 | **4.008** |
| Técnicos e Especialistas | 3.755 | 87 | 19 | **3.861** | - | - | - | **-** | 229 | 29 | 55 | **313** | 3.984 | 116 | 74 | **4.174** |
| Operacionais | 36.933 | 1.338 | 46 | **38.317** | - | - | - | **-** | - | - | - | **-** | 36.933 | 1.338 | 46 | **38.317** |
| **Total** | **44.744** | **2.243** | **87** | **47.074** | **319** | **1** | **-** | **320** | **502** | **78** | **158** | **738** | **45.565** | **2.322** | **245** | **48.132** |

Nota: São incluídos no reporte do indicador os colaboradores de órgãos de governo.

## Número de colaboradores incluindo órgãos de governo por categoria funcional, faixa etária e género

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra | | | Sonae | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | H | M | T | H | M | T | H | M | T | H | M | T |
| **Orgãos de governo** | **16** | **4** | **20** | **1** | **-** | **1** | **5** | **3** | **8** | **22** | **7** | **29** |
| < 30 anos | - | - | **-** | - | - | **-** | - | - | **-** | - | - | **-** |
| Entre 30 e 50 anos | 6 | 1 | **7** | - | - | **-** | 1 | 1 | **2** | 7 | 2 | **9** |
| ≥ 50 anos | 10 | 3 | **13** | 1 | - | **1** | 4 | 2 | **6** | 15 | 5 | **20** |
| **Executivos** | **62** | **21** | **83** | **1** | **2** | **3** | **11** | **4** | **15** | **74** | **27** | **101** |
| < 30 anos | - | - | **-** | - | - | **-** | - | - | **-** | - | - | **-** |
| Entre 30 e 50 anos | 30 | 14 | **44** | 1 | 2 | **3** | 6 | - | **6** | 37 | 16 | **53** |
| ≥ 50 anos | 32 | 7 | **39** | - | - | **-** | 5 | 4 | **9** | 37 | 11 | **48** |
| **Gestores de topo e quadros intermédios** | **732** | **499** | **1.231** | **20** | **9** | **29** | **146** | **97** | **243** | **898** | **605** | **1.503** |
| < 30 anos | 14 | 10 | **24** | 1 | - | **1** | - | - | **-** | 15 | 10 | **25** |
| Entre 30 e 50 anos | 515 | 352 | **867** | 13 | 6 | **19** | 73 | 63 | **136** | 601 | 421 | **1.022** |
| ≥ 50 anos | 203 | 137 | **340** | 6 | 3 | **9** | 73 | 34 | **107** | 282 | 174 | **456** |
| **Coordenadores e Supervisores** | **1.193** | **2.369** | **3.562** | **129** | **158** | **287** | **74** | **85** | **159** | **1.396** | **2.612** | **4.008** |
| < 30 anos | 114 | 308 | **422** | 22 | 31 | **53** | 9 | 10 | **19** | 145 | 349 | **494** |
| Entre 30 e 50 anos | 876 | 1.673 | **2.549** | 67 | 82 | **149** | 45 | 56 | **101** | 988 | 1.811 | **2.799** |
| ≥ 50 anos | 203 | 388 | **591** | 40 | 45 | **85** | 20 | 19 | **39** | 263 | 452 | **715** |
| **Técnicos e Especialistas** | **1.370** | **2.491** | **3.861** | **-** | **-** | **-** | **80** | **233** | **313** | **1.450** | **2.724** | **4.174** |
| < 30 anos | 495 | 804 | **1.299** | - | - | **-** | 20 | 50 | **70** | 515 | 854 | **1.369** |
| Entre 30 e 50 anos | 745 | 1.379 | **2.124** | - | - | **-** | 44 | 124 | **168** | 789 | 1.503 | **2.292** |
| ≥ 50 anos | 130 | 308 | **438** | - | - | **-** | 16 | 59 | **75** | 146 | 367 | **513** |
| **Operacionais** | **12.797** | **25.520** | **38.317** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **12.797** | **25.520** | **38.317** |
| < 30 anos | 6.572 | 9.834 | **16.406** | - | - | **-** | - | - | **-** | 6.572 | 9.834 | **16.406** |
| Entre 30 e 50 anos | 5.031 | 11.316 | **16.347** | - | - | **-** | - | - | **-** | 5.031 | 11.316 | **16.347** |
| ≥ 50 anos | 1.194 | 4.370 | **5.564** | - | - | **-** | - | - | **-** | 1.194 | 4.370 | **5.564** |

Nota: São incluídos no reporte do indicador os colaboradores de órgãos de governo.

## 2-8 Trabalhadores que não são colaboradores

Em 2023, foram registados um total de 1.020 trabalhadores que não são colaboradores da Sonae mas cujo trabalho é gerido pela organização, nomeadamente empreiteiros, estagiários, prestadores de serviços de manutenção e segurança.

# 3. Governo da Sociedade

## 2-9 Estrutura do governo da sociedade e sua composição

Para os indicadores de governo ver o Relatório de Governo da Sociedade 2023 da Sonae, nomeadamente os tópicos 15, 17, 18, 21, 26 e 27 (do capítulo "II. Gestão e Supervisão" da secção "B. Órgãos e Comités") da "Parte I Estrutura, Organização e Governo das Sociedades" e do "Anexo I – Conselho de Administração".

Além disso, veja a seção "1.3.2 A nossa estrutura de modelo de governo" do capítulo "1.3 A nossa liderança" do Relatório de Gestão Integrado 2023.

## 2-10 Nomeação e seleção do mais alto órgão de governo da sociedade

A Empresa tem uma Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização disponível em nosso site: Política de Seleção.

Para mais informações, consulte o tópico 15 (do capítulo "II. Gestão e Supervisão" da secção "B. Órgãos e Comités") da "Parte I Estrutura, Organização e Governo das Sociedades" do Relatório de Governo da Sociedade 2023.

## 2-11 Presidente do mais alto órgão de governo

O Presidente do Conselho de Administração é Duarte Paulo Teixeira de Azevedo e é administrador não executivo.

Para mais informações, consulte o tópico 15 (do capítulo "II. Gestão e Supervisão" da secção "B. Órgãos e Comités") da "Parte I Estrutura, Organização e Governo das Sociedades" do Relatório de Governo da Sociedade 2023.

Adicionalmente, ver a seção "1.3.2 A nossa estrutura de modelo de governo" do capítulo "1.3 A nossa Liderança" do Relatório de Gestão Integrado.

## 2-12 Papel do desempenhado pelo mais alto órgão de governo na supervisão da gestão de impactos

A Comissão Executiva, com o apoio da Área de Sustentabilidade, assegura a definição, implementação e monitorização da estratégia de sustentabilidade da Sonae, beneficiando também do Grupo Consultivo de Sustentabilidade como veículo para reforçar o crescente compromisso com o desenvolvimento sustentável, gerir impactos e supervisionar o progresso e desempenho de cada empresa Sonae em relação à sua sustentabilidade. A nossa CEO e o nosso Presidente do Conselho de Administração supervisionam e participam em todas as reuniões do Grupo Consultivo de Sustentabilidade, onde são liderados grupos de trabalho específicos relacionados com pilares estratégicos de sustentabilidade.

Adicionalmente, o projeto de implementação do TCFD está a ser conduzido em parceria com o Grupo Consultivo de Gestão de Risco, que é supervisionado pelo nosso CFO, e

mantém a supervisão dos exercícios de avaliação do risco climático que estão atualmente a ser desenvolvidos por cada uma das empresas do grupo.

Para mais informações, consulte o tópico 21 (do capítulo "II. Gestão e Supervisão" da secção "B. Órgãos e Comités") da "Parte I Estrutura, Organização e Governo das Sociedades" do Relatório de Governo da Sociedade de 2023 e do Capítulo 1.5. A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia (Orientar e implementar a sustentabilidade na Sonae | À nossa maneira).

## 2-13 Delegação de responsabilidade para a gestão de impactos

A estrutura do Centro Corporativo é composta por várias áreas, nomeadamente a de Sustentabilidade que tem a responsabilidade de acompanhar o progresso da estratégia de sustentabilidade, e a coordenação do Grupo Consultivo de Sustentabilidade.

Para mais informações, consulte o tópico 21 (do capítulo "II. Gestão e Supervisão" da secção "B. Órgãos de Governo e Comités") da "Parte I Estrutura, Organização e Governo das Sociedades" do Relatório de Governo da Sociedade de 2023 e do Capítulo “1.5. A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia” (Orientar e implementar a sustentabilidade na Sonae | À nossa maneira).

## 2-14 Papel do mais alto órgão de governo na elaboração de relatórios de sustentabilidade

O compromisso do Conselho de Administração da Sonae, através da identificação e melhoria de processos críticos em termos de preparação e comunicação de informação não financeira, assegura um ambiente de controlo interno eficaz para a disponibilização de informação de sustentabilidade transparente, material e fiável.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de analisar e aprovar o relatório anual integrado, que inclui informação não financeira relativa ao reporte de sustentabilidade. Consulte o Artigo 3º do Regimento Interno do Conselho de Administração, disponível para consulta no site da empresa: Regulamento Interno do Conselho de Administração.

## 2-15 Conflitos de interesses

A política de prevenção de conflitos de interesses, aprovada pela empresa, e o Regulamento do Conselho de Administração estabelecem mecanismos internos relativos a potenciais conflitos de interesses envolvendo membros do Conselho de Administração, incluindo comitês internos e colaboradores. A política estabelece a obrigação de comunicar imediatamente qualquer situação real ou potencial de conflito de interesses ao respetivo organismo.

O Regulamento Interno do Conselho de Administração, disponível no nosso site (Regulamento Interno do Conselho de Administração), exige a comunicação imediata ao órgão da existência de qualquer facto que possa constituir ou dar origem a um conflito de interesses, bem como de quaisquer circunstâncias que afetem a sua independência e isenção.

Para mais informações, consulte o tópico 15 (do capítulo "II. Gestão e Supervisão" da secção "B. Órgãos e Comités") do Relatório de Governo da Sociedade 2023.

## 2-16 Comunicação de preocupações críticas

Como parte dos nossos valores e princípios, a nossa cultura empresarial assenta em princípios de consciencialização e respeito absoluto pelas regras de boa conduta na gestão de conflitos de interesses e deveres de diligência e confidencialidade no tratamento de preocupações críticas.

Adicionalmente, dispomos de um Sistema de Gestão de Sugestões e Reclamações que nos permite identificar diversas áreas e oportunidades de desenvolvimento e implementar diferentes melhorias e mudanças, resultantes do *feedback* dos nossos principais stakeholders, tanto ao nível do produto como ao nível da operação. O modelo de governo da Sonae disponibiliza 3 canais para que os colaboradores tomem conhecimento e comuniquem: i) qualquer possível irregularidade informe imediatamente o Provedor através do seguinte e-mail: provedoria@sonae.pt ou do formulário no site da Sonae, ii) qualquer possível violação do Código de Ética e Conduta informe imediatamente a Comissão de Ética através do seguinte e-mail: comissaodeetica@sonae.pt e iii) o Canal de Denúncias no âmbito da política de prevenção à corrupção.

Adicionalmente, o Provedor da Sonae disponibiliza o seu canal de contacto a todos os Clientes, Colaboradores e Fornecedores, acolhendo elogios, sugestões, pedidos de informação e/ou reclamações.

Para mais informações ver o tópico 49 (do capítulo "II.  Comunicação de irregularidades (denúncia)" da secção "C. Organização Interna") da "Parte I Estrutura, Organização e Governo das Sociedades" do Relatório de Governo da Sociedade de 2023.

## 2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governo

Para garantir que o mais alto órgão de governo da Sonae está bem preparado para gerir o desenvolvimento sustentável, são tomadas as seguintes medidas:

- Assegurar a diversidade de perfis e conhecimentos na equipa: a escolha dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva tem a ver com as suas competências e áreas de conhecimento, diversas e complementares entre si, nas diversas vertentes e temáticas do negócio;
- Formação e Educação Regular e Contínua: em 2023, desenvolvemos um programa de formação inclusivo, capaz de chegar a todos, traduzindo questões complexas em mensagens claras e reforçando a importância da sustentabilidade e a urgência de uma ação concertada; conhecer as áreas de atuação das Empresas Sonae e compreender os seus desafios; e entender como nossos negócios impactam e são impactados pelo tema, bem como seus riscos e oportunidades;
- Colaboração: o mais alto órgão de governo colabora com outras organizações, especialistas e *stakeholders* no desenvolvimento sustentável para compartilhar experiências, conhecimentos e competências. Para mais informações sobre as organizações nossas parceiras, consulte GRI "2-28 Associações de membros". Este tipo de colaboração proporciona-nos uma compreensão mais intensiva das complexidades do desenvolvimento sustentável, questões emergentes e como mitigar riscos;
- Acompanhe o progresso regularmente: para promover os esforços de desenvolvimento sustentável, o mais alto órgão de governo estabelece um mecanismo para acompanhar seu progresso. Acompanhar o progresso com indicadores de desempenho claros ajuda a Sonae a perceber até onde chegaram e o que precisa de ser melhorado. Para isso, contamos com um Grupo Consultivo de Sustentabilidade.

Ao adotar estas medidas, a Sonae aumenta a capacidade de governo corporativo e desenvolve o conhecimento, as competências e a experiência do seu mais alto órgão de governo, o que, em última análise, melhora o desempenho e o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável.

## 2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governo

A avaliação de desempenho dos membros do órgão de administração é realizada de acordo com os princípios, valorações e regras estabelecidas na Política de Remuneração apresentada pela Comissão de Remunerações e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas. Esta avaliação baseia-se em critérios pré-determinados, constituídos por indicadores objetivos de desempenho, definidos para cada período e alinhados com a estratégia global de crescimento e desempenho positivo do negócio numa perspetiva de médio e longo prazo.

Para mais informações sobre a avaliação do desempenho dos Diretores Executivos, ver o tópico 25 (do capítulo "II. Gestão e Supervisão" da secção "B. Órgãos e Comités") da "Parte I Estrutura, Organização e Governo das Sociedades" do Relatório de Governo da Sociedade 2023.

Adicionalmente, para mais pormenores sobre as avaliações e a sua frequência, ver a recomendação VI.1.1. (do tópico "VI. Avaliação do Desempenho, Remunerações e Nomeações" do Capítulo "2. Análise do cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado") da "Parte II: Declaração de Conformidade".

Quaisquer alterações à composição do mais alto órgão de governo e às práticas organizacionais devem ser consultadas de acordo com o quadro legal aplicável.

## 2-19 Políticas de remuneração

Compete à Comissão de Remunerações aprovar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos membros dos demais órgãos sociais estatutários e das pessoas com responsabilidades de gestão, em nome dos acionistas, nos termos especificados na Política de Remuneração e Compensação aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Comissão de Remunerações do Conselho de Administração, composta por Administradores Não-Executivos, conforme descrito no tópico 29 (do capítulo "II. Gestão e Supervisão" da secção "B. Órgãos e Comités") da "Parte I Estrutura, Organização e Governo das Sociedades" do Relatório de Governo da Sociedade de 2023, apoia a Comissão de Remunerações dos Acionistas no exercício das suas funções.

Para mais informações sobre a nossa política de remuneração e a sua estrutura e processo para determinar a remuneração, consulte:

- A nossa Política de Remuneração, aprovada na Assembleia Geral de Acionistas de 2021, e seu anexo disponível no nosso site (Política de Remuneração);
- os tópicos 69 a 88 (do capítulo "III. Estrutura de Remuneração" da secção "D. Remuneração" da "Parte I Estrutura de Acionistas, Organização e Governo das Sociedades") do Relatório de Governo da Sociedade de 2023.

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de abril de 2023 foi aprovada uma alteração à Política de Remuneração (Política de Remuneração).

## 2-20 Processo para determinar a remuneração

Ver GRI "2-19 Políticas de remuneração".

## 2-21 Rácio anual de compensação total

Em 2023, o rácio entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago e a mediana da remuneração média anual de todos os trabalhadores, exceto os mais bem pagos, foi de 43,0 na MC, 40,9 na Worten e 11,9 na BrightPixel. Adicionalmente, a relação entre o aumento percentual na remuneração anual total do indivíduo mais bem pago da

organização e o aumento percentual médio na remuneração total para todos os funcionários foi de 0,42 na MC, 0,6 na Worten e 0,3 na BrightPixel.

Para mais informações, ver a secção "D. Remuneração" da "Parte I Estrutura, Organização e Governo das Sociedades" do Relatório de Governo da Sociedade de 2023.

Nota: A informação apresentada não é reportada de forma consolidada, uma vez que, é representativa para cada um dos negócios.

## 4. Estratégia, políticas e práticas

### 2-22 Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável

Veja a "Carta do nosso Presidente" e a "Carta do CEO" do Relatório de Gestão Integrado 2023 e “O nosso compromisso” no nosso website.

### 2-23 Compromissos políticos

Garantir que todas as nossas atividades se regem pela fiel aplicação dos princípios de ética e confiança é uma preocupação fundamental de todo o grupo Sonae. Com este propósito em mente, foi criado o Código de Ética e Conduta da Sonae, definindo os padrões éticos pelos quais nos regemos e abrangendo os principais princípios de responsabilidade social reconhecidos, nomeadamente no que respeita aos direitos humanos. Para garantir a sua implementação, cumprimento e monitorização, foi nomeada pelo Conselho de Administração uma Comissão de Ética. Mais informações sobre os valores, códigos e princípios da Sonae estão disponíveis no nosso website. Foi também estabelecida e adotada uma Política de Direitos Humanos, disponível no site da Sonae (Política de Direitos Humanos), reforçando o nosso compromisso com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Esta política define expressamente que o respeito pelos direitos humanos é parte integrante do nosso compromisso com a sustentabilidade e um princípio orientador e transversal em todas as suas atividades empresariais em qualquer setor ou geografia, incluindo, assim, as atividades exercidas através de empresas, direta ou indiretamente controladas.

Adicionalmente, estamos empenhados em sensibilizar todas os nossos *stakeholders* para a necessidade essencial de garantir o respeito pelos nossos valores e critérios de direitos humanos, tanto nas nossas operações diretas como nas nossas subsidiárias e em toda a nossa cadeia de abastecimento, em linha com o Código de Ética de Conduta e o Código de Conduta do Fornecedor em vigor.

A Sonae subscreve ainda as seguintes políticas e compromissos: Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas; os Princípios do Pacto Global das Nações Unidas; o Compromisso de Ação de Paris; Iniciativa para as Mulheres da Mesa Redonda Europeia dos Industriais (ERT); Carta de Princípios BCSD Portugal; Guia do CEO para os Direitos Humanos do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD); Pacto Nacional dos Plásticos; Código de Ética e Conduta dos Colaboradores da Sonae; Código de Conduta para Fornecedores Sonae; Política Ambiental; Política de Pesca Sustentável; Carta de Princípios para o CO2 e Alterações Climáticas das Empresas Sonae; Carta de Princípios para o Plástico das Empresas Sonae; Plano para a Igualdade de Género; Apelo à Ação do Business for Nature; act4nature Portugal, promovido pelo BCSD Portugal; *Science Based Targets Network Corporate Engagement Program* (SBTN); e Declaração de Liderança do Futuro do Trabalho desenvolvida pelo WBCSD.

## 2-24 Incorporação de compromissos políticos

Os nossos compromissos políticos baseiam-se nos nossos valores e objetivos de negócio e refletem-se no nosso Código de Ética e Conduta, que orienta a nossa forma de agir e contribuir ativamente para relações comerciais positivas e para a definição da nossa estratégia de negócio. Por este motivo, temos fortes ações de comunicação corporativa dos nossos valores e missão em todas as nossas empresas. Os nossos líderes recebem formação sobre estes valores e a avaliação de desempenho de todos os colaboradores está ligada aos nossos valores.

No âmbito da formação, é disponibilizado a todos os colaboradores o Código de Ética e Conduta, que inclui um conjunto de princípios que regem a atividade das empresas do grupo, e um conjunto de regras de natureza ética e deontológica a observar pelos membros dos órgãos sociais e por todos os colaboradores, na sua relação com clientes, fornecedores e outros *stakeholders*. O cumprimento do Código de Ética e Conduta da Sonae por parte dos colaboradores é obrigatório. Todos os colaboradores devem declarar a sua adoção através de uma declaração individualizada.

Adicionalmente, as relações comerciais com os nossos parceiros baseiam-se no nosso Código de Ética e Código de Conduta dos Fornecedores.

Para mais informações sobre como integramos estes compromissos na nossa estratégia, responsabilidade e implementação do negócio, consulte o capítulo “1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia” do Relatório de Gestão Integrado.

## 2-25 Processos para remediar impactos negativos

Ver o capítulo "II.  Comunicação de irregularidades (denúncia)" da secção "C. Organização Interna" da "Parte I Estrutura, Organização e Governo das Sociedades" do Relatório de Governo da Sociedade de 2023.

## 2-26 Mecanismos de procura de aconselhamento e de suscitação de preocupações

Ver GRI "2-16 Comunicação de preocupações críticas".

## 2-27 Conformidade com leis e regulamentos

A Sonae considera que uma coima é significativa quando o valor monetário total é igual ou superior a €12.000, o que corresponde à coima mínima de uma contraordenação ambiental grave (Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto).

### Incumprimento de leis e regulamentos nas áreas económica, social e ambiental

| | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra | | | Sonae | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Multas significativas: valor monetário (€) | 43.095 | 93.871 | - | - | - | - | - | - | - | 43.095 | 93.871 | - |
| Sanções não monetárias (nº) | 3 | 2 | 1 | - | - | - | - | - | - | 3 | 2 | 1 |

## 2-28 Associações de membros

A Sonae colabora com mais de 45 organizações nacionais e internacionais das quais faz parte, nomeadamente contribuindo e coordenando com várias associações industriais em áreas relevantes para os interesses da Sonae.

Mais informações sobre as nossas Organizações Parceiras:

- no nosso site: Organizações Parceiras;
- o capítulo “1.2.5. Os nossos *Stakeholders*” do Relatório de Gestão Integrado.

## 5. Envolvimento com os *stakeholders*

### 2-29 Abordagem para o envolvimento de *stakeholders*

A gestão das nossas atividades assenta nas premissas do desenvolvimento sustentável, cujo contributo vai para além do valor económico gerado pelos nossos negócios e provém diretamente de um conjunto de valores e princípios que norteiam a nossa forma de operar. Esta visão só é possível através do estabelecimento de relações de longo prazo com os nossos principais *stakeholders*. Para o efeito, implementámos ferramentas e processos nas nossas empresas que nos permitem identificar e compreender as necessidades e preocupações atuais e futuras dos nossos principais *stakeholders*, tais como: "As Nossas Pessoas" (Colaboradores), "As Nossas Comunidades (Comunidades Locais, Clientes e Visitantes), "As Nossas Empresas" (Negócio), "Os Nossos Investidores" (Investidores), "Os Nossos Parceiros" (Fornecedores e Lojistas de Lojas) e "Organizações e Entidades Públicas" (Entidades Reguladoras e Governamentais).

Consulte o capítulo "Os nossos *stakeholders*" do Relatório de Gestão Integrado para mais detalhes sobre a nossa abordagem para o envolvimento de *stakeholders*.

### 2-30 Convenções coletivas de trabalho

Na Sonae 94% dos trabalhadores estão abrangidos por acordos coletivos de trabalho.

## GRI 3 - Temas Materiais

### 1. Conteúdos sobre temas materiais

### 3-1 Processo de definição de temas materiais

Em 2022, a Sonae iniciou uma revisão abrangente da Estratégia de Sustentabilidade. Este esforço envolveu um processo meticuloso que incluiu ouvir, analisar, pesquisar e recolher *feedback* de um conjunto diversificado de *stakeholders*, tanto internos como externos. Também tivemos em consideração tendências globais e setoriais, bem como o cenário regulatório ESG em evolução.

A nossa metodologia incorporou um extenso ciclo de *feedback*, que constituiu a base para a elaboração colaborativa de pilares estratégicos, compromissos orientadores, diretrizes mínimas e indicadores abrangentes aplicáveis em todo o portefólio da Sonae. Esta abordagem não só estabelece uma referência para as organizações dentro do nosso portefólio atual, mas também serve como um modelo para qualquer nova entidade que se junte à Sonae. Garantindo que a nossa estratégia permanece adaptável e alinhada com a *European Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD) e com os nossos imperativos estratégicos internos.

Como parte desse processo, implementamos a abordagem da Dupla Materialidade para avaliar a relevância de várias áreas temáticas ESG. Os temas materiais foram avaliados com base no potencial impacto socioeconómico e ambiental da Sonae (impacto *inside-out*), bem como no potencial impacto financeiro destes temas na Sonae (impacto *outside-in*). De um conjunto de 29 temas potencialmente materiais, consolidamos 10 temas estratégicos que fazem parte integrante dos esforços de sustentabilidade da Sonae.

Com base nas questões materiais identificadas, nos resultados do ciclo estratégico anterior, nas áreas destacadas a nível setorial, nos compromissos assumidos pela Sonae e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, e com a lente de revisão da Gestão de Topo do grupo, definimos **cinco eixos de atuação**, que têm vindo a orientar o nosso posicionamento e ação para um futuro sustentável:




Adicionalmente, cooperar e interagir de perto com cada um dos nossos *stakeholders* faz parte do dia-a-dia na Sonae. Para o efeito, criámos e mantemos uma base diversificada de canais de comunicação específicos para cada grupo de *stakeholders* (ver indicador GRI "2-29 Abordagem para o envolvimento de *stakeholders*"), complementada com a interação com os principais responsáveis por estes canais, que acompanham os temas relacionados, permitindo-nos medir continuamente as necessidades e expectativas dos nossos *stakeholders* e, garantindo que a análise realizada permanece atualizada e relevante.

Ao adotar uma abordagem proativa e adaptativa, ao envolver regularmente todos os *stakeholders* e ao manter-se informada sobre desenvolvimentos relevantes, a Sonae pode garantir que a sua Estratégia de Sustentabilidade continua a ser uma ferramenta dinâmica e eficaz para o sucesso a longo prazo. Por isso, trabalhamos num ciclo de melhoria contínua e colaboração, com o objetivo de alcançar rapidamente os resultados esperados e responder a *drivers* externos e internos para entregar um forte desempenho.

Nota: De referir que o processo de análise de materialidade não teve impacto nos indicadores GRI divulgados e foi realizada antes da aprovação da Diretiva da União Europeia.

## 3-2 Lista de temas materiais

Em 2022, iniciámos a atualização da Estratégia de Sustentabilidade através de um processo completo envolvendo todos os *stakeholders*, análise de tendências globais e cenários regulatórios. Utilizando a abordagem da Dupla Materialidade, identificámos dez temas estratégicos cruciais para a viabilidade socioeconómica, ambiental e financeira da Sonae. Esses temas foram organizados em quatro eixos estratégicos de ação, com um eixo central que facilita a integração da sustentabilidade em todo o portefólio. A Sonae adota uma abordagem proativa, melhorando continuamente a sua estratégia através do envolvimento de todos os *stakeholders* e mantendo-se informada sobre os desenvolvimentos relevantes, garantindo a sua eficácia na obtenção de sucesso a longo prazo.

Como resultado do processo, durante a avaliação de materialidade que ocorreu durante 2022, convergimos os temas prioritários nos seguintes **10 temas materiais**:

- **Combater as alterações climáticas**: Promover o uso eficiente da energia e a redução do consumo, optar por soluções de energias renováveis e que contribuam para menor dependência energética, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa. Desenvolver ações que reduzam os impactes decorrentes dos riscos climáticos nas operações das empresas. Parcerias para reduzir os impactes das alterações climáticas. Implementar iniciativas de compensação de emissões GEE que contribuam para a neutralidade carbónica;
- **Biodiversidade**: Proteger e restaurar os ecossistemas terrestres e marinhos através de práticas responsáveis, de investimento em conservação e regeneração, e de valorização do capital natural;
- **Aumentar a circularidade**: Minimizar a extração de recursos do planeta, apostando no combate ao desperdício e na extensão do ciclo de vida dos produtos, na sua correta gestão e valorização, privilegiando a sua reutilização e reciclagem.
- **Água**: Valorizar o recurso água e promover a gestão eficiente dos recursos hídricos ao longo da cadeia de valor;
- ESG na política de investimento: Integrar critérios Ambientais, Sociais e de Governo (ESG) na estratégia de expansão do grupo, através de políticas e procedimentos de investimento, fomentando negócios sustentáveis a longo prazo.

- **Comunidades resilientes**: Contribuir para a resiliência e o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, através de investimento, parcerias, e criação de valor partilhado que promovam a qualidade de vida da população, a equidade e justiça social;
- **Promover cadeia de abastecimento sustentáveis**: Assegurar a sustentabilidade da cadeia de abastecimento de modo responsável, justo e transparente, prevenindo impactes ambientais, respeitando os direitos e liberdades dos envolvidos na cadeia de fornecimento. Diversificar e apoiar responsavelmente os fornecedores na prevenção da disrupção de cadeia abastecimento, quer ao nível de transporte, quer da origem de matérias-primas;
- **Talento e desenvolvimento pessoal**: Atrair, reter e desenvolver o melhor talento através de políticas e práticas focadas nas nossas pessoas, em linha com as melhores referências e futuro do trabalho. Proteger e promover o bem-estar físico e mental dos colaboradores. Garantir o equilíbrio, a diversidade e a inclusão no ambiente de trabalho, nomeadamente entre diferentes gerações, género, incapacidades;
- **Proteção dos nossos clientes**: Assegurar a qualidade e segurança dos produtos e serviços oferecidos aos clientes, bem como fornecer informações claras para apoiar uma tomada de decisão esclarecida. Implementar medidas de cibersegurança que garantam a proteção de dados e promover o cumprimento escrupuloso das condições acordadas;
- **Ética e transparência**: Assegurar uma conduta empresarial responsável, baseada na atuação ética e transparente na relação com os diferentes *stakeholders*. Fomentar os valores da Marca na relação com fornecedores, parceiros, clientes e outros *stakeholders*, visando a satisfação, a confiança e notoriedade. Comunicar de forma responsável e transparente.

## 3-3 Gestão de temas materiais

Com base nos temas materiais orientadores identificados no âmbito de um processo estruturado de materialidade, e com vista a uma gestão mais eficaz dos nossos impactos das dimensões da sustentabilidade, a Sonae definiu cinco eixos estratégicos de atuação, diretamente relacionados com os temas materiais e que nos permitem abordá-los de forma eficaz rumo para um futuro sustentável: Gerir com critérios ESG; Acelerar a descarbonização, Valorizar a biodiversidade e a água; Promover a circularidade; e Potenciar o desenvolvimento humano.

Com base nos temas materiais orientadores identificados no âmbito de um processo de materialidade estruturado, e com vista a uma gestão mais eficaz dos nossos impactos das dimensões da sustentabilidade, a Sonae definiu cinco eixos estratégicos de diretamente relacionados com os temas materiais e que nos permitem abordá-los de forma eficaz para um futuro sustentável: Gestão com critérios ESG; Aceleração da descarbonização; Valorização da biodiversidade e da água; Promoção da circularidade; e Reforço do desenvolvimento humano.

Para cada um destes eixos, a Sonae definiu uma estratégia baseada em compromissos e metas, revisitada anualmente para avaliar os seus níveis de realização e implementação de potenciais melhorias necessárias, apresentada no capítulo “1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia” do Relatório de Gestão Integrado, e reconhece que os impactos associados são a base para a estruturação de uma abordagem de gestão e redução dos seus efeitos através de um conjunto de iniciativas descritas no capítulo "O nosso impacto". Inerente a esta abordagem, a Sonae mantém processos de medição e monitorização que permitem avaliar o seu progresso e desempenho face aos compromissos estabelecidos, apresentando resultados que demonstram a nossa motivação para fazer sempre melhor, conforme apresentado no capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado. Além dos conteúdos apresentados no Relatório de Gestão, no reporte GRI identificamos os indicadores que estão associados a temas materiais e relacionados com os nossos eixos de atuação estratégica de sustentabilidade.

GRI 200 - Divulgações económicas

## 201: Desempenho económico

### 201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

O valor económico direto gerado e distribuído engloba o seguinte: valor económico gerado (receitas), valor económico distribuído (custos operacionais, remuneração e benefícios dos trabalhadores, pagamentos a investidores, pagamentos ao Estado, donativos e outros investimentos comunitários) e valor económico acumulado.

Para mais detalhes, consulte a Demonstração do Resultado Consolidado dos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

### 201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas

A Sonae tem vindo a evoluir os seus processos para avaliar riscos e oportunidades relacionados com o clima e avaliar impactos financeiros diretos. Mais uma vez, submetemos as nossas práticas de gestão climática e desempenho ao escrutínio do ***Carbon Disclosure Project*** **(CDP)** e mantivemos o nosso reconhecimento como empresa líder neste domínio, com uma pontuação de A.

Com o objetivo de gerir o risco crítico "Incapacidade na mitigação e adaptação às alterações climáticas" e reconhecendo a importância de estarmos alinhados com as recomendações globais da *Task Force on Climate-related Financial Disclosure* (TCFD), desenvolvemos um procedimento corporativo para gerir os riscos e oportunidades relacionados com o clima das nossas empresas e, desde 2021, temos vindo a avaliar e reportar esses riscos e oportunidades no âmbito do TCFD. Para mais informações, consulte o capítulo 4.3.3 TCFD.

### 201-3 Obrigações do plano de benefícios definidos e outras reformas

A Sonae não tem um fundo de pensões.

### 201-4 Benefícios financeiros significativos recebidos do governo

Em 2023, o grupo Sonae recebeu um total de €89,5m. Note-se que o Governo não faz parte da estrutura acionista da empresa.

## 202: Presença no mercado

### 202-2 Proporção de membros da direção contratados junto da comunidade local

99% dos quadros superiores do Centro Corporativo, MC, Worten, Zeitreel e Sonaecom foram contratados junto da comunidade local.

Nota: A Sierra não reporta este indicador.

## 203: Impactos económicos indiretos

### 203-1 Investimentos em infraestruturas e serviços apoiados

Veja GRI "413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento".

### 203-2 Impactos económicos indiretos significativos

Ver GRI "413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento".

## 204: Práticas de compra [aspeto material]

### 204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais

| | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|
| % de custos com fornecedores estrangeiros | 17 | 18 | 19 |
| % de custos com fornecedores nacionais | 83 | 82 | 81 |

## 205: Combate à corrupção

### 205-1 Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção

A Sonae implementa no seu processo de gestão de risco o *Enterprise-Wide Risk Management (EWRM) Framework*, que permite a identificação dos diferentes tipos de riscos e ameaças ao desenvolvimento dos negócios, tanto ao nível estratégico, como ao nível operacional.

Após a aprovação da Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, foi estabelecido, através do Decreto-Lei n.º 109-E/2021 de 09 de dezembro (doravante DL 109-E/2021), o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e o Regime Geral para a Prevenção da Corrupção ("RGPC"). Em conformidade com este diploma e orientada por elevados padrões de responsabilidade profissional e ética, regida pelos princípios de integridade, transparência, honestidade, lealdade, rigor e boa-fé, a Sonae elaborou, em 2022, o presente Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (adiante designado por PPR), que abrange toda a sua organização. Para mais informações, ver o Documento "Plano de Prevenção da Corrupção (PPR)" disponível no nosso website.

O modelo de Governo da Sociedade da Sonae gere o risco de corrupção através de três níveis, cabendo às unidades de negócio o primeiro nível de defesa, sendo estas responsáveis pela identificação e avaliação dos riscos e a implementação de controlos para a sua mitigação.

Para a operacionalização do segundo nível de defesa, a Sonae disponibiliza 2 canais para que os colaboradores tomem conhecimento e comuniquem: i) uma qualquer possível irregularidade, que informa imediatamente a Provedoria através do seguinte e-mail: provedoria@sonae.pt ou formulário no website da Sonae, e ii) uma qualquer possível violação ao Código de Ética e de Conduta, que informa imediatamente a Comissão de Ética

através do seguinte e-mail: comissaodeetica@sonae.pt e iii) o Canal de Denúncia no âmbito da política de prevenção da corrupção.

No âmbito da formação, é disponibilizado aos colaboradores o Código de Ética e de Conduta que integra um conjunto de princípios que regem a atividade das empresas do grupo, e um conjunto de regras de natureza ética e deontológica a observar pelos membros dos órgãos sociais e por todos os colaboradores, na sua relação com clientes, fornecedores e restantes *stakeholders*.

O cumprimento do Código de Ética e de Conduta da Sonae por parte dos colaboradores da Sonae é obrigatório. Todos os colaboradores têm de declarar a sua aceitação expressa através de uma declaração individualizada.

O Provedor da Sonae disponibiliza, ainda, um canal de contacto privilegiado aos seus Clientes, Colaboradores e Fornecedores, acolhendo elogios, sugestões, pedidos de informação, reclamações e denuncias sobre práticas de corrupção.

Como exemplo, o Código de Conduta da Sierra estabelece que é proibido dar ou aceitar qualquer recompensa (ou "benefício") com o objetivo de influenciar o comportamento de alguém para obter uma vantagem negocial. O cumprimento desta obrigação é assegurado através da incorporação do risco de corrupção no Plano Anual de Auditoria Interna de atividades. Adicionalmente, o "*The Anti-Corruption Guidelines*" tem permitido a sensibilização para a anticorrupção através da formação de colaboradores, realizada no âmbito do programa *BEST - Behavior with Ethics Sierra Training*.

## 205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

O Código de Ética e de Conduta da Sonae, que inclui as políticas de anticorrupção, é comunicado na formação inicial aos colaboradores. Adicionalmente, a Sonae dispõe de um Código de Ética e de Conduta de Fornecedores, que é um anexo aos contratos gerais de fornecimento. Os códigos estão disponíveis no website: Código de Ética e de Conduta e de Conduta e Código de Conduta para Fornecedores.

Em 2023, dois órgãos de Governo da Sociedade das várias empresas e 13.466 colaboradores receberam formação em anticorrupção.

Na Sierra "The Anti-Corruption Guidelines" têm permitido a sensibilização para a anticorrupção através da formação de colaboradores, realizada no âmbito do programa *BEST - Behavior with Ethics Sierra Training*.

## 205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

Em 2023, não foram registados casos de corrupção.

GRI 300 - Divulgações ambientais

## 301: Materiais [aspeto material]

### 301-1 Consumo de materiais utilizados, discriminados por peso ou volume

A Sonae visa uma utilização sustentável e o prolongamento do ciclo de vida dos materiais e produtos, em toda a sua cadeia de valor. As nossas empresas, ao definirem os seus produtos e embalagens de marca própria ou ao desenharem as suas soluções e serviços, têm em conta princípios de *design* que visam a otimização e eficiência na utilização de materiais, privilegiando a utilização dos materiais mais adequados, pensando na reciclabilidade, reutilização e/ou reparabilidade do produto. Além disso, são também considerados critérios que facilitem os processos de utilização, valorização e eliminação adequada no final da sua utilização. Para tal, promovemos uma série de iniciativas junto dos fornecedores para selecionar materiais com uma menor pegada ecológica, reduzir o uso desnecessário de materiais, promover a sua reintegração na cadeia de valor (através da reutilização ou reciclagem), garantir a rastreabilidade da origem das matérias-primas, entre outros. Algumas dessas práticas são apresentadas no capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório Gestão Integrado.

Os materiais divulgados no indicador GRI "301-3 Produtos e suas embalagens recuperadas" são os mais relevantes em peso e volume, entre as atividades de nossas empresas.

### 301-2 Matérias-primas ou materiais reciclados utilizados

Consultar o indicador “GRI 301-3 Produtos e suas embalagens recuperadas”.

## 301-3 Produtos e suas embalagens recuperados

### Materiais utilizados para produzir e embalar os produtos

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | Sonae* | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Materiais utilizados | Materiais reciclados utilizados | Produtos recuperados e os respetivos materiais das embalagens | Materiais utilizados | Materiais reciclados utilizados | Materiais utilizados | Materiais reciclados utilizados | Produtos recuperados e os respetivos materiais das embalagens |
| **Toneladas** | | | | | | | | |
| Plástico [1] | 35.039 | 7.104 | 2.905 | - | - | 35.039 | 7.104 | 2.905 |
| Plástico (embalagem) | 23.608 | 3.230 | - | - | - | 23.608 | 3.230 | - |
| Plástico (produto) | 11.432 | 3.875 | - | - | - | 11.432 | 3.875 | - |
| Papel e cartão [2] | 13.085 | 5.104 | 38.539 | 1.168 | - | 14.253 | 5.104 | 38.539 |
| Vestuário recuperado [3] | - | - | 758 | - | - | - | - | 758 |
| Algodão [4] | 6.685 | 26 | - | - | - | 6.685 | 26 | - |
| Vidro | 10.931 | - | - | - | - | 10.931 | - | - |
| Metal | 11.325 | - | - | - | - | 11.325 | - | - |
| Madeira | 335 | - | 539 | - | - | 335 | - | 539 |
| **Total** | **77.401** | **12.235** | **42.741** | **1.168** | **-** | **78.569** | **12.235** | **42.741** |
| **Número** | | | | | | | | |
| EEE: equipamentos [5] | - | - | 154.942 | - | - | - | - | 154.942 |
| Vestuário: peças [6] | - | - | 2.200 | - | - | - | - | 2.200 |
| **Total** | **-** | **-** | **157.142** | **-** | **-** | **-** | **-** | **157.142** |

* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

Notas:

Em 2022, ocorreu uma mudança de âmbito no mapeamento dos materiais com base no volume de compras.

[1] Plástico presente em embalagens e produtos cuja colocação no mercado é da responsabilidade das empresas do Grupo.

[2] Na Sonaecom o papel reportado é proveniente do Público.

[3] Este indicador é referente à reutilização de fardas na MC.

[4] Este indicador é aplicável à Zeitreel e MC.

[5] Este indicador é referente ao número de equipamentos provenientes da UTRAD (Unidade de Tratamento de Itens Depreciados), que aceita equipamentos elétricos e eletrónicos, com pequenos defeitos e avarias, que posteriormente são recuperados/reparados e são revendidos em loja a preços mais acessíveis, e do projeto Reuse, referente a produtos usados que também são condicionados (por exemplo substuição de baterias) e recolocados no mercado.

[6] Este indicador é referente ao número de peças de vestuário recuperadas no âmbito do projeto Infinity da Salsa desde 2022.

## 302: Energia [aspeto material]

### 302-1 Consumo de energia dentro da organização

#### Consumo de energia por fonte (GJ)

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra | | | Sonae | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Combustíveis fósseis – Frota | 454.889 | 557.941 | 578.126 | 9.598 | 7.205 | 2.245 | 8.655 | 10.905 | 11.134 | 473.142 | 576.051 | 591.505 |
| Combustiveis fósseis – Instalações | 38.277 | 31.126 | 26.863 | - | - | - | 126.522 | 35.634 | 94.611 | 164.799 | 66.760 | 121.474 |
| Aquecimento e arrefecimento | 66.708 | 52.394 | 50.815 | - | - | - | 71.917 | 91.862 | 96.515 | 138.625 | 144.256 | 147.330 |
| Eletricidade | 1.754.303 | 1.803.833 | 1.873.699 | 3.222 | 3.471 | 2.567 | 304.426 | 306.331 | 306.212 | 2.061.951 | 2.113.635 | 2.182.477 |
| Eletricidade produzida e vendida por cogeração local – subtraída ao consumo total | - | - | - | - | - | - | 29.631 | 1.909 | 19.317 | 29.631 | 1.909 | 19.317 |
| **Total** | **2.314.177** | **2.445.294** | **2.529.502** | **12.820** | **10.676** | **4.812** | **481.888** | **442.823** | **489.155** | **2.808.885** | **2.898.793** | **3.023.469** |

Nota: Valores históricos atualizados decorrente do ajuste na metodologia de cálculo.

#### Produção de energia renovável (GJ)

| | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra | | | Sonae | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Produzida e consumida | 87.216 | 102.899 | 144.553 | - | - | - | - | - | - | 87.216 | 102.899 | 144.553 |
| Produzida e vendida | 27.175 | 27.179 | 24.776 | - | - | - | - | - | - | 27.175 | 27.179 | 24.776 |
| **Total** | **114.391** | **130.078** | **169.329** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **114.391** | **130.078** | **169.329** |

#### Compra de energia renovável (GJ)

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | Sierra | Sonae |
|---|---|---|---|---|
| Comprada por contratos (PPA e GO) | 489.027 | - | 220.933 | 709.960 |

PPA: Power Purchase Agreement

GO: Garantias de Origem

## 302-3 Intensidade energética

### Rácio de intensidade energética

| | Rácio de intensidade energética | | | Notas metodológicas |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | de acordo com natureza da atividade dos negócios |
| CC, MC, Worten e Zeitreel | 2,21 | 2,28 | 2,30 | Consumo total de energia (GJ) / Área de vendas ($m^2$) |
| Sonaecom (Bright Pixel e Media) | 76 | 80 | 27 | Consumo total de energia (GJ) / Capital investido no portefólio ativo da Bright Pixel (€m) |
| Sierra: Centros Comerciais | 450 | 408 | 459 | Consumo total de energia (kWh) [1] / áreas comuns [2] ($m^2$)<br>[1] Considerando consumo de gás natural, gás de petróleo liquefeito, eletricidade, e água refrigerada e quente nos centros comerciais detidos sob gestão e em operação. Inclui a energia comprada por conta dos lojistas e exclui o consumo de energia fora dos centros comerciais.<br>[2] áreas de corredores e casas de banho dos centros comerciais detidos sob gestão e em operação mais a área dos escritórios corporativos que monitorizam a energia e os resíduos. |

Nota: Atualização das métricas específicas relevantes para os negócios.

## 302-4 Redução do consumo de energia

Em 2023, face à expansão do negócio, as nossas empresas reforçaram a implementação de medidas estratégicas e a aplicação de *roadmaps* de descarbonização para promover a otimização das operações das nossas empresas, focadas na eficiência dos processos de consumo e monitorização de energia, no investimento em equipamentos mais eficientes, revisões de manutenção, auditorias energéticas, atualização de equipamentos, substituição de iluminação em lojas, escritórios e parques por iluminação LED e otimização de sistemas de AVAC, conversão da frota para elétrica ou híbrida, como na implementação de projetos que contribuam para a produção e consumo de energia proveniente de fontes renováveis.

De forma a responder ao exigente contexto energético, a MC deu continuidade ao Projeto 'Fórum da Energia' com o objetivo de acelerar a cultura da ecoeficiência, investindo na adoção de novas medidas estruturais, ampliando a capacidade de produção de energias renováveis e acompanhando de perto as suas operações. Outra conquista significativa para a MC foi a certificação *BREEAM Excellent* do Centro de Distribuição de Vila Nova da Rainha. Sendo o primeiro Parque Logístico em Portugal a obter a certificação *BREEAM Excellent*, este representa um dos mais avançados sistemas de avaliação e certificação de sustentabilidade a nível mundial. Para além das considerações energéticas, esta certificação analisa as medidas de gestão da água e dos resíduos, os materiais de construção e o bem-estar das equipas. O centro prioriza áreas sociais espaçosas, iluminação natural, vagas de estacionamento para bicicletas e proximidade com o transporte, exemplificando a dedicação da MC a práticas holísticas de sustentabilidade.

A Sierra lançou o *'Tech to Zero'*, uma solução que oferece uma abordagem inovadora e integrada à gestão de edifícios para atingir a neutralidade carbónica, melhorar a eficiência operacional e melhorar a experiência do cliente através da implementação de tecnologia de ponta.

Em 2023, o edifício Sonae Tech Hub foi distinguido com a certificação de *WELL platinum-level*, a mais alta classificação atribuída pelo *International WELL Building Institute* e pelo *US Green Building Council*. Este edifício, inaugurado em 2019, dispõe de 570 $m^2$ de painéis solares, que contribuem para uma diminuição de 40% no consumo de eletricidade, e com 100% luzes LED de baixo consumo energético com regulação automática em função da iluminação exterior.

Para mais informações, consulte o capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado.

## 302-5 Redução dos requisitos energéticas de produtos e serviços

A nossa preocupação estende-se também aos nossos produtos e como podemos incentivar um consumo mais sustentável por parte dos nossos clientes. Durante o ano de 2023, a Worten continuou a desenvolver várias campanhas para promover a aquisição de equipamentos mais eficientes e promover a partilha de informação sobre o novo rótulo de eficiência energética junto dos seus clientes e consumidores em Portugal e Espanha,

através da iniciativa "*Eficiência Energética*", que visa sensibilizar para as vantagens da aquisição de eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes do ponto de vista energético. Para mais informações sobre a campanha "*Eficiência Energética*", consulte o website da Worten.

## 303: Água e efluentes

### 303-1 Interações com a água como um recurso compartilhado

A maior parte da água consumida nas operações da Sonae provém da rede pública de abastecimento e está relacionada com o consumo humano. No entanto, com o objetivo de reduzir o impacto ambiental dos seus negócios, as empresas do grupo Sonae estão empenhadas em reduzir a sua pegada hídrica, aumentar a eficiência das suas operações, inovar e tirar partido da tecnologia para repensar a forma como a água é utilizada e gerida nas suas infraestruturas.

Na Sierra, controlamos e gerimos o consumo de água nos centros comerciais sob a nossa gestão, e estamos empenhados em reduzir o consumo de água, aumentar a eficiência das nossas operações e usar inovação e tecnologia para repensar como a água é utilizada e gerida. Ao melhorar a eficiência do consumo de água e integrar sistemas de reutilização de água e recolha de água da chuva, somos capazes de reduzir a exposição ao risco de escassez de água e minimizar a nossa pegada hídrica. Em 2014, Sierra desenvolveu a ferramenta Dive®, que serve como um programa abrangente de gestão e melhoria da água. Esta iniciativa foi concebida para avaliar o consumo real de água de um edifício em relação a uma simulação teórica ótima, identificando medidas de melhoria técnicas e ao nível da gestão. Em resposta ao cenário de stress hídrico crescente, em 2023, a resposta da Sierra envolveu a atualização dos normas sanitárias, incorporando requisitos rigorosos de consumo de água com base nos regulamentos *BREEAM In-Use/NC, Best practice* e Taxonomia. Adicionalmente, o benchmarking Dive® reforçou ainda mais o compromisso da Sierra com práticas sustentáveis de gestão da água. O *benchmark* permitiu identificar 76 ações com investimentos entre €264 e €597m que deverão permitir poupanças de água na ordem dos 8%, correspondendo a €102m de custos evitados anualmente.

Adicionalmente, no *Campus* da Sonae existem dois edifícios certificados pelos sistemas LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*) e *WELL platinum-level*– os edifícios *Sonae Business Center* e *Sonae Tech Hub*. Estes edifícios incorporam mecanismos de última geração em termos de eficiência hídrica, que permitem uma redução acentuada do consumo de água face a um edifício de referência, como a recolha de águas pluviais para reutilização no interior dos edifícios ou o pré-tratamento das águas pluviais que são descarregadas na rede, evitando a contaminação dos cursos de água. Através destes sistemas de eficiência hídrica, verificou-se um consumo total de água potável inferior a cerca de 50% no *Tech Hub* e a 40% no edifício *Business Center*, comparativamente a um edifício de referência.

Para mais informações, consulte o capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado.

### 303-2 Gestão dos impactos relacionados com as descargas de água

As águas residuais da atividade do grupo Sonae são encaminhadas para a rede pública de saneamento, onde são submetidas a tratamento adequado em instalações dedicadas (Estações de Tratamento de Águas Residuais - ETAR). A monitorização e controlo dos parâmetros de qualidade das águas residuais são garantidos pelas entidades responsáveis de forma a cumprir os requisitos legais estabelecidos. Com exceção de alguns armazéns, nomeadamente os localizados na zona da Azambuja, o Centro de Transformação de Carne (CPC), cujos efluentes são pré-tratados nas instalações da ETAR, sendo posteriormente encaminhados para a rede pública ou descarregados para o meio natural. Além disso, algumas lojas estão equipadas com ETAR de forma a cumprir os valores-limite de emissão impostos pelos respetivos serviços municipais. Relativamente à reciclagem/reutilização de efluentes, o CPC dispõe de um sistema de reciclagem de efluentes líquidos destinados ao consumo em situações menos exigentes do ponto de vista da qualidade da água, sobretudo

para complementar o consumo de água das torres de arrefecimento. Para o efeito, o efluente, depois de tratado na ETAR, é depois submetido a um novo tratamento, com o objetivo de melhorar a qualidade da água a reutilizar nas referidas torres de arrefecimento.

Na Sierra, incorporamos soluções que reduzem a poluição das fontes de água locais. Os nossos ativos podem ter até cinco sistemas diferentes de coleta de efluentes, que possibilitam a reutilização e/ou tratamento de recursos de acordo com suas características. Apesar de cumprirmos a legislação em todos os locais, nos ativos onde está a ser implementado o *Multisite SHEMS* da Sierra, temos procedimentos mais rigorosos e as descargas de águas residuais são regularmente analisadas por laboratórios certificados externos para controlar os níveis de contaminação das nossas descargas. Caso não exista legislação aplicável ou a licença do local não exija o cumprimento de quaisquer valores-limite, o ativo cumpre as condições definidas no nosso Procedimento Técnico que estabelece as regras de gestão e monitorização das águas residuais que são descarregadas para a rede de águas residuais ou diretamente para o meio natural.

Como referido anteriormente, os edifícios do Sonae Business Centre e do Sonae Tech Hub estão equipados com sistemas de eficiência hídrica para reutilização e pré-tratamento das águas pluviais no interior dos seus edifícios, evitando a contaminação dos cursos de água, e os sistemas de descarga sanitária são assegurados por água reciclada de lavatórios e chuveiros. Em 2023, o sistema de reutilização de águas pluviais e os sistemas de recirculação de água do Tech Hub permitiram que 30% do consumo total de água do edifício fosse coberto pelo sistema de recolha e recuperação de águas pluviais. No Business Centre, 100% das descargas sanitárias foram asseguradas por água reciclada de lavatórios e chuveiros.

De acordo com as melhores práticas de engenharia, quando as informações dos contadores não estavam disponíveis, assumimos que 80% da água consumida acaba por ser rejeitada como efluente líquido, sendo os restantes 20% utilizados.

## 303-3 Captação de água

### Por fonte ($m^3$)

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | Sierra | Sonae |
|---|---|---|---|---|
| Água de terceiros | 892.258 | 2.005 | 730.056 | 1.624.319 |
| Água subterrânea | 215.968 | - | 145.705 | 361.673 |
| Água à superfície | 213.602 | - | - | 213.602 |
| Água da chuva | - | - | 8.575 | 8.575 |
| Águas cinzentas | - | - | 14.583 | 14.583 |
| Fontes de água diversas | - | - | 9.368 | 9.368 |
| **Total** | **1.321.827** | **2.005** | **908.287** | **2.232.119** |

## 303-4 Descarga de água

### Por fonte ($m^3$)

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | Sierra | Sonae |
|---|---|---|---|---|
| Água de terceiros | 1.043.353 | 1.604 | 726.629 | 1.771.586 |
| Água subterrânea | 3.552 | - | - | 3.552 |
| Água à superfície | 7.775 | - | - | 7.775 |
| Água da chuva | - | - | 6.860 | 6.860 |
| Águas cinzentas | - | - | 11.666 | 11.666 |
| Fontes de água diversas | - | - | 7.494 | 7.494 |
| **Total** | **1.054.680** | **1.604** | **752.649** | **1.808.934** |

Nota: Quando os dados não estão diretamente disponíveis, a Sonae assume um pressuposto de que 80% da água retirada é descarregada e 20% é consumida.

## 303-5 Consumo de água

Por fonte ($m^3$)

| 2023 | CC, MC, Worten [1] e Zeitreel | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | Sierra | Sonae |
|---|---|---|---|---|
| **Consumo de água total** | **267.147** | **401** | **155.638** | **423.186** |
| Consumo de água em áreas de stress hídrico | 116.674 | - | 128.954 | 245.628 |

Nota: A estimativa do consumo de água, resultou da diferença entre o volume de água captado pelo volume de efluente descarregado.

[1] Não incluído o consumo de água em lojas da Worten por ser considerado imaterial no contexto do Grupo.

## 304: Biodiversidade [aspeto material]

## 304-1 Unidades operacionais próprias, arrendadas ou geridas dentro ou nas adjacências de áreas de proteção ambiental e áreas de alto valor de biodiversidade situadas fora de áreas de proteção ambiental

A Sonae não possui instalações em áreas classificadas como habitats ricos em biodiversidade, nas suas operações diretas. Na verdade, as lojas dos nossos negócios estão localizadas em áreas urbanas e parques. Várias dessas instalações são geridas pela Sierra. A Sierra realiza essas avaliações para projetos em desenvolvimento, quando a questão é mais crítica, e a maioria de seus ativos em operação está em áreas urbanas, onde esses impactos são menos relevantes. Não obstante, a Sierra realiza Estudos de Impacto Ambiental ou Avaliações Ambientais Preliminares em todos os novos projetos de desenvolvimento e em grandes expansões, quando acordado por nossos parceiros.

Além disso, a Sonae reforça a sua preocupação com a biodiversidade com o Compromisso Zero Desflorestação, um compromisso público publicado em 2022. As empresas da Sonae que assumiram com este compromisso incluem a MC, Zeitreel, Worten e Sierra e está relacionado com atividades e operações sob controlo direto das empresas da Sonae e das suas cadeias de abastecimento. Em 2023, as empresas da Sonae realizaram a primeira avaliação do progresso rumo ao Compromisso Zero Desflorestação, resultando em 58% considerados livres de desflorestação (com o critério de fornecimento das matérias-primas relevantes de países sem risco ou se as matérias-primas possuem uma certificação específica (por exemplo, FSC, RSPO)).

A Sonae tem vários outros compromissos e iniciativas para contribuir positivamente para a restauração e proteção da biodiversidade, como a Floresta Sonae, o Clube de Produtores do Continente (CPC) e o Projeto do CPC Águia Caçadeira. Para mais informações, consulte o capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado.

## 304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade

Contribuir para travar e reverter a perda de biodiversidade até 2030 e melhorar a proteção e eficiência da água é um dos compromissos de sustentabilidade da Sonae. As nossas empresas reconhecem a sua dependência dos recursos naturais e a sua influência no equilíbrio desses materiais na natureza, pelo que é crucial evoluir contra a sobre-exploração e poluição dos ecossistemas naturais e integrar esta agenda na estratégia empresarial.

A Sonae continua ativamente envolvida no *Science Based Targets Network Corporate Engagement Program* (SBTN) desde o seu lançamento em 2020, colaborando no desenvolvimento de metodologias e ferramentas para definir objetivos alinhados com a ciência para o nosso negócio. Isso envolve uma análise completa das atividades da nossa cadeia de valor, identificando e quantificando os principais fatores de perda de biodiversidade dentro do nosso negócio.

Ao mesmo tempo, foi realizado um trabalho prospetivo com as empresas Sonae para identificar um conjunto de ações que pudessem ser adotadas a curto-médio prazo e que tivessem um impacto positivo na natureza e na biodiversidade e formalizaram os compromissos do grupo com o *act4nature* Portugal. Trata-se de uma iniciativa promovida pelo BCSD Portugal no âmbito do *act4nature* (lançado em França, em 2018) e que visa

mobilizar empresas para proteger, promover e restaurar a biodiversidade. Como mencionado acima, as empresas também assumiram um compromisso público com a preservação da floresta, definindo objetivos de zero desflorestação que visa evitar a desflorestação associada à produção de matérias-primas essenciais – gado, madeira, óleo de palma e soja e no desenvolvimento de novas infraestruturas, enquanto se contribuí positivamente para a conservação e restauro das florestas. Para mais informações, consulte o capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado.

## 304-3 Habitats protegidos ou restaurados

Considerando a importância da preservação e restauro florestal, no combate às alterações climáticas, as empresas Sonae continuaram a investir no desenvolvimento do Projeto Floresta Sonae. No período de 10 anos, vamos reflorestar 1.100 hectares. Entre 2019 e 2023, as empresas Sonae reflorestaram mais de 269 hectares de área. Em 2023, os nossos negócios financiaram a reflorestação em mais de 70 hectares, correspondendo a cerca de 88 mil árvores, referentes à compensação de 8,8 mil $tCO_{2e}$ associadas à emissão de gases com efeito de estufa da frota de veículos de colaboradores e veículos de serviço no ano de 2022.

Além disso, o Clube de Produtores do Continente (CPC) da MC supervisiona várias iniciativas que visam melhorar as práticas de produção, embalagens e soluções nutricionais. Notavelmente, o Programa de Agricultura Regenerativa foca na melhoria das condições do solo, nutrição das plantas e gestão da água para os produtores, com 7 participantes em 2023. Além disso, o Programa de Agroecologia apoia 23 produtores no desenvolvimento de planos de ação baseados em fatores Água, Biodiversidade e Carbono (ABC). Para mais informações, consulte o capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado.

## 305: Emissions [material aspect]

## 305-1 Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (âmbito 1)

### Emissões Âmbito 1 (t $CO_{2e}$)

| | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra | | | Sonae | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 [1] | 2023 | 2021 | 2022 [2] | 2023 | 2021 | 2022 [3] | 2023 [4] | 2021 | 2022 | 2023 |
| Emissões GEE $CO_2$ | 32.953 | 39.950 | 40.809 | 704 | 411 | 163 | 7.086 | 1.884 | 3.010 | 40.743 | 42.245 | 43.982 |
| Emissões GEE $CH_4$ | 14 | 103 | 156 | 0,59 | 0,44 | 0,16 | 9 | 3 | 3 | 23 | 106 | 159 |
| Emissões GEE $N_2O$ | 341 | 479 | 525 | 8 | 6 | 2 | 10 | 9 | 7 | 359 | 494 | 533 |
| Emissões F-Gases | 18.416 | 23.136 | 23.901 | - | - | - | 406 | 426 | 824 | 18.822 | 23.562 | 24.725 |
| **Emissões Totais Âmbito 1** | **51.723** | **63.669** | **65.391** | **713** | **417** | **165** | **7.511** | **2.322** | **3.844** | **59.947** | **66.408** | **69.400** |

Nota: Valores históricos atualizados decorrente do ajuste na metodologia de cálculo e âmbito de reporte. A metodologia aplicada é a de controlo operacional, com a exceção da Sierra a partir de 2022.

[1] Valor atualizado Zeitreel para incluir emissões biogénicas.

[2] Valor atualizado Sonaecom onde foram excluídas as operações vendidas, empresas S21Sec e Excellium. Considerando o perímetro anterior, a Sonaecom teria um valor total de emissões âmbito 1 de 532 $tCO_{2e}$.

[3] Valor atualizado Sierra para considerar mudança de âmbito em Equity Share submetido e aprovado pelo SBTi.

[4] Sierra ajustou os valores considerando os critérios de submissão do SBTi, para âmbito Equity Share. Em 2023, as emissões de âmbito 1 para o perímetro de consolidação da Sierra (ativos detidos e sob gestão a 100%, e escritórios) seriam de 5.934 $tCO_{2e}$. Considerando esta metodologia de consolidação, a Sonae SGPS teria um valor total de emissões âmbito 1 de 71.490 $tCO_{2e}$.

## 305-2 Emissões indiretas de GEE (âmbito 2)

### Emissões Âmbito 2 (t $CO_{2e}$) - Emissões associadas ao consumo de eletricidade

| | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra | | | Sonae | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 [1] | 2023 | 2021 | 2022 [2] | 2023 [3] | 2021 | 2022 | 2023 |
| *Market based* | 119.395 | 94.916 | 82.632 | 184 | 110 | 187 | 4.681 | 2.353 | 1.702 | 124.260 | 99.025 | 84.522 |
| Energia térmica | 4.334 | 3.471 | 3.301 | - | - | - | 1.914 | | 345 | 6.248 | 6.022 | 3.646 |
| **Emissões Totais GEE Âmbito 2 *Market based*** | **123.729** | **98.387** | **85.933** | **184** | **110** | **187** | **6.595** | **2.353** | **2.047** | **130.508** | **105.047** | **88.168** |
| *Location based* | 120.902 | 129.045 | 112.390 | 115 | 266 | 123 | 14.924 | 6.550 | 5.603 | 135.941 | 135.861 | 118.117 |
| Energia térmica | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | NA | 383 | NA | NA | 383 |
| **Emissões Totais GEE Âmbito 2 *Location based*** | **120.902** | **129.045** | **112.390** | **115** | **266** | **123** | **14.924** | **6.550** | **5.986** | **135.941** | **135.861** | **118.500** |

Nota: Incluídas nas emissões de âmbito 2 as emissões associadas ao consumo de eletricidade e de energia térmica (referente ao consumo de água refrigerada e água aquecida). A metodologia aplicada é a de controlo operacional, com a exceção da Sierra a partir de 2022.

[1] Valor atualizado Sonaecom onde foram excluídas as operações vendidas, empresas S21Sec e Excellium. Considerando o perímetro anterior, a Sonaecom teria um valor total de emissões âmbito 2 *Market-based* de 263 $tCO_{2e}$.

[2] Valor atualizado Sierra para considerar mudança de âmbito em Equity Share submetido e aprovado pelo SBTi.

[3] Sierra ajustou os valores considerando os critérios de submissão do SBTi, para âmbito Equity Share. Em 2023, as emissões de âmbito 2 *Market-based* para o perímetro de consolidação da Sierra (ativos detidos e sob gestão a 100%, e escritórios) seriam de 5.188 $tCO_{2e}$. Considerando esta metodologia de consolidação, a Sonae SGPS teria um valor total de emissões âmbito 2 *Market-based* de 91.309 $tCO_{2e}$.

## 305-3 Outras emissões indiretas de GEE (âmbito 3)

### Emissões Âmbito 3 por Categoria (t $CO_{2e}$)

| | MC [1], Worten [2] e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra | | | Sonae | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 [3] | 2021 | 2022 | 2023 |
| C1: Bens e serviços comprados | 4.076.752 | 4.677.349 | 4.836.531 | - | - | - | - | - | 12.261 | 4.076.752 | 4.677.349 | 4.848.792 |
| C2: Bens de capital | 6.309 | 96.447 | 12.515 | - | - | - | - | - | 21.823 | 6.309 | 96.447 | 34.338 |
| C3: Actividades relacionadas com o combustível e energia (não incluídas nos Âmbitos 1 e 2) | 24.991 | 26.185 | 2.763 | - | - | - | - | 489 | 1.954 | 24.991 | 26.674 | 4.717 |
| C4: Transporte e distribuição | 38.070 | 39.718 | 47.685 | - | - | - | - | - | 4.802 | 38.070 | 39.718 | 52.487 |
| C5: Resíduos gerados | 10.196 | 10.233 | 231 | - | - | - | 1.351 | 1.892 | 3.820 | 11.547 | 12.125 | 4.051 |
| C6: Viagens de negócio | 1.017 | 2.048 | 867 | 40 | 135 | 135 | 459 | 1.177 | 1.208 | 1.516 | 3.360 | 2.210 |
| C7: Mobilidade (deslocações de colaboradores) | 67.160 | 77.078 | 12.477 | - | 133 | 133 | 380 | 543 | 1.331 | 67.540 | 77.754 | 13.941 |
| C8: Ativos alugados (montante) | - | - | - | - | - | - | - | - | 11 | - | - | 11 |
| C9: Transporte e distribuição | 142.332 | 181.138 | 26.409 | - | - | - | 382.288 | 488.514 | - | 524.620 | 669.652 | 26.409 |
| C10: Transformação de produtos vendidos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| C11: Uso de produtos vendidos | 1.148.185 | 1.196.790 | 912.195 | - | - | - | - | - | 2.606 | 1.148.185 | 1.196.790 | 914.801 |
| C12: Tratamento e fim de vida dos produtos vendidos | 4.851 | 102.644 | 8.327 | - | - | - | - | - | 211 | 4.851 | 102.644 | 8.538 |
| C13: Ativos alugados (jusante) | - | - | - | - | - | - | 57.833 | 88.339 | 27.087 | 57.833 | 88.339 | 27.087 |
| C14: Franchises | 17.086 | 25.965 | 1.456 | - | - | - | - | - | - | 17.086 | 25.965 | 1.456 |
| C15: Investimentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Emissões Totais Âmbito 3** | **5.536.949** | **6.435.595** | **5.861.456** | **40** | **268** | **268** | **442.311** | **580.954** | **77.114** | **5.979.300** | **7.016.817** | **5.938.838** |

Nota: Em 2023, a Sonae considerou o âmbito de reporte das suas emissões de GEE de âmbito 3, incluindo as categorias mais representativas para estas emissões.

1 Em 2022, valores da MC foram atualizados devido a mudanças na metodologia de cálculo. Âmbito 3 de 2022 incluí todas as categorias das empresas e não é diretamente comparável com o ano de 2023, por este incluir para a MC apenas a Categoria 1. Em 2023, a MC incluí a categoria C1 por representar mais de 67% do âmbito 3 e no seguimento do target aprovado pelos SBTis.

2 Informação do âmbito 3 da Worten incluídos nos valores de 2021, 2022 e 2023.

3 Em 2023, Sierra âmbito em Equity Share submetido e aprovado pelo SBTi.

## Emissões totais por âmbito (t $CO_{2e}$)

| | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra | | | Sonae | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 [2] | 2021 | 2022 | 2023 |
| Âmbito 1 | 51.723 | 63.669 | 65.391 | 713 | 417 | 165 | 7.511 | 2.322 | 3.844 | 59.947 | 66.408 | 69.400 |
| Âmbito 2 [1] | 123.729 | 98.387 | 85.933 | 184 | 110 | 187 | 6.595 | 6.550 | 5.986 | 130.508 | 105.047 | 92.107 |
| Âmbito 3 | 5.536.949 | 6.435.595 | 5.861.456 | 40 | 268 | 268 | 442.311 | 580.954 | 77.114 | 5.979.300 | 7.016.817 | 5.938.838 |
| **Total de emissões** | **5.712.401** | **6.597.651** | **6.012.780** | **937** | **795** | **621** | **456.417** | **589.826** | **86.944** | **6.169.755** | **7.188.271** | **6.100.345** |

Notas: O cálculo das emissões de GEE (âmbito 1, 2, 3) é baseado na metodologia estabelecida no GHG International Protocol. A metodologia aplicada é a de controlo operacional, com a exceção da Sierra a partir de 2022.

1 Em 2022 e 2023, o âmbito 2 considerado para *Market-based*, com a exceção da Sierra que apresenta emissões âmbito 2 em *Location-based* a partir de 2022.

[2] Sierra ajustou os valores considerando os critérios de submissão do SBTi, para âmbito *Equity Share*. Em 2023, as emissões totais de âmbito 1 e 2 Market-*based* para o perímetro de consolidação da Sierra (ativos detidos e sob gestão a 100, e escritórios) seriam de 11.122 $tCO_{2e}$. Considerando esta metodologia de consolidação, a Sonae SGPS teria um valor total de emissões totais de âmbito 1 e 2 *Market-based* de 162.799 $tCO_{2e}$.

As informações sobre os fatores de conversão e emissão encontram-se no final da tabela GRI, na seção de notas metodológicas. Para mais informações sobre os fatores de emissão de 2021, 2022 e 2023 da Sierra, consulte o Relatório de Sustentabilidade da Sierra para os respetivos anos.

## 305-4 Intensidade de emissões de GEE

### Intensidade de emissões

| | Rácio de intensidade de emissões de GEE | | | Notas metodológicas |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | de acordo com natureza da atividade dos negócios |
| CC, MC, Worten e Zeitreel | 0,17 | 0,15 | 0,14 | Emissões GEE âmbito 1 e 2 (*market based*) (t $CO_{2e}$) / Área de vendas ($m^2$) |
| Sonaecom (Bright Pixel e Media) | 5,35 | 3,96 | 2,00 | Emissões GEE âmbito 1 e 2 (*market based*) (t $CO_{2e}$) / Capital investido no portefólio ativo da Bright Pixel (€m) |
| Sierra excluindo emissões dos lojistas | 0,043 | 0,020 | 0,020 | Emissões GEE âmbito 1, 2 e 3 [1] (t $CO_{2e}$) / área excludindo os lojistas [2] ($m^2$)<br>[1] Método de cálculo atualizado em 2023, para o âmbito da Sierra *Equity Share*, alinhado com a aprovação das metas pelo SBTi. Emissões de âmbito 1 excluindo as emissões de gás natural consumido por cogeração mas incluindo as emissões de água quente/refrigerada produzida por cogeração e consumida localmente, emissões de âmbito 2 em *Location-based* e emissões de âmbito 3 relativas a resíduos de centros comerciais detidos sob gestão e em operação e de escritórios corporativos.<br>[2] áreas de corredores e casas de banho dos centros comerciais detidos sob gestão e em operação mais a área dos escritórios corporativos que monitorizam a energia e os resíduos. |

Nota: Atualização das métricas específicas relevantes para os negócios.

## 305-5 Redução das emissões de GEE

Em 2023, as empresas do nosso portefólio passaram por um processo de revisão e definição de metas ambiciosas de redução de emissões, alinhadas com a estrutura da *Science Based Targets initiative* (SBTi). Assim, assumimos uma meta corporativa de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) de 53% até 2032 quando comparado com 2022.

De forma a atingir os seus objetivos específicos, e os corporativos, cada empresa desenvolveu os seus próprios *roadmaps* de descarbonização, adaptados ao seu contexto empresarial, com base nas melhores práticas conhecidas e no melhor conhecimento tecnológico e científico.

Mudar para equipamentos de refrigeração que utilizam refrigerantes de baixo impacto, investir na produção de energia renovável *on-site* e no fornecimento de energia renovável, eletrificar a nossa frota de veículos e avançar nos esforços para promover a ecoeficiência das nossas operações são algumas das medidas planeadas para atingir as nossas metas, como também relatado no GRI "302-4 Redução do consumo de energia".

Para mais informações, consulte o capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado.

## 305-6 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono

### Substâncias destruidoras da camada de ozono (kg)

| | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|---|---|---|
| R407C | 167 | 160 | 85 |
| R410A | 125 | 251 | 153 |
| R417A | - | - | - |
| R438A | - | 9 | - |
| R32 | - | - | 2 |

Nota: As substâncias destruidoras da camada de ozono R417A e R438A foram repotadas pela primeira vez em 2022, não existindo valores de 2021. Em 2023 foram incluídas as substâncias destruidoras da camada de ozono R32.

## 305-7 Óxidos de azoto ($NO_x$), óxidos de enxofre ($SO_2$) e outras emissões significativas

### Emissões de Óxidos de azoto ($NO_x$), de óxidos de enxofre ($SO_2$), de metano ($CH_4$) e de F-gases (t)

| | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sonae* | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 |
| $NO_x$ | 344 | 393 | 392 | 6,48 | 5,40 | 1,68 | 351 | 399 | 394 |
| $SO_2$ | 90 | 116 | 115 | 1,68 | 1,26 | 0,39 | 91 | 117 | 115 |
| $CH_4$ | 14 | 103 | 156 | 0,59 | 0,44 | 0,16 | 14 | 103 | 156 |
| F-gases | 18.416 | 23.136 | 23.901 | - | - | - | 18.416 | 23.136 | 23.901 |

* Excluindo a Sierra, uma vez que a Sierra não comunica este indicador.

Nota: Valores históricos atualizados resultantes do ajuste na metodologia de cálculo (revisão dos fatores de emissão e inclusão de emissões de gases destruidores da camada de ozono).

## 306: Resíduos

## 306-1 Produção de resíduos e impactos significativos relacionados com resíduos

A Sonae, reconhecendo os potenciais impactos decorrentes da geração de resíduos das suas atividades e operações, como a poluição e degradação de ecossistemas e espécies, tem implementado iniciativas focadas na gestão dos resíduos produzidos pelas suas operações, bem como práticas de redução e/ou reutilização de resíduos, que incluem: criação de áreas específicas em lojas e armazéns para gestão de resíduos; separação, armazenamento temporário e transferência de diferentes tipos de resíduos para operadores autorizados; separação da porção orgânica dos resíduos e envio para valorização orgânica; redução do material de embalagem dos produtos de marca própria; reutilização das embalagens de transporte; e formação e sensibilização dos colaboradores.

Os esforços para promover uma prevenção, gestão e eliminação eficazes dos resíduos assumiram uma importância acrescida nos últimos anos, dada a crescente consciencialização social e a agenda legislativa para combater os resíduos, tanto a nível regional como nacional.

Sempre que possível, evita-se a deposição em aterro, porque não se trata apenas de uma utilização ineficiente dos recursos; pode gerar emissões nocivas de gases com efeito de estufa, como o metano e o dióxido de carbono, bem como poluentes que podem lixiviar para o solo e as águas subterrâneas. Consequentemente, a deposição de resíduos em aterros está a tornar-se regulada de forma mais rigorosa e mais dispendiosa na maioria dos locais onde operamos.

Por outro lado, uma boa gestão dos resíduos pode reduzir os impactos ambientais e ser mais rentável para as empresas, uma vez que evita os impostos sobre a deposição em aterro e os custos de eliminação de resíduos. Uma abordagem de ciclo fechado à gestão de resíduos pode também reduzir os custos e os impactos ambientais associados ao consumo de matérias-primas. Estamos empenhados em reduzir a quantidade de resíduos gerados pelas nossas atividades e em alcançar elevados níveis de reciclagem.

Adicionalmente, para sensibilizar os nossos clientes para a correta eliminação de resíduos, nos parques de estacionamento de alguns dos nossos espaços comerciais, disponibilizamos contentores para depósito e separação de resíduos elétricos e eletrónicos e óleos alimentares, por exemplo. Para mais informações, consulte o capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado.

## 306-2 Gestão de impactos significativos relacionados com os resíduos

Reforçamos os princípios da prevenção, eficiência e circularidade na forma como gerimos a nossa atividade, à medida que concebemos e desenvolvemos os nossos serviços e produtos, evitando plásticos descartáveis sempre que possível, favorecendo a reutilização e reparação de materiais e, quando tal não seja possível, enviando resíduos para reciclagem ou outras formas de valorização e eliminação de resíduos (incluindo plásticos, resíduos eletrónicos e resíduos perigosos); além de ações de combate ao desperdício alimentar.

Em 2023, a Sierra realizou estudos de Caracterização de Resíduos num conjunto de ativos com o objetivo de identificar materiais valiosos dentro de fluxos de resíduos indiferenciados para impulsionar a otimização nos processos de valorização de recursos e aumentar a taxa de reciclagem. Além disso, a MC tem trabalhado para garantir uma gestão de resíduos mais inteligente e assertiva, através de mecanismos para acelerar o fluxo de produtos e minimizar o desperdício de alimentos.

No que diz respeito a soluções e serviços inovadores que promovem a economia circular, a MC continua a trabalhar no projeto Refill Spot do Continente, promovendo soluções de reabastecimento em casa de sistemas eco spots nas lojas de retalho alimentar e iniciativas em segunda mão como o [Re]cycle para bicicletas, [Re]style para vestuário, [Re]baby para artigos de puericultura e [Re]use para ferramentas elétricas.

Na Worten existem vários programas que promovem a circularidade dos Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (EEEs) e a gestão de resíduos, maioritariamente apoiados nos serviços de remodelação e reparação da Worten, realizados na Unidade de Tratamento e Recuperação de Artigos Depreciados (UTRAD) e Centro de Serviços Técnicos (TSC). Na UTRAD existe uma equipe técnica especializada e dedicada a atingir a maior taxa de recuperação possível, limitando ao mínimo os artigos não recuperáveis enviados para reciclagem. Esta unidade repara eletrodomésticos danificados no transporte, manuseio e/ou exposição em lojas, parceiros de reparos, armazéns ou clientes. Os produtos recuperados são reintroduzidos no fluxo de venda da loja Worten, evitando que milhares de produtos se tornem resíduos eletrónicos. Na TSC, os produtos recebidos dos clientes através do Programa Resolve da Worten são reparados e prolongam a sua vida útil. Na TSC, os produtos selecionados (*smartphones, smartwatches e tablets*), adquiridos pela Worten aos seus clientes, são também recondicionados e colocados à venda novamente em segunda mão no âmbito do programa Reuse. Adicionalmente, nos Armazém da Worten, TSC e lojas, são adotadas medidas para reduzir o consumo de embalagens ao longo dos vários fluxos logísticos, por exemplo: a definição de KPI’s no armazém para reduzir o consumo de embalagens, a utilização de caixas rígidas reutilizáveis para o circuito logístico entre o armazém e a Worten mobile (projeto piloto) e a reutilização de embalagens nas lojas para envio de equipamentos para o TSC. O TSC implementou um sistema de envelopes reutilizáveis para o tratamento de equipamentos recondicionados no programa Reuse. Para mais informações, consulte o capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado.

## 306-3 Resíduos produzidos

### Resíduos produzidos (t)

| | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra | | | Sonae | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Resíduos perigosos | 2.538 | 2.233 | 2.941 | - | - | - | 28 | 14 | 42 | 2.566 | 2.247 | 2.983 |
| Resíduos não perigosos | 78.342 | 78.228 | 83.733 | - | - | - | 16.707 | 21.971 | 23.338 | 95.049 | 100.199 | 107.071 |
| **Total** | **80.880** | **80.461** | **86.674** | **-** | **-** | **-** | **16.735** | **21.985** | **23.381** | **97.615** | **102.446** | **110.054** |

## 306-4 Resíduos não encaminhados para deposição

### Resíduos não encaminhados para deposição (t)

| | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra | | | Sonae | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 |
| **Resíduos perigosos** | | | | | | | | | | | | |
| Reciclados | 2.508 | 2.205 | 2.884 | - | - | - | 26 | 11 | 10 | 2.534 | 2.216 | 2.894 |
| Preparados para reutilização | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Incinerados (com recuperação de energia) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras operações de recuperação* | 9 | - | - | - | - | - | - | - | - | 9 | - | - |
| **Total de resíduos perigosos não encaminhados para deposição** | **2.518** | **2.205** | **2.884** | **-** | **-** | **-** | **26** | **11** | **10** | **2.544** | **2.216** | **2.894** |
| **Resíduos não perigosos** | | | | | | | | | | | | |
| Reciclados | 50.114 | 49.618 | 52.944 | - | - | - | 8.330 | 11.061 | 11.814 | 58.444 | 60.680 | 64.758 |
| Preparados para reutilização | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Incinerados (com recuperação de energia) | 6.257 | 7.847 | 8.574 | - | - | - | 1.705 | 2.382 | 1.488 | 7.962 | 10.229 | 10.062 |
| Outras operações de recuperação* | 9.816 | 9.336 | 9.512 | - | - | - | 4.353 | 5.234 | 6.760 | 14.169 | 14.570 | 16.272 |
| **Total de resíduos não perigosos não encaminhados para deposição** | **66.187** | **66.802** | **71.030** | **-** | **-** | **-** | **14.388** | **18.677** | **20.062** | **80.575** | **85.479** | **91.092** |

*Compostagem e digestão anaerobia.

## 306-5 Resíduos encaminhados para deposição

### Resíduos encaminhados para deposição (t)

| | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra | | | Sonae | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 |
| **Resíduos perigosos** | | | | | | | | | | | | |
| Incinerados (sem recuperação de energia) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Direcionados para aterro | - | 3 | 3 | - | - | - | - | - | - | - | 3 | 3 |
| Outras operações de eliminação* | 21 | 25 | 54 | - | - | - | 2 | 2 | 32 | 23 | 28 | 86 |
| **Deposição total de resíduos perigosos** | **21** | **28** | **57** | **-** | **-** | **-** | **3** | **2** | **32** | **23** | **30** | **89** |
| **Resíduos não perigosos** | | | | | | | | | | | | |
| Incinerados (sem recuperação de energia) | - | - | - | - | - | - | 9 | - | - | 9 | - | 18 |
| Direcionados para aterro | 12.028 | 10.887 | 12.023 | - | - | - | 2.303 | 3.293 | 3.255 | 14.331 | 14.181 | 15.278 |
| Outras operações de eliminação* | 127 | 539 | 680 | - | - | - | 7 | 1 | 22 | 134 | 540 | 701 |
| **Deposição total de resíduos não perigosos** | **12.155** | **11.426** | **12.703** | **-** | **-** | **-** | **2.319** | **3.294** | **3.276** | **14.475** | **14.721** | **15.979** |

*Incluí opção de armazenagem.

GRI 400 - Divulgação sociais

401: Emprego [aspeto material]

## 401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados

### Entradas e saídas (número)

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | Sierra | | Sonae | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Entradas | Saídas | Entradas | Saídas | Entradas | Saídas | Entradas | Saídas |
| Homens | 9.363 | 9.375 | 6 | 10 | 54 | 51 | 9.423 | 9.436 |
| Mulheres | 14.772 | 15.152 | 18 | 20 | 77 | 52 | 14.867 | 15.224 |
| **Total** | **24.135** | **24.527** | **24** | **30** | **131** | **103** | **24.290** | **24.660** |
| <30 anos | 17.978 | 17.690 | 14 | 18 | 53 | 25 | 18.045 | 17.733 |
| 30-50 anos | 5.566 | 5.864 | 8 | 11 | 69 | 59 | 5.643 | 5.934 |
| >50 anos | 591 | 973 | 2 | 1 | 9 | 19 | 602 | 993 |
| **Total** | **24.135** | **24.527** | **24** | **30** | **131** | **103** | **24.290** | **24.660** |
| Portugal | 22.906 | 23.439 | 24 | 30 | 86 | 62 | 23.016 | 23.531 |
| Espanha | 1.177 | 1.058 | - | - | 7 | 9 | 1.184 | 1.067 |
| Resto do mundo | 52 | 30 | - | - | 38 | 32 | 90 | 62 |
| **Total** | **24.135** | **24.527** | **24** | **30** | **131** | **103** | **24.290** | **24.660** |

### Entradas e saídas (%)

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | Sierra | | Sonae | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Entradas | Saídas | Entradas | Saídas | Entradas | Saídas | Entradas | Saídas |
| Homens | 19,9% | 19,9% | 1,9% | 3,1% | 7,4% | 7,0% | 19,6% | 19,6% |
| Mulheres | 31,4% | 32,1% | 5,6% | 6,3% | 10,5% | 7,1% | 30,9% | 31,6% |
| **Total** | **51,3%** | **52,0%** | **7,5%** | **9,4%** | **17,9%** | **14,1%** | **50,5%** | **51,3%** |
| <30 anos | 38,2% | 37,6% | 4,4% | 5,6% | 7,3% | 3,4% | 37,5% | 36,9% |
| 30-50 anos | 11,8% | 12,5% | 2,5% | 3,4% | 9,5% | 8,1% | 11,7% | 12,3% |
| >50 anos | 1,3% | 2,1% | 0,6% | 0,3% | 1,2% | 2,6% | 1,3% | 2,1% |
| **Total** | **51,3%** | **52,1%** | **7,5%** | **9,4%** | **17,9%** | **14,1%** | **50,5%** | **51,3%** |
| Portugal | 48,7% | 49,8% | 7,5% | 9,4% | 11,8% | 8,5% | 47,8% | 48,9% |
| Espanha | 2,5% | 2,2% | 0,0% | 0,0% | 1,0% | 1,2% | 2,5% | 2,2% |
| Resto do mundo | 0,1% | 0,1% | 0,0% | 0,0% | 5,2% | 4,4% | 0,2% | 0,1% |
| **Total** | **51,3%** | **52,1%** | **7,5%** | **9,4%** | **17,9%** | **14,1%** | **50,5%** | **51,3%** |

## Taxa de entradas e saídas

| | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra | | | Sonae | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Total Colaboradores | 45.062 | 47.192 | 47.054 | 870 | 320 | 319 | 902 | 710 | 730 | 46.834 | 48.222 | 48.111 |
| Entradas | 24.115 | 27.876 | 24.135 | 180 | 52 | 24 | 131 | 150 | 131 | 24.426 | 28.078 | 24.290 |
| **Taxa de entradas (%)** | **53%** | **59%** | **51%** | **21%** | **16%** | **8%** | **15%** | **21%** | **18%** | **52%** | **58%** | **50%** |
| Saídas | 21.913 | 26.359 | 24.527 | 147 | 139 | 30 | 114 | 92 | 103 | 22.174 | 26.590 | 24.660 |
| **Taxa de saídas (%)** | **48%** | **56%** | **52%** | **17%** | **43%** | **9%** | **13%** | **13%** | **14%** | **47%** | **55%** | **51%** |

## Saídas voluntárias ou involuntárias (número)

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | | | | Sonae* | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saídas Voluntárias | | | Saídas Involuntárias | | | Saídas Voluntárias | | | Saídas Involuntárias | | | Saídas Voluntárias | | | Saídas Involuntárias | | |
| | H | M | T | H | M | T | H | M | T | H | M | T | H | M | T | H | M | T |
| **Executivos** | **2** | **1** | **3** | **2** | **-** | **2** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **2** | **1** | **3** | **2** | **-** | **2** |
| < 30 anos | - | - | **-** | - | - | **-** | - | - | **-** | - | - | **-** | - | - | **-** | - | - | **-** |
| Entre 30 e 50 anos | 2 | - | **2** | - | - | **-** | - | - | **-** | - | - | **-** | 2 | - | **2** | - | - | **-** |
| ≥ 50 anos | - | 1 | **1** | 2 | - | **2** | - | - | **-** | - | - | **-** | - | 1 | **1** | 2 | - | **2** |
| **Gestores de topo e quadros intermédios** | **29** | **20** | **49** | **23** | **10** | **33** | **1** | **2** | **3** | **-** | **-** | **-** | **30** | **22** | **52** | **23** | **10** | **33** |
| < 30 anos | - | - | **-** | - | - | **-** | - | - | **-** | - | - | **-** | - | - | **-** | - | - | **-** |
| Entre 30 e 50 anos | 25 | 19 | **44** | 9 | 7 | **16** | 1 | 2 | **3** | - | - | **-** | 26 | 21 | **47** | 9 | 7 | **16** |
| ≥ 50 anos | 4 | 1 | **5** | 14 | 3 | **17** | - | - | **-** | - | - | **-** | 4 | 1 | **5** | 14 | 3 | **17** |
| **Coordenadores e Supervisores** | **26** | **66** | **92** | **16** | **53** | **69** | **6** | **14** | **20** | **3** | **4** | **7** | **32** | **80** | **112** | **19** | **57** | **76** |
| < 30 anos | 6 | 16 | **22** | 1 | 12 | **13** | 4 | 7 | **11** | 3 | 4 | **7** | 10 | 23 | **33** | 4 | 16 | **20** |
| Entre 30 e 50 anos | 18 | 44 | **62** | 4 | 35 | **39** | 1 | 7 | **8** | - | - | **-** | 19 | 51 | **70** | 4 | 35 | **39** |
| ≥ 50 anos | 2 | 6 | **8** | 11 | 6 | **17** | 1 | - | **1** | - | - | **-** | 3 | 6 | **9** | 11 | 6 | **17** |
| **Técnicos e Especialistas** | **251** | **407** | **658** | **77** | **128** | **205** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **251** | **407** | **658** | **77** | **128** | **205** |
| < 30 anos | 92 | 179 | **271** | 22 | 49 | **71** | - | - | **-** | - | - | **-** | 92 | 179 | **271** | 22 | 49 | **71** |
| Entre 30 e 50 anos | 156 | 220 | **376** | 44 | 62 | **106** | - | - | **-** | - | - | **-** | 156 | 220 | **376** | 44 | 62 | **106** |
| ≥ 50 anos | 3 | 8 | **11** | 11 | 17 | **28** | - | - | **-** | - | - | **-** | 3 | 8 | **11** | 11 | 17 | **28** |
| **Operacionais** | **3.435** | **5.889** | **9.324** | **5.515** | **8.577** | **14.092** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **3.435** | **5.889** | **9.324** | **5.515** | **8.577** | **14.092** |
| < 30 anos | 2.530 | 3.967 | **6.497** | 4.478 | 6.338 | **10.816** | - | - | **-** | - | - | **-** | 2.530 | 3.967 | **6.497** | 4.478 | 6.338 | **10.816** |
| Entre 30 e 50 anos | 849 | 1.713 | **2.562** | 882 | 1.775 | **2.657** | - | - | **-** | - | - | **-** | 849 | 1.713 | **2.562** | 882 | 1.775 | **2.657** |
| ≥ 50 anos | 56 | 209 | **265** | 155 | 464 | **619** | - | - | **-** | - | - | **-** | 56 | 209 | **265** | 155 | 464 | **619** |

* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

## Mobilidade interna e promoções

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sonae* | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | H | M | T | H | M | T | H | M | T |
| Nº de mobilidade | 1.607 | 2.934 | **4.541** | 3 | 3 | **6** | 1.610 | 2.937 | **4.547** |
| **Mobilidade interna (%)** | **10%** | **9%** | **10%** | **2%** | **2%** | **2%** | **10%** | **9%** | **10%** |
| Nº de promoções | 7.889 | 16.432 | **24.321** | 4 | 4 | **8** | 7.893 | 16.436 | **24.329** |
| **Promoções (%)** | **49%** | **53%** | **52%** | **3%** | **2%** | **3%** | **48%** | **53%** | **51%** |

* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

## 401-3 Licença parental

## Licença parental

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sonae* | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | H | M | T | H | M | T | H | M | T |
| Total de colaboradores que usufruíram a licença parental (n.º) | 692 | 1.700 | **2.392** | 7 | 6 | **13** | 699 | 1.706 | **2.405** |
| Total de colaboradores com direito a licença parental (n.º) | 16.154 | 30.900 | **47.054** | 150 | 169 | **319** | 16.304 | 31.069 | **47.373** |
| **Taxa de usufruto (%)** | **4%** | **6%** | **5%** | **5%** | **4%** | **4%** | **4%** | **5%** | **5%** |
| Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental (n.º) | 681 | 1.622 | **2.303** | 7 | 5 | **12** | 688 | 1.627 | **2.315** |
| **Taxa de retorno (%)** | **98%** | **95%** | **96%** | **100%** | **83%** | **92%** | **98%** | **95%** | **96%** |
| Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental e que continuam na Empresa após 12 meses de terem retornado (n.º) | 466 | 1.323 | **1.789** | 5 | 3 | **8** | 471 | 1.326 | **1.797** |
| **Taxa de retenção (%)** | **76%** | **77%** | **77%** | **35%** | **26%** | **31%** | **74%** | **77%** | **76%** |

* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

Notas: São contabilizados os colaboradores que tendo usufruído de licença em 2022, continuam na empresa 12 meses após retorno.

A Sonae garante o direito à licença parental para todos os colaboradores. Da mesma forma, também é assegurada a concessão aos colaboradores de períodos de dispensa e ausências para cuidar de crianças, conforme previsto na legislação aplicável. Em Portugal, a licença parental paga para o cuidador principal é um mínimo de 120 dias e para o cuidador não primário é um mínimo de 28 dias.

## 403: Saúde e segurança no trabalho

### 403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional

A Sonae não dispõe de um sistema formal de gestão da saúde e segurança ocupacional, embora promova práticas para um ambiente de trabalho de baixo risco, saudável e seguro. Apenas a Sierra aplica um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional (ver GRI "403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional").

No entanto, a Worten manteve a certificação V-Safe voluntária até junho de 2022 (2.º ano de certificação para enfrentar a pandemia de Covid-19). Tratava-se de um sistema de gestão com uma referência orientadora da empresa certificadora TÜV Ibéria. A implementação baseou-se nos requisitos legais em vigor e foram criados vários documentos para esta certificação seguindo o cumprimento legal.

A MC segue um modelo de gestão, com referências internas, e baseado nas referências do sistema de gestão de segurança da ISO45001:2018 e do Sistema de Gestão de Segurança da DuPont.

### 403-2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes

Na Sonae, apesar de não dispormos de um sistema transversal e formal de saúde e segurança, dispomos de procedimentos de identificação de perigos e avaliação de riscos nas operações das nossas empresas (como lojas, armazéns, escritórios), com base num plano anual de atividades realizadas pelas equipas de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), certificadas para o efeito. Estes procedimentos são periodicamente atualizados e analisados quando ocorrem novos incidentes, ou novos procedimentos, ou nova regulamentação, ou novos equipamentos são introduzidos que podem afetar o nível de risco. Os técnicos de SST que acompanham as unidades atualizam-nas e monitorizam-nas constantemente. O procedimento de investigação de incidentes baseia-se na metodologia do 3C (análise de casos, identificação de causas e implementação de contramedidas), que é depois traduzida num plano de ação. Anualmente, na revisão estratégica deste processo, são tidos em conta os resultados destas avaliações.

Por exemplo, a MC tem um modelo que abrange 3 dimensões - Segurança, Ergonomia e Eficiência Operacional, e assenta em duas fases principais: fase 1, de diagnóstico e caracterização das atividades desenvolvidas nas lojas, com um mapeamento total das tarefas e uma avaliação rigorosa, abrangente, sólida e cientificamente fundamentada de cada uma dessas tarefas em cada um dos três eixos, em que pudemos avaliar cada um deles ao longo do tempo e no seu entorno. Consequentemente, a fase 2 passa pela implementação de um conjunto significativo de soluções de melhoria, assentes em quatro programas transformacionais: o P1 – *quickwins* transversais; P2 – desenvolvimento de projetos de melhoria; P3 – soluções robóticas colaborativas; o P4 – desenho abrangente dos trabalhos mais exigentes.

Acreditamos que a sensibilização e comunicação dos riscos e medidas que os colaboradores devem tomar para eliminar ou reduzir os riscos para níveis controláveis são um passo decisivo para a melhoria das condições existentes e, consequentemente, para a melhoria do ambiente de trabalho.

Assim, para além da formação em SST, a informação é partilhada com os colaboradores e disponibilizada no local de trabalho, através de ferramentas de comunicação como a "*MyWorten*", onde, por exemplo, na primeira semana de cada mês, são publicados todos os acidentes, causas e ações tomadas relativamente a todos os acidentes ocorridos no mês anterior. Além disso, é assegurada uma consulta anual aos trabalhadores sobre questões de SST, através de um questionário em que estes comentam todos os tópicos relacionados com a SST. As respostas dos trabalhadores são analisadas como forma de avaliar a sua perceção das condições de trabalho. Os colaboradores também podem comunicar incidentes através de auditorias de lojas, plataformas ("*Sonae Circle*" no Centro Corporativo e MC e plataforma informática "*W-Talk*" na Worten) e aplicações internas, ou através do contacto direto com técnicos de SST.

## 403-3 Serviços de saúde ocupacional

A Sonae presta funções de serviços de saúde ocupacional que contribuem para a identificação e eliminação de perigos e minimização de riscos, nomeadamente serviços de saúde ocupacional. Esses serviços, previstos na lei, incluem: um exame de admissão no momento da entrada na empresa; exames periódicos de 2 em 2 anos para todos os trabalhadores com idades compreendidas entre os 18 e os 50 anos; e exames anuais para trabalhadores com idade inferior a 18 anos ou superior a 50 anos; Exames ocasionais também são realizados a pedido do colaboradores ou da empresa, e é obrigação de todos os colaboradores que tenham estado ausentes por mais de 30 dias realizar quaisquer exames, após o regresso.

As Consultas de Medicina do Trabalho a todos os colaboradores, bem como as visitas aos locais de trabalho por médicos do trabalho, complementam, a par de outras atividades de SST, as ações de identificação e eliminação de perigosidade e minimização de riscos, nomeadamente pelas orientações descritas nas fichas de aptidão médica onde se inclui a identificação de restrições médicas.

Outros serviços incluem acompanhamento de iniciativas de remodelação e abertura de lojas, formação, procedimentos e normas de segurança, plano anual de auditoria a todos os estabelecimentos, acompanhamento de processos de sinistros (causa e participação) e estudos ergonómicos.

Além disso, são realizadas campanhas de sensibilização, como doações de sangue, alimentação saudável, entre outras.

A organização dos serviços de Segurança e Saúde no Trabalho é assegurado por serviços mistos (internos e externos), de apoio a todas as unidades nas diversas áreas. Todos os serviços são prestados por técnicos de SST qualificados.

## 403-4 Participação dos trabalhadores, consultas e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança ocupacional

Na Sonae, os trabalhadores são consultados anualmente sobre questões de SST, através de um questionário, no qual comentam todas as questões relacionadas com a SST. O questionário é adaptado e atualizado periodicamente, e as respostas dos colaboradores são analisadas a forma a avaliar a sua perceção das condições de trabalho.

Além disso, é realizado um inquérito sobre a satisfação das vítimas sobre a atividade de saúde exercida pela companhia de seguros.

Durante o processo de integração dos novos colaboradores, é comunicado um conjunto de informações relacionadas com a saúde e segurança, sensibilizando para este tema.

Os colaboradores também podem comunicar incidentes através de auditorias a lojas, plataformas ("*Sonae Circle*" no Centro Corporativo e MC e plataforma informática "*W-Talk*" na Worten) e aplicações internas, ou através do contacto direto com técnicos de SST.

## 403-5 Formação de trabalhadores em saúde e segurança ocupacional

Durante o processo de admissão, os trabalhadores completam a formação *online* obrigatório sobre riscos no local de trabalho e organização e resposta a emergências. As equipas de emergência recebem formação presencial de técnicos de SST. Outras formações que complementam as necessidades preventivas e de segurança incluem todos os locais de trabalho e funções, como prevenção da Covid-19, primeiros socorros, formação prática de incêndio (ocasionais), movimentação manual de cargas, entre outros formações. A maioria das empresas Sonae dispõe de um portal interno onde os trabalhadores podem encontrar diversas informações relacionadas com a Segurança e Saúde no Trabalho, tais como Acidentes de Trabalho, Riscos no Trabalho, Equipamentos de Proteção Individual, Plano de Emergência, entre outros. Algumas auditorias de acompanhamento da SST realizadas nos estabelecimentos comerciais são de natureza educativa.

## 403-6 Promoção da saúde do trabalhador

A Sonae dedica-se a garantir que os seus colaboradores têm acesso aos serviços abrangentes de saúde e bem-estar. Através de várias iniciativas, a Sonae facilita as necessidades de saúde médica e não ocupacional de todos os colaboradores, como medicina curativa, alimentação e nutrição, massagem, ioga e outras iniciativas relacionadas. Além disso, a Sonae comunica ativamente mensagens relacionadas com a saúde através de campanhas direcionadas, abordando questões críticas como obesidade, cessação do tabagismo, saúde cardíaca e campanhas de vacinação, incluindo a Covid-19.

O Sonae Campus é um exemplo que oferece uma grande variedade de serviços concebidos para melhorar o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, nomeadamente, horta comunitária, centros desportivos, escolas, salas de amamentação, praças de alimentação, cabeleireiros, lavandaria, entrega de encomendas e *pick-up points* e soluções sustentáveis de mobilidade como *shuttles* e bicicletas e pontos de carregamento para veículos elétricos. Além disso, a empresa promove atividades físicas como o *padel* e oferece benefícios como sessões de fisioterapia e aulas de pilates para apoiar as metas de condicionamento físico dos colaboradores.

Ainda a destacar o programa de trabalho flexível, que contribui ativamente para a integração da vida pessoal e profissional dos colaboradores e, consequentemente, para o seu bem-estar e realização profissional. Com diferentes formatos, ajustados às necessidades e realidade de cada colaborador, função e negócio, este programa foi concebido para partilhar e incentivar a adoção de modelos de trabalho flexíveis, permitindo aos colaboradores trabalhar remotamente, escolher quando o seu dia de trabalho começa e termina, reduzir a sua carga de trabalho semanal, solicitar férias não remuneradas e ter até 5 dias extra não remunerados para fins pessoais.

## 403-7 Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança ocupacional diretamente vinculados com relações de negócios

Os impactos na saúde e segurança atribuíveis às relações comerciais não são considerados relevantes.

## 403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional

Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional

| 2023 | Sierra | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Trab. Diretos | Supervisionados | Independentes | Total |
| Força de trabalho total: trabalhadores diretos, supervisionados e contratados independentes (nº) | 738 | 27 | 4 | **765** |
| Trabalhadores verificados externamente para estar operando em conformidade com OHSAS 18001 / ISO 45001 | 734 | 27 | 4 | **761** |
| **Percentagem trabalhadores verificados externamente para estar operando em conformidade com OHSAS 18001 / ISO 45001 (%)** | **99%** | **100%** | **100%** | **99%** |
| Número total de trabalhadores internamente verificados para estarem operando em conformidade com o sistema de gestão de segurança e saúde (SST) | 734 | 27 | 4 | **761** |
| **Percentagem de trabalhadores internamente verificados como operando em conformidade com o sistema de gestão de segurança e saúde (SST) (%)** | **99%** | **100%** | **100%** | **99%** |

## 403-9 Acidentes de trabalho

### Acidentes de trabalho: Colaboradores

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | Sonae* |
|---|---|---|---|
| Horas trabalhavéis | 83.157.853 | 589.512 | 83.747.365 |
| Horas trabalhadas | 75.776.576 | 578.136 | 76.354.712 |
| Acidentes de trabalho | 1.195 | - | 1.195 |
| Fatalidades | - | - | - |
| **Índice de acidentes de trabalho (por milhão de horas trabalhadas)** | **16** | **-** | **16** |
| Nº de dias de perdidos por acidentes de trabalho | 16.402 | - | 16.402 |
| **Índice de dias perdidos (por 200.000 horas trabalhadas)** | **43** | **-** | **43** |
| Nº de acidentes de trabalho que impliquem dias perdidos | 684 | - | 684 |
| **Índice de frequência de acidentes que impliquem dias perdidos (por milhão de horas trabalhadas)** | **9** | **-** | **9** |

* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

### Acidentes de trabalho: Trabalhadores que não são colaboradores, mas cujo trabalho e / ou local de trabalho é controlado pela organização

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | Sonae* |
|---|---|---|---|
| Horas trabalhadas | 1.403.693 | - | 1.403.693 |
| Acidentes de trabalho | 77 | - | 77 |
| Fatalidades | - | - | - |
| **Índice de acidentes de trabalho (por milhão de horas trabalhadas)** | **55** | **-** | **55** |
| Nº de acidentes de trabalho que impliquem dias perdidos | 24 | - | 24 |
| **Índice de frequência de acidentes que impliquem dias perdidos (por milhão de horas trabalhadas)** | **3** | **-** | **3** |

* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

## 404: Formação e educação [aspeto material]

### 404-1 Média de horas de formação por ano e por participante

## Horas de formação

| | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra | | | Sonae | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Horas totais de formação (h) | 1.184.119 | 1.017.243 | 1.108.097 | 15.395 | 11.225 | 1.066 | 14.900 | 9.113 | 9.425 | 1.214.414 | 1.037.581 | 1.118.588 |
| Total participantes (nº) | 56.357 | 72.821 | 52.556 | 514 | 371 | 782 | 902 | 710 | 738 | 57.773 | 73.902 | 54.076 |
| **Média de horas de formação (h/participante)** | **21** | **14** | **21** | **30** | **30** | **1** | **17** | **13** | **13** | **21** | **14** | **21** |

## Horas de formação por categoria funcional e género

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra | Sonae |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | H | M | T | H | M | T | T | T |
| Executivos | 1.046 | 574 | **1.620** | 2 | 35 | **37** | **404** | **2.061** |
| Gestores de topo e quadros intermédios | 20.253 | 15.702 | **35.955** | 168 | 132 | **300** | **4.705** | **40.960** |
| Coordenadores e Supervisores | 42.913 | 56.101 | **99.015** | 351 | 378 | **729** | **1.928** | **101.672** |
| Técnicos e Especialistas | 40.526 | 71.908 | **112.434** | - | - | **-** | **2.388** | **114.822** |
| Operacionais | 352.283 | 506.789 | **859.073** | - | - | **-** | **-** | **859.073** |
| **Total horas de formação (h)** | **457.022** | **651.074** | **1.108.097** | **521** | **545** | **1.066** | **9.425** | **1.118.588** |
| Executivos | 48 | 19 | **67** | 1 | 1 | **2** | **23** | **92** |
| Gestores de topo e quadros intermédios | 692 | 473 | **1.165** | 12 | 5 | **17** | **243** | **1.425** |
| Coordenadores e Supervisores | 1.139 | 1.665 | **2.804** | 21 | 27 | **48** | **159** | **3.011** |
| Técnicos e Especialistas | 1.440 | 2.563 | **4.003** | - | - | **-** | **313** | **4.316** |
| Operacionais | 13.069 | 31.448 | **44.517** | - | - | **-** | **-** | **44.517** |
| **Total participantes (nº)** | **16.388** | **36.168** | **52.556** | **34** | **33** | **67** | **738** | **53.361** |
| Executivos | 22 | 30 | **26** | 2 | 35 | **19** | **18** | **22** |
| Gestores de topo e quadros intermédios | 29 | 33 | **31** | 14 | 26 | **20** | **19** | **29** |
| Coordenadores e Supervisores | 38 | 34 | **36** | 17 | 14 | **15** | **12** | **34** |
| Técnicos e Especialistas | 28 | 28 | **28** | - | - | **-** | **8** | **27** |
| Operacionais | 27 | 16 | **22** | - | - | **-** | **-** | **19** |
| **Média de horas de formação (h/participante)** | **28** | **18** | **21** | **15** | **17** | **16** | **13** | **21** |

Nota: Inclui todos os participantes em formação, independentemente de estarem ou não ativos a 31 de dezembro de 2023.

## 404-2 Programas de melhoria de competências dos colaboradores e programas de apoio à transição de carreira

### Ações e horas por programa de formação

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | Sonae* | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total de Ações (nº) | Total de Horas (h) | Total de Ações (nº) | Total de Horas (h) | Total de Ações (nº) | Total de Horas (h) |
| Conferências & Seminários | 82 | 938 | - | - | 82 | 938 |
| Escolas/Academias | 198 | 19.888 | 3 | 132 | 201 | 20.020 |
| Gestão | 772 | 6.786 | - | - | 772 | 6.786 |
| Gestão & Liderança | 5.059 | 54.105 | 2 | 78 | 5.061 | 54.183 |
| Melhoria continua | 4.932 | 53.500 | - | - | 4.932 | 53.500 |
| Saúde e Segurança no Trabalho | 14.220 | 137.884 | 3 | 20 | 14.223 | 137.904 |
| Sustentabilidade | 1.927 | 15.959 | 2 | 7 | 1.929 | 15.966 |
| Técnica | 3.262 | 219.691 | 13 | 584 | 3.275 | 220.275 |
| Transversal | 7.340 | 100.428 | 17 | 65 | 7.357 | 100.493 |
| Políticas e práticas de direitos humanos[1] | 26.625 | 88.362 | - | - | 26.625 | 88.362 |
| Outros | 44.703 | 511.946 | 8 | 181 | 44.711 | 512.127 |
| **Total** | **109.120** | **1.209.486** | **48** | **1.067** | **109.168** | **1.210.553** |

* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

Nota: Inclui todos os participantes em formação, independentemente de estarem ou não ativos a 31 de dezembro de 2023.

## 404-3 Percentagem de colaboradores que recebem, regularmente, análises de desempenho e de carreira

Em 2023, no Centro Corporativo, MC, Worten e Zeitreel, 85% dos funcionários receberam avaliações de desempenho e de desenvolvimento de carreira. Na Bright Pixel e na Sierra, 80% e 100% dos colaboradores receberam avaliações de desempenho e de desenvolvimento de carreira, respetivamente. Adicionalmente, 85% dos colaboradores da Sonae receberam avaliações de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

Dentro do grupo, vários modelos de avaliação são empregues para adaptar o processo às necessidades de cada empresa. Por exemplo, a MC implementou um Centro de Avaliação para os seu 41 *Head of Areas* em 2023, usando uma abordagem de *feedback 360º* para coletar *insights* abrangentes.

No Centro Corporativo usa a sua Plataforma de *Feedback* Anual, conhecida como IOP (*Improving Our People*), que inclui avaliações de desempenho e entrevistas de desenvolvimento, juntamente com mecanismos de *feedback*. Na Worten, existe um sistema de avaliação *bottom-up* que permite às equipas avaliar a eficácia dos seus líderes, o que ocorre juntamente com o processo anual de avaliação de desempenho.

Adicionalmente, a MC realizou *Upward Feedback Survey* anual em 2023, que envolveu mais de 2.500 líderes sendo avaliados pelos seus membros da equipe. Esta abordagem inclusiva, analisou o *feedback* de mais de 25.000 funcionários, garantindo uma avaliação abrangente da eficácia da liderança e promovendo uma cultura de abertura e melhoria dentro da organização.

# 405: Diversidade e igualdade de oportunidades [aspeto material]

## 405-1 Diversidade em órgãos de governo e dos colaboradores

O âmbito do indicador “Cargos de Liderança ocupados por mulheres” no capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado é diferente do apresentado neste indicador. O indicador das “Cargos de Liderança ocupados por mulheres” incluem a categoria funcional de “Executivos” e “Gestores de topo e quadros intermédios”. Apenas abrange a Sonae e as suas participadas que possuem metas de igualdade de género definidos e que se regem pela segmentação de funções definida para o grupo, excluindo Arenal. Também na MC e na Worten, há 38,7% de cargos de liderança ocupados por mulheres geradores de receita.

### Percentagem de colaboradores por categoria funcional e género (%)

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra | | | Sonae | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | H | M | T | H | M | T | H | M | T | H | M | T |
| Orgãos de governo | 80% | 20% | **100%** | 100% | 0% | **100%** | 63% | 38% | **100%** | 76% | 24% | **100%** |
| Executivos | 75% | 25% | **100%** | 33% | 67% | **100%** | 73% | 27% | **100%** | 73% | 27% | **100%** |
| Gestores de topo e quadros intermédios | 59% | 41% | **100%** | 69% | 31% | **100%** | 60% | 40% | **100%** | 60% | 40% | **100%** |
| Coordenadores e Supervisores | 33% | 67% | **100%** | 45% | 55% | **100%** | 47% | 53% | **100%** | 35% | 65% | **100%** |
| Técnicos e Especialistas | 35% | 65% | **100%** | 0% | 0% | **0%** | 26% | 74% | **100%** | 35% | 65% | **100%** |
| Operacionais | 33% | 67% | **100%** | 0% | 0% | **0%** | 0% | 0% | **0%** | 33% | 67% | **100%** |
| **Total** | **0%** | **0%** | **0%** | **0%** | **0%** | **0%** | **0%** | **0%** | **0%** | **0%** | **0%** | **0%** |

### Colaboradores portadores de deficiência (número)

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | Sierra | Sonae |
|---|---|---|---|---|
| Colaboradores portadores de deficiência | 352 | 6 | 17 | 375 |

## Percentagem de colaboradores por categoria funcional, idade e género (%)

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sierra | | | Sonae | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | H | M | T | H | M | T | H | M | T | H | M | T |
| **Orgãos de governo** | | | | | | | | | | | | |
| < 30 anos | 0% | 0% | **0%** | 0% | 0% | **0%** | 0% | 0% | **0%** | 0% | 0% | **0%** |
| Dos 30 aos 50 anos | 30% | 5% | **35%** | 0% | 0% | **0%** | 13% | 13% | **25%** | 24% | 7% | **31%** |
| ≥ 50 anos | 50% | 15% | **65%** | 100% | 0% | **100%** | 50% | 25% | **75%** | 52% | 17% | **69%** |
| **Executivos** | | | | | | | | | | | | |
| < 30 anos | 0% | 0% | **0%** | 0% | 0% | **0%** | 0% | 0% | **0%** | 0% | 0% | **0%** |
| Dos 30 aos 50 anos | 36% | 17% | **53%** | 33% | 67% | **100%** | 40% | 0% | **40%** | 37% | 16% | **52%** |
| ≥ 50 anos | 39% | 8% | **47%** | 0% | 0% | **0%** | 33% | 27% | **60%** | 37% | 11% | **48%** |
| **Gestores de topo e quadros intermédios** | | | | | | | | | | | | |
| < 30 anos | 1% | 1% | **2%** | 3% | 0% | **3%** | 0% | 0% | **0%** | 1% | 1% | **2%** |
| Dos 30 aos 50 anos | 42% | 29% | **70%** | 45% | 21% | **66%** | 30% | 26% | **56%** | 40% | 28% | **68%** |
| ≥ 50 anos | 16% | 11% | **28%** | 21% | 10% | **31%** | 30% | 14% | **44%** | 19% | 12% | **30%** |
| **Coordenadores e Supervisores** | | | | | | | | | | | | |
| < 30 anos | 3% | 9% | **12%** | 8% | 11% | **18%** | 6% | 6% | **12%** | 4% | 9% | **12%** |
| Dos 30 aos 50 anos | 25% | 47% | **72%** | 23% | 29% | **52%** | 28% | 35% | **64%** | 25% | 45% | **70%** |
| ≥ 50 anos | 6% | 11% | **17%** | 14% | 16% | **30%** | 13% | 12% | **25%** | 7% | 11% | **18%** |
| **Técnicos e Especialistas** | | | | | | | | | | | | |
| < 30 anos | 13% | 21% | **34%** | 0% | 0% | **0%** | 0% | 0% | **0%** | 12% | 20% | **33%** |
| Dos 30 aos 50 anos | 19% | 36% | **55%** | 0% | 0% | **0%** | 0% | 0% | **0%** | 19% | 36% | **55%** |
| ≥ 50 anos | 3% | 8% | **11%** | 0% | 0% | **0%** | 0% | 0% | **0%** | 3% | 9% | **12%** |
| **Operacionais** | | | | | | | | | | | | |
| < 30 anos | 17% | 26% | **43%** | 0% | 0% | **0%** | 0% | 0% | **0%** | 17% | 26% | **43%** |
| Dos 30 aos 50 anos | 13% | 30% | **43%** | 0% | 0% | **0%** | 0% | 0% | **0%** | 13% | 30% | **43%** |
| ≥ 50 anos | 3% | 11% | **15%** | 0% | 0% | **0%** | 0% | 0% | **0%** | 3% | 11% | **15%** |

## 405-2 Rácio entre o salário base e a remuneração da mulher e do homem

### Rácio do salário base médio por categoria funcional (Mulher/Homem)

| | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sonae* | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Executivos | 0,84 | 0,89 | 0,92 | 1,47 | - | 0,44 | 0,82 | 0,90 | 0,89 |
| Gestores de topo e quadros intermédios | 0,91 | 0,89 | 0,94 | 2,08 | 1,35 | 0,78 | 1,03 | 0,90 | 0,94 |
| Coordenadores e Supervisores | 0,92 | 0,91 | 0,92 | 0,89 | 0,76 | 0,92 | 1,15 | 0,93 | 0,91 |
| Técnicos e Especialistas | 0,90 | 0,92 | 0,93 | - | - | - | 0,90 | 0,92 | 0,93 |
| Operacionais | 1,01 | 0,99 | 1,00 | - | - | - | 1,01 | 0,99 | 1,00 |

* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

### Rácio de remuneração média por categoria funcional (Mulher/Homem)

| | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sonae* | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 | 2021 | 2022 | 2023 |
| Executivos | 0,91 | 0,78 | 0,85 | - | - | 0,44 | 0,86 | 0,76 | 0,82 |
| Gestores de topo e quadros intermédios | 1,14 | 0,92 | 0,92 | 1,95 | 1,43 | 0,78 | 1,29 | 0,93 | 0,92 |
| Coordenadores e Supervisores | 0,91 | 0,91 | 0,88 | 0,90 | 0,77 | 0,90 | 1,14 | 0,93 | 0,88 |
| Técnicos e Especialistas | 0,89 | 0,95 | 0,91 | - | - | - | 0,88 | 0,95 | 0,91 |
| Operacionais | 1,02 | 1,00 | 1,01 | - | - | - | 1,02 | 1,00 | 1,01 |

* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

Notas: o salário base mensal (convertido para full-time equivalente) inclui todas as remunerações de carácter fixo a 31 de dezembro de 2023. Base de 12 meses. A remuneração total incluiu (convertida para full-time equivalente) o Salário base mensal; Prémio de desempenho, abono para falhas e subsídio de turno a 31 de dezembro 2023; Componentes de caráter variável calculadas com base nos últimos 12 meses (janeiro a dezembro de 2023).

## Remuneração média por categoria funcional e faixa etária (€)

| 2023 | CC, MC, Worten e Zeitreel | | | Sonaecom (Bright Pixel e Media) | | | Sonae* | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | H | M | T | H | M | T | H | M | T |
| **Executivos** | **17.559** | **14.978** | **16.906** | **17.515** | **7.661** | **10.946** | **17.558** | **14.342** | **16.698** |
| < 30 anos | 0 | 0 | **0** | 0 | 0 | **0** | 0 | 0 | **0** |
| Dos 30 aos 50 anos | 14.167 | 13.961 | **14.232** | 17.515 | 7.661 | **10.946** | 14.275 | 13.173 | **14.018** |
| ≥ 50 anos | 20.738 | 17.013 | **20.069** | 0 | 0 | **0** | 20.738 | 17.013 | **20.069** |
| **Gestores de topo e quadros intermédios** | **5.568** | **5.127** | **5.389** | **4.554** | **3.548** | **4.242** | **5.541** | **5.099** | **5.363** |
| < 30 anos | 4.088 | 3.764 | **4.156** | 3.750 | 0 | **3.750** | 4.066 | 3.764 | **4.139** |
| Dos 30 aos 50 anos | 5.346 | 4.968 | **5.237** | 4.721 | 3.183 | **4.236** | 5.331 | 4.938 | **5.216** |
| ≥ 50 anos | 6.233 | 5.633 | **5.991** | 4.324 | 4.278 | **4.308** | 6.178 | 5.604 | **5.948** |
| **Coordenadores e Supervisores** | **2.000** | **1.763** | **1.842** | **2.141** | **1.926** | **2.022** | **2.013** | **1.773** | **1.856** |
| < 30 anos | 1.635 | 1.464 | **1.529** | 1.489 | 1.120 | **1.273** | 1.611 | 1.432 | **1.500** |
| Dos 30 aos 50 anos | 1.974 | 1.775 | **1.853** | 2.152 | 2.002 | **2.069** | 1.987 | 1.786 | **1.865** |
| ≥ 50 anos | 2.314 | 1.959 | **2.081** | 2.480 | 2.343 | **2.407** | 2.341 | 1.999 | **2.122** |
| **Técnicos e Especialistas** | **2.042** | **1.866** | **1.929** | **0** | **0** | **0** | **2.042** | **1.866** | **1.929** |
| < 30 anos | 1.765 | 1.773 | **1.863** | 0 | 0 | **0** | 1.765 | 1.773 | **1.863** |
| Dos 30 aos 50 anos | 2.171 | 1.925 | **2.057** | 0 | 0 | **0** | 2.171 | 1.925 | **2.057** |
| ≥ 50 anos | 2.360 | 1.847 | **2.001** | 0 | 0 | **0** | 2.360 | 1.847 | **2.001** |
| **Operacionais** | **979** | **991** | **987** | **0** | **0** | **0** | **979** | **991** | **987** |
| < 30 anos | 952 | 969 | **963** | 0 | 0 | **0** | 952 | 969 | **963** |
| Dos 30 aos 50 anos | 994 | 1.001 | **999** | 0 | 0 | **0** | 994 | 1.001 | **999** |
| ≥ 50 anos | 1.045 | 1.012 | **1.019** | 0 | 0 | **0** | 1.045 | 1.012 | **1.019** |

* Excluindo a Sierra, dado que a Sierra não reporta este indicador.

## 406: Não discriminação

### 406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas

Em 2023, foram notificados 48 casos de discriminação. Os processos de análise e investigação realizados levaram ao arquivamento e resolução de todos os casos.

## 407: Liberdade de associação e de negociação coletiva

### 407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e à negociação coletiva pode estar em risco

Na Sonae não existem operações diretas com risco no âmbito do exercício da liberdade de associação e da celebração de acordos coletivos de trabalho.

No caso específico da MC e da Worten, de acordo com os relatórios de auditoria realizados, todos os fornecedores estão de acordo com o critério "Liberdade de associação: podem ser membros de instituições/associações que representem os seus direitos".

Na Sonaecom, quer pelas geografias em que está presente, quer pela complexidade técnica/tecnológica do tipo de atividades desenvolvidas por colaboradores e parceiros, a Sonaecom apresenta riscos residuais em termos de limitação da liberdade de associação e de negociação coletiva.

Nota: A Sierra não reporta este indicador.

## 408: Trabalho infantil

### 408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil

Na Sonae, por norma, não são admitidos menores. Menores entre 16 e 18 anos só são permitidos excepcionalmente, e sempre em conformidade com a lei. Não há operações com risco de incidentes de trabalho infantil.

Na MC, se um fornecedor tiver um risco significativo de incidentes de trabalho infantil, o fornecedor é colocado em *stand-by* e só volta a entrar após uma auditoria SA8000 por uma entidade acreditada. E de acordo com os relatórios de auditoria de 2023, todos os fornecedores estão de acordo com o critério "Há indícios de trabalho infantil na empresa?". A Worten, empresa de retalho eletrónico da Sonae, tem o mesmo procedimento.

Na Sonaecom, quer ao nível das geografias em que está presente, quer devido à complexidade técnica/tecnológica do tipo de atividades desenvolvidas por colaboradores e parceiros, existem riscos residuais em termos de trabalho infantil.

Nota: A Sierra não reporta este indicador.

## 409: Trabalho forçado ou análogo ao escravo

### 409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo

Na Sonae, não há operações com risco de incidentes de trabalho forçado.

Na MC e na Worten, se se verificar que um fornecedor tem um risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo escravo, o fornecedor é colocado em *stand-by* e só volta a entrar após uma auditoria SA8000 realizada por uma entidade acreditada. De acordo com relatórios de auditorias realizadas em 2023, todos os fornecedores estão de acordo com o critério "Há evidências de que os funcionários estão sujeitos a abusos físicos, ameaças psicológicas ou intimidação verbal?". Em caso de maior incumprimento, todo o grupo de requisitos éticos é considerado como zero. A Worten, empresa de retalho eletrónico da Sonae, tem o mesmo procedimento.

Na Sonaecom, quer pelas geografias em que está presente, quer pela complexidade técnica/tecnológica do tipo de atividades desempenhadas por colaboradores e parceiros, existem riscos residuais em termos de trabalho forçado análogo à escravatura.

Nota: A Sierra não reporta este indicador.

## 410: Práticas de segurança

### 410-1 Pessoal de segurança formado em políticas ou procedimentos de direitos humanos

Para as empresas de retalho, tanto em Portugal como em Espanha, todo o pessoal de segurança que trabalhe através de empresas de segurança deve ter uma identificação profissional, o que exige a obtenção e renovação de formação que inclua matérias de direitos constitucionais/fundamentais, ética e deontologia. Em 2023, 1.498 agentes de segurança foram treinados em políticas e procedimentos de direitos humanos.

## 413: Comunidades locais [aspeto material]

### 413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento

A partir do momento em que uma nova unidade é instalada, a Sonae assegura as condições necessárias para que tenha o mínimo impacto negativo nas comunidades. Durante a operação, desenvolve inúmeras atividades de apoio à comunidade local, indo ao encontro das suas diferentes necessidades. As atividades são muitas vezes realizadas em parceria com entidades locais.

Mais detalhes sobre a nossa abordagem de gestão ao apoio à comunidade, os principais projetos desenvolvidos pelas nossas empresas e os principais resultados obtidos podem ser consultados no Relatório de Gestão Integrado, capítulos “1.7 O nosso desempenho”.

## 414 e 308: Avaliação social e ambiental de fornecedores [aspeto material]

### **414-1 e 308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais e ambientais** – práticas de trabalho, direitos humanos, com impacto na sociedade e no ambiente

| 2023 | MC | | Worten | | Zeitreel | | Sonae | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | Novos | Total | Novos | Total | Novos | Total | Novos |
| Nacional | 662 | 21 | 5 | - | 6 | 1 | 673 | 22 |
| Estrangeiro | 728 | 45 | 90 | - | 164 | 17 | 982 | 62 |
| **Total de fornecedores qualificados (nº)** | **1.390** | **66** | **95** | **-** | **170** | **18** | **1.655** | **84** |
| Nacional | 715 | 23 | 5 | - | 78 | 12 | 798 | 35 |
| Estrangeiro | 755 | 47 | 108 | 15 | 361 | 48 | 1.224 | 110 |
| **Total de fornecedores (nº)** | **1.470** | **70** | **113** | **15** | **439** | **60** | **2.022** | **145** |
| Nacional (%) | 93% | 91% | 100% | 0% | 8% | 8% | 84% | 63% |
| Estrangeiro (%) | 96% | 96% | 83% | 0% | 45% | 35% | 80% | 56% |
| **Percentagem de fornecedores qualificados (%)** | **95%** | **94%** | **84%** | **0%** | **39%** | **30%** | **82%** | **58%** |
| Nacional | 123 | 2 | - | - | 2 | 1 | 125 | 3 |
| Estrangeiro | 144 | - | 18 | - | 210 | 16 | 372 | 16 |
| **Total de auditorias a fornecedores (nº)** | **267** | **2** | **18** | **-** | **212** | **17** | **497** | **19** |

Para mais informações, consulte o capítulo “1.7 O nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado.

## 416: Saúde e segurança do consumidor

### **416-1 Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços**

Na Sonae, é uma prioridade garantir a qualidade e segurança dos produtos das nossas marcas próprias, pelo que controlamos, monitorizamos e evoluímos constantemente no processo de desenvolvimento. Assim, focamos a nossa atuação em quatro áreas: (i) certificação do desenvolvimento dos nossos produtos de marca própria, (ii) monitorização da qualidade e segurança, (iii) rotulagem e (iv) gestão do *feedback* do cliente.

Em 2023, dando continuidade aos esforços de anos anteriores, assegurámos o processo de certificação do desenvolvimento das marcas próprias da MC e Worten, de acordo com a norma internacional de gestão da qualidade NP EN ISO 9001:2015.

Contamos com uma equipa de profissionais internos e externos qualificados que se dedicam à realização de verificações periódicas dos produtos, incluindo inspeções, testes laboratoriais e auditorias, de forma a garantir o cumprimento dos padrões de qualidade e segurança baseados nos planos anuais em vigor. De acordo com a legislação em vigor, todos os produtos colocados no mercado são produtos seguros.

No indicador GRI “2-29 Abordagem para envolvimento de *stakeholders*” reportamos o modo como gerimos e integramos o *feedback* dos nossos clientes.

## 417: *Marketing* e rotulagem

### 417-1 Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços

Temos o compromisso de garantir o fornecimento de uma ampla gama de produtos responsáveis, de forma a corresponder às expectativas dos consumidores e promover a adoção de um estilo de vida sustentável. Ao mesmo tempo, considerando a necessidade de acesso imediato à informação, inerente ao perfil do consumidor atual, preocupamo-nos garantir que fornecemos a informação necessária sobre os nossos produtos, para que o consumidor possa fazer uma escolha informada e adequada ao seu estilo de vida.

Além disso, todos os produtos da nossa marca própria apresentam um rótulo específico à luz da legislação em vigor.

### Notas metodológicas

#### Fatores de emissão:

| Energia | Unidade | 2022 | 2023 | Fonte (2022 e 2023) |
|---|---|---|---|---|
| Gás Natural | kg $CO_2$/GJ | 56.4 | 56.4 | 2022: APA (2022) Relatório do Inventário Nacional de Gases com Efeito de Estufa 2022 (página 121) (https://unfccc.int/documents/519827)<br>2022: APA (2022) Relatório do Inventário Nacional de Gases com Efeito de Estufa 2023 (página 81) (https://apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/Inventarios/20230404/NIR202315%20April.pdf) |
| Gás propano | | 63.1 | 63.1 | |
| Gasóleo | | 74.1 | 74.1 | |
| Gasolina | | 69.3 | 69.3 | |
| F-Gases: R-22 | kg $CO_2$/kg | 1,810 | 1,810 | 2022: APA (2022) Gases Fluorados – Conversor de Unidade (https://formularios.apambiente.pt/conversor/)<br>2023: APA (2023) Gases Fluorados – Conversor de Unidade (https://gfconversor.apambiente.pt/) |
| F-Gases: R-407C | | 1,774 | 1,774 | |
| F-Gases: R-410ª | | 2,088 | 2,088 | |
| F-Gases: R-438ª | | 2,265 | 2,265 | |

| Energia | Unidade | 2022 | 2023 | Fonte (2022 e 2023) |
|---|---|---|---|---|
| F-Gases: R-134A / HFC-134A | | 1,430 | 1,430 | |
| F-Gases: R-417C | | 2,346 | 2,346 | |
| F-Gases: R-227 / HFC-227ea | | 3,220 | 3,220 | |
| F-Gases: R-32 | | 675 | 675 | |
| Eletricidade – Market Based (MC e Sonae RP) | kg $CO_2$/GJ | 57,3 | 48,6 | 2022 e 2023: O cálculo dos valores anuais tem por base os valores mensais, que por sua vez resultam da ponderação dos fatores de emissão reportados pelos vários fornecedores, tendo em conta as diversas fontes de energia (cálculo da ERSE para Base Mix do Sistema Continente, RAA e RAM e Cálculo Elergone para PPA e Garantias de Origem) |
| Eletricidade – Market Based (MO) | kg $CO_2$/GJ | 61,33 | 59,69 | |
| Eletricidade – Market Based (Zippy&Losan) | kg $CO_2$/GJ | | 38,28 | |
| Eletricidade – Baseada no Mercado (Salsa) | kg $CO_2$/GJ | | 70,73 | 2022 e 2023: O cálculo dos valores anuais tem por base os valores mensais, que por sua vez resultam da ponderação dos fatores de emissão reportados pelos vários fornecedores, tendo em conta as diversas fontes de energia (cálculo da ERSE para Base Mix do Sistema Continente, RAA e RAM e Cálculo Elergone para PPA e Garantias de Origem) |
| Eletricidade – Baseada no mercado (Worten) | kg $CO_2$/GJ | 23,96 | 19,38 | |
| Eletricidade – Market Based (Sonaecom) | kg $CO_2$/GJ | 75,8 | 73,02 | 2022 e 2023: Fator de emissão EDP (https://www.edp.pt/origem-energia/) |
| Eletricidade – Baseada no Mercado – Arenal | kg $CO_2$/GJ | 55,7 | 53,0 | 2022 e 2023: Acordo de Rotulagem de Eletricidade Relacionada com a Energia Produzida em 2019, emitido pela CMNC. |
| Eletricidade – Espanha baseada no mercado | kg $CO_2$/GJ | 67,6 | 61,2 | 2022 e 2023: assumiu-se o fator de emissão Endesa: 220,28 gCO2/kWh (https://www.endesa.pt/negocios/quemsomos/Origem-de-Energia) |
| Eletricidade – Localização Baseada Portugal | kg $CO_2$/GJ | 76,6 | 48,1 | 2022 e 2023: Rotulagem ERSE (https://www.erse.pt/eletricidade/rotulagem/rotulagem/) |
| Eletricidade – Localização Baseada Espanha | kg $CO_2$/GJ | 44,4 | 56,7 | 2022: Fator de emissão de REE (https://www.ree.es/es/datos/generacion/no-renovables-detalle-emisiones-CO2) 2023: Fator de emissão de REE (https://www.eea.europa.eu/data-and-maps/daviz/co2-emission-intensity-14/#tab-googlechartid_chart_41 ) |

## Óxidos de azoto ($NO_x$), óxidos de enxofre ($SO_2$) e outras emissões atmosféricas significativas (305-7)

Os valores no GRI associados ao GRI "305-7 Óxidos de nitrogênio ($NO_x$), óxidos de enxofre ($SO_2$) e outras emissões atmosféricas significativas" foram calculados usando os seguintes fatores de conversão:

| Energia | Unidade | Nox | SO2 | Fonte |
|---|---|---|---|---|
| Gasóleo | kg/GJ | 0,8 | 0,21 | IPCC 2006 |
| Gasolina | kg/GJ | 0,6 | 0,075 | IPCC 2006 |

## 4.3.2 Demonstração não financeira

O relatório de atividade responde aos requisitos legais impostos pelo Decreto-Lei nº 89/2017, publicado em 28 de julho (Portugal) e à Lei nº 11/2018, publicada em 28 de dezembro (Espanha), como seguidamente se evidencia.

**Tabela de correspondência com o Decreto-Lei nº 89/2017 de 28 de julho**

### Art.º. 3º (remetido para Artº 66º-B e 508º-G do CSC):

A demonstração não financeira deve conter as informações necessárias para uma compreensão do desenvolvimento, desempenho, posição e impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:

| Informação | Correspondência Relatório Integrado | Correspondência GRI |
|---|---|---|
| Breve descrição do modelo de negócio da empresa | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.2.3 O nosso modelo de criação de valor<br>1.2.4 A nossa estratégia<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 2-1, 2-2, 2-6 |
| Uma descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devidamente aplicados | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.2.4 A nossa estratégia<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br><br>2. Relatório de Governo da Sociedade:<br>Parte II: Avaliação do Governo Societário<br>I. Relação da sociedade com acionistas, partes interessadas e a comunidade em geral<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 2-19, 2-23 até 2-28,<br>205-1 até 205-3 |

| Informação | Correspondência Relatório Integrado | Correspondência GRI |
|---|---|---|
| Os resultados dessas políticas | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 3-1, 3-2, 3-3, 205-1 até 205-3, 301-1 até 301-3, 302-1 até 302-5, 303-1, 303-2, 304-1 até 304-3, 305-1 até 305-7, 306-1 até 306-5 , 401-1, 401-3, 402, 403-1 até 403-9, 404-1 ,403-2, 403-3, 405-1,405-2, 406-1, 407-1, 408-1, 409-1, 410-1, 413-1, 414-1 e 308-1, 416-1, 417-1 |
| Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br>1.6.1 Como gerimos os nossos riscos<br>1.6.2 Os nossos principais riscos e oportunidades<br><br>2. Relatório de Governo da Sociedade:<br>Parte I. Estrutura Acionista, Organização e Governo da Societário<br>C. Organização Interna<br>III. Controlo Interno e Gestão de Riscos<br>53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI<br>4.3.3 TCFD | 2-25, 3-1, 3-2, 3-3, 416, 407-1, 408-1, 409-1 |
| Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.7 O nosso desempenho<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 3-1, 3-2, 3-3, 201, 205, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 401,403, 404, 405, 407, 408, 413, 414, 416, 417 |

| Informação | Correspondência Relatório Integrado | Correspondência GRI |
|---|---|---|
| Descrição da política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, género, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.3.2 A nossa estrutura de modelo de governo<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br>Eixo de Atuação 4 \| Potenciar o Desenvolvimento Humano<br>1.7 O nosso Desempenho<br>4. Potenciar o desenvolvimento humano<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 2-9, 2-10, 103, 401, 405 |

## Tabela de correspondência com a Lei Espanhola 11/2018 de 28 de dezembro

| Informação | Correspondência Relatório Integrado | Correspondência GRI |
|---|---|---|
| **Global**<br>A demonstração de informação não financeira consolidada deverá incluir as informações necessárias para compreender:<br>- Desenvolvimento;<br>- Resultados e a situação do grupo; e<br>- Impacto da sua atividade.<br><br>**Em relação a:**<br>- Questões ambientais;<br>- Questões sociais;<br>- Respeito pelos direitos humanos;<br>- Respeito pela luta contra a corrupção e o suborno.<br><br>Assim como em relação aos colaboradores, incluindo medidas que, caso aplicáveis, tenham sido adotadas para cumprir o princípio da igualdade de tratamento e oportunidades entre mulheres e homens, não discriminação e inclusão de pessoas com deficiência e acessibilidade universal. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.2.3 O nosso modelo de criação de valor<br>1.2.4 A nossa estratégia<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br>1.6.1 Como gerimos os nossos riscos<br>1.7 O nosso Desempenho<br><br>2. Relatório de Governo da Sociedade:<br>Parte II: Avaliação do Governo Societário<br>I. Relação da sociedade com acionistas, partes interessadas e a comunidade em geral<br>II. Composição e funcionamento dos órgãos da sociedade<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 205-1 até 205-3, 301-1 até 301-3, 302-1 até 302-5, 303-1, 303-2, 304-1 até 304-3, 305-1 até 305-7, 306-1 até 306-5, 401-1, 401-3, 402, 403-1 até 403-9, 404-1 ,403-2,403-3, 405-1,405-2, 406-1, 407-1, 408-1, 409-1, 410-1, 413-1, 414-1 e 308-1, 416-1, 417-1 |

| Informação | Correspondência Relatório Integrado | Correspondência GRI |
|---|---|---|
| **Modelo de negócio**<br>Breve descrição do modelo de negócio do grupo, que deve incluir:<br>1.) O ambiente de negócios;<br>2.) A organização e a estrutura;<br>3.) Os mercados em que opera;<br>4.) Os objetivos e estratégias;<br>5.) Os principais fatores e tendências que podem afetar o seu desenvolvimento futuro. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.2.3 O nosso modelo de criação de valor<br>1.2.4 A nossa estratégia<br>1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 2-1, 2-2, 2-6, 2-7, 2-22, 202-2 |
| **Políticas**<br>Uma descrição das políticas que o grupo aplica a estas questões, incluindo:<br>1.) Procedimentos de due diligence aplicados à identificação, avaliação, prevenção e mitigação de riscos e impactos significativos;<br>2.) Procedimentos de verificação e controlo, incluindo as medidas que tenham sido adotadas. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.6.1 Como gerimos os nossos riscos<br>1.6.2 Os nossos principais riscos e oportunidades<br>1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia<br><br>2. Relatório de Governo da Sociedade:<br>Parte II: Avaliação do Governo Societário<br>I. Relação da sociedade com acionistas, partes interessadas e a comunidade em geral<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI<br>4.3.3 TCFD | 2-19, 2-23 até 2-28, 3-1, 3-2, 3-3, 201-2, 205-1, 205-2, 307-1, 406-1, 407-1, 408-1, 409-1, 410-1, 414-1 e 308-1, 416-1, 417-1, 419-1 |
| **Resultados das políticas e indicadores de desempenho chave**<br>Os resultados dessas políticas, incluindo indicadores-chave de desempenho de resultados não financeiros relevantes que:<br>1.) Permitam a monitorização e a avaliação dos progressos; e<br>2.) Favorecem a comparabilidade entre setores, de acordo com os padrões de referência nacionais ou internacionais utilizados para cada área. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.7 O nosso Desempenho<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 3-1, 3-2, 3-3, 201-2, 205-1 até 205-3, 301-1 até 301-3, 302-1 até 302-5, 303-1, 303-2, 304-1 até 304-3, 305-1 até 305-7, 306-1 até 306-5, 307-1, 401-1, 401-3, 402, 403-1 até 403-9, 404-1 ,403-2,403-3, 405-1,405-2, 406-1, 407-1, 408-1, 409-1, 410-1, 413-1 414-1 e 308-1, 416-1, 417-1, 419-1 |

| Informação | Correspondência Relatório Integrado | Correspondência GRI |
|---|---|---|
| **Riscos**<br>Os principais riscos relacionados com estas questões no que respeita às atividades do grupo, incluindo, quando relevante, as suas relações comerciais, produtos ou serviços que possam ter efeitos negativos sobre as mesmas, e:<br>- Como o grupo gere estes riscos;<br>- Explicar os procedimentos utilizados para detetar e avaliar os riscos, de acordo com as estruturas de referência nacionais, europeias ou internacionais para cada área;<br>- Incluir informações sobre os impactos detetados, detalhando os principais riscos a curto, médio e longo prazo. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.2.4 A nossa estratégia<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br>1.6.1 Como gerimos os nossos riscos<br>1.6.2 Os nossos principais riscos e oportunidades<br>1.7 O nosso Desempenho<br><br>2. Relatório de Governo da Sociedade:<br>Parte I. Estrutura Acionista, Organização e Governo da Societário<br>C. Organização Interna<br>III. Controlo Interno e Gestão de Riscos<br>53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI<br>4.3.3 TCFD | 201-2, 203-2, 205-1, 407-1, 408-1, 409-1, 413-1, 416-1, 417-1 |
| **Indicadores-chave de desempenho**<br>Indicadores-chave de desempenho não financeiro que são relevantes para a atividade empresarial e que satisfazem os critérios de comparabilidade, materialidade, relevância e fiabilidade.<br>A fim de permitir a comparação de informação, tanto ao longo do tempo como entre entidades, serão utilizados indicadores-chave não financeiros normalizados que possam ser aplicados de modo geral e que estejam em conformidade com as diretrizes da comissão europeia sobre este assunto e com as normas da iniciativa global de elaboração de relatórios, mencionando no relatório o âmbito nacional ou internacional utilizado para cada área.<br>Os principais indicadores de resultados não financeiros devem ser aplicados a cada um dos temas de informação não financeira. Estes indicadores devem ser úteis, tendo em consideração as circunstâncias, e coerentes com os parâmetros utilizados na sua avaliação interna e procedimentos de gestão de risco.<br>Em qualquer caso, a informação apresentada deve ser precisa, comparável e verificável. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.7 O nosso Desempenho<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 3-1, 3-2, 3-3, 205-1 até 205-3, 301-1 até 301-3, 302-1 até 302-5, 303-1 até 303-2, 304-1 até 304-3, 305-1 até 305-7, 306-1 até 306-5, 401-1, 401-3, 402, 403-1 até 403-9, 404-1 ,403-2,403-3, 405-1,405-2, 406-1, 407-1, 408-1, 409-1, 410-1, 413-1, 414-1 e 308-1, 416-1, 417-1 |

# I. Informações sobre questões ambientais

| Informação | Correspondência Relatório Integrado | Correspondência GRI |
|---|---|---|
| **Meio ambiente global**<br>1.) Informação detalhada sobre os efeitos atuais e possíveis das atividades da empresa sobre o ambiente e, quando aplicável, procedimentos de saúde e segurança, avaliação ambiental ou certificação;<br>2.) Recursos dedicados à prevenção de riscos ambientais;<br>3.) A aplicação do princípio da precaução, a quantidade de provisões e garantias para os riscos ambientais. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br>1.6.1 Como gerimos os nossos riscos<br>1.6.2 Os nossos principais riscos e oportunidades<br>1.7 O nosso Desempenho<br><br>2. Relatório de Governo da Sociedade:<br>Parte I. Estrutura Acionista, Organização e Governo da Societário<br>C. Organização Interna<br>III. Controlo Interno e Gestão de Riscos<br>53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos<br>Riscos Ambientais<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI<br>4.3.3 TCFD | 2-11, 3-1, 3-2, 3-3, 201-2, 308-1 |
| **Poluição**<br>1.) Medidas para prevenir, reduzir ou reparar os danos causados pelas emissões de carbono, que afetam gravemente o ambiente;<br>2.) Tendo em consideração qualquer forma de poluição atmosférica, que seja específica da atividade, incluindo a poluição sonora e luminosa. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br>1.6.1 Como gerimos os nossos riscos<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 3-1, 3-2, 3-3, 305-5, 305-6, 305-7<br><br>Nota: Devido à sua natureza, a atividade da Sonae não tem um impacto significativo na poluição sonora e luminosa |

| Informação | Correspondência Relatório Integrado | Correspondência GRI |
|---|---|---|
| **Economia circular e gestão e prevenção de resíduos**<br>1.) Economia circular;<br>2.) Resíduos: prevenção, reciclagem, reutilização, outras formas de recuperação e eliminação de resíduos; ações para combater os resíduos alimentares. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br>Eixo de Atuação 3 \| Promover a Circularidade<br>1.6.1 Como gerimos os nossos riscos<br>1.7 O nosso Desempenho<br>3. Promover a Circularidade<br><br>2. Relatório de Governo da Sociedade:<br>Parte I. Estrutura Acionista, Organização e Governo da Societário<br>C. Organização Interna<br>III. Controlo Interno e Gestão de Riscos<br>53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos<br>Riscos Ambientais<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 3-1, 3-2, 3-3, 301-2, 301-3, 306-1, 306-2, 306-3, 306-4, 306-5 |
| **Uso sustentável dos recursos** [questão material]<br>1.) Consumo de água e abastecimento de água de acordo com as restrições locais;<br>2.) Consumo de matérias-primas e as medidas adotadas para melhorar a eficiência de utilização;<br>3.) Consumo de energia, direto e indireto, medidas adotadas para melhorar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br>1.6.1 Como gerimos os nossos riscos<br>1.7 O nosso Desempenho<br><br>2. Relatório de Governo da Sociedade:<br>Parte I. Estrutura Acionista, Organização e Governo da Societário<br>C. Organização Interna<br>III. Controlo Interno e Gestão de Riscos<br>53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos<br>Riscos Ambientais<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 3-1, 3-2, 3-3, 301-1, 301-2, 301-3, 302-1, 302-2, 302-3, 302-4, 302-5, 303-1, 303-2, 303-3, 303-4, 303-5 |

| Informação | Correspondência Relatório Integrado | Correspondência GRI |
|---|---|---|
| **Alterações climáticas** [questão material]<br>1.) O elemento importante das emissões de gases de efeito estufa libertados como resultado das atividades da empresa, incluindo o uso dos bens e serviços que produz;<br>2.) As medidas adotadas para adaptação às consequências das alterações climáticas;<br>3.) As metas de redução estabelecidas voluntariamente a médio e longo prazos para reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa e as medidas implementadas para atingir esse fim. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br>Eixo de Atuação 1 \| Acelerar a descarbonização<br>1.6.1 Como gerimos os nossos riscos<br>1.7 O nosso Desempenho<br>1. Acelerar a descarbonização<br><br>2. Relatório de Governo da Sociedade:<br>Parte I. Estrutura Acionista, Organização e Governo da Societário<br>C. Organização Interna<br>III. Controlo Interno e Gestão de Riscos<br>53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos<br>Riscos Ambientais<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI<br>4.3.3 TCFD | 3-1, 3-2, 3-3, 201-2, 305-1, 305-2, 305-3, 305-4, 305-5 |
| **Proteção da Biodiversidade** [questão material]<br>1.) Medidas tomadas para preservar e restaurar a biodiversidade;<br>2.) Impactos causados pelas atividades ou operações em áreas protegidas. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br>Eixo de Atuação 2 \| Valorizar a Biodiversidade e Água<br>1.6.1 Como gerimos os nossos riscos<br>1.7 O nosso Desempenho<br>2. Valorizar a Biodiversidade e Água<br><br>2. Relatório de Governo da Sociedade:<br>Parte I. Estrutura Acionista, Organização e Governo da Societário<br>C. Organização Interna<br>III. Controlo Interno e Gestão de Riscos<br>53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos<br>Riscos Ambientais<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 3-1, 3-2, 3-3, 304-1, 304-2, 304-3 |

## II. Informações sobre questões sociais e relativas aos trabalhadores

| Informação | Correspondência Relatório Integrado | Correspondência GRI |
|---|---|---|
| **Emprego** [questão material]<br>1.) Número total e distribuição dos empregados por sexo, idade, país e categoria profissional;<br>2.) Número total e distribuição das modalidades de contrato de trabalho;<br>3.) Média anual de contratos indefinidos, contratos temporários e contratos a tempo parcial, por sexo, idade e categoria profissional;<br>4.) Número de despedimentos por sexo, idade e categoria profissional;<br>5.) A remuneração média e a sua evolução desagregada por sexo, idade e categoria profissional ou igual valor;<br>6.) Diferença salarial, a remuneração de cargos iguais ou médios na empresa;<br>7.) A remuneração média dos gestores e executivos, incluindo a remuneração variável, subsídios, remuneração, pagamento a sistemas de previsão de poupanças a longo prazo e qualquer outra situação desagregada por género;<br>8.) A implementação de políticas de desconexão laboral;<br>9.) Colaboradores com deficiência. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.2.5 Os nossos *Stakeholders*<br>As nossas pessoas<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br>Eixo de Atuação 4 \| Potenciar o Desenvolvimento Humano<br>1.6.1 Como gerimos os nossos riscos<br>1.7 O nosso Desempenho<br>4. Potenciar o desenvolvimento humano<br><br>2. Relatório de Governo da Sociedade:<br>Parte I. Estrutura Acionista, Organização e Governo da Societário<br>D. Remunerações<br>Parte I. Estrutura Acionista, Organização e Governo da Societário<br>C. Organização Interna<br>III. Controlo Interno e Gestão de Riscos<br>53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos<br>Riscos de Recursos Humanos<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 2-7, 2-8, 2-12, 2-19, 2-21, 3-1, 3-2, 3-3, 401-1, 405-1, 405-2 |
| **Organização do trabalho**<br>1.) Organização de horários de trabalho;<br>2.) Número de horas de ausência;<br>3.) Medidas para facilitar a licença parental e encorajar a responsabilidade conjunta de ambos os pais. | 4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 401-3, 403-2 |
| **Saúde e segurança**<br>1.) Condições de saúde e segurança no trabalho;<br>2.) Acidentes de trabalho, a sua frequência e gravidade;<br>3.) Doenças profissionais, desagregadas por género. | 2. Relatório de Governo da Sociedade:<br>Parte I. Estrutura Acionista, Organização e Governo da Societário<br>C. Organização Interna<br>III. Controlo Interno e Gestão de Riscos<br>53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos<br>Riscos de Segurança das Pessoas<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-7, 403-8, 403-9 |

| Informação | Correspondência Relatório Integrado | Correspondência GRI |
|---|---|---|
| **Relações sociais**<br>1.) Organização do diálogo social, incluindo procedimentos para informar e consultar os colaboradores e negociar com os mesmos;<br>2.) Percentagem de colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva, por país;<br>3.) O equilíbrio dos acordos coletivos de trabalho, especialmente no domínio da saúde e segurança no trabalho. | 4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 2-30, 403-1, 407-1 |
| **Formação** [questão material]<br>1.) As políticas implementadas no domínio da formação;<br>2.) O número total de horas de formação por categoria profissional. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.2.5 Os nossos *Stakeholders*<br>As nossas pessoas<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br>Eixo de Atuação 4 \| Potenciar o Desenvolvimento Humano<br>1.6 Gestão dos nossos riscos e criação de oportunidades<br>1.7 O nosso Desempenho<br>4. Potenciar o desenvolvimento humano<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 3-1, 3-2, 3-3, 404-1, 404-2 |
| Acessibilidade universal para pessoas portadoras de deficiências | 4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 401-1<br>Tabela colaboradores portadores de deficiência |
| **Igualdade** [Questão material]<br>1.) Medidas tomadas para promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres;<br>2.) Planos de igualdade (capítulo iii da lei orgânica 3/2007, de 22 de março, para a igualdade efetiva entre mulheres e homens), medidas adotadas para promover o emprego, protocolos contra o assédio sexual e de género, integração e acessibilidade universal para as pessoas com deficiência;<br>3.) A política contra todos os tipos de discriminação e, quando apropriado, a gestão da diversidade. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.2.5 Os nossos *Stakeholders*<br>As nossas pessoas<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br>Eixo de Atuação 4 \| Potenciar o Desenvolvimento Humano<br>1.6 Gestão dos nossos riscos e criação de oportunidades<br>1.7 O nosso Desempenho<br>4. Potenciar o desenvolvimento humano<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 3-1, 3-2, 3-3, 405-1, 405-2, 406-1 |

## III. Informação sobre o respeito dos direitos humanos

| Informação | Correspondência Relatório Integrado | Correspondência GRI |
|---|---|---|
| **Direitos Humanos**<br>1.) Aplicação dos procedimentos de due diligence no domínio dos direitos humanos;<br>2.) Prevenção dos riscos de violação dos direitos humanos e, quando apropriado, medidas para mitigar, gerir e reparar possíveis abusos cometidos;<br>3.) Relatórios sobre casos de violações dos direitos humanos;<br>4.) Promoção e aplicação das disposições das convenções fundamentais da organização internacional do trabalho relativas ao respeito da liberdade de associação e do direito à negociação coletiva;<br>5.) A eliminação do emprego e da discriminação profissional;<br>6.) A eliminação do trabalho forçado ou obrigatório;<br>7.) A abolição efetiva do trabalho infantil. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.6 Gestão dos nossos riscos e criação de oportunidades<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 2-23, 2-26, 3-1, 3-2, 3-3, 406-1, 407-1, 408-1, 409-1, 410-1 |
| **Corrupção e suborno**<br>1.) Medidas tomadas para prevenir a corrupção e o suborno;<br>2.) Medidas tomadas para combater o branqueamento de capitais;<br>3.) Contribuições para fundações e entidades sem fins lucrativos. | 4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 2-23, 2-26, 205-1, 205-2, 205-3, 413-1 |

## IV. Informação sobre questões sociais

| Informação | Correspondência Relatório Integrado | Correspondência GRI |
|---|---|---|
| **O compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável**<br>1.) O impacto da atividade da empresa no emprego e no desenvolvimento local;<br>2.) O impacto da atividade da empresa na população local e no território;<br>3.) As relações mantidas com os representantes das comunidades locais e as modalidades de diálogo com eles;<br>4.) Ações de associação e patrocínio. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.2.5 Os nossos *Stakeholders*<br>As nossas comunidades<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br>Eixo de Atuação 4 \| Potenciar o Desenvolvimento Humano<br>1.7 O nosso Desempenho<br>4. Potenciar o desenvolvimento humano<br><br>2. Relatório de Governo da Sociedade:<br>Parte II: Avaliação do Governo Societário<br>I. Relação da sociedade com acionistas, partes interessadas e a comunidade em geral<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 2-7, 3-1, 3-2, 3-3 308-1, 414-1, 2-26, 2-28, 2-29, 103, 203-1, 203-2, 413-1 |
| **Subcontratados e fornecedores**<br>1.) a inclusão de questões sociais, de igualdade de género e ambientais na política de compras;<br>2.) consideração nas relações com fornecedores e subcontratados da sua responsabilidade social e ambiental;<br>3.) sistemas de monitorização e auditoria e os seus resultados. | 1. Relatório de Gestão Integrado:<br>1.2.5 Os nossos *Stakeholders*<br>Os nossos parceiros<br>1.5.3 A nossa estratégia de sustentabilidade 2023-2026<br>Eixo Central \| Gerir com critérios ESG<br>1.7 O nosso Desempenho<br>Gerir com critérios ESG<br><br>4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 3-1, 3-2, 3-3, 204-1, 414-1 e 308-1, 407-1, 205-2 |
| **Consumidores**<br>1.) Medidas para a saúde e segurança dos consumidores;<br>2.) Sistemas de queixas, queixas recebidas e sua resolução. | 4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 2-29, 3-1, 3-2, 3-3, 416-1, 417-1 |
| **Informação fiscal**<br>1.) Benefícios obtidos por país;<br>2.) Impostos sobre as prestações pagas. | 4. Informação Adicional:<br>4.3.1 GRI | 3-1, 3-2, 3-3, 201-1, 201-4 |

## 4.3.3 *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*

### Riscos relacionados com as alterações climáticas e a nossa abordagem

O Acordo de Paris de 2015 tem como objetivo garantir a transição efetiva para um futuro de baixas emissões e de resiliência climática.

A Sonae está consciente de que a viabilidade do negócio depende da capacidade de mitigação e adaptação aos riscos climáticos. Reconhecendo o importante papel das organizações e do setor privado na liderança da agenda das alterações climáticas, a "incapacidade de mitigar e adaptar às alterações climáticas" tem sido identificada como um risco crítico para a Sonae desde 2020, através do nosso processo de gestão de riscos ***Enterprise-Wide Risk Management*** (EWRM), conforme definido no capítulo 1.6 “Como gerimos riscos e criamos oportunidades” do Relatório de Gestão Integrado.

A avaliação e gestão de riscos é uma parte crucial da atividade da gestão da Sonae e está formalmente integrada no seu ciclo de planeamento estratégico. A Gestão de Risco está também profundamente enraizada na cultura da Sonae e é uma das suas principais práticas de Governo da Sociedade.

Relativamente aos riscos e oportunidades climáticas, a Sonae apoia os objetivos do ***Task Force on Climate-related Financial Disclosures*** **(TCFD)** e adotou essa metodologia, uma vez que:

- naturalmente acreditarmos que as empresas devem divulgar os riscos e oportunidades que enfrentam;
- facilita a transparência sobre os riscos climáticos encontrados no relacionamento com os diferentes *stakeholders*, como investidores, credores, seguradoras, clientes, colaboradores, fornecedores e entre outros; e;
- facilita uma compreensão sistemática e metódica do impacto das alterações climáticas nas suas empresas.

Assim, através da liderança do Grupo Consultivo de Gestão de Risco, em coordenação do Grupo Consultivo de Sustentabilidade, e na sequência do primeiro ano de implementação do TCFD em 2021, foi estabelecido um processo interno corporativo para gerir a “incapacidade de mitigar e adaptar às alterações climáticas”, como um risco crítico, identificado pelo EWRM, e que tem guiado as empresas do grupo no seu exercício anual desde então.

Este processo permite afinar continuamente a forma como as empresas do Grupo analisam e gerem os riscos e as oportunidades climáticas materialmente relevantes, contribuindo para a identificação e a quantificação dos seus potenciais impactos financeiros em cada uma das empresas. As conclusões obtidas são apresentadas ao longo deste anexo, onde apresentamos os riscos e oportunidades decorrentes das alterações climáticas, o potencial impacto financeiro nas empresas e as ações que estão a ser tomadas para mitigar esses mesmos riscos e alavancar oportunidades.

A nossa estrutura TCFD (conforme recomendado pelo TCFD)

1. Modelo de Governo
2. Estratégia
3. Gestão de risco
4. Métricas e objetivos

Para divulgações adicionais, ver ao longo do Relatório Integrado de Gestão e para dados relacionados com alterações climáticas, ver a secção final deste relatório TCFD, “Divulgações adicionais sobre alterações climáticas”.

## 1. Modelo de Governo | Gestão e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados com o clima

Há três órgãos ao nível do Conselho de Administração que supervisionam a forma como os riscos e as oportunidades estão a ser geridas na Sonae.

**Conselho de Administração**
Supervisiona todos os riscos e oportunidades

O Conselho de Administração supervisiona todos os riscos e oportunidades que a Sonae enfrenta, incluindo os relacionados com as alterações climáticas.

O Conselho de Administração é apoiado por:

**Comissão de Auditoria e Finanças**
Supervisiona o processo de EWRM da Sonae, que inclui questões ambientais

**Comissão de Remuneração**
Supervisiona as métricas e metas climáticas associadas à remuneração variável dos colaboradores

Mais especificamente, como mencionado, o processo do TCFD tem sido liderado pelo Grupo Consultivo de Gestão de Risco, em coordenação com o Grupo Consultivo de Sustentabilidade.

- **Grupo Consultivo de Gestão de Risco:**

Presidido pelo CFO, João Dolores, o qual mantém a supervisão dos exercícios de avaliação de risco climático que estão atualmente a ser realizados por cada uma das empresas do grupo.

- **Grupo Consultivo de Sustentabilidade:**

O Presidente do Conselho de Administração, Paulo Azevedo, e a CEO, Cláudia Azevedo, são membros e patrocinam o Grupo de Consultivo de Sustentabilidade.
Este é um grupo de trabalho ao nível da gestão que tem a supervisão e os desafios sobre temas relacionados com a sustentabilidade e lidera um grupo de trabalho de nível tático que discute e aborda esses tópicos, incluindo sobre como as empresas da Sonae contribuem para o eixo "Acelerar a Descarbonização".

Este grupo de trabalho é composto por, pelo menos, um representante de cada uma das empresas do Grupo, garantindo que as ações definidas e realizadas são partilhadas, entre outros compromissos de sustentabilidade, para cumprir as metas climáticas definidas para a redução de carbono.

Em duas das cinco reuniões do Grupo Consultivo de Sustentabilidade, realizadas anualmente, as empresas do grupo apresentam os progressos alcançados para o cumprimento das nossas metas e os roteiros em vigor. A CEO e o Presidente do Conselho de Administração estão presentes em todas as reuniões do Grupo Consultivo de Sustentabilidade, mantendo assim o acompanhamento do progresso de cada uma das empresas do nosso portefólio em relação às suas metas climáticas. Adicionalmente, os indicadores e metas também são partilhados com a Comissão de Remuneração para que, conforme mencionado anteriormente, possam influenciar a remuneração dos executivos e demais colaboradores, considerando o sucesso da gestão dos riscos climáticos.

Ver a secção 1.3 "A nossa liderança" do Relatório de Gestão Integrado para mais pormenores sobre estes órgãos.

É de referir que a Sonae investe constantemente na formação de todos os seus colaboradores e executivos, nomeadamente em matérias relacionadas com a gestão da sustentabilidade nas suas empresas. Adicionalmente, a Sonae também quer contribuir para a disseminação de conhecimento na sociedade relativamente a questões de sustentabilidade. Em 2023, a Sonae disponibilizou ao público o seu **programa de formação** inicialmente desenvolvido para o público interno: "Sustentabilidade, o Futuro nas nossas mãos", composto por seis séries, sendo uma delas intitulada "$CO_2$ e Alterações Climáticas", a qual contém quatro episódios diferentes sobre: (i) a importância e urgência do tema, (ii) como a Sonae aborda e gere este tema, (iii) um *quiz* lançado aos colaboradores para avaliar grau de conhecimento e ação, e, por fim, (iv) um *booklet* com o sumário dos conhecimentos e dicas de autodesenvolvimento.

## 2. Estratégia

A “incapacidade de mitigar e adaptar às alterações climáticas” é um risco crítico para os nossos negócios, de acordo com o processo EWRM em vigor, cujo potencial impacto poderá ser diferente tendo em consideração os **horizontes temporais**:

- Curto prazo: 1 a 3 anos;
- Médio prazo: 3 a 5 anos; quer
- Longo prazo: mais de 5 anos.

Através da supervisão do Grupo Consultivo de Gestão de Risco, foi realizada uma avaliação dos potenciais impactos financeiros resultantes das alterações climáticas em cada uma das empresas do Grupo para caracterizar os riscos específicos que enfrentam.

Cada empresa identificou os seus riscos e oportunidades relevantes e classificou-os de acordo com as categorias previstas no TCFD. A relevância baseou-se também numa avaliação da “probabilidade de ocorrência” e da “magnitude do impacto” de cada risco, sendo a primeira a probabilidade de o risco se materializar e a segunda a quantificação do dano que o risco pode causar.

Em resumo, os potenciais riscos que enfrentamos estão relacionados com os riscos físicos decorrentes dos efeitos das alterações climáticas nos nossos negócios, incluindo condições climáticas extremas e o aumento das temperaturas médias, bem como potenciais riscos de transição associados à mudança para uma economia de baixo carbono, incertezas de mercado, regulamentação sobre produtos e serviços existentes e mudanças das preferências dos consumidores.

Nas tabelas abaixo, apresentamos os riscos relacionados ao clima que podem afetar nossos negócios, a identificação e avaliação de riscos e oportunidades, bem como a mensuração dos respetivos impactos financeiros previstos, que são definidos levando em consideração os horizontes temporais de 2030 e 2050, e para cenários de aumentos da temperatura da Terra de 1,5°C (*Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) *Representative Concentration Pathway* (RCP) 2.6) e 4°C (IPCC RCP 8.5), conforme as recomendações do TCFD e o procedimento interno estabelecido.

Os cenários acima referidos, permitem compreender os impactos climáticos nos nossos negócios a partir de duas realidades distintas:

- A primeira, consiste numa ambiciosa redução das emissões de GEE (em que os riscos da transição climática se materializam); e ainda
- A segunda, consiste num futuro sem alterações políticas para reduzir as emissões – *business as usual* – e caracterizado por emissões crescentes de GEE que levam a elevadas concentrações atmosféricas de GEE (em que os riscos climáticos físicos se materializam de forma proeminente).

| Risco | Impacto nas nossas atividades | Ações de gestão | Horizonte temporal |
|---|---|---|---|
| Categoria de risco climático: Riscos Físicos | | | |
| Crónico: Aumento da temperatura média | Para o setor de retalho alimentar e de moda o aumento das temperaturas médias pode comprometer a capacidade de produção e provocar aumento de custos (por exemplo: aumento no preço das matérias-primas), dificuldades logísticas, interrupções na cadeia de abastecimento ou reduzir a produtividade agrícola (por exemplo: maior custo de água, algodão e alimentos). | • Iniciativas, incluindo projetos de inovação, I&D e modelos de negócio; para utilizar fibras e materiais de origem sustentável promovendo novos materiais, aumento de durabilidade e a economia circular. | Longo prazo |
| | | • Implementação de uma ferramenta de cálculo da pegada para avaliar a pegada hídrica de produtos alimentares ao longo da cadeia de abastecimento e desenvolver medidas de eficiência para uma melhor gestão da água.<br>• Ações diretas com os produtores agrícolas visando a promoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e soluções baseadas na natureza | Médio-longo prazo |
| | Para o setor imobiliário, a escassez de água, associada ao aumento das temperaturas, pode levar ao aumento dos custos devido ao aumento do preço da água nas operações. | • Estudo técnico de resiliência dos ativos e das unidades de AVAC definiu um conjunto de medidas para adaptar aos novos padrões de temperatura. | Curto prazo |
| Agudo: Aumento da severidade de eventos climáticos extremos como, por exemplo, ciclones e inundações | Para todos os setores, condições meteorológicas extremas podem levar a uma perda de rendimento de vendas devido à interrupção dos negócios causada por um encerramento de prédios/lojas. Essas ocorrências podem gerar custos de reparação dos prédios/lojas, custos operacionais resultantes de impactos na saúde e segurança da força de trabalho e aumento dos custos com seguros. | • Cobertura de seguro para colaboradores.<br>• Difusão geográfica do nosso capital humano e acordos de trabalho flexíveis.<br>• Avaliação contínua do potencial impacto operacional de eventos climáticos extremos no processo de Gestão de Riscos.<br>• Análise contínua e aprimorada de risco de eventos climáticos extremos na avaliação das atuais localizações e de planos de expansão.<br>• Inclusão de uma resposta de emergência (formações, simulações e sistema de alerta antecipado) para eventos extremos nos planos de continuidade de negócios.<br>• Estudo técnico de resiliência para identificação de medidas de mitigação e definição de continuidade dos negócios para adaptação a situações de eventos climáticos extremos nos ativos impactados. | Curto-médio prazo |
| | Para os setores de retalho alimentar e de moda, o clima extremo pode levar à redução do rendimento de matérias-primas e disponibilidade de produtos alterando os custos de produção. Os fornecedores também podem precisar de mudar de localização. | • Desenvolvimento de um plano de contingência para regiões de alto risco, em caso de interrupções na produção, incluindo fornecedores alternativos em regiões de baixo risco. | Curto-médio prazo |

| Risco | Impacto nas nossas atividades | Ações de gestão | Horizonte temporal |
|---|---|---|---|
| Categoria de risco climático: Riscos de Transição | | | |
| Político e Legal: Aumento no preço do carbono | Para todos os setores em que operamos, o cumprimento de nova legislação de preços de carbono e a possível implementação de um imposto global de carbono resultaria num aumento dos custos operacionais, principalmente se as emissões das operações não puderem ser neutralizadas ou reduzidas. | Estabelecemos uma meta de redução de carbono ao nível do Grupo (redução de 53% nas emissões de âmbito 1 e 2 até 2032, relativamente a 2022) e uma meta de neutralidade carbónica em operações próprias a ser alcançada até 2040. Foram definidos roteiros específicos para cada uma das empresas do Grupo que resultarão na poupança de energia e redução nas emissões de $CO_2$. Os roteiros contemplam um conjunto diversificado de ações, nomeadamente:<br>• Implementação de um programa de otimização energética que inclui a instalação de equipamentos e sistemas mais eficientes (por exemplo, iluminação LED, sistemas de refrigeração).<br>• Auditorias para identificar e implementar melhorias para eficiência energética nas nossas lojas, prédios e centros logísticos.<br>• Produção autónoma de energia solar fotovoltaica e fornecimento de eletricidade por meio de fontes renováveis.<br>• Eletrificação da frota de veículos de serviço.<br>• Desenvolvimento de uma plataforma inteligente de gestão de energia usando IA para automatizar o consumo de eletricidade. | Curto-médio prazo |
| Político e Legal: Regulação sobre produtos e serviços existentes | Para o setor imobiliário, a renovação de edifícios para aumentar a eficiência energética e reduzir as emissões, exigidas pela onda de renovação da UE, pode levar a um aumento do custo de capital. | • Realização de auditorias energéticas para identificar melhorias na eficiência energética dos nossos edifícios. | Curto prazo |
| | A eventual introdução do *Carbon Border Adjustment Mechanism* (CBAM) pode ter impacto no setor de retalho de eletrónica, assim como um aumento dos custos de aquisição de produtos e materiais importados de fora da UE. | • Envolvimento com a cadeia de fornecedores de forma a sensibilizar sobre impactos da legislação emergente, assim como implementação de iniciativas para melhorar o desempenho da cadeia de valor; análise de materiais/produtos alternativos; incentivos às melhores práticas de sustentabilidade; estabelecimento de política de *procurement* para compras fora da UE; entre outras. | Médio prazo |
| | Aumento dos custos de substituição/aquisição/adaptação de equipamentos para eliminação do uso de gases refrigerantes do tipo F-Gases de elevado PAG (Potencial de Aquecimento Global). | • Desenvolvimento de uma estratégia específica e de um plano de ação para eliminação dos gases refrigerantes com alto PAG que inclua o serviço e manutenção dos equipamentos que possuam gases refrigerantes e programa de substituição de equipamentos. | Médio prazo |

| Risco | Impacto nas nossas atividades | Ações de gestão | Horizonte temporal |
|---|---|---|---|
| Categoria de risco climático: Riscos de Transição | | | |
| Tecnologia: Custos de transição para tecnologias de baixas emissões | Para o setor de retalho alimentar, custos de desenvolvimento e adaptação a novas práticas e processos para implementação de soluções tecnológicas que permitam a redução/captura de emissões de $CO_2$. | • Produção autónoma de energia solar fotovoltaica e fornecimento de eletricidade por meio de fontes renováveis.<br>• Avaliação de soluções e eventuais remodelações/alterações para aumento da eficiência energética. | Médio prazo |
| Reputação: Mudanças nas preferências do consumidor e maior preocupação dos *stakeholders* | Para o setor de retalho alimentar e de produtos eletrónicos a inadequação da nossa oferta às preferências dos consumidores mais conscientes sobre questões ambientais, pode levar à perda de rendimento caso os nossos produtos ou práticas não sejam favoráveis ao clima ou de baixo carbono | • Adaptação dos produtos às novas exigências dos consumidores em matéria de sustentabilidade. Por exemplo, oferta de produtos eletrónicos certificados pela eficiência energética e ações de proximidade com os produtores agrícolas nacionais.<br>• Dar formação aos colaboradores das lojas de retalho para comunicar eficazmente as iniciativas climáticas implementadas (por exemplo, objetivos de redução de carbono e produtos com maior eficiência energética).<br>• Comunicação do nosso compromisso de neutralidade carbónica junto aos diferentes *stakeholders* e desenvolvimento de programas de apoio ao cliente para sensibilizar e apoiar na tomada de decisão mais consciente quanto à redução dos consumos energéticos e da sua pegada de carbono. | Médio prazo |
| Mercado: Outros (Adaptação à Mobilidade Elétrica) | Para o sector imobiliário, à medida que a procura de estações de carregamento de veículos elétricos nos edifícios e centros comerciais aumenta, teremos de investir na instalação de pontos de carregamento de VE. A não adaptação pode levar a uma perda de visitantes. | • Realização de um estudo de viabilidade para a expansão dos locais de estacionamento de VE e pontos de carregamento nas nossas instalações. | Curto prazo |

A materialidade dos riscos climáticos para a Sonae foi também avaliada tendo em conta a sua influência nos resultados financeiros das empresas do portefólio. Os riscos foram ponderados de acordo com o peso de cada negócio no valor consolidado do grupo (*Net Asset Value* - NAV). Ressalvamos que os riscos são tratados individualmente por cada empresa, no entanto, a *holding* presta especial atenção aos riscos de maior materialidade. Para 2023 destacam-se:

i) Risco Físico - Agudo: Aumento da severidade dos eventos climáticos extremos (ex. ciclones, cheias, tempestades),
ii) Risco de Transição - Político e/ou Legal: Aumento do preço do carbono.

Na tabela seguinte, divulgamos o potencial impacto financeiro destes riscos materiais associados ao cenário climático mais desafiante de um aumento de temperatura de 1,5ºC (IPCC RCP 2.6), para o horizonte temporal de médio prazo de 2030.

| Valor (Euros) |
|---|
| < 10m |
| 10m – 30m |
| 30m – 90m |
| > 90m |

| Categoria de risco climático | Risco | Impacto potencial num cenário de 1,5ºC para 2030 | |
|---|---|---|---|
| | | Min | Máx |
| Físico - Agudo | Aumento da severidade de fenómenos climáticos extremos, como ciclones e inundações | | |
| Transição - Político e Legal | Aumento do preço do carbono | | |

Para avaliar as oportunidades associadas aos potenciais riscos climáticos, as empresas consideraram diversos fatores, incluindo as tendências regulatórias, tecnológicas e de mercado relacionadas às alterações climáticas. Além disso, as empresas avaliaram as suas próprias capacidades e recursos para adaptar e beneficiar das oportunidades decorrentes das alterações climáticas, conforme recomendado pelo TCFD. As principais oportunidades resultantes desta avaliação estão relacionadas com: i) eficiência no uso de recursos, ii) fontes de energia, e iii) produtos e serviços. Consultar a tabela baixo para detalhes das oportunidades, bem como os seus respetivos benefícios potenciais.

| Categoria de oportunidade | Oportunidade | Impacto nas nossas atividades | Ações de gestão | Horizonte temporal | Benefício potencial da oportunidade |
|---|---|---|---|---|---|
| Eficiência no uso de recursos | Uso de processos de produção e distribuição mais eficientes nas nossas operações diretas e cadeia de abastecimento | Para o setor de retalho de moda e alimentar, o uso mais eficiente da água, eletricidade e produtos químicos nas nossas operações diretas pode resultar em reduções de custos significativas. | • Redução do consumo de água do processo de lavagem de denim por meio do uso mais eficiente de produtos químicos verdes e atualizações de equipamentos (exemplo, processo e-Flow, tecnologia a laser e máquinas de ozono).<br>• Custos de energia e água evitados pela implementação de medidas de eficiência, nomeadamente programas de otimização energética. | Curto-médio prazo | |
| | | Adicionalmente, a compra local de matérias-primas e produtos na nossa cadeia de abastecimento pode levar a prazos de entrega menores e à capacidade de ser mais ágil para responder a oportunidades de vendas, bem como mitigar o impacto direto de uma interrupção na cadeia de abastecimento. | • Estabelecimento de contratos com fornecedores próximos. | Médio prazo | |

| Categoria de oportunidade | Oportunidade | Impacto nas nossas atividades | Ações de gestão | Horizonte temporal | Benefício potencial da oportunidade |
|---|---|---|---|---|---|
| Eficiência no uso de recursos | Maior eficiência dos nossos edifícios | Para o setor imobiliário, a melhoria da eficiência energética de nossos edifícios e centros comerciais pode resultar em custos operacionais reduzidos e, portanto, na redução dos encargos comuns para os lojistas. Edifícios com maior eficiência energética nas nossas lojas de retalho alimentar, de eletrónica e de moda também podem levar à redução de custos operacionais. | • Realizar auditorias energéticas especializadas para explorar potenciais melhorias na eficiência energética e melhorar a classificação do Certificado de Desempenho Energético. | Médio prazo | |
| Fontes de energia | Uso de fontes de energia de baixa emissão | Para os setores de retalho alimentar e de imobiliário existe a oportunidade de utilizar fontes de energia de menor emissão para os edifícios, reduzindo custos operacionais e a exposição a aumentos de preços de combustíveis fósseis e eletricidade. | • Execução das ações para alcançar as metas de redução e a neutralidade carbónica. Inclui o investimento na produção autónoma de energia renovável e a compra de energia renovável através de contratos de aquisição de energia. | Médio prazo | |
| Produtos e serviços | Desenvolvimento de novos produtos ou serviços através de I&D e inovação | Para o setor de retalho de moda, o impacto do aumento dos preços das matérias-primas tradicionais, como o algodão, poderia ser atenuado através da utilização de materiais de produção alternativos. | • Aumento do uso de fibras recicladas e matérias-primas mais sustentáveis.<br>• Seleção de fornecedores que desenvolvem processos de produção de matérias-primas inovadoras. | Curto prazo | |
| | Capacidade de diversificar as atividades de negócios | Para o setor de retalho de eletrónica existem oportunidades de diversificação da atividade regular da empresa em novos serviços. | • Prestação de serviços de consultoria energética à habitação particular, combinado com soluções de eficiência energética e equipamentos<br>• Rendimentos de recolha de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) reinvestidas no modelo de negócio que permita aumentar a taxa de recolha/ reciclagem e valorizar diversos materiais, como: alumínio, ferro, entre outros.<br>• Desenvolvimento de serviços de reparação/manutenção de eletrónica especializados, através de um modelo de negócio específico. | Curto prazo<br>Médio prazo<br>Médio prazo | |
| | Desenvolvimento e/ou expansão de bens e serviços de baixas emissões | Para o setor de retalho de eletrónica existem oportunidades desenvolvimento e/ou expansão de bens e serviços de baixas emissões | • Aumento de rendimentos decorrente de expansão/novas linhas de produtos de natureza sustentável/ecológica (ex. mobilidade elétrica)<br>• Aumento de rendimentos decorrentes de expansão/novas linhas/venda de produtos de baixo carbono /mais eficientes. | Curto prazo<br>Médio prazo | |
| | Alteração das preferências dos consumidores | Para o setor de retalho de eletrónica há oportunidades decorrentes das mudanças das preferência dos consumidores | • Aumento de rendimentos devido ao aumento da procura de produtos mais eficientes, novos produtos como o relacionado com a micro-mobilidade e serviços associados aos serviços de recolha e tratamento de REEE. | Curto prazo | |

A avaliação das oportunidades pela metodologia do TCFD permite às empresas identificar novos serviços ou produtos, opções de eficiência, bem como tomar decisões informadas sobre onde investir os seus recursos, conduzindo a benefícios financeiros significativos, enquanto gera impactos positivos ambientais e sociais.

Na sequência dos anos anteriores, o desempenho em termos de emissões de GEE é um dos indicadores que influencia o nosso planeamento financeiro, especificamente no que diz respeito ao acesso a capital, para financiamento de investimentos que tenham como objetivo reduzir as nossas emissões de carbono; desde 2020 incluímos o desempenho em indicadores de ESG nos critérios de financiamento de médio e longo prazo, como consequência desta política, atualmente, 83% do total dos financiamentos da Sonae são *sustainability-linked* ou *green*. Também na gestão do nosso portefólio, à medida que procuramos a sua expansão, exploramos diferentes formas de integrar questões climáticas nas nossas estratégias de gestão e aquisição de portefólio, incluindo financiamento, d*ue diligence* e monitorização de métricas chave. Por fim, importa ainda destacar a existência de uma política interna - *Position Paper on Climate Change* - sobre a abordagem adotada na resposta às alterações climáticas e que serve de orientação para as nossas ações.

Para mais informação e estudos de casos específicos sobre iniciativas de redução de carbono e eficiência energética nas empresas do grupo, consultar o capitulo 1.7 “O nosso desempenho“ do Relatório de Gestão Integrado.

## 3. Gestão de risco

O processo EWRM, é um processo anual alinhado com o ciclo de planeamento estratégico que considera um conjunto alargado de domínios de riscos internos (ex. financeiros, operacionais, estratégicos, tecnológicos, reputacionais e de recursos humanos) e de riscos externos, onde incluímos os riscos associados às alterações climáticas. A identificação, avaliação e gestão dos riscos associados às alterações climáticas seguem o processo estabelecido no âmbito do EWRM, que poderá ser consultado no capitulo 1.6 “Como gerimos o risco e como criamos oportunidade”, do Relatório de Gestão Integrado. Mais uma vez, o risco de "incapacidade de mitigação e adaptação às alterações climáticas" foi identificado como risco crítico para os nossos negócios, no ciclo de gestão de risco deste ano.

No âmbito do processo EWRM, e por se tratar de um risco crítico, o risco de "incapacidade de mitigar e adaptar às alterações climáticas" é gerido ao nível da Comissão Executiva e sob a responsabilidade direta de João Dolores (Administrador e CFO) e João Günther Amaral (Administrador e CDO). São enquadráveis nessas responsabilidades o acompanhamento do risco ao longo do ano e a avaliação dos progressos nas ações de gestão e mitigação.

Tendo em consideração a importância das alterações climáticas enquanto risco para os nossos negócios, tal como explicado na subsecção anterior “2. Estratégia”, o procedimento interno para a realização da avaliação do risco associado às alterações climáticas é seguido por todas as empresas do grupo. Esta metodologia visa compreender os sub-riscos específicos de “incapacidade de mitigar e adaptar às alterações climáticas” a que cada uma das empresas Sonae está exposta. Neste processo, os riscos relevantes para cada empresa foram identificados com base numa lista predefinida de categorias de riscos associados às alterações climáticas, alinhada com as categorias constantes do TCFD. A análise de cenários climáticos foi realizada por cada uma das empresas para melhor compreender o potencial impacto financeiro destes riscos e oportunidades. A análise de cenários climáticos sob o *Intergovernmental Panel on Climate Change* IPCC, foi realizada por cada empresa de forma a melhor compreender os potenciais impactos financeiros dos riscos e oportunidades. Para apoiar esta análise, a Sonae recorre às principais referências globais na área. Consulte a subsecção “2. Estratégia” deste relatório, sobre os resultados alcançados: os riscos climáticos identificados, as ações que estão a ser implementadas para gerir a ocorrência desses riscos nos próximos anos, bem como os potenciais impactos financeiros para os riscos mais materiais tendo em conta a relevância do portefólio da Sonae.

## 4. Métricas e metas

Assumimos o compromisso de alcançar a neutralidade carbónica das operações próprias até 2040, antecipando em 10 anos a meta estabelecida pela União Europeia. Este objetivos reflete o compromisso com a nossa estratégia de sustentabilidade e incorpora a prossecução de objetivos ambiciosos na implementação da nossa estratégia de negócio. Adicionalmente, no âmbito dos nossos ojetivos para reduzir o nosso impacto no planeta, comprometemo-nos com metas de médio prazo de redução de emissões alinhadas com a *Science Based Target Initiative* (SBTi), considerando o cenário de +1,5 graus Celsius. O nosso objetivo é reduzir as nossas emissões (âmbito 1+2) em 53% até 2032, com referência aos valores de 2022, e garantir a neutralidade carbónica das operações, conforme referido. Adicionalmente, em 2022, as empresas do nosso portefólio avançaram no processo de cálculo das emissões de GEE do âmbito 3 e estão a desenvolver estratégias para reduzir e estabelecer metas de emissões referentes a este âmbito. Como resultado evolutivo daquele exercício, em 2023 a MC e a Sierra submeteram e tiveram as suas metas aprovadas pelo SBTi, enquanto a Worten apresentou seu compromisso e aguarda a aprovação dos mesmos. As tabelas abaixo apresentam a evolução das emissões de âmbito 1, 2 e 3 para 2022 e 2023, em termos comparáveis em toneladas de $CO_{2e}$.

| | Sonae | |
|---|---|---|
| $tCO_{2e}$ | 2022R [1] | 2023 |
| âmbito 1 | 66.408 | 69.400 |
| âmbito 2 | 105.047 | 92.107 |
| **âmbito 1+2** | **171.454** | **161.505** |
| âmbito 3 | 7.016.817 | 5.938.838 |
| **Total** | **7.118.271** | **6.100.345** |

Notas: Toda a informação apresentada foi sujeita a verificação por uma entidade externa - a KPMG. Consulte o Relatório de Garantia Limitada Independente neste Relatório.
[1] Valores de 2022 reexpressos para serem comparáveis: MC ajustado âmbito 3 inclui Arenal; Zeitreel alargou o âmbito 1 para incluir emissões biogénicas; Worten passou a incluir o âmbito 3; Brightpixel excluiu as empresas alienadas S21Sec e Excellium; Universo excluída como resultado da transação da JV com Bankinter; Sierra ajustado para critérios de submissão SBTi, *equity-share* e âmbito 2 *location based*. Âmbito 3 de 2022 incluí todas as categorias das empresas e não é diretamente comparável com o ano de 2023, por este incluir para a MC apenas a Categoria 1.

| | Rácio de intensidade de emissões de GEE | | Notas metodológicas |
|---|---|---|---|
| | 2022 | 2023 | de acordo com a natureza das atividades dos nossos negócios |
| *Holding*, MC, Worten, Zeitreel | 0,15 | 0,14 | Emissões de GEE âmbito 1 e 2 (*market based*) (t $CO_{2e}$) / Área de vendas ($m^2$) |
| Sonaecom (BrightPixel & Media) | 3,96 | 2,00 | Emissões de GEE âmbito 1 e 2 (*market based*) (t $CO_{2e}$) / Capital investido no portefólio ativo da Brightpixel (€m) |
| Sierra excluindo emissões dos lojistas | 0,020 | 0,020 | Emissões de GEE de âmbito 1, 2 [1] (t $CO_{2e}$) / ABL [2] ($m^2$)<br>[1] Método de cálculo atualizado em 2023, para o âmbito da Sierra Equity Share, alinhado com a aprovação de metas pelo SBTi. Emissões de âmbito 1 e emissões de âmbito 2 na metodologia *location based*<br>[2] área bruta locável dos ativos mais a área dos escritórios corporativos. |

Nota: Atualização de métricas específicas relevantes para o negócio.

Em 2023, as nossas empresas emitiram 6.100.345 $tCO_{2e}$, o que representa um decréscimo de 15,1% face ao ano anterior. As emissões do âmbito 1 representam 1,1% da nossa pegada de carbono, as emissões do âmbito 2 representam 1,5% e, finalmente, as emissões do âmbito 3 representam 97,4%. Em 2023, as empresas continuaram o esforço de mapeamento das categorias mais materiais do inventário de emissões do âmbito 3 e tomaram medidas para definir roteiros de redução, reconhecendo a natureza complexa do rastreamento de informações da cadeia de valor. Neste contexto, as emissões do âmbito 3 representaram 5,94 milhões de $tCO_{2e}$, uma redução de 6%[8] em termos homólogos, como resultado do esforço de envolvimento com os fornecedores para descarbonizar a cadeia de valor e também para promover produtos mais eficientes energeticamente para os clientes. Dada a natureza das atividades do nosso portefólio, as categorias mais representativas referem-se aos "Bens e serviços adquiridos" e "Utilização dos produtos vendidos", com um peso de 82% e 15%, respetivamente.

Durante 2023, houve uma redução nas emissões do âmbito 2 como resultado de investimentos em eficiência energética, energia renovável e contratos verdes. Considerando a meta estabelecida para 2032 de reduzir as nossas emissões de âmbitos 1+2 em 53% face a 2022, registamos uma redução de 6% em 2023 face a 2022 e de 30% relativamente a 2018.

Informações adicionais sobre a evolução do nosso desempenho podem ser consultadas no capítulo 1.7 "O nosso desempenho" do Relatório de Gestão. Os resultados das nossas emissões têm como referência o mais recente *Greenhouse Gas Protocol Corporate Accounting and Reporting Standard* (GHG Protocol). Consultar o Anexo GRI para uma descrição mais detalhada das emissões por empresa e atividade.

No que diz respeito ao nosso consumo e produção de energia, em 2023 as nossas empresas consumiram 3.023.469 GJ de energia total, representando um aumento de 4% face ao ano anterior. Este valor inclui o consumo de energias renováveis provenientes de contratos verdes e de energias renováveis produzidas e autoconsumidas, que representaram 40% do total de eletricidade consumida. Adicionalmente, a produção de energia renovável pelas nossas empresas aumentou 30% face ao ano anterior. Consulte o Anexo GRI para uma análise mais detalhada das métricas de energia, bem como o capítulo 1.7 “Nosso desempenho” do Relatório de Gestão Integrado.

Para dar continuidade ao cumprimento dos nossos objetivos, cada empresa reforçou o seu plano de ação, adaptado ao seu contexto de negócio, com base nas melhores práticas conhecidas e no conhecimento tecnológico e científico predominante. A título de exemplo, entre as diversas iniciativas de eficiência energética e otimização, podemos destacar a mudança para equipamentos de refrigeração que utilizam gases refrigerantes de baixo impacto, alterações de procedimentos de operação em loja, ou iniciativas de investimento na produção de energia renovável local e no fornecimento de energia renovável. A remuneração associada ao cumprimento das metas de redução de emissões de GEE é também uma parte fundamental da nossa estrutura remuneração e reforça a importância da gestão dos impactos das alterações climáticas.

## Divulgações adicionais relacionadas com as alterações climáticas

O Relatório de Gestão Integrado contém divulgações adicionais, complementares a este capítulo, relacionadas com as alterações climáticas nas seguintes secções:

- 1.3 A nossa liderança;
- 1.5 A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia;
- 1.6 Como gerimos o risco e como criamos oportunidades; e
- 1.7 O nosso desempenho.

Saiba mais acerca das nossas ações em relação às alterações climáticas e $CO_2$ no nosso site: https://sustentabilidade.sonae.pt/

Adicionalmente, o nosso processo de registo no âmbito do CDP de 2023 inclui informação desenvolvida riscos climáticos, oportunidades, impactos e ações de mitigação relacionados com a nossa atividade: https://www.cdp.net/pt .

[8] Este valor considera apenas a Categoria 1 em 2022 e 2023 para a MC, enquanto as outras empresas consideram também as restantes categorias. A MC alinhou com a meta SBTi validada, em 2023 a sua pegada de carbono de âmbito 3 está focada na categoria 1, pois representa mais de 67% das emissões de âmbito 3. De 5 em 5 anos, será realizada uma nova reavaliação, a fim de assegurar a coerência com a ciência climática e as melhores práticas mais recentes

## 4.3.4 EU Taxonomia

O Regulamento (UE) 2020/852 de junho de 2018, 2020, comummente designado como a "Taxonomia Europeia", foi introduzido para estabelecer um sistema de classificação único para as atividades sustentáveis. Enquanto pilar fundamental do plano de ação para o financiamento sustentável, a Taxonomia pretende facultar aos investidores e aos decisores políticos definições adequadas para que as atividades económicas possam ser consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental, de acordo com os seis objetivos seguintes:

1 - Mitigação das alterações climáticas (CCM);
2 - Adaptação às alterações climáticas (CCA);
3 - Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos (WTR);
4 - Transição para uma economia circular (CE);
5 - Prevenção e controlo da poluição (PPC); e
6 - Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas (BIO).

A divulgação do alinhamento e da elegibilidade das atividades que contribuem para os objetivos de adaptação às alterações climáticas e de mitigação das alterações climáticas tornou-se aplicável para o exercício financeiro de 2022. Para o ano de reporte de 2023, a Sonae SGPS (doravante "Sonae" ou "Grupo Sonae") deve divulgar a proporção das suas atividades económicas alinhadas com a Taxonomia Europeia, não alinhadas mas elegíveis, e não elegíveis para os dois primeiros objetivos ambientais acima mencionados (conhecidos como *Taxo 2*). Adicionalmente, tal como estabelecido no Ato Delegado do Ambiente do Regulamento de Taxonomia, adotado oficialmente a 27 de junho de 2023, que introduz um novo conjunto de critérios para os restantes quatro objetivos ambientais (conhecidos como *Taxo 4*), a Sonae está igualmente obrigada a divulgar a proporção das suas atividades económicas elegíveis e não elegíveis para Taxonomia Europeia no que respeita:

- Atividades recentemente adicionadas aos objetivos ambientais 1 e 2;
- As atividades definidas para os restantes quatro objetivos ambientais (Ato Delegado do Ambiente), que abrangem os objetivos 3 a 6.

As atividades económicas são elegíveis para efeitos de taxonomia se contribuírem substancialmente para pelo menos um dos seis objetivos ambientais. O alinhamento não se limita à elegibilidade. As atividades económicas consideram-se alinhadas se estiverem em conformidade com os critérios da Taxonomia definidos para a atividade específica. Estes critérios consistem em avaliar se uma atividade simultaneamente: i) contribui significativamente para, pelo menos, um dos objetivos ambientais, ii) não causa danos significativos a nenhum outro objetivo ambiental (não prejudicar significativamente, DNSH) e iii) observa e cumpre com as salvaguardas mínimas em matéria de segurança no trabalho e direitos humanos.

Em 2022, a Sonae, com o apoio de especialistas externos, desenvolveu um *Guideline* Corporativo para a Taxonomia Europeia, com o objetivo de servir com um instrumento de orientação e de referência para todas as empresas do Grupo Sonae incluídas no perímetro de consolidação, de forma a garantir uma abordagem consistente do grupo na interpretação, avaliação e preparação de informações a serem comunicadas no âmbito da Taxonomia, para os próximos anos de reporte. Esta orientação foi elaborada com base na melhor interpretação do Regulamento da Taxonomia e dos Atos Delegados, e está a ser revista em resposta às novas orientações da Comissão Europeia. Paralelamente, foi realizado um exercício preliminar no seio do Grupo para avaliar o alinhamento em relação às atividades elegíveis identificadas no âmbito dos quatro objetivos (*Taxo 4*), bem como identificar as principais lacunas a serem abordadas no próximo ano.

Para o ano fiscal de 2023, os principais resultados obtidos do Reporte da Taxonomia Europeia são os seguintes:

- A Sonae obteve resultados de elegibilidade para a Taxonomia no total de €286,8m em volume de negócios, €372m em investimento (capex) e €5,4m em custos operacionais (opex), que correspondem a 3,4%, 46,1% e 2,8% dos valores consolidados, respetivamente;
- Dos valores acima referidos, a proporção de alinhamento com a Taxonomia obtida corresponde a 0,4% do volume de negócios, 6,0% do capex e 0,8% do opex;

- Os resultados obtidos nos Indicadores-Chave de Desempenho (KPIs) evidenciam que as rubricas relacionadas com as atividades imobiliárias (construção, renovação e a propriedade de edifícios) correspondem a 20% do volume de negócios elegível e a 67% do capex elegíveis.
- A publicação dos restantes quatro objetivos ambientais permitiu à Sonae aumentar o volume de negócios elegível, devido à venda de produtos de marca própria (embalagens de plástico, produtos elétricos e eletrónicos) e outras atividades de retalho (serviços de reparação, venda de bens em segunda mão) nos segmentos de retalho do Grupo. Em termos globais, estima-se que 78% do volume de negócios elegível esteja associado ao comércio de retalho;
- As medidas individuais realizadas pelo Grupo, de suporte às operações de negócio e melhoria do impacto ambiental, representam, em geral, 33% do investimento elegível.

O alargamento da Taxonomia Europeia aos outros quatro objetivos ambientais, nomeadamente o objetivo da Economia Circular, contribuiu para aumentar o âmbito das atividades elegíveis da Sonae, abrangendo o negócio de retalho. Embora a maioria das atividades económicas do Grupo permaneça fora do âmbito da Taxonomia, verifica-se um efeito incremental nos valores do volume de negócios. O Grupo continua a apoiar os objetivos da Taxonomia Europeia e o desenvolvimento contínuo do regulamento.

## Âmbito e Princípios Contabilísticos

Nos termos do Artigo 29.º da Diretiva Contabilística (2013/34/UE), a demonstração dos requisitos de divulgação do Artigo 8.º do Regulamento da Taxonomia deve ser apresentada numa base consolidada.

Por conseguinte, o exercício aplica os mesmos princípios de consolidação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adotadas pela União Europeia e atualmente em vigor. O âmbito de reporte centra-se no perímetro de consolidação da Sonae, que envolve as *sub-holdings*, empresas individuais e fundos de investimento imobiliário fechados, conforme descrito na Nota 1.3 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas. As principais políticas contabilísticas adotadas pela Sonae na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas e podem ser consultadas nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os KPIs da Taxonomia foram preparados com base no Anexo I do Ato Delegado de Divulgação que suplementa o Regulamento (UE) 2020/852 e respetivas alterações publicadas a 27 de junho de 2023. A informação financeira é obtida a partir das demonstrações financeiras do ano findo em 31 de dezembro de 2023, e o volume de negócios líquido, o investimento e os custos operacionais podem ser conciliados com as demonstrações financeiras consolidadas.

O método para calcular a proporção de atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental consiste num processo de duas etapas: na primeira etapa, é avaliado se uma atividade está em conformidade com a lista de atividades elegíveis para a Taxonomia disponível e, na segunda etapa, é analisado o alinhamento de cada atividade elegível identificada.

Em conformidade com o regulamento, foram adotadas duas formas de elegibilidade da Taxonomia Europeia para o capex e opex:

- Por via de atividades geradoras de receitas, em que o valor apurado é a proporção do capex e opex associadas a tais atividades (por exemplo, rendimentos provenientes de serviços e rendas); e
- Por via de aquisição de bens e serviços de atividades económicas elegíveis, que não geram rendimento, mas que dão suporte às operações *core* do Grupo (por exemplo, a instalação de equipamento de eficiência energética em edifícios). Neste caso, são incluídas as adições aos ativos, juntamente com os custos operacionais correspondentes, quando existam (por exemplo, subcontratos ou manutenção).

No que diz respeito às atividades de apoio, o Grupo decidiu excluir do reporte de Taxonomia as atividades elegíveis baseadas em opex, uma vez que o controlo operacional do Grupo sobre essas atividades é limitado. Consequentemente, algumas atividades elegíveis incluídas no Relatório de Taxonomia de 2022 foram excluídas do âmbito de reporte de 2023 (ver capítulo Atividades Económicas Elegíveis).

Devido às características do Grupo e à prática de transações entre empresas do Grupo, a dupla contabilização é um aspeto que requer especial atenção. Neste sentido, e de forma a evitar a dupla contabilização, foram excluídas todas as vendas ou prestações de serviços entre as subsidiárias da Sonae. Adicionalmente, como cada empresa do Grupo tem a sua própria estrutura de custos, cada um dos centros de lucro e de custos foi sinalizado para uma segunda validação e consolidação no departamento de contabilidade e consolidação do Grupo. Para uma melhor identificação e separação dos elementos de custo, em particular para o investimento, foram recolhidas e validadas as respetivas ordens de compra.

### Avaliação da Elegibilidade e do Alinhamento do Grupo ao abrigo da Taxonomia Europeia

Na sequência do desenvolvimento da Diretiva Corporativa para a Taxonomia, a Sonae criou um grupo de pontos focais em cada *sub-holding* para levar a cabo internamente o exercício de elegibilidade e alinhamento da Taxonomia.

Inicialmente, foi analisado, numa base individual, se a empresa exerce atividades que possam ser consideradas elegíveis para efeitos de Taxonomia. Estas atividades estão descritas nos Anexos I e II do Regulamento Delegado (UE) 2021/2139, e respetivas alterações (mitigação das alterações climáticas e adaptação às alterações climáticas, respetivamente), e estão descritas nos Anexos I, II, III e IV, que suplementam o Regulamento (UE) 2020/852, relativamente aos critérios técnicos de avaliação dos objetivos ambientais (*Taxo 4*). De seguida, e apenas para as atividades relacionadas com a mitigação das alterações climáticas e a adaptação às alterações climáticas, a avaliação do alinhamento seguiu uma análise exaustiva da contribuição substancial específica e dos critérios de “não prejudicar significativamente” para cada atividade elegível identificada. Foram avaliadas as salvaguardas mínimas a nível do Grupo, tendo também em consideração as atividades elegíveis em análise.

## Atividades Económicas Elegíveis

O perímetro de consolidação do Grupo Sonae gere um portefólio diversificado, que abrange os setores de retalho, de tecnologia e imobiliário. Com a aprovação de um novo conjunto de critérios da Taxonomia Europeia para as atividades económicas que contribuem substancialmente para os objetivos ambientais de *Taxo 4*, a lista de atividades elegíveis foi alargada a novos setores, nomeadamente ao setor da indústria transformadora e dos serviços de retalho. Por conseguinte, em comparação com o ano fiscal de 2022, a Sonae aumentou a elegibilidade global da taxonomia para atividades geradoras de receitas no seu negócio de retalho, principalmente no setor elétrico e eletrónico. A Sonae também desenvolve outras atividades secundárias de apoio que suportam principalmente o negócio *core*, nomeadamente investimentos em frotas de transporte subcontratadas e medidas individuais implementadas para reduzir as emissões de GEE nas operações *core*, incluídas como atividades elegíveis.

## Atividades Económicas Elegíveis do Grupo Sonae

*Taxo* 2 – Mitigação das Alterações Climáticas e Adaptação às Alterações Climáticas

| Atividade económica elegível de acordo com a Taxonomia Europeia | Descrição da Atividade |
|---|---|
| **CCM 3.5** Fabrico de equipamentos dotados de eficiência energética para edifícios | Vendas de equipamento de eficiência energética para edifícios (produtos abrangidos pelo Regulamento Quadro de Etiquetagem Energética da União Europeia) |
| **CCM 6.5** Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros | Aluguer e locação financeira de veículos elétricos e híbridos *plug-in* para a frota do Grupo |
| **CCM 6.6** Serviços de transporte rodoviário de mercadorias | Locação financeira de veículos utilizados para o transporte de mercadorias Trata-se de uma atividade subcontratada cujos contratos são considerados como locações, transferindo o direito de uso |

| Atividade económica elegível de acordo com a Taxonomia Europeia | Descrição da Atividade |
|---|---|
| **CCM 7.1** Construção de edifícios novos | Desenvolvimento de projetos de construção de edifícios residenciais e não residências |
| **CCM 7.2** Renovação de edifícios existentes | Grandes projetos de renovação em edifícios comerciais |
| **CCM 7.3** Instalação, manutenção e reparação de equipamentos de eficiência energética | Prestação de serviços de instalação, reparação e manutenção de sistemas de ar condicionado.<br>Serviços contratados para a instalação, renovação e manutenção de equipamentos de eficiência energética, incluindo materiais de isolamento, LEDs e sistemas de ar condicionado. |
| **CCM 7.4** Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos em edifícios | Prestação de serviços de instalação, reparação e manutenção de postos de carregamento de veículos elétricos<br>Serviços contratados para instalação, reparação e manutenção de postos de carregamento de veículos elétricos |
| **CCM 7.5** Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios | Serviços contratados para a instalação e reparação de sistemas de monitorização de energia elétrica, sistemas de gestão de edifícios e adaptação de sistemas de controlo de iluminação |
| **CCM 7.6** Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis | Prestação de serviços de instalação, reparação e manutenção de sistemas fotovoltaicos e solares térmicos;<br>Serviços contratados para a instalação de unidades de produção para autoconsumo e manutenção fotovoltaica |
| **CCM 7.7** Aquisição e propriedade de edifícios | Operação e gestão de edifícios comerciais;<br>Contratação de construção de novos edifícios que serão propriedade do Grupo. |
| **CCM 9.3** Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios | Prestação de serviços: auditorias energéticas, certificações, consultoria técnica e *benchmark*, *design* de edifícios e gestão de energia |
| **CCA 9.3** Consultoria para a gestão e adaptação de riscos físicos associados ao clima | Prestação de atividades de consultoria que permitam às organizações gerir os riscos físicos associados ao clima |

*Taxo* 4 – Recursos Hídricos e Marinhos, Economia Circular, Controlo da Prevenção da Poluição, Biodiversidade e Ecossistemas

| Atividade Económica Elegível de acordo com a Taxonomia Europeia | Descrição da Atividade |
|---|---|
| **WTR 1.1** Fabrico, instalação e serviços associados a tecnologias de controlo de fugas que permitem a redução e prevenção de fugas em sistemas de abastecimento de água | Serviços contratados para a instalação de tecnologias de controlo de fugas que permitam a redução e prevenção de fugas nos sistemas de abastecimento de água |
| **CE 1.1** Fabrico de embalagens de plástico | Venda de diversos artigos de plástico utilizados para embalagem, tais como sacos de plástico, bolsas, contentores, etc. |
| **CE 1.2.** Fabrico de equipamentos elétricos e eletrónicos | Fabrico de equipamentos elétricos e eletrónicos para uso industrial, profissional e de consumo. |
| **CE 3.1.** Construção de edifícios novos | Desenvolvimento de projetos de construção de edifícios residenciais e não residências |
| **CE 3.2** Renovação de edifícios existentes | Grandes projetos de renovação em edifícios comerciais |
| **CE 5.1** Reparação, recondicionamento e refabrico | Prestação de serviços de reparação, recondicionamento e refabrico de bens |
| **CE 5.4** Venda de bens em segunda mão | Venda de bens em segunda mão, nomeadamente os relacionados com produtos elétricos e eletrónicos, têxteis e de mobilidade |
| **BIO 1.1** Conservação, incluindo o restauro, de *habitats*, ecossistemas e espécies | Desenvolvimento de atividades de conservação, incluindo atividades de restauro, em colaboração com fornecedores e parceiros externos |

Ao reavaliar o exercício de elegibilidade das atividades do grupo para o exercício financeiro de 2023, que engloba também a incorporação de novas atividades elegíveis da *Taxo 4*, determinou-se que certas atividades de manufatura (1.1. CE, 1.2. CE e 3.5. CCM) devem estar incluídas no âmbito de elegibilidade da Sonae. De acordo com o quadro da Taxonomia Europeia, a Sonae é um fabricante de produtos comercializados sob as marcas registadas do Grupo. Esta avaliação está alinhada com a definição regulamentar de "Fabricante", de acordo com o Regulamento (UE) 2019/1020, que engloba as entidades que

fabricam produtos e os comercializam com o seu nome ou marca registada, seja a partir de fabrico próprio ou de um fabricante terceiro. É essencial destacar o facto de que uma parte dos produtos colocados no mercado serem totalmente adquiridos a terceiros, enquanto outros têm um envolvimento mais próximo das empresas da Sonae no desenvolvimento do produto.

Adicionalmente, a decisão do Grupo de excluir as atividades elegíveis baseadas no opex do reporte da Taxonomia determinou a exclusão das atividades elegíveis consideradas no exercício financeiro de 2022, nomeadamente as atividades subcontratadas relacionadas com a recolha e transporte de resíduos e o processamento e alojamento de dados.

Para além das atividades elegíveis identificadas, a atual abrangência da Taxonomia deixa espaço para outras atividades relevantes no âmbito da contribuição para as alterações climáticas. A título de exemplo, e com enfoque no negócio de retalho alimentar do Grupo, a MC tem vindo a manter esforços para promover a redução das emissões GWP (potencial de aquecimento global) associadas à cadeia de frio, nomeadamente através da implementação e manutenção de centrais de frio com melhor desempenho, instalação de dispositivos de automação e regulação e substituição e atualização de equipamentos de apoio para aumento da eficiência de gases fluorados (F-gas) por gases com um GWP mais baixo nas centrais de frio (como o $CO_2$ e o isopropano, com um GWP de 1 e 3, respetivamente). Em 2023, as emissões de gases fluorados evasivos representavam aproximadamente 16% das emissões de GEE de âmbito 1 e 2 da MC.

Embora a Taxonomia, atualmente, não identifique estas medidas como elegíveis, as mesmas são relevantes para a redução da pegada de carbono da empresa e, assim, contribuírem para o objetivo de mitigação das alterações climáticas. Com a otimização da cadeia de frio é estimada uma redução de 8% no consumo de energia por loja, assim como uma redução relevante na pegada de carbono, uma vez que o novo equipamento tem gases com um GWP mais baixo. No exercício financeiro de 2023, foi efetuado um investimento total de €23,5m na otimização do impacto ambiental da cadeia de frio, o que representa 2,9% do capex consolidado.

## Avaliação do Alinhamento

O alinhamento foi determinado com base nos objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas, sendo analisados os critérios específicos de contribuição substancial, e de “não prejudicar significativamente”, de modo a determinar o alinhamento de cada atividade. Embora não seja ainda necessário, o Grupo realizou um exercício preliminar para extrapolar o alinhamento das atividades elegíveis no âmbito dos *Taxo 4*, para avaliar o estado atual do alinhamento e preparar o próximo ano de reporte com base nas conclusões e lacunas identificadas.

A avaliação do alinhamento foi efetuada em cada *sub-holding* do Grupo, de acordo com as orientações do *Guideline* Corporativo, de modo a garantir a consistência da interpretação e das metodologias em todo o perímetro. Foram utilizadas duas abordagens para determinar se cada atividade elegível cumpria os critérios técnicos: (1) avaliação individual por ativo, projeto ou contrato de serviço, ou (2) a nível agregado, na qual a avaliação se aplica a todas as atividades incorporadas que se enquadram nos mesmos critérios.

Apresenta-se de seguida a metodologia de avaliação de cada atividade elegível no Grupo Sonae.

| 3.5. Fabrico de equipamentos dotados de eficiência energética para edifícios | |
|---|---|
| **Contribuição Substancial** | |
| Mitigação das Alterações Climáticas | A atividade económica consiste no fabrico de equipamentos dotados de eficiência energética de marca própria para edifícios que contribuem de forma substancial para o objetivo das alterações climáticas, correspondentes às alíneas f) aparelhos domésticos, g) fontes de luz e i) sistemas de arrefecimento e de ventilação, dos critérios de taxonomia da atividade 3.5.<br>Os produtos são considerados como estando em conformidade se se enquadrarem nas duas classes de eficiência energética mais elevadas, de acordo com o Regulamento (UE) 2017/1369. Foi aplicada uma avaliação por item, onde foi verificada a etiqueta energética de cada produto. |
| **Não prejudicar significativamente (DNSH)** | |
| Adaptação às Alterações Climáticas | Uma vez que os produtos são fabricados em fábricas de terceiros, a informação foi avaliada através dos fornecedores. Nenhum dos fabricantes demonstrou desempenhar uma avaliação robusta dos riscos climáticos e da vulnerabilidade, que permita identificar os riscos físicos significativos associados ao clima para o funcionamento e que constitua a base para a identificação de medidas de adaptação adequadas que sejam apresentadas como parte de um plano de adaptação. |
| Recursos Hídricos e Marinhos | Dado que os produtos são fabricados em fábricas de terceiros, a informação foi avaliada através dos fornecedores. Foi avaliada a existência de um sistema ambiental, especificamente relacionado com as práticas de gestão e tratamento da água. Quando a informação não foi obtida, a atividade foi considerada como não tendo cumprido os critérios. |
| Economia Circular | A atividade, sempre que possível, adota técnicas de apoio a:<br>(1) Melhorar a sustentabilidade do fabrico, através da promoção da reutilização de materiais e do *design* de produtos com vista à sua durabilidade e reciclagem: Para além da conformidade com a qualidade nacional, a implementação de critérios de *design* ecológico adicionais só é viável para os produtos para os quais o Grupo está envolvido no respetivo desenvolvimento. Cada produto contém um manual de instruções e dispõe de informações sobre reparação. Existem também serviços e programas de pós-venda para garantir a durabilidade e extensão da vida útil do produto.<br>(2) Priorizar a reciclagem na gestão de resíduos – a gestão de resíduos é um critério avaliado nas auditorias ambientais a fornecedores, para garantir a implementação das políticas internas do Grupo. Além disso, o Grupo participa em sistemas de gestão de resíduos nos mercados onde os produtos são vendidos.<br>(3) Rastreabilidade das substâncias que suscitam preocupação ao longo de todo o ciclo de vida do produto – são fornecidas pelos fornecedores todas as evidências de testes de controlo e certificações de qualidade |
| Poluição | A conformidade, relativamente ao uso e à presença de substâncias químicas determinadas no Apêndice C, foi avaliada para cada item. A informação foi obtida através de uma solicitação de fichas técnicas e documentos descritivos dos produtos dirigida aos principais fornecedores de cada empresa do Grupo. Para determinar a conformidade foi feita a análise dos documentos técnicos verificando se demonstram a conformidade com os regulamentos especificados, tais como os regulamentos REACH e RoHS. |
| Biodiversidade e Ecossistemas | Dado que os produtos são fabricados em fábricas de terceiros, a informação foi avaliada através dos fornecedores. Foi avaliado se foi efetuada uma análise do impacto ambiental e se estão a ser executadas medidas de mitigação. Quando a informação não foi obtida, a atividade foi considerada como não tendo cumprido os critérios. |

| 6.5 Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros | |
|---|---|
| **Contribuição Substancial** | |
| Mitigação das Alterações Climáticas | Esta atividade consiste na aquisição de *plug-ins* elétricos e híbridos para a frota do Grupo (categoria M1). Como medida individual implementada com vista à redução dos gases com efeito de estufa no Grupo, apenas os veículos híbridos e elétricos foram considerados elegíveis.<br><br>As emissões específicas de $CO_2$ já são recolhidas para os procedimentos de quantificação da pegada de carbono. Posteriormente, foi realizada uma avaliação de cada veículo para identificar os que têm emissões específicas de $CO_2$ inferiores a 50g$CO_2$/km (veículos ligeiros com emissões baixas e nulas). Apenas os que cumpriram este critério passaram para os critérios do DNSH. |
| **Não prejudicar significativamente (DNSH)** | |
| Adaptação às Alterações Climáticas | Não são identificados riscos físicos relevantes associados ao clima para a atividade em questão. |
| Economia Circular | No que respeita aos critérios de economia circular, ambos foram considerados em conformidade.<br><br>(1) A legislação nacional exige atualmente que os veículos só possam ser comercializados se forem reutilizáveis e/ou recicláveis a um nível mínimo de 85% em massa e reutilizáveis e/ou recuperáveis a um nível mínimo de 95% em massa. Assim, a Sonae assume que estes regulamentos são cumpridos, devido ao princípio de legalidade.<br><br>(2) A Sonae considera que os critérios relacionados com as medidas em vigor para a gestão de resíduos, tanto na fase de utilização (manutenção), como na fase de fim de vida da frota, não são aplicáveis. No Grupo, os veículos são, na sua maioria, alugados ou adquiridos em regime de *leasing*, sendo os veículos posteriormente devolvidos à entidade locadora, pelo que o Grupo não é responsável pelo fim de vida dos veículos. Neste contexto, os fornecedores foram contactados, e a informação obtida foi a de que, no final do contrato, os veículos são colocados no mercado de segunda mão para reutilização. |
| Poluição | Quanto aos critérios de poluição, cada um dos quatro critérios foi avaliado, tendo apenas alguns veículos sido considerados como estando em conformidade com todos os critérios, e, por conseguinte, foram considerados alinhados. Em caso de informação não disponível, os critérios foram considerados como em "não conformidade".<br><br>(1) Na Sonae, todos os veículos estão em conformidade com os requisitos da fase aplicável mais recente da norma Euro 6 de emissões de veículos ligeiros;<br><br>(2) A Sonae considera que, se for cumprida a norma Euro 6, o critério específico DNSH de conformidade com a Diretiva 2009/33/CE é também cumprido;<br><br>(3) Os pneus cumprem os requisitos relativos ao ruído exterior de rolamento na classe mais elevada (A) e o Coeficiente de Resistência do Rolamento nas duas classes mais elevadas (A e B) - este foi, indubitavelmente, o critério mais difícil de avaliar, uma vez que este nível de detalhe de informação não estava a ser recolhida junto dos fornecedores. Apenas alguns veículos foram considerados como cumpridores destes critérios, sendo que a grande maioria não está em conformidade devido à ausência de informação;<br><br>(4) Os critérios de conformidade com o Regulamento (UE) 540/2014 também foram considerados como cumpridos, assumindo o princípio de legalidade. |

| 6.6. Serviços de transporte rodoviário de mercadorias | |
|---|---|
| **Contribuição Substancial** | |
| Mitigação das Alterações Climáticas | Esta atividade consiste na locação financeira de serviços de transporte de mercadorias (categoria N2 e N3).<br><br>Na Sonae, as emissões específicas de $CO_2$ já são recolhidas para os procedimentos de quantificação da pegada de carbono. Posteriormente, foi realizada uma avaliação de cada veículo para identificar os que têm emissões específicas de $CO_2$ inferiores a 1 $gCO_2$/km (veículos ligeiros com emissões baixas e nulas), verificando que nenhum veículo está em conformidade.<br><br>As emissões específicas de $CO_2$ também foram calculadas, no entanto, nenhum veículo apresentou menos de metade das emissões de $CO_2$ de referência, pelo que não foram alinhadas. |
| **Não prejudicar significativamente (DNSH)** | |
| Adaptação às Alterações Climáticas | Não são identificados riscos físicos relevantes associados ao clima para a atividade em questão. |
| Economia Circular | No que respeita aos critérios de economia circular, ambos foram considerados em conformidade.<br><br>(1) A legislação nacional exige atualmente que os veículos só possam ser comercializados se forem reutilizáveis e/ou recicláveis a um nível mínimo de 85% em massa e reutilizáveis e/ou recuperáveis a um nível mínimo de 95% em massa. Assim, a Sonae assume que estes regulamentos são cumpridos, devido ao princípio de legalidade.<br><br>(2) A Sonae considera que os critérios relacionados com as medidas em vigor para a gestão de resíduos, tanto na fase de utilização (manutenção), como na fase de fim de vida da frota, não são aplicáveis. No Grupo, os veículos são, na sua maioria, alugados ou adquiridos em regime de *leasing*, sendo os veículos posteriormente devolvidos à entidade locadora, pelo que o Grupo não é responsável pelo fim de vida dos veículos. |
| Poluição | Quanto aos critérios de poluição, cada um dos dois critérios foi avaliado, tendo apenas alguns veículos sido considerados como estando em conformidade com todos os critérios, e, por conseguinte, foram considerados alinhados. Em caso de informação não disponível, os critérios foram considerados como em “não conformidade”.<br><br>(1) Devido à ausência de informação, o critério não foi cumprido;<br><br>(2) Os critérios de conformidade com o Regulamento (UE) 540/2014 foram considerados como cumpridos, assumindo o princípio de legalidade. |

| 7.1 Construção de edifícios novos | |
|---|---|
| **Contribuição Substancial** | |
| Mitigação das Alterações Climáticas | A atividade inclui dois projetos de construção imobiliária: um projeto residencial e uma torre de escritórios. A avaliação dos critérios da Taxonomia foi efetuada ao nível do projeto.<br><br>(1) O Certificado de Desempenho Energético (EPC) dos edifícios foi utilizado para avaliar o valor máximo do Indicador de Eficiência Energética (IEES) e a procura de energia primária (IEE). O Despacho n.º 6476-E/2021 (lei portuguesa) define os limiares para que os edifícios de comércio e serviços possam ser considerados edifícios de energia quase nula (nZEB). Para estarem em conformidade, os indicadores devem demonstrar estar 10% abaixo dos limiares estabelecidos a nível nacional.<br><br>(2) Para avaliar se os edifícios resultantes da construção são submetidos a testes de estanquicidade e integridade térmica, foi avaliado se cada projeto prevê a realização de atividades de comissionamento, incluindo a realização de testes e inspeções pós-construção para assegurar estas características;<br><br>(3) Por último, foi avaliado se foi desenvolvida uma Avaliação do Ciclo de Vida (LCA) para o projeto, incluindo o Potencial de Aquecimento Global (GWP) do edifício resultante da construção. Um dos projetos demonstrou o cálculo, para cada fase do ciclo de vida, em conformidade com a EN 15978, enquanto o outro projeto foi adjudicado e aguarda a realização de uma LCA. |
| **Não prejudicar significativamente (DNSH)** | |
| Adaptação às Alterações Climáticas | Um dos projetos demonstrou desempenhar, ou ter planeado, uma avaliação robusta dos riscos climáticos e da vulnerabilidade, que permita identificar os riscos físicos significativos associados ao clima para o edifício e que constitua a base para a identificação de medidas de adaptação adequadas que sejam apresentadas como parte de um plano de adaptação, ao passo que outro não a efetuou. |
| Recursos Hídricos e Marinhos | No caso do projeto de construção residencial, estes critérios não se aplicam. No segundo projeto, a fim de avaliar a conformidade do consumo de água especificado para os aparelhos hídricos, as especificações técnicas dos aparelhos foram consultadas e cruzadas com os critérios de caudal específicos. |
| Economia Circular | O critério da economia circular foi considerado cumprido para o projeto da torre de escritórios, não tendo sido cumprido para o projeto residencial.<br><br>(1) O primeiro critério exige a evidência de, pelo menos, 70% (por peso) dos resíduos não-perigosos de construção e demolição sejam preparados para reutilização, reciclagem e recuperação de outros materiais, de acordo com a hierarquia de resíduos e o Protocolo de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da UE. Ambos os projetos apresentam objetivos de acordo com a ambição da Taxonomia.<br><br>(2) Uma análise do potencial do projeto para ser adaptável e fácil de desmontar e adaptar foi considerada para o projeto da torre de escritórios, sendo que o segundo não prevê este tipo de avaliação. |

| 7.1 Construção de edifícios novos | |
|---|---|
| **Não prejudicar significativamente (DNSH)** | |
| Poluição | Para compreender se os componentes e materiais de construção utilizados na construção estão em conformidade com os critérios estabelecidos no Anexo C, e se os componentes e materiais de construção que podem entrar em contacto com os ocupantes são materiais com baixas emissões, de acordo com as condições especificadas no Anexo XVII do Regulamento (CE) 1907/2006 (REACH), as diretrizes do projeto e a política de *procurement* foram analisadas, centrando-se nos requisitos dos materiais e componentes.<br>Para avaliar se foram tomadas medidas para reduzir o ruído, poeira e emissões poluentes durante os trabalhos de construção ou manutenção, ambas as diretrizes do projeto contemplam práticas de construção responsáveis, que incluem a implementação de melhores políticas e procedimentos de prevenção da poluição no local da construção, incluindo medidas centradas no ruído, nas vibrações e na qualidade do ar. |
| Biodiversidade e Ecossistemas | Uma vez que ambos os projetos estão a ser construídos numa parcela urbana com um edifício abandonado existente, não estando, portanto, a ser construídos numa terra arável, campo verde ou floresta, os critérios de Biodiversidade e Ecossistemas foram considerados como cumpridos. |

| 7.2 Renovação de edifícios existentes | |
|---|---|
| **Contribuição Substancial** | |
| Mitigação das Alterações Climáticas | A atividade contempla grandes projetos de renovação de edifícios comerciais. A consideração de “grandes obras de renovação” segue a definição presente na Diretiva do Desempenho Energético dos Edifícios, e respetivas transposições nacionais, no caso de Portugal, Decreto Lei 101-D/2020. Para compreender se a renovação do edifício cumpre os requisitos aplicáveis na legislação nacional relativa a grandes renovações, foi recolhida a documentação do projeto, nomeadamente os documentos descritivos, para avaliar a conformidade com os requisitos mínimos. |
| **Não prejudicar significativamente (DNSH)** | |
| Adaptação às Alterações Climáticas | Nenhum dos projetos demonstrou desempenhar, ou ter planeado, uma avaliação robusta dos riscos climáticos e da vulnerabilidade que permitam a identificação dos riscos físicos significativos associados ao clima para o edifício, e que constituam a base para a identificação de medidas de adaptação adequadas que sejam apresentadas como parte de um plano de adaptação. |
| Recursos Hídricos e Marinhos | Para avaliar a conformidade da utilização hídrica específica dos aparelhos hídricos, quando instalados, foram analisadas as fichas técnicas dos aparelhos obtidas junto dos fornecedores, bem como os documentos descritivos do projeto de execução. No caso de não existir informação suficiente para cada aparelho, o critério não foi considerado cumprido. |
| Economia Circular | Para os critérios de economia circular, foi recolhido junto dos subcontratantes o plano de gestão ambiental, que inclui o plano de resíduos de construção e demolição e, quando disponível, os registos da declaração de transporte de resíduos.<br>(1) O primeiro critério exige evidência, de, pelo menos, 70% (por peso) dos resíduos não perigosos de construção e demolição a serem preparados para reutilização, reciclagem e recuperação de outros materiais, de acordo com a hierarquia de resíduos e o Protocolo de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da UE. Dependendo da informação disponível, quando foi possível verificar este limite, foi considerado como estando em conformidade.<br>(2) Uma análise do potencial do projeto para ser adaptável e fácil de desmontar e da adaptabilidade não foi considerada para nenhuma das amostras de projeto selecionadas, pelo que foi considerado como não cumprido. |
| Poluição | Para compreender se os componentes e materiais de construção utilizados na construção estão em conformidade com os critérios estabelecidos no Anexo C, e se os componentes e materiais de construção que podem entrar em contacto com os ocupantes são materiais com baixas emissões, de acordo com as condições especificadas no Anexo XVII do Regulamento (CE) 1907/2006 (REACH), os documentos de execução do projeto foram analisados centrando-se nos requisitos dos materiais e componentes. Se não verificadas provas suficientes, foi considerado como não estando em conformidade.<br>Para avaliar se foram tomadas medidas para reduzir o ruído, poeira e emissões poluentes durante os trabalhos de construção ou manutenção, os documentos de execução do projeto foram analisados para contemplar práticas de construção responsáveis. |

| 7.3 Instalação, manutenção e reparação de equipamentos de eficiência energética | |
|---|---|
| **Contribuição Substancial** | |
| Mitigação das Alterações Climáticas | A atividade consiste na instalação, manutenção e reparação de equipamento de eficiência energética, nomeadamente de substituição de iluminação LED, de instalação e manutenção de sistemas AVAC, o que confirma os critérios de contribuição substancial, em matéria de Taxonomia, para o objetivo das alterações climáticas, correspondendo às alíneas a), d) e e) da atividade 7.3.<br><br>Estes projetos são considerados como estando em conformidade com os requisitos mínimos estabelecidos, para componentes e sistemas individuais, nas medidas nacionais aplicáveis que implementam a Diretiva 2010/31/UE, o Decreto-Lei n.º 101-D /2020. Uma avaliação genérica foi aplicada, tendo sido contactados, por cada empresa do Grupo, os principais fornecedores de cada tipo de solução, de forma a obter evidência do cumprimento. Para dispositivos recém-instalados, sempre que o Regulamento (UE) 2017/1369 era aplicável, as etiquetas energéticas de cada dispositivo eram recolhidas (não avaliadas para as despesas de manutenção). No caso dos fornecedores em que não foi obtida informação, esta foi considerada não alinhada. |
| **Não prejudicar significativamente (DNSH)** | |
| Adaptação às Alterações Climáticas | Tendo em consideração o caráter de pequena escala e o contexto desta atividade, a avaliação do DNSH para o objetivo da adaptação não implicou uma avaliação extensiva do risco e da vulnerabilidade, tendo sido suficiente para justificar os objetivos subjacentes a este critério: (1) a identificação dos riscos físicos associados ao clima que são materiais para a atividade; (2) a compreensão de quais as medidas necessárias para manter uma operação eficiente, ao longo do tempo, face aos fenómenos climáticos; e (3) a demonstração de que a atividade não aumenta o risco de impacto adverso nas pessoas, natureza ou ativos.<br><br>(1) Uma vez que estes produtos são instalados no conjunto dos edifícios, os principais riscos que podem ter impacto nesta atividade são as inundações e os incêndios, que poderiam afetar o edifício em que o equipamento está instalado, nomeadamente o quadro e respetivas ligações elétricas. No caso de iluminação LED localizada fora dos edifícios, outros riscos climáticos como tempestades e ventos extremamente fortes, podem danificar os dispositivos.<br><br>(2) O *design* e a execução seguem as Normas Técnicas de Instalações Elétricas, definidas a nível nacional, bem como as normas definidas pelo fabricante. O equipamento elétrico é selecionado tendo em conta os requisitos e as condições ambientais específicas do local em que será instalado, ou a que possa estar sujeito. Durante a operação, no caso do AVAC, a manutenção é realizada numa base trimestral, de acordo com um plano de manutenção preventiva, que inclui inspeções e a limpeza das componentes do sistema (por exemplo, a limpeza de filtros), a verificação do estado e funcionamento das componentes e medidas corretivas (por exemplo, controlo da corrosão do equipamento). De forma similar, no caso da iluminação LED, é também efetuada uma manutenção preventiva, com incidência nos quadros elétricos e respetivas ligações elétricas.<br><br>(3) O equipamento elétrico é selecionado com vista a não causar, em serviço normal, perturbações quer em outro equipamento quer na rede elétrica, incluindo as resultantes de manobras de intervenção. Adicionalmente, uma vez que estes são considerados equipamentos de apoio “não essenciais” do ponto de vista operacional, qualquer avaria não afeta a atividade principal. |
| Poluição | A conformidade, relativamente ao uso e à presença de substâncias químicas determinadas no Apêndice C, foi avaliada para as instalações AVAC e luminárias LED. A informação foi obtida através de uma solicitação de fichas técnicas e documentos descritivos das instalações dirigida aos principais fornecedores de cada empresa do Grupo. Para determinar a conformidade foram utilizadas duas abordagens: (1) se os documentos técnicos demonstram estar em conformidade com os regulamentos especificados, como os Regulamentos REACH e RoHS; ou (2) se a composição do equipamento não evidencia nenhuma das substâncias descritas nos regulamentos do Apêndice C (por exemplo, o mercúrio). No caso dos principais fornecedores em que não foi obtida informação, esta foi considerada não alinhada. |

| 7.4 Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos em edifícios | |
|---|---|
| **Contribuição Substancial** | |
| Mitigação das Alterações Climáticas | Esta atividade inclui a instalação, manutenção e reparação de estações de carregamento para veículos elétricos em edifícios e parques de estacionamento anexos aos edifícios, quer numa perspetiva de prestação de serviços quer numa perspetiva da implementação individual, o que confirma diretamente os critérios de contribuição substancial, em matéria de Taxonomia, para o objetivo das alterações climáticas da atividade 7.4. |
| **Não prejudicar significativamente (DNSH)** | |
| Adaptação às Alterações Climáticas | Tendo em consideração o caráter de pequena escala e o contexto desta atividade, a avaliação do DNSH para o objetivo da adaptação não implicou uma avaliação extensiva do risco e da vulnerabilidade, tendo sido suficiente para justificar os objetivos subjacentes a este critério: (1) a identificação dos riscos físicos associados ao clima que são materiais para a atividade; (2) a compreensão de quais as medidas necessárias para manter uma operação eficiente, ao longo do tempo, face aos fenómenos climáticos; e (3) a demonstração de que a atividade não aumenta o risco de impacto adverso nas pessoas, natureza ou ativos.<br><br>(1) Os principais riscos que podem impactar esta atividade são: inundações, incêndios, tornados, ciclones, furacões, tufões, aumento do nível do mar e deslizamentos de terra, na medida em que podem influenciar a localização das estações de carregamento ou a rede elétrica que alimenta as estações de carregamento;<br><br>(2) O *design* e a execução seguem as Normas Técnicas de Instalações Elétricas, definidas a nível nacional, bem como as normas definidas pelo fabricante. O equipamento elétrico é selecionado tendo em conta os requisitos e as condições ambientais específicas do local em que será instalado, ou a que possa estar sujeito. Durante o funcionamento, são efetuadas manutenções preventivas anuais para manter o funcionamento eficiente dos sistemas, incluindo testes de segurança dos equipamentos (diferenciais e cortes de emergência), a verificação da tensão e várias medições;<br><br>(3) O equipamento elétrico é selecionado com vista a não causar, em serviço normal, perturbações quer em outro equipamento quer na rede elétrica, incluindo as resultantes de manobras de intervenção. Adicionalmente, uma vez que estes são considerados equipamentos de apoio “não essenciais” do ponto de vista operacional, qualquer avaria não afeta a atividade principal. |

| 7.5 Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios | |
|---|---|
| **Contribuição Substancial** | |
| Mitigação das Alterações Climáticas | Esta atividade inclui a instalação, manutenção e reparação dos instrumentos e dispositivos de medição, regulação e controlo do desempenho energético dos edifícios, quer numa perspetiva da prestação de serviços quer numa perspetiva da implementação individual, nomeadamente sistemas de gestão de energia e sistemas de controlo de iluminação, o que confirma diretamente os critérios de contribuição substancial, em matéria de Taxonomia, para o objetivo das alterações climáticas, correspondente à alínea b) da atividade 7.5. |
| **Não prejudicar significativamente (DNSH)** | |
| Adaptação às Alterações Climáticas | Tendo em consideração o caráter de pequena escala e o contexto desta atividade, a avaliação do DNSH para o objetivo da adaptação não implicou uma avaliação extensiva do risco e da vulnerabilidade, tendo sido suficiente para justificar os objetivos subjacentes a este critério: (1) a identificação dos riscos físicos associados ao clima que são materiais para a atividade; (2) a compreensão de quais as medidas necessárias para manter uma operação eficiente, ao longo do tempo, face aos fenómenos climáticos; e (3) a demonstração de que a atividade não aumenta o risco de impacto adverso nas pessoas, natureza ou ativos.<br><br>(1) Os principais riscos que podem impactar esta atividade são: inundações, incêndios, tornados, ciclones, furacões, tufões, aumento do nível do mar e deslizamentos de terras. Estes fatores podem ter uma influência sobre as localizações dos equipamentos e dispositivos;<br><br>(2) O *design* e a execução seguem as Normas Técnicas de Instalações Elétricas, definidas a nível nacional, bem como as normas definidas pelo fabricante. O equipamento elétrico é selecionado tendo em conta os requisitos e as condições ambientais específicas do local em que será instalado, ou a que possa estar sujeito. Durante o funcionamento, são efetuadas manutenções preventivas anuais para manter o funcionamento eficiente dos sistemas, incluindo testes de segurança dos equipamento (diferenciais e cortes de emergência), a verificação da tensão e várias medições;<br><br>(3) O equipamento elétrico é selecionado com vista a não causar, em serviço normal, perturbações quer em outro equipamento quer na rede elétrica, incluindo as resultantes de manobras de intervenção. Adicionalmente, uma vez que estes são considerados equipamentos de apoio “não essenciais” do ponto de vista operacional, qualquer avaria não afeta a atividade principal. |

| 7.6 Instalação manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis | |
|---|---|
| **Contribuição Substancial** | |
| Mitigação das Alterações Climáticas | Esta atividade inclui a instalação, manutenção e reparação de centrais fotovoltaicas e solares, quer numa perspetiva de prestação de serviços quer numa perspetiva da implementação individual, o que confirma diretamente os critérios de contribuição substancial, em matéria de Taxonomia, para o objetivo das alterações climáticas, alíneas a) e b) da atividade 7.6. |
| **Não prejudicar significativamente (DNSH)** | |
| Adaptação às Alterações Climáticas | Tendo em consideração o caráter de pequena escala e o contexto desta atividade, a avaliação do DNSH para o objetivo da adaptação não implicou uma avaliação extensiva do risco e da vulnerabilidade, tendo sido suficiente para justificar os objetivos subjacentes a este critério: (1) a identificação dos riscos físicos associados ao clima que são materiais para a atividade; (2) a compreensão de quais as medidas necessárias para manter uma operação eficiente, ao longo do tempo, face aos fenómenos climáticos; e (3) a demonstração de que a atividade não aumenta o risco de impacto adverso nas pessoas, natureza ou ativos.<br><br>(1) Estas instalações são colocadas no exterior dos edifícios, estando assim particularmente sensíveis aos fenómenos climáticos, tanto do ponto de vista do desempenho como da estrutura. No que diz respeito ao desempenho, o sistema pode ser afetado por condições meteorológicas como a ausência ou diminuição da radiação solar, ou aumento da temperatura exterior (por exemplo, ondas de calor). Do ponto de vista estrutural, o sistema é sensível a situações extremas de vento (por exemplo, tornados, ciclones, furacões e tufões), e pode também ser afetado, tendo em conta a sua localização, por inundações, incêndios, aumento do nível do mar ou deslizamentos de terra;<br>(2) Para o dimensionamento do sistema, é efetuada o *design* da estrutura a instalar através de um *software* que avalia a localização do sistema e outras variáveis (como a altura do edifício, e a proximidade da orla marítima).<br><br>O *design* e a execução seguem as Normas Técnicas de Instalações Elétricas, definidas a nível nacional, bem como as normas definidas pelo fabricante. O equipamento elétrico é selecionado tendo em conta os requisitos e as condições ambientais específicas do local em que será instalado, ou a que possa estar sujeito. Durante o funcionamento, são efetuadas manutenções preventivas anuais para manter o funcionamento eficiente dos sistemas, incluindo testes de segurança dos equipamentos (diferenciais e cortes de emergência), limpeza da superfície dos painéis fotovoltaicos;<br><br>(3) Quando aplicável, é realizada uma análise da capacidade de sobrecarga da cobertura para garantir a estabilidade estrutural do edifício. O equipamento elétrico é selecionado com vista a não causar, em serviço normal, perturbações quer em outro equipamento quer na rede elétrica, incluindo as resultantes de manobras de intervenção. |

## 7.7 Aquisição e propriedade de edifícios

**Contribuição Substancial**

| | |
|---|---|
| Mitigação das Alterações Climáticas | A atividade inclui a operação e a gestão de edifícios comerciais, bem como a construção de novos edifícios que serão propriedade do Grupo. A avaliação da contribuição substancial para a mitigação das alterações climáticas foi efetuada para cada ativo individual.<br><br>Para os edifícios construídos antes de 31 de dezembro de 2020: na ausência de uma referência nacional disponível sobre o parque imobiliário, foi utilizado o critério de classe A do Certificado de Desempenho Energético (EPC). Para os edifícios construídos após 31 de dezembro de 2020 e para as construções em curso: foram recolhidos os EPCs dos edifícios, de forma a avaliar o valor máximo do Indicador de Eficiência Energética (IEE) e a procura de energia primária. O Despacho n.º 6476-E/2021 define os limiares para que os edifícios de comércio e serviços possam ser considerados edifícios de energia quase nula (nZEB). Para estarem em conformidade, os indicadores devem demonstrar estar 10% abaixo dos limiares estabelecidos a nível nacional.<br><br>Por último, e para compreender se os edifícios estão a ser geridos de forma eficiente através da monitorização e avaliação do desempenho energético, foi avaliado se o edifício dispunha de um sistema de gestão de edifícios ou de um contrato de desempenho energético. |

**Não prejudicar significativamente (DNSH)**

| | |
|---|---|
| Adaptação às Alterações Climáticas | A avaliação do critério DNSH para a adaptação às alterações climáticas foi também realizada ao nível de cada ativo, no entanto, verificou-se que existe potencial de progresso, uma vez que nem todos os ativos estabeleceram uma avaliação exaustiva dos riscos climáticos e da vulnerabilidade ou já definiram um plano de adaptação viável.<br><br>Os ativos considerados em conformidade com este critério são todos os que apresentem uma avaliação robusta dos riscos e vulnerabilidades climáticos que permita a identificação dos riscos físicos significativos associados ao clima para o edifício, que constitua a base para a identificação de medidas de adaptação adequadas, que sejam apresentadas como parte de um plano de adaptação. |

| CCM 9.3 Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios | |
|---|---|
| **Contribuição Substancial** | |
| Mitigação das Alterações Climáticas | Esta atividade inclui auditorias energéticas, certificações, consultoria técnica e de *benchmark*, *design* de edifícios e gestão de energia, quer numa perspetiva de prestação de serviços quer numa perspetiva da implementação individual, o que confirma diretamente os critérios de contribuição substancial, em matéria de Taxonomia, para o objetivo das alterações climáticas, alíneas a), b) e c) da atividade 9.3. |
| **Não prejudicar significativamente (DNSH)** | |
| Adaptação às Alterações Climáticas | Tendo em conta este tipo de atividades, considerou-se que os serviços prestados não estão expostos a riscos físicos climáticos, nem afetam adversamente os esforços de adaptação ou o nível da resiliência aos riscos físicos climáticos, contribuindo em contrapartida para reduzir os riscos de transição dos ativos. |

| CCA 9.3 Consultoria para a gestão e adaptação aos riscos físicos associados ao clima | |
|---|---|
| **Contribuição Substancial** | |
| Adaptação às Alterações Climáticas | Esta atividade inclui o desenvolvimento de avaliações dos riscos climáticos e da vulnerabilidade, estratégias, planos e medidas, o que confirma diretamente os critérios de contribuição substancial, em matéria de Taxonomia, para o objetivo de adaptação às alterações climáticas, alíneas a) e b) da atividade 9.3. |
| **Não prejudicar significativamente (DNSH)** | |
| Mitigação das Alterações Climáticas | Tendo em conta este tipo de atividades, considerou-se que os serviços prestados não se referem a instalações de extração, armazenamento, transporte ou fabrico de combustíveis fósseis. |

## Salvaguardas Mínimas

A Taxonomia Europeia estabelece que uma atividade económica só pode ser considerada sustentável do ponto de vista ambiental se, para além de cumprir os critérios de contribuição substancial e de "não prejudicar significativamente", for exercida em conformidade com as salvaguardas mínimas, de acordo com as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para Empresas Multinacionais, os Princípios Orientadores da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Empresas e Direitos Humanos, as Normas Laborais Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Em junho de 2023, a Comissão Europeia publicou uma Comunicação da Comissão sobre a interpretação e a aplicação de determinadas disposições jurídicas da Taxonomia Europeia, nomeadamente sobre a forma como os operadores devem entender os requisitos de conformidade com as salvaguardas mínimas previstas no Artigo 18º. Neste contexto, para a avaliação de 2023 das salvaguardas mínimas, a Sonae segue as orientações disponíveis fornecidas pela Plataforma da UE para o Financiamento Sustentável (publicada em outubro de 2022), bem como as orientações divulgadas na Comunicação da Comissão. A conformidade é avaliada ao nível do Grupo com base em dois critérios: (1) a presença de processos adequados de *due diligence* em matéria de direitos humanos, e (2) a existência de processos e controlos em vigor no domínio dos direitos humanos, da corrupção, tributação e concorrência justa, igualdade de género, bem como a inexistência de violações destes domínios por parte da *holding*, das suas subsidiárias ou do *senior management*.

A avaliação das Salvaguardas Mínimas foi efetuada ao nível do Grupo, tendo também em consideração as atividades elegíveis em análise. Importa referir que os principais procedimentos nas operações do Grupo relativos à conformidade com as salvaguardas mínimas são desenvolvidos no contexto dos negócios *core* das suas subsidiárias, que na sua maioria não estão, atualmente, abrangidas no âmbito da Taxonomia. Por conseguinte, embora reconhecendo que as políticas e procedimentos do Grupo são fundamentais para as atividades elegíveis identificadas, a análise avalia as práticas atuais das *sub-holdings* do Grupo em matéria de *due diligence* de direitos humanos, anticorrupção, tributação, concorrência justa e igualdade de género.

O conjunto das atividades consideradas elegíveis representa apenas uma fração dos serviços prestados e dos investimentos realizados pelo Grupo. O âmbito das atividades elegíveis identificadas expandiu-se significativamente, principalmente devido à inclusão das atividades de fabrico em 2023. Embora uma parte considerável dos serviços e dos investimentos do Grupo ainda decorra de atividades de apoio, como a implementação de medidas de eficiência, a gestão da frota do Grupo, e os trabalhos de construção, as atividades de fabrico aumentaram substancialmente os critérios de elegibilidade. A maioria destas operações está concentrada em Portugal e em países europeus, evidenciando um baixo risco de inconformidade, enquanto uma parte relevante das operações de fabrico está localizada no exterior, apresentando um maior esforço por parte das marcas do Grupo para manter o cumprimento das salvaguardas mínimas.

A Sonae reconhece a importância de ter uma posição mais ativa na salvaguarda dos direitos humanos e reconhece igualmente a necessidade de melhorar a prática de *due diligence* dos direitos humanos, razão pela qual o Grupo integrou compromissos específicos e um plano de ação a este respeito no seu processo de revisão da sustentabilidade em 2023. O Grupo está também a preparar-se para cumprir os requisitos da Diretiva relativa ao Dever de Diligência das empresas em matéria de sustentabilidade (CSDDD), implementando uma análise de lacunas para todos os processos relevantes na atividade. Considerando todos estes aspetos, o Grupo considera que as suas operações não estão sujeitas a violações relativamente ao cumprimento com as salvaguardas mínimas.

Apresenta-se de seguida a avaliação das salvaguardas mínimas no Grupo Sonae, incluindo a respetiva localização de referência no Relatório Integrado.

| Critério 1: existem processos adequados de *due diligence* em matéria de direitos humanos | |
|---|---|
| ***Due Diligence* em matéria de Direitos Humanos** | **Referência** |
| **1. Incorporação de *due diligence* no governo societário da organização e na política**<br><br>A Sonae assumiu o compromisso formal de respeito e promoção dos direitos humanos através da sua Política de Direitos Humanos, disponível ao público, que tem em consideração os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos de 2011, entre outras importantes regulamentações nacionais e internacionais. A Sonae considera que o respeito pelos direitos humanos é um requisito mínimo para a conformidade de todas as suas operações e das suas subsidiárias, e espera que os seus colaboradores, fornecedores, parceiros e outros *stakeholders* relevantes preservem os mesmos valores nas suas atividades. | Política de Direitos Humanos 2022 |
| **2. Identificação e avaliação dos impactos adversos, incluindo através do envolvimento dos *stakeholders***<br><br>A Sonae adotou e tem em vigor um Sistema de Gestão de Risco Corporativo (EWRM), que envolve a gestão coordenada do risco e a cooperação entre as diferentes unidades de negócio. No que respeita às suas relações com os fornecedores, os nossos procedimentos de avaliação em termos de certificação, auditoria e avaliação são mais desafiantes, dependendo do país e das certificações do fornecedor. Adicionalmente, os contratos com os fornecedores exigem que estes cumpram o código de conduta e as políticas, bem como toda a legislação relevante. As empresas do Grupo dispõem de um índice de Risco Global do País que avalia o risco apresentado por um país, considerando os riscos legais e regulamentares, o mercado de trabalho, o trabalho infantil, o ambiente e a corrupção. A Sonae não está envolvida em qualquer exposição real ou potencial ao fabrico ou venda de armas controversas. | GRI 414-1<br>GRI 308-1<br>GRI 416-1<br><br>Sistema EWRM |

| Critério 1: existem processos adequados de *due diligence* em matéria de direitos humanos | |
|---|---|
| ***Due Diligence* em matéria de Direitos Humanos** | **Referência** |
| **3. Ações para enfrentar os impactos adversos**<br>A Sonae estabeleceu um Código de Ética e Conduta para Fornecedores, que se encontra incluído em anexo aos contratos gerais de fornecimento. O código estabelece, inequivocamente, que todos os fornecedores devem aderir aos seus requisitos, que compreendem critérios relacionados com o trabalho infantil, o trabalho forçado, o tráfico de seres humanos, o horário de trabalho, a remuneração e a discriminação. Adicionalmente, o Grupo também aplica um conjunto de critérios de qualificação para avaliar novos fornecedores, que incluem critérios ESG, como os Direitos Humanos, sendo que um dos critérios fundamentais para avaliar um fornecedor consiste no seu risco geográfico relativamente a um conjunto de riscos, incluindo a exposição ao risco dos Direitos Humanos. No entanto, o objetivo visado pela Sonae neste domínio implica que este Código de Ética e Conduta para Fornecedores seja atualizado em alinhamento com o Quadro de Investimento Responsável que se encontra atualmente em desenvolvimento. | Código de Ética e Conduta para Fornecedores<br><br>GRI 308-1<br>GRI 407-1<br>GRI 408-1<br>GRI 409-1<br>GRI 414-1<br>GRI 416-1 |
| **4. Rastreamento da efetividade da implementação**<br><br>O Grupo efetua programas de auditoria que incorporam critérios ESG. Caso se verifique que um fornecedor apresenta um risco significativo de incidentes de trabalho infantil ou de trabalho forçado ou obrigatório, esse fornecedor é colocado em *stand-by* e só poderá ser readmitido quando uma instituição acreditada realizar uma auditoria SA8000. | GRI 308-1<br>GRI 408-1<br>GRI 409-1<br>GRI 414-1 |

| Critério 1: existem processos adequados de *due diligence* em matéria de direitos humanos | |
|---|---|
| ***Due Diligence* em matéria de Direitos Humanos** | **Referência** |
| **5. Comunicação**<br><br>O Grupo divulga vários elementos em matéria de direitos humanos na cadeia de fornecimento no relatório não-financeiro, tais como: a corrupção; a liberdade de associação e negociação coletiva; as operações com risco de trabalho infantil ou trabalho forçado; o pessoal de segurança formado em políticas ou procedimentos de direitos humanos; as operações sujeitas a avaliações de direitos humanos; a formação em políticas e procedimentos de direitos humanos; os acordos e contratos de investimento que incluem cláusulas de direitos humanos; e o número de fornecedores controlados e avaliados com base em critérios sociais e ambientais. O Grupo está também a preparar-se para cumprir os requisitos da Diretiva relativa ao Reporte de Sustentabilidade das Empresas (CSRD). | GRI 205<br>GRI 407-1<br>GRI 408-1<br>GRI 409-1<br>GRI 410-1<br>GRI 412-1<br>GRI 412-2<br>GRI 412-3<br>GRI 414-1<br>GRI 308-1<br>GRI 416-1 |
| **6. Remediação, que inclui o estabelecimento de um mecanismo de reclamação**<br><br>Os valores e princípios da Sonae assentam no respeito absoluto e na adoção de regras de boa conduta na gestão de conflitos de interesse e deveres de diligência e confidencialidade nas relações com terceiros. A Empresa dispõe de contactos permanentes para a comunicação de irregularidades ao Conselho Fiscal, à Comissão de Ética e ao Provedor. | GRI 205-1 |

| Critério 2: Existência de processos e controlos em vigor em matéria de direitos humanos, corrupção, tributação, concorrência justa, igualdade de género e ausência de infrações ou violações | |
|---|---|
| **Direitos Humanos** | **Referência** |
| Não existem evidências de qualquer infração na Sonae em matérias relacionadas com os direitos humanos e legislação laboral. Em 2023, nenhuma operação sujeita a uma reavaliação dos direitos humanos e/ou avaliação de impacto foi registada a este respeito. | GRI 412-1<br><br>Código de Ética e Conduta |
| **Anti-corrupção** | **Referência** |
| O modelo de governo societário do Grupo Sonae gere o risco de corrupção através de três níveis: (1) identificação, avaliação e mitigação, realizada internamente em cada unidade de negócio; (2) disponibilização de canais formais para denunciar qualquer infração relativa a corrupção; e (3) formação dos colaboradores, incluindo o *senior management*.<br><br>Não existem evidências nem a Sonae tem processos judiciais pendentes sobre questões de corrupção ou suborno. | GRI 205-1<br>GRI 205-2<br>GRI 205-3<br><br>Código de Ética e Conduta<br><br>Política de Prevenção da Corrupção |
| **Tributação** | **Referência** |
| O Grupo Sonae identifica Riscos Legais, Fiscais e Regulamentares como parte integrante dos principais riscos do seu controlo interno de gestão, tendo em vigor processos adequados para garantir a proteção dos interesses da empresa e dos negócios no rigoroso cumprimento dos seus deveres legais, bem como na aplicação de boas práticas. Não existem evidências nem a Sonae tem processos judiciais pendentes de questões de evasão fiscal. | Controlo Interno e Gestão do Risco |

| Critério 2: Existência de processos e controlos em vigor em matéria de direitos humanos, corrupção, tributação, concorrência justa, igualdade de género e ausência de infrações ou violações | |
|---|---|
| **Concorrência Justa** | |
| A Sonae cumpre as regras legais e as normas de mercado, promovendo uma concorrência justa e saudável. O Código de Ética e Conduta da Sonae inclui políticas de concorrência justa, que são comunicadas aos colaboradores e ao *senior management* através de formação. No decurso de 2023, foi realizada uma sessão de formação específica sobre *Gun Jumping* (operações de concentração sem aprovação prévia por parte das Autoridades competentes), com oradores especializados em matéria de concorrência. A sessão contou com a participação de pessoas das equipas jurídicas e de Fusões e Aquisições (M&A) da Holding e estendeu-se a outras empresas do Grupo.<br><br>Não existem sentenças finais e sem recurso por infração às leis da concorrência na Sonae. A Empresa tem em curso alguns processos que resultaram de decisões condenatórias por parte da Autoridade da Concorrência (AdC), que foram contestadas em tribunal pela empresa, dentro dos prazos legais, e devidamente fundamentadas na avaliação dos advogados e consultores económicos da empresa.<br><br>Num desses processos, tendo em conta as circunstâncias e a fase processual, a Empresa tomou a decisão de anular uma provisão.<br><br>Consultar Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, quando aplicável. | GRI 205-2<br><br>Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas |

| Critério 2: Existência de processos e controlos em vigor em matéria de direitos humanos, corrupção, tributação, concorrência justa, igualdade de género e ausência de infrações ou violações | |
|---|---|
| **Igualdade de Género** | |
| A Sonae está em total cumprimento da Lei n.º 62/2017. O Grupo dispõe de um plano para a igualdade de género, sujeito a revisão anual, que abrange todas as empresas detidas a 100%, e que visa promover boas práticas no âmbito da igualdade de género, aplicável aos seus colaboradores e aos membros dos órgãos sociais. A Sonae procede anualmente a uma autoavaliação exaustiva da igualdade de género, apresentando uma retrospetiva das medidas implementadas até à data e em curso, bem como o plano para o ano seguinte.<br><br>O Plano inclui o compromisso do Grupo em 7 dimensões: 1) Estratégia, missão e valores; 2) Igualdade de acesso ao emprego; 3) Formação inicial e contínua; 4) Igualdade nas condições de trabalho; 5) Proteção da parentalidade; 6) Equilíbrio entre vida profissional, familiar e pessoal; e 7) Prevenção do assédio no local de trabalho. O Grupo divulga vários elementos em matéria de Igualdade de Género no relatório não-financeiro, tais como a diferença de remuneração entre homens e mulheres, a diversidade de género no Conselho de Administração, entre outros. | Plano para a Igualdade de Género 2024<br><br>GRI 2-7<br>GRI 405-1<br>GRI 405-2 |

## Indicadores-Chave de Desempenho para a Taxonomia Europeia

Os três Indicadores-Chave de Desempenho (KPIs) são calculados de acordo com as IFRS, em conformidade com as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O Volume de Negócios, o investimento (Capex) e custos operacionais (Opex) da Taxonomia foram obtidos em conformidade com os critérios especificados no Anexo I do Regulamento Delegado de Divulgação, para empresas não-financeiras, e foram determinados com base nos cálculos seguintes.

### Volume de Negócios

O volume de negócios líquido de €8.399m representa o denominador para o KPI do volume de negócios, que pode ser obtido na demonstração de resultados consolidada. O KPI do volume de negócios é particularmente relevante para as atividades imobiliárias e de retalho. O volume de negócios da Taxonomia da Sonae consiste numa pequena parcela das receitas globais do Grupo, uma vez que a maioria das atividades *core* do Grupo não estão compreendidas no âmbito da Taxonomia. No entanto, o volume de negócios elegível em 2023 registou um aumento de mais de 300% em comparação com 2022, principalmente devido à adição de atividades de venda de produtos de marca própria e serviços pós-venda (reparação e recondicionamento).

| Volume de Negócios | Descrição |
|---|---|
| Numerador | Total de volume de negócios líquido resultante de produtos e serviços associados a atividades elegíveis de Taxonomia (alinhados e não alinhados):<br>• Receitas da venda de eletrodomésticos de marca própria, de fontes de luz, de sistemas de refrigeração e ventilação e de equipamentos elétricos e outros equipamentos eletrónicos (atividades CCM 3.5 e CE 1.2.), bem como da venda de embalagens de plástico de marca própria e de produtos em segunda mão (atividades CE 1.2 e CE 5.4)<br>• Rendimentos de serviços de reparação e recondicionamento (atividade CE 5.1) e de outros serviços técnicos (atividades CCM 7.4, CCM 7.6, CCA 9.3 e CCM 9.3)<br>• Rendimentos de locações, de rendas fixas e de contratos de arrendamento de imóveis e outros rendimentos operacionais (atividade CCM 7.7) |
| Denominador | Total de volume de negócios líquido calculado de acordo com a IAS 1.82 a) volume de negócios líquido, que inclui vendas e prestação de serviços do Grupo |

## Capex

O total de investimento consolidado ascendeu a €807m durante o exercício financeiro de 2023 (denominador). Com referência às atividades económicas relevantes, o capex divulgado é principalmente relacionado com atividades imobiliárias e de promoção imobiliária (CCM 7.1, CCM 7.2 e CCM 7.7).

O capex adicional resulta de medidas de suporte relacionadas com a aquisição e instalação de equipamento técnico, trabalhos de renovação e atualização de contratos de locação financeira de veículos, seja para dar suporte às atividades comerciais ou para promover a eficiência das operações.

Em 2023, o capex elegível registou um aumento substancial de mais de 200% em comparação com 2022, com uma parte notável atribuída aos contratos de locação financeira de veículos pesados (atividade CCM 6.6), que representaram 20% do capex elegível em 2023, e ao aumento do investimento em atividades imobiliárias.

As atividades de retalho (CE 1.1, CE 1.2, CCM 3.5) não contribuem para o aumento do capex, uma vez que a produção de produtos de marca própria é subcontratada.

| Capex | Descrição |
|---|---|
| Numerador | Total de investimento como soma de:<br><br>Capex derivado de ativos ou processos que estão associados a atividades económicas elegíveis de Taxonomia:<br><br>• capex operacional de imobiliário, trabalhos de construção e renovação (atividades CCM 7.1, CCM 7.2, CCM 7.7), incluindo também outros custos gerais (por exemplo, terrenos) e custos financeiros relacionados com projetos de construção<br><br>• capex operacional para dar suporte aos serviços de reparação (CE 5.1, CE 5.4)<br><br>Capex relacionado com a aquisição de produtos e serviços de atividades elegíveis para a Taxonomia e com a implementação de medidas individuais que permitem a operação das atividades *core* com baixo teor de carbono ou emissões reduzidas de GEE:<br><br>• contratos de locação operacional para a frota de veículos (CCM 6.5) e para o serviço de transporte de veículos pesados subcontratados (CCM 6.6)<br><br>• aquisição e instalação de sistemas e equipamentos técnicos (atividades CCM 7.3, CCM 7.4, CCM 7.5, CCM 7.6, WTR 1.1) |
| Denominador | Total de investimento como soma de:<br><br>Adições a ativos tangíveis e intangíveis, durante o exercício financeiro, consideradas antes da depreciação, amortização e quaisquer reavaliações<br>Propriedades de investimento (IAS 40)<br>Locações que conduzem ao reconhecimento de um ativo sob direito de uso (IFRS 16.53 h))<br>Reavaliações e imparidades, adições resultantes de combinações de negócios e excluindo a variação do justo valor |

## Opex

O total de custos operacionais consolidadas ascendeu a €191m durante o exercício financeiro de 2023 (denominador).

O Opex deriva principalmente de atividades de suporte ao negócio, relacionadas com iniciativas de manutenção de imóveis ou medidas de manutenção e reparação a equipamentos e sistemas técnicos (atividades CCM 7.3, CCM 7.6).

A recolha de dados para as despesas operacionais apresentou os maiores desafios.

Para o cálculo do denominador de opex, algumas linhas operacionais, como Subcontratos, Trabalhos Especializados e Outros, foram analisadas em pormenor de forma a determinar as despesas específicas que poderiam ser incluídas no denominador.

Para os custos operacionais, nas linhas Trabalhos Especializados e Outros, a Sonae aplicou uma estimativa de base *pro-rata* com base no histórico de detalhe da conta.

| Opex | Descrição |
|---|---|
| Numerador | Total de custos operacionais como a soma de:<br>Opex derivado de ativos ou processos que estão associados a atividades económicas elegíveis de Taxonomia:<br>• Custos operacionais de imobiliário, relacionados com manutenção e reparação (atividade CCM 7.7)<br>• Rendas de imóveis, relacionadas com atividades de reparação (atividades CE 5.1, CE 5.4)<br>• Trabalhos especializados, incluindo subcontratos e/ou registo em sistemas informáticos, e reparação e manutenção (atividades CCM 7.6, CCM 9.3, CE 5.1, CE 5.4)<br>Opex relacionado com a aquisição de produtos e serviços de atividades elegíveis para a Taxonomia e com a implementação de medidas que permitem a operação das atividades *core* com baixo teor de carbono ou emissões reduzidas de GEE:<br>• Serviços de manutenção e reparação de sistemas e equipamentos técnicos (atividades CCM 7.3, CCM 7.6) e da frota de veículos (CCM 6.5) |
| Denominador | Total de custos operacionais como a soma dos gastos não-capitalizados diretos, incluindo:<br>Medidas de renovação de edifícios<br>Locações de curto prazo<br>Manutenção e reparação<br>Subcontratos e trabalhos especializados<br>Qualquer outra despesa direta relacionada com a manutenção diária dos ativos fixos tangíveis, executada pela Empresa ou por terceiros. Despesas relacionadas com a supervisão e segurança,<br>limpeza, higiene e conforto. |

## Proporção do Volume de Negócios de produtos ou serviços associados com atividades económicas alinhadas com a Taxonomia 2023 (milhões de euros)

| Atividades Económicas | Código(s) | Turnover 2023 | | Critérios Contribuição Susbstancial (S - atividade elegível e alinhada; N - atividade elegível mas não alinhada; EL - atividade elegível; N/EL- atividade não elegível) | | | | | | Critérios "Não prejudicar significativamente" (S - sim / N - não) | | | | | | Salvaguardas mínimas (S - sim / N - não) | Turnover alinhado com a Taxonomia (A.1) ou elegível (A.2) 2022 (%) | Categoria: (C- Capacitante; T-de Transição) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Objetivos | | | | | | Objetivos | | | | | | | | |
| | | (€m) | % | CCM | CCA | WTR | CE | PPC | BIO | CCM | CCA | WTR | CE | PPC | BIO | | | |
| **A Atividades elegíveis para a Taxonomia** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.1 Atividades ambientalmente sustentáveis (alinhadas com a Taxonomia) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios | CCM 7.4 | 0,0 | 0,0% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | - | - | - | S | 0,0% | C |
| Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de desempenho energético dos edifícios | CCM 7.5 | 0,0 | 0,0% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | - | - | - | S | - | C |
| Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis | CCM 7.6 | 3,4 | 0,0% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | - | - | - | S | 0,1% | C |
| Aquisição e propriedade de edifícios | CCM 7.7 | 27,4 | 0,3% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | - | - | - | S | 0,0% | - |
| Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios | CCM 9.3 | 0,4 | 0,0% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | - | - | - | S | 0,0% | C |
| Consultoria para a gestão e adaptação de riscos climáticos físicos | CCA 9.3 | 0,2 | 0,0% | N/EL | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | S | - | - | - | - | - | S | - | C |
| **Subtotal A.1** Atividades ambientalmente sustentáveis (alinhadas com a Taxonomia) | | **31,5** | **0,4%** | **99,3%** | **0,7%** | **0,0%** | **0,0%** | **0,0%** | **0,0%** | **S** | **s** | **-** | **-** | **-** | **-** | S | **0,1%** | **-** |
| Das quais Capacitantes | | 4,1 | 0,0% | 94,5% | 5,5% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | | | | | | | S | 0,1% | C |
| Das quais de Transição | | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | | | | S | 0,0% | T |
| A.2 Atividades elegíveis mas não ambientalmente sustentáveis (não alinhadas com a Taxonomia) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fabrico de embalagens de plástico | CE 1.1 | 11,2 | 0,1% | N/EL | N/EL | N/EL | EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Fabrico de equipamentos elétricos e eletrónicos | CE 1.2 | 83,9 | 1,0% | N/EL | N/EL | N/EL | EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Fabrico de equipamentos dotados de eficiência energética para edifícios | CCM 3.5 / CE 1.2 | 61,5 | 0,7% | **EL** | N/EL | N/EL | EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Reparação, recondicionamento e refabrico | CE 5.1 | 23,2 | 0,3% | N/EL | N/EL | N/EL | EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Venda de bens em segunda mão | CE 5.4 | 44,1 | 0,5% | N/EL | N/EL | N/EL | EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética | CCM 7.3 | 1,6 | 0,0% | EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Aquisição e propriedade de edifícios | CCM 7.7 | 29,7 | 0,4% | EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| **Subtotal A.2 Atividades elegíveis mas não ambientalmente sustentáveis (não alinhadas com a Taxonomia)** | | **255,2** | **3,0%** | **36,3%** | **0,0%** | **0,0%** | **63,7%** | **0,0%** | **0,0%** | | | | | | | | **0,7%** | |
| **Subtotal A** Atividades elegíveis para a Taxonomia (A.1 + A.2) | | **286,8** | **3,4%** | **43,3%** | **0,1%** | **0,0%** | **56,7%** | **0,0%** | **0,0%** | | | | | | | | | |
| **B. Atividades não elegíveis para a Taxonomia** | | **8 112,4** | **96,6%** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Total (A + B )** | | **8 399,2** | **100,0%** | | | | | | | | | | | | | | | |

## Proporção de Capex de produtos ou serviços associados com atividades económicas alinhadas com a Taxonomia 2023 (milhões de euros)

| Atividades Económicas | Código(s) | CapEx 2023 | | Critérios Contribuição Susbstancial (S - atividade elegível e alinhada; N - atividade elegível mas não alinhada; EL - atividade elegível; N/EL- atividade não elegível) | | | | | | Critérios "Não prejudicar significativamente" (S - sim / N - não) | | | | | | Salvaguardas mínimas (S - sim / N - não) | Turnover alinhado com a Taxonomia (A.1) ou elegível (A.2) 2022 (%) | Categoria: (C- Capacitante; T-de Transição) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Objetivos | | | | | | Objetivos | | | | | | | | |
| | | (€m) | % | CCM | CCA | WTR | CE | PPC | BIO | CCM | CCA | WTR | CE | PPC | BIO | | | |
| **A Atividades elegíveis para a Taxonomia** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.1 Atividades ambientalmente sustentáveis (alinhadas com a Taxonomia) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros | CCM 6.5 | 0,1 | 0,0% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | S | S | - | S | 0,0% | T |
| Construção de edifícios novos | CCM 7.1 / CE 3.1 | 21,3 | 2,6% | S | N/EL | N/EL | N | N/EL | N/EL | - | S | S | S | S | S | S | - | - |
| Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética | CCM 7.3 | 11,6 | 1,4% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | - | S | - | S | 2,6% | C |
| Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios | CCM 7.4 | 1,4 | 0,2% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | - | - | - | S | 0,3% | C |
| Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios | CCM 7.5 | 0,8 | 0,1% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | - | - | - | S | 0,0% | C |
| Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis | CCM 7.6 | 10,7 | 1,3% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | - | - | - | S | 1,5% | C |
| Aquisição e propriedade de edifícios | CCM 7.7 | 2,7 | 0,3% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | - | - | - | S | - | - |
| **Subtotal A.1** Atividades ambientalmente sustentáveis (alinhadas com a Taxonomia) | | **48,6** | **6,0%** | **100,0%** | **0,0%** | **0,0%** | **0,0%** | **0,0%** | **0,0%** | **-** | **S** | **S** | **S** | **S** | **S** | **S** | **4,5%** | **-** |
| Das quais Capacitantes | | 24,5 | 3,0% | 100,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | | | | | | | S | 4,4% | C |
| Das quais de Transição | | 0,1 | 0,012% | 100,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | | | | | | | S | 0,0% | T |
| A.2 Atividades elegíveis mas não ambientalmente sustentáveis (não alinhadas com a Taxonomia) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Instalação de tecnologias de controlo de fugas que permitam a redução e prevenção de fugas nos sistemas de abastecimento de água | WTR 1.1 | 0,3 | 0,0% | N/EL | N/EL | EL | N/EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Reparação, recondicionamento e refabrico | CE 5.1 | 0,2 | 0,0% | N/EL | N/EL | N/EL | EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Venda de bens em segunda mão | CE 5.4 | 0,0 | 0,0% | N/EL | N/EL | N/EL | EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Conservação, incluindo restauro, de habitats, ecossistemas e espécies | BIO 1.1 | 0,1 | 0,0% | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | EL | | | | | | | | | |
| Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros | CCM 6.5 | 15,1 | 1,9% | EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Serviços de transporte rodoviário de mercadorias | CCM 6.6 | 80,6 | 10,0% | EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Construção de edifícios novos | CCM 7.1 / CE 3.1 | 13,7 | 1,7% | **EL** | N/EL | N/EL | EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Renovação de edifícios existentes | CCM 7.2 / CE 3.2 | 30,3 | 3,8% | **EL** | N/EL | N/EL | EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética | CCM 7.3 | 0,6 | 0,1% | EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Aquisição e propriedade de edifícios | CCM 7.7 | 182,1 | 22,6% | EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| **Subtotal A.2 Atividades elegíveis mas não ambientalmente sustentáveis (não alinhadas com a Taxonomia)** | | **323,1** | **40,1%** | **99,8%** | **0,0%** | **0,1%** | **0,1%** | **0,0%** | **0,0%** | | | | | | | | **18,7%** | |
| **Subtotal A** Atividades elegíveis para a Taxonomia (A.1 + A.2) | | **371,7** | **46,1%** | **99,8%** | **0,0%** | **0,1%** | **0,1%** | **0,0%** | **0,0%** | | | | | | | | | |
| **B. Atividades não elegíveis para a Taxonomia** | | **434,9** | **53,9%** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Total (A + B )** | | **806,6** | **100,0%** | | | | | | | | | | | | | | | |

## Proporção de Opex de produtos ou serviços associados com atividades económicas alinhadas com a Taxonomia 2023 (milhões de euros)

| Atividades Económicas | Código(s) | OpEx 2023 | | Critérios Contribuição Susbstancial (S - atividade elegível e alinhada; N - atividade elegível mas não alinhada; EL - atividade elegível; N/EL- atividade não elegível) | | | | | | Critérios "Não prejudicar significativamente" (S - sim / N - não) | | | | | | Salvaguardas mínimas (S - sim / N - não) | Turnover alinhado com a Taxonomia (A.1) ou elegível (A.2) 2022 (%) | Categoria: (C- Capacitante; T-de Transição) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Objetivos | | | | | | Objetivos | | | | | | | | |
| | | (€m) | % | CCM | CCA | WTR | CE | PPC | BIO | CCM | CCA | WTR | CE | PPC | BIO | | | |
| **A Atividades elegíveis para a Taxonomia** | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A.1 Atividades ambientalmente sustentáveis (alinhadas com a Taxonomia) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros | CCM 6.5 | 0,0 | 0,0% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | S | S | - | S | 0,0% | T |
| Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética | CCM 7.3 | 0,1 | 0,0% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | - | S | - | S | 0,8% | C |
| Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios | CCM 7.4 | 0,0 | 0,0% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | - | - | - | S | - | C |
| Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios | CCM 7.5 | 0,0 | 0,0% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | - | - | - | S | - | C |
| Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis | CCM 7.6 | 0,8 | 0,4% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | - | - | - | S | 0,4% | C |
| Aquisição e propriedade de edifícios | CCM 7.7 | 0,3 | 0,2% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | - | - | - | S | - | - |
| Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios | CCM 9.3 | 0,3 | 0,1% | S | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | - | S | - | - | - | - | S | 0,0% | C |
| **Subtotal A.1** Atividades ambientalmente sustentáveis (alinhadas com a Taxonomia) | | **1,5** | **0,8%** | **100,0%** | **0,0%** | **0,0%** | **0,0%** | **0,0%** | **0,0%** | **-** | **S** | **-** | **S** | **S** | **-** | **S** | **1,2%** | **-** |
| Das quais Capacitantes | | 1,1 | 0,6% | 100,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | | | | | | | S | 1,2% | C |
| Das quais de Transição | | 0,0 | 0,0% | 100,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | | | | | | | S | 0,0% | T |
| A.2 Atividades elegíveis mas não ambientalmente sustentáveis (não alinhadas com a Taxonomia) | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Reparação, recondicionamento e refabrico | CE 5.1 | 2,6 | 1,4% | N/EL | N/EL | N/EL | EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Venda de bens em segunda mão | CE 5.4 | 0,0 | 0,0% | N/EL | N/EL | N/EL | EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros | CCM 6.5 | 0,1 | 0,0% | EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| Aquisição e propriedade de edifícios | CCM 7.7 | 1,2 | 0,6% | EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | N/EL | | | | | | | | | |
| **Subtotal A.2 Atividades elegíveis mas não ambientalmente sustentáveis (não alinhadas com a Taxonomia)** | | **3,9** | **2,0%** | **31,5%** | **0,0%** | **0,0%** | **68,5%** | **0,0%** | **0,0%** | | | | | | | | **2.6%** | |
| **Subtotal A** Atividades elegíveis para a Taxonomia (A.1 + A.2) | | **5,4** | **2,8%** | **50,3%** | **0,0%** | **0,0%** | **49,7%** | **0,0%** | **0,0%** | | | | | | | | | |
| **B. Atividades não elegíveis para a Taxonomia** | | **185,8** | **97,2%** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Total (A + B )** | | **191,2** | **100,0%** | | | | | | | | | | | | | | | |

## Proporção de Volume de Negócios por Objetivo

| Objetivo | Alinhado com a Taxonomia | Taxonomia Elegível |
|---|---|---|
| CCM | 0,4% | 1,5% |
| CCA | 0,0% | 0,0% |
| WTR | - | - |
| CE | - | 1,9% |
| PPC | - | - |
| BIO | - | - |

## Proporção de Capex por Objetivo

| Objetivo | Alinhado com a Taxonomia | Taxonomia Elegível |
|---|---|---|
| CCM | 6,0% | 46,0% |
| CCA | - | - |
| WTR | - | 0,0% |
| CE | - | 0,0% |
| PPC | - | - |
| BIO | - | 0,0% |

## Proporção de Opex por Objetivo

| Objetivo | Alinhado com a Taxonomia | Taxonomia Elegível |
|---|---|---|
| CCM | 0,8% | 1,4% |
| CCA | - | - |
| WTR | - | - |
| CE | - | 1,4% |
| PPC | - | - |
| BIO | - | - |

## 4.3.5 *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB)

**SASB Tabela 1 - Food Retailers & Distributors**
**Âmbito de reporte: MC**

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Gestão do Combustível da Frota** | Consumo de combustível da frota, percentagem de renovável | FB-FR-110a.1 | Em 2023, a MC teve um consumo de combustíveis da frota de 552.189 GJ. |
| **Emissões para o Ar resultantes da Refrigeração** | Emissões de âmbito 1 de gases refrigerantes | FB-FR-110b.1 | Em 2023, a MC registou um total de 23.430 $tCO_{2e}$ de emissões de âmbito 1 de gases refrigerantes. |
| | Percentagem de gases refrigerantes consumidos com zero potencial de destruição da camada de ozono | FB-FR-110b.2 | 100% dos gases refrigerantes consumidos possuem zero potencial de destruição da camada de ozono. |
| | Taxa média de emissões de gases refrigerantes | FB-FR-110b.3 | Em 2023, a taxa média de emissões de gases refrigerantes foi de 79 $tCO_{2e}$/kg. |
| **Gestão da Energia** | (1) Consumo de energia operacional, (2) percentagem de eletricidade na rede, (3) percentagem de fonte renovável | FB-FR-130a.1 | Em 2023, a MC teve um consumo de eletricidade de 1.707.005 GJ, sendo que 66% provém da rede elétrica e os restantes 34% são provenientes do PPA (*Power Purchase Agreement*) e de energia renovável produzida. |
| **Gestão do Desperdício Alimentar** | (1) Quantidade de resíduos alimentares gerados, (2) percentagem reencaminhada para valorização | FB-FR-150a.1 | Em 2023, a MC evitou €65,7m de desperdício alimentar. No que respeita aos resíduos orgânicos, 32% foram valorizados através de processos de compostagem e digestão anaeróbia. |

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Segurança da Informação** | 1) Número de violação de dados, (2) percentagem de violação de dados que envolve informações de identificação pessoal, (3) número de clientes afetados | FB-FR-230a.1 | Informação não consolidada para o reporte de 2023. |
| | Descrição da abordagem utilizada para identificar e abordar riscos relacionados com a segurança de informação | FB-FR-230a.2 | O processo de gestão de risco da MC segue a metodologia internacional *Enterprise Risk Management – Integrated Framework* (COSO), que permite a identificação dos diferentes tipos de riscos e ameaças ao desenvolvimento dos Negócios, tanto ao nível estratégico como ao nível operacional.<br>O cyber-risco mantém-se como um risco crítico, tendo sido realizadas várias iniciativas com vista à redução da sua severidade. Para suporte ao processo de identificação, avaliação e mitigação deste risco, a MC adotou a *framework* internacional NIST *Cybersecurity Framework* (CSF).<br>Um nível inadequado de proteção dos sistemas de informação por parte da Empresa, dos trabalhadores ou de terceiros, em resultado de procedimentos ultrapassados ou obsoletos, de uma postura de cibersegurança fraca ou de formação e sensibilização insuficientes, pode comprometer processos de negócio e informações cruciais, ou violar a privacidade dos trabalhadores, clientes ou fornecedores, com um impacto direto na reputação da Empresa e na continuidade do Negócio.<br>Para mais informação, consultar o Relatório Anual 2023 da MC, capítulo "Princípios e Práticas Governativas", subcapítulo "Gestão de Risco". |
| **Segurança Alimentar** | Taxa de violação da segurança alimentar de alto risco | FB-FR-250a.1 | Informação não consolidada para o reporte de 2023. |
| | 1) Número de produtos removidos, (2) número de unidades removidas, (3) percentagem de unidades removidas que são produtos de marca própria | FB-FR-250a.2 | Informação não consolidada para o reporte de 2023. |

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Saúde e Nutrição do Produto** | Receita dos produtos rotulados e/ou comercializados para promover a saúde e nutrição | FB-FR-260a.1 | Informação não consolidada para o reporte de 2023. |
| | Discussão dos processos para identificação e/ou gestão dos produtos e ingredientes relacionados com preocupações nutricionais e relacionadas com a saúde dos consumidores | FB-FR-260a.2 | O programa da MC de revisão da composição nutricional dos produtos da marca própria assegura que os clientes continuam a usufruir dos seus produtos favoritos sabendo que são mais saudáveis. Acreditamos que uma alimentação saudável e nutritiva, que privilegia o sabor, pode estar ao alcance de todos.<br>Em 2023, continuámos a reduzir os níveis de sal, gordura e açúcar e eliminar as gorduras hidrogenadas e o óleo de palma. Concomitantemente, procurámos introduzir produtos com mais proteínas, fibras, frutas e vegetais, bem como produtos integrais e naturalmente saudáveis.<br>Tendo como base de atuação o princípio da precaução, estabelecemos rigorosos critérios nutricionais que todos os nossos produtos de marca própria devem cumprir e asseguramos a constante atualização dos mesmos, fruto de novas descobertas científicas, nova legislação e/ou recomendações, novas tecnologias de processamento e ingredientes. |
| **Rotulagem do Produto e Marketing** | Número de incidentes de não conformidade com a rotulagem industrial ou regulamentar e/ou códigos de marketing | FB-FR-270a.1 | A MC considera uma coima significativa quando o valor monetário total é superior ou igual a €12.000, por corresponder à coima mínima de uma contraordenação grave (de acordo com o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas). Em 2023, a MC não sofreu nenhuma não conformidade com leis e regulamentos com rotulagem ou do setor e/ou códigos de marketing com valor monetário total superior ou igual a €12.000. |
| | Total de perdas monetárias relacionadas com processos judiciais associados ao marketing e/ou práticas de rotulagem | FB-FR-270a.2 | A MC considera uma coima significativa quando o valor monetário total é superior ou igual a €12.000, por corresponder à coima mínima de uma contraordenação grave (de acordo com o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas). Em 2023, a MC não sofreu nenhuma não conformidade com leis e regulamentos com rotulagem ou do setor e/ou códigos de marketing com valor monetário total superior ou igual a €12.000. |
| | Receita dos produtos rotulados que (1) contêm organismos geneticamente modificados (OGM) e (2) não contêm OGM | FB-FR-270a.3 | De acordo com a nossa política interna, a MC não compra produtos contendo organismos geneticamente modificados. |

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Práticas Laborais** | (1) Salário médio por hora e (2) percentagem de colaboradores(as) de loja e de centro de distribuição que auferem o salário mínimo, por região | FB-FR-310a.1 | Informação não consolidada para o reporte de 2023. |
| | Percentagem de força de trabalho ativa coberta por acordos de negociação coletiva | FB-FR-310a.2 | Em 2023, 95,5% do total de colaboradores da MC estão abrangidos por acordos coletivos de trabalho através do contrato de trabalho. |
| | (1) Número interrupções no trabalho e (2) total de dias perdidos | FB-FR-310a.3 | Em 2023, não houve paralisações de trabalho envolvendo 1.000 ou mais trabalhadores, com duração de um turno completo ou mais, pelo que houve zero dias perdidos, como resultado das paralisações. |
| | Total de perdas monetárias relativas a processos judiciais relacionados com violações a (1) leis laborais e (2) discriminação dos colaboradores(as) | FB-FR-310a.4 | A MC considera uma coima significativa quando o valor monetário total é superior ou igual a €12.000, por corresponder à coima mínima de uma contraordenação grave (de acordo com o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas). Em 2023, a MC não sofreu nenhuma não conformidade com leis e regulamentos com violações da lei do trabalho e discriminação no emprego com valor monetário total superior ou igual a €12.000. |

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Gestão de Impactos Ambientais e Sociais na Cadeia de Fornecedores** | Receita dos produtos certificados, externamente, de acordo com requisitos ambientais e/ou sociais de sustentabilidade | FB-FR-430a.1 | Informação não consolidada para o reporte de 2023. |
| | Percentagem de receitas com (1) ovos produzidos em ambientes sem gaiolas e (2) carne suína produzida sem o uso de recintos para gestação | FB-FR-430a.2 | Informação não consolidada para o reporte de 2023. |
| | Discussão da estratégia de gestão dos riscos ambientais e sociais na cadeia de fornecedores, incluindo o bem-estar animal | FB-FR-430a.3 | A MC pretende pautar a sua atuação, em todos os negócios, para além do restrito cumprimento da legislação em vigor. Reconhecendo os desafios e os riscos associados à sua de cadeia de fornecimento, no seguimento da Política de Relacionamento com fornecedores, estabeleceu um Código de Ética e Conduta para Fornecedores que sistematiza as preocupações ambientais, sociais e éticas que devem ser asseguradas ao longo da cadeia de valor, as quais são complementadas por um conjunto de procedimentos e instrumentos específicos.<br>Para mais informação, consultar o Relatório Anual 2023 da MC, o reporte aos indicadores GRI “304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade“, “408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil“, “409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo“ e “414-1 e 308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais e ambientais“. |

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Gestão de Impactos Ambientais e Sociais na Cadeia de Fornecedores** | Discussão das estratégias para reduzir o impacto ambiental das embalagens | FB-FR-430a.4 | A MC visa uma utilização sustentável do consumo de materiais associados à sua cadeia de valor e operação. Atendendo às especificidades do retalho, o *packaging* assume uma dimensão particularmente material a este nível.<br>O *packaging* desempenha um papel central no desenvolvimento dos nossos produtos, com impactos relevantes na garantia da qualidade e validade do produto, assegurando as condições para um correto armazenamento e transporte até às nossas lojas e, das nossas lojas até à casa dos nossos clientes, para que os produtos possam ser consumidos de forma segura.<br>Não obstante a importância do packaging, e conscientes do impacto subjacente às suas utilizações de uso único, definimos uma abordagem que tem como objetivo potenciar a aplicação dos princípios de eco-design na conceção de todas as embalagens, privilegiando a utilização dos materiais mais adequados, reduzindo a utilização de recursos em toda a cadeia de valor, minimizando a possibilidade de libertação de partes de embalagem para o meio ambiente, facilitando os processos de uso e descarte adequado por parte do consumidor e procurando que todas as embalagens sejam recicláveis e efetivamente recicladas, numa abordagem *design4recycling*.<br>A MC tem um plano de alteração das suas embalagens em curso, para garantir o desenvolvimento, de raiz, de embalagens recicláveis para os seus produtos. No último ano estas diretrizes foram revistas, dando origem ao Manual de *Packaging* Sustentável da MC, bem como à disponibilização de um percurso formativo para colaboradores e fornecedores, de forma a assegurar e acelerar a sua adoção.<br>Até 2025 temos a ambição de assegurar que todas as embalagens das marcas próprias e exclusivas da MC sejam recicláveis, reutilizáveis ou compostáveis e que incorporem 30% de matéria-prima reciclada.<br>Para mais informação, consultar o Relatório Anual 2023 da MC, capítulo "Sustentabilidade em Destaque” . |

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Métricas de Atividade** | Número de (1) locais de retalho e (2) centros de distribuição | FB-FR-000.A | Consultar o Relatório Anual 2023 da MC. |
| | Área total dos (1) locais de retalho e (2) centros de distribuição | FB-FR-000.B | Consultar o Relatório Anual 2023 da MC. |
| | Número de veículos na frota comercial | FB-FR-000.C | Informação não consolidada para o reporte de 2023. |
| | Toneladas milhas percorridas | FB-FR-000.D | Informação não consolidada para o reporte de 2023. |

## SASB Tabela 2 - Multiline and Retail and Distribution Specialists
## Âmbito de reporte: Worten

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Gestão de Energia no Retalho e Distribuição** | (1) Energia total consumida, (2) percentagem de eletricidade da rede de distribuição, (3) percentagem de eletricidade de fonte renovável | CG-MR-130a.1 | Em 2023, a Worten tinha um consumo de energia de 107.673 GJ, onde aproximadamente 54% da eletricidade consumida era assegurada através de contratos de garantia de origem de energia renovável. |
| **Segurança de Informação** | Descrição da abordagem utilizada para identificar e abordar riscos relacionados com a segurança de informação | CG-MR-230a.1 | O processo de gestão de risco de Segurança de Informação é descrito no âmbito Corporativo Normativo de Segurança da Informação pelo "SGSI_PRO_05 - Procedimento de Gestão de Risco", que foi criado sob a visão do processo de gestão de risco corporativo da holding (Procedimento de Gestão de Risco). O processo considera:<br>1.) Identificação de Risco: Identificação de ativos de informação relevantes para o SGSI, a incluir na análise de risco<br>2.) Análise de risco: A análise de risco fornece informações para avaliação de risco e para decisões sobre se os riscos precisam ser abordados<br>3.) Avaliação de Risco: A avaliação de risco envolve a comparação do nível de risco determinado durante o processo de análise com os critérios de risco estabelecidos quando o contexto foi definido. Com base nessa comparação, a necessidade de tratamento será determinada<br>4.) Tratamento de Risco: O tratamento de risco envolve a seleção de uma ou mais opções de tratamento para evitar, mitigar, transferir ou aceitar os riscos e a implementação dessas opções, definindo um Plano de Tratamento de Risco (PTR). Uma vez que essas opções são implementadas, os tratamentos fornecem novos controles ou modificam os controlos existentes<br>5.) Monitorização e Revisão dos Riscos: Devem ser realizadas ações de monitorização e revisão para assegurar a aplicação efetiva das opções de tratamento/controlo identificadas e para detetar quaisquer alterações que possam alterar o nível de risco. Esta atividade é baseada em todas as informações de risco obtidas em atividades anteriores. |
| | 1) Número de violação de dados, (2) percentagem de violação de dados que envolve informações de identificação pessoal, (3) número de clientes afetados | CG-MR-230a.2 | Em 2023, foram registadas 6 violações de dados, onde 50% resultaram em violações de dados pessoais, com informação identificável de titulares de dados, e com 1.915 clientes afetados. |

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Práticas Laborais** | (1) Salário médio por hora e (2) percentagem de colaboradores(as) de loja que auferem o salário mínimo, por região | CG-MR-310a.1 | Em 2023, o valor estimado de remuneração média foi aproximadamente €8/hora. O valor foi apurado tendo em conta o valor total médio mensal de remuneração, considerando 22 dias úteis de trabalho por mês e 8 horas de trabalhado por dia. |
| | (1) Taxa de rotatividade voluntária e (2) involuntária para colaboradores(as) de loja | CG-MR-310a.2 | Em 2023, a taxa de rotatividade voluntária dos colaboradores da Worten foi de 38% e a taxa de rotatividade involuntária foi de 62%. |
| | Total de perdas monetárias relativas a processos judiciais relacionados com violações ao direito do trabalho | CG-MR-310a.3 | Em 2023, não foram registadas perdas monetárias relativas a processos judiciais relacionados com violações ao direito do trabalho em Portugal e Espanha. |
| **Diversidade e Inclusão dos Colaboradores** | Percentagem de colaboradores(as) por género e grupo étnico/racial nas categorias profissionais de (1) gestão, e (2) todos os outros colaboradores(as) | CG-MR-330a.1 | A 31 de dezembro de 2023, a Worten tinha 30% de cargos de liderança ocupados por mulheres e 70% por homens (Executivos, Gestores de topo e Quadros Intermédios) e 62% homens e 38% mulheres nos restantes cargos.<br>A origem racial ou étnica é considerada pela legislação europeia vigente em matéria de proteção de dados pessoais [Regulamento Geral sobre Proteção de Dados Pessoais ("RGPD")] uma categoria especial de dados, cujo tratamento é proibido, salvo nos casos especificamente previstos do artigo 9.º do RGPD. Nesta medida, e atendendo a que o tratamento destes dados por parte da Worten não é enquadrável em nenhum dos casos legalmente admissíveis, esta não dispõe de informação sobre o grupo étnico/racial dos seus colaboradores(as), pelo que só está em condições de responder parcialmente a este indicador. |
| | Total de perdas monetárias relativas a processos judiciais relacionados com discriminação no trabalho | CG-MR-330a.2 | Em 2023, não foram registadas perdas monetárias relacionadas com multas / procedimentos legais alvo da discriminação de colaboradores. |
| **Aquisição de Produtos, e Embalagens e Marketing dos Produtos** | Receita dos produtos certificados, externamente, de acordo com requisitos ambientais e/ou sociais de sustentabilidade | CG-MR-410a.1 | Em 2023, a Worten não dispõe de produtos certificados com estas tipologias de certificações. |
| | Discussão dos processos de análise e gestão de riscos e/ou perigos relacionados com produtos químicos nos produtos | CG-MR-410a.2 | Todos os artigos de marca própria, no âmbito do processo de validação, são avaliados de acordo com os requisitos estabelecidos pela regulamentação europeia, nomeadamente através do REACH (Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals), salvaguardando a saúde humana e do ambiente, nomeadamente no que toca às substâncias restritas. Em 2023 foram analisados 997 SKUs em Portugal e Espanha (vendidos em ambos os países). |

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Aquisição de Produtos, e Embalagens e Marketing dos Produtos** | Discussão de estratégias para reduzir o impacto ambiental das embalagens de produtos | CG-MR-410a.3 | Em 2023, o processo de desenvolvimento de produtos de marca própria teve como objetivo a redução de plástico presente nas embalagens, bem como a promoção junto dos fornecedores para que os materiais derivados da madeira usados nos produtos de marca própria sejam de origem sustentável. Esta estratégia tem-se concretizado através da conversão e/ou desenvolvimento de uma oferta que incorpore estes requisitos de forma consistente. |
| **Métricas de Atividade** | Número de (1) locais de retalho e (2) centros de distribuição | CG-MR-000.A | Em 2023, a nossa atividade tinha 219 lojas e 2 centros de distribuição. |
| | Área total dos (1) locais de retalho e (2) centros de distribuição | CG-MR-000.B | Em 2023, a área total das lojas Worten era de 134.970 $m^2$, e 80.580 $m^2$ nos centros de distribuição (considerando apenas a atividade em Portugal). |

* Nota: Grupo Worten operações da Worten em Portugal, Espanha Continental e Canárias, iServices, Zaask e Satfield.

## SASB Tabela 3 - *Apparel, Accessories & Footwear*
## Âmbito de reporte: Zeitreel

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Gestão de Produtos Químicos nos Produtos** | Descrição dos processos para manter a conformidade com os regulamentos estabelecidos para substâncias restritas | CG-AA-250a.1 | A Zeitreel desenvolve a sua atividade de acordo com os requisitos estabelecidos pela regulamentação europeia, nomeadamente através do REACH (Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals) para gestão e utilização de produtos químicos nos produtos que desenvolve, salvaguardando a saúde humana e ambiental, nomeadamente no que toca às substâncias restritas. O cumprimento dos requisitos estabelecidos no REACH, está refletido no caderno de encargos dos fornecedores da Zeitreel. Adicionalmente os fornecedores estão abrangidos por um protocolo estabelecido com a *Bureau Veritas*, entidade que, de acordo com a nossa seleção, realiza testes químicos em alguns modelos de todos os fornecedores.<br>Adicionalmente, durante o ano de 2023, foi partilhado com todos os fornecedores da Zeitreel um guia social e ambiental onde, entre outros, se descrevem boas práticas que os fornecedores devem seguir para que as suas produções não contenham substâncias restritas. |
| | Descrição dos processos para avaliar e gerir os riscos e/ou perigos associados aos produtos químicos nos produtos. | CG-AA-250a.2 | A Zeitreel não tem unidades de produção (exceto a lavandaria da Salsa), a gestão e análise de riscos relacionados com a utilização de produtos químicos nos nossos produtos é garantida de duas formas: a Zeitreel garante o cumprimento dos requisitos de utilização de produtos químicos estabelecidos, através da exigência do cumprimento por parte dos seus fornecedores do caderno de encargo; e na lavandaria da Salsa, está implementada uma politica de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) que define medidas de proteção (EPI's) para os seus colaboradores mais expostos ao risco. A avaliação do risco para os colaboradores é verificada consoante a exposição aos produtos, ajustando os equipamentos de proteção individual conforme o local de trabalho e exposição. |

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Impactos Ambientais na Cadeia de Fornecimento** | Percentagem de (1) fornecedores Tier 1 e (2) fornecedores além do Tier 1 que se encontram em conformidade com as licenças de descargas de águas residuais e/ou com acordo contratual | CG-AA-430a.1 | Em 2023, 100% dos fornecedores Tier1 da Zeitreel estão em conformidade com os requisitos legais relacionados com as licenças de descargas de águas residuais. A Zeitreel dispõe de um documento interno – *Vendor's Manual* - que abrange todos os fornecedores da empresa, incluindo fornecedores Tier1, no qual define os requisitos de qualidade e de relação de negócio de modo a garantir o cumprimento dos valores e padrões éticos da Zeitreel. No *Vendor's Manual* é referido que os fornecedores devem cumprir com a legislação em vigor no seu país relativamente ao tratamento de águas residuais.<br>São realizadas auditorias internas de modo a verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos no *Vendor's Manual*, nomeadamente no que respeita às licenças de descargas de águas residuais.<br>Em 2023, a Zeitreel realizou o levantamento de informação relativamente à identificação dos fornecedores além de Tier1. No entanto, ainda não existe informação relativa às licenças de descargas de águas residuais e/ou com acordo contratual nestes fornecedores. |
| **Ambientais na Cadeia de Fornecimento** | Percentagem de (1) fornecedores Tier 1 e (2) fornecedores além do Tier 1 que completaram a avaliação do Higg Facility Environmental Module (Higg FEM) da Sustainable Apparel Coalition ou outra avaliação de indicadores ambientais equivalente. | CG-AA-430a.2 | Em 2023, 1,1% dos fornecedores da Zeitreel completaram o módulo de avaliação Higg FEM. |

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Condições de Trabalho na Cadeia de Fornecimento** | Percentagem de (1) fornecedores Tier 1 e (2) fornecedores além do Tier 1 que foram auditados de acordo com o código de conduta de trabalho, (3) percentagem do total de auditorias conduzidas por um auditor externo. | CG-AA-430b.1 | Todos os fornecedores da Zeitreel estão abrangidos pelo Código de Ética e Conduta sendo este comunicado através do *Vendor's Manual*. Desde 2019, o controlo do seu cumprimento é verificado através de auditorias internas realizadas por equipas especializadas da Zeitreel, formadas pela *Bureau Veritas*.<br>Em 2023, 37% das instalações de fornecedores Tier1 foram auditadas perante um código de conduta.<br>Na Zeitreel foram realizadas 8 auditorias externas.<br>A Zeitreel ainda não dispõe desta informação relativa aos fornecedores além de Tier 1. |
| | Taxa de não conformidade prioritária e taxa do número de ações corretivas decorrentes das auditorias ao código de conduta de trabalho dos fornecedores. | CG-AA-430b.2 | As auditorias internas a fornecedores são conduzidas no âmbito do cumprimento do Código de Ética, onde os pontos críticos não permitem que haja não conformidades sob pena de a auditoria falhar. No caso de se identificar uma não conformidade, as ações corretivas são comunicadas de imediato e reportadas no relatório da auditoria. As ações corretivas são aplicadas de acordo com a não conformidades identificadas.<br>Em 2023, não foram registadas não conformidades do Código de Ética e Conduta dos Fornecedores. |
| | Descrição dos (1) riscos laborais e (2) riscos ambientais, de saúde e de segurança mais relevantes na cadeia de fornecedores | CG-AA-430b.3 | O risco de incumprimento das regras de segurança ambiental e laboral está identificado no processo *Enterprise-Wide Risk Management* (EWRM) da Zeitreel como risco prioritário.<br>Consciente da caracterização da sua Cadeia de Fornecimento, a Zeitreel identifica com maiores riscos a eventual utilização de mão de obra infantil, o desrespeito pelas cargas horárias máximas semanais, o não cumprimento de salários mínimos e das condições mínimas de higiene e segurança no trabalho.<br>No que diz respeito aos riscos ambientais, os maiores riscos associados à cadeia de produção da Zeitreel são: o não tratamento de águas residuais e a utilização de substâncias perigosas para além dos limites definidos no REACH.<br>Como ação de mitigação dos riscos mencionados acima, a Zeitreel fez uma rigorosa revisão do seu *Vendor's Manual* e da sua grelha de auditoria, bem como mantém um plano de auditorias a produto e fornecedores. |

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Aquisição de Matérias-primas** | Descrição dos riscos ambientais e sociais associados à aquisição de matérias-primas prioritárias | CG-AA-440a.1 | Os principais riscos ambientais e sociais, relacionados com a aquisição de matéria-prima, são a desflorestação de florestas tropicais associados à produção de matérias-primas de base celulósica, à produção de pele de origem bovina e produção de papel/madeira.<br>A produção de outras matérias-primas comporta riscos associados à emissão de gases com efeito de estufa, degradação de solos por utilização em massa e uso de produtos químicos.<br>Adicionalmente, a produção agrícola destas matérias-primas está também relacionada com riscos sociais, como eventual utilização de mão de obra infantil, o desrespeito pelas cargas horárias máximas semanais, o não cumprimento de salários mínimos e das condições mínimas de higiene e segurança no trabalho, entre outros.<br>A Zeitreel tem implementadas medidas que visam minimizar os riscos ambientais e sociais, associados ao sourcing de matérias-primas prioritárias, nomeadamente:<br>- Etiquetas cartão FSC;<br>- Uso de fibras da marca Lenzing (TENCEL e ECOVERO), que provêm de florestas sustentáveis;<br>- Uso de fibras biológicas (exemplo o algodão) e fibras recicladas (poliéster, algodão, poliamida, etc);<br>- Recurso a certificações que garantem aspetos ambientais e/ou sociais: GOTS - Global Organic Textile Standard \| GRS - Global Recycle Standard \| OCS - Organic - Content Standard \| RCS - Recycled Claim Standard \| BCI - Better Cotton Production Principles and Criteria \| CMIA - Cotton made in Africa (CmiA), etc. |
| | Percentagem de matérias-primas certificadas por terceiros de acordo com uma norma de sustentabilidade ambiental e/ou social | CG-AA-440a.2 | Em 2023, 2% da matéria-prima adquirida foi certificada por terceiros de acordo com uma norma de sustentabilidade ambiental e/ou social. |

## SASB Tabela 4 - *Real Estate*
## Âmbito de reporte: Sierra

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Gestão de Energia** | Percentagem de cobertura do reporte do consumo de energia em relação à área total bruta, por subsetor imobiliário | IF-RE-130a.1 | Em 2023, o reporte relativo ao consumo de energia abrangeu 100% do portfolio de atividade da Sierra. |
| | (1) Energia total consumida por área do portefólio com cobertura de reporte, (2) percentagem de eletricidade da rede e (3) percentagem de fonte renovável, por subsetor imobiliário | IF-RE-130a.2 | Em 2023, a Sierra teve um consumo total de energia de 489.155 GJ, onde aproximadamente 63% da eletricidade consumida provém da rede elétrica e 45% do total de energia foi de fontes renováveis. |
| | Variação, em termos homólogos, da percentagem no consumo de energia para a área de portefólio com cobertura de reporte, por subsetor imobiliário | IF-RE-130a.3 | Comparativamente ao ano passado, em 2023 o consumo total de energia da Sierra aumentou 10%. |
| | Percentagem do portefólio elegível com (1) classificação energética e (2) certificação ENERGY STAR, por subsetor imobiliário | IF-RE-130a.4* | Em 2023, 98% do portefólio da Sierra possuía certificação energética. A Sierra ainda não dispõe de certificação ENERGY STAR |
| | Descrição de como a gestão do consumo de energia nos edifícios é integrada na análise de investimento imobiliário e estratégia operacional | IF-RE-130a.5 | A gestão de propriedades do portefólio da Sierra está certificada de acordo com os requisitos da norma ISO 14001 Gestão de Sistemas Ambientais. As questões relacionadas com a energia estão, portanto, integradas num ciclo de gestão PDCA (Plan - Do - Check - Act). Para além das auditorias exigidas por lei, que variam de país para país, e *Energy Performance Certificates* (EPC's), e rotinas de controlo operacional para garantir que os equipamentos estão a funcionar corretamente e durante o tempo previsto, a Sierra define todos os anos, por unidade, as melhorias e investimentos necessários, estabelecendo metas anuais que visam essas melhorias. Além disso, são feitas avaliações para objetivos de longo prazo de eficiência energética e neutralidade carbónica, de modo a definir estratégias de ativos a longo prazo. Os riscos climáticos e as medidas para minimizá-los também são incluídos nessas estratégias de longo prazo. |

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Gestão da Água** | Percentagem de cobertura de reporte da captação de água por (1) área total do piso e (2) área de piso nas regiões com stresse hídrico alto ou extremamente alto, por subsetor imobiliário | IF-RE-140a.1* | Em 2023, o valor reportado de água captada, incluindo em zonas de stress hídrico, representou 100% da área de portefólio da Sierra. 71% da água captada (incluindo lojistas) da Sierra ocorre em zonas de identificadas com stress hídrico. Com base na ferramenta de referência *Aqueduct*, da *World Resource Institute* (WRI), a Sierra procedeu à avaliação do risco hídrico das suas operações, mapeando as seguintes bacias de acordo com stress hídrico: Portugal (Atrium Saldanha, CascaiShopping, Centro Colombo, Centro Vasco da Gama e Portimão Retail Center: avaliação extremamente alto; Estação Viana Shopping, GuimaráeShopping, MaiaShopping e NorteShopping: avaliação alto), Espanha (Área Sur e Plaza Mayor: avaliação extremamente alto; Luz del Tajo: avaliação alto), Romania (ParkLake avaliação: alto), Grécia (Fashion City Outlet: avaliação extremamente alto). |
| | (1) Total de água captada para a área de portefólio e (2) percentagem nas regiões com stresse hídrico alto ou extremamente alto, por subsetor imobiliário | IF-RE-140a.2* | Em 2023, a Sierra registou um total de água captada de 908.287 m3, dos quais 71% da água captada (incluindo lojistas) ocorre em zonas de identificadas com stress hídrico. Com base na ferramenta de referência Aqueduct, da World Resource Institute (WRI), a Sierra procedeu à avaliação do risco hídrico das suas operações, mapeando as seguintes bacias de acordo com stress hídrico: Portugal (Atrium Saldanha, CascaiShopping, Centro Colombo, Centro Vasco da Gama e Portimão Retail Center: avaliação extremamente alto; Estação Viana Shopping, GuimaráeShopping, MaiaShopping e NorteShopping: avaliação alto), Espanha (Area Sur e Plaza Mayor: avaliação extremamente alto; Luz del Tajo: avaliação alto), Romania (ParkLake avaliação: alto), Grécia (Fashion City Outlet: avaliação extremamente alto). |
| | Variação, em termos homólogos, da percentagem na água captada para a área de portefólio coberta pelo reportem, por subsetor imobiliário | IF-RE-140a.3 | Em 2023, não existiram variações significativas relativamente ao ano anterior. |
| | Descrição dos riscos de gestão da água e discussão das estratégias e práticas para mitigar esses riscos | IF-RE-140a.4 | A gestão das propriedades do portefólio da Sierra está certificada de acordo com os requisitos da norma ISO 14001 de Gestão Ambiental, adicionalmente 38% dos ativos são individualmente certificados. A gestão da água e dos procedimentos para a identificação dos impactos ambientais associados ao seu uso, é garantida no âmbito dos cumprimentos dos requisitos desta norma, implementada em todo o portefólio da Sierra. Alguns dos mecanismos de gestão da água incluem definição de Objetivos e Metas para melhoria de desempenho, Metodologias de controlo operacional, Investimentos para aumentar o desempenho, entre outros. |

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Gestão de Impactos de Sustentabilidade relacionados com os Lojistas** | 1) Percentagem de novos arrendamentos que contêm uma cláusula de recuperação de custos para melhorias de capital relacionadas com a eficiência de recursos e (2) área de piso alugada, por subsetor imobiliário | IF-RE-410a.1 | A Sierra não dispõe desta informação para 2023. |
| | Percentagem de lojistas que são monitorizados, separadamente, relativamente ao (1) consumo de eletricidade da rede e à (2) água captada, por subsetor imobiliário | IF-RE-410a.2 | Em 2023, 100% dos lojistas monitorizaram o seu consumo de eletricidade da rede e consumo de água. |
| | Discussão da abordagem para medição, incentivo e melhoria dos impactos dos lojistas | IF-RE-410a.3 | Todos os lojistas da Sierra são envolvidos na sua estratégia de sustentabilidade, através de diversos canais de comunicação e atividades, como reuniões, formações e inquéritos. O Sistema de Gestão de Segurança, Saúde e Ambiente da Sierra possui procedimentos específicos de gestão dos lojistas, tais como regras de funcionamento do centro comercial ou especificações a incluir nas adequações que melhoram o desempenho dos lojistas. Também são realizadas inspeções de Segurança, Saúde e Ambiente e Observações de Segurança de modo a apoiar os seus lojistas a lidar com possíveis falhas, promovendo a sustentabilidade e melhorando os seus procedimentos e uso de recursos mais eficiente. |
| **Adaptação às Alterações Climáticas** | Área das propriedades localizadas em zonas de inundação que apresentam esta característica há 100 anos, por subsetor imobiliário | IF-RE-450a.1 | A Sierra ainda não dispõe de informação relativa às áreas da sua atividade que se encontram localizadas em zonas de inundação que apresentam esta característica há 100 anos. |
| | Descrição de análise de riscos relacionado com as alterações climáticas, grau de exposição sistemática do portefólio e estratégias para mitigar riscos | IF-RE-450a.2 | O reporte de 2023 encontra-se disponível na secção TCFD e no anexo GRI, nomeadamente no indicador GRI “201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas“, do Relatório Integrado 2023. |

| Tópico | Métrica | Código SASB | Reporte 2023 |
|---|---|---|---|
| **Métricas de Atividade*** | Número de ativos, por subsetor imobiliário | IF-RE-000.A | 25 |
| | Área locável, por subsetor imobiliário | IF-RE-000.B | 1.130.252 $m^2$ |
| | Percentagem de ativos do portefólio que são geridos indiretamente, por subsetor imobiliário | IF-RE-000.C | 0% |
| | Taxa média de ocupação, por subsetor imobiliário | IF-RE-000.D | 98% |

*Âmbito de reporte: Centros comerciais/retalho detidos e sob gestão direta (por exemplo, exclui Brasil, Colômbia, ativos *standalone* dos fundos ORES e SIGI, etc).

## 4.3.6 Garantia externa

KPMG

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Burgo - Avenida da Boavista, 1837, 16º Andar
4100-133 Porto – Portugal
+351 22 010 23 00 | www.kpmg.pt

**Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade**

Ao Conselho de Administração da
Sonae SGPS, S.A.

**Introdução**

Fomos contratados pelo Conselho de Administração da **Sonae SGPS, S.A.** ("Sonae") para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade, incluída nos capítulos "A nossa ambição na sustentabilidade: a nova estratégia", "O nosso desempenho", subcapítulo "A nossa evolução durante o ano", e "Estrutura ESG", subcapítulos "GRI" e "Demonstração não-financeira", do Relatório Anual da Sonae ("Relatório") para o ano findo em 31 de dezembro de 2023, identificada no "Índice GRI e tabela de correspondências" incluída no capítulo "Estrutura ESG", subcapítulo "GRI", e complementada pela Errata no final do Relatório, preparada de acordo com as Normas para reporte de sustentabilidade do *Global Reporting Initiative* ("*GRI Standards*").

**Responsabilidade do Órgão de Gestão**

O Órgão de Gestão da Sonae é responsável:

- Pela preparação da informação de sustentabilidade, incluída nos capítulos "A nossa ambição de sustentabilidade: a nova estratégia", "O nosso desempenho", subcapítulo "A nossa evolução durante o ano", e "Estrutura ESG", subcapítulos "GRI" e "Demonstração não-financeira", do Relatório Anual da Sonae ("Relatório") para o ano findo em 31 de dezembro de 2023, identificada no "Índice GRI e tabela de correspondências" incluída no capítulo "Estrutura ESG", subcapítulo "GRI", e complementada pela Errata no final do Relatório, em conformidade com os GRI Standards e pela informação e asserções incluídas no mesmo;
- Pelo desenho, implementação e manutenção de um sistema de informação e de controlo interno apropriado que permita uma preparação da informação de sustentabilidade que esteja isenta de distorções materialmente relevantes, nomeadamente resultantes de fraude ou erro
- Pela prevenção e deteção de situações de fraude, de erros e pela identificação e cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis à atividade da Entidade; e,
- Por assegurar que o Órgão de Gestão e o pessoal envolvido na preparação da informação de sustentabilidade possuem as competências adequadas.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., Capital Social: 3.915.000 Euros – Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 – Inscrita na O.R.O.C. Nº 189 – Inscrita na C.M.V.M. Nº 20161489 – Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o nº PT 502 161 078

KPMG

**A Nossa Responsabilidade**

A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efetuado.

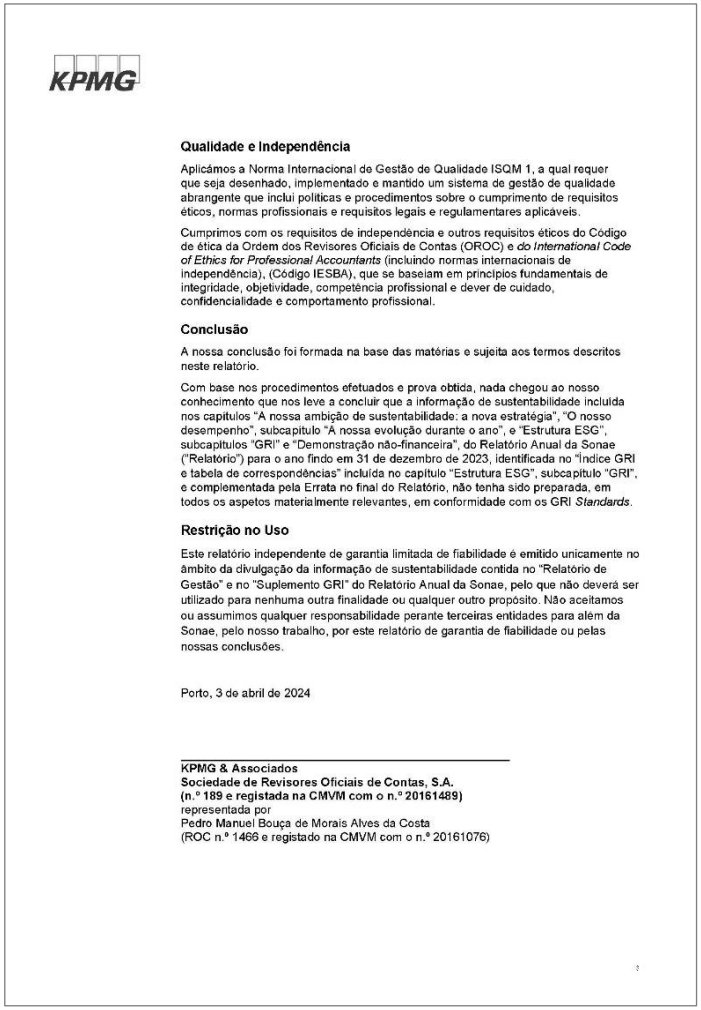
O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica - ISAE 3000 (Revista) emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) da International Federation of Accountants (IFAC) e as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se nada chegou ao nosso conhecimento, que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade, incluída nos capítulos "A nossa ambição de sustentabilidade: a nova estratégia", "O nosso desempenho", subcapítulo "A nossa evolução durante o ano", e "Estrutura ESG", subcapítulos "GRI" e "Demonstração não-financeira", do Relatório Anual da Sonae ("Relatório") para o ano findo em 31 de dezembro de 2023, identificada no "Índice GRI e tabela de correspondências" incluída no capítulo "Estrutura ESG", subcapítulo "GRI", e complementada pela Errata no final do Relatório, não esteja preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os *GRI Standards*. Para tanto o referido trabalho incluiu, entre outros procedimentos, o seguinte:

- Indagações aos responsáveis sobre a estratégia de sustentabilidade para compreender os processos implementados pela Sonae para determinar os aspetos materialmente relevantes para as principais partes interessadas ("*stakeholders*") da Sonae;
- Indagações aos colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade a incluir no Relatório;
- Comparação da informação apresentada no Relatório, com as respetivas fontes de informação, para concluir se todos os dados relevantes com origem nas referidas fontes foram incluídos no Relatório; e,
- Leitura da informação apresentada no Relatório, de forma a concluir sobre a sua adequabilidade com o nosso conhecimento geral, e experiência, com a performance de sustentabilidade da Sonae.

Os procedimentos selecionados dependem do nosso conhecimento sobre o cumprimento com os requisitos dos *GRI Standards* e de outras circunstâncias relacionadas com o trabalho, e da consideração de áreas onde é provável que possam surgir distorções materialmente relevantes.

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados que um trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado.

Consideramos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a expressão da nossa conclusão.



KPMG

**Qualidade e Independência**

Aplicámos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e *do International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo normas internacionais de independência), (Código IESBA), que se baseiam em princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e dever de cuidado, confidencialidade e comportamento profissional.

**Conclusão**

A nossa conclusão foi formada na base das matérias e sujeita aos termos descritos neste relatório.

Com base nos procedimentos efetuados e prova obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade incluída nos capítulos "A nossa ambição de sustentabilidade: a nova estratégia", "O nosso desempenho", subcapítulo "A nossa evolução durante o ano", e "Estrutura ESG", subcapítulos "GRI" e "Demonstração não-financeira", do Relatório Anual da Sonae ("Relatório") para o ano findo em 31 de dezembro de 2023, identificada no "Índice GRI e tabela de correspondências" incluída no capítulo "Estrutura ESG", subcapítulo "GRI", e complementada pela Errata no final do Relatório, não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com os GRI *Standards*.

**Restrição no Uso**

Este relatório independente de garantia limitada de fiabilidade é emitido unicamente no âmbito da divulgação da informação de sustentabilidade contida no "Relatório de Gestão" e no "Suplemento GRI" do Relatório Anual da Sonae, pelo que não deverá ser utilizado para nenhuma outra finalidade ou qualquer outro propósito. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade perante terceiras entidades para além da Sonae, pelo nosso trabalho, por este relatório de garantia de fiabilidade ou pelas nossas conclusões.

Porto, 3 de abril de 2024

**KPMG & Associados**
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.**
**(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)**
representada por
Pedro Manuel Bouça de Morais Alves da Costa
(ROC n.º 1466 e registado na CMVM com o n.º 20161076)

# 4.4. Glossário

| | |
|---|---|
| ***Capex*** | Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições. No caso da NOS inclui direitos de uso. |
| **Direitos de uso** | Responsabilidades com locações no início do contrato ajustado pelos custos iniciais diretos, pagamentos de rendas avançadas e possíveis descontos. |
| **Dívida líquida** | Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + suprimentos – caixa - depósitos bancários - investimentos correntes - outras ap |
| **Dívida líquida financeira** | Dívida líquida excluindo suprimentos. |
| **Dívida líquida total** | Dívida líquida + locações. |
| **EBIT (direto)** | EBT direto - resultado financeiro. |
| **EBITDA** | EBITDA subjacente + resultados pelo método de equivalência patrimonial + itens não recorrentes. |
| **EBITDA subjacente** | EBITDA recorrente dos negócios que consolidam pelo método de consolidação integral. |
| **LfL: vendas no universo comparável de lojas** | Vendas realizadas em lojas omnicanal que funcionaram nas mesmas condições, nos dois períodos. Exclui lojas abertas, fechadas ou sujeitas a obras de remodelação consideráveis num dos períodos. |
| ***Loan-to-value* (LTV) – *holding*** | Dívida líquida da *holding* (média) / (NAV do portefólio de investimento (média) + Dívida líquida da *holding* (média)). |
| ***Loan-to-value* (LTV) – Sierra** | Dívida total / (propriedades de investimento + propriedades em desenvolvimento), numa base proporcional. |
| **Margem EBITDA** | EBITDA / volume de negócios. |
| **Margem EBITDA subjacente** | EBITDA subjacente/ volume de negócios. |
| **NAV (Valor de ativo líquido) INREV Sierra** | Valor de mercado atribuível à Sierra - dívida líquida - interesses sem controlo + impostos diferidos passivos. |
| **NAV do portefólio de investimento** | Valor de mercado de cada um dos negócios – dívida líquida média – minoritários (valor contabilístico). O NAV é baseado em referenciais de mercado, como múltiplos de empresas comparáveis, avaliações externas, rondas de financiamento e capitalizações bolsistas. Os métodos de avaliação e os detalhes por unidade de negócio estão disponíveis no Kit do Investidor da Sonae em www.sonae.pt. |
| **Propriedades de investimento** | Valor dos centros comerciais em operação detidos e co-detidos pela Sierra. |
| **Rácio *cash-on-cash*** | Valor de saída de um investimento a dividir pelo investimento inicial. |
| **Resultado direto** | Resultado do período antes de interesses sem controlo, excluindo contributos para os resultados indiretos. |
| **Resultado indireto** | Inclui resultados da Sierra, líquidos de impostos, relativos a i) avaliação de propriedades de investimento; (ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, *joint-ventures* ou associadas; (iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo *goodwill*) e (iv) provisões para ativos de risco. Adicionalmente e no que se refere ao restante portefólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no *goodwill*, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros *non-core*, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia *mark-to-market* de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo e de outros rendimentos subjacentes (incluindo dividendos); e (v) outros temas não relevantes. |
| **Retorno total acionista** | Resultado líquido da variação do preço das ações + dividendos recebidos, num dado período. |
| **RoIC** | Retorno do capital Investido. |

# 4.5. Contactos

**Contactos para os Investidores**

Ricardo Figueiredo da Rocha

Diretor de Relação com Investidores

rjfrocha@sonae.pt

+351 22 010 4794

**Contactos para os *Media***

Maria João Oliveira

Comunicação Externa

majfoliveira@sonae.pt

+351 22 010 4000

**Sonae**

Lugar do Espido Via Norte

4471-909 Maia, Portugal

+351 22 948 7522

www.sonae.pt

## ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expetativas atuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são meras indicações, não devendo ser interpretados como factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, indústria, da concorrência e nas condições económicas. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projeta”, “pretende”, “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as nossas expetativas atuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os destinatários deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados, subentendidos ou projetados pelas informações e indicações futuras. Todos os destinatários são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. A Sonae não assume nenhuma obrigação de atualizar qualquer informação ou indicação futura.

Sonae

Shaping tomorrow, today